

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

WENDRYLL JOSÉ BENTO TAVARES

**A QUESTÃO DA *INNOVATIO* NOS MANUAIS MILITARES ROMANOS
TARDO-ANTIGOS: RELENDO O *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR* DE
VEGÉCIO E A OBRA *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* (SÉC. IV D.C.)**

Novembro de 2021.



14/12/2021 16:32 SEI/UFG - 2564378 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Wendryll José Bento Tavares

3. Título do trabalho

A Questão da *Innovatio* nos Manuais Militares Romanos Tardo-Antigos: Relendo o Compêndio da Arte Militar de Vegécio e a Obra Sobre os Assuntos Militares (Séc. IV d.C.)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;

- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **WENDRYLL JOSÉ BENTO TAVARES, Discente**, em 10/12/2021, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 10/12/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2775928&infra_sistema=1... 1/2

14/12/2021 16:32

SEI/UGF - 2564378 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2564378** e o código CRC **74D0470E**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

WENDRYLL JOSÉ BENTO TAVARES

**A QUESTÃO DA *INNOVATIO* NOS MANUAIS MILITARES ROMANOS
TARDO-ANTIGOS: RELENDO O *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR* DE
VEGÉCIO E A OBRA *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* (SÉC. IV D.C.)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves

Novembro de 2021.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Tavares, Wendryll José Bento

A Questão da Innovatio nos Manuais Militares Romanos Tardo-Antigos [manuscrito] : Relendo o Compêndio da Arte Militar de Vegécio e a Obra Sobre os Assuntos Militares (Séc. IV d.C.) / Wendryll José Bento Tavares. - 2021.
ccclxxii, 372 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.
Bibliografia.

Inclui mapas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Manuais Militares. 2. Innouationes. 3. Regimes de Historicidade. 4. Exército Romano. I. Gonçalves, Ana Teresa Marques, orient. II. Título.

CDU 94(100)"652"+"653"



14/12/2021 16:31 SEI/UFG - 2522255 - Ata de Defesa de Tese

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **074/2021** da sessão de Defesa de Tese de **Wendryll José Bento Tavares** que confere o título de Doutor(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Aos **vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **14 hs**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**A Questão da Innovatio nos Manuais Militares Romanos Tardo-Antigos: Relendo o Compêndio da Arte Militar de Vegécio e a Obra Sobre os Assuntos Militares (Séc. IV d.C.)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ana Teresa Marques Gonçalves (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Norberto Luiz Guarinello (USP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Renan Frighetto (UFPR)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Anderson Zalewski Vargas (UFRGS)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Luciane Munhoz de Omena (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a argüição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o(a) candidato(a) **aprovado** pelos seus membros, pela apresentação de um trabalho de excelência. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ana Teresa Marques Gonçalves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2021, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Munhoz De Omena, Professor do Magistério Superior**, em 10/12/2021, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 14/12/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2522255** e o código CRC **4403CF42**.

14/12/2021 16:31

SEI/UFG - 2522255 - Ata de Defesa de Tese

Referência: Processo nº 23070.063441/2021-27

SEI nº 2522255

A soma do saber humano está além de qualquer homem individualmente;
mesmo de mil homens
(Fala de Harry Seldon em *Fundação* de Isaac Asimov).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer às instituições que possibilitaram a realização deste trabalho. Em um momento grave como o que vivemos, em que as instituições públicas de ensino estão em constante ameaça, cabe ressaltar a importância da Universidade Federal de Goiás e do Instituto Federal Goiano para que a presente pesquisa fosse realizada. Fui formado na primeira e ajudo a formar as futuras gerações na segunda. Não bastasse isso, fui agraciado com a concessão de um afastamento para cursar parte do doutorado pelo Programa Institucional de Capacitação Docente (PICSS) do Instituto Federal Goiano. Claro, tais instituições são feitas por pessoas e só funcionam por conta delas. Por isso, agradeço a todos que as fazem funcionar e que resistem ao desmonte da educação pública brasileira.

Sou muito grato à minha orientadora, Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves, exemplo de competência na pesquisa e no ensino, meu maior exemplo na vida acadêmica. Sua atenção, competência e compreensão foram essenciais para a construção e reconstrução dessa tese. Seu humor e sua inteligência tornaram tudo mais fácil nesses mais de dez anos desde minha iniciação científica (acho que a maldição será quebrada!). Agradeço aos professores Anderson Vargas, Norberto Guarinello e Renan Frighetto pela leitura cuidadosa e pela disponibilidade. Agradeço muito à Luciane Omena, minha professora desde a graduação, por toda a atenção, por ter ajudado tanto nesses mais de dez anos e por ter participado dos exames de qualificação e defesa com grandes contribuições. Sou grato ao Professor Carlos Machado por ter feito uma leitura tão criteriosa do trabalho no exame de qualificação e por ser um profissional tão solícito. Agradeço ao Professor Marco Formisano pelo envio de um material esgotado e pela atenção dispensada a mim. Meu agradecimento aos colegas pós-graduandos e egressos do PPGH-UFG, que ajudaram na construção de algumas ideias fundamentais desse trabalho: Mariana Carrijo, Macsuelber Cunha, Rodrigo Oliveira, Azenathe Braz e, especialmente, Fabrício Mesquita e Thiago Mota.

Agradeço aos colegas do Instituto Federal Goiano pela grande ajuda. Os esforços de Júlio César e Cristiane Cunha foram essenciais para que eu conseguisse o afastamento de minhas atividades docentes em momento sensível da pesquisa. Agradeço aos colegas da Coordenação de Ensino, Geraldo Junior, Claudine Gill, Rodrigo Gomide, Carolina di Assis e Mayara Tavares, pelo apoio. Agradeço a todos os professores, técnicos, terceirizados e alunos do *Campus* Trindade. Também registro um agradecimento aos meus colegas e amigos Edivaldo Junior, Mayara Melo, Luciana Fernandes, Tony Medeiros e Mário Alexandre, professores do IF Goiano *Campus* Cristalina.

Aos colegas e professores dos cursos de Grego e Latim do Prolem-UFF, meu muito obrigado. Um agradecimento especial ao professor e amigo Jackson Diniz, que, além de grande docente, é um parceiro de discussões de amplo espectro (de Homero a Messi). Agradeço à Cassia Moreira, psicóloga que me ajudou a fazer importantes reflexões em âmbito profissional e pessoal.

Sou muito grato aos colegas que integram (e integraram) o grupo Ogro Historiador e o Podcast do Ogro. Fazer divulgação científica tem sido um desafio, mas vocês tornam essa tarefa mais fácil. Agradeço muito pela amizade e companhia de Flávio Justino, Hugo David e Johnny do Couto e de seus familiares. Ao último, um agradecimento especial pela grande ajuda na revisão desse trabalho.

Gostaria de agradecer aos meus familiares. Vocês foram fundamentais não só para a constituição da pesquisa, mas também para a construção do sujeito que a conduziu. Boa parte de minha educação foi feita por vocês. Gostaria de deixar um agradecimento especial às minhas avós, Carmem e Domingas, e à minha mãe, Elisângela. Aos professores e amigos que me formaram ao longo da infância e adolescência também deixo um registro.

Por último e não menos importante (essencial), eu gostaria de deixar um agradecimento especial à minha companheira Ana Clara Fernandes de Souza. Seu carinho, atenção e amor foram fundamentais durante todo o processo de pesquisa e escrita. Além disso, sua aceitação das peculiaridades da vida acadêmica me permitiu chegar até aqui.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo realizar uma análise das obras *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar* por meio de uma abordagem comparativa. Para tal, parte-se da contextualização do fazer historiográfico e das mudanças verificadas no campo da História Militar nas últimas décadas e da apresentação dos processos de constituição do objeto, problemas e hipóteses norteadores do trabalho. A isso se segue o estudo da transformação do exército romano entre os séculos III a.C. e IV d.C., a partir de algumas de suas etapas (instantâneos ou fotografias). Depois, busca-se compreender o contexto da segunda metade do século IV d.C., estabelecendo como marcos cronológicos os anos de 355 e 395 d.C., recorte que permite observar sensíveis questões militares e políticas entre a ascensão de Juliano e a morte de Teodósio I e que se relaciona diretamente à produção dos dois manuais militares protagonistas da pesquisa. Em seguida, mobiliza-se a história dos documentos, aspectos biográficos de seus autores e questões de datação para que seja oferecida uma proposta de tratamento de manuais militares como artefatos culturais a partir de questões de definição, tradição textual e limites metodológicos. Após esse trajeto, intenta-se construir uma abordagem comparativa do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar* utilizando como parâmetros os mecanismos de ordenação temporal presentes nos dois manuais militares. Da consciência histórica à ideia de brecha temporal no regime de historicidade passadista, oferece-se uma proposta de comparação entre as *innouationes* existentes nos dois manuais militares utilizando como referências de análise as construções de presente das coisas presentes, presente das coisas passadas e presente das coisas futuras nas duas obras. A elaboração da crise, a origem (e recorrência) dela e o confronto entre a *magnitudo ingenii* e as *consuetudines antiquae* mostram as convergências e divergências nos projetos dos dois autores e fornecem uma interessante chave de leitura para o recorte temporal da segunda metade do século IV d.C. De um ponto de vista teórico-metodológico, tal abordagem visa também estabelecer um alargamento das possibilidades de análise de textos inseridos na tradição dos manuais militares antigos.

Palavras-chave: Manuais Militares, *Innouationes*, Regimes de Historicidade, Exército Romano.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of two works – *De Rebus Bellicis* and *Epitoma Rei Militaris* by using a comparative approach. The starting point for such analysis is the contextualization of historiographical practice and the changes in the field of Military History that took place in the last decades, followed by the presentation of the process of definition of the object of study, its problems and the hypotheses that guided this research. After that, there is a study on the transformations in the Roman army between the 3rd century BCE and the 4th century CE, based on some specific episodes (snapshots). Then, the study focuses on the second half of the 4th century CE, more precisely between the years 335 and 395 CE, a period which allows the exam of delicate military and political issues which took place between the rise of Julian and the death of Theodosius I; this period is particularly relevant because it is directly related to the production of the two military manuals that are the main object of study in this work. Before proceeding with the analysis of the two texts, there is a preliminary review of the history of the documents, considering biographical information about the authors and about the time of production of the texts, with the aim of presenting these military manuals as cultural artifacts and examining questions related to the definition, textual tradition and methodological limits. The comparative study of *De Rebus Bellicis* and *Epitoma Rei Militaris* proposed here adopts as parameter the conception of temporal order presented by these military manuals. From historical consciousness to the idea of a temporal breach in a passatist historicity regime, it compares the *innouationes* found in both military manuals, using as references for the analysis the construction of the idea of present of present things, the present of past things and the present of future things in both texts. The elaboration of crisis, its origin (and recurrence) and the confrontation between the *magnitudo ingenii* and the *consuetudines antiquae* show the convergences and divergences in the projects of the two authors and offer an interesting key for the understanding of the second half of the 4th century CE. From the theoretical and methodological point of view, such comparative approach intends to widen the possibilities of analysis of texts belonging to the tradition of ancient military manuals.

Key words: Military Manuals, *Innouationes*, Historicity Regimes, Roman Army.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, MAPAS E FIGURAS	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – “ <i>QUI DESIDERAT PACEM PRAEPARET BELLUM</i> ”: UMA APRESENTAÇÃO DO EXÉRCITO ROMANO	33
1.1. O EXÉRCITO REPUBLICANO POLIBIANO.....	35
1.2. O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO: DE MÁRIO A OTÁVIO	48
1.3. O EXÉRCITO ROMANO DO SÉCULO IV D.C.	60
CAPÍTULO 02 – DAS PEQUENAS VITÓRIAS À GRANDE DERROTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESTABILIDADE: UMA ANÁLISE POLÍTICO-MILITAR DO IMPÉRIO ROMANO ENTRE OS ANOS DE 355 E 395 D.C.....	73
2.1. AS GUERRAS DE JULIANO: DA GÁLIA À PÉRSIA (355 – 363 d.C.)	74
2.2. OS IMPERADORES PANÔNIOS: DA PAZ DE JOVIANO À MORTE DE VALENTIANO I (363-375 D.C.).....	98
2.3. DA CRISE DE 376 D.C. À BATALHA DE ADRIANÓPOLIS DE 378 D.C.: A QUESTÃO GODA	119
2.4. DO CAOS A UMA NOVA ORDEM: DOS DESDOBRAMENTOS DA DERROTA À MORTE DE TEODÓSIO I (378 – 395 D.C.).....	134
CAPÍTULO 3 – “HISTÓRIA FAZ-SE COM DOCUMENTOS”: APRESENTANDO AS OBRAS <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i> E <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i> E CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA OS MANUAIS MILITARES	147
3.1. <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i> : CONHECENDO MELHOR UM MANUAL MILITAR DE AUTORIA ANÔNIMA	148
3.1.1. DA ANTIGUIDADE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA PEQUENA HISTÓRIA DO DOCUMENTO E UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA OBRA	148
3.1.2. UMA BIOGRAFIA POR INDÍCIOS: ALGUNS ASPECTOS DA IDENTIDADE DO ANÔNIMO	155
3.1.3. EM BUSCA DE UMA DATAÇÃO DO <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i>	164
3.2. <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i> : CONHECENDO MELHOR O MANUAL MILITAR DE PÚBLIO FLÁVIO VEGÉCIO RENATO	176
3.2.1 O TRAJETO HISTÓRICO DE UM CÉLEBRE DOCUMENTO: UMA PEQUENA HISTÓRIA DO DOCUMENTO E UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA OBRA	176
3.2.2 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DO PÚBLIO FLÁVIO VEGÉCIO RENATO	187
3.2.3. POR UMA DATAÇÃO DO <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i> : VEGÉCIO E A ESCRITA DA OBRA ENTRE O FINAL DO SÉCULO IV E INÍCIO DO SÉCULO V D.C.	198
3.3. COMO ANALISAR MANUAIS MILITARES? DA DELIMITAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	211
3.3.1. DOS TEXTOS TÉCNICOS AOS MANUAIS MILITARES: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	211
3.3.2. UMA APRESENTAÇÃO DA TRADIÇÃO DE MANUAIS MILITARES GREGOS E ROMANOS.....	218

3.3.3. EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DO <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i> E DO <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i>	227
CAPÍTULO 4 – ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ORDENAÇÃO DO TEMPO NO <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i> E NO <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i>	233
4.1. DAS PROPOSTAS À MOBILIZAÇÃO TEMPORAL: O INÍCIO DA CONFRONTAÇÃO ENTRE O <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i> E O <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i>	234
4.1.1. CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM: A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA COMPARATIVA DOS MANUAIS MILITARES	234
4.1.2. DEFININDO AS CATEGORIAS E O INSTRUMENTO COMPARATIVO PARA O <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i> E O <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i>	244
4.2. PRESENTE, PASSADO E FUTURO EM COMPARAÇÃO NO <i>SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES</i> E NO <i>COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR</i>	254
4.2.1. O PRESENTE DAS COISAS PRESENTES: OS DIAGNÓSTICOS DOS PROBLEMAS NAS DUAS OBRAS	254
4.2.2. O PRESENTE DAS COISAS PASSADAS: O CONFRONTO ENTRE O LINEAR E O CÍCLICO.....	270
4.2.3. O PRESENTE DO FUTURO E A PARTICULARIZAÇÃO DE PROJETOS: <i>MAGNITUDO INGENII X CONSUETUDINES ANTIQUAE</i>	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	346
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	352

LISTA DE TABELAS, MAPAS E FIGURAS

- Tabela 01 – A infantaria no século III a.C. segundo o Sistema Serviano (p. 41).
- Tabela 02 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército polibiano (p. 46).
- Tabela 03 - Divisão de soldados romanos de cavalaria por estrutura do exército polibiano (p. 46).
- Tabela 04 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército profissional (p. 50).
- Tabela 05 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército do século IV d.C (p. 70).
- Tabela 06 – Lista de personagens citados na obra com referência ao recorte cronológico (p. 333).
- Mapa 01 – Região das campanhas de Juliano na Gália a partir de 355 d.C. (p. 77).
- Mapa 02 - Expedição de Juliano na Pérsia 363 d.C. (p. 95).
- Mapa 03 – Unidades políticas bárbaras no século IV d.C. (p. 106).
- Mapa 04 – Região Balcânica sob domínio romano no século IV d.C. (p. 124).
- Figura 01 – Ilustração da *Ballista Quadrirotis* (p. 299).
- Figura 02 - *Carroballista* presente na placa 3 da Coluna de Trajano: artilharia em ação (p. 301).
- Figura 03 -Ilustração da *Ballista Fulminalis* (p. 302).
- Figura 04 – Ilustração da *Plumbata Tribollata* e da *Plumbata Mamillata* (p. 304).
- Figura 05 - Ilustração do *Tichodifrus* e do *Clipeocentrus* (p. 305).
- Figura 06 – Ilustração do *Currodrepanus* (p. 308).
- Figura 07 – Ilustração do *Currodrepanus Clipeatus* (p. 310).
- Figura 08 – Ilustração do *Thoracomachus* (p. 311).
- Figura 09 – Ilustração do *Ascogefyrus* (p. 312).
- Figura 10 – Ilustração da *Liburna* (p. 315).

INTRODUÇÃO

A guerra não é a continuação da política por outros meios
(KEEGAN, 1995, p. 19).

As palavras acima foram escritas por John Keegan, em *Uma História da Guerra*, e são claramente parte de uma resposta à famosa elaboração de Carl von Clausewitz. Segundo o oficial prussiano, em *Da Guerra*: “[...] a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 27). Clausewitz, como é sabido, foi um autor que produziu seu tratado na primeira metade do século XIX (*Da Guerra* foi publicado entre 1832 e 1837), enquanto Keegan publicou suas obras historiográficas na segunda metade do século XX. Mais do que a divergência entre dois teóricos, as diferenças na concepção da guerra entre eles mostram como a própria interpretação do que seja guerra e de como ela deve ser estudada mudaram nos últimos duzentos anos entre pensadores do fenômeno.

Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012), autores de *Nova História Militar*, nos ajudam a entender em parte essa grande mudança. Como eles apontam, “a história militar nasceu, no Ocidente, no coração da própria história, enquanto crônica testemunhal, além de entrelaçada com a história política” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 115). As obras de Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio e Tácito seriam provas dessa grande importância da história militar dentro historiografia antiga. Além disso, relatos medievais, como o de Guibert de Nogent, ou os datados no início da Idade Moderna, como a *Arte da Guerra* de Maquiavel, mantiveram a relevância do tema. Foi no século XIX, contudo, que o cenário interpretativo realmente se renovou. Por mais irônico que pareça, o grande esforço de Clausewitz para teorizar a guerra em seus diversos meandros acabou por produzir uma perspectiva que colocava a política como o que movimenta a História. O que aconteceu no século seguinte à publicação do *Da Guerra* foi que “de objeto por excelência da história na antiguidade greco-romana, a guerra passou a ser um ramo da história política no século XIX, justamente no período em que a história se afirmou enquanto ciência[...]” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 117). Esse processo iniciado na historiografia oitocentista foi aprofundado no início do século XX, quando a História Militar foi marginalizada dentro da historiografia profissional.

As correntes teóricas que prevaleceram até a década de 1960 desse século, em especial o Marxismo e as duas primeiras gerações dos *Annales*, só tratavam o fenômeno bélico como uma consequência ou efeito colateral de outras questões. Nesse contexto, os estudos de História Militar migraram quase que exclusivamente para a caserna, onde oficiais passaram a produzir esse tipo de

trabalho¹. O capitão Basil Liddell Hart (autor de dezenas de livros que tratam desde a figura de Cipião Africano até a Segunda Guerra Mundial) é um símbolo desse processo de predomínio de militares de ofício no estudo de História Militar durante a maior parte da primeira metade do século XX. É preciso dizer, no entanto, que, apesar dessa distância dos historiadores profissionais, pesquisadores de outras ciências humanas se arriscaram a pensar a guerra nesse período. Desses merecem destaque as figuras de Harry Holbert Turney-High e Quincy Wright. O primeiro, um antropólogo que teve grande envolvimento na vida militar, é lembrado pela publicação de *Primitive War* em 1949, obra em que defendia a guerra como uma instituição social com diversas funções. Ou seja, a guerra não seria um ato passageiro com outros fins, mas faria sentido em si mesma e, além disso, seria responsável por atender diversas motivações humanas. O último, por outro lado, um professor de direito internacional, publicou seu monumental *A Study of War* em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial. Essa obra, gestada no contexto bastante instável entre os anos 1920 e 1940 por Wright e uma série de colaboradores, pode ser entendida como um grande esforço acadêmico a fim de definir e estudar a guerra a partir de uma perspectiva metodológica acadêmica. Um ponto que merece ser destacado desse trabalho é a relativização dos significados da guerra proposta logo no começo do livro. Segundo o autor:

a guerra pode ter diferentes significados para diferentes pessoas. Para alguns, isso é uma praga que deveria ser eliminada; já para outros, um erro que deve ser eliminado; para outros, um crime que deveria ser punido; e, para outros ainda, isso é um anacronismo que não mais serve para qualquer propósito. Por outro lado, existem alguns que tomam uma atitude mais receptiva em direção à guerra e veem isso como uma aventura que pode ser interessante, um instrumento que pode ser útil, um procedimento que pode ser legítimo e apropriado ou uma condição de existência para a qual alguém deve estar preparado (WRIGHT, 1942, p. 03).

Em nossa análise, essa interpretação da guerra como polissêmica pode ser entendida como um grande esforço para desconstruir a visão rígida de que a guerra era somente a continuação da política por outros meios. Não defendemos aqui que Wright tenha sido o proponente dessa visão, mas, pelo impacto de sua obra, é possível dizer que ele possui grande relevância no debate. Apesar de já surgirem contestações aos paradigmas interpretativos apresentados por Clausewitz², como as de

¹ Apesar de tratarmos mais da realidade historiográfica europeia (por conta da grande influência dessa na historiografia militar brasileira da segunda metade do século XX), esse distanciamento acadêmico da guerra também ocorreu na historiografia estadunidense. John A. Lynn, autor de *The Embattled Future of Academic Military History*, apresenta o seguinte diagnóstico nos Estados Unidos na década de 1990: “a História Militar nunca foi uma especialidade popular entre acadêmicos; pelo contrário, ela sempre foi uma espécie de pária nas universidades dos Estados Unidos” (LYNN, 1997, p. 778). Essa falta de prestígio, ainda presente na década de 1990 nos EUA, estava sendo alterada por conta de várias publicações que adotavam novas abordagens naquelas paragens (inclusive pela publicação de *Battle: a History of Combat and Culture* do próprio Lynn), mas era algo em processo de afirmação e só se tornou mais forte na década seguinte.

² Em linhas gerais, o teórico prussiano percebeu a guerra “como um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2010, p.07). Ou seja, a violência inerente à guerra seria apenas um meio para se chegar ao fim de impor determinada vontade sobre o inimigo. Embebido da racionalidade iluminista típica da virada do século XVIII para o XIX d.C., “Clausewitz concebeu uma teoria que elevava os valores dos oficiais do regimento – dedicação total ao dever, mesmo tendo de morrer na boca do canhão- ao estatuto de credo político, eximindo-o assim de uma reflexão política mais profunda” (KEEGAN, 1995, p. 35). Ou seja, ele tomou os elementos de sua cultura

Wright e Turney-High, não houve um aumento da produção de estudos a respeito da guerra durante as duas décadas seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial. Se, do ponto de vista da produção acadêmica, não houve um ímpeto de produção, é preciso lembrar, por outro lado, que o conflito findado em 1945 inaugurou uma nova escala no que tange à capacidade de destruição, simbolizada na criação da bomba atômica. Assim, os próprios fatos fizeram com que as ideias de Clausewitz passassem a ser colocadas em xeque, pois como lembram Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster Sousa Leão, em *Por que a Guerra*:

o postulado básico do pensador alemão – a guerra é uma forma de agir político que obriga o adversário a aceitar ‘nossas razões’ – não se sustentava mais, posto que, em uma guerra nuclear, o adversário seria possivelmente destruído e, em uma guerra nuclear total, todos seriam destruídos (SILVA; LEÃO, 2018, p. 14).

De certa forma, pode-se se dizer que as ideias de Clausewitz se mostravam um tanto quanto perigosas dentro de um mundo em que a destruição mútua era uma possibilidade cada vez mais real. Diante disso, o que se seguiu foi uma espécie de esquecimento do fenômeno bélico como objeto de estudo paralelamente à valorização da paz tanto nos estudos acadêmicos quanto no mundo político. Essa mudança se corporificou dentro de um cenário em que a desobediência civil de Gandhi e depois as ações de Martin Luther King ganhavam projeção, ao mesmo tempo que Margaret Mead, autora do clássico *Coming of age in Samoa*³ (1928), consagrava-se. Segundo Ian Morris, tratava-se ainda no final dos anos 1960, da “cientista social mais famosa do mundo e [que] havia provado, para satisfação de milhões de leitores, que o estado natural dos humanos era pacífico” (MORRIS, 2015, p. 65). No entanto, estamos falando do século XX, a *Era dos Extremos*⁴, e a coisa mudaria radicalmente tanto no mundo político como no mundo acadêmico no final dos anos 1960 (mas com os primeiros sinais na década anterior).

No ambiente universitário, é possível encontrar algumas pistas para essa mudança. Em alguns casos, isso poderia passar a impressão de certo acaso. Lawrence H. Keeley, por exemplo, em *A Guerra antes da Civilização*, aponta que

durante o final da década de 1950 e início da de 1960, os etnógrafos puderam observar os estágios finais de guerras tribais nas terras altas da Nova Guiné e na Amazônia. Os antropólogos foram de novo confrontados com as realidades da guerra entre sociedades de pequena escala (KEELEY, 2011, p. 67).

militar como universal e tentou propor uma filosofia da guerra. A isso Keegan atribui certo reducionismo do fenômeno militar. Apesar de ser datada em muitos aspectos, a interpretação de Clausewitz nunca foi inteiramente descartada e nas últimas décadas surgiram interpretações muito interessantes da obra do autor. Um exemplo é a perspectiva de René Girard em *Rematar Clausewitz: além Da Guerra*, obra na qual o francês se propõe a analisar o *Da Guerra* a partir da forma como “Clausewitz pensa as relações miméticas entre os homens” (GIRARD, 2011, p. 26).

³ Livro em que a antropóloga compara as educações estadunidense e samoana e apresenta uma imagem da última extremamente pacífica e sem tensões (MEAD, 1928, p. 234).

⁴ Esse é o título da famosa obra de Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, em que o historiador inglês se propõe a estudar a estrutura desse século que, segundo ele, “parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico” (HOBSBAWM, 1995, p. 15). Esse recorte temporal seria marcado por uma “Era da Catástrofe” entre 1914 e 1945, uma “Era de Ouro” nas duas décadas que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e uma “nova era de decomposição, incerteza e crise” (HOBSBAWM, 1995, p. 15). Ou seja, da destruição à estabilidade e de volta à destruição em curtos intervalos, o que possivelmente explica o uso da expressão “Era dos Extremos”.

O interessante é que as explicações a respeito das novas observações se confundiram aos debates teóricos e políticos da época. Não faltam eventos com implicações militares que tomaram forma nessas duas décadas: Guerra da Coreia (1950-1953), Revolução Cubana (1956-1959), Guerra da Independência Argelina (1954-1962) e Guerra do Vietnã (1955-1975) são os exemplos mais famosos.

Paralelamente a esse reavivamento dos eventos militares e do estudo da guerra nas outras ciências humanas, a História passava por transformações internas alavancadas principalmente pelas publicações realizadas na *Revista dos Annales*. Segundo Hervé Martin, em *As Escolas Históricas*, nos anos 1960 e 1970, tal periódico publicava “seis números – cerca de 1.500 páginas – por ano, ocupa o primeiro lugar entre as revistas de ciências humanas na França e estende sua audiência pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos” (MARTIN, 2018, p. 229). Foi nesse ambiente (o mais notável, mas não o único) que vários pesquisadores, que depois viriam a ficar famosos como a terceira geração dos *Annales* ou partícipes da *Nova História*, trouxeram para a produção histórica acadêmica aquilo que Peter Burke nomeou, em *A Escola dos Annales*, de “policentrismo” (BURKE, 1991, p. 79). Ganhava espaço no ambiente historiográfico universitário uma diversidade de novos objetos de pesquisa e de novas abordagens. Entre elas, é possível identificar, a partir da década de 1970, uma viragem antropológica dentro da História, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa (BURKE, 1991, p. 93).

Soares e Vainfas também enfatizam esse fenômeno de antropologização dos temas inscritos na História Militar. Tal termo é assim definido por eles:

a busca de diferenças no seio de um mesmo exército; as metamorfoses identitárias dos soldados; as relações entre os pelotões em missão com as comunidades em contato; a experiência individual dos combatentes, a dor, o sofrimento, o voluntarismo, a covardia, a esperança na vitória ou na simples sobrevivência. Buscar o *rosto da batalha* passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 121).

Ou seja, a temática militar voltava à História pela porta da frente, no entanto, embebida de várias influências trazidas de outras ciências humanas. Como lembra Marcos Guimarães Sanches, em *A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira*, “a ‘nova’ história militar é, portanto, profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia [...]” (SANCHES, 2010, p. 09). Acrescentaríamos também nesse quadro a Arqueologia, responsável por apresentar importantes estudos e métodos aos historiadores militares a partir da cultura material. Além disso, Soares e Vainfas elencam mais duas características da mesma: 1) relativização da guerra como objeto exclusivo da história militar e proposição de novos objetos e abordagens; e 2) insubordinação da História Militar à História Política. Isso tomou forma nos temas escolhidos por essa nova geração de historiadores dedicados ao problema da guerra.

Aqui voltamos à obra de Keegan, um dos principais historiadores dessa “Nova História Militar”⁵ e importante teórico ao se pensar o fenômeno bélico no campo historiográfico. Em duas de suas obras, publicadas entre um espaço temporal de quase duas décadas, *A Face da Batalha* e *Uma História da Guerra*, o grande estudioso inglês apresenta algumas das principais ideias dessa nova fase da produção historiográfica militar. No primeiro trabalho, Keegan procura retomar, a partir de Heródoto, Tucídides e Júlio César, “o conceito de ‘narrativa de batalha’ e sugerir formas de fugir ao estereótipo firmado desde há muito pelo hábito e pela imitação irrefletida” (KEEGAN, 2000, p. 74). A proposta dele, nessa obra, é fugir do foco sobre as figuras de generais, dos conceitos estratégicos, das questões logísticas e dos acontecimentos. Seu itinerário é assim descrito pelo próprio autor:

Escolhi três batalhas para descrever minuciosamente – Azincourt, Waterloo, Somme -, sendo as razões da escolha a disponibilidade de documentação e o meu objetivo de demonstrar, tão exatamente quanto possível, como era (e é) a guerra, respectivamente, com armas portáteis, de um único disparo e de múltiplos disparos, e de sugerir como e porque os homens que tiveram (e têm) de enfrentar essas armas controlam o medo, estancam as feridas, caminham para a morte. Trata-se de uma tentativa pessoal para entrever a face da batalha (KEEGAN, 2000, p. 75).

O que esse trecho nos mostra é uma tentativa de mudança na escala de interpretação do fenômeno bélico. Não mais os grandes personagens, as grandes salas de reuniões dos chefes de Estado, mas sim o ordinário, “a trincheira”, aquilo antes não analisado pelos historiadores que viam a guerra apenas como o recontro entre Estados com fins políticos. Ou seja, é uma proposição da saída da história militar vista dos gabinetes para uma outra produzida a partir da lama do campo de batalha. Tão importante quanto essa mudança de escala é a sua conjectura de estudar as motivações que levavam os homens a enfrentar a possibilidade de morte em um campo de batalha, ou seja, os aspectos simbólicos envolvidos na guerra e que poderíamos associar, por exemplo, ao conceito de imaginário. Aqui se vê como a história militar proposta por Keegan se aproxima teoricamente de alguns aspectos da produção em outros campos historiográficos⁶.

Na famosa obra *A História Nova*, publicada originalmente em 1978, Evelyne Patlagean definiu o imaginário como o “conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto, cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário”

⁵ O uso das aspas se justifica porque, em nossa opinião, não existe uma Nova História Militar em contraposição a uma Velha História Militar. Acreditamos que o conhecimento histórico é cumulativo e, portanto, apesar de ser possível apontar particularidades em gerações de historiadores militares, isso não é o suficiente para caracterizar um rompimento epistemológico. Além disso, a utilização do termo “novo” comporta certo maniqueísmo em contraposição ao que era praticado anteriormente, ou seja, ao “velho”.

⁶ Como lembra Peter Burke: “no correr dos anos 60 e 70, porém, uma importante mudança de interesse ocorreu. O itinerário intelectual de alguns historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural, do ‘porão ao sótão’” (BURKE, 1991, p. 81). Um caso muito interessante dessa tendência a pensar nos aspectos simbólicos das sociedades humanas é fornecido em *História do medo no Ocidente* de Jean Delumeau, obra publicada originalmente em 1978 e em que o autor se propõe a investigar o medo como um singular coletivo entre 1300 e 1800 no “Ocidente” a partir de dois níveis: “o primeiro ao rés do chão, o segundo em maior altitude social e cultural” (DELUMEAU, 2009, p.42)

(PATLAGEAN, 1995, p. 291). Ora, quando Keegan busca entender os elementos que faziam com que os homens se controlassem ante o absurdo apresentado pela guerra, ele está evocando as elaborações simbólicas que estão para além da mera fatualidade. Essas ideias aparecem, por exemplo, no trabalho de Georges Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, em que o historiador francês discute como analisar o imaginário em relação ao concreto e define o primeiro como os sistemas simbólicos que ditaram a conduta dos homens “e a justificaram a seus olhos” (DUBY, 1994, p.21). A relação entre imaginário e cultura levantada por Patlagean não escapa a Keegan, apesar do segundo não explicitar o primeiro conceito. É possível dizer também que o imaginário de Duby é o equivalente da cultura para o autor de *A Face da Batalha*. Keegan construiu uma conceituação de cultura que abarca “o grande carregamento de crenças, valores, associações, mitos, tabus, imperativos, costumes, tradições, maneiras e modos de pensar, discurso e expressão artística que lastreia toda a sociedade” (KEEGAN, 1995, p. 64). Ou seja, o imaginário de Patlagean e Duby estaria pressuposto dentro da definição de cultura de Keegan. E é ela que ganha o foco central na análise de Keegan quando se pensa guerra. Ao criticar Clausewitz, ele expressa claramente que “a guerra abarca muito mais do que a política, que é sempre uma expressão da cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura” (KEEGAN, 1995, p. 28). Abriam-se novos objetos e novas abordagens para a História Militar, ou dito de outra forma, definia-se uma nova geração de historiadores militares.

O período compreendido entre a década de 1970 e o início do século XXI testemunhou a proliferação de obras importantíssimas com novas abordagens sobre temáticas militares. Entre os livros dessa nova geração de historiadores militares, alguns ganharam fama, até mesmo fora dos círculos acadêmicos, como *The Great War and Modern Memory* de Paul Fussell (livro publicado em 1975, ou seja, antes mesmo de *A Face da Batalha*), *War Without Mercy* (publicado em 1986) de John W. Dower, e *Citizen Soldiers*⁷ de Stephen Ambrose (publicado em 1997). Essa nova geração, importante para o campo historiográfico em geral, é mais importante ainda quando se fala da presente Tese de Doutorado, pois alguns dos trabalhos produzidos por essa nova geração de historiadores que pensam o fenômeno bélico estão na gênese de nossas inquietações. No campo dos estudos sobre Antiguidade, também floresceram pesquisas importantes com novas abordagens. Os trabalhos de Victor Davis Hanson, apesar das muitas críticas⁸, foram importantes porque trouxeram a preocupação

⁷ Como lembram Soares e Vainfas: “Ambrose ensaiou o *Citizen soldiers*, em 1992, ao publicar *Band of Brothers*, estudo mais específico sobre a atuação de um regimento norte-americano na Batalha de Bulge, base da minissérie homônima coproduzida por Tom Hanks e Stephen Spielberg” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 123).

⁸ Como exemplo dessas críticas, lembramos aquela apontada em *Military Histories Old and New: A Reintroduction* de Robert M. Citino, que relembra o debate entre John Lynn e Victor Davis Hanson nos seguintes termos: “para Lynn, o trabalho de Hanson [em *Carnage and Culture: Landmark Battles in the Rise of Western Power*] é defeituoso em sua própria essência, pois pressupõe a existência de um “soldado universal [...], um guerreiro que é imutável de época para época e de lugar para lugar, que luta pelas mesmas razões e que se vê da mesma forma, um ‘eterno matador sem rosto’” (CITINO, 2007, p. 1086).

com a questão cultural na guerra entre os antigos. O trabalho de Richard Alston, *Soldier and Society in Roman Egypt: a social history*, é lembrado aqui não só pela pluralidade de fontes mobilizadas, mas também pela sua proposta de analisar “o relacionamento entre o exército e os soldados do exército e a população e sociedade de uma província individual” (ALSTON, 1995, p. 08). Como um terceiro exemplo, elencamos a obra *Soldiers and Ghosts* de John Lendon, em que o historiador estadunidense analisa os mecanismos de mudança dos métodos militares entre os gregos e romanos antigos a partir da maneira como eles concebiam a inovação (relação entre passado e futuro).

Quando falamos do desenvolvimento da presente pesquisa, um primeiro trabalho que consideramos importante é *Por que o Ocidente Venceu* de Victor Davis Hanson (2004). Essa obra, objeto de crítica em nossa Dissertação de Mestrado (TAVARES, 2014), tenta definir, dentro da longa duração, aquilo que seu autor chama de arte da guerra ocidental, ou seja, “uma base comum e uma maneira de lutar contínua que fizeram dos europeus os soldados mais mortais da história da civilização (HANSON, 2004, p. 19). Um modelo explicativo que abarca um período entre o século V a.C. e o século XXI d.C., que torna o “Ocidente” como portador de um núcleo de práticas que ressurgiram geração após geração e que explicaria uma superioridade militar de seus portadores. Para além dos vários problemas de uma abordagem que busca a padronização de eventos com um espaço temporal de mais de vinte séculos, é possível apontar que tal obra defende uma dicotomização entre Ocidente e Oriente altamente problemática. No entanto, com esse trabalho, percebemos que os homens que pensam a guerra também tentam dar sentido para a guerra dentro de suas sociedades. Ou seja, Victor Davis Hanson nos ensinou que os homens criam grandes modelos para explicar a superioridade militar de suas culturas. Sabemos que essa não é a leitura proposta por ele, mas sem o seu “Modelo Ocidental de Guerra” não chegaríamos a problematizar a questão de como diversos autores em várias sociedades problematizam os meios de guerrear de suas culturas e os defendem.

Com essa questão em mente, procuramos documentos a que pudéssemos lançar tal problemática. Foi nesse trajeto que nos deparamos com um grupo de fontes conhecidas como manuais militares e, dentre eles, um produzido no final do século IV d.C.: *O Compêndio da Arte Militar* de Flávio Vegécio Renato. O que fizemos, então, foi avaliar como esse autor definia os elementos identitários romanos em sua obra dentro do cenário conturbado daquele período. Não buscamos construir um “modelo romano de guerra”, mas sim “um modo romano de lutar”, identificado a partir de quatro elementos elencados e defendidos por Vegécio: “treinamento e disciplina militar, preferência pelo uso das legiões, bom funcionamento do exército e domínio da *poliorcética*” (TAVARES, 2014, p. 134). Durante o processo de escrita do texto, contudo, duas obras historiográficas nos chamaram bastante a atenção e fizeram com que levantássemos perguntas que naquele momento não puderam ser respondidas, mas que foram internalizadas: *Giving up the Gun:*

Japan's reversion to the Sword, 1543-1879 de Noel Perrin (1979) e *Soldiers and Ghosts* de John E. Lendon (2005).

Perrin analisa o processo pelo qual um “país civilizado, possuidor de alta tecnologia, voluntariamente escolheu abandonar um armamento militar avançado e retornar a um mais primitivo” (PERRIN, 1979, p. IX). O pesquisador mostra como a inovação militar não é um caminho sem retorno ao futuro e defende a tese de que o Japão Tokugawa praticou, no campo militar, um controle seletivo, que “parou o desenvolvimento de armas – de fato, caminhou para trás -, ao mesmo tempo em que avançou em dezenas de outros campos” (PERRIN, 1979, p. 79). A ideia de que as mudanças tecnológicas não estão determinadas a um futuro de novidades nos pareceu extremamente interessante, embora, a princípio, era algo tão distante de nossa prática historiográfica que sequer citamos esse livro em nossa bibliografia para produção da Dissertação de Mestrado. Por outro lado, o trabalho de Lendon nos foi de grande serventia naquela pesquisa. A questão essencial apresentada pelo pesquisador estadunidense na obra é a de pensar as inovações tecnológicas militares entre gregos e romanos. Um trecho específico nos chamou bastante atenção na análise do historiador, quando ele tratou da inovação, empréstimo e adaptação dos métodos militares na Antiguidade Clássica e citou Vegécio. Segundo ele: “a maior parte dos escritos militares técnicos da Antiguidade que sobreviveram olha não para o futuro ou para os métodos contemporâneos, mas em direção ao passado [...]” (LENDON, 2005, p. 11). A inovação entre esses autores não era buscar o novo, mas sim “tentar recriar o que foi feito antes” (LENDON, 2005, p. 11). A palavra antiga que melhor caracterizaria esse processo seria *aemulatio*, definida como uma emulação competitiva, dentro de um processo em que “escritores contemporâneos leem seus reverenciados autores mais antigos e exercitam sua criatividade em fazer a mesma coisa melhor” (LENDON, 2005, p. 314). Ou seja, a inovação entre os antigos, segundo Lendon, não viria pela construção do inédito, mas sim pela reconstrução do conhecido. Sintoma disso é que o verbo latino *innouo* e o substantivo *innouatio* possuem significações que remetem, segundo o *Oxford Latin Dictionary*, tanto a produção de uma inovação quanto à restauração (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 916). Tais leituras, portanto, foram responsáveis por uma mudança nos rumos de nossa interpretação a respeito do *Compêndio da Arte Militar*, assim como de outros manuais militares antigos.

Essa mudança de interpretação se relaciona mais às perguntas que passamos a lançar a esses documentos do que a uma mudança na seleção de fontes. Quando do início do presente projeto de pesquisa, uma primeira indagação se tornou o centro de nossas atenções: o uso que Lendon faz da ideia de renovação militar e do termo *aemulatio* se verificaria, de fato, nos textos antigos que tratam da guerra? Todo esse *corpus* documental seria impraticável para qualquer pesquisador com prazos a cumprir. Portanto, selecionamos, dentro desse mundo de possibilidades, a tradição de manuais militares, que contava com obras escritas dentro de um espaço de mais de sete séculos. Logo, nossa

pesquisa ficaria incontrolável se escolhêssemos analisar todas as obras dessa tradição escrita. Como já possuíamos certa experiência com o *Compêndio da Arte Militar*, ele foi logo colocado como uma fonte potencial. Por um dos caprichos da *Fortuna* (que muitas vezes ajuda ou atrapalha os historiadores), lembramo-nos de um outro manual militar também produzido entre a segunda metade do século IV d.C e início do século V d.C. que estudamos brevemente durante a preparação da Dissertação de Mestrado: *Sobre os Assuntos Militares*, de autoria desconhecida⁹. Esses foram os dois únicos textos dentro da tradição dos trabalhos técnicos militares inseridos naquele contexto histórico que sobreviveram até os dias atuais. Ou seja, tínhamos duas fontes com características formais e de conteúdo plenamente comparáveis e que haviam sido produzidas no interior de um mesmo contexto histórico.

Diante dessa escolha metodológica, começamos de fato a pensar em nossa problemática de pesquisa. A primeira interrogação foi logo posta: de que modo as propostas de reformas militares nos dois documentos selecionados poderiam ser entendidas como *aemulationes*? O objetivo, portanto, era realizar uma análise comparativa dos dois manuais militares e perceber como seus autores pensavam elementos para uma reforma militar na segunda metade do século IV d.C e início do século V d.C a partir da mobilização do passado, presente e futuro. Uma primeira hipótese surgida era de que havia certa consonância na maneira como as duas obras representavam o passado, situavam-se no presente e construía projetos para o futuro. No entanto, como toda pesquisa é uma grande caixa de surpresas, logo nas primeiras leituras, isso se mostrou infrutífero e impossível de provar. As propostas eram completamente diferentes e, na verdade, eram contraditórias entre si. Enquanto Vegécio construía uma idealização do passado e buscava retomar o que ele considerava as boas práticas anteriores, o Anônimo simplesmente criticava o que havia sido feito anteriormente e propunha soluções que iam da diminuição do aparato estatal romano à fabricação de novos armamentos. Ou seja, ao voltar a Lendon, entendemos o motivo da afirmação, a de que a questão da *aemulatio* estava presente na maior parte dos trabalhos técnicos antigos, não ser taxativa para englobar todos. Enfim, o autor do *Sobre os Assuntos Militares* nos parecia um completo estranho dentro daquele cenário de leituras que havíamos feito, em que a ideia de *aemulatio* e a retomada do passado eram traços fundamentais do pensamento militar antigo.

Se essa primeira hipótese se mostrava infundada, os motivos para ela não se verificar precisavam ser investigados. Ou seja, deveríamos estudar, a partir daquele momento, como as duas propostas eram diferentes e quais as questões históricas subjacentes a essa diferenciação. O problema inicial seria mantido, mas seria necessário acrescentar um outro também fundamental: como e por

⁹ A partir de agora nos referimos ao autor desconhecido da obra como Anônimo, seguindo uma convenção utilizada por boa parte dos comentadores da obra. Como exemplos desse uso, citamos Andrea Giardina (1989), Álvaro Sánchez-Ostiz (2004) e Darío N. Sánchez Vendramini (2009).

que os autores do *Compêndio da Arte Militar* e do *Sobres os Assuntos Militares* produziram respostas tão diferentes aos problemas bélicos que compartilhavam?

Diante das duas problemáticas articuladas, mobilizamos novamente tanto a documentação, quanto a historiografia especializada no período. Além disso, era preciso buscar os aportes teóricos e metodológicos que nos ajudassem a encontrar uma resposta aos problemas e formular hipóteses que os explicassem. Como os autores das duas principais fontes analisadas na pesquisa interpretaram de maneira diversa o passado em um determinado presente e formularam projetos diferentes, parecia-nos lógico estudar autores que problematizaram a questão do tempo.

De antemão, esclarecemos que não existia de nossa parte a pretensão de estudar o tempo enquanto categoria filosófica, mas sim como uma questão histórica, ou seja, voltamo-nos ao estudo das maneiras pelas quais os homens do passado deram sentido aos sucessivos eventos que vivenciaram. Nessa linha, apontamos como interessantes as ideias de Norbert Elias, em *Sobre o Tempo*. Segundo ele:

A percepção dos eventos que se produzem “sucedendo-se no tempo” pressupõe, com efeito, existirem no mundo seres que sejam capazes, como os homens, de identificar em sua memória acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso. [...] Esse poder de síntese constitui uma especificidade da espécie humana: para se orientar, os homens servem-se menos do que qualquer outra espécie de reações inatas e, mais do que qualquer outra, utilizam percepções marcadas pela aprendizagem e pela experiência, tanto a dos indivíduos quanto a acumulada pelo longo suceder das gerações (ELIAS, 1998, p. 33).

Ora, era possível então que as respostas fornecidas por Vegécio e pelo Anônimo fossem diferentes porque as experiências acumuladas por eles e neles fossem diferentes. Eles, talvez, tivessem chegado a conclusões diferentes porque tinham visões diferentes do que estava ocorrendo ao seu redor. Aqui é que as concepções do historiador das ideias Reinhart Koselleck começaram a se tornar importantes para o presente trabalho. Em *Futuro Passado*, o autor alemão define experiência como o “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Se podemos entender a experiência como o passado atual, talvez fosse possível buscar entender como o passado era recebido de maneiras diferentes pelos dois autores. Além disso, é preciso lembrar de uma outra categoria fundamental presente na mesma obra: a expectativa. Essa seria “o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Se os “espaços de experiência” dos dois autores eram diferentes (as maneiras pelas quais eles recebiam o passado), os “horizontes de expectativa” (suas projeções de futuro) apresentados por eles em suas obras também eram completamente diversos.

Já havíamos encontrado pistas para a interpretação e para elaborarmos respostas para a problemática proposta, todavia, acreditávamos que ainda faltava uma noção que pudesse refinar nossa comparação das duas obras. Quem nos forneceu a saída para essa dificuldade foi o historiador francês

François Hartog e sua noção de Regimes de Historicidade. Ela se mostrou fundamental, já que objetiva justamente esclarecer a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. O próprio Hartog, ao diferenciar a nomenclatura “épocas de regimes de historicidade”, em *Time, History and the Writing of History*, aponta que esses últimos são:

Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma ‘ordem’ do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa (HARTOG, 1996, p. 96).

Existiriam, no Ocidente, diferentes regimes de historicidade predominantes em diferentes momentos. Nesse ponto é possível observar grande aproximação entre essa noção de Hartog (leitor de Koselleck) e a divisão que Koselleck constrói entre o *topos* da *Historia magistra vitae* e o *topos* moderno. Para ambos, é possível identificar, pelo menos de uma maneira geral, a forma pela qual os homens discorrem e vivenciam o tempo. Se para ambos o *topos Historia magistra vitae* vigorou até o século XVIII, quando o passado tinha um peso maior em relação ao futuro, com a Modernidade isso se inverteu e o futuro tomou o protagonismo quando se trata das categorias passado, presente e futuro. Hartog vai mais além e defende que 1989 é um marco definidor de um novo regime de historicidade: o presentismo. O que nos interessa aqui é a tese proposta por Hartog de que existem ordens do tempo e que tanto Vegécio quanto o Anônimo estariam presentes dentro do Regime de Historicidade Antigo ou do *topos* da *Historia magistra vitae*. O mesmo autor, em *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, fornece-nos uma outra chave interpretativa para pensar as diferenças entre os dois manuais militares. Ao tratar das ordens do tempo e de como se deu a passagem do futurismo para o presentismo, o historiador francês separa um tópico para tratar das “brechas” (HARTOG, 2013, p. 19- 26). Datando um ponto culminante em 1989, ele traça um cenário em que era possível perceber fendas abertas no regime de historicidade moderno décadas antes, ou mesmo rachaduras do tempo, percebidas, por exemplo, por autores como Hanna Arendt em *Entre o Passado e o Futuro*. Ora, se a passagem de um regime de historicidade a outro não acontece de forma repentina, é possível que indícios de brechas ou rachaduras sejam identificados muito antes de qualquer mudança significativa. Ou seja, a relação passado, presente e futuro começa a mostrar fragilidades dentro do próprio regime de historicidade e essas podem ser superadas ou levar mesmo a uma ruptura.

A noção de regime de historicidade (e seus desdobramentos) é uma chave heurística fundamental dentro de nossa proposta. Ela nos ajuda a refletir sobre como uma sociedade pensa e trata seu passado ou, de maneira mais ampla, como ela designa “a modalidade de consciência de si

de uma comunidade humana” (HARTOG, 2013, p. 28). Mais importante do que isso, essa noção é fundamental para perceber “momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, presente e futuro” (HARTOG, 2013, p. 37). O uso de regime de historicidade se torna mais atrativo e interessante quando se trata de períodos de crise do tempo, caracterizados por um embaralhamento entre as hierarquias entre passado, presente e futuro, em que brechas nessa relação são abertas. Mas isso seria observável no contexto histórico de produção do *Compêndio da Arte Militar e Sobre os Assuntos Militares*?

Antes de mais nada, é importante definirmos o que entendemos por crise. Aqui, apresentamos a definição genérica construída por Gianfranco Pasquino, no *Dicionário de Política*. Segundo o autor italiano:

chama-se crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame (PASQUINO, 1998, p. 305).

Nessa perspectiva, a crise seria um momento em que o funcionamento de um sistema entraria em um estágio tal que não mais poderia funcionar como anteriormente e isso resultaria em uma mudança qualitativa. A partir de uma leitura inicial tanto do *Sobre os Assuntos Militares* quanto do *Compêndio da Arte Militar*, foi possível aventar que nos dois documentos há uma construção do tempo presente como momento de ruptura, em que as coisas não só não eram mais como antes, como também ainda não eram algo diferente. Essa percepção compartilhada por ambos, mas vista por prismas diferentes e com elementos constituintes diversos, ajuda a explicar os motivos que levaram dois autores contemporâneos a produzir respostas tão diferentes e com uma relação passado-presente-futuro tão divergente. Ora, diante do quadro de crise vislumbrado por Vegécio e pelo autor de *Sobre os Assuntos Militares*, por que o primeiro adotou um elogio ao passado e uma tentativa de fazê-lo retornar enquanto o segundo tomou uma perspectiva eminentemente crítica ao passado e uma proposição de soluções inéditas?

Precisávamos elaborar uma hipótese que se sustentasse para responder a essa última pergunta. Após muitas leituras, decidimos propor a seguinte elaboração: as ideias de reforma militar (*innouationes*) presentes tanto no *Compêndio da Arte Militar* quanto no *Sobre os Assuntos Militares* são, para além de sintomas das disputas político-militares existentes entre grupos de origens geográficas e sociais completamente diferentes dentro do Império Romano, indícios da existência de uma crise no regime de historicidade antigo, uma brecha temporal, ocasionada por uma recepção dos eventos contemporâneos que leva ambos a construir um presente em crise e em que é possível perceber tanto um direcionamento para um suposto ineditismo quanto para a emulação criativa como resposta.

É preciso ressaltar que a ideia para pensar nos manuais como produtos de uma disputa entre grupos políticos surgiu em nossas pesquisas a partir da leitura de diversos trabalhos que tratam do tema na Antiguidade Tardia, com destaque para a obra *Urban Space and Aristocratic Power in Late Antique Rome* (2019) de Carlos Augusto Ribeiro Machado. Nessa obra, o historiador brasileiro “objetiva entender como os membros da elite senatorial incorporaram Roma – seus espaços, instituições e tradições – em suas estratégias políticas e sociais, como uma forma de realçar e preservar suas posições na sociedade tardo-antiga” (MACHADO, 2019, p. 02). Três pontos nos chamaram atenção nesse trabalho: 1) o fato de se tratar de uma análise que se centra nos espaços urbanos de Roma (uma cidade de importância geralmente relativizada na Antiguidade Tardia quando comparada ao período do Principado); 2) a questão de que o autor se preocupa com personagens que não são necessariamente protagonistas nas cortes imperiais; e principalmente 3) a ideia de que “diferentes grupos sociais podem se apropriar desses espaços [urbanos] de diferentes formas, fornecendo novos e inesperados significados para eles ou mesmo confrontando o poder abertamente” (MACHADO, 2019, p. 21). Apesar de não estudarmos os espaços físicos, a abordagem proposta pelo historiador brasileiro cabe muito bem para pensarmos a maneira como diferentes grupos se apropriam dos “espaços de experiência” e os ressignificam.

Defendemos que o autor do *Sobre os Assuntos Militares* era um *curialis* (ou *ex-curialis*) e o responsável pelo *Compêndio da Arte Militar* era um *uir illustris*. Para chegar a tal, no entanto, fez-se necessária uma cuidadosa análise de aspectos textuais e extratextuais relacionados às duas obras, que apontaram o autor Anônimo como um crítico dos senadores e governadores ao mesmo tempo que defendia a seus iguais e confiava sua autoridade como um *priuatus* na *magnitudo ingenii*. Por outro lado, Vegécio, lembrado como um senador de status elevado logo no início de seu manual, era um defensor da grandiosidade de sua ordem e do passado romano idealizado a partir da educação retórica dada a um típico senador. Além da diferença social, é possível inferir pertencimentos geográficos diversos aos dois autores a partir das escolhas textuais que ambos recorrentemente apontam (e da análise do nome de Vegécio). Enquanto o primeiro possivelmente escrevia da parte oriental do Império, sendo o latim utilizado e a presença do rio Danúbio na obra fundamentais para tal inferência, o segundo era muito possivelmente um hispânico, de uma família com experiência na criação de cavalos e do círculo próximo ao imperador Teodósio I. Se essas conformações sociogeográficas têm sua importância, nossa hipótese se propõe a ultrapassar a mera questão das disputas políticas e adentrar no campo da disputa na própria ordenação do tempo.

Para defender a hipótese enunciada, no entanto, torna-se preciso esclarecer alguns pontos básicos: 1) As ideias desses autores apresentavam coerência com o que de fato era praticado em termos militares dentro daquele contexto? 2) Realmente havia um cenário de possibilidade de ruptura estabelecido naquele momento que obrigou esses homens a buscar respostas? 3) Seria possível datar

o período de escrita das duas obras e apontar que elas foram escritas no mesmo contexto por autores de grupos políticos e geográficos diferentes? 4) A nossa proposta de análise obedecia aos limites e possibilidades de análise oferecidos pelos manuais militares? 5) A hipótese central do trabalho se sustentaria após a análise dos textos?

Os quatro capítulos que se seguem são uma tentativa de responder essas perguntas e provar a hipótese central do trabalho. Já afirmamos que temos uma hipótese central, todavia, cada capítulo conta com hipóteses próprias para responder às suas problemáticas específicas. Um fato interessante é que apesar de tal trabalho possuir um sentido coerente quando lido no todo, é possível também ler cada capítulo como uma parte autônoma. O último capítulo, contudo, constitui-se uma exceção nesse sentido, pois sua leitura depende de várias informações apresentadas nas partes anteriores que ajudam a formar um todo coerente a fim de corroborar a hipótese central. No geral, tal concepção de escrita nasceu de nossa experiência na docência e da falta de material em português para alunos e pesquisadores interessados tanto na História Militar Romana quanto no contexto da segunda metade do século IV d.C. Assim, é importante fazer uma breve apresentação dos capítulos do presente trabalho.

O objetivo do primeiro capítulo é apresentar uma visão propedêutica daquilo que se convencionou chamar de exército romano e tentar responder à primeira das quatro perguntas elencadas anteriormente. Nele, especificamos características principais de três fases da história do exército romano: a fase polibiana (séculos III-II a.C.), a fase de profissionalização (séculos II a.C.- III d.C.) e a fase tardo antiga (séculos III-IV d.C.). Acreditamos estar aqui o primeiro ineditismo exigido em uma Tese de Doutorado, já que intentamos oferecer ao leitor a possibilidade de vislumbrar uma imagem panorâmica do exército romano a partir de três de suas fases consagradas na historiografia especializada. Além disso, esse capítulo é de fundamental importância para definirmos a presença de coerência ou não das propostas de Vegécio e Anônimo com o que era praticado em seu contexto histórico ou se suas propostas eram construídas a partir de idealizações do passado e do futuro. Em nossa leitura, já adiantamos, acreditamos na segunda opção, ou seja, as propostas contidas no *Compêndio da Arte Militar* e no *Sobre os Assuntos Militares* não guardavam muita relação com o que era praticado militarmente no contexto da segunda metade do século IV d.C. Isso não surpreende se levarmos em conta as ideias de renovação militar apresentadas nos trabalhos de John Lendon, mas provar isso era essencial para a solidificação de nossa hipótese a respeito da mobilização de passado, presente e futuro nas duas obras. Seguindo as três fases da história do exército romano já consagradas na historiografia, o capítulo também é dividido em três partes: um primeiro subcapítulo que trata de aspectos organizacionais do exército descrito por Políbio; um segundo que trata do período de profissionalização militar romana, principalmente entre o período compreendido entre as “reformas” de Mário e a consolidação de Otávio; e o último, que trata da completa transformação do exército

romano entre os séculos III e IV d.C., quando foi possível observar grandes mudanças em todos os âmbitos da máquina militar romana. É interessante notar que defendemos nesse capítulo uma reavaliação da tradicional ideia de que o exército romano foi se desorganizando entre os séculos III e IV d.C. e que isso seria sintoma de uma incapacidade imperial durante esse período. Apresentamos, inclusive, dados que mostram que, numérica e logisticamente, o século IV d.C. foi um momento de destaque no que se liga à capacidade organizacional por parte dos romanos.

O capítulo seguinte é uma tentativa de responder ao segundo questionamento. Nele, busca-se construir uma análise político-militar do contexto compreendido entre os anos de 355 e 395 d.C., essencial para o entendimento de vários elementos do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar* e fundamental para qualquer tentativa de datação desses dois documentos. Para construir uma explicação para o período, dois tipos de elementos se tornaram fundamentais: as mudanças dinásticas e o desenrolar dos conflitos militares que envolviam o Império Romano. No que diz respeito ao primeiro elemento, tratamos desde a ascensão do último membro homem da família constantiniana ao poder até a consolidação da família teodosiana, simbolizada pela transmissão do poder de Teodósio I para os seus dois filhos: Honório e Arcádio. Além disso, por se tratar de um trabalho dedicado à História Militar, enfatizamos os principais eventos bélicos do período, principalmente aqueles relacionados à Batalha de Adrianópolis, seus antecedentes e desdobramentos. Isso porque, como apontamos no terceiro capítulo, tais eventos estão na gênese das propostas militares oferecidas tanto por Vegécio quanto pelo Anônimo. Seguindo essas linhas interpretativas, nosso capítulo começa com uma análise da ascensão, consolidação e morte da figura de Juliano, desde suas vitórias nas batalhas de pequenas proporções na Gália até sua fracassada expedição na Pérsia. O segundo subcapítulo trata das consequências da derrota em 363 d.C. e explica o processo de consolidação de imperadores advindos da Panônia, primeiro Joviano e depois os irmãos Valentiano I e Valente, ao mesmo tempo em que o Império enfrentava problemas tanto nas fronteiras orientais quanto nas fronteiras ao norte. O terceiro momento do capítulo é dedicado a entender a crise militar enfrentada nas fronteiras renodanubianas após a morte de Valentiano I e ao processo que se encaminhou até a Batalha de Adrianópolis de 378 d.C. Por último, fazemos um esforço para fornecer chaves de explicação que levaram à ascensão e consolidação de Teodósio I, os inúmeros eventos político-militares das décadas de 380 e 390 e o processo de estabilização levado a cabo por esse imperador que lhe possibilitou (após a derrota de alguns usurpadores e acordos com populações germânicas) transmitir o poder aos seus filhos no ano de 395 d.C., ou seja, a ascensão de Honório e Arcádio.

O terceiro capítulo desse trabalho foi pensado para responder às duas próximas problemáticas elencadas e é, por isso, separado em duas partes. O que une essas partes é a preocupação em defender um rigor teórico-metodológico na crítica das fontes. Na primeira parte do

capítulo, tomamos três pontos essenciais para se fazer uma análise documental rigorosa: história e apresentação dos documentos, aspectos biográficos dos autores das obras e datação delas. Começando com o *Sobre os Assuntos Militares* e fazendo um esforço similar com o *Compêndio da Arte Militar*, fazemos um esforço para entender o trajeto desses textos desde a sua produção até a contemporaneidade, a fim de comprovar a viabilidade da análise das obras. Em seguida, mostramos como as pistas deixadas pelos autores no próprio texto (e em outros, no caso de Vegécio) podem nos ajudar a entender como esses homens também foram atores presos a grupos de interesse dentro das estruturas político-sociais da história romana da segunda metade do século IV d.C. e como eles eram repletos de perspectivas e intenções quando escreveram suas obras. Após esse esforço para conhecer o que é possível de se saber sobre as biografias desses homens, mergulhamos na datação das duas obras e defendemos que elas foram produzidas dentro do mesmo contexto histórico, ou seja, entre os anos de 384 e 388 d.C.. Se a primeira parte do capítulo é voltada para as fontes em suas especificidades e individualidades, a segunda é toda voltada a pensar os manuais militares dentro de aspectos tipológicos e teóricos. Por conta disso, começamos enfrentando o desafio de tentar fornecer uma definição do termo “manual militar”. Após isso, o nosso esforço se volta a conhecer toda a tradição disponível de manuais militares produzidos nas civilizações grega e romana que sobreviveram até os dias atuais. Por último e como um desdobramento de aprofundamento no manuseio desse tipo de fonte, defendemos uma possibilidade de abordagem para se extrair informações desse tipo de documento que respeite seus limites tipológicos e metodológicos.

Após todo esse esforço para se conhecer aspectos estruturais, factuais e teórico-metodológicos, a preocupação essencial do quarto capítulo é fazer uma análise comparativa das duas fontes a partir de todas as informações reunidas nos capítulos anteriores. Esse capítulo é fundamental porque nele fazemos a análise textual dos dois manuais militares e, finalmente, testamos a hipótese central proposta no trabalho. Esse capítulo também é dividido em dois blocos, um primeiro voltado para a discussão de procedimentos e conceitos a serem adotados e um segundo que trata especificamente da análise. Inicialmente, apresentamos nossa proposta de uma história comparada a partir dos limites e possibilidades do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar*. O segundo item aprofunda nossa discussão a respeito do instrumento de análise escolhido para a análise, a brecha no regime de historicidade antigo, partindo de categorias gerais de orientação temporal dos homens, explorando a tensão passado, presente e futuro dentro de um cenário de brecha entre as três categoriais e definindo o local do termo *innouatio* no trabalho. Na segunda parte do capítulo, empreendemos, finalmente, uma análise dos dois documentos de maneira comparativa a partir de três chaves hermenêuticas: presente do tempo presente, presente do tempo passado e presente do tempo futuro. Iniciamos com uma comparação a respeito das maneiras pelas quais Vegécio e o Anônimo percebiam o presente em que estavam inseridos, seguimos com um estudo da forma pela qual eles

mobilizavam o passado que havia chegado até eles (os espaços de experiências) e encerramos com a explicitação dos caminhos que eles construíram para o futuro (os horizontes de expectativas). Com isso, acreditamos ser possível provar a ideia de que as *innouationes* propostas nas duas obras carregavam consigo profundas diferenças não só político-sociais, mas principalmente em relação à ordenação temporal. Enquanto o *Compêndio da Arte Militar* se volta ao passado como fonte de inspiração e tenta retomar o que “os antigos” faziam, as *consuetudines antiquae*, o *Sobre os Assuntos Militares* intenta criar um futuro inédito simbolizado na proposta de construção de novas armas, a *magnitudo ingenii*. Ambos propõem *innouationes*, embora as façam por mecanismos de ordenação temporal diferentes. Frisamos que, apesar das divergências, seja possível apontar também convergências que somente ficam claras com o desdobramento da análise.

Em suma, o trabalho que se segue é um exercício de História Militar muito influenciado pela produção historiográfica iniciada nos anos 1970 e com desdobramentos até os dias atuais. O grande legado dos positivistas, dos metódicos e dos participantes dos *Annales* não é em momento algum deixado de lado. Assim, tentamos pensar uma proposta que contemple crítica de fontes, preocupação factual, um aporte teórico dentro das perspectivas mais contemporâneas e mobilização de uma abordagem a respeito do fenômeno bélico em consonância com o que tem sido proposto pela historiografia especializada no tema. O resultado desse esforço está no texto desta Tese, que ora apresentamos para avaliação.

CAPÍTULO 1 – “*QUI DESIDERAT PACEM PRAEPARET BELLUM*”¹⁰ : UMA APRESENTAÇÃO DO EXÉRCITO ROMANO

Em uma obra publicada originalmente em 1985, *The Origins of War: from the Stone Age to Alexander the Great*, o autor estadunidense Arther Ferrill (1997, p. 11) defendia que a guerra organizada poderia ser definida a partir de uma palavra: formação. Segundo ele: “quando guerreiros são colocados no campo em formação, quando eles trabalham como um time sob um comandante ou líder e não como um bando de heróis sem líderes, eles cruzaram a linha[...]” (FERRIL, 1997, p. 11). Ou seja, podemos falar de guerra a partir do momento em que os homens se organizam e lutam em formações táticas. Sabemos que várias das posições de Ferril sofreram pesadas críticas nos mais de trinta anos que se passaram desde a primeira edição da obra, contudo, essa delimitação do autor nos serve como definidor do objeto do presente capítulo: uma apresentação do exército romano¹¹ enquanto aparato organizado com vistas a vencer seus rivais¹². Sabemos, no entanto, que o estudo de tal instituição romana só é possível por conta dos vários indícios que nos permitam conhecer esse passado e, entre eles, os literários¹³.

Em nossa investigação a respeito do exército romano, tratamos principalmente das tropas de infantaria por conta do papel delas nos manuais militares *Sobre os Assuntos Militares e Compêndio da Arte Militar*. Isso, por outro lado, não quer dizer que não abordamos, por exemplo, a cavalaria, elemento militar fundamental para toda a história militar romana. Entretanto, por conta do conteúdo dos manuais militares analisados por nós, preferimos lançar luz principalmente sobre o primeiro tipo de tropa. E ao tratar da infantaria romana, nossa atenção estará principalmente na legião, essa grande unidade tática criada pelos romanos que os tornou mundialmente famosos. A infantaria leve será por várias vezes evocada, mas é importante registrar de antemão que nossa inquirição tem certa predileção para descrever e analisar a infantaria pesada por uma questão metodológica¹⁴. Confessamos também que aspectos da guerra naval são bastante lacunares aqui, pois as particularidades desse tema estão distantes do nosso objeto de estudo.

Dito isso, no presente capítulo, é nosso intuito rastrear o funcionamento do exército romano em diferentes fases de sua existência a partir de fontes antigas e da historiografia

¹⁰Citação extraída do prefácio do livro três do *Compêndio da Arte Militar* de Flávio Vegécio Renato.

¹¹Usamos o termo “exército” nessa tese significando tanto a instituição formada pela soma das diversas unidades militares romanas quanto cada uma das unidades que formavam essa instituição central.

¹²Já salientamos que não tratamos aqui a respeito da marinha romana, a não ser em caráter acidental.

¹³Não excluimos a existência de diversas fontes arqueológicas a respeito, por exemplo, da fase de formação da cidade de Roma ou da fase monárquica da cidade. No entanto, um estudo mais sistemático só é possível a partir do período republicano. Testemunha dessa peculiaridade da história militar romana é notada, por exemplo, nos trabalhos de: David J. Breeze (2016), *The Roman Army*, Pat Southern (2006), *The Roman Army: a social and institucional history*, e Adrian Goldsworthy (2015), *The Complete Roman Army*.

¹⁴ Isto é, como já dito, a maioria absoluta das propostas de reformas militar encontradas no *Sobre os Assuntos Militares* e, principalmente, no *Compêndio da Arte Militar* versa sobre a infantaria pesada.

especializada. Em primeiro lugar, recorremos a uma série de fontes documentais fundamentais para se conhecer a estrutura e o funcionamento do exército romano antigo. Mobilizamos, por exemplo, obras atribuídas a autores como Políbio, Plutarco, Plínio, o Velho, Lactâncio e Zósimo. Portanto, não tentamos fazer uma “história total” do exército romano, mas sim estudá-lo a partir de fotografias de certos momentos de sua existência. Como defende Pat Southern, autora de *The Roman Army: a social and institutional history*: “é impossível apresentar uma imagem completa do exército romano em qualquer período do Império ou para qualquer lugar em toda a duração da história romana. Nós podemos meramente reconstruir instantâneos dele aqui e ali e de tempos em tempos” (SOUTHERN, 2006, p.02). Ou seja, podemos apenas conhecer certas imagens rigidamente construídas por autores antigos de uma estrutura romana que estava em mudança permanente, mas que, são necessárias caso queiramos nos aproximar de uma imagem panorâmica do exército romano e suas diferentes fases de existência.

Sabemos que existem dezenas de manuais a respeito do exército romano em línguas estrangeiras, todavia, os trabalhos em língua portuguesa (produzidos por autores de língua portuguesa ou traduzidos) são diminutos¹⁵. Diante desse vazio, intentamos oferecer ao leitor a possibilidade de vislumbrar imagens amplas do exército romano a partir de três de suas fases consagradas na historiografia especializada: o exército republicano entre os séculos III e II a.C., a fase da profissionalização do exército entre os séculos I a.C. e I d.C. e o exército tardo antigo do século IV d.C. Apesar de tal uso já estar consolidado na historiografia contemporânea, ressaltamos que essas grandes generalizações, por outro lado, disfarçam a grande dinamicidade da máquina militar romana. Sabemos que “o exército romano era orgânico, constantemente adaptado às circunstâncias, tanto internas quanto externas, e que também se adaptava às restrições geográficas impostas pelas mais diferentes localizações onde as tropas eram estacionadas” (SOUTHERN, 2006, p. 02). No entanto, acreditamos que a visão do todo (mesmo que a partir de uma reconstituição fragmentária) se faz necessária para que o leitor não se sinta perdido diante da grande mudança estrutural do exército romano no decorrer dos séculos e do grande número de termos técnicos apresentados no restante desse trabalho. Mais importante do que isso, é importante dizer que o conhecimento da máquina militar romana e de seu processo de mudança no decorrer do tempo nos fornece importantes informações para a análise do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar*. Por último,

¹⁵ A única obra que encontramos de caráter generalista traduzida para o português e que tem o exército romano (e grego) como objeto foi o *Guerreiro, o soldado e o legionário* de Giovanni Brizzi, mas o autor o faz sem tratar do exército tardo antigo. É possível, todavia, encontrar textos sobre o exército romano na excelente coletânea em três volumes *História Militar do Mundo Antigo* organizada por Pedro Funari, Margarida de Carvalho, Claudio Carlan e Érica da Silva (2012), sobre o soldado no *Homem Romano* dirigido por Andrea Giardina (1992) e dissertações e teses sobre questões e recortes específicos.

é preciso ressaltar que a escrita do presente capítulo é um amálgama entre análise documental, diálogo com a historiografia especializada e esforço de síntese.

1.1. O EXÉRCITO REPUBLICANO POLIBIANO

O primeiro autor¹⁶ a descrever a composição e funcionamento do exército romano de forma abrangente foi Políbio (200-117a.C.). Essa personagem é muito interessante não só pela produção dos quarenta livros de suas *Histórias* (dos quais nos chegaram por inteiro somente os cinco primeiros), mas também por ter sido uma peça movida no tabuleiro da expansão militar romana. Isso porque, após a vitória do cônsul Emílio Paulo sobre o rei Perseu em Pidna no ano de 168 a.C.¹⁷, Políbio estava entre os muitos gregos levados a Roma para serem julgados pela colaboração com o soberano derrotado. Ele era, no momento de sua captura, um oficial de cavalaria, e, como lembra Bruno Sebastiani, um “membro do corpo dirigente da Confederação Aqueia e um dos homens mais poderosos da Grécia” (SEBASTIANI, 2016, p.17).

Quando em Roma, Políbio conheceu muitos aristocratas, especialmente Cipião Emiliano, um dos grandes generais romanos de meados do segundo século a.C. (BREEZE, 2016, p. 19). O grego, segundo Adrian Goldsworthy, na obra *Em Nome de Roma*, “viveu na casa do neto adotivo do Africano, Cipião Emiliano¹⁸, e, dessa forma, tinha acesso às tradições e histórias da família” (GOLDSWORTHY, 2016, p.62). O ex-oficial de cavalaria chegou inclusive a acompanhar o general romano em campanha. As *Histórias* de Políbio, portanto, são importantes não só pelo que o próprio autor viu da organização militar romana, mas também por conta das fontes de informação que ele acessou e mobilizou para relatar os eventos entre o século III e II a.C. O objetivo da obra era, segundo ele próprio: “para que ninguém, depois de se deter sobre a explicação desses fatos, fique em dúvida e procure os desígnios, as forças ou os recursos com que os romanos se lançaram a esses empreendimentos por meio dos quais se tornaram senhores de toda a terra e todo o mar em nossa época”¹⁹ (POLÍBIO. *Histórias*. I, 3.9). Os principais eventos narrados em seu texto se circunscreveram ao período entre 219 e 168 a.C., ou seja, entre o início da Segunda Guerra Púnica e o final da Terceira Guerra Macedônica (POLÍBIO.

¹⁶Apesar de Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso descreverem os exércitos romanos de períodos anteriores às Guerras Púnicas, ambos os autores nasceram no século I a.C., o que torna seus relatos (cronologicamente) posteriores aos de Políbio.

¹⁷ As datas apresentadas com precisão aqui são todas contabilizadas segundo o calendário gregoriano.

¹⁸Cipião Emiliano era filho biológico do grande general Lúcio Emílio Paulo, cônsul que venceu o rei Perseu em Pidna e teve autorização para realizar um triunfo em Roma. Apesar de filho de um grande líder militar romano, Cipião Emiliano foi adotado pelo filho de Cipião, o Africano, Públio Cornélio Cipião Emiliano, e assim ganhou vinculação com uma outra família muito importante da República (GOLDSWORTHY, 2016).

¹⁹“[ἵνα μηδεὶς ἐπιστὰς ἐπ’ αὐτὴν τὴν τῶν πραγμάτων ἐξήγησιν τότε διαπορῆ καὶ ζητῆ ποίοις διαβουλίαις ἢ ποίαις δυνάμεσι καὶ χορηγίαις χρησάμενοι Ῥωμαῖοι πρὸς ταῦτα ὄρμησαν τὰς ἐπιβολάς, δι’ ὧν καὶ τῆς γῆς καὶ τῆς θαλάττης τῆς καθ’ ἡμῶς ἐγένοντο πάσης ἐγκρατεῖς,]” (POLÍBIO. *Histórias*. I, 3.9).

Histórias. I, 1.5). Contudo, o autor chegou a recuar sua narrativa à invasão gaulesa de Roma (387-386 a.C.), à Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.) e à invasão romana da Ilíria (229 a.C.) (SEBASTIANI, 2016, p. 27).

O que nos interessa no relato de Políbio está contido principalmente no livro VI. É nele que é feita uma grande descrição da organização militar romana. Ela é importante não só pelo fato de ter sido escrita por um contemporâneo que conhecia bem de assuntos militares, mas também por ele ter mobilizado fontes romanas anteriores. Lawrence Keppie, autor de *The Making of the Roman Army*, defende que Políbio escreveu por volta do ano de 160 a.C., mas que é “razoável assumir seu relato como um reflexo da organização do exército romano que emergiu da luta contra Aníbal” (KEPPIE, 2005, p. 19). Então, a análise que se segue toma como objeto esse exército, ou seja, um exército estabelecido entre os anos de 219 e 160 a.C.

Antes de iniciarmos a descrição e a análise do exército descrito por Políbio é preciso fazer algumas considerações teóricas a respeito da utilização de sua obra. Em primeiro lugar, não acreditamos que o autor estava fazendo descrições destituídas de subjetividade e que mostravam as fileiras meramente como elas “realmente eram”. Estamos cientes de que a historiografia polibiana tem sido importante na problematização das descrições do autor. Exemplo disso é fornecido por Christopher Baron, em *The Historian's Craft: Narrative Strategies and Historical Method in Polybius and Livy*. Ao comparar trechos das obras dos dois historiadores antigos, ele mostra que é possível “encontrar algumas características estruturais que ajudam a ilustrar como cada um deles criou a narrativa de sua escolha, organizando e selecionando a partir do mesmo grupo de componentes” (BARON, 2018, p. 212). Ou seja, ao descrever o exército romano entre o século III e II a.C., Políbio estava produzindo uma narrativa com determinadas intencionalidades e estruturas de convencimento específicas. Por conta disso, qualquer tentativa de extrair informações da obra do historiador grego deve ser mediada não só por uma crítica de fontes, mas também pela historiografia dedicada ao tema. Por outro lado, Políbio se mostra uma fonte inescapável quando se trata de estudar o exército romano referenciado por ele, tanto por conta da originalidade das informações contidas em seu texto quanto pela importância que ele ganhou na tradição de textos antigos. Muitas das estruturas descritas por ele foram referenciadas em diversas obras antigas, como o *Compêndio da Arte Militar*. Portanto, nossa proposta é mobilizar as *Histórias*, mas com a utilização de mediadores que nos permitam refinar o conteúdo proposto pelo historiador antigo para os fins de apresentação do exército romano.

Apresentada essa perspectiva, é importante iniciar a análise. A descrição polibiana sobre a organização do exército romano no livro VI das *Histórias* começa pela alta hierarquia militar, ou seja, os cônsules. Tradicionalmente eram eleitos dois cônsules²⁰ em Roma pela *Comitia Centuriata*

²⁰ Como apontou Pierre Grimal em *A Civilização Romana*: o consulado é “a mais alta magistratura romana; é atribuída a duas pessoas, iguais entre si, os cônsules, que exercem o poder supremo na República. O consulado foi criado depois de

para um mandato de doze meses, que lhes garantia o *imperium*, esse aprovado pela *comitia curiata* mediante uma *lex curiata de imperio*. Dentre as oito significações encontradas no *Oxford Latin Dictionary* para *imperium*, se destaca a seguinte: “o poder administrativo supremo exercido em Roma primeiro pelos reis e subsequentemente por determinados magistrados e governadores provinciais” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p.843). Pat Southern lembra que o termo é derivado do verbo “*imperare*, significando o poder de comandar ou dar ordens, e o título de *Imperator*, é uma saudação honorífica dada espontaneamente pelos soldados aos seus comandantes” (SOUTHERN, 2006, p. 60). Políbio explica as funções desses magistrados tanto em tempos de paz²¹ como em períodos de campanha. Em períodos de preparação e condução de guerras, as atribuições dos cônsules eram um tanto quanto vastas: podiam transmitir as ordens que desejassem para as tropas aliadas (chegaremos a elas), nomear seus tribunos militares, alistar e escolher soldados, decidir castigos para subordinados e dispor dos fundos públicos em campanha (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 12. 5-8).

Esse amplo espectro de atribuições dadas aos cônsules poderia se tornar perigoso dentro de uma cidade em que o medo do retorno da monarquia assombrava os cidadãos. A divisão do poder e tropas entre os dois cônsules servia, em parte, para mitigar esse excesso de poder político e militar nas mãos de um só homem. Além disso, ao final de seus mandatos, os dois cônsules eram chamados de volta a Roma (geralmente estavam em campanha fora da cidade) para que os substitutos fossem escolhidos. Em ocasiões raras, “o Senado poderia votar uma extensão do mandato, se fosse considerada necessária” (SOUTHERN, 2006, p. 66). A primeira vez que o procedimento de recondução foi observado se deu no ano de 326 a.C., quando o Senado aprovou uma *prorogatio imperii* para Quinto Publílio Filão²².

Após a definição dos cônsules, na linha cronológica do processo de recrutamento das tropas, os tribunos militares eram escolhidos pela *comitia centuriata*: quatorze entre os homens que serviram por cinco anos, juniores, e dez entre os que serviram por dez anos, seniores (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19,1). Em um momento futuro, quando todos os homens alistáveis se reuniam no

500 a.C. para substituir a realeza; os cônsules tinham então o nome de pretores. Revestidos do *imperium*, os cônsules só veem o seu poder limitado, em direito, pela intervenção do colega, até ao momento em que a criação dos tribunos veio, em certos casos, opor-lhes o *intercessio* dos magistrados plebeus” (GRIMAL, 2017, p. 328). Além disso, é preciso lembrar que esse número de dois não foi uma constante na história romana, já que, como Grimal mesmo lembra: [No tempo do Principado] instala-se o hábito de multiplicar os cônsules criando cônsules *suffecti* (isto é, substitutos), e o que outrora só se verificava em caso de desaparecimento acidental de um cônsul tornou-se regra” (GRIMAL, 2017, p. 329).

²¹ Os cônsules, basicamente, tinham competência sobre todas as questões públicas, já que todos os outros magistrados da cidade estavam submetidos a eles (com exceção aos tribunos da plebe). Eram eles que introduziam as embaixadas estrangeiras ao Senado, o consultavam sobre questões urgentes e executavam os decretos. Além disso, os cônsules reuniam as assembleias, apresentavam as proposições e presidiam as execuções dos decretos populares (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 12, 1-4).

²² É importante recordar que em determinados momentos da história republicana romana, os cônsules ficavam subordinados a um magistrado com poderes excepcionais: o ditador. Essa figura só era nomeada em períodos de emergência e possuía um mandato de seis meses. Durante o mandato do ditador, os dois cônsules permaneciam em seus postos, embora perdessem o controle das tropas para o primeiro. Após a resolução da emergência, o ditador deveria deixar o posto e a vida política romana voltaria ao normal (SOUTHERN, 2006, p. 64).

Capitólio para a distribuição dos soldados, os quatorze tribunos juniores e os dez seniores se dividiam em quatro grupos por uma ordem de votação ou pela vontade dos cônsules. Essa divisão em quatro grupos se justificava porque em períodos de normalidade eram formadas quatro legiões romanas por campanha²³. Dito isso, Políbio continua a descrição:

Os quatro tribunos [juniores] primeiramente nomeados são escolhidos para a primeira legião, os próximos três para a segunda, os quatro seguintes para a terceira e os últimos três para a quarta. Dos tribunos seniores, os dois primeiros são nomeados para a primeira legião, os próximos três para a segunda, os próximos dois para a terceira e os últimos três para a quarta²⁴ (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19. 8-9).

Como já elencado, havia um total de vinte e quatro tribunos escolhidos por campanha, sendo quatorze juniores e dez seniores. Cada legião receberia seis, em uma mescla de tribunos mais e menos experientes que equilibraria as distintas unidades às quais esses oficiais serviriam. Uma das principais funções imediatas dos tribunos era fazer a escolha dos soldados a preencherem as respectivas fileiras. Para ser tribuno, além do tempo mínimo de experiência militar, era necessário ser membro da Ordem Equestre ou Senatorial. O seu papel não era puramente militar e eles deveriam “proteger o interesse, a saúde e bem-estar dos soldados” (KEPPIE, 1996, p. 24). Outra particularidade desse cargo é que, com o aumento do tamanho das tropas, pares de tribunos acabavam por adquirir o comando sobre algumas legiões, uma liderança revezada entre os dois em dias intercalados de comando.

Um oficial que não é elencado por Políbio dentro desse processo, talvez porque sua escolha não fosse feita naquele momento, mas que é fundamental é o *legatus*. Tal termo possui grande polissemia, não só porque significava postos diferentes em momentos diversos da história romana, mas também porque em um mesmo período poderia significar coisas diferentes. No livro V (POLÍBIO. *Histórias*. 110, 8) da obra polibiana, por exemplo, o termo significava um emissário diplomático, mas no livro XXV (POLÍBIO. *Histórias*. 4, 14), da mesma obra, o termo aparecia com o sentido militar. Lawrence Keppie relata que esse cargo surgiu no período da Segunda Guerra Púnica ou, pelo menos, nos anos 190 a.C. Segundo ele, “tornou-se costumeiro para o magistrado levar com ele para sua província um ou mais legados (*legati*), senadores de idade madura, escolhidos pelo Senado por conselho do magistrado, para quem ele ‘delegava’ parte de suas forças e responsabilidades” (KEPPIE, 1996, p. 24). Com a consolidação do cargo, muitos jovens senadores ambiciosos, que já haviam exercido outros cargos e aguardavam desafios maiores, candidatavam-se para serem *legati*.

²³ As quatro legiões romanas eram divididas entre dois cônsules, que ficavam com duas legiões romanas cada e mais as tropas fornecidas pelos aliados. É importante saber também que esse número poderia ser aumentado segundo as demandas militares romanas.

²⁴ “[καὶ τοὺς μὲν πρώτους κατασταθέντας τέτταρας εἰς τὸ πρῶτον καλούμενον στρατόπεδον ἔνειμαν, τοὺς δ’ ἔξῃς τρεῖς εἰς τὸ δεύτερον, τοὺς δ’ ἐπομένους τούτοις τέτταρας εἰς τὸ τρίτον, τρεῖς δὲ τοὺς τελευταίους εἰς τὸ τέταρτον. Τῶν δὲ πρεσβυτέρων δύο μὲν τοὺς πρώτους εἰς τὸ πρῶτον, τρεῖς δὲ τοὺς δευτέρους εἰς τὸ δεύτερον τιθέασι στρατόπεδον, δύο δὲ τοὺς ἔξῃς εἰς τὸ τρίτον, τρεῖς δὲ τοὺς τελευταίους εἰς τὸ τέταρτον]” (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19. 8-9).

Os *legati* tinham atribuições militares, administrativas e judiciais para com as tropas. Se era um atrativo para jovens, também o era para generais que não poderiam ocupar posições como a de cônsul (pela impossibilidade de recondução) ou em fase final de suas carreiras públicas. O exemplo mais famoso é Cipião, o Africano, que em 190 foi *legatus* de seu irmão e recebeu o comando das tropas que confrontaram Antíoco III, o que quase lhe deu a oportunidade de participar de um novo combate com Aníbal Barca, seu principal adversário na Segunda Guerra Púnica. Outra figura que tinha a prerrogativa de assumir o comando de operações menores era o pretor. Apesar de suas inúmeras atribuições administrativas, a relevância militar dos pretores se evidencia no fato de que, durante as Guerras Púnicas, o número de pretores romanos passou de um para seis (GOLDSWORTHY, 2003, p. 27).

Apresentados esses quatro primeiros oficiais, é importante conhecer o processo de divisão dos homens entre as legiões²⁵, já que os outros cargos importantes eram definidos durante o processo de separação das tropas. Segundo Políbio:

Concluída a eleição e distribuição de tribunos, de maneira que cada legião tenha o mesmo número de oficiais, esses se reúnem em seguida, separadamente e agrupados segundo as legiões, sorteiam entre as tribos e as chamam segundo a ordem do sorteio. De cada tribo escolhem quatro jovens soldados que tenham, mais ou menos, físico e idade similares. Mandam que se aproximem e, primeiro, escolhem os oficiais da primeira legião, depois os da segunda, depois os da terceira e finalmente os da quarta. Com a apresentação de mais quatro jovens, agora são os oficiais da segunda legião os primeiros a selecionar, e assim sucessivamente; os últimos a escolher são os oficiais da primeira legião. Se adiantam outros quatro soldados, e agora escolhem, primeiramente os oficiais da terceira legião, e em último lugar, os da segunda. Feito dessa forma cíclica o enquadramento dos soldados, cada legião recebe um conjunto de homens muito similar²⁶ (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 20. 1-7).

O processo de seleção de soldados descrito acima remonta à divisão do corpo cívico da cidade de Roma em tribos, elemento muito marcante para a história romana surgido ainda na fase monárquica da cidade e relacionado, segundo a tradição, às reformas empreendidas por Sêrvio Túlio. É atribuído a esse rei o fato de “ter dividido a cidade em quatro partes formadas pelos quarteirões e colinas então habitadas e dera-lhes o nome de tribos, tirado, penso eu, do tributo que tinham de pagar,

²⁵Políbio narra o processo de separação das tropas começando pela infantaria, contudo, ele assinala que, no momento da escrita de sua obra, a divisão dos *equites* era realizada com precedência em relação aos infantis (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 20, 9).

²⁶ [γενομένης δὲ τῆς διαιρέσεως καὶ καταστάσεως τῶν χιλιάρχων τοιαύτης ὥστε πάντα τὰ στρατόπεδα τοὺς ἴσους ἔχειν ἄρχοντας, μετὰ ταῦτα καθίσαντες χωρὶς ἀλλήλων κατὰ στρατόπεδον κληροῦσι τὰς φυλάς κατὰ μίαν καὶ προσκαλοῦνται τὴν αἰὶ λαχοῦσαν. Ἐκ δὲ ταύτης ἐκλέγουσι τῶν νεανίσκων τέτταρας ἐπιεικῶς τοὺς παραπλησίους ταῖς ἡλικίαις καὶ ταῖς ἔξεσι. Προσαχθέντων δὲ τούτων λαμβάνουσι πρῶτοι τὴν ἐκλογὴν οἱ τοῦ πρώτου στρατοπέδου, δεύτεροι δ' οἱ τοῦ δευτέρου, τρίτοι δ' οἱ τοῦ τρίτου, τελευταῖοι δ' οἱ τοῦ τετάρτου. Πάλιν δ' ἄλλων τετάρτων προσαχθέντων λαμβάνουσι πρῶτοι τὴν αἴρεσιν οἱ τοῦ δευτέρου στρατοπέδου καὶ ἐξῆς οὕτως, τελευταῖοι δ' οἱ τοῦ πρώτου. Μετὰ δὲ ταῦτα πάλιν ἄλλων τετάρτων προσαχθέντων πρῶτοι λαμβάνουσιν οἱ τοῦ τρίτου στρατοπέδου, τελευταῖοι δ' οἱ τοῦ δευτέρου. [καὶ] αἰεὶ κατὰ λόγον οὕτως ἐκ περιόδου τῆς ἐκλογῆς γινομένης παραπλησίους συμβαίνει λαμβάνεσθαι τοὺς ἄνδρας εἰς ἕκαστον τῶν στρατοπέδων] (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 20. 1-7).

pois o imposto proporcional à fortuna foi também uma de suas instituições”²⁷ (TITO LÍVIO. *História de Roma desde a Fundação da Cidade*. I. 43).

O importante aqui é mostrar como a distribuição dos homens deveria seguir um caráter quase aleatório para que as legiões não tivessem uma capacidade técnica desproporcional entre si. Para isso, as quatro legiões sorteavam a ordem de seleção das tribos e se revezavam na ordem de escolha dos quatro homens por tribo até a completa formação dos números. Apesar desse processo de escolha parecer quase aleatório, podemos identificar um elemento técnico nele, já que caberia aos tribunos a escolha dos homens e, nesse caso, o conhecimento a respeito dos soldados à disposição era muito importante para formar uma boa legião. As informações sobre os jovens provinham, muito provavelmente, de experiências passadas ou de informações fornecidas por terceiros²⁸.

O revezamento na escolha dos soldados era realizado até que o número de quatro mil e duzentos homens por legião²⁹ (ou cinco mil homens em períodos excepcionais) e trezentos cavaleiros era atingido (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 20. 8-9). Como cada cônsul recebia normalmente duas legiões e eram dois os cônsules, ao todo, as legiões romanas³⁰ contavam com dezoito mil homens (ou vinte e um mil e duzentos homens em momentos de excepcionalidade), sendo dezesseis mil e oitocentos soldados de infantaria e mil e duzentos cavaleiros. A grande questão que surge é: como um cidadão era pré-selecionado para a infantaria ou a cavalaria?

Essa separação era estabelecida primordialmente por critérios censitários. As reformas instituídas segundo a tradição dos textos antigos durante a monarquia romana, e atribuídas a Sêrvio Túlio³¹, estabeleceram a realização do censo na cidade de Roma (TITO LÍVIO. *História de Roma desde a Fundação da Cidade*. I. 42). Era graças ao censo que se definia, em primeiro lugar, quem poderia servir. Homens que possuíssem um censo menor do que quatrocentos dracmas³² estavam automaticamente excluídos tanto da infantaria quanto da cavalaria e só poderiam servir na marinha (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19. 2). Feita essa separação entre homens que poderiam ou não servir, uma

²⁷ “[*Quadrifariam enim urbe divisa regionibus collibus qui habitabantur, partes eas tribus appellavit, ut ego arbitror, ab tributo*]” (TITO LÍVIO. *História de Roma desde a Fundação da Cidade*. I, 43).

²⁸ Esse tipo de processo de escolha ainda é observado nas práticas esportivas contemporâneas, como as famosas peladas, em que indivíduos dotados de capacidade técnica decidem na sorte a ordem de escolha dos jogadores que pertencerão aos seus times (PIMENTA, 2011).

²⁹ É importante deixar explícito que esses quantitativos mencionados aqui são números encontrados nas fontes, o que não significa que possuam alto grau de confiabilidade. No entanto, é preciso dizer que por várias vezes eles são confrontados com trabalhos historiográficos e são muito importantes para que possamos ter certo parâmetro de comparação do exército romano em períodos diferentes de sua história.

³⁰ Aqui estamos nos referindo às tropas formadas exclusivamente por romanos.

³¹ Como aponta John Rich em *Warfare and the Roman Army in Early Rome*: “os romanos atribuíram ao rei Sêrvio Túlio a divisão do corpo de cidadãos em centúrias baseadas na riqueza e não há boas razões para duvidar de tal atribuição” (RICH, 2007, p. 17).

³² A quantia de quatrocentos dracmas equivalia a quatro mil *asses*, o que já representava um grande decréscimo do censo mínimo para a quinta classe da Reforma Serviana descrita por Tito Lívio, que estabelecia onze mil *asses* como o valor mínimo para ingressar nas fileiras romanas. Em 140 a.C., a qualificação mínima caiu para mil e quinhentos *asses* (CAGNIART, 2007, p.81).

nova divisão era feita entre aqueles que serviriam na infantaria e na cavalaria. Entre os homens com os requisitos mínimos para servir nas legiões, “os mais ricos formavam a cavalaria (*equites*) e eram divididos em dez tropas (*turmae*) comandadas por três decuriões ou ‘líderes de dez’” (GOLDSWORTHY, 2003, p. 27). Os mil e duzentos *equites* (trezentos por legião) eram escolhidos a partir das dezoito centúrias equestres existentes na cidade e a existência do censo³³ no processo era primordial. No século III a.C., como lembra Gary Forsythe em *The Army and Centuriate Organization in Early Rome*:

na Assembleia Centuriata, existiam 80 unidades da primeira classe juntamente com 18 unidades de cavaleiros (os *sex suffragia* e as 12 centúrias de cavaleiros com cavalo público) e mais duas de engenheiros para a construção de máquinas de cerco. A segunda, a terceira e a quarta classes eram alotadas com vinte unidades cada uma e a quinta era formada de 30 juntamente com duas adicionais, cada uma com músicos usados para emitir sinais militares. Aqueles que a propriedade estava abaixo da qualificação mínima da quinta classe eram agrupados em uma centúria única de proletários e eram isentos do serviço militar (FORSYTHE, 2007, p. 30).

Tabela 01 – A infantaria no século III a.C. segundo o Sistema Serviano.

Classe	Propriedade (<i>Asses</i>)	Equipamento	<i>Juniores</i>	<i>Seniores</i>	Total (Centúrias)
I	100.000	Elmo, escudo redondo, grevas, couraça, lança e espada	40	40	80
II	75.000	Elmo, escudo oblongo, grevas, lança e espada	10	10	20
III	50.000	Elmo, escudo oblongo, lança e espada	10	10	20
IV	25.000	(Escudo oblongo em Lívio), lança e dardo	10	10	20
V	11.000	Funda, pedras e dardo	15	15	30

Infantaria total: 170 centúrias [

Supranumerários:

18 centúrias de cavalaria

02 centúrias de engenheiros

02 centúrias de músicos

01 centúria de *proletarii* (e *capite censi*).

Retirado de: GOLDSWORTHY, 2003, p. 25

Existia desde a Monarquia a tradição de que os soldados arcassem com as despesas de seu material, com os custos da compra e manutenção de seu cavalo. Como lembra Caillan Davenport em *A History of the Roman Equestrian Order*: “desde o começo, o Estado romano organizou seus cidadãos em linhas militares (como mostrado pela estrutura da *Comitia Centuriata*), as primeiras *ordines* foram as dos *equites* (os mais ricos que lutavam em cavalos), dos *pedites* (a infantaria de cidadãos) e dos *proletarii* (os pobres que não lutavam)” (DAVENPORT, 2019, p. 09). Sendo assim, só os mais ricos entre os romanos eram capazes de fazer parte da cavalaria. É importante lembrar

³³ Segundo Pierre Grimal: o termo censo “começou por designar o recenseamento dos cidadãos de acordo com sua fortuna, e depois a própria fortuna. O censo, cuja criação foi atribuída a Sêrvio Túlio, realizava-se de cinco em cinco anos, e era obra dos censores. Comporta a enumeração dos cidadãos e a sua classificação, assim como o estabelecimento da lista dos senadores. Durante o império, o censo generalizou-se aos provinciais, por razões fiscais, na sociedade e no exército, mas deixou de condicionar o recrutamento dos legionários” (GRIMAL, 2017, p. 323).

também que os *equites* eram formados não só por senadores, mas também por não-senadores que tinham a qualificação de propriedade necessária. Em certos casos, também se verificava a doação de certas quantias para a compra de um cavalo, como os mil *asses* relatados por Tito Lívio (*História de Roma desde a Fundação da Cidade*. I. 43). A diferenciação entre um *eques*³⁴ e um *pedes* também era observável no tempo de serviço dos dois. Políbio relata que:

Em relação ao resto, um soldado de cavalaria deve servir por dez anos como um todo e um soldado de infantaria por dezesseis, em ambos os casos, antes de alcançar a idade de quarenta e seis anos, com a exceção daqueles que têm um censo inferior a quatrocentos dracmas (todos esses são alistados na marinha). Em casos de emergência, os soldados de infantaria têm de servir por vinte anos³⁵(POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19, 2-3).

O tempo exigido de serviço de um *eques* era de seis anos a menos do que o de um *pedes*. O menor tempo de serviço do primeiro pode ser explicado pelos custos com os quais um *eques* deveria arcar durante o serviço e pelo fato desse grupo possuir certos privilégios político-sociais em Roma. No entanto, tanto *pedites* quanto *equites* só poderiam servir até os quarenta e seis anos de idade, período só alargado em períodos excepcionais, como, por exemplo, os meses que se seguiram à Batalha de Canas³⁶, quando se fazia necessária a reconstrução das legiões destruídas pelo exército anibálico.

Esse processo de alistamento era tão importante para a formação dos exércitos que o processo de recrutar tropas acabou por definir a nomenclatura legião. Foi a partir do verbo *lego*, que indicava “recrutar, alistar (soldados)” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 1014), que se originou o substantivo *legio*, que significa “a maior unidade do exército romano, consistindo de uma

³⁴ Uma questão muito importante para o futuro do exército é o processo de separação entre a *ordo equester* e a *ordo senatorius*. Davenport sumariza assim: “A situação mudou nas últimas décadas do século II a.C., quando membros das dezoito centúrias equestres foram forçados a renunciar a seus cavalos para serem admitidos ao Senado e então deixaram de ser *equites*. Essa medida foi seguida por uma série de leis que deram aos *equites* remanescentes (não-senadores) um papel proeminente e relevante na política como jurados nas cortes criminais. Esses dois desenvolvimentos foram o catalisador que forçou uma separação entre elites senatoriais e não-senatoriais em termos de distinção de status que fervilhava por séculos. Na nova hierarquia da *res publica*, havia uma clara distinção entre a ordem senatorial (*ordo senatorius*) e a ordem equestre (*ordo equester*). Essas *ordines* eram superiores em status e prestígio à terceira ordem, o povo ou os cidadãos ordinários (*plebs*)” (DAVENPORT, 2019, p. 09).

³⁵ “[τῶν λοιπῶν τοὺς μὲν ἰππεῖς δέκα, τοὺς δὲ πεζοὺς ἕξ καὶ δέκα δεῖ στρατείας τελεῖν κατ’ ἀνάγκην ἐν τοῖς τετταράκοντα καὶ ἕξ ἔτεσιν ἀπὸ γενεᾶς πλὴν τῶν ὑπὸ τὰς τετρακοσίας δραχμὰς τετιμημένων: τούτους δὲ παρῖσι πάντας εἰς τὴν ναυτικὴν χρεῖαν. Ἐὰν δὲ ποτε κατεπίγη τὰ τῆς περιστάσεως, ὀφείλουσιν οἱ πεζοὶ στρατεύειν εἴκοσι στρατείας ἐνιαυσίους]” (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 19. 2-3).

³⁶ A Batalha de Canas ocorreu em 02 de agosto de 216 a.C. e marcou o recontro entre oito legiões romanas lideradas pelos cônsules L. Emílio Paulo e C. Terêncio Varão e as tropas lideradas pelo general cartaginês Aníbal Barca. Essa batalha, vencida por Aníbal e seus aliados, após o cerco da infantaria romana no centro do campo de batalha por parte das tropas cartaginesas e seus aliados, foi responsável por dezenas de milhares de mortes romanas, estimadas desde o número de setenta mil homens descritos por Políbio (*Histórias*. III. 117.2) até as estimativas mais modestas dos pesquisadores contemporâneos, como Adrian Goldsworthy, que em *Cannae*, apontou cinquenta mil mortos entre romanos e aliados (GOLDSWORTHY, 2001, p. 15).

infantaria, variando em diferentes momentos entre mais ou menos 4200 e 6000³⁷ homens, junto a uma pequena força de cavalaria [...] (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1013).

Voltando ao processo em si e após o relatado anteriormente, os tribunos tomavam o juramento de suas respectivas legiões e os cônsules convocavam os exércitos das cidades aliadas por meio dos representantes dessas que estavam em Roma durante o alistamento. Os tribunos, então, indicavam o horário e local em que os recrutas deveriam se apresentar e os dispensavam (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 21. 6). O não comparecimento futuro poderia ser punido até com a pena capital, a depender do motivo da ausência.

A próxima reunião das tropas era fundamental porque nela era feita a definição dos manípulos, das linhas e a escolha dos outros oficiais. Políbio assim nos relata:

Os homens se apresentam no dia indicado e os tribunos escolhem entre eles os mais jovens e os mais pobres para formar os *velites*, os seguintes para formar os *hastati*, os homens mais vigorosos formam o corpo dos *principes*; e os de mais idade formam os *triarii*. Entre os romanos, esses são os nomes das quatro classes de tropa de cada legião, diferentes em idade e em equipamento. Sua distribuição é a seguinte: os de mais idade, os chamados *triarii*, são seiscentos, os *principes* mil e duzentos e mil e duzentos também os *hastati*; os restantes, que são os mais jovens, são os *velites*. Se a legião supera os quatro mil homens³⁸, se faz uma distribuição proporcional, com exceção dos *triarii*, cujo número é invariável³⁹ (POLÍBIO. *Histórias*. 6, 21. 7).

Fica claro pelo exposto acima que existiam quatro classes de tropas de infantaria por legião: *velites*, *hastati*, *principes* e *triarii*. Os critérios de separação entre as classes eram censitários e etários. Os mais jovens e com menor censo⁴⁰ eram postos na classe de *velites*, em número de mil e duzentos homens e armados com escudo leve⁴¹. O próximo grupo em idade e censo era o dos *hastati*. Esses homens portavam uma armadura completa com: um *scutum*, um *gladius hispanienses*, dois *pila*, capacete emplumado e uma placa de proteção do peitoral⁴². O total de *hastati* por legião era também

³⁷ Esse quantitativo pode ser identificado quando se estuda o exército polibiano e o exército profissional entre o século I a.C. e o final do Principado, no entanto, tais números são totalmente descabidos quando pensamos o exército romano no século IV d.C., como é possível perceber no subcapítulo 1.3.

³⁸ Quatro mil e duzentos homens para sermos mais exatos.

³⁹ “[παραγενομένων δ’ εἰς τὴν ταχθεῖσαν ἡμέραν διαλέγουσι τῶν ἀνδρῶν τοὺς μὲν νεωτάτους καὶ πενιχροτάτους εἰς τοὺς γροσφομάχους, τοὺς δ’ ἐξῆς τούτοις εἰς τοὺς ἀστάτους καλουμένους, τοὺς δ’ ἀκμαιοτάτους ταῖς ἡλικίαις εἰς τοὺς πρίγκιπας, τοὺς δὲ πρεσβυτάτους εἰς τοὺς τριαρίους. Αὗται γὰρ εἰσι καὶ τοσαῦται διαφοραὶ παρὰ Ῥωμαίοις καὶ τῶν ὀνομασιῶν καὶ τῶν ἡλικιῶν, ἔτι δὲ τῶν καθοπλισμῶν ἐν ἐκάστῳ στρατοπέδῳ. Διαιροῦσι δ’ αὐτοὺς τὸν τρόπον τοῦτον ὥστ’ εἶναι τοὺς μὲν πρεσβυτάτους καὶ τριαρίους προσαγορευομένους ἑξακοσίους, τοὺς δὲ πρίγκιπας χιλίους καὶ διακοσίους, ἴσους δὲ τούτοις τοὺς ἀστάτους, τοὺς δὲ λοιποὺς καὶ νεωτάτους γροσφοφόρους. Ἐὰν δὲ πλείους τῶν τετρακισηλίων ᾖσι, κατὰ λόγον ποιοῦνται τὴν διαίρεσιν πλὴν τῶν τριαρίων. Τούτους αἰεὶ τοὺς ἴσους]” (POLÍBIO. *Histórias*. 6, 21. 7).

⁴⁰ Dentro daquelas cinco classes estabelecidas desde as reformas servianas. O indivíduo que estivesse abaixo dessas classes só poderia ser recrutado para a marinha. A exceção a esse padrão poderia ocorrer em períodos de grandes perdas humanas por parte do exército romano.

⁴¹ Chamado de escudo *parma*.

⁴² Políbio é quem fornece essa descrição (POLÍBIO. *Histórias*. VI. 23. 1-11). Ela é, em parte, confirmada por estudos contemporâneos, como o trabalho *Roman Military Equipment* de autoria de M. Bishop e J. C. N. Coulston. Ao analisar os armamentos típicos do período republicano, os autores elencam o *gladius hispanienses* (uma espada curta), o *pilum* (uma espécie de dardo de curto alcance), elmo emplumado e, possivelmente, uma *lorica hamata* “armadura corporal de malha” (BISHOP; COULSTON, 2009, p. 63).

de mil e duzentos. O próximo grupo era aquele considerado o de maior vigor, os *principes*. Esses homens possuíam equipamento similar ao dos *hastati* e somavam mil e duzentos homens por legião. Por último e não menos importante, eram definidos os *triarii*, homens armados de forma similar aos dois anteriores, exceto pelo fato de portarem *hastae*, ou seja, lanças longas. O total de *triarii* por legião era de seiscentos homens. Ou seja, os quatro mil e duzentos homens de uma legião eram a soma dos seiscentos *triarii* com os mil e duzentos *velites*, mil e duzentos *hastati* e mil e duzentos *principes*.

Realizada a divisão por classes de soldados, era feita a escolha dos oficiais responsáveis por cada uma dessas linhas e, conseqüentemente, pela delimitação da unidade tática básica militar romana do exército republicano descrito por Políbio: o manípulo. Esse modelo é fundamental porque ele foi a primeira grande inovação tática militar eminentemente romana, pois até então, o século III a.C., os romanos lutavam em falanges de inspiração grega. Ou seja, o manípulo esteve na própria gênese da legião romana. Segundo Políbio:

De cada uma das classes (exceto a dos homens mais jovens) já citadas de soldados, se escolhem dez centuriões⁴³ de acordo com seus méritos e depois eles elegem mais dez. Todos eles são chamados centuriões e o primeiro homem eleito tem um assento no conselho militar. Os centuriões então apontam um número igual de oficiais de retaguarda (*optiones*). Depois, cada categoria de soldados é dividida em dez seções correspondentes aos dez centuriões primeiros, exceto os *velites*. A cada manípulo dois centuriões e dois *optiones* são atribuídos. Em relação aos *velites*, esses são distribuídos em partes iguais entre todos os manípulos e essas companhias são chamadas *ordines* ou *manipuli* ou *vexilla*, e seus oficiais são chamados centuriões ou *ordinum doctores*. Esses últimos, em cada manípulo, escolhem os dois homens mais vigorosos e os nomeiam porta-estandartes⁴⁴ (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 24. 1-6).

Acima está descrito todo o processo de escolha dos centuriões, *optiones* e *ordinum doctores*. Começando pelos centuriões, esses oficiais que eram eleitos em número de dez por classe (exceção feita aos *velites*) e que escolhiam mais dez oficiais para acompanhá-los. Como existiam três classes que possuíam centuriões e cada uma delas contava com vinte, cada legião era formada por sessenta centuriões e cada um desses sessenta era responsável por uma centúria⁴⁵. A função básica do centurião era comandar a centúria, reunião de sessenta soldados. Além disso, cada centurião apontava um *optio*, ou seja, o segundo em comando da centúria e o oficial que o substituía nos casos em que

⁴³Políbio usa o termo “*daxiarcos*”, no entanto, preferimos a forma latinizada centuriões.

⁴⁴“[ἔξ ἐκάστου δὲ τῶν προειρημένων γενῶν πλὴν τῶν νεωτάτων ἐξέλεξαν ταξίαρχους ἀριστίνδην δέκα. Μετὰ δὲ τούτους ἑτέραν ἐκλογὴν ἄλλων δέκα ποιοῦνται. Καὶ τούτους μὲν ἅπαντας προσηγόρευσαν ταξίαρχους, ὧν ὁ πρῶτος αἰρεθεὶς καὶ συνεδρίου κοινωνεῖ: προσεκλέγονται δ’ οὗτοι πάλιν αὐτοὶ τοὺς ἴσους οὐραγούς. Ἐξῆς δὲ τούτοις μετὰ τῶν ταξίαρχων διεῖλον τὰς ἡλικίας, ἐκάστην εἰς δέκα μέρη, πλὴν τῶν γροσφομάχων: καὶ προσένειμαν ἐκάστῳ μέρει τῶν ἐκλεχθέντων ἀνδρῶν δύο ἡγεμόνας καὶ δύο οὐραγούς. Τῶν δὲ γροσφομάχων τοὺς ἐπιβάλλοντας κατὰ τὸ πλῆθος ἴσους ἐπὶ πάντα τὰ μέρη διένειμαν. Καὶ τὸ μὲν μέρος ἕκαστον ἐκάλεσαν καὶ τάγμα καὶ σπεῖραν καὶ σημαίαν, τοὺς δ’ ἡγεμόνας κεντυρίωνας καὶ ταξίαρχους. Οὗτοι δὲ καθ’ ἐκάστην σπεῖραν ἐκ τῶν καταλειπομένων ἐξέλεξαν αὐτοὶ δύο τοὺς ἀκμαιοτάτους καὶ γενναιοτάτους ἀνδρας σημαιαφόρους]” (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 24. 1-6).

⁴⁵A exceção para essa divisão de centuriões por sessenta homens estava nos *triarii*, já que cada manípulo dessa linha possuía metade do efetivo das linhas de *hastati* e *principes*. Muito provavelmente, cada centurião dos *triarii* era responsável por apenas 30 homens.

isso se fizesse necessário. Também não podemos esquecer os *signiferi*, ou seja, os homens responsáveis por carregar os estandartes⁴⁶ das legiões, sempre dois por manípulo e escolhidos pelos respectivos centuriões. Os *velites*, por outro lado, eram distribuídos em companhias entre todos os manípulos e recebiam a liderança de *ordinum doctores*.

Essas informações nos ajudam a desvendar a configuração da infantaria pesada romana. Lawrence Keppie, ao analisar a legião polibiana, define que “os *hastati* e os *principes* de cada legião eram divididos em dez manípulos de cento e vinte homens e os *triarii* em dez manípulos de sessenta” (KEPPIE, 1996, p. 20). Se cada manípulo possuía cento e vinte homens, a centúria era formada por metade desse contingente, ou seja, sessenta homens (com a exceção dos *triarii*, em que a centúria era formada por trinta homens)⁴⁷.

A existência de sessenta centuriões não significava que todos estivessem no mesmo grau na hierarquia militar. Como vimos, o primeiro centurião possuía um *status* diferente porque possuía um assento no *consilium*⁴⁸. Não sabemos se esse primeiro centurião (que depois das reformas do século I a.C. vai se tornar o *primus pilus*) possuía mais alguma especificidade, mas é provável que a ele fosse dada a chefia de um manípulo importante.

Mas por que se fazia necessária a colocação de sessenta centuriões em trinta manípulos?

Políbio esclarece que

É muito natural que sejam dois os comandantes para cada manípulo porque o que o comandante vai fazer ou que vai acontecer é imprevisível; as operações militares não admitem desculpas e não se quer que um manípulo fique sem seu chefe correspondente. Quando os dois centuriões estão em seus lugares, o eleito em primeiro comanda o lado direito e o segundo o lado esquerdo. Quando falta um, o outro toma o comando do manípulo todo⁴⁹ (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 24. 7-8)

Diante da imprevisibilidade das ações em campo de batalha, era importante que existisse um substituto para o comando do manípulo, assim como um substituto para o comando de uma centúria, o *optio*. De um centurião era exigido que tivesse liderança e firmeza, não só para atacar, mas também para resistir a ataques e morrer em seu posto, se necessário fosse (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 24).

⁴⁶Além de ser um importante símbolo da centúria, o *signum* era muito importante para a movimentação das tropas durante uma batalha, assim como os instrumentos musicais.

⁴⁷O tamanho da centúria passou por grandes mudanças no decorrer da história romana, portanto, é importante ressaltar que a composição de sessenta homens se dava entre os séculos III e II a.C. e fazem referência ao relato de Políbio.

⁴⁸Segundo Pat Southern, o *consilium* “era realmente mais parecido um *briefing* moderno do que uma sessão de planejamento. Cada general escutaria as opiniões de seus vários oficiais e poderia ser influenciado por suas ideias e conhecimentos, especialmente se ele tivesse pouca experiência. No entanto, a responsabilidade total pelo processo de planejamento recaía sobre ele, que poderia sobrepor as decisões dos colegas se desejasse. A ordem de batalha seria dada no *consilium* e depois os oficiais informariam suas seções, cada um deles em um *consilium* sob sua responsabilidade. Teoricamente, então, mesmo se as tropas não estivessem informadas do plano geral, elas saberiam o que era esperado delas, uma vez que a campanha ou as batalhas individuais começassem” (SOUTHERN, 2006, p. 199).

⁴⁹“[δύο δὲ καθ’ ἕκαστον τάγμα ποιούσιν ἡγεμόνας εἰκότως: ἀδήλου γὰρ ὄντος καὶ τοῦ ποιῆσαι καὶ τοῦ παθεῖν τι τὸν ἡγεμόνα, τῆς πολεμικῆς χρείας οὐκ ἐπιδεχομένης πρόφασιν, οὐδέποτε βούλονται τὴν σπεῖραν χωρὶς ἡγεμόνος εἶναι καὶ προστάτου. Παρόντων μὲν οὖν ἀμφοτέρων ὁ μὲν πρῶτος αἰρεθεὶς ἡγεῖται τοῦ δεξιοῦ μέρους τῆς σπεύρας, ὁ δὲ δεύτερος τῶν εὐωνύμων ἀνδρῶν τῆς σημαίας ἔχει τὴν ἡγεμονίαν: μὴ παρόντων δ’ ὁ καταλειπόμενος ἡγεῖται πάντων]” (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 24. 7-8).

Tabela 02 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército polibiano.

ESTRUTURA	TOTAL DE SOLDADOS ROMANOS DE INFANTARIA
EXÉRCITO CONSULAR (DUAS LEGIÕES)	8.400
LEGIÃO	4.200
<i>VELITES</i>	1.200
<i>HASTATI</i>	1.200
<i>PRINCIPES</i>	1.200
<i>TRIARII</i>	600
MANÍPULO	120*
CENTÚRIA	60*

* A LINHA DOS *TRIARII* CONTAVA COM METADE DE TAIS NÚMEROS.

Produção do próprio autor.

As unidades de cavalaria da legião, as *turmae*, possuíam uma configuração que seguia os mesmos parâmetros. Segundo Políbio:

De maneira semelhante tinham distribuído os cavaleiros em dez *turmae* e de cada uma delas eles selecionam três oficiais (*decuriones*), que apontam eles mesmos três oficiais de retaguarda (*optiones*). O primeiro decurião eleito comanda toda a unidade; os outros dois exercem a função de chefe de decúria, todos os três ostentando o título. Se o primeiro falta, o segundo recebe o comando da *turma*⁵⁰ (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 25. 1-2).

Se a cavalaria romana possuía um total de trezentos cavaleiros por legião, cada uma das dez *turmae* possuía trinta cavaleiros. Os *decuriones* eram eleitos para atuar como líderes das decúrias (dez homens) que formavam uma *turma* (trinta homens). Assim como no caso dos centuriões, os *decuriones* primeiramente eleitos eram os oficiais responsáveis pelas suas *turmae*. Cada um dos três oficiais possuía um *optio*, ou seja, um segundo em comando e substituto no comando da decúria.

Tabela 03 – Divisão de soldados romanos de cavalaria por estrutura do exército polibiano.

ESTRUTURA	NÚMEROS DA CAVALARIA ROMANA
EXÉRCITO CONSULAR (DUAS LEGIÕES)	600
LEGIÃO	300
<i>TURMA</i>	30

Produção do próprio autor.

Quando chegava o momento da reunião de todas as tropas, os reforços das cidades aliadas se juntavam ao exército romano. As *alae sociorum* possuíam um número de homens servindo na infantaria muito parecido com o dos romanos, mas possuíam três vezes mais cavaleiros do que os romanos (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 26. 7). O cônsul nomeia doze oficiais responsáveis por organizar e comandar essas tropas, os *praefecti sociorum*. A primeira função dos *praefecti sociorum* era escolher

⁵⁰«[Παραπλησίως δὲ καὶ τοὺς ἰπτεῖς εἰς ἕλας δέκα διεῖλον, ἐξ ἑκάστης δὲ τρεῖς προκρίνουσιν ἰλάρχας, οὗτοι δ' αὐτοὶ τρεῖς προσέλαβον οὐραγούς. Ὁ μὲν οὖν πρῶτος αἰρεθεὶς ἰλάρχης ἡγεῖται τῆς ἕλης, οἱ δὲ δύο δεκαδάρχων ἔχουσι τάξιν, καλοῦνται δὲ πάντες δεκουρίωνες. Μὴ παρόντος δὲ τοῦ πρώτου πάλιν ὁ δεῦτερος ἰλάρχου λαμβάνει τάξιν]» (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 25.1-2).

um quinto da infantaria e um terço da cavalaria dos aliados para formar os *extraordinarii*. Esses homens “ficavam à disposição do cônsul, sendo alocados próximos à tenda dele. Eles o acompanhavam em marcha e poderiam ser enviados em missões especiais” (SOUTHERN, 2006, p. 94). É sabido que o grupo era responsável também por atuar de maneira específica em campo de batalha ao formar a retaguarda em caso de ataques por aquela região.

Uma última questão a ser levada em conta na descrição é a gênese da profissionalização desse exército. Autores das mais diversas ordens, como Lawrence Keppie, Adrian Goldsworthy e Pat Southern, defendem que esse exército romano até o segundo século não era ainda um exército profissional. Apesar da existência de estipêndio para soldados (POLÍBIO. *Histórias*. VI. 39, 12), “em essência, o exército romano do começo e meio da República era formado por seus cidadãos armados conduzidos à batalha por magistrados eleitos” (KEPPIE, 1996, p. 38).

As duas primeiras guerras púnicas e a expansão por todo o Mar Mediterrâneo mostraram a solidificação do modelo manipular, mas começaram a alterar alguns aspectos importantes dessa milícia de cidadãos. Se antes as campanhas se iniciavam normalmente em março e terminavam em outubro, agora os soldados ficavam anos ausentes de suas terras e muitos dos que serviam voltavam a se voluntariar em campanhas seguidas, como o caso do centurião *Ligustinus* exemplifica bem (Tito Lívio. *História de Roma desde a Fundação da Cidade*. 42, 34.5-11). O centro econômico da vida de muitos romanos passou a ser a atividade bélica, que para além do estipêndio proporcionava botins, o que segundo Dexter Hoyos em *The Age of Overseas Expansion (264-146BC)*, “foi um incentivo primordial para se alistar em guerras externas” (HOYOS, 2007, p. 68). Ou seja, em linhas gerais, esse exército era ainda amador, embora já estivessem presentes nele as sementes de sua profissionalização.

Encerramos assim a descrição do exército polibiano, modelo que existiu entre, pelo menos, a Segunda Guerra Púnica e meados do século II a.C. Por se tratar de um recorte, deixamos claro que ele é lacunar e impreciso. No entanto, são esses relatos falhos que nos permitem conhecer o exército romano daquele período minimamente. Eles permitem também ter uma ideia de um exército ainda sem a complexidade de manutenção e hierarquia que caracterizou suas fases posteriores e constituído a partir de elementos de civismo e amadorismo. Há que se levar em conta as intencionalidades de Políbio na construção de um exército carregado de idealizações, todavia, é possível perceber também elementos que estavam na base das construções do historiador antigo e compartilhadas por outros historiadores antigos, como Tito Lívio.

A partir disso, é possível, por exemplo, fazer estimativas do tamanho do exército romano. Levando em conta que cada legião possuía quatro mil e duzentos soldados de infantaria e trezentos cavaleiros, é plausível inferir que um exército consular possuía nove mil romanos. Sabendo que o número de aliados (igual ao número de soldados de infantaria romana e três vezes o número de cavaleiros) totalizava dez mil e duzentos homens, é possível aventar que um exército consular possuía

dezenove mil e duzentos homens. Não se pode olvidar ainda que existia não um, mas (pelo menos) dois exércitos consulares, o que dobra esse número e chegamos ao montante de trinta e oito mil e quatrocentos homens somente nos exércitos consulares. Como pretores também poderiam assumir o comando de exércitos em operações menores, esse número era possivelmente maior. Outro lembrete é o de que o tamanho e o número de legiões poderiam aumentar, como o caso mais famoso do século III a.C., quando o Senado romano determinou que oito legiões de cinco mil homens fossem reunidas (sem contar os aliados) para lutar contra Aníbal em 216 a.C. (POLÍBIO. *Histórias*. III, 107.9). Esse aumento brutal de tropas não era certeza de sucesso, como o exemplo de Canas ilustra muito bem.

Não podemos esquecer também que, para além do exército terrestre, os romanos possuíam uma marinha de guerra desde, pelo menos, a Primeira Guerra Púnica, o que aumentava o efetivo à disposição. Dexter Hoyos aponta que a frota romana que invadiu a África em 256 a.C. possuía 69.000 tripulantes (HOYOS, 2007, p. 65). O mesmo autor defende que “em 212-211, com vinte e cinco legiões na Itália, Gália Cisalpina, Espanha e Sicília, e mais de duzentos navios de guerras, o total de romanos, latinos e italianos em armas foi calculado em 233.000” (HOYOS, 2007, p. 65). Hoyos estima ainda que a cada década entre 225 e 146 houve pelo menos “oito por cento e durante a Segunda Guerra Púnica até vinte e nove por cento, de romanos com dezesseis anos ou mais em armas” (HOYOS, 2007, p. 65). Esse é um número muito alto até para os padrões atuais⁵¹ e indica uma capacidade de mobilização surpreendente. Esse conjunto de fatores ajuda a explicar como essa sociedade atingiu novos patamares de expansão territorial na região mediterrânea entre os séculos III e II a.C. Mais do que a precisão numérica, temos de levar em conta a escala do exército romana dentro daquela sociedade fornecida pelos autores antigos.

1.2. O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO: DE MÁRIO A OTÁVIO

Mais de cento e vinte anos após a escrita das *Histórias* de Políbio ocorreu a Batalha de Ácio. Ambientada em 31 a.C., essa refrega foi essencial para a definição da guerra civil entre Caio Otávio e Marco Antônio. Para muitos, a vitória de Otávio inaugurou uma nova fase da história política de Roma, o início do Principado, mas para além de sua importância na definição dos rumos políticos, do ponto de vista militar, a vitória é fundamental, já que representou a consolidação de várias

⁵¹Segundo dados apresentados no *The Military Balance 2015* apresentados no *Nexo Jornal*, o país que alcançou a maior proporção de militares entre a população adulta do mundo contemporâneo em anos recentes foi a Coreia do Norte, com 7,89% de sua população prestando serviço militar (ZANLORENSSI; ALMEIDA, 2018). Se tomarmos as estimativas de Hoyos como plausíveis (quando se trata de estatísticas no mundo antigo é sempre importante ter certo ceticismo), a capacidade de mobilização romana era maior inclusive do que a de países contemporâneos que enfrentam guerras.

mudanças em desenvolvimento desde o século III a.C. e a introdução de inovações que concluíram a profissionalização do exército romano.

Pode parecer um tanto quanto confuso a afirmação de que muitas transformações militares começaram no século III a.C, ou seja, no século em que ocorreu a Segunda Guerra Púnica, estudado anteriormente, e que Otávio consolidou essas mudanças ao ascender ao posto de liderança principal do Império Romano. Contudo, isso não é nem um pouco desarrazoado se pensarmos que as estruturas em Roma eram transformadas de maneira lenta e gradual. É o caso, por exemplo, do processo que levou à transformação da unidade tática básica romana polibiana, o manípulo, em coorte.

Pierre Cagniard demonstra, ao estudar Políbio em *The Late Republican Army (146-30 BC)*, que “a coorte, como uma unidade de luta, foi primeiramente usada por Públio Cornélio Cipião na Espanha, durante a Guerra Anibálica e, depois da guerra, por seus sucessores” (CAGNIART, 2007, p. 85). Ou seja, o exército “cipiônico”, que simbolizou a formação manipular, foi também o introdutor da coorte enquanto unidade tática. Ao entrarem em contato com exércitos na Península Ibérica, que demandavam confrontos com maior velocidade em terrenos irregulares, as tropas sob comando de Cipião tiveram que mudar sua forma de proceder para aumentar sua velocidade ante as táticas de avançar e recuar e, além disso, aumentar a força em assaltos frontais massivos. Segundo a leitura de Cagniard: “ao combinar três manípulos, ele [Cipião] estava apto a resolver ambos os problemas, já que a nova unidade, a coorte, poderia responder de maneira mais eficaz às táticas utilizadas pelo inimigo” (CAGNIART, 2007, p.85). A coorte mesclava força e velocidade, já que era bem maior do que um manípulo e era passível de manobra até em terrenos irregulares.

O processo de assimilação do modelo de coorte e progressivo abandono do modelo manipular se seguiu durante o século II a.C. A obra de Salústio, *Guerra de Jugurta*, é sintomática desse processo, já que nela é possível ver utilizações dos dois modelos concomitantemente (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. 51.3-7.4). Contudo, é nessa obra que a historiografia conseguiu datar a última menção ao uso da formação manipular, especificamente no episódio em que Metelo enfrentou as tropas do rei Jugurta, em Mutul no ano de 108 a.C. (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. 49.6). A padronização do modelo tático de coortes é creditado em grande parte a Mário. Nesse ponto, podemos afirmar que “depois de Mário, todas as legiões romanas eram compostas de coortes” (CAGNIART, 2007, p. 86).

Mas o que é a coorte? Para Giovanni Brizzi, autor de *Guerreiro: o soldado e o legionário*, era uma unidade “intermediária entre os manípulos e as legiões” (BRIZZI, 2003, p.87). Essa delimitação da coorte é interessante no sentido numérico, já que enquanto uma legião inteira possuía mais de quatro mil homens, um manípulo polibiano tinha cento e vinte soldados. A primeira era uma estrutura gigantesca e a segunda muito pequena, portanto, fez-se necessário organizar uma estrutura intermediária, ao mesmo tempo sólida e compacta. A coorte é justamente isso e para entendê-la é

necessário retomar alguns pontos apresentados anteriormente. Lawrence Keppie descreve o novo modelo tático assim:

A nova legião consistia em dez coortes, que eram formadas para a batalha em três linhas, em uma formação 4-3-3. Muito provavelmente as coortes tinham um tamanho padrão, que sabemos ser de 480 homens durante o Império. Portanto, a legião tinha algo em torno de 4.800 homens. Cada coorte continha seis centúrias de 80 homens (KEPPIE, 2005, p.44).

O primeiro ponto importante para se entender a mudança diz respeito à centúria, que, se anteriormente possuía sessenta homens, passava agora a ter oitenta homens em sua estrutura. A reunião de seis centúrias gerava a coorte, ou seja, uma unidade tática que acomodava quatrocentos e oitenta homens (mas que poderia atingir até 600). A divisão entre *velites*, *hastati*, *principes* e *triarii* deixou de existir, a legião passou a possuir três linhas alocadas em quatro coortes na frente, três na linha intermediária e três na última linha (essa configuração é tomada como padrão⁵², embora as diversas situações táticas demandassem certa flexibilidade). Em síntese, uma legião possuía, em média, 4.800 homens divididos em dez coortes de 480 homens, redivididos, por sua vez, em seis centúrias de 80 homens⁵³.

Tabela 04 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército profissional.

ESTRUTURA	TOTAL DE SOLDADOS ROMANOS DE INFANTARIA
LEGIÃO	4.800
COORTE (10 por legião)	480
CENTÚRIA (6 por coorte)	80
<i>Contubernium</i> (10 por centúria)	08

Produção do próprio autor.

Tão importante quanto a alteração tática que levou à formação das coortes, é a alteração da composição dessas unidades. Já vimos que aquela divisão em linhas baseadas no censo e na idade dos soldados deixou de existir. Nesse ponto, a figura de Mário novamente emerge e de novo não como o revolucionário pensador militar, mas sim como o homem que formalizou alterações que tiveram início muito antes dele. Plutarco assim descreve:

Ele [Mário] foi triunfalmente eleito e depois procedeu ao recrutamento. De forma contrária a lei e ao costume, ele alistou muitos homens pobres e insignificantes, embora comandantes antigos não tivessem aceitado tais pessoas, já que só confiavam armas, assim como outras marcas de honra, àqueles que eram dignos delas, ou seja, aqueles cuja avaliação de propriedade os tornava dignos de recebê-las, já que cada soldado deveria deixar seus bens de garantia ao Estado⁵⁴ (PLUTARCO. *Vidas Paralelas. Mário*. 9.1).

⁵²“A legião de coortes podia, também, entrar em formação em duas ou quatro linhas, embora uma única linha de coortes fosse raramente empregada, e talvez fosse considerada fraca demais” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 163).

⁵³Vemos à frente algumas das projeções do total de homens servindo nos exércitos romanos.

⁵⁴“[Ἀναγορευθεὶς δὲ λαμπρῶς εὐθὺς ἐστρατολόγει, παρὰ τὸν νόμον καὶ τὴν συνήθειαν πολὺν τὸν ἄπορον καὶ φαῦλον καταγράφων, τῶν πρόσθεν ἡγεμόνων οὐ προσδεχομένων τοὺς τοιοῦτους, ἀλλ', ὥσπερ ἄλλο τι τῶν καλῶν, τὰ ὅπλα μετὰ τιμῆς τοῖς ἀξίοις νεμόντων, ἐνέχυρον τὴν οὐσίαν ἐκάστου τιθέναι δοκοῦντος]” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas. Mário*. 9.1).

A existência de requisitos censitários foi, desde pelo menos a assim chamada Reforma Serviana, essencial para a formação de uma milícia de cidadãos durante uma parte dos períodos monárquico e republicano até o final do século II a.C. Isso não significou, contudo, que o requisito de 11.000 *asses* tenha se mantido estável para que o cidadão ingressasse no corpo dos *absidui*⁵⁵. Conforme já mostrado anteriormente, Políbio estipulou o valor mínimo em 400 dracmas, ou seja, 4.000 *asses*, muito provavelmente por conta da necessidade de recrutamento ante os desastres iniciais da Segunda Guerra Púnica, quando havia um *tumultus*⁵⁶ configurado. Posteriormente, entre 140 e 125 a.C., houve uma nova redução do censo mínimo para 1.500 *asses* (CAGNIART, 2007, p. 81).

O recrutamento feito em 107 a.C. significou a travessia de uma linha importante nesse sentido. Mário, ao necessitar de um *supplementum* de soldados para sua campanha na África, não realizou um tradicional *dilectus*⁵⁷ entre as classes censitárias e a convocação de aliados (*socii*). Ele, de outra forma, alistou homens que conhecia pessoalmente ou que eram indicados por aliados italianos, possibilitando que *capite censi* se alistassem, o “que a partir de então se tornou uma prática normal” (BLOIS, 1987, p. 11). Segundo Emilio Gabba, “a ‘Reforma de Mário’ não realizou inovações importantes ou substanciais no exército romano; o exército proletário⁵⁸ dos anos que se seguiram a 107 a.C., profissional e voluntário, diferia pouco em composição ou aspecto do exército que o precedeu” (GABBA, 1976, p.12). A atitude de recrutar homens fora do grupo dos *absidui* é, portanto, mais um desdobramento do que uma inovação mariana. Além disso, esse recrutamento de 107 a.C. representou também o fim do alistamento por tribos.

Concomitantemente a essa abertura do serviço militar a esse grupo antes impossibilitado de servir também estava a transformação da atividade militar em um meio de vida para certos homens. O que se seguiu foi um processo de maior vinculação entre soldados e general, já que os primeiros esperavam do segundo recompensas financeiras durante e ao final das campanhas. Para uma grande quantidade de despossuídos, adentrar as fileiras dos exércitos era uma oportunidade de receber botins e doações de terra ao final de uma campanha. A consequência lógica disso foi que “os soldados entenderam que seu futuro dependia do futuro de seu comandante, o único capaz de provê-los. Isso está na raiz de exércitos profissionais e privados” (CAGNIART, 2007, p.82). A relação entre propriedade e serviço militar havia sido definitivamente rompida e trocada por uma outra em que

⁵⁵Os *absidui* eram “aqueles alistados nas cinco classes em que o povo romano era dividido de acordo com as qualificações do censo” (GABBA, 1976, p.02). Só os *absidui* possuíam a garantia de poder ingressar nas fileiras romanas.

⁵⁶Um *tumultus* pode ser entendido como, entre outras coisas: “um surto de violência ou desordem, uma incursão hostil, uma insurreição ou algo similar, especialmente uma que exige o armamento dos cidadãos e outras medidas emergenciais” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1988).

⁵⁷*Dilectus*: termo utilizado para descrever o recrutamento e derivado do verbo *diligere*, significando valorizar ou favorecer (SOUTHERN, 2006, p. 337).

⁵⁸O termo *proletarius* aqui não possui o sentido moderno de trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de remuneração, mas sim no sentido da divisão social censitária romana, como um sujeito que possuía a prole para oferecer ao Estado.

soldados se ligavam diretamente aos seus comandantes. Ao mesmo tempo se rompia o princípio que definia o exército romano como uma milícia de cidadãos e se lançava as bases de um outro modelo, o que tornava os militares muito mais ligados às legiões e seus comandantes do que às instituições romanas.

Para além da composição das tropas, outras grandes alterações militares se cristalizaram durante os consulados de Mário. Uma primeira que gostaríamos de realçar é descrita também por Plutarco:

Em campanha extenuava seus homens durante o caminho, os fazia se exercitar em todo tipo de corridas e em grandes marchas e obrigava cada soldado a transportar sua própria bagagem e preparar a própria comida. Consequentemente, daquele momento em diante, homens que gostavam de trabalhar e faziam o que quer fosse mandado a eles sem murmúrio foram chamados de mulas de Mário⁵⁹(PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Mário. 13.1).

Além da recorrência da participação dos mesmos homens em diversas campanhas, Mário formalizou um maior cuidado com o treinamento militar. Sobre essa questão, é possível dizer que houve uma clivagem na maneira de Mário enxergar tais questões no ano de 105 a.C., quando ele assumiu as tropas arregimentadas por Rutilio Rufo. Esse último “havia trazido treinadores de gladiadores para ensinar a seus homens o manuseio das armas” (GOLDSWORTHY, 2016, p.166-167). Mário incorporou esse tipo de treinamento a outros que já eram realizados, como as corridas, marchas, além do transporte e preparação por parte dos soldados de seus alimentos. Apesar de existir certa controvérsia a respeito da origem da expressão ‘mulas de Mário’, ela ilustra bem essa renovação disciplinar em que o próprio soldado era responsável por carregar sua própria bagagem, preparar sua alimentação e sempre obedecer. Claro, “as mulas de Mário [...] não constituíram um exército mercenário profissional, mas se tornaram tão boas quanto profissionais ao experienciar uma campanha militar após outra, seja no norte da África [...] ou no sul da Gália e Vale do Pó” (BLOIS, 2007, p. 167). Além disso, como os soldados carregavam suas armas, comidas, utensílios e ferramentas, um menor número de pessoas era demandado para a realização de uma campanha. Melhora do treinamento e asceticismo em campanha foram iniciativas que procuravam fortalecer o corpo e o *animus* do soldado.

Outro elemento de grande importância para essa fase de profissionalização militar romana foi a preocupação de Mário com a disciplina dos homens. O caso mais famoso dessa preocupação do grande militar romano foi o que envolveu o próprio sobrinho de Mário, o oficial Caio Lúcio. Segundo Plutarco (*Vidas Paralelas*. Mário. 14. 1-8), Caio Lúcio era um contumaz sedutor de soldados, no entanto, quando ele levou um soldado de nome Trebônio para sua barraca e tentou assediá-lo, acabou

⁵⁹“[έν δὲ τῇ στρατείᾳ τὴν δύναμιν διεπόνει καθ’ ὁδὸν ἐξασκῶν δρόμοις τε παντοδαποῖς καὶ μακραῖς ὁδοιποίαις, ἑαυτῶ δὲ ἀχθοφορεῖν ἀναγκάζων καὶ αὐτουργεῖν τὰ πρὸς τὴν δίαιταν, ὥστε καὶ μετὰ ταῦτα τοὺς φιλοπόνους καὶ σιωπῆ μετ’ εὐκολίας τὰ προστασσόμενα ποιοῦντας ἡμίονους Μαριανούς καλεῖσθαι]” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Mário. 13.1).

sendo assassinado. Vários outros homens confirmaram a história e Mário não só absolveu o assassinato de seu sobrinho, mas também o elogiou publicamente e o premiou com a *corona ciuica* pela excelente ação⁶⁰.

Todas as mudanças efetivadas nos sucessivos consulados de Mário mostram como ocorreu um processo de homogeneização do exército romano. Ao mesmo tempo em que deixavam de existir a exigência de propriedade para ingressar nas tropas e a diferença censitária entre as linhas, o treinamento, a imposição de uma disciplina e uma fidelidade ao comandante geravam um maior *esprit de corps* nas tropas. Esse processo de criação de uma maior coesão pode ser exemplificado pela padronização de um estandarte para a legião, a águia (*aquila*). Plínio, o Velho relata assim:

Caio Mário, em seu segundo consulado, fixou a águia exclusivamente às legiões romanas. Antes daquele período ela era a primeira em classe e existiam outros quatro [estandartes]: o lobo, o minotauro, o cavalo e o javali selvagem, cada um precedendo uma simples classe. Alguns anos antes desse tempo se tornou costume carregar somente a águia para a batalha, sendo os outros estandartes deixados no campo; Mário, contudo, aboliu o resto deles inteiramente⁶¹ (PLÍNIO, O VELHO. *História Natural*. 10.5).

Novamente se percebe que Mário não iniciou uma grande reforma, mas simbolizou uma mudança. A tendência era a *aquila* se tornar um símbolo cada vez mais importante para as tropas romanas porque ela possuía um status diferente há muito tempo. Mário apenas confirmou o protagonismo total da *aquila* ao estabelecê-la como símbolo da legião.

Essas alterações iniciadas ainda nas Guerras Púnicas e continuadas nos séculos II e I a.C., especialmente durante os consulados de Mário, ganharam um outro capítulo importante com a ascensão política de Caio Otávio. Isso porque a ligação entre soldados e certas lideranças militares foi, em parte, responsável pela grande instabilidade do século I a.C., contexto em que foram observadas sucessivas quebras das tradições republicanas, como atestam a presença de exércitos dentro da cidade de Roma e diversas guerras civis. A última dessas guerras, travada entre Otávio e Marco Antônio, acabou com a vitória do primeiro e esteve na gênese não só de um novo regime político, o Principado, mas também de uma grande reforma do aparato militar romano. Como demonstra Kate Gilliver em *The Augustan Reform and the Structure of the Imperial Army*, fazia-se necessário que os soldados fossem removidos do “envolvimento ativo na política que eles tiveram durante o último século da República e do período triunviral” (GILLIVER, 2007, p. 184). Em linhas gerais, a participação de militares constantemente na política havia gerado grande derramamento de sangue e profunda instabilidade.

⁶⁰Segundo Políbio (*Histórias*. VI. 37.9), fazer mal uso do corpo era configurado como crime militar punido com açoite.

⁶¹“[Romanis eam [aquilam] legionibus gaius marius in secundo consulatu suo proprie dicavit. Erat et antea prima cum quattuor aliis: lupi, minotauri, equi aprique singulos ordines anteibant. Paucis ante annis sola in aciem portari coepta erat, reliqua in castris relinquebantur; marius in totum ea abdicavit]” (PLÍNIO, O VELHO. *História Natural*. 10.5).

Após a vitória em Ácio, em 31 a.C., os laços de lealdade não mais seriam direcionados a diferentes líderes, mas sim ao próprio Otávio e sua família. Para tal, fizeram-se necessárias algumas medidas listadas nas *Res Gestae Diui Augusti*. Uma das primeiras foi a diminuição do número de homens no serviço:

Os cidadãos romanos que fizeram o juramento de obediência a mim podem ser calculados em aproximadamente quinhentos mil. Eu assentei mais de que trezentos mil deles em colônias ou os enviei de volta a suas cidades depois do período de serviço; para todos estes eu fixei terras ou dei dinheiro como prêmio por seus serviços militares⁶² (*Res Gestae Diui Augusti*. III. 3).

Se levarmos em conta os números apresentados sobre o exército polibiano, podemos dizer que Otávio tinha inicialmente mais do que o dobro de homens disponíveis durante a passagem do século terceiro para o segundo a.C. Parte desse aumento dos numerários militares romanos pode ser explicado pela abertura do acesso às tropas aos grupos anteriormente fora das classes que poderiam servir nas tropas. Outro aspecto que explica esse fenômeno é a maior atratividade da cidade que havia se tornado a capital de um império, Roma. Contudo, um outro fator que também deve ser levado em conta é a questão dos aliados romanos (*socii*), que depois da Guerra Social (91-88 a.C.) “foram absorvidos nas legiões, reduzindo a proporção de não-cidadãos nos exércitos romanos de campo” (GOLDSWORTHY, 2003, p. 55). Sobre essa mudança de composição das tropas, Lawrence Keppie informa que, diante da necessidade de defender uma grande área geográfica decorrente das diversas conquistas, o exército romano deixou de ser um exército recrutado em Roma para ser um exército “defendendo o território romano e [Roma passou a ser] uma cidade que poucos [soldados] teriam a oportunidade de visitar durante o processo do serviço militar” (KEEPIE, 1997, p. 89). Essa alteração se desdobrou também no sentimento de pertencimento de grupo dos soldados, cada vez mais ligados às suas unidades e menos à cidade.

Se o grande número de tropas leais a diferentes líderes era ao mesmo tempo um fator de risco para a eclosão de contendas civis e sintoma de crise política, diminuir o número de tropas e homens era sinal de uma tentativa de normalização do funcionamento institucional. Para tal, eram oferecidas terras ou dinheiro como recompensas. O valor total dessas despesas também está listado nas *Res Gestae Diui Augusti*:

Eu paguei às cidades pelas terras que doei aos soldados em meu quarto consulado, e depois no consulado de Marco Crasso e Léntulo. A soma correspondeu a seiscentos milhões de sestércios pagos pelas terras na Itália e aproximadamente duzentos e sessenta mil desembolsados para terras provinciais. [...] Eu paguei recompensas financeiras aos soldados os quais eu assentei depois de completarem o serviço e nesta conta eu gastei quatrocentos milhões de sestércios⁶³ (*Res Gestae Diui Augusti*. XVI. 1-2)

⁶² “[*Millia civium Romanorum sub sacramento meo fuerunt circiter quingenta. Ex quibus deduxi in colonias aut remisii in municipia sua stipendis emeritis millia aliquanto plura quam trecenta, et iis omnibus agros adsignavi aut pecuniam pro praemiis militiae dedi*]” (*Res Gestae Diui Augusti*. III. 3).

⁶³ “[*Pecuniam pro agris quos in consulatu meo quarto et postea consulibus M. Crasso et Cn. Lentulo Augure adsignavi militibus solvi municipis; ea summa sestertium circiter sexiens milliens fuit quam pro Italicis praediis numeravi, et circiter*”

Esse é um dos elementos mais importantes das ações reformadoras de Otávio, o estabelecimento de recompensas a serem concedidas somente após o final do tempo de serviço dos soldados, pois denota mais uma etapa importante na profissionalização militar romana. Segundo Kate Gilliver, isso foi fundamental porque assim Otávio seria capaz de “quebrar a dependência financeira dos soldados com seus generais e alguns de seus laços de lealdade” (GILLIVER, 2007, p. 185). Mais do que formalizar esse pagamento para soldados, Otávio organizou um mecanismo de financiamento desses pagamentos, o *aerarium militare*. Esse tesouro foi estabelecido no ano 6 d.C. e contou com uma doação inicial do próprio *princeps* no valor de cento e setenta milhões de sestércios (*Res Gestae Diui Augusti*. XVII. 2). Além disso, existiam duas taxas que financiavam esse tesouro: a *centesima rerum venalium*, ou seja, um por cento cobrado sobre as vendas feitas em leilões, e a *vicesima hereditatum*, uma taxa de cinco por cento sobre heranças (SOUTHERN, 2006, p. 167).

Já sabemos quem organizou e como foi instituído o *aerarium militare*, falta agora descobrir quanto ganhava um legionário no momento de sua retirada do serviço militar. Segundo Yann Le Bohec (1994), autor de *El Ejército Romano*, um legionário comum recebia três mil e quinhentos *denarii* ao se aposentar durante o governo otaviano, valor aumentado para cinco mil *denarii* no governo de Calígula e oito mil e quinhentos *denarii* no começo do século terceiro. Outra padronização feita durante o governo augustano foi a do tempo de serviço necessário para que um legionário gozasse dos seus direitos de aposentadoria. Um soldado deveria servir por dezesseis anos e mais quatro anos na reserva (exercendo atividades nos fortes ou acampamentos) até o ano cinco d.C., quando houve um aumento de quatro anos na ativa e mais cinco na reserva, padronizando o tempo de serviço para vinte e cinco anos tanto para legionários quanto para auxiliares⁶⁴. Isso não impossibilitava que certos homens ficassem mais tempo do que o necessário nas tropas, como muitos casos de oficiais atestam. O tamanho dos lotes de terra doado após o término do tempo de serviço é desconhecido, mas Gilliver (2007, p. 186) estimou em 50 *iugera* (14.7 hectares) divididos em colônias espalhadas pelo Império e que, devido ao alto custo, acabaram dando mais espaço para os pagamentos em dinheiro, algo que se tornou a norma ao final do século I d.C. Os soldados recebiam um *stipendium*, um pagamento anual, que na época de Otávio girava em torno de 225 *denarii* (GOLDSWORTHY, 2003, p. 94). Não mais cabia ao soldado providenciar armamentos e vestimentas, sendo esses entregues pelo próprio exército. Além disso, existiam suplementos ao pagamento (certas regalias), a exemplo de doações do imperador e isenções de impostos que se estendiam a familiares (SOUTHERN, 2006, p. 107).

bis milliens et sescentiens quod pro agris provincialibus solvi. [...] militibus quos emeriteis stipendis insua municipia deduxi praemia numerato persolvi, quam in rem sestertium quater milliens circiter impendi]” (*Res Gestae Diui Augusti*. XVI. 1-2).

⁶⁴Diferentemente dos legionários, os auxiliares parecem não “ter recebido nenhuma recompensa ao se aposentarem” (BREEZE, 2016, p.31).

Um último ponto a respeito da arregimentação das tropas era o mecanismo de recrutamento. Apesar do fato de todos os romanos serem legalmente obrigados a servir, Otávio só realizou *dilectius* após os desastres na Panônia (6 d.C.) e na Germânia (9 d.C.). Entre os séculos I e II d.C., três tipos de recrutas se tornaram padrão: os *voluntarii*, os *lecti* e os *vicarii*. Os *voluntarii* seriam aqueles homens que demonstravam o desejo de servir e que possuíam todos os pressupostos para tal, tais como: não serem escravos ou criminosos. Durante o Principado, grande parte do exército romano era formada pelos *voluntarii*. Os *lecti*, os conscritos, eram homens escolhidos pelos *dilectatores* ou *legati ad dilectum* (oficiais enviados para supervisionar o recrutamento) ou ainda por autoridades provinciais. Havia também o grupo dos *vicarii*, recrutas geralmente pagos por homens que não queriam ingressar nas fileiras romanas (ou por alguém de seu círculo) e que substituíam um conscrito (GOLDSWORTHY, 2003, p. 76).

Entendido um pouco sobre a alteração da composição e sobre o ressarcimento das tropas, falta agora entender a organização desse exército de proporções gigantescas. Como já dito anteriormente, Otávio foi responsável pela diminuição do número de homens em armas, o que por consequência diminuiu o número de legiões ao seu dispor. É sabido que em 31 a.C., ano da Batalha do Ácio, existiam sessenta legiões mobilizadas e que depois da desmobilização e assentamento de parte dessas tropas, Otávio “manteve em serviço vinte e oito legiões que existiam em 31 a.C., retiradas de seu exército e de Antônio” (GILLIVER, 2007, p. 185). Após essa substancial redução, o exército imperial permaneceu com a média de vinte e oito legiões ativas em boa parte do período do Principado. Cada legião possuía um número e um nome, como *II^a Augusta*, ou um número, nome e título, *III^a Augusta pia fidelis*.

O modelo tático de coortes já consolidado desde Mário foi mantido durante todo o Principado. Cada legião de mais ou menos quatro mil e oitocentos homens (mais uma pequena força de cavalaria de mais ou menos 120 homens) era formada por três linhas de coortes, geralmente formatadas no modelo *triplex acies*, ou seja, quatro coortes na primeira linha, três na segunda e três na terceira. Cada coorte era formada por seis centúrias de oitenta homens lideradas por um centurião⁶⁵. Abaixo da centúria ainda existia uma subdivisão de dez seções de *contubernia*, ou seja, oito homens que dividiam uma tenda e conviviam quase o tempo todo durante o período de serviço. Assim como no exército polibiano, em cada centúria eram colocados um centurião, um *optio* e um *signifer*.

A cadeia de comando da infantaria pesada da legião imperial era um tanto quanto mais complexa do que a da legião polibiana. Como principais obras que nos ajudaram a elencar os diversos

⁶⁵Algumas obras historiográficas, como a de Pat Southern (2006, p.100), sugerem que a primeira coorte da legião talvez pudesse ter o dobro de homens que o resto. Essa autora busca corroborar essa hipótese mobilizando fontes como a *Compêndio da Arte Militar* de Vegécio. Como nosso intuito não é fazer um estudo esmiuçado da constituição do exército imperial, não enfrentaremos essa questão.

cargos citamos *The Roman Army* de Adrian Goldsworthy e *The Roman Army: a Social and Institutional History* de Pat Southern. Em primeiro lugar e no topo da cadeia estava o imperador. A lealdade do exército era direcionada em primeiro lugar a essa figura. A necessidade de direcionamento da obediência das tropas ao imperador era reforçada, por exemplo, no *sacramentum*, ou seja, o juramento de obediência feito pelos soldados diretamente ao príncipe (e não mais ao cônsul). Além disso, com o transcorrer do século I d.C., a *imago*, um estandarte com a imagem do próprio soberano, foi adotada pelas tropas, que deveriam transportá-la em campanha.

Sob o comando do Imperador estava o *Legatus Augusti pro praetore*. Esse cargo dava aos seus detentores o comando civil e militar de uma província. Os *legati Augusti* eram senadores que comandavam as tropas presentes nas províncias. Se a província possuísse uma legião, tal comando era dado geralmente a um ex-pretor, mas se ela possuísse duas ou mais legiões, o comando era normalmente cedido a um ex-cônsul. Como existia uma espécie de hierarquia de províncias, tal oficial poderia almejar se tornar cônsul novamente ou assumir o comando de uma província mais importante como próximo passo da carreira. De todas as províncias romanas que possuíam presença militar, apenas duas não contavam com esse *legati*: Egito e África⁶⁶.

O próximo degrau em nível decrescente era o *legatus legionis*. Esse oficial era responsável por comandar uma legião e era apontado diretamente pelo imperador. Geralmente, era um senador com idade acima dos trinta anos e servia na mesma legião durante até três anos. Abaixo do *legatus legionis* estava o segundo em comando da legião, o *tribunus laticlavius*. Tal oficial era arregimentado dentro da ordem senatorial (embora ainda não tivesse ingressado no Senado) e estava começando sua carreira militar. Do *tribunus laticlavius* não era exigida experiência e era para alguns uma boa chance de ingressar no corpo senatorial e galgar magistraturas. Tal cargo era o último reservado à ordem senatorial dentro do exército imperial.

O primeiro oficial não membro da ordem senatorial era o *praefectus castrorum*. O prefeito do acampamento era, em regra, um centurião de larga experiência que passou quase a vida toda servindo sob a águia. Ao prefeito do acampamento cabiam os principais cuidados administrativos que concerniam à legião e que demandavam conhecimento técnico aprimorado. Os oficiais de origem equestre, *tribuni angusticlavii*, numerados em cinco, geralmente comandavam as tarefas que fossem ordenadas a eles ou comandavam destacamentos específicos de legionários para certas ações.

A figura do centurião era a próxima na linha de comando. Do ponto de vista das atribuições, essa figura não mudou muito desde o período polibiano. No entanto, o aumento do número de centúrias que formavam uma unidade tática fez com que existisse uma maior

⁶⁶Segundo Goldsworthy, “a primeira, o Egito, possuía um comando equestre [...]. A segunda, África, era a única província administrada pelo Senado que continha uma legião e seu governador era um procônsul que possuía *imperium* por direito próprio” (GOLDSWORTHY, 2003, p. 62).

hierarquização entre esses oficiais. Se durante o período em que a formação manipular foi dominante o centurião do lado direito comandava todo o manípulo, com as coortes existia uma descendência hierárquica. O centurião comandante da coorte era o *pilus prior*, seguido pelo “*pilus posterior, princeps prior, princeps posterior, hastatus prior e hastatus posterior*” (SOUTHERN, 2006, p. 333). Se levamos em conta a possibilidade de que a primeira coorte poderia ter uma formação diferente, com cinco centúrias com o dobro do tamanho, sua ordem de comando seria a seguinte: “*primus pilus, princeps, princeps hastatus, hastatus e hastatus posterior*” (SOUTHERN, 2006, p. 333). É possível que houvesse uma rede de ascensão dentro da coorte e entre as coortes de uma legião, de forma que um *hastatus* pudesse se tornar um *pilus* e ir de uma coorte para a outra até a primeira.

Alguns dos *principales*, oficiais abaixo dos centuriões, também eram importantes para a configuração de uma legião. Esses homens recebiam pagamentos melhores do que o resto dos soldados. Alguns são conhecidos, como o *optio* e o *signifer*, que estavam presentes em todas as coortes, assim como o *tesserarius* (responsável pelas senhas). Outros, como o *aquilifer* e *imaginifer*, oficiais que carregavam o estandarte da águia e a *imago*, eram únicos por legião em decorrência das transformações do século I a.C.

Como frisamos nossa preocupação com a infantaria pesada, deixamos de lado outros cargos exercidos nas unidades auxiliares, como o tribuno de uma *Ala Miliaria*, tribuno de *Cohors Miliaria*, *Praefectus Alae e Praefectus Cohortis*. Apesar de não tratarmos desses cargos, é importante ressaltar que todos eram voltados a equestres, oficiais que se revezavam entre tropas auxiliares e o cargo de *tribunus angusticlavius*.

Para além da divisão entre legiões e tropas auxiliares, o Principado apresentou um conjunto de tropas com funções muito específicas: a Guarda Pretoriana⁶⁷, as coortes urbanas e os *vigiles*. A Guarda Pretoriana possuía um vínculo com os tempos republicanos, quando os comandantes militares tinham autorização para arremeter uma *cohors praetoria* para acompanhá-lo e protegê-lo em campanha, mas essa não poderia entrar em Roma. No século I a.C., tanto Otávio quanto Marco Antônio reuniram muitos homens das antigas tropas de César e formaram grandes *cohortes praetoriae*. Otávio, após a vitória sobre Marco, “estabeleceu nove coortes da Guarda Pretoriana para proteger a ele e a sua família” (SOUTHERN, 2006, p.115). Cada coorte pretoriana possuía “em torno de quinhentos homens, com pequenos contingentes montados” (KEEPIE, 2005, p. 132). A guarda pretoriana possuía várias particularidades, já que apesar de treinarem como legionários, os pretorianos se vestiam de forma diferente, ganhavam melhor e tinham acessos a cargos de forma mais facilitada.

⁶⁷Poderíamos falar das *Germani corporis custodes*, mas pelo fato de Otávio ter desmobilizado tais tropas depois da derrota romana na Batalha da Floresta de Teutoburgo, 9 d.C., não tratamos delas.

A função de proteção do imperador e de sua família era a principal, embora seja necessário dizer que a Guarda Pretoriana também marchava para guerras em momentos de conflito armado. O tempo de serviço de um pretoriano também diferia muito daquele de um legionário comum, sendo de dezesseis anos, após o ano de 5 d.C. Otávio estabeleceu que os comandantes da guarda fossem membros da ordem equestre em 2 a.C. e a liderança seria estabelecida a partir do mesmo tipo de revezamento a que os cônsules se submetiam durante o período republicano. Inicialmente somente duas das nove coortes podiam permanecer em Roma, mas durante o governo tiberiano, foi construído o *castra praetoria*, acampamento no nordeste da cidade. É preciso lembrar que as *cohortes praetoriae* oscilaram do ponto de vista numérico a ponto de alcançar dezesseis coortes de mil homens em 69 d.C. antes de ter seu número reduzido a nove coortes por Vespasiano. Do ponto de vista político, os pretorianos também tiveram seus momentos de destaque, já que foram responsáveis pela morte de diversos imperadores e chegaram a leiloar o governo imperial após a morte de Pertinax em 193 d.C. Essa guarda existiu até 312 d.C., quando Constantino acabou por dissolvê-la.

As *cohortes urbanae* foram uma inovação de Otávio e sua data de origem se deu, provavelmente, no ano de 13 a.C. As coortes urbanas tinham como função garantir a ordem na cidade de Roma e se aproximariam de uma “polícia da cidade”. O comando das três coortes foi dado por Otávio ao prefeito da cidade e o número de homens servindo por unidade táctica era de aproximadamente 480. Cada coorte era comandada por um tribuno e seis centuriões e até o governo de Tibério, elas não ficavam todas em Roma. É sabido que o número de coortes foi aumentado e outras cidades passaram a receber umas dessas coortes, como *Lugdunum* e Cartago (SOUTHERN, 2006, p. 119).

Outro destacamento especificamente romano era o dos *vigiles*. Durante boa parte da história romana, o combate a incêndios em Roma era feito por particulares, como os escravos de Crasso ou de Eunátio Rufo. Aliás, depois que esse último caiu em desgraça e foi executado é que Otávio disponibilizou uma força de sessenta escravos aos edis para o combate de incêndios. Somente no ano de 6 d.C. é que foi criada formalmente a força dos *vigiles*. Southern nos explica como esses homens foram distribuídos: “Augusto dividiu a cidade de Roma em quatorze regiões administrativas; a divisão dos *vigiles* em sete coortes com mil homens cada implicou que cada coorte era responsável por duas regiões da cidade” (SOUTHERN, 2006, p. 120). Assim como as coortes urbanas, cada coorte era comandada por um tribuno seguido por centuriões, só que em número de sete. O comandante de todos os *vigiles* era o *praefectum vigilum*, um equestre. Apesar de serem formadas inicialmente por escravos (que eram libertados após o tempo mínimo de serviço), paulatinamente até cidadãos ingressaram nessas coortes.

Estamos diante de um exército com uma complexidade de constituição, divisão e funcionamento extraordinária. Em termos de disciplina, treinamento, hierarquia, remuneração e

sentimento de pertencimento a uma estrutura específica da sociedade romana, o exército, muito diferente da fase anterior. Além disso, quando falamos de escala, estamos nos referindo a forças de tamanho muito diferente do visto no mundo romano até então. Quando tomamos as mudanças ocorridas na configuração militar entre o século II a.C. e I d.C., podemos encontrar algumas estimativas de escala da instituição militar na sociedade romana.

Se levarmos em conta que cada legião possuía (em teoria) quatro mil e oitocentos infantes e mais cento e vinte cavaleiros, ou seja, quatro mil novecentos e vinte homens em vinte e oito legiões, isso totalizava aproximadamente cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta homens. Somando esse número aos quatro mil e quinhentos homens da Guarda Pretoriana, mil quatrocentos e quarenta homens das coortes urbanas e sete mil *vigiles*, temos um total aproximado de cento e cinquenta mil homens. Nossos cálculos se aproximam dos de Kate Gilliver, que defende que “a força militar no início do período imperial foi de aproximadamente trezentos mil, dos quais metade eram legionários e metade auxiliares” (GILLIVER, 2007, p. 186). Cento e cinquenta mil legionários e mais cento e cinquenta mil auxiliares, o que leva ao montante de trezentos mil homens. Se levarmos em conta o número de cento e cinquenta mil legionários e a quantidade de cidadãos elencados no último *lustrum* realizado durante a vida de Otávio, 4.937.000 cidadãos (*Res Gestae Diui Augusti*. 8.4), é possível estimar que a porcentagem de cidadãos servindo no exército não atingiu os patamares verificados no exército polibiano. Os cidadãos que pegavam em armas atingiram, dentro desse contexto, no máximo três por cento da população de cidadãos. Percebe-se que os crescimentos do império e da população com cidadania romana não foram acompanhados por um aumento do envolvimento dos romanos com a atividade militar, pelo menos após a estabilização político-militar empreendida por Otávio. Acreditamos que isso se deve em grande parte às mudanças empreendidas desde o século II a.C, mas que tiveram em Otávio o grande símbolo de racionalização da organização militar romana. As reformas do vencedor do Ácio foram a base para o funcionamento do exército romano pelos próximos dois séculos e meio. Depois disso, fizeram-se necessárias novas e profundas mudanças, embora certas tendências já observadas reaparecessem mais adiante.

1.3. O EXÉRCITO ROMANO DO SÉCULO IV D.C.

Passados dois séculos e meio da morte de Otávio Augusto, chegamos à segunda metade do século III d.C. Após o fim da dinastia severiana, esse século assistiu a um número enorme de desafios militares ao império, como as disputas entre diversos líderes romanos durante a Anarquia

Militar, a ascensão da Dinastia Sassânida⁶⁸ entre os persas e o aumento dos saques nas fronteiras renodanubianas. Esses desafios obrigaram o exército romano, segundo Hugh Elton, em *Military Forces*, a “se adaptar às mudanças colocadas por inimigos para além das fronteiras imperiais, assim como às mudanças na estrutura do Estado imperial romano” (ELTON, 2008, p.270). Tais mudanças se seguiram no século seguinte, quando se consolidou uma grande modificação nas instituições militares romanas, cristalizada no exército após as “reformas” de Constantino.

Essa fase da história do exército romano é encarada tradicionalmente dentro do contexto do fim do antigo exército do principado e fundação de um novo, como resultado da crise do terceiro século d.C., como expoentes historiográficos do porte de Arther Ferril e A. H. M. Jones definiram na segunda metade do século XX. Dois personagens, Diocleciano e Constantino, geralmente são creditados como responsáveis por grandes mudanças ocorridas no período. Existem autores que criticam tal leitura das mudanças militares, como Karl Strobel, autor de *Strategy and Army Structure between Septimius Severus and Constantine the Great*. Segundo ele, “nem Diocleciano nem Constantino criaram o exército de campo tardo romano. Ele se desenvolveu a partir do final do século II d.C. em diante” (STROBEL, 2007, p. 81). No entanto, nem mesmo esse último grupo autores é capaz de negar que houve, pelo menos no quarto século, o surgimento de novas estruturas para o exército romano e que, ao menos o período constantiniano, foi um momento de grande clivagem. Para Strobel, “o real ponto de início do exército tardo romano foi a reorganização das forças militares por Constantino I depois de sua vitória sobre Licínio em 324⁶⁹ [d.C.]” (STROBEL, 2007, p. 81).

Essa renovação militar romana incidiu em diversos campos da atividade bélica: recrutamento, treinamento, remuneração, hierarquia, logística, casamento, legislação, organização tática e tamanho. Todas essas mudanças geraram tropas adaptadas, ao mesmo tempo, às táticas de adversários e às condições político-econômicas romanas. Entender isso é muito importante, já que muitas vezes muitos ainda interpretam o exército romano do quarto século como uma máquina desorganizada, fraca e amadora. Em nossa leitura, ao contrário, o século IV d.C. assistiu a um profissionalismo técnico inédito para as situações a serem enfrentadas, a vitórias militares importantes e a uma organização muito mais complexa do que em fases anteriores, pois o tamanho do exército se tornou muito maior do que anteriormente.

⁶⁸ Nome da dinastia inaugurada nos anos 230 d.C. e que findou o período de hegemonia dos governantes conhecidos como partos. Como lembra Kulikowski: “essa nova dinastia, chamada sassânida por conta de seu fundador mítico, era menos helenizada e menos familiar aos romanos que os partos foram e também muito mais agressivos. Os *shahanshahs* sassânidas (‘reis dos reis’) eram crentes na religião do zoroastrismo dualístico e fervorosos apoiadores do seu clero e essa fé deu um senso de missão para suas guerras de conquista” (KULIKOWSKI, 2019, p. 08).

⁶⁹ No ano de 324 d.C., as tropas sob o comando de Licínio foram duramente derrotadas pelo exército liderado por Constantino I, primeiro em Adrianópolis e depois em Crisópolis. Após as derrotas, Licínio se rendeu e foi executado sob ordens do imperador.

O primeiro ponto a ser abordado nesse sentido é o surgimento da separação entre tropas de fronteira (*limitanei*) e tropas móveis de campo (*comitatenses*). Durante o período do Principado, como já vimos, as legiões ficavam estacionadas nas províncias (com exceção de certas unidades com atribuições específicas), para onde retornavam depois de uma ou outra campanha. No século III d.C., a crise militar inaugurada com a morte de Severo Alexandre obrigou a uma maior aproximação entre a figura do imperador e seu exército. Elton defende que “do governo de Galieno (253-268), as frequentes crises militares significavam que o imperador estava constantemente em campanha” (ELTON, 2008, p. 272). A partir do governo desse imperador, então, as tropas que permaneciam próximas ao imperador eram chamadas de *comitatenses* e atuavam como uma espécie de núcleo do exército romano. Com o início da Tetrarquia, cada um dos imperadores passou a possuir suas *comitatenses* arregimentadas de destacamentos ou legiões inteiras.

Foi Constantino I quem, após as vitórias nas guerras civis contra seus rivais, “fez uma distinção permanente entre as tropas de exército de campo (*comitatenses*) e as tropas de fronteira (variadamente conhecidas como *limitanei*, *burgarii* ou *ripenses*)” (ELTON, 2008, p. 273-274). Por conta dessa e de outras mudanças, Arnold Hugh Martin Jones, autor da clássica obra *The Later Roman Empire*, atribuiu a Constantino as inovações que criaram o exército do século quarto (JONES, 1964, p.608). Segundo Sylvain Janniard, autor de *L'esercito del tardo Impero Romano*, essa divisão “correspondia simplesmente a uma reorganização das unidades em função de sua competência e de seus papéis nas diversas vitórias de Constantino” (JANNIARD, 2010, p. 498). O que se seguiu à morte de Constantino foi a divisão das tropas *comitatenses* entre os filhos do imperador e sua divisão em grupos locais. Foi Constantino também quem dissolveu a Guarda Pretoriana, que já havia sido dividida durante o período da Tetrarquia, mas que após as derrotas de Maxêncio e Licínio foram inteiramente desmobilizadas.

A proteção imperial não poderia deixar de existir e as *scholae palatinae* acabaram por assumir as atribuições de corpo militar de defesa do imperador. Segundo A. D. Lee, autor de *Treaty-making in Late Antiquity*, “embora não fossem formalmente uma parte do exército de campo – elas estavam sob a autoridade de um oficial civil, o *magister officiorum* – elas eram, assim mesmo, tropas de alta qualidade que [...] tiveram um papel ativo durante as campanhas” (LEE, 2008, p. 214). Segundo a *Notitia Dignitatum*, existiam cinco regimentos de *scholae* no Ocidente e sete no Oriente (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Occidentis. IX/ In Partibus Orientis. XI*). Dentro das *scholae* eram escolhidos os quarenta homens que formariam os *candidati*, ou seja, os soldados uniformizados de branco que faziam a proteção pessoal dos imperadores (ou do imperador).

Voltando à divisão entre tropas *comitatenses* e *limitanei*, podemos dizer que essa diferenciação é só a ponta do *iceberg* da complexa organização militar romana do quarto século. As tropas de campo móveis (*comitatenses*) eram divididas em três tipos de regimentos: *vexillationes*,

legiones e auxilia. As primeiras eram esquadrões de cavalaria, as segundas tropas legionárias e as terceiras eram um tipo de unidade de infantaria formada por povos germânicos recrutados além do Reno. Já as tropas *limitanei* possuíam também grande variedade de tipos de unidade: legiões, *alae* e coortes de *auxilia*, *cunei* ou *equites*. As legiões, modelo de infantaria pesada desde a República, passou a contar com números muito diferentes do período imperial e as *alae* e coortes de *auxilia* cresceram em importância, assim como as unidades de cavalaria, muito importantes em termos de mobilidade e ofensividade.

Não existia, porém, uma imobilidade entre os diferentes tipos de tropas. Como explica Jones,

unidades palatinas eram transferidas para exércitos regionais, mantendo seu status superior, e inversamente, os exércitos centrais eram reforçados por *comitatenses* que não eram elevadas à posição palatina. Similarmente unidades transferidas da fronteira para exércitos de campo não eram sempre elevadas em status, sendo designadas *pseudo-comitatenses* (JONES, 1964, p. 609).

Ou seja, a flexibilidade não estava circunscrita a um tipo de tropas (móveis ou de fronteira), mas também entre tipos diferentes. Um destacamento *comitatensis* poderia ser reagrupado para uma função diferente e, como no caso citado, ingressar entre os *palatini*. De outro lado, legiões *limitanei* poderiam ser incorporadas a *comitatenses* (provisória ou definitivamente), se tornando uma unidade *pseudocomitatenses*.

Se analisarmos a *Notitia Dignitatum*, é possível conhecer inclusive a disposição dessas forças militares entre 395 e 420⁷⁰ d.C. Na porção oriental, o exército de campo estava dividido entre cinco grupos iguais, dois estacionados na capital e três estacionados respectivamente na fronteira oriental, Trácia e Ilíria. É possível vislumbrar também a existência de quatorze exércitos (depois possivelmente aumentados) nas fronteiras e de guarnições em regiões historicamente problemáticas, como a Isáuria. No Ocidente, os exércitos estavam divididos em grupos regionais, estando as tropas *comitatenses* concentradas na Península Itálica e na Gália, com destacamentos menores espalhados por toda a porção ocidental. Já as tropas de fronteira estavam distribuídas sob o comando de *duces* e contabilizavam mais de dez tropas (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Occidentis. XXX; XXXI; XXXII; XXXIII; XXXIV; XXXV; XXXVI; XXXVII; XXXVIII; XXXIX; XL; XLI*). A concentração de tropas *comitatenses* na porção ocidental remete a uma mudança introduzida ali por Constâncio II, já que esse imperador desenvolveu um exército imperial central que, embora “administrado por dois *magistri militum praesentales*, operacionalmente funcionava como uma única força, algumas vezes

⁷⁰ Segundo A. D. Lee: “na forma em que sobreviveu, a *Notitia Dignitatum* abarca duas partes, uma para a metade ocidental do império e outra para a metade oriental, o que implica uma data depois da divisão do império entre os dois filhos de Teodósio em 395. Contudo, desde que a porção oriental contém nada datável depois de 395, a lista dessa parte deve refletir largamente a situação antes da morte de Teodósio, enquanto a atualização da porção ocidental continuou, embora inconsistentemente, até os anos 420” (LEE, 2008, p. 212).

chamado de ‘o grande exército’” (ELTON, 2008, p. 274). O que se nota também é que havia um número maior de tropas na porção oriental em relação a sua contraparte.

Para além dessas tropas regulares e recrutadas principalmente entre os romanos, houve um aumento de importância da presença de bárbaros⁷¹ no exército romano entre os séculos III e IV d.C. Sempre houve uma grande confusão sobre a presença de estrangeiros nas tropas romanas, como se isso fosse exclusividade da Antiguidade Tardia. Como percebemos desde a descrição do exército republicano, a presença de guerreiros não romanos foi parte integrante do exército romano. As alas do exército republicano e os aliados do exército de Otávio eram arregimentados entre povos sem cidadania romana. A presença de homens não romanos entre as tropas foi algo constante durante toda a história militar romana. Portanto, não se trata de uma novidade o fato de ter estrangeiros servindo sob os estandartes romanos.

O que o século IV d.C. apresentou de novidade foi o aumento da indiferenciação entre romanos e não-romanos em diversas unidades, e, principalmente, de *foederati*. A prática de empregar contingentes bárbaros servindo sob ordens de seus líderes tribais já ocorria desde os tempos de Diocleciano. Ou seja, se as tropas auxiliares eram lideradas por oficiais equestres durante o Principado, aqui os estrangeiros poderiam lutar sob liderança própria. A definição básica dos *foederati* gira em torno dessa particularidade, ou seja, “unidades nas quais bárbaros servem sob seus próprios líderes tribais e não sob oficiais romanos” (GOLDSWORTHY, 2003, p.208). Esses *foederati* eram arregimentados após a assinatura de *foedera* entre romanos e diversas tribos, nos quais os primeiros cediam benefícios (geralmente terras para que esses bárbaros se assentassem) em troca da participação dos segundos em campanhas. Além da vantagem militar, a fixação geográfica e participação desses estrangeiros em combates poderiam “formar ‘Estados’ amortecedores contra inimigos mais distantes e agir como um freio para vizinhos recalcitrantes na fronteira” (JONES, 1968, p. 611).

Outro aspecto importante a respeito desse tipo de tropa é a grande variedade de fronteiras em que ele foi aplicado. Mais conhecido pelo emprego de povos das fronteiras entre o Reno e o

⁷¹ Uma boa definição do termo aplicado ao século IV d.C. é fornecida por Peter Heather em *The Fall of the Roman Empire: a new History of Rome and the Barbarians*: “Os bárbaros tiveram seu próprio lugar bem definido no universo romano, baseado em uma visão específica do *cosmos*. Seres humanos, os romanos argumentaram, consistem de dois elementos: um inteligente, espírito racional, e um corpo físico. Acima da humanidade no *cosmos* existe outros seres, que embora dotados de maiores e menores poderes, todos dividiam a característica de serem formados puramente de espíritos. Abaixo da humanidade estão os animais, envolvendo pura fisicalidade. A humanidade é única em combinar espírito e corpo e disso afluía a visão romana de racionalidade. Em pessoas completamente racionais – como entre romanos de elite, claro – o espírito racional controlava o corpo físico. Mas em seres humanos inferiores – bárbaros – o corpo governava a mente. Os bárbaros, em resumo, eram a imagem reversa dos romanos, amando álcool, sexo e a riqueza mundana. [...] Os bárbaros forneciam o ‘outro’ crucial na auto-imagem romana: a sociedade inferior da qual as falhas sublinhavam e legitimavam as superioridades do poder imperial dominante” (HEATHER, 2006, p. 69). Ou seja, mais do que uma constatação, a categoria bárbaro era uma imposição linguística romana vaga e flexível para pensar alguns povos que estavam em contato com o Império Romano.

Danúbio por conta das tribos germanas e sármatas, ele também foi utilizado na província da África a partir da utilização de mouros, no Egito com a utilização de *nobadae* e os blêmios e nas fronteiras orientais, com a utilização de sarracenos e tribos caucasianas (JONES, 1968, p. 611). Essa grande variedade de fronteiras e povos fazia com que esses diversos grupos atuassem nas fronteiras mais próximas a seu local de residência, embora pudessem ser convocados para atuar em outras regiões em situações extraordinárias.

Se no governo de Diocleciano se assistiu a um aumento do uso desse tipo de expediente, a Batalha de Adrianópolis de 378 d.C.⁷² representou uma nova fase. Após a perda de milhares de soldados e ações militares sem o sucesso esperado, Teodósio I assinou um tratado com os godos, trocando terras por contingentes liderados por seus próprios líderes. Jones afirma que “foi o começo de um sempre crescente uso de federados, em um novo sentido, hordas bárbaras que estavam ou desabrigadas ou ligadas a terras dentro do império” (JONES, 1968, p. 612). Os *foederati* não estavam sujeitos à disciplina romana e não eram administrados pelo Estado romano. Como o exemplo de Alarico⁷³ mostrou, esses federados foram ao mesmo tempo solução (a curto prazo) e problema (a médio e longo prazo) para a manutenção do Império Romano.

O crescimento do recrutamento de estrangeiros é, por outro lado, sintoma dos problemas para se conseguir mão de obra suficiente para preencher as fileiras. Essa grande dificuldade, observada já desde o governo de Diocleciano, explica como o alistamento voluntário foi deixando de ser a principal fonte de soldados para o exército, como era no período do Principado. Lee afirma que “há de fato poucas dúvidas de que Diocleciano e seus sucessores dos séculos quarto e quinto se fiaram na conscrição como a maior fonte de recrutas” (LEE, 2007, p.80). Existia uma variedade de meios para se conseguir recrutas por meio de conscrição, como a convocação de *laeti* e *foederati* para estrangeiros, no entanto, a principal fonte entre romanos era a conscrição empreendidas pelos *procuratores tironum* nas províncias.

Esse mecanismo de conscrição estava relacionado a uma taxa, que possuía um funcionamento muito interessante. Segundo Jones, a taxa, *aurum tironicum*⁷⁴, era anual e cobrada em espécie nos anos em que recrutas não fossem recrutados na província. Em anos em que recrutas eram cobrados, essa cobrança era feita juntamente ao imposto territorial para aproveitar o trabalho dos *procuratores* curiais. O recolhimento era feito de cidade em cidade e, como os recrutas eram itens indivisíveis, pequenos proprietários eram ajuntados em consórcios, os chamados *temones* ou *capitula*,

⁷² Tema central no segundo capítulo.

⁷³ Segundo Michael Kulikowski, Alarico foi “líder dos godos, talvez rei, entre 395 e 410 e foi mencionado pela primeira vez em 391 como um bandido nos Bálcãs. Após servir na campanha de Teodósio, em 394, fez uma rebelião em 395. Após vários anos províncias orientais, liderou seus seguidores até a Itália, tentando negociar a paz repetidas vezes com o governo em Ravena. Finalmente permitiu que suas tropas saqueassem Roma em 410” (KULIKOWSKI, 2008, p. 221).

⁷⁴ Essa taxa seria utilizada, provavelmente, para o financiamento das atividades militares.

o que permitia que um grupo de pagadores fornecesse um ou mais recrutas (JONES, 1968, p. 615). Nesses casos, os *capitularii* (integrantes responsáveis por representar os *temones*) ficavam responsáveis por recolher o dinheiro de seus “sócios” e entregar o recruta para os oficiais. É sabido que esse tipo de taxa de conscrição recaía sobretudo à população rural e que pessoas possuidoras de certo privilégio eram isentas. Uma outra prática que acontecia e que remetia aos tempos do Principado era a contratação de um ou vários soldados de fora de determinada aldeia para servir em nome de um desses consórcios⁷⁵.

Uma segunda forma de conscrição recaía sobre os estratos militares da sociedade romana e funcionava como uma espécie de serviço hereditário. Uma lei de 374 d.C., durante os governos de Valentiano e Valente assim determinava:

Chamamos novamente à prática da guerra e ao acampamento os filhos daqueles homens que continuaram no serviço militar. Conferiremos a esses filhos também as mesmas vantagens de serviço como aquelas de que gozam os homens do segundo escalão militar, que prestam um serviço especialmente salutar à República. Mas se a fraqueza de saúde ou condições do corpo ou pequena estatura isentar alguns da condição do serviço armado imperial, nós ordenaremos que eles pratiquem o serviço imperial em outros ofícios⁷⁶ (*CÓDIGO TEODOSIANO*. 7.1.5).

Filhos de soldados eram automaticamente (ao menos em teoria) convocados para o serviço militar. É possível encontrar outras medidas com esse mesmo fim desses dois imperadores dez anos antes, como a ordem enviada ao prefeito pretoriano Mamertino (*CÓDIGO TEODOSIANO*. 8.4.8), o que indica uma ação contínua para responder uma questão recorrente no governo desses dois *augusti*. Um primeiro ponto é que, diferentemente do exército de Otávio, o casamento era permitido para os soldados romanos desde o governo de Septímio Severo. O fim da proibição permitiu que pais militares pavimentassem, ainda na passagem do século II para o III, as carreiras de seus filhos dentro da instituição. Isso no século IV só foi institucionalizado, já que filhos de militares, se ingressassem nas fileiras, contavam com a vantagem de iniciarem em um escalão mais alto do que o de soldados comuns. Além disso, em caso de incapacidade física, esses jovens de (geralmente) dezesseis anos já tinham garantido o acesso a postos civis nos conselhos municipais.

É preciso ressaltar, todavia, que a criação de mecanismos para aumentar o número de soldados não solucionou as dificuldades para preencher seus números. Nem mesmo o aumento de cidadania garantido no século III d.C., por conta da *Constitutio Antoniniana*⁷⁷, possibilitou que o

⁷⁵Nesses casos, o *capitularius* poderia inclusive lucrar ao amealhar parte do dinheiro fornecido pelos seus colegas ao contratar um soldado barato e ficar com o excedente para si.

⁷⁶“[*Eorum liberos, qui armis inhaeserunt, ad usum bellicum et castra revocantes eis quoque eorum stipendiorum copiam deferemus, qui alterius gradus militia salutarem maxime rei publicae operam persecuntur. Quod si quosdam aut inbecillitas valitudinis aut habitudo corporis aut mediocritas proceritatis ab armatae militiae condicione submoverit, eos iubemus in officiis ceteris militare...*]” (*CÓDIGO TEODOSIANO*. 7.1.5).

⁷⁷Ana Teresa Marques Gonçalves resume bem essa iniciativa do imperador Caracala em *A Construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. Segundo ela: “[Caracala] divulgou a *Constitutio Antoniniana* em 212 d.C., pela qual concedia a cidadania romana a todos os homens livres, que viviam no interior do Império romano” (GONÇALVES, 2002, p. 320).

exército conseguisse números suficientes para preencher suas fileiras. Em parte, isso se explica pela falta de atratividade dessa atividade para uma parte da população, inclusive entre os filhos de militares. Lee afirma que “o problema não era tanto o declínio populacional, mas a falta de vontade de servir” (LEE, 2008, p. 221). Esse mesmo autor mobiliza as leis de recrutamento de filhos de veteranos e relatos do aumento de candidatos a postos civis como sintoma dessa falta de vontade. A repulsa ao serviço militar chegava a tais extremos que uma ordem dos imperadores para o vigário da cidade de Roma em 367 d.C. discutia o caso de recrutas que se mutilavam. Segundo o texto:

De acordo com o decreto do *diuus* Constantino, sua sinceridade não permitirá que aqueles que evitam o serviço militar ao amputar seus dedos para serem protegidos de tal serviço pela mutilação de suas mãos, já que de fato, eles podem servir em alguma parte da ‘República’, muito embora eles tenham voluntariamente se mutilado⁷⁸ (CÓDIGO TEODOSIANO. 7.13.4).

Essa ordem foi uma reedição de um decreto de Constantino em 313 d.C. (CÓDIGO TEODOSIANO. 7.22.1). O que esses dois documentos legais nos mostram é que o problema existiu em diferentes momentos do século IV, pelo menos pontualmente. O ato extremo de alguém amputar partes do próprio corpo para escapar do serviço militar já nos pareceria suficiente para atestar a repugnância de tal tipo de atividade. A criação de mecanismos legais para minimizar as consequências de tais ações significa que, de alguma forma, esse tipo de ação tomou grandes proporções. Mais sintomático ainda, é o fato de que no âmbito legal, nem mesmo a mutilação deixaria os homens inválidos para o serviço no Estado. Não se podia dispensar braços, mesmo que fossem intencionalmente mutilados.

A grande dificuldade de arregimentar homens ajuda novamente a entender a maior recorrência ao uso de mão de obra militar estrangeira, seja sob a forma de voluntários, como era o caso dos *foederati*, ou conscritos. É possível dizer que uma das maneiras de lidar com problemas de falta de mão de obra nas tropas era por meio da conscrição de estrangeiros. Os *dediticii*, ou seja, prisioneiros de guerra ou vítimas de guerras que se submetiam ao governo romano, eram uma fonte de recrutas muito importante. Uma segunda forma se dava pelo sistema de *laeti*, em que o governo romano fornecia certas terras, as *terrae laeticae*, para que os estrangeiros se assentassem sob o controle de prefeitos romanos e, como contrapartida, os assentados forneciam recrutas para o exército romano (JONES, 1968, p. 620).

Os homens recrutados e aprovados para servirem nas forças romanas acabavam por receber as marcas distintivas, o que no século IV d.C. significava receber uma tatuagem que ligava o homem ao exército (e facilitava a identificação de hipotéticos desertores). Após ingressar nas fileiras, esses soldados participariam das atividades militares e receberiam sua remuneração. A questão do

⁷⁸ “[Eos, qui amputatione digitorum castra fugiunt, secundum divi Constantini decretum tua sinceritas non sinat manus deformatione defendi, si quidem possint in quacumque rei publicae parte prodesse qui se sponte truncaverunt]” (CÓDIGO TEODOSIANO. 7.13.4).

pagamento é uma das que mais apresentou diferença em comparação a períodos anteriores. Diferentemente do Principado, no quarto século, “os soldados recebiam a maior parte de seu pagamento em espécie – principalmente grão, mas também carne, azeite e vinho” (LEE, 2008, p. 86). O imposto que possibilitava a disposição de tais suprimentos era chamado de *annona militaris*.

O surgimento desse imposto remonta ao século III d.C., mas foi com a remodelação do sistema fiscal empreendida por Diocleciano que a *annona* se tornou a base para o suprimento do exército até o século VI d.C. O sistema era supervisionado por um prefeito pretoriano e a captação era feita por membros das *curiae*, que durante seus mandatos recolhiam parte da produção dos camponeses locais e garantiam o transporte dos gêneros a depósitos ou unidades militares estacionadas. No final do século IV, surgiu também a prática conhecida como *adaeratio*, em que a *annona* era comutada em dinheiro (LEE, 2008, p. 87).

Os soldados faziam jus a outros tipos de remuneração. O *stipendium*, pagamento em dinheiro dos militares, era feito em três parcelas anuais. O valor dele variava segundo o tipo de tropa, sendo o montante pago no quarto século muito baixo para um soldado na parte de baixo da hierarquia. O pagamento do *stipendium* era suplementado por donativos anuais em datas de aniversário e ascensão de membros do colégio imperial. Segundo Jones, “os donativos de ascensão e quinquenais foram sempre a parte mais importante dos recebimentos em dinheiro dos soldados” (JONES, 1968, p. 624). Além dos pagamentos em dinheiro, havia também distribuição de uniformes (*sticharium*, *chlamys* e *pallium*⁷⁹), armamentos e cavalos (membros de cavalaria). Os pagamentos dos *stipendia et donativa*, assim como a distribuição de uniformes eram feitos pelo departamento dos *largitiones*, enquanto os armamentos eram produzidos nas *fabricae* e controlados pelos prefeitos do pretório e depois pelos mestres de ofícios. Os cavalos eram de responsabilidade do *comes stabuli*.

A questão dos oficiais que cuidavam da distribuição de pagamentos, armamentos e cavalos nos remete a uma das questões que mais ganhou em complexidade durante o século IV d.C.: a organização do oficialato romano durante esse período. Se houve um processo de complexificação da hierarquia entre os períodos republicano e do Principado, essa tendência prosseguiu na Antiguidade Tardia, quando o número de postos aumentou bastante.

Assim como no Principado, a figura no topo hierárquico era ainda o imperador. No entanto, o imperador tinha o poder de nomear um colega para dividir poderes e responsabilidades. Nesse sentido, o caso de Diocleciano é emblemático, já que ele “apontou Maximiano seu colega integralmente como Augusto e atribuiu a ele o governo das partes ocidentais, e depois nomeou dois césares para ajudá-los e sucedê-los” (JONES, 1964, p. 322). Esse modelo, conhecido como Tetrarquia, foi responsável pela divisão das tropas entre os governantes. Lactâncio (*Sobre a Morte dos*

⁷⁹ Camiseta, túnica e capa.

Perseguidores. 7.2) sugeriu que Diocleciano quadruplicou as tropas para dividir entre os quatro tetrarcas, mas essa possibilidade carece de comprovações. Para Elton, a existência desses quatro exércitos ligados a seus respectivos imperadores durou até a vitória definitiva de Constantino sobre seus rivais em 324 d.C., quando ele centralizou novamente o comando até a sua morte em 337 d.C., momento em que “seus três filhos dividiram o império e o exército de campo imperial, criando exércitos de campo na Gália, Ilíria e Oriente” (ELTON, 2008, p. 274).

Esses recuos e avanços no sentido da centralização/descentralização seguiram a evolução política imperial. A existência de dois ou mais imperadores pressupunha uma divisão das tropas de maneira diferente daquela característica de momentos em que existiam um só governante. No entanto, já com Constantino é possível observar uma pequena uniformidade na organização de cargos militares.

Um primeiro grande ponto da organização militar no século IV d.C., que possuiu grande importância para se entender os cargos militares, foi o da separação entre tropas *limitanei* e *comitatenses*. Essa diferenciação entre tropas móveis estacionadas já analisada por nós, refletiu-se na existência de cargos de comando completamente diferentes nos dois tipos de tropa. Enquanto as tropas *limitanei* eram comandadas por *duces* ou *comites*, as tropas *comitatenses* eram lideradas por *magistri*. As funções dos *duces* eram, além de substituir recrutas e supervisionar a coleta e distribuição de provisões para as tropas, “proteger as fronteiras, reparar as obras de fronteira existentes ou construir novas fortificações que as circunstâncias demandassem” (SOUTHERN, 2006, p. 255). Paralelamente ao estabelecimento das funções dos *duces* se deu a delimitação dos *comites*. Existiam *comites* que ocupavam cargos civis, como o *comes sacrarum lergitionum*, mas também oficiais que ocupavam cargos militares, como o *comes rei militaris*.

Já os *magistri militum* eram os oficiais da mais alta hierarquia do exército tardo antigo (exceção dos imperadores), já que supervisionavam as tropas de elite do império. Constantino criou a divisão entre *magister equitum* e *magister peditum*, ou seja, mestre da infantaria e da cavalaria. Se observamos a *Notitia Dignitatum* é possível apontar que havia uma centralização maior na parte ocidental do que na oriental, pois enquanto na segunda cinco *magistri militum* dividiam o comando dos cinco exércitos de campo (dois em Constantinopla, Oriente, Trácia e Ilíria), na primeira havia um *magister peditum praesentalis* no comando (LEE, 2008, p. 216). Os *magistri militum* tinham precedência sobre os *duces* e *comites*, ou seja, eram seus superiores hierárquicos e quando se deslocavam para fronteiras assumiam a liderança de tropas que até então estavam sob o comando dos últimos (em alguma campanha).

Se a formatação dos cargos militares mais altos do período é algo complexo, a coisa fica ainda mais difícil quando tentamos entender o restante da hierarquia militar do período. Primeiro porque os “oficiais do império tardio não são tão bem conhecidos quanto aqueles das legiões e tropas auxiliares do exército pré-diocleciano” (SOUTHERN, 2006, p. 256). Além disso, a grande

diversidade de tipos de tropas torna muito difícil conhecer os diferentes cargos. Sabe-se que os títulos mais comuns de oficiais no período eram *praepositi*, *tribuni* e *praefecti*. Os *praepositi* comandavam setores do exército, como os *praepositi limitis*, *praepositi legionis* e *praepositi auxili* atestam. Assim como os *praepositi*, os *tribuni* possuíam diversas derivações, sendo os de mais alto grau ligados às *scholae*, enquanto os *praefecti* geralmente eram colocados no comando das legiões existentes. Além desses oficiais, existiam também os chamados oficiais juniores, mais difíceis ainda de conhecer, mas que em parte eram heranças do exército imperial, como o *signifer*. Avançar mais no conhecimento dos oficiais é se arriscar em terreno desconhecido. Todavia, a existência de tamanhas diferenciações entre tipos de tropa e unidades e seus respectivos oficiais já demonstra um processo de complexificação da hierarquia militar.

Entendidos alguns aspectos da formatação e hierarquia desse exército, é importante tratar dos números. A primeira coisa a ser dita sobre isso é a grande diferença numérica dos exércitos do século IV d.C. em relação às forças militares do Principado. Nas tropas *comitatenses*, em que existiam três tipos de regimentos, os esquadrões de cavalaria tinham em média 500 homens, as legiões em torno de mil homens e as *auxilia* tinham entre 500 e 800 homens (LEE, 2008, p.214). Ou seja, percebe-se aqui uma diminuição substancial no número de homens por unidade. Se compararmos a legião do Principado (com seus mais de quatro mil homens) com a do século IV d.C., o que se observa é um encolhimento brutal. É preciso não esquecer que se até o final do século III d.C., a legião era quase a única maneira de se organizar a infantaria pesada entre os romanos, depois de Diocleciano e Constantino isso se transformou completamente. Agora existiam tropas estacionadas e móveis e dentro de cada um desses grupos existiam especificidades, sendo as legiões apenas uma parte deles.

Tabela 05 – Divisão de soldados romanos de infantaria por estrutura do exército do século IV d.C.

ESTRUTURA	TOTAL DE SOLDADOS ROMANOS DE INFANTARIA
LEGIÕES <i>COMITATENSES</i>	1.000
LEGIÕES <i>LIMITANEI</i>	1.000-3.000

Produção do próprio autor.

Por outro lado, a diminuição no número de legiões não significou uma queda no tamanho do exército, mas sim uma maior racionalização no processo de distribuição de tropas. Entre as tropas *limitanei* havia uma diferenciação entre legiões antigas, que possuíam 3 mil homens em média, e legiões novas com mil. Os outros tipos de unidades possuíam o padrão de mais ou menos 500 homens por unidade, como as *auxilia*. As *scholae palatini* eram divididas em regimentos de 500 homens também e desses eram escolhidos os quarenta *candidati*. Segundo Janniard, essa divisão de homens entre mais unidades de soldados indicava “a fragmentação das legiões, iniciada com a criação dos corpos de expedições no século III e acelerada sob a Tetrarquia, beneficiando módulos táticos mais

reduzidos” (JANNIARD, 2010, p. 498). Não se tratava meramente da diminuição do tamanho de unidades, mas a adaptação das mesmas a uma nova realidade militar e econômica.

Isso fica demonstrado quando se soma os números de *limitanei* e *comitatenses* das duas partes do império. Pois, chega-se a números não alcançados anteriormente na história militar romana. Agathias, no século VI d.C., estimou o exército do quarto século em 645 mil homens; João, o Lídio calculou em aproximadamente em 435 mil; e Zósimo calculou o total das tropas de Constantino I e Maxêncio em 286 mil (LEE, 2006, p. 75). De maneira geral, havia grande dissonância entre as fontes antigas a respeito do total de homens servindo nas tropas romanas. Jones ao comparar esses números e mobilizar a *Notitia Dignitatum* como parâmetro, calculou em mais ou menos 600 mil homens como o total em ambas as partes do império (JONES, 1968, p. 683). Desse número, 352 mil no exército oriental e 250 mil no exército ocidental (já excetuados os 3.500 membros das *scholae* orientais e 2.500 das *scholae* ocidentais).

Apesar de ser complicado tomar os números com certa exatidão, eles nos ajudam a ter, novamente, certa escala quando comparamos as três fotografias do exército romano. Esse quantitativo apontado por Jones é o dobro de homens estimados nas tropas de Otávio e quase o triplo das estimativas do exército polibiano. Ou seja, não é possível de forma alguma defender uma decadência militar romana no quarto século, se tomarmos o ponto de vista meramente numérico. Ao compararmos outros números, no entanto, certas particularidades começam a se mostrar. A. D. Lee defende, para o Império Romano, que “uma estimativa de aproximadamente cinquenta milhões [de habitantes] no início do século quarto parece plausível[...]” (LEE, 2006, p.77). O autor acrescenta ainda que a população talvez esteja subestimada por conta do crescimento agrícola ocorrido no século IV d.C. em diante. Isso quer dizer que se tomarmos a hipótese de Jones de seiscentos mil ou a de Lee de quinhentos mil soldados, o número de militares na sociedade romana ficava entre 1 e 1,2 por cento da população romana.

Isso demonstra que se, do ponto de vista meramente numérico, o século IV d.C. atingiu patamares maiores, em relação ao engajamento de homens no exército a coisa foi bem diferente. O exército polibiano apresentou algo em torno de oito por cento (com até vinte e cinco por cento) dos homens servindo aos exércitos. No exército de Otávio, após o final das guerras civis, essa porcentagem diminuiu para seis por cento. Três séculos depois essa estimativa caiu para um por cento. Esses números nos mostram duas coisas muito importantes. A primeira é que o exército romano do século IV d.C. era numericamente muito maior do que o exército otaviano ou polibiano. Todavia, se compararmos a porcentagem de romanos servindo nas forças militares é visível que estava em curso um processo de diminuição do engajamento da sociedade imperial romana no que diz respeito aos assuntos militares. Essa dualidade é muito importante para pensarmos os desdobramentos ocorridos na segunda metade do século IV d.C.

Foi nesse contexto que ocorreram a derrota de Juliano na Pérsia em 363 d.C., que custou um terço dos homens em expedição (LEE, 2007, p.78), e a Batalha de Adrianópolis de 378 d.C., em que a perda humana também tomou grandes proporções. Ora, prejuízos tão significativos se tornaram muito impactantes porque depois deles se tornou muito mais difícil conseguir homens que substituíssem os mortos. As duas batalhas são muito importantes exatamente nesse ponto, já que elas desnudaram um grande problema militar romano que no quarto século, após as mudanças de Diocleciano e Constantino, estavam latentes. Fundamental também é conhecer as maneiras pelas quais o Império Romano reagiu a elas e como certas figuras, especialmente Teodósio I, conseguiram estabilizar alguns desses problemas.

A tendência de diminuição da população romana disposta a ingressar no exército romano era algo já consolidado há séculos. O problema é que o contexto de derrotas obrigou o aparato burocrático romano a buscar reposição das perdas. No entanto, ao não conseguir fazer essa reposição somente com quadros tradicionais, surgiu a opção de se utilizar mais tropas estrangeiras até mesmo sob comando de líderes não romanos. Daí em diante, principalmente após 382 d.C., é que observamos a consolidação do aumento de *foederati* atuando a favor (e contra) a administração imperial. Para entender melhor esse processo, vital para o desenvolvimento dessa tese, é preciso compreender vários aspectos relacionados ao contexto histórico entre os anos de 355 e 395 d.C. Esses são os dois marcos temporais a serem analisados no próximo capítulo, a nomeação de Juliano como *Cesar* (e suas lutas na Gália) e a morte de Teodósio I, após um processo de pacificação de confrontos internos e externos e a conseqüente divisão do império entre seus filhos: Arcádio e Honório. Muito importante também é deixar explícito que foi dentro desse contexto que os dois manuais militares analisados nos capítulos três e quatro do presente trabalho foram escritos: *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar*.

CAPÍTULO 02 – DAS PEQUENAS VITÓRIAS À GRANDE DERROTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESTABILIDADE: UMA ANÁLISE POLÍTICO-MILITAR DO IMPÉRIO ROMANO ENTRE OS ANOS DE 355 E 395 D.C.

O presente capítulo foi concebido como uma tentativa de apresentar um dos recortes cronológicos mais complexos do século IV d.C.: o período entre 355 e 395 d.C. O motivo para tal escolha não é gratuito e se relaciona diretamente ao próximo capítulo da presente Tese, já que defendemos que os manuais militares *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar* foram produzidos dentro desses marcos temporais e as análises de ambos somente são possíveis se entendermos os desdobramentos político-militares daquele contexto.

Por isso, o foco central está na apresentação dos principais acontecimentos políticos e militares abarcados entre a ascensão da figura de Juliano como *caesar* e a morte de Teodósio I. Como defende R. Malcom Errington em *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*, trata-se de “um dos mais dinâmicos períodos da história do Império Romano Tardio” (ERRINGTON, 2006, p. 01). Isso porque os inúmeros desafios externos e internos colocados ao império estimularam soluções inovadoras na história romana. A presença de até quatro *augusti*, o grande número de usurpadores e a presença dos *foederati* dentro das fronteiras romanas são alguns exemplos da grande complexidade do período.

O itinerário seguido neste trabalho é o de dividir todo o contexto analisado em quatro partes, separadas por recortes cronológicos demarcados pela mudança de governantes. A primeira parte envolve o processo que levou da ascensão de Juliano como *caesar* em 355 d.C. até a sua morte durante a fracassada expedição à Pérsia em 363 d.C. Partindo das diversas campanhas vitoriosas na Gália até o insucesso contra Sapor II⁸⁰, a análise do período nos ajuda a entender não só as dificuldades militares daquele momento, como também a primeira grande derrota do exército romano na segunda metade do século IV d.C. A segunda parte trata da tentativa de reorganização político-militar empreendida após o fim da dinastia constantiniana, frisando as maneiras pelas quais os imperadores panônios lidaram com as ameaças em diversas partes do Império Romano. A nossa preocupação está em mostrar os eventos ocorridos entre a escolha de Joviano em 363 d.C. e a morte de Valentiano I em 375 d.C. Na terceira parte, contudo, mostramos como todo esse processo de organização ruiu e como novos atores, antes coadjuvantes (como os godos) ou mesmo ausentes (hunos), ganharam destaque nas fontes documentais e nos acontecimentos. São analisados os eventos entre 376 e 378 d.C., iniciados com a recepção de godos na fronteira danubiana e encerrados com a

⁸⁰ Sapor II é considerado um dos imperadores persas com maior longevidade no cargo (309-379 d.C.) e um dos que obteve maior sucesso contra seus rivais externos, principalmente o Império Romano. Entre outros momentos de sucesso dessa figura contra os romanos, ressaltamos a vitória sobre a expedição liderada por Juliano na Pérsia entre 363 e 364 d.C.

Batalha de Adrianópolis de 378 d.C. Por último, tratamos das consequências diretas da derrota romana na batalha supracitada, da lenta e dura recuperação político-militar em várias frentes e do processo de extinção da dinastia valentiniana paralelamente à ascensão de uma dinastia que governou o império por mais de setenta anos: a teodosiana. Nesse momento do texto, nossa preocupação está em tratar dos eventos entre a derrota em Adrianópolis (378 d.C.) e a morte de Teodósio I em 395 d.C., quando seus filhos, Honório e Arcádio, ascenderam ao poder. Como buscamos entender o cenário político-militar de maneira mais ampla, focamo-nos mais na simultaneidade das situações e ameaças enfrentadas nos diferentes governos, o que ajuda a entender a complexidade dos problemas enfrentados no período.

2.1. AS GUERRAS DE JULIANO: DA GÁLIA À PÉRSIA (355 – 363 d.C.)

No dia 06 de novembro do ano de 355 d.C., segundo nosso calendário⁸¹, Constâncio II, o *augustus* do Império Romano, nomeou Juliano, o último membro masculino da família constantiniana ainda vivo além dele próprio, *caesar*. Isso porque no ano de 337 d.C., quando da morte de Constantino I, ocorreu, quase paralelamente à nomeação dos três filhos do imperador morto, Constantino II, Constante e Constâncio, o assassinato de todos os descendentes de Teodora, exceto Juliano e seu irmão mais velho, Galo. Ao todo, foram nove parentes de Juliano eliminados, entre tios, primos, irmão mais velho e até mesmo o pai, como David Hunt (2008, p. 03) contabilizou em *The successors of Constantine*. A disputa de poder nos anos que se seguiram continuou e não poupou sequer os filhos do imperador falecido, os três herdeiros do poder, já que em 340 d.C., Constantino II acabou morrendo ao enfrentar as tropas de Constante durante uma invasão no norte da Península Itálica.

A divisão formal do Império Romano entre os dois irmãos sobreviventes durou até o dia 18 de janeiro de 350 d.C., quando um motim resultou na aclamação de Magnêncio na moderna *Autun* e na fuga e morte de Constante. No mesmo ano, o general Vetrânio também foi proclamado *augustus* na Panônia, o que deu início primeiramente a uma reação de Constâncio II contra esse usurpador, que acabou sendo deposto no final daquele ano e exilado em Prusa (HUNT, 2008, p. 17). Em março do ano seguinte, Galo, irmão mais velho de Juliano, foi nomeado *caesar* e enviado para Antioquia, onde garantiu a presença imperial no Oriente. Constâncio II, por outro lado, lançou suas campanhas contra Magnêncio, que tiveram início em 351 e terminaram em 353 d.C, quando o último se suicidou. O curioso é que tal figura “chegou a nomear seu irmão, Decêncio, como *caesar* para administrar a Gália durante sua ausência” (JONES, 1963, p. 113), mas após sua morte e a de seu irmão, a dinastia constantiniana voltou a ter controle total sobre todo o império.

⁸¹ Novamente lembramos que as datas são todas contabilizadas segundo o calendário gregoriano.

O que se seguiu foi uma tentativa de reorganização das fronteiras na Gália por parte de Constâncio II, onde passou a enfrentar o problema dos alamanos⁸². Esses limites já haviam sido uma questão importante para Constante e para o próprio Constantino I, assim como se tornaria fundamental para Juliano no futuro. No entanto, enquanto enfrentava esses problemas na porção ocidental do império, Constâncio II deixou de ver em Galo uma personagem confiável, já que alguns atos, classificados como de selvageria do último se tornaram famosos, como o livro 14 das *Histórias* de Amiano Marcelino mostra muito bem. O resultado foi a articulação de uma cilada contra o *caesar*, seguida pela sua prisão e decapitação (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XIV. 11.23). O que veio depois da execução foi uma perseguição aos aliados de Galo, o que gerou grandes incertezas até mesmo para seu irmão mais novo, Juliano. É sabido, por exemplo, que o jovem aristocrata ficou “sete meses detido em *Comum*, antes da intercessão da imperatriz Eusébia, que assegurou sua fuga [...]” (HUNT, 2008, p. 35).

Ao mesmo tempo em que os altos círculos da política imperial passavam por essa nova inflexão, na Gália se desenrolava uma guerra contra os lentienses⁸³. Em meio a essas batalhas, Silvano, um *magister peditum* enviado por Constâncio para a Gália, acabou sendo aclamado *augustus* pelas tropas. Essa usurpação, todavia, não durou muito, já que um plano urdido por oficiais de Constâncio II acabou por resultar no assassinato do traidor. Segundo Renan Frighetto em *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações*, esse caso foi bastante curioso “porque a usurpação de Silvano durou menos de um mês, levantando a hipótese de que a mesma fora urdida pelo próprio imperador para justificar a eliminação física de vários chefes militares que haviam apoiado Magnêncio” (FRIGHETTO, 2012, p. 115). Ou seja, é possível que as ações imperiais estivessem sendo realizadas no sentido de expurgar elementos desestabilizadores na Gália, região em que é possível identificar uma das facções político-militares mais importantes daquela fase da história imperial, capaz de ajudar na ascensão de vários imperadores (como o caso de Juliano evidencia).

⁸² Segundo Michael Kulikowski em *Imperial Tragedy*: “Durante o século III, os romanos começaram a chamar os bárbaros ao longo do Reno Superior de alamanos e nós ocasionalmente vemos grandes números desse povo empreendendo ações coletivas, pilhando tanto ao sul quanto ao norte italiano durante os caóticos anos 270. Presumivelmente, os muitos pequenos grupos de bárbaros na região vieram a sentir algum senso comum de identidade coletiva ou propósito. [...] No quarto século, os alamanos aparecem – principalmente nas páginas de Amiano Marcelino – como uma confederação ampla de diferentes reis que poderiam se unir para campanhas maiores contra os romanos, mas que na maior parte do tempo estavam em desacordo entre si assim como em desacordo com o império” (KULIKOWSKI, 2019, p.43).

⁸³ Os lentienses podem ser identificados como um pequeno grupo de alamanos. Os lentienses possuíam seu próprio rei e somente se uniam à confederação de alamanos em determinados momentos (GOLDSWORTHY, 2019, p. 43).

⁸³ Os *duces* eram oficiais sêniores do exército tardo antigo que poderiam assumir a liderança geralmente de tropas *comitatenses*, mas em alguns casos também *limitanei*.

Após a eliminação de vários aliados do usurpador e da persistência das dificuldades militares na Gália, Constâncio se viu obrigado a nomear um novo *caesar* ao mesmo tempo em que encarava duros problemas com o Império Persa de Sapor II. Segundo Hunt, “a resposta de Constâncio para a instabilidade e perigo na Gália – para evitar outro Magnêncio ou Silvano – era, inevitavelmente, restaurar a tradição do representante da casa de Constantino” (HUNT, 2008, p. 28). O mais sensível da situação apresentada era a total falta de opções de Constâncio. Como defende Errington, “Constâncio não tinha escolha se ele desejasse manter a estrutura dinástica. Ele não possuía filhos homens, e havia apenas um homem adulto da família constantiniana vivo, o irmão mais novo de Galo, Juliano” (ERRINGTON, 2006, p. 17). Diante de tamanha problemática, a decisão foi tomada e o jovem Juliano foi até a corte no ano de 355 d.C., onde foi nomeado *caesar*.

O que vimos até aqui é um prelúdio interessante daquilo que ocorreu após a ascensão de Juliano ao posto de *caesar*. A partir do momento da nomeação do jovem Juliano, foi possível identificar todos os elementos importantes do contexto político-militar da segunda metade do século IV d.C.: as ameaças militares estrangeiras apresentadas tanto nas fronteiras ao norte (a partir rios Reno e Danúbio) quanto nas fronteiras orientais (localizadas principalmente entre os impérios romano e persa), a presença constante de usurpadores advindos dos estratos militares, a busca por uma divisão minimamente estável do poder imperial entre dois ou mais imperadores que se reconheciam mutuamente e a escalada de violência entre eles em contextos de disputa mais aguda pelo poder. Apesar de não existir muitas novidades até a ascensão de Juliano, foi ao final do governo dessa personagem que foi possível detectar um ingrediente inédito desde o início da Tetrarquia: as derrotas militares romanas de grande impacto simbólico e militar ante povos estrangeiros. Essas perdas significativas adicionaram uma novidade na análise do período, o que é definido por R. Malcom Errington como “uma mudança do papel do Estado e suas estruturas e mecanismos, sua reação à crise e às tensões entre tradição e renovação” (ERRINGTON, 2006, p. 07). Contudo, antes de chegarmos a essas derrotas e a essas mudanças, é preciso conhecer o processo que levou Juliano das pequenas vitórias na Gália até uma grande derrota na Pérsia.

Quando proclamado, em 6 de novembro de 355 d.C., Juliano “tinha 24 anos e nenhuma experiência de guerra ou questões públicas” (JONES, 1963, p. 119). A ele foi entregue a irmã de Constâncio II em casamento, Helena (HUNT, 2008, p. 29). Após a celebração do matrimônio, ainda em 355 d.C., enquanto o *caesar* preparava sua ida para a Gália, chegou-lhe a notícia de que a *Colonia Agrippina*⁸⁴ havia sido tomada e destruída por grandes forças (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XV. 8.19). Após esse relato preocupante, o *caesar* se encaminhou para *Vienna*⁸⁵, onde passou a reunir informações e lidou com questões administrativas em dezembro daquele ano. Foi ali que, no ano

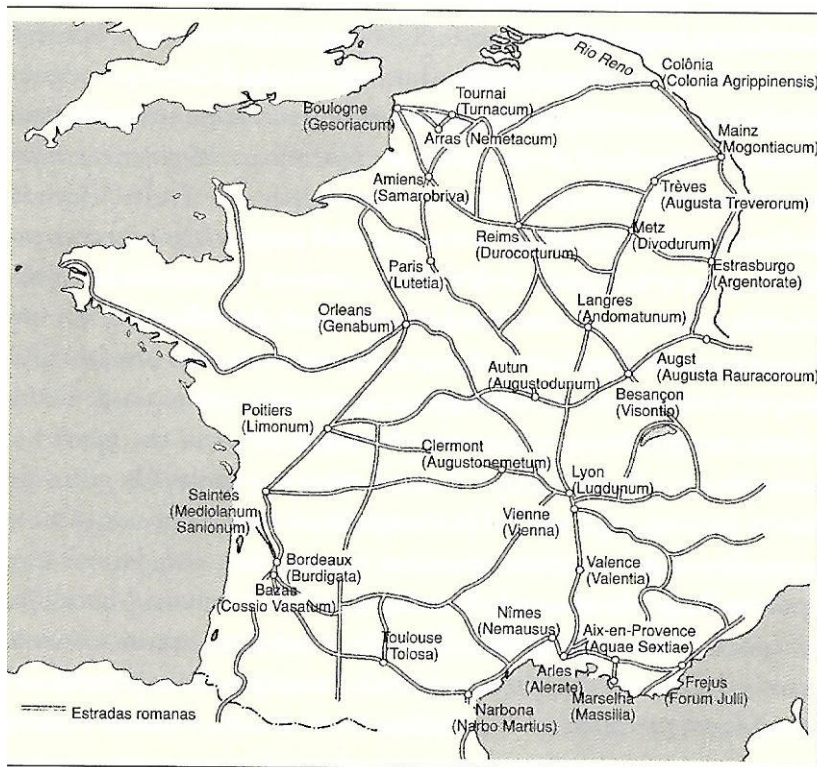
⁸⁴ Atual Colônia, Alemanha.

⁸⁵ Atual Vienne, França.

seguinte, Juliano foi alçado ao posto de cônsul pela primeira vez⁸⁶. Lá também foi onde ele recebeu, em junho de 356 d.C., a notícia de que as muralhas de *Augustodunum*⁸⁷ haviam sido tomadas pelos alamanos.

Em muitos aspectos, os relatos sobre o tempo de Juliano na Gália mostram como a escala dos problemas militares com os quais um imperador deveria lidar era diferente daquela que vários governantes do Principado encararam. Juliano esteve envolvido em combates de pequena escala, muitas vezes em escaramuças, e os historiadores antigos, Amiano Marcelino especialmente, encaravam isso como algo digno não só de nota, como de exaltação. Ou seja, os relatos desse historiador antigo são, além de fonte factual importante, indícios de uma mudança na própria percepção da forma de empreender guerra no século IV d.C. Voltemos aos relatos para entendermos melhor esse ponto.

Mapa 01 – Região das campanhas de Juliano na Gália a partir de 355 d.C.



Retirado de: GOLDSWORTHY, 2016, p. 461.

Juliano se encaminhou a *Augustodunum*, onde chegou no dia 25 de julho e reuniu um *consilium*⁸⁸ responsável por preparar uma ofensiva contra os invasores. Foi ali também que a audácia

⁸⁶ No ano de 356 d.C., Constâncio II já estava em seu oitavo consulado (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. I. I).

⁸⁷ Atual Autun, França.

⁸⁸ Como Pat Southern resume: “como parte do processo de planejamento, generais geralmente realizavam uma reunião com vários oficiais escolhidos, denominada *consilium*. [...] Por conta da inexistência de membros fixos para o *consilium*, comandantes romanos poderiam convidar quem eles desejassem para participar e, então, poderia haver uma mistura de círculo pessoal do general e oficiais do exército. Os oficiais seniores certamente participavam e alguns generais

do jovem *caesar* começou a aparecer, já que ele soube que tempos atrás o usurpador Silvano havia pegado uma rota direta a *Autosiodorum*⁸⁹. O jovem *caesar*, “para que não se produzisse nenhuma demora, acompanhado tão só por *cataphractii* e *ballistarii*⁹⁰, que eram pouco confiáveis para defender um general, chegou a *Autosiodorum* pelo mesmo percurso⁹¹” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 2.5). Apesar dos *cataphractii* e *ballistarii* não estarem entre os tipos de unidades mais recomendados para os possíveis confrontos que Juliano poderia enfrentar no trajeto, os primeiros grupos de alamanos encontrados foram derrotados pelo caminho justamente por essas unidades.

O avanço levou Juliano até *Tricasa*⁹², onde um novo *consilium* foi realizado com a presença de Marcelo e Ursicino, o *Magister Equitum* atual e anterior, e foi decidido que haveria o envio de uma expedição punitiva contra os bárbaros pelos Dez Cantões⁹³. Esse ataque se mostrou um total fracasso, já que a umidade e a neblina permitiram que os inimigos cercassem duas legiões romanas de retaguarda, que só não foram vencidas por conta da gritaria de guerra e a chegada de tropas auxiliares que dispersaram os inimigos. Essa derrota, segundo Marcelino, deixou Juliano mais *prouidus* e *cunctator* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 2. 11), ou seja, mais providente e “alguém que é capaz de hesitar ou atrasar” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 471). O próximo passo do *caesar* foi ocupar primeiro *Brotomagum*⁹⁴, nos arredores de onde foi realizada a primeira luta mais significativa do imperador, ainda que não passasse de uma escaramuça. Ali, utilizando uma formação em lua crescente, os romanos foram capazes de cercar um grupo de germanos e matar a maioria daqueles que não fugiram. Essa foi a primeira vitória de Juliano na Gália, e como podemos ver, não foi muito além de uma escaramuça com participação de uma das duas figuras mais importantes do império romano. Isso era um sinal dos tempos.

Após essa vitória, Juliano retornou para a *Colonia Agrippina*, onde iniciou negociações com alguns reis francos⁹⁵. Segundo Amiano Marcelino:

convidavam centuriões para as reuniões. [...] Cada general escutaria as opiniões dos vários oficiais e poderiam ser influenciados por suas ideias e conhecimentos, especialmente se ele tivesse pouca experiência própria. Mas a responsabilidade total pelo processo de planejamento ficava com ele, que poderia sobrepor as decisões de seus colegas se assim desejasse” (SOUTHERN, 2006, p. 199).

⁸⁹ Atual Auxerre, França.

⁹⁰ Os *cataphractii* eram cavaleiros pesadamente blindados, ou seja, protegidos. Segundo Pat Southern: “os romanos adotaram os *cataphractarii* talvez no final do primeiro ou começo do segundo século d.C., mas não existe firme evidências de unidades de catafractos até o governo de Adriano (117-138 d.C.), quando a *ala Cataphractorum* é atestada. A armadura era estendida tanto para o cavaleiro como para o cavalo” (SOUTHERN, 2006, p. 214). Em relação ao *ballistarii*, podemos dizer que esse nome é derivado da famosa *ballista*, arma de artilharia formada por um arco horizontal que arremessava projéteis a partir da tensão do guincho e da catraca. Nesse contexto, é possível que tais *ballistarii* fossem soldados de artilharia que utilizavam *ballistae*, mas também é possível que Amiano esteja se referindo a arqueiros.

⁹¹ “[*Et nequa interveniat mora, adhibitis cataphractariis solis et ballistariis parum ad tuendum rectorem idoneis percurso eodem itinere Autosiodorum perveni*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 2.5).

⁹² Atual Troyes, França.

⁹³ Atual Dieuse, França.

⁹⁴ Atual Brumath, França.

⁹⁵ Os francos, ao que tudo indica, “foram amalgamados sob esse nome genérico dentre várias tribos do Baixo Reno. Assim como os alamanos, o senso de parentesco entre os vários francos, na extensão que isso existiu, era mais do que qualquer

uma vez em *Agrippina*, não marchou dali até conseguir que os reis francos, devido ao medo que sentiam, suavizassem sua cólera e firmassem uma paz que era conveniente à República futuramente, conseguindo desse modo uma cidade inteiramente fortificada⁹⁶ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 3.2).

Além da preocupação da pacificação das relações com importantes inimigos, o *caesar* começava a se preparar para um novo período de inverno. Questões como dispersão de soldados, acúmulo de alimentos e suprimentos para a próxima campanha tomaram boa parte de seu tempo. Buscando um local mais apropriado para passar o inverno, Juliano acabou se deslocando para *Senonae*⁹⁷, onde acabou por enfrentar um novo desafio. Isso porque, após alguns desertores do lado romano avisarem da localização do *caesar*, um grupo de alamanos cercou a cidade por mais de trinta dias. Por conta da resistência romana e da incapacidade germana de realizar um cerco competente à cidade, “os bárbaros marcharam tristes, murmurando que havia sido inútil e estúpido planejar o assédio da cidade⁹⁸” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 4.2.). Essa foi a primeira de uma série de cercos ineficazes promovidos pelos bárbaros na região do rio Reno durante o período. Apesar de malsucedidos, a utilização pelos ditos bárbaros da guerra de cerco indica um pareamento de táticas de guerra entre romanos e os inimigos na Gália.

Coisa completamente diferente, em termos de sucesso, seria vista nos cercos empreendidos por outros grandes inimigos dos romanos: os persas sassânidas. Por falar neles, enquanto essa série de acontecimentos se sucedia na Gália, continuavam a ameaçar a porção oriental do império, seja com furtos ou assaltos. Diante dessa ameaça, ainda no ano de 356 d.C., o prefeito do pretório, Musônio, deu início a uma negociação de paz com ajuda do *Dux Mesopotamiae*, Cassiano. Essa possibilidade foi aberta:

quando os dois, graças às notícias fidedignas oferecidas pelos espíões, souberam que Sapor [II] se encontrava nas zonas mais distantes de seu reino, e que, com muita dificuldade e derramando uma grande quantidade de sangue dos seus, estava tentando repelir povos hostis⁹⁹ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 9.3).

É importante lembrar que o Império Persa também era uma unidade política que abrangia um território gigantesco. O cenário posto era o da existência de problemas em duas ou mais frentes, o que forçava uma negociação para minorar o número de problemas a serem enfrentados pelos romanos. Se os conflitos enfrentados por Juliano podem ser classificados como de intensidade e escala menores, os persas representavam uma outra realidade, pois contavam com uma organização

coisa um produto do seu enfrentamento de uma administração romana imperial, o que os juntou” (GOLDSWORTHY, 2019, p. 44).

⁹⁶ “[*Igitur Agrippinam ingressus non ante motus est exinde, quam Francorum regibus furore mitescente perterritis pacem firmaret rei publicae interim profuturam et urbem reciperet munitissimam*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 3.2).

⁹⁷ Atual Sens, França.

⁹⁸ “[*barbari tristes inaniter stulteque cogitasse civitatis obsidium mussitantes*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 4.2.).

⁹⁹ “[*Qui cum fide concinente speculatorum aperte cognoscent Saporem in extremis regni limitibus suorum sanguine fuso multiplici aegre propulsare gentes infestas*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 9.3).

para a guerra muito mais complexa. No ano de 356 d.C. o próprio xá, Sapor II, encontrava-se envolvido nos confrontos na parte oriental do império, o que provavelmente indicava a grande gravidade da situação. Musônio e Cassiano, após conhecerem essas valiosas informações, começaram um diálogo com a figura de Tamsapor, o comandante persa geograficamente mais próximo dos oficiais romanos. O problema, contudo, foi a grande demora na chegada de informações referentes à negociação a Sapor II, que estava passando o inverno junto aos *chionitae* e *euseni*. Esse foi um dos fatores que fizeram com que as negociações não avançassem. Apesar de tal fracasso, aqui já é possível observar uma característica da segunda metade século IV d.C. para os romanos, que seja, a existência de ameaças concomitantes nas fronteiras ao norte e ao oriente. Esses enfrentamentos em duas frentes foram fundamentais para os desdobramentos mais importantes estudados nesse capítulo.

O impasse no Oriente continuou no ano de 357 d.C. e enquanto o *augustus* passava um tempo em Roma¹⁰⁰, Juliano se preparava para a campanha daquele ano, outro marco muito importante para a consolidação do *caesar* como liderança militar. Algumas trocas em cargos de comando ocorreram (como a substituição de Marcelo por Severo) e, segundo Marcelino, mais vinte e cinco mil homens foram mandados à Gália sob o comando de Barbácio (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 11.2). A estratégia principal da campanha daquele ano era atacar os inimigos a partir de duas frentes, uma ao norte e outra ao sul. Usando uma imagem bastante didática de Marcelino, o objetivo estratégico era formar uma espécie de pinça (*forceps*) com as tropas de Juliano ao norte e Barbácio ao sul e espremer os exércitos alamanos.

Os preparativos para tal ofensiva demandaram muito tempo e enquanto alguns detalhes ainda eram acertados, alguns bárbaros atacaram *Lugdunum*. Embora sem sucesso contra a cidade, os bárbaros deram início a uma série de saques, o que obrigou o *caesar* a agir. Sua reação foi direcionar três regimentos de cavalaria para vigiar as três rotas principais de saída da cidade. O problema foi que “Barbácio, cujo acampamento estava muito mais perto do que o de Juliano, não fez movimento algum para apoiar os três regimentos de cavalaria, e, de fato, um de seus oficiais ordenou explicitamente que essas tropas não protegessem a estrada principal dos bárbaros que se retiravam” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 465). Cetero, o oficial que impediu que as tropas barrassem a passagem dos bárbaros, entrou em litígio com um tribuno, Bainobaudes, e um outro oficial (que terá certo destaque no próximo subcapítulo dessa Tese), Valentiano, e os dois últimos foram mandados de volta para suas casas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 11. 7). Esse é o primeiro evento em que percebemos as tentativas de Barbácio de atrapalhar as ações de Juliano, o que pode ter sido fato ou fruto de um enredo de Amiano Marcelino para criar uma intriga textual favorável ao *caesar*, já que o

¹⁰⁰ Como lembra Carlos Augusto Ribeiro Machado: “entre o ano de sua morte [Constantino I] (337) e a visita feita por Teodósio em 389, a velha capital foi visitada somente por Constâncio em 357 (se excluirmos a rápida visita de Valentiano II durante sua fuga do usurpador Máximo em 388)” (MACHADO, 2019, p. 06).

historiador antigo usou de sua escrita para engrandecer as ações de Juliano. Como lembram Margarida Maria de Carvalho e Bruna Campos Gonçalves: “o autor estabelece uma narrativa de acontecimentos militares e heróicos sobre o Imperador Juliano” (CARVALHO; GONÇALVES, 2012, p. 208). Nessa perspectiva, a existência de um óbice dentro do próprio exército romano tornaria a vitória ainda mais grandiosa.

Quando a marcha realmente começou, as desavenças entre Juliano e Barbácio se acirraram. Os alamanos, que estavam do lado romano do Reno, acabaram se refugiando em ilhas do rio, ao mesmo tempo em que provocavam os romanos. Juliano decidiu que deveria avançar sobre esses grupos e pediu a Barbácio que cedesse alguns barcos, ao que o *magister peditum* não somente negou, como destruiu as *naves* e parte dos grãos estocados para a alimentação do exército. Apesar desse entrave, o *caesar* não desistiu de seu intento e, após obter informações sobre uma possível travessia por pontos em que o rio era mais raso, ordenou que Bainobaudes, tribuno de um regimento de auxiliares, os *cornuti*, avançasse com suas tropas de modo furtivo sobre uma ilha, ora a nado, ora utilizando os escudos como boias. Segundo Marcelino:

[...] chegaram a nado até uma ilha próxima, onde mataram homens e mulheres como ovelhas, sem distinção nenhuma de sexo ou de idade. Depois se apoderaram de uns barcos vazios e, navegando sobre eles, mesmo que vacilantes, irromperam em muitos lugares com uma atitude similar até que, uma vez que saciaram sua sede de sangue, carregados com um enorme botim, parte do qual perderam por conta da violência do rio, regressaram sem sofrer dano algum¹⁰¹ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 11. 9).

Essa ação militar das tropas de Juliano reitera a ideia de que ações militares mais racionais eram empreendidas naquele momento e mostra como diferentes estratégias eram mobilizadas em uma campanha. A ideia frágil de que os romanos primavam por ataques em campo aberto e com uso da infantaria pesada fica insustentável quando observamos esse tipo de ação. A força principal desse ataque foi constituída por um regimento de *cornuti*, ou seja, uma tropa de auxiliares e não de legionários. Realizada com o claro objetivo de utilizar o elemento surpresa contra os inimigos, o ataque empreendido pela infantaria ligeira objetivava “matar, com o propósito de aterrorizar as outras tribos” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 466). O efeito psicológico foi imenso sobre os alamanos e boa parte dos sobreviventes fugiu e suas colheitas abandonadas foram devidamente tomadas pelos romanos. Esses últimos aproveitaram a dispersão inimiga para empreender uma reorganização, que resultou na reconstrução da fortificação chamada *Tres Tabernas*, assim como em um grande armazenamento de alimentos.

¹⁰¹ “[...nando ad insulam venire propinquam egressique promiscue virile et muliebre secus sine aetatis ullo discrimine trucidabant ut pecudes, nantique vacuas lintres per eas licet vacillantes evecti huius modi loca plurima perruperunt et, ubi caedendi satietas cepit, opimitate praedarum onusti, cuius partem vi fluminis amiserunt, rediere omnes incolumes]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 11. 9).

Apesar do baque inicial, as tropas alamanas se reagruparam na margem oriental do Reno. Nesse entremeio, Barbácio moveu suas tropas e levou uma parte substancial das reservas da campanha. Quando em marcha, no entanto, o *magister peditum* sofreu um ataque inimigo que tomou a maior parte de suas bagagens e animais. Como consequência dessa derrota humilhante, Barbácio retornou à corte imperial, enquanto Juliano se preparava para enfrentar seu maior desafio militar até então.

A derrota alamana humilhante no Reno serviu como um catalisador para uma aliança entre diversos reis alamanos (*reges Alamannorum*): Cnodomário, Vestralpo, Urío, Ursicino, Serápio, Suomário e Hortário uniram suas forças sob a liderança do primeiro e do quarto. Esses nobres reuniram um número estimado de dezenas de milhares de homens, o que representou uma exceção nas ações militares na Gália na década de 350. Tal exército, de tamanho e organização inéditos para o período, partiu rumo a *Argentoratum*, onde Juliano estaria (segundo informações passadas por um *scutarius* romano desertor) com mais ou menos treze mil homens (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 2). Antes de qualquer confronto, como a prática diplomática típica desse tipo de situação exigia, os alamanos enviaram *legati*¹⁰² junto a Juliano que apresentaram a exigência de que o *caesar* abandonasse os territórios recentemente conquistados em troca da permissão para uma retirada romana sem mortes.

O jovem imperador reteve os emissários inimigos durante certo tempo, de forma que suas tropas se preparassem para o enfrentamento contra as tropas bárbaras que atravessavam o Reno para a margem ocidental. Em uma manhã, “quando começaram a brilhar os raios de sol e o som das trombetas de guerra soaram, a infantaria se colocou em marcha em passo lento, com as tropas de cavalaria se unindo a ela pelos flancos, dentro das quais se encontravam *catafracti* e *sagittarii*¹⁰³” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 7). Essa descrição da colocação da infantaria no centro e da cavalaria nas alas lembra muito a formação descrita por Políbio. Ou seja, ao mesmo tempo em que podemos observar elementos daquilo que atualmente se chama de guerra não-convencional e/ou guerra irregular¹⁰⁴, como o caso do massacre nas ilhas do Reno mostra, é possível também perceber a mobilização de táticas mais tradicionais em outras oportunidades. As situações práticas

¹⁰² Apesar de possuir diversos significados, no contexto narrado por Amiano Marcelino, o termo *legatus* (*legati* em sua forma nominativa plural) significava possivelmente: “um embaixador, enviado, representante, delegado” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1013). Ou seja, tratava-se de um oficial enviado pelo *rex* Cnodomário para oferecer um acordo para Juliano.

¹⁰³ “[*Iamque solis radiis rutilantibus tubarumque concinente clangore pedestres copiae lentis incessibus educuntur earumque lateri equestres iunctae sunt turmae, inter quas cataphractarii erant et sagittarii*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 7).

¹⁰⁴ Segundo Alessandro Visacro em *Guerra Irregular*: “De um modo geral, os conceitos disponíveis sobre guerra irregular apontam para uma forma de beligerância que transcende os estreitos limites do campo militar, destacam a atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência à guerra de guerrilhas, à subversão, à sabotagem e ao terrorismo” (VISACRO, 2017, p. 222-223). Adaptando o conceito à realidade do século IV d.C., é possível perceber elementos de guerra irregular principalmente no que tange à guerra de guerrilhas, subversão e sabotagem.

colocadas às tropas de Juliano variavam muito durante as sucessivas campanhas e a necessidade de alcançar vitórias demandava a mobilização de diversas possibilidades, umas mais consagradas e outras menos ortodoxas. Evocando a definição geral clausewitziana de guerra como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2010, p.07), é preciso lembrar que diferentes meios são utilizados nos recontros com o fim de desarmar o inimigo e destruir sua capacidade de combate. Idealizações da maneira como os romanos lutavam, como aquela extraída do famoso “modelo ocidental de guerra” elaborado por Victor Davis Hanson (2004), muitas vezes não se sustentam quando analisamos eventos da história militar romana, principalmente no século IV d.C., quando a escala das operações ganhou contornos completamente diferentes daqueles típicos do Principado. Mas, se no geral não se verificava a onipresença dessas batalhas em campo aberto de enfrentamento direto, elas faziam parte dos enfrentamentos militares do período.

Voltando aos acontecimentos nos arredores de *Argentoratum*, as tropas romanas estacionaram em uma colina às margens do Reno. Quando os comandantes romanos viram os inimigos, eles estavam se organizando em formação de cunha¹⁰⁵, sendo que os soldados da primeira linha formavam uma barreira muito resistente. Enquanto a cavalaria romana se encaminhava para a direita por conta do terreno pantanoso à sua esquerda, a cavalaria bárbara, para se opor, colocou-se à esquerda junto a uma parte da infantaria ligeira. Severo, o general responsável pelo flanco esquerdo romano, decidiu não avançar por medo de uma emboscada e o resto do exército retomou a formação para atacar. Juliano foi a cada unidade para incentivar seus homens, fazendo uso da famosa arenga militar que antecedia as batalhas. Enquanto o *caesar* fazia isso, do outro lado do campo de batalha, “a infantaria germânica deu um grande grito, o que indicava que os reis e príncipes deveriam deixar a cavalaria e desmontar para combater ao seu lado” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 471). Faltava somente uma fagulha para o início do combate.

Quando as trombetas soaram, projéteis começaram a voar de um lado a outro e os bárbaros iniciaram seu avanço. Como lembra Hugh Elton, “o momento mais perigoso para os romanos era a investida bárbara inicial, mas se fosse possível resistir a ela, então o treinamento e o armamento romanos geralmente garantiam a vitória” (ELTON, 2018, p. 103). Segundo Marcelino, a ala direita romana sofreu um duro ataque, mas se manteve enquanto a infantaria protegia seus flancos com a formação de uma parede de escudos. Em um primeiro momento, os dois exércitos não conseguiram avançar enquanto uma grande nuvem de poeira tomava conta do campo de batalha. Todavia, alguns desenlaces mudaram os rumos da batalha (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 37). A ala esquerda, liderada por Severo, conseguiu não só deter o avanço inimigo, como se lançar

¹⁰⁵ Com o centro mais avançado do que as laterais.

ao campo adversário. Enquanto essa avançava, a ala direita romana começou a se dispersar por conta de uma tentativa de fuga entre os *catafracti* após a visão entre os soldados do comandante deles ser ferido. A fuga só foi evitada porque, segundo Marcelino, “quando o *caesar* observou de longe que a cavalaria não encontrava outro recurso que não a fuga, esporeou o seu cavalo e se colocou diante deles para os conter como se fosse uma barreira¹⁰⁶” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 38). À parte essa idealização dos atos guerreiros de Juliano¹⁰⁷, é possível abstrair que o flanco direito foi mantido possivelmente pela infantaria, que conseguiu segurar o avanço adversário enquanto a cavalaria pesada se reorganizava. A desorganização da cavalaria romana no lado direito possibilitou que a primeira linha de infantaria romana fosse atacada, mas graças à resistência de certas unidades, como a dos *cornuti e bracchiati*¹⁰⁸, ela não foi rompida ainda. Isso veio ocorrer um pouco depois, mesmo com a chegada de mais auxílio, e os alamanos avançaram sobre a *Legio Primiani*. Essa legião se mostrou extremamente competente e não só suportou o ataque como conseguiu matar ou ferir boa parte dos atacantes, o que os obrigou a tentar uma retirada. A descrição da cena por Amiano é aterradora:

Apareciam assim sobre o solo muitos bárbaros feridos de morte que suplicavam um final rápido; outros meio mortos, já agonizantes e com olhos moribundos, tentavam alargar sua vida; alguns tinham as cabeças meio cortadas por terríveis golpes, ainda que essas, semelhante a feixes, permaneciam unidas ao corpo somente pela garganta; outros escorregando pelo chão, enlameado e escorregadio por conta do sangue derramado, sem estarem feridos por ninguém, pereciam esmagados sob o peso daqueles que lhes caíam em cima¹⁰⁹ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 52).

A resistência da *Legio Primiani*, seguida pelo início da fuga gerou um avanço romano sobre os alamanos, que tinham o rio como maior obstáculo para a fuga. Juliano e seus oficiais, seguindo a lógica desse tipo de recontro, impediram um avanço das tropas romanas sobre as forças fugitivas, já que isso poderia gerar uma reação desesperada por parte dos perdedores e, por consequência, causar inúmeras perdas desnecessárias da parte romana. O que ocorreu foi o lançamento de cargas de flechas e lanças sobre os derrotados, que fugiam a nado pelo Reno, o que Marcelino descreve como um espetáculo teatral (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 57). O próprio *rex* Cnodomário tentou escapar em um primeiro momento, mas não conseguindo atravessar

¹⁰⁶ “[Igitur cum equites nihil praeter fugae circumspectantes praesidia vidisset longius Caesar, concito equo eos velut repagulum quoddam cohibuit]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 38).

¹⁰⁷ Amiano compara o episódio àquele vivido por Sila quando combateu Mitridates e acabou por avançar com um estandarte para a primeira linha de combate, de forma a estimular os soldados (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 41).

¹⁰⁸ Marcelino faz referência ao famoso *barritus* efetuado por essas unidades, um grito de guerra que começava com um baixo murmúrio e aumentava até um nível assustador (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 43).

¹⁰⁹ “[Aderatque propitiati numinis arbitrium clemens et secans terga cedentium miles cum interdum flexis ensibus ferendi non suppeterent instrumenta, ipsis barbaris tela eorum vitalibus inmergebat, nec quisquam vulnerantium sanguine iram explevit nec satiavit caede multiplici dexteram vel miseratus supplicentem abscessit]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 52).

o rio, acabou capturado em uma colina próxima e levado até Juliano, que decidiu mandá-lo para a corte imperial, onde morreu algum tempo depois.

O número de mortos no evento, batizado de Batalha de *Argentoratum* ou Batalha de Estrasburgo (357 d.C.), apresentado por Marcelino é de mais ou menos duzentos e quarenta romanos (e quatro oficiais) e seis mil *alamanni* (além de muitos desaparecidos) (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 63). Essa cifra não se compara àquela apresentada por Zósimo, ou seja, sessenta mil homens, isso sem contar aqueles corpos que não puderam ser encontrados porque foram levados pelo rio Reno (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 3. 3). É preciso recordar, porém, que tais números quando evocados por historiadores no mundo antigo não significam contagens acuradas, mas sim um esforço por apresentar a dimensão da derrota alamana e da vitória romana. Uma grande perda de um lado em oposição a uma perda mínima de outro sugere que existia uma grande superioridade técnica romana. Apesar de toda a narração de Marcelino e Zósimo no sentido de engrandecer o combate, já que o primeiro chegou a comparar a campanha na Gália com as Guerras Púnicas e Teutônicas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 1. 14) e o segundo a comparou com a vitória de Alexandre contra Dário (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 3. 3), a escala do conflito é bem menor do que conflitos ocorridos durante o passado republicano e macedônico.

Feita essa ressalva, é preciso dizer que em seu contexto a vitória deu tanto prestígio a Juliano que ele acabou sendo aclamado *augustus* pelas tropas enquanto essas ainda celebravam. É preciso lembrar, como apontou Mark Hebblewhite em *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire*, que “a maior prioridade do imperador era a de gerenciar sua relação com o exército” (HEBBLEWHITE, 2017, p. 01). Em um contexto em que o exército tinha o poder de promover e “remover” imperadores de sua posição, contar com a lealdade (*fides*) dos militares era uma ferramenta essencial para a manutenção de *status* ou mesmo a ascensão ao posto de *augustus*. Dessa vez, porém, o *caesar* não só recusou o título, como concedeu as glórias da vitória a Constâncio II. Marcelino, um célebre admirador de Juliano e detrator do *augustus*, diz que, após a vitória, Constâncio II chegou a afirmar em éditos que esteve em campo de batalha e que, na verdade, o rei Cnodomário foi levado a ele ao final dos confrontos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 12. 69). Esse último evento não deixa de ser verdade, enquanto o primeiro é vazio de fundamento, pois, como vimos, o *augustus* nem de longe participou da campanha.

É preciso lembrar também que a vitória não significou o fim das expedições, que passaram a ocorrer do outro lado do Reno com mais frequência, na forma de “expedições de punição”. Uma primeira foi organizada e quando os bárbaros tentaram enganar Juliano com o estratagema de uma falsa proposta de paz, oitocentos homens foram destacados e incursionaram sobre muitas aldeias. A ação de Juliano desestabilizou os inimigos e o avanço romano foi até um bosque distante dez milhas

do último ponto de paragem¹¹⁰. Ali, a informação de uma possível armadilha inimiga, o encontro de indícios desse ataque bárbaro e a aproximação do inverno fizeram as tropas romanas buscarem um refúgio. Para tal, foi escolhido um forte construído no governo de Trajano. Como os romanos iniciaram um trabalho de restauração da fortificação, o que indicava uma vontade de manter uma presença romana na região, os alamanos deram início às negociações de paz, que foi concedida pelo *caesar* por um prazo limitado. Os líderes bárbaros que prestaram ajuda aos derrotados em *Argentoratum* juraram não causar distúrbio entre os romanos durante o período de vigência do pacto e forneceram inclusive víveres aos romanos. O selamento dessa paz foi seguido pelo deslocamento de Juliano de volta aos aquartelamentos de inverno.

O cenário se encaminhava para uma pausa nas ações militares durante o inverno. Todavia, aproveitando-se do fato que os romanos estavam ocupados com os alamanos, um grupo de mais ou menos seiscentos francos começou a incursionar sobre a região entre *Colonia Agrippina e Iuliacum*¹¹¹. Severo, o supracitado *magister equitum* (líder da ala direita na Batalha de *Argentoratum*), acabou se deparando com esses inimigos quando se encaminhava para *Remus*¹¹². A chegada romana fez com que o grupo franco buscasse proteção em uma fortificação protegida pelo Rio *Mosa*. Posteriormente, Juliano se encaminhou para região, onde preparou o assédio da fortificação entre os meses de dezembro e janeiro. Marcelino fala inclusive de um estratagema muito pitoresco utilizado pelo *caesar* para evitar uma fuga dos inimigos:

Então, o *Caesar*, temendo com grande astúcia que os bárbaros aproveitassem uma noite sem lua para atravessar o rio, que se encontrava gelado, ordenou que todos os dias, desde o início da luz ao amanhecer, alguns soldados fossem nas duas partes, já que desse modo quebrariam o gelo e ninguém encontraria uma oportunidade de fuga fácil¹¹³ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 2. 3).

A retirada da melhor rota de fuga que os francos tinham, por meio da quebra do gelo que cobria o rio, ajudou a esgotar os inimigos. O resultado foi que diante da fome, falta de descanso e desespero, os francos se entregaram a Juliano e foram enviados à corte de Constâncio II. Os aliados desses homens desistiram de ajudá-los quando descobriram a derrota iminente desses homens.

Mais uma vez, podemos perceber a participação de Juliano, um *caesar*, em um evento de pequenas proporções, o que ajuda novamente a atestar a mudança na escala dos conflitos do século IV d.C. Adrian Goldsworthy, por exemplo, defende que “o envolvimento de um imperador, mesmo

¹¹⁰ Aqui há uma controvérsia entre o relato de Amiano Marcelino e Zósimo, já que o último chegou a narrar que Vadomário foi capturado durante essa expedição (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 4. 2). No entanto, isso parece ser fruto de uma confusão de nomes, já que Cnodomário é um nome de sonoridade parecida. Esse esclarecimento é muito importante por dois motivos: 1) não retira da Gália um dos principais protagonistas militares da década que se seguiria; e 2) mostra mais uma vez as inúmeras confusões apresentadas pelo historiador de língua grega sobre os anos de Juliano na Gália.

¹¹¹ Atual Jülich, Alemanha.

¹¹² Atual Reims, França.

¹¹³ “[*Tunc pertimescens sollertissimus Caesar, ne observata nocte inluni barbari gelu vinctum amnem pervaderent, cotidie a sole in vesperam flexo ad usque lucis principium lusoriis navibus discurrere flumen ultro citroque milites ordinavit, ut crustis pruinarum diffractis nullus ad erumpendi copiam facile perveniret*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 2. 3).

de status menor, num problema de pequena escala é um sintoma do baixo nível no qual os governantes romanos operavam no final da Antiguidade” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 475). Não pensamos como o autor galês, que defende uma queda de nível no que tange à atuação dos imperadores, mas sim que a escala dos problemas no período estava diferente, o que demandava outro nível de participação imperial. De uma maneira bem genérica, podemos dizer, do ponto de vista militar, que se no Principado alguns poucos grandes desafios concentrados ocupavam a agenda imperial (com a exceção de períodos de crise como finais de dinastia), na segunda metade do século IV d.C., muitos pequenos problemas - que poderiam se tornar grandes desafios, se não solucionados -, pulverizados em todo o império (e fora dele), ocupavam o tempo dos imperadores. Sintoma dessa desconcentração das questões militares é a necessidade de dois ou mais imperadores em partes diversas do império, tendência solidificada desde a instalação da Tetrarquia, reduzida durante os anos de Constantino, mas que voltou a tomar forma com seus três filhos e depois do fim da dinastia constantiniana tomou uma escala ainda maior.

Retornando aos acontecimentos nas duas partes do império na década de 350 d.C., é preciso voltar a 358 d.C, ano muito sintomático da existência de vários problemas por todo o império. Enquanto Juliano implementava medidas administrativas para se preparar para o início da temporada de campanha na região da Gália, Constâncio II, ao mesmo tempo que tratava da colocação de um obelisco no Circo Máximo de Roma (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 4.1), empreendeu uma nova tentativa de negociação de paz com os persas mediante uma troca de documentos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 5.1-15), enviou o *magister peditum* Barbácio para lutar contra os jutungos¹¹⁴ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 6.1), lidou com as consequências do terremoto que devastou a *Nicomedia* em agosto daquele ano (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 7.2) e ainda enfrentou as pilhagens feitas por sármatas¹¹⁵ e quados¹¹⁶ na Panônia e na Moésia Segunda (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 12. 21). Esse último problema obrigou o *augustus* a iniciar uma ofensiva que misturou ações militares e negociações diplomáticas contra sármatas e quados. Essas ações fizeram com que “um por um, grupos separados de sármatas e quados fossem derrotados e isolados, seus governantes aceitassem termos de paz em troca da devolução de prisioneiros romanos e da provisão de reféns” (HUNT, 2008, p. 32). Isso rendeu a Constâncio II não só o título de *Sarmaticus* pela segunda vez, mas também uma procissão triunfal em *Sirmium*.

¹¹⁴ Os jutungos eram um povo alamanco que vivia em uma região limítrofe com a Península Itálica (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 6.1).

¹¹⁵ Os sármatas eram “falantes de iraniano, originalmente grupos nômades, que conquistaram territórios ao norte do Mar Negro no período do nascimento de Cristo. Alguns ficaram ao leste dos Cárpatos e outros se moveram ao oeste até a Grande Planície Húngara, onde eles se tornaram clientes romanos de longa duração até o século IV, antes de serem conquistados pelos hunos” (HEATHER, 2006, p. 474).

¹¹⁶ Os quados foram “uma tribo de língua germânica ocupante da terra nas margens ao nordeste da Grande Planície Húngara no período romano” (HEATHER, 2006, p. 473).

As ações militares de Juliano naquele ano, por outro lado, tiveram início com uma expedição contra os sálios¹¹⁷, um povo franco que estava vivendo em *Tongres*¹¹⁸. Enquanto ocorriam negociações com a *legatio* enviada pelos sálios, Severo foi enviado à margem do rio e iniciou um ataque que resultou na capitulação sálica e consequente vitória romana nos termos propostos por Juliano. O mesmo procedimento foi seguido com os chamavos, que também se renderam incondicionalmente ao *Caesar* após alguns combates (GOLDSWORTHY, 2016, p. 476). Depois dessas vitórias, as tropas se dedicaram à restauração de fortalezas às margens do Rio *Mosa*, período em que a fome quase levou a uma revolta contra Juliano. Do ponto de vista diplomático-militar, a aceitação da paz por dois reis derrotados em *Argentoratum*, Suomário e Hortário, encerrou as campanhas daquele ano (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVII. 10. 1-10). Esse conjunto de sucessos romanos tornou possível que vários desses povos derrotados pudessem adentrar as fileiras romanas, a exemplo dos sálios e quados (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 7. 8). Apesar de uma diminuição das operações bélicas em relação aos anos anteriores por parte de Juliano, é possível dizer que 358 d.C. foi um ano de importantes sucessos na Gália.

No ano seguinte, 359 d.C., os maiores problemas militares romanos se deslocaram da Gália para a fronteira persa. Isso não significou uma pacificação dos alamanos, já que as tropas romanas iniciaram novas incursões a partir da margem oriental do Reno (com a ajuda logística dos reis Suomário e Hortário), ocuparam sete cidades e, após demonstrações de força, conseguiram impor a paz aos reis Macriano, Hariobaduo e Vadomário (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVIII. 1-2). É preciso lembrar, no entanto, que “a paz continuou provisória, possível de ser quebrada logo que os germânicos comesçassem a acreditar de novo que os romanos estavam fracos” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 478). Esse padrão não era uma novidade quando se tratava das relações dos romanos com os povos da fronteira norte e com os persas.

Por falar nos persas, Sapor II, o temido xá persa, iniciou a invasão da Mesopotâmia enquanto alguns membros da corte imperial e da oficialidade militar eram trocados por Constâncio II¹¹⁹. Algumas escaramuças foram travadas, mas o centro das atenções da luta entre romanos e persas no ano de 359 d.C. girou em torno de Amida. Um cerco que após setenta e três dias, uma peste e ataques surpresas levou à tomada da cidade e fuga¹²⁰ ou captura dos principais oficiais romanos e aliados responsáveis pela defesa local. Esse foi um momento delicado, já que “em vinte anos de

¹¹⁷ Os sálios constituíam um dos mais importantes grupos dos francos, esses conhecidos como “um nome coletivo para grupos falantes de língua germânica ocupando a terra oposta ao Baixo Reno na região de fronteira do Império Romano no século IV” (HEATHER, 2006, 466).

¹¹⁸ Atual Tessenlo, Bélgica.

¹¹⁹ Para ficarmos em duas personagens que já apareceram em nossos relatos, Barbácio foi degolado junto a sua esposa, Assíria, a mando do imperador por uma suposta conspiração (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVIII. 3. 4) e acabou sendo substituído por Ursicino no cargo de *magister peditum*. O último foi enviado para a Mesopotâmia, onde enfrentou o exército de Sapor (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVIII. 6).

¹²⁰ O próprio Amiano Marcelino fugiu da cidade durante o cerco (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XIX. 8.5).

defesa de território romano no oriente, Amida foi o primeiro lugar a cair para os persas” (HUNT, 2007, p. 40). Depois de longo tempo de imobilidade, havia um primeiro sinal de mudança na longa e difícil relação entre os dois impérios.

Para piorar os problemas enfrentados por Constâncio II naquele ano, outras questões demandaram a atenção imperial, como a sublevação da plebe em Roma, uma nova ofensiva sármatas e o ressurgimento do banditismo entre os isaurianos. A revolta em Roma foi resolvida com a chegada de trigo à cidade, os sármatas foram duramente reprimidos pelas forças imperiais e a situação na Isáuria foi resolvida com o envio do *comes*¹²¹ Laurício para a região e o consequente apaziguamento naquelas regiões montanhosas. Ou seja, ao final daquele ano, o grande desafio que permaneceu na agenda do *augustus* era rechaçar os persas do Império Romano, o que obrigou o *augustus* a passar o final do ano em Antioquia (HUNT, 2007, p.42). Essa necessidade de enfrentar os persas geraria também um problema entre os dois imperadores, já que Constâncio convocaria regimentos completos para lutar no Oriente. Essa exigência levaria a um rompimento final entre os imperadores.

Enquanto isso não ocorria, Juliano continuava a enfrentar problemas pontuais na Gália e no ano de 360 d.C, também na *Britania*. Isso porque grupos de pictos¹²² e escotos¹²³ estavam devastando províncias por ali, o que demandava uma ação enérgica. A existência de uma ameaça alamana, todavia, impedia que o *caesar* se deslocasse para lá e a responsabilidade pela solução do problema britânico foi colocada sob os ombros de um *magister armorum*, Lupicínio (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 1.2). Já no inverno daquele ano ocorreu na Gália um evento que alterou a configuração político-militar daquele período, já que Juliano foi novamente aclamado pelas tropas. A explicação de Marcelino é que a ação partiu dos próprios soldados inconformados ante a convocação de muitos deles a lutarem na fronteira persa (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 4.2). Uma versão muito parecida é relatada por Zósimo, que relaciona a insatisfação dos soldados com Constâncio II à elevação de Juliano pelos soldados (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 8. 2). Havia ordens para que o *notarius* Decêncio levasse para o oriente, “quatro regimentos auxiliares junto com contingentes de 300 homens do resto das unidades do exército de campo e os melhores homens de dois dos guarda-costas de Juliano” (HUNT, 2007, p. 56). Embora não possamos confiar totalmente nos motivos da aclamação de Juliano¹²⁴, por conta da clara simpatia de Marcelino e Zósimo por ele, a maneira como o processo de elevação se deu é muito sintomático daquele contexto.

¹²¹ Como já explicado no capítulo primeiro, os *comites* eram oficiais seniores que serviram em posições civis e militares durante o período tardo romano.

¹²²Diferentemente da maioria dos povos “bárbaros” mostrados até aqui, os pictos não eram de língua germânica e habitavam as terras além da Muralha de Adriano, especificamente no território da atual Escócia.

¹²³Os escotos também não eram povos de língua germânica e tem sua circunscrição territorial à atual ilha da Irlanda.

¹²⁴Existem muitos indícios de que houve um planejamento por parte de Juliano da usurpação, pelo menos desde dezembro de 355 d.C. Michael Kulikowski interpreta assim os eventos entre o inverno de 359 e 360 d.C.: “Ninguém objetou quando Juliano levou com ele e suas unidades de guarda pessoal, as *scholae palatinae* e os *protectores domestici*, a *Lutetia* nos invernos anteriores. Mas no inverno de 359, mais confiante de sair impune, ele levou com ele não somente seus guardas,

O ato teve início em uma noite de inverno daquele ano, quando os soldados invadiram o recinto em que Juliano estava e o aclamaram, o que se repetiu quando ele se apresentou ante as tropas pela manhã. Jones defende que “por dividir os perigos e as dificuldades com as tropas, ele se fez o ídolo delas” (JONES, 1964, p.119). Essa aclamação é muito peculiar porque o imperador foi “colocado sobre o escudo de um soldado a pé e elevado, sem que ninguém pudesse se manter em silêncio, foi nomeado *augustus* e forçado a colocar a diadema¹²⁵” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 4. 17). Esse ritual de elevação literária do mandatário, muito mais próximo das práticas germânicas entre o Reno e Danúbio, mostra que até mesmo a liturgia dos cargos mais altos da sociedade romana não estava imune a influências externas. Nesse mesmo evento da aclamação, a presença do uso de um objeto germânico foi observado, já que na ausência de um adorno melhor (aventaram o uso de uma joia da esposa de Juliano e um adorno de cavalo), um *torques* cedido por um militar de nome *Maurus* foi colocado como substituto da diadema em Juliano¹²⁶. Como aponta Valerie A. Maxfield em *The Military Decorations of the Roman Army*:

Muitos dos povos bárbaros com os quais Roma entrou em contato durante seus anos de expansão, por exemplo, os persas, citas e celtas, usavam *torques* ou anéis de pescoço como um ornamento pessoal ou símbolo de status. [...] É, sem dúvidas, através do contato com esses povos que Roma adotou a prática de dar *torques* como decoração militar [...] (MAXFIELD, 1981, p. 86-87).

Isso seria um indício importante de que práticas consideradas bárbaras estavam sendo absorvidas pelos romanos, seja por conta das relações entre os povos ou (algo muito mais provável) pela grande presença de estratos germânicos nas fileiras romanas, como *Maurus*, o homem que possuía um *torques*. O ato em si foi um sinal dos tempos, mas também o foi a maneira como historiadores como Amiano Marcelino relataram a elevação, sem apregoarem juízos de valor de caráter negativo a tais práticas. Além disso, uma outra ideia de Hebblewhite se verifica, já que se o exército foi fundamental para tal aclamação, ela se deu em um contexto em que ficou clara a preferência dos militares por soldados-imperadores em detrimento de um princípio meramente dinástico (HEBBLEWHITE, 2017, p. 12). Se o fato de pertencer à família constantiniana foi fundamental para a colocação de Juliano como *caesar*, o mesmo não se verifica com sua ascensão a *augustus*. A comparação entre Juliano e seu irmão Galo, morto sob ordens de Constâncio II e sem qualquer resistência por parte dos militares, ilustra bem essa diferença. Juliano conseguiu ir além do princípio dinástico e pode ser analisado como um dos soldados-imperadores do período.

mas também quatro unidades de exércitos de campo. Qualquer um com olhos para ver teria entendido que isso implicou. Pelo resto da sua vida, Juliano insistiu na negação mais tradicional: os soldados demandaram espontaneamente que ele tomasse o cargo de *augustus* e ele o aceitou com uma profunda relutância. Isso não foi verdade. Não somente as unidades disponíveis em *Lutetia*, mas todo o exército na Gália ficou ao lado dele quando escutou a notícia” (KULIKOWSKI, 2019, p. 03).

¹²⁵ “[*Inpositusque scuto pedestri et sublatius eminens nullo silente Augustus renuntiatu iubebatur diadema proferre*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 4. 17).

¹²⁶ A narração de Zósimo do evento é muito parecida com a de Amiano Marcelino, embora o episódio do *torques* só seja observado no relato do segundo.

Paulatinamente a esses acontecimentos na Gália, Sapor II continuava sua ofensiva sobre o território romano no Oriente. Investidas em cidades feitas pelo exército persa foram exitosas, como em *Bezabde* (ou *Phenicia*) e *Singara*, que foi tomada e as duas legiões que guarneciam a cidade, *Flavia* e *Parthica*, foram capturadas, assim como parte da população (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 6. 8). O filho de Constantino havia agora que lidar com ameaças externas e internas ao mesmo tempo. Por conta da existência de inúmeros problemas a leste e a oeste, Constâncio II e Juliano iniciaram uma troca de cartas em que o tom dos avisos e ameaças bilaterais se intercalavam, em uma tentativa de resolução pacífica da querela entre os primos. No entanto, durante a negociação foi possível perceber uma escalada das desinteligências e a aproximação de um conflito¹²⁷. A partir da aclamação de Juliano se tornou provável que não existisse mais outra saída do que a guerra, já que Constâncio II “via Juliano agora como um usurpador – inevitavelmente, dada a sua visão inflexível de que toda legitimidade como governante (de Juliano) fluía de sua decisão soberana (de Constâncio II) – e um traidor do princípio do colégio dinástico” (ERRINGTON, 2006, p. 17).

Paulatinamente à escalada de rispidez entre os imperadores, ambos deram início a novas operações militares contra inimigos externos. Juliano se apropriou de *Tricensima* e atacou a tribo franca dos *attuari*¹²⁸, conseguindo ótimos resultados (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 10. 2). Depois desses enfrentamentos e da recuperação de alguns postos de defesa, ele voltou a *Vienna*, onde passou o inverno. Constâncio II, por outro lado, iniciou uma campanha contra os persas, o que o levou a um duro cerco para tentar retomar *Bezabde*. Os episódios de tentativa de invasão da cidade pela parte romana e defesa por parte persa mostram como existia um grande equilíbrio entre esses dois impérios do ponto de vista militar. Os romanos empreenderam diversos tipos de ofensiva para tomar a cidade, usaram diversos maquinários e artifícios, mas com a aproximação do inverno, Constâncio decidiu abandonar a empresa e voltar para Antioquia, onde começou a se preparar para o inverno (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 11. 32). Novamente ficava clara a maestria persa quando o assunto era a *Poliorcética*.

Ainda em 360, especificamente em seis de novembro, Juliano ofereceu os jogos quinquenais, para comemorar os cinco anos de sua nomeação como *caesar*. A dúvida sobre buscar uma solução pacífica com Constâncio foi uma preocupação, segundo Amiano, e a lembrança das circunstâncias da morte de Galo serviu como um alerta importante. No entanto, uma nova irrupção

¹²⁷“Em uma primeira enviada pelo ‘usurpador’ transcrita por Amiano (que afirma ter tido acesso integralmente) é possível observar uma tentativa de apaziguamento (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 8. 18). Tal carta foi respondida por Constâncio, que lhe mandou uma advertência para não aceitar a dignidade de *Caesar* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 9. 4). Juliano mandou que tal documento fosse lido em voz alta ante uma multidão de soldados, o que gerou uma grande comoção e estimulou mais resposta a Constâncio II (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XX. 9. 8). Zósimo também indica que Juliano buscou um acordo com o *augustus*, no que não foi atendido (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 9. 3).

¹²⁸ Uma das inúmeras tribos com rei próprio que podem ser definidas como francas.

de ataques alamanos, sob liderança de Vadomário, aconteceu no final do inverno e início da primavera de 361 d.C, o que obrigou Juliano a agir. Primeiramente, o *comes* Libino foi enviado para colocar ordem nos arredores de *Retia*. Como a ação surtiu efeito contrário, ou seja, Libino foi morto pelos homens de Vadomário, o próprio *augustus* teve de agir para conseguir desbaratar o grupo de bárbaros e levar a paz para região. Após a imposição da paz, Juliano discursou para seus soldados, recebeu o juramento deles e iniciou os preparativos da incursão contra Constâncio, que se iniciaria a partir da Panônia.

Do outro lado do império, Constâncio se preparava para os dois desafios que teria de enfrentar. Em relação ao perigo persa, ele conseguiu aumentar suas tropas, armas e máquinas antes de se deslocar para *Edessa*¹²⁹ (HUNT, 2007, p. 42), ao mesmo tempo em que tentava se aproximar dos reis da Armênia e Ibéria, Arsaces e Meribanes respectivamente. Naquilo que envolveu a ameaça interna, o *augustus* enviou o *notarius* Gaudêncio para a África, onde esse evitou enquanto viveu não só a ascensão de algum rival como também qualquer ameaça militar (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXI. 7.5). Era preciso garantir não só a vitória sobre Juliano que marchava da Gália como também evitar a formação de alianças ao redor dele ou mesmo o aparecimento de um outro usurpador.

O avanço inicial de Juliano foi marcado pela boa aceitação dele em diversas regiões por onde passou, fuga de personagens importantes, como os prefeitos do pretório Tauro e Florêncio, e rendição de cidades, como a capital da província da Ilíria, Sírmio (HUNT, 2007, p. 42). O sucesso inicial do avanço de Juliano fez com que o novo *augustus* e seus homens avançassem sobre Aquileia, onde uma notícia mudaria todo o desenrolar da guerra civil: a notícia da morte de Constâncio II. Esse *augustus* que, após o recuo das tropas de Sapor, conduzia seu exército para enfrentar Juliano no final do outono, contraiu uma febre e, segundo Marcelino:

Pouco a pouco, uma terrível febre abrasou suas veias, até o ponto em que nem se podia tocar no seu corpo, já que ardia como um braseiro, e como os remédios não produziam resultados, suspirou e sentiu morrer com tristeza e se diz que, enquanto ainda estava consciente, nomeou Juliano como sucessor de seu poder¹³⁰ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXI. 15.2).

A morte de Constâncio, ocorrida no dia 05 de outubro de 361, marcou o fim de mais uma disputa entre *augusti* rivais pelo controle único do império. É importante ressaltar que “antes de sua morte no dia 03 de novembro de 361, ele demonstrou boa percepção política e solidariedade dinástica ao aceitar o inevitável e reconhecer publicamente Juliano como *augustus*” (ERRINGTON, 2006, p. 18). Diante da possibilidade de jogar o império em um novo entreveio dinástico, essa decisão de Constâncio II pode ser entendida como uma maneira de construir um acordo e evitar o risco de

¹²⁹ Atual Şanlıurfa, Turquia.

¹³⁰ “[*paulatimque urente calore nimio venas, ut ne tangi quidem corpus eius posset in modum foculi fervens, cum usus deficeret medelarum, ultimum spirans deflebat exitium mentisque sensu tum etiam integro successorem suae potestatis statuisse dicitur Iulianum*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXI. 15.2).

destruição de sua própria facção. Os acontecimentos nos dias sucessivos se desencadearam de forma que Juliano foi reconhecido herdeiro do morto e teve início um processo de pacificação interna do império, facilitada pela ausência de filhos homens por parte de Constâncio, embora quando de sua morte, a sua segunda mulher estivesse grávida de sua única filha, Constância¹³¹. Juliano, por outro lado, herdou um império que enfrentava alguns problemas sérios nos campos religioso, administrativo e militar. Todavia, como aprendemos com Norberto Luis Guarinello em *História Antiga*, é preciso deixar claro ao se fazer um recorte, “o que se agrega e o que se deixa de fora da narrativa” (GUARINELLO, 2020, p. 76). Como nossa preocupação está centrada nos dois últimos campos, administrativo e militar, foquemo-nos neles, especialmente no problema de ordem prática que tomou boa parte do tempo do único *augustus*: os persas.

Antes de entrarmos na difícil condução dos negócios com os persas, é importante dizer que entre o final do 361 e o início de 363 d.C., Juliano ficou envolvido com problemas típicos da administração imperial, especialmente para um imperador recentemente promovido. Questões como a desarticulação dos grupos de apoio rivais (que incluía de oficiais a eunucos do palácio), atendimento de grupos provinciais, realização de atos de justiça, prestação de auxílio para reformas em cidades e promulgação de éditos¹³² tomaram boa parte do tempo do mandatário. É preciso lembrar que o *augustus* foi muito atuante em questões administrativas e foi lembrado por ter implementado “reformas fiscais e monetárias que tinham por objetivo favorecer os grupos sociais menos privilegiados” (FRIGHETTO, 2012, p. 117). Como David Hunt lembra, Juliano “manifestamente deixou de lado a visível luxúria da corte de Constâncio, uma vez que Juliano retirou grande número de servidores do palácio e oficiais em favor de um modo de vida imperial mais simples e mais acessível” (HUNT, 2007, p. 63). É preciso lembrar que estava em curso um processo de transformação do império romano em um “tipo de ‘despotismo oriental’ pela importação de certos cerimoniais e títulos da Pérsia Sassânida” (CAMERON, 1993, p. 42). Sendo assim, é possível dizer que Juliano representou uma pequena fissura na transformação dos hábitos cada vez mais luxuosos da corte imperial romana no século IV d.C.

Por outro lado, a questão cristã assumiu um caráter político dramático, já que o governo de Juliano representou uma tentativa de ruptura com seus antecessores. Dois eventos sintomáticos foram a falta de punição ao crime de esquartejamento e incineração do bispo de Alexandria, Geórgio, em 363 d.C. (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXII. 11. 11) e a ordem imperial para que uma importante igreja de Antioquia fosse fechada (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXII. 13. 2). O

¹³¹ Constância reapareceu nos altos círculos políticos romanos novamente quando se casou com Graciano, filho de Valentiano I.

¹³² Sendo o mais famoso aquele que proibia cristãos de trabalhar como professores de retórica e literatura (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXII. 10. 7)

maior problema de Juliano com os cristãos foi, no entanto, segundo Averil Cameron, o “édito de 362 que os proibiu de ensinar retórica e gramática” (CAMERON, 1993, p. 94). Apesar de existir um fundo lógico do documento¹³³, ele claramente era um ataque religioso à religião que se consolidava como majoritária naquele momento.

Uma das marcas mais lembradas do governo de Juliano foi sua política no campo religioso. Renan Frighetto nos diz que “o curto reinado de Juliano foi marcado, de forma inexorável, por sua política religiosa completamente oposta à de seus antecessores” (FRIGHETTO, 2012, p. 117). Isso porque, após sua declaração de tolerância religiosa, Juliano iniciou um ambicioso projeto de retorno das antigas atividades pagãs ao mesmo tempo em que buscava instaurar uma “hierarquia sacerdotal pagã nas províncias e cidades imperiais romanas” (FRIGHETTO, 2012, p. 118). Essa predileção ao paganismo é de fato algo que particulariza bastante a figura de Juliano entre os imperadores romanos da segunda metade do século IV d.C. no âmbito religioso. É preciso frisar que os atos de Juliano no campo religioso, especialmente a questão do édito de 362, indicam “uma tentativa de reduzir a importância cultural do Cristianismo, mas nunca de tentar eliminá-lo radicalmente” (FRIGHETTO, 2012, p. 118).

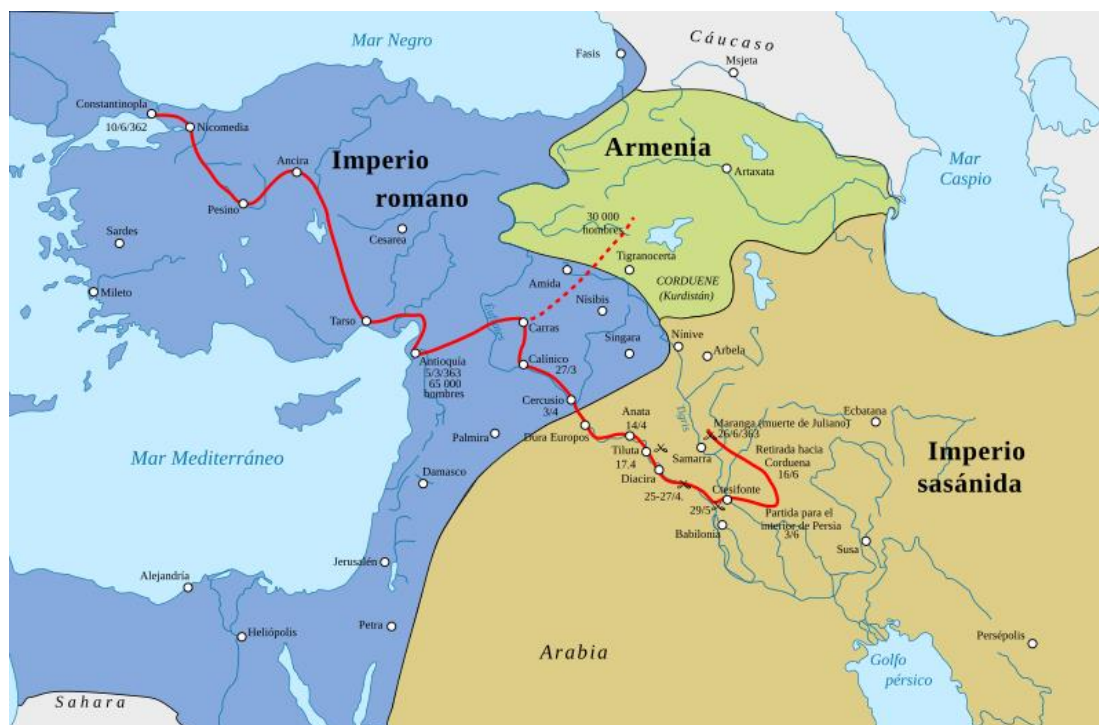
Para além do desenrolar do controverso édito, passagem que possui uma importância muito grande na construção da imagem desse governante, é preciso dizer que aquilo que mais nos interessa, as questões militares, passaram por grandes momentos no ano seguinte, 363 d.C. Já que foi naquele ano que teve início a famosa expedição a Pérsia. Antes mesmo da campanha começar, já era possível ter uma ideia da magnitude das ambições de Juliano por conta dos sacrifícios e cerimônias empreendidos por ele, pois mais de cem touros foram oferecidos em sacrifício, além de muita bebida distribuída e a realização de cerimônias opulentas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXII. 12. 6).

Quando a primavera daquele ano se iniciou, Juliano deu ordens para que seu exército atravessasse o rio Eufrates, tendo Alexandre e Trajano como inspirações. Arther Ferril defende que o exército de Juliano era de “aproximadamente 65 mil homens, consistindo sobretudo em unidades do exército móvel reforçadas até certo ponto por tropas de fronteira” (FERRIL, 1989, p. 46). David Hunt complementa esse número, lembrando também dos mil barcos de transporte e da “segunda força sob o comando de seu parente [de Juliano] Procópio e do *comes* Sebastiano” (HUNT, 2007, p. 74). Esse é um daqueles casos no século IV d.C. em que a diferenciação entre *limitanei* e *comitatenses* se viu reduzida, já que para arregimentar as dezenas de milhares de soldados necessários para o

¹³³ Tal proibição de professores cristãos se configurou nas cidades reordenadas pelo imperador (HUNT, 2007, p. 67). Libânio cita de forma velada tal proibição (LIBÂNIO. *Discursos*. XVIII, 157) e esse é um dos motivos de ataque de Gregório de Nanziano contra tal governante. No geral, Juliano é sempre evocado como um imperador que empreendeu uma política religiosa que contrariava os interesses cristãos.

prosseguimento da expedição foi necessária a convocação de soldados que estavam tanto em fronteiras como em unidades móveis.

Mapa 02 - Expedição de Juliano na Pérsia 363 d.C.



Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Julian%27s_campaign-es.svg. Acesso em: 19/08/2021.

Contando com o apoio do rei armênio, Arsaces, as tropas romanas alcançaram *Batna*, *Davana* e *Callinicum* e, quando partiram dessa última, encontraram príncipes sarracenos, que ofereceram tropas auxiliares ao *augustus*, aceitas prontamente. Foi perto dali que sua poderosa frota guiada pelo *tribunus* Constantino e pelo *comes* Luciliano acabava de se unir ao exército em campanha com mais de mil barcos (abastecidos com víveres, armas e máquinas de assédio). Em abril, as tropas já estavam em *Cercusio*, de onde partiram ao território assírio, chegando a Dura, local onde conseguiram encontrar comida em abundância e ponto de partida do *comes* Luciano com mil soldados de infantaria ligeira e barcos para capturar a Fortaleza de *Anatha*, banhada pelo Eufrates, o que se concretizou mediante negociação (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 1. 9). Seguiu-se um conjunto de vitórias em pequenas escaramuças e cercos curtos empreendidos pelos romanos, quase sempre encerrados com cidades incendiadas e perdas pequenas entre romanos.

Ao atravessar o Rio Tigre em direção a *Ctesifonte*, e após o envio de barcos de Juliano ao *comes* Víctor para fazer frente aos persas, ocorreram novas escaramuças enquanto as condições para uma batalha em campo aberto se desenhavam. Os persas, a partir daquele momento, empregaram cavalaria pesada, tropas auxiliares e elefantes na retaguarda (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 6. 8). O imperador romano dispôs suas fileiras de forma que suas tropas mais fracas ficassem

em espaços vagos entre as linhas. Com o início do combate, após o lançamento de dardos e armas de arremesso, houve um longo período de indefinição em que as linhas romanas e persas permaneceram sem conseguirem avançar uma contra a outra. A indefinição só foi resolvida, segundo Marcelino:

E assim, uma vez que se abriu a primeira linha dos persas, primeiro com lentidão e depois com grande rapidez, retiraram-se com as armas ainda quentes e buscaram uma cidade próxima, enquanto nossos soldados os seguiam, esgotados também depois de lutar no campo quente do amanhecer ao anoitecer. Sendo, pois, perseguidos, as tropas inimigas fugiram com Pigranes, Surena e Narseo, seus melhores generais, até as muralhas de *Ctesifonte*, recebendo feridas nas pernas e nas costas¹³⁴ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 6. 12).

Os soldados romanos apresentaram disposição para seguir os homens para dentro das muralhas da cidade. O risco do isolamento de romanos dentro das muralhas levou o *comes* Víctor a impedir com gritos e gestos tal ofensiva. O saldo de mortos, dois mil e quinhentos persas e setenta romanos, segundo relatos de Marcelino, foi altamente favorável aos romanos, embora pouco crível a nível de precisão. Depois da vitória, o imperador deu início à distribuição de coroas aos homens que se destacaram em batalha e realizou sacrifícios a *Marte Ultor*, que mostrava presságios desfavoráveis.

Toda a sorte da expedição mudou a partir dessa vitória em 363 d.C. Depois da realização de um *consilium* a respeito da viabilidade da invasão de *Ctesifonte*, foi decidido que o cerco era altamente desfavorável. Ao invés disso, Arinteo foi enviado com tropas de infantaria ligeira para pilhar as regiões ao redor da cidade. Foi decidido também pelo *consilium* por um “avanço ao interior persa pelo leste do Tigre, na esperança de um encontro com a segunda força sob Procópio e Sebastiano” (HUNT, 2007, p. 75). O momento de inflexão se deu, contudo, quando o imperador decidiu que os barcos deveriam ser queimados após a travessia, o que significou a destruição de mil deles. As principais motivações para isso giravam em torno de evitar a tomada dos barcos pelo inimigo, diminuir a carga e tornar mais difícil a fuga de desertores. Esse gesto, que em caso de vitória seria visto como genial em decorrência do impacto motivacional que geraria nos soldados, por outro lado, significava também que qualquer possibilidade de retirada romana segura não seria mais possível em um ambiente de derrota.

O problema é que os persas começaram uma tática de destruição de pastos e colheitas que pudessem servir aos intentos dos invasores, ao mesmo tempo que os esforços romanos aguardados, como os prometidos pelo rei armênio, Arsaces, não chegaram. Tinha início entre os romanos um quadro em que a fome começava a grassar ante os homens da expedição, em que as terríveis chuvas inundavam todo o caminho romano e dificultava deslocamentos, em que o calor excessivo tirava a disposição dos homens e em que a existência de uma infinidade de insetos chegava a tampar o céu

¹³⁴ “[*laxata itaque acies prima Persarum leni ante, dein concito gradu calefactis armis retrorsus gradiens propinquam urbem petebat, quam sequebatur miles itidem fessus in campis torridis ad usque diei finem a lucis ortu decernens, eiusque occipitiis pertinacius haerens omnem cum Pigrane et Surena et Narseo potissimis ducibus ad usque Ctesiphontis muros egit praecipitem adversorum feriens suras et terga*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 6. 12).

com sua presença. Nesse contexto complicado, a decisão de atacar *Corduena* se impôs, mas depois que a ordem de levantar o acampamento foi dada e enquanto as tropas se preparavam para avançar, em dezesseis de junho, uma poeira que indicava a chegada de tropas foi vista e obrigou os romanos a se prepararem para um combate (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 8. 7). Os persas, todavia, não empreenderam um ataque frontal, sendo a realização de pequenas escaramuças a tendência dos próximos dias.

Foi só em *Merena* que ocorreu uma batalha em campo aberto. Ali os persas novamente apostaram em sua cavalaria pesada reforçada com elefantes enquanto os romanos botaram suas fichas na infantaria. A formação utilizada nessa batalha por Juliano, segundo Marcelino, foi a conjugação de uma formação em crescente com círculos nos flancos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 1. 16). Foi essa infantaria romana a responsável pelo retrocesso das linhas fechadas inimigas e a vitória romana, mesmo diante de um contexto tão complicado.

Depois do combate foram negociados três dias de trégua entre os exércitos. A fome, que perseguia os romanos¹³⁵ desde a travessia do Tigre, agravou-se nesses dias. O exército romano, que continuou seu caminho rumo a *Corduena*, passou a enfrentar mais ataques persas. Em um desses ataques persas desferidos contra a retaguarda romana, Juliano, após avisado, correu para restabelecer a ordem, embora estivesse sem a tradicional cota de malha. Ao chegar à retaguarda, o imperador foi informado que a vanguarda também estava sendo atacada. De volta às primeiras linhas, o *augustus* dava ordens de forma a evitar o avanço persa, mas enquanto gritava ordens, algo ocorreu. Segundo Marcelino:

Então, sem que se saiba a procedência, repentinamente, a lança de um soldado de cavalaria, depois de passar raspando a pele de seu braço, atravessou-lhe as costelas e se afundou no lado de baixo do fígado¹³⁶ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 3. 6).

Nada se sabe do autor do ferimento, sequer se a lança havia saído de mãos persas ou romanas¹³⁷. Há dúvidas inclusive sobre o instrumento do golpe, já que Zósimo aponta que o ferimento foi causado por uma espada (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 29. 1). O relato de Paulo Orósio sobre o

¹³⁵ John Haldon relata em *Feeding the Army: Food and transport in Byzantium, ca 60-1100*: “entre os séculos IV e V [d.C.], as evidências sugerem que as rações dos soldados eram consumidas em uma rotação de três dias: pão para um dia em três, *bucellatum* (biscoito seco) para dois dias em três, porco salgado para um dia em três, carne de ovelha para dois dias em três, vinho e vinho avinagrado em dias alternados” (HALDON, 2017, 86). Ou seja, o consumo de alimentos era alto entre as tropas e se levarmos que o gasto de energia durante uma campanha era ainda maior por conta dos constantes deslocamentos, a demanda de alimentos era altíssima. Lee relata que um exército de dez mil homens “englobando 6 mil de infantaria, 4 mil de cavalaria e mil cavalos de montaria, necessitava de pelo menos vinte e quatro mil quilos de alimentos por dia” (LEE, 2007, p.96). No caso em questão, tanto a interrupção de uma linha segura de transporte de suprimentos quanto as ações persas de destruição de suprimentos impossibilitaram que um exército descrito como muito maior (do que dez mil homens) tivesse acesso suficiente a alimentos.

¹³⁶ “[et — incertum unde — subita equestris hasta, cute brachii eius praestricta, costis perfossis haesit in ima iecoris fibra]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 3. 6).

¹³⁷ A dúvida é suscitada até mesmo por Amiano Marcelino, que disse que corria um rumor sobre a possibilidade de um romano ter sido o responsável por desferir o golpe.

evento é bastante curioso, já que em sua opinião, Juliano foi separado de seus homens por um desertor e acabou sendo atravessado por uma lança de um cavaleiro inimigo (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 30. 6). Ou seja, dentro de um universo factual bastante estrito, a morte de Juliano, foram criadas diferentes versões. Acreditamos que parte dessa controvérsia seja explicada pela polarização gerada pelos posicionamentos religiosos do morto. Como defende Hunt, as interpretações sobre a morte desse imperador “foram rapidamente submergidas em uma guerra de palavras entre cristãos e pagãos, principalmente no que envolve a fonte da lança fatal” (HUNT, 2007, p. 77). De um “herói” pagão a um “vilão” dos cristãos, as versões da morte de Juliano são muito sintomáticas.

Embora essa questão seja de difícil solução, é sabido que os soldados recolheram o imperador e o levaram para o acampamento, onde ele foi tratado. A batalha continuou e muitos persas caíram, inclusive dezenas de nobres. Com a notícia do ferimento do *augustus*, os persas continuaram sua ofensiva. Enquanto isso, Juliano permanecia em sua tenda, conversando com seus principais interlocutores, mas sem definir explicitamente um sucessor. Foi ali que, no dia 26 de junho de 363 d.C., ele “morreu tranquilamente aos trinta e dois anos de vida¹³⁸” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 3. 23). Seu corpo foi transportado por um oficial de estrita confiança, Procópio, para Tarso, onde foi enterrado (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 9. 12). Segundo Arther Ferril, durante essa expedição “houve uma deficiência no comando, de concepção estratégica, e no final o custo foi espantoso” (FERRIL, 1989, p. 49). Michael Kulikowski apresenta uma avaliação um pouco mais branda e diz que “a competência que ele mostrou como *caesar* na Gália o abandonou como *augustus* na Pérsia” (KULIKOWSKI, 2019, p. 33). Avaliações à parte, o cenário colocado com a morte de Juliano foi o seguinte: a morte do único imperador durante uma expedição militar em território estrangeiro com sérias dificuldades de avanço e com poucas chances de fuga em meio a uma situação de total ausência de indicação de um sucessor imperial com respaldo amplo entre as tropas. Além disso, o princípio dinástico, bastante enfraquecido no período, era ainda mais fraco no caso, já que o imperador morreu sem deixar herdeiros diretos.

2.2. OS IMPERADORES PANÔNIOS: DA PAZ DE JOVIANO À MORTE DE VALENTIANO I (363-375 D.C.)

A morte de Juliano abriu um problema de sucessão com dois elementos agravantes. O primeiro, como já explicitado, foi o da ausência de um sucessor biológico (ou alguma indicação mínima disso) e o segundo foi o fato da morte do imperador ocorrer em meio a uma campanha militar

¹³⁸ “[*vita facilius est absolutus anno aetatis altero et tricensimo*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 3. 23).

em que o risco de derrota era iminente, já que ocorria em território estrangeiro e as tropas romanas se viam acossadas. No amanhecer do dia seguinte ao passamento do imperador, 27 de junho, devido à gravidade da situação, Amiano relata que os “generais do exército convocaram os líderes das diversas legiões e das tropas de cavalaria e debateram sobre a eleição do novo imperador¹³⁹” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 5. 1).

Tiveram início as deliberações para a escolha do novo imperador. Em um primeiro momento, houve grande dificuldade para se chegar a um nome minimamente consensual¹⁴⁰, já que os oficiais ligados à corte de Constâncio II (como Arinteo e Víctor) e aqueles ligados a Juliano (como Nevita e Dagalaifo) não chegavam a um acordo. Após certo desgaste, a púrpura imperial foi oferecida a Salústio Secundo, um prefeito do pretório elevado ao cargo por Juliano em 361 d.C.¹⁴¹ e que poderia servir como um meio termo entre as partes. Todavia, essa personagem recusou o cargo, o que obrigou a manutenção das deliberações em meio ao risco de ataque persa.

Quando houve uma nova escolha ela recaiu sobre Joviano, um oficial que era o *primus ordinis domesticorum*, ou seja, chefe da guarda pessoal imperial¹⁴², além de ser filho de Varroniano, *comes domesticorum*, importante oficial e político (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 30. 1). Essa personagem aceitou o cargo e foi rapidamente apresentada às tropas em meio aos preparativos para uma marcha. Segundo Kulikowski, “a única explicação para sua escolha é o de que os mais altos comandantes não poderiam concordar com ninguém melhor colocado e pensaram que ele seria seguramente dependente daqueles que o fizeram imperador” (KULIKOWSKI, 2019, p. 32). Frighetto também segue essa linha interpretativa e vai mais além ao dizer que essa disputa entre os chefes legionários possivelmente teve um grande peso não só na escolha de Joviano, como também no “aumento de dificuldades encontradas por Juliano nos últimos momentos da campanha contra os persas” (FRIGHETTO, 2012, p. 119). Essa grande disputa e seus consequentes riscos ajudam a explicar por que homens importantes recusavam (ou eram levados a recusar a púrpura imperial).

Essa é a primeira vez em nosso recorte que observamos a tendência de indicar oficiais em postos medianos para o cargo de *augustus*, o que se repetiria no futuro e sinalizava, além de uma falha

¹³⁹ “[collecti duces exercitus, advocatisque legionum principiis et turmarum, super creando principe consultabant]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 5. 1).

¹⁴⁰ Mais uma vez é possível identificar uma controvérsia entre Zósimo, que passa a impressão de que a escolha por Joviano foi por unânime votação (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 30.1), e Marcelino que relata um curto e penoso processo de escolha (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 5. 1-4). A versão do segundo autor nos parece muito mais crível, já que ele não só foi uma testemunha importante dos acontecimentos, como também atesta a presença de facções rivais, algo que se verificou em momentos posteriores também. Pensamos que a ausência de um consenso seja importante para o entendimento de certas peculiaridades dos anos 360 d.C.

¹⁴¹ Isto é, após a morte de Constâncio II e o processo de substituição de oficiais importantes empreendida por Juliano, quando o imperador chegou em Constantinopla naquele ano (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXII. 3. 1).

¹⁴² A figura de Joviano foi muito importante quando do falecimento de Constâncio II, já que o primeiro era o líder da guarda imperial pessoal desse imperador e cuidou do transporte do corpo do morto até Constantinopla (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXI. 16. 20).

no princípio dinástico, uma grande competição de grupos distintos pelo poder. Na quase impossibilidade de indicar um nome ideal para determinado grupo (e prontamente não aceito por outros) em condições de desequilibrar a balança do poder em torno de algum personagem já plenamente identificado com uma facção (o que significaria a possibilidade de um grande expurgo das outras), escolhia-se figuras que funcionariam como elementos de ponderação entre os distintos agrupamentos político-militares. A escolha de Joviano pode ser entendida, portanto, como uma escolha de compromisso entre distintas facções. Cabe ressaltar também que em decorrência das dificuldades inerentes a toda a conjuntura, não se podia arrastar o processo de escolha por um prazo maior, já que o risco de um ataque inimigo tornava urgente a retomada da unidade imperial.

A novidade chegou também aos ouvidos de Sapor II, que prontamente despachou tropas de cavalaria e infantaria apoiadas por elefantes para atacar a retaguarda romana. Concomitantemente ao início da retirada romana ocorreu mais uma ofensiva persa. O ataque causou danos sérios e perdas humanas consideráveis entre os romanos, como as dos tribunos Juliano, Macróbio e Máximo¹⁴³ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 6. 3). Apesar disso, as ações de unidades como as legiões dos jóvios e dos herculianos evitaram maiores desastres e conseguiram evitar o rompimento das linhas de defesa. Os persas se dispersaram e os romanos avançaram até uma fortaleza de nome *Sumere*¹⁴⁴. De lá, montaram um acampamento em um vale onde a geografia era favorável à defesa, mas nem assim o exército inimigo deixou de atacar. Houve, inclusive, uma invasão do acampamento romano por parte da cavalaria persa que só foi contida às portas da tenda imperial (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 6. 7). O uso de elefantes nessa operação é registrado por Zósimo, que ressalta como a ala direita romana foi castigada pelo uso desses animais (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 30. 2). A estratégia persa era a de causar o maior dano possível enquanto o exército romano se reorganizava após a troca imperial.

Os sucessivos ataques persas fizeram com que os romanos apertassem o passo na fuga. Já no dia 01 de julho, as tropas, depois de passar por *Charcha*, alcançaram *Dura*. Foi ali onde um grupo de sarracenos, que anteriormente havia servido ao lado dos romanos¹⁴⁵, atacou as tropas. Novamente as tropas estavam em uma situação delicadíssima. De um lado, os sarracenos só foram impedidos pela atuação da cavalaria ligeira, e por outro, os persas perseguiram os romanos que tentavam avançar durante quatro dias. Quando os romanos finalmente decidiram avançar e enfrentar os persas, esses se retiraram e permitiram que os romanos alcançassem a margem do rio Tigre.

¹⁴³ Zósimo registra as mortes desses oficiais na batalha que ocorreu em *Sumere* (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 30. 4).

¹⁴⁴ Atual Samarra, Iraque.

¹⁴⁵ Amiano Marcelino explica que as divergências que deram origem ao rompimento entre romanos e *saraceni* se deu por conta de soldo e recompensas financeiras (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 6. 10).

É sabido que havia ordens do imperador e de generais para que os homens não tentassem a travessia do rio¹⁴⁶, já que naquela época do ano o nível da água ficava muito alto. Aqui novamente é possível encontrar divergências sobre os acontecimentos, já que Zósimo aponta que foram construídos barcos improvisados que permitiram a travessia de alguns membros do exército e esses membros acabaram cercados por persas (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 30. 5). Amiano, por outro lado, relata que diante da veemência do pedido dos soldados pela travessia, houve a liberação de que alguns gauleses e germanos empreendessem a travessia a nado e que esses homens conseguiram atravessar e matar alguns persas na outra margem, o que estimulou a coragem dos romanos, mas não houve uma travessia em massa (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 6. 14-15). O que ambos os autores concordam é, que após esse evento, teve início um processo de negociação de paz entre romanos e persas.

Como mostra John Curran, “com considerável astúcia, Sapor iniciou as negociações de paz” (CURRAN, 2007, p. 79). Surena e um outro aristocrata foram enviados como *legati* pelo mandatário persa aos romanos e levaram uma proposta de paz extremamente dura: cinco províncias romanas e quinze fortalezas ao leste do Tigre foram exigidas (CURRAN, 2007, p. 79). A perda da possibilidade de fugir concomitantemente à pressão dos soldados pela travessia de retorno fizeram com que Joviano tomasse a decisão de aceitar o pedido persa, desde que Singara e Nisíbis fossem entregues aos persas desocupadas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 11).

O conteúdo do tratado (*decretum* ou *foedum*) abrangia a entrega de *Arzanena, Moxoena, Zabdicena, Rehimena, Corduena, Nisíbis, Singara* e *Castra Maurorum* com suas fortalezas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 9). Além disso, o documento provavelmente versava sobre a Armênia, embora exista uma diferença de relato entre Marcelino e Zósimo, já que o primeiro contou que o documento estabelecia também que os romanos não prestariam ajuda ao rei armênio, Arsaces, em sua luta contra os persas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 9), enquanto o segundo escreveu que romanos e persas dividiram a Armênia e que os segundos se apossaram da maior parte dela (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 31. 2). Após a definição e aceitação dos termos, período no qual foi estabelecida uma trégua para a definição dos pontos importantes, seguiu-se a tradicional troca de reféns. Os romanos enviaram três tribunos, Nemota, Víctor e Bellovédio, e os persas enviaram Bineses e mais três sátrapas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 13). O encerramento da negociação é assim relatado por Marcelino:

E assim firmado o tratado de paz para trinta anos, o qual foi ratificado com fórmulas sagradas de juramento, voltamos por um caminho diferente, evitando os lugares próximos ao rio por serem ásperos e difíceis, ainda que nos sentíssemos angustiados

¹⁴⁶ O início de julho é marcado por cheias no Tigre, já que a neve derretida, após o final do inverno, aumenta o nível do rio de maneira significativa.

pela escassez de comida e bebida¹⁴⁷ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 14).

Como ficou patente alguns anos após a assinatura do tratado, um acordo desse tipo não significava de forma alguma o cumprimento de todas as partes do acordo por muito tempo. Se pensarmos nas garantias dadas por ambos os lados, tal acordo valeria enquanto os dois governantes vivessem ou existisse uma vontade por parte de um dos dois (ou de ambos) de não quebrar o que havia sido negociado. Inclusive, segundo Amiano, havia um plano persa de atacar os feridos e os animais que ficassem na retaguarda da marcha romana logo após a assinatura (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 8. 4), o que não foi possível de ser realizado porque os romanos descobriram rapidamente o plano. Se era difícil a obediência de termos mais imediatos do *foedus*, mais ilusória ainda era a ideia de manter os dois impérios em paz por trinta anos.

Marchando com uma boa velocidade nos dias seguintes, os romanos humilhados alcançaram *Hatra*¹⁴⁸. Essa cidade foi uma paragem importante porque a partir dali os romanos se depararam com uma nova carestia de água e alimentos. Durante seis dias os romanos sofreram com a sede e a fome até que alcançaram uma fortaleza de nome *Ur*, onde o *dux Mesopotamiae* Cassiano e o tribuno Maurício esperavam as tropas com um pouco de alimento. Desde *Ur* foram mandados oficiais para a Ilíria e Gália com o objetivo de publicizar o falecimento de Juliano e ascensão de Joviano. Dali também o imperador enviou um aviso ao sogro, Luciliano, para que esse se encaminhasse para *Mediolanum*¹⁴⁹ e levasse alguns homens de confiança para estabelecer sua autoridade no Ocidente, já que possivelmente “o novo imperador temia que forças na Gália ou na Ilíria poderiam desafá-lo, uma vez que tivessem sabido a maneira pela qual ele foi nomeado” (ERRINGTON, 2006, p. 19). Fruto dessa preocupação foi também a nomeação do *magister armorum per Gallias*, Malarico. Todas essas decisões foram tomadas enquanto a marcha romana de retorno ainda não havia acabado, sendo as próximas cidades no caminho da retirada: *Thilsaphata* e *Nisibis*.

Depois de acampar do lado externo de *Nisibis* no dia da chegada, Joviano teve de cumprir o estabelecido, ou seja, entregar a cidade (já que era parte do acordo) aos persas. Bineses, um nobre persa que havia sido levado refém quando do selamento do tratado, seria o responsável pelo recebimento da localidade. Marcelino narra assim: “com a permissão do imperador romano, [Bineses] entrou na cidade e colocou a insígnia de seu povo no alto da cidadela, convidando assim os cidadãos para uma terrível partida” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 9. 1). A resistência da

¹⁴⁷ “[*foederata itaque pace annorum triginta, eaque iuris iurandi religionibus consecrata, reversi itineribus aliis, quoniam loca contigua flumini ut confragosa vitabantur et aspera, potus inopia premebatur et cibi*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 14).

¹⁴⁸ Hatra atualmente é mais conhecida por ser um Patrimônio Mundial da UNESCO e por ter sido parcialmente destruída pelos terroristas do DAESH no ano de 2015. Para além dessas e outras curiosidades (como o fato dela figurar no início do clássico filme de terror “O Exorcista”), a cidade foi um importante ponto fortificado fundado pelo Império Selêucida no meio do deserto que resistiu a muitas incursões romanas no século II d.C., antes de ter sido abandonada.

¹⁴⁹ Atual Milão, Itália.

população local foi enorme e houve até mesmo um princípio de contestação da figura de Joviano. O imperador se manteve impassível e deu três dias para que a população romana deixasse as muralhas da cidade, sob pena de ser expulsa pelo exército. Tal entrega de cidades inteiras mediante um tratado parece ter sido algo muito incomum na história romana, o que rendeu várias críticas por parte de Amiano a Joviano, pois o autor defendia a dissolução do acordo (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 9.9-11). É possível que a derrota na Pérsia tenha sido um grande entrave na escrita do relato do autor antioqueno, já que era uma mácula na carreira de Juliano (o imperador exaltado por ele). A estratégia narrativa de Marcelino para evitar isso foi a de culpar a figura de Joviano pela aceitação do acordo e seus termos humilhantes. O que, do ponto de vista factual, não se mostra verificável.

Por falar nos aspectos factuais, depois de concluir a entrega da cidade, Joviano e parte das tropas foram para Antioquia, onde permaneceram durante alguns dias. Depois o imperador foi a Tarso, onde visitou e embelezou o sepulcro de Juliano. Dali se dirigiu a *Tiana*, local onde teve notícias de que Luciliano já se encontrava em *Mediolanum*, com seus tribunos Seniacuco e Valentiano. Os três, no entanto, se dirigiram a *Remus*, onde, após a descoberta de certos artificios contábeis da parte de certo atuariário, teve início uma conspiração que redundou na morte de Seniacuco e Luciliano. O sogro do imperador, “que foi tão proeminente no alto comando dos Balcãs de Constâncio II não tinha a confiança do *establishment* gaulês” (KULIKOWSKI, 2019, p. 34). A situação só foi resolvida, quando o *magister equitum* Jovino, possivelmente ligado ao início da revolta, “acalmou os revoltosos e se declarou abertamente em favor do governo de Joviano” (KULIKOWSKI, 2019, p. 35). Valentiano, salvo da morte por Jovino, encaminhou-se para levar as notícias ao imperador e o encontrou em Aspona, onde o primeiro foi promovido “ao comando da segunda unidade dos *scutarii*” (CURRAN, 2007, p. 81).

Na passagem de ano, quando chegou a *Ancyra*¹⁵⁰, Joviano recebeu seu primeiro consulado (compartilhado com o seu filho Varroniano). Poucos dias depois, mais precisamente em 17 de fevereiro de 364 d.C., quando já estava em *Datastana*, o *augustus* foi encontrado morto em seu dormitório. Marcelino aventou três possibilidades para a morte: vazamento de gases tóxicos, combustão de carbono e indigestão (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 10. 13). Apesar de não ser registrada nenhuma investigação sobre a *causa mortis* do imperador de trinta e três anos, não é possível afirmar categoricamente que a morte do mandatário se deu por causas naturais, apesar de Zósimo também afirmar que o imperador morreu por conta de uma enfermidade (ZÓSIMO. *Nova História*. III. 35. 3). Nesse sentido, Kulikowski nos diz que “rumores de jogo sujo circularam e outros falaram de suicídio, mas a história oficial pode ser verdadeira: não havia nenhum claro interesse em reabrir a sucessão já que todos estavam se reconciliando com o novo regime, então talvez tenha sido

¹⁵⁰ Atual Ankara, Turquia.

só um terrível acidente” (KULIKOWSKI, 2019, p. 35). De nossa parte, acompanhamos essa tendência, embora deixemos aberta a possibilidade de assassinato por conta não só da pouca idade de Joviano, mas também em decorrência da conspiração que matou seu sogro e da presença de Procópio¹⁵¹ atuando nos bastidores da política romana desde o enterro de Juliano. É possível mesmo encontrar uma possível referência ao envenenamento em uma homilia proferida por João Crisóstomo (JOÃO CRISÓSTOMO. *Homilia XV. Filipenses*. 4. 10-14). Até mesmo Marcelino lança suspeitas no episódio, já que compara a morte de Joviano a de Cipião Emiliano, quando pairaram suspeitas de assassinato (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 10. 13). A existência de conspiradores é possível e bem plausível, tanto por conta dos acontecimentos anteriores como posteriores. Todavia, infelizmente não é possível avançar muito na “elucidação” da morte desse imperador.

Enfim, era a segunda vez em menos de um ano que os romanos se encontravam na difícil situação de não possuir um *augustus*. Depois que o corpo de Joviano foi levado a Constantinopla para ser enterrado, diversos oficiais civis e militares se deslocaram para *Niceia*, onde passaram a debater a escolha de um novo imperador. Diversos foram os nomes cotados para assumir a púrpura, como o *tribunus scholae primae Scutariorum* Equício, que, além de importante oficial, era familiar de Januário, encarregado pelos assuntos militares na Ilíria (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 1. 4). No entanto, um “acordo foi alcançado quando o nome de Flávio Valentiano foi apresentado” (CURRAN, 2008, p. 81). A respeito da escolha do novo imperador, John Matthews, autor de *Western Aristocracies and Imperial Court*, acrescenta que Valentiano I “pode ter sido um candidato de compromisso – outros nomes foram discutidos antes dele – mas ele ofereceu um bom número de vantagens práticas” (MATTHEWS, 1975, p. 35). Ou seja, se houve um compromisso pela escolha dessa figura, não faltavam motivos que a tornavam atrativa.

Valentiano era filho de um importante oficial, Graciano, e, como já mencionado, havia sido promovido há pouco tempo ao comando da *secunda schola Scutariorum*. O escolhido foi levado de *Ancyra* a *Niceia*¹⁵², “onde o exército o aclamou *augustus* em 26 de fevereiro de 364 [d.C.], uma semana após a morte de Joviano (KULIKOWSKI, 2019, p. 35). Aqui a tese de Hebblewhite novamente se verifica, já que a legitimidade do imperador só era garantida com “um verniz de legitimidade militar” (HEBBLEWHITE, 2017, p. 12). Foi nos diversos extratos militares também que se assistiu a um sinal da grande tensão entre os diversos grupos político-militares imperiais. Isso

¹⁵¹ Zósimo apresenta Procópio como uma figura que foi completamente leal a Joviano e que havia se retirado da vida pública em Cesareia da Capadócia até que Valente e Valentiano agiram contra ele (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 4-5). Amiano Marcelino, por outro lado, o descreve como alguém que teve de se esconder de Joviano e se refugiou com Estratégio, um *ex palatinus*. Essa aliança com Estratégio, um homem que possuía acesso a postos militares que protegiam o próprio imperador, o que tornava um assassinato algo plausível naquele contexto.

¹⁵² Tanto Amiano Marcelino (*Histórias*. XXVI. 4. 1-2) quanto Zósimo (*Nova História*. III. 36. 3) concordam em estabelecer Niceia como cidade em que Valentiano assumiu o poder e também aceitam que a marcha dele até ali demorou, o que colocou o império sob risco.

porque quando Valentiano se deslocava entre as duas cidades, teve início uma grande comoção para a nomeação de um segundo imperador, algo que oficiais como Equício e Leo tiveram de conter. Essas rachaduras na base de apoio tornaram a questão da estabilização da liderança imperial primordial no começo do governo.

No tradicional discurso após a aclamação, o novo *augustus* recebeu por parte dos soldados a cobrança de nomear um colega, ao que respondeu pedindo paciência. Tamanha cobrança se explicava pelo medo da repetição de crises sucessórias causadas pelo “vácuo constitucional que se seguiu a súbita morte de um imperador que havia escolhido governar sem um colega” (ERRINGTON, 2006, p. 21). Portanto, dois dias depois de se tornar imperador, Valentiano convocou alguns oficiais para discutir essa escolha¹⁵³. Ao que tudo indica, ele já tinha uma escolha em mente e, ao chegar a Nicomédia, nomeou o próprio irmão, Valente, tribuno e o alçou ao posto de *comes stabuli*. Já em Constantinopla no dia 28 de março de 364 d.C., ou seja, pouco mais de um mês após sua ascensão, “Valentiano apresentou seu irmão às tropas no subúrbio constantinopolitano de *Hebdomon* e ele foi aclamado *augustus*” (KULIKOWSKI, 2019, p. 36). Reafirmava-se o princípio de que “dois *imperatores* eram melhores do que um para assegurar a segurança militar do império” (HEBBLEWHITE, 2017, p. 21). Seguiu-se um rito, em que Valente foi vestido com os signos imperiais, a diadema e andou em sua própria carruagem.

Após meses de indefinição sobre a sucessão imperial, a estabilidade interna parecia ter voltado a existir. Essa foi uma fase da história romana em que imperadores da pobre e conflituosa Panônia dominavam, pelo menos formalmente, a cena política, já que Joviano e a família valentiana eram provenientes daquela região. Do ponto de vista externo, a coisa se apresentava em um quadro de sensível gravidade. Segundo Marcelino:

Nessa época, como se por todo o mundo romano se tocavam sons de guerra, povos muito sanguinários se rebelaram e começaram a invadir territórios as fronteiras próximas. Por exemplo, os alamanos assolavam Gália e Rétia, os sármatas e os quados a Panônia; os pictos, saxões, escotos e atacotos faziam ataques contínuos aos britânicos os austorianos e outros povos maurícios devastavam a África com mais severidade do que o habitual; a Trácia era saqueada pela rapina de bandos godos. O rei dos persas tinha os olhos colocados na Armênia e tentava recuperá-la rapidamente com todas as forças disponíveis. A escusa era que depois da morte de Joviano, com o qual ele havia assinado um tratado e firmado a paz, não devia existir nenhum obstáculo para recuperar o que antes havia pertencido a seus antepassados¹⁵⁴ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 4. 5-6).

¹⁵³ É nessa ocasião que Dagalaifo, comandante de cavalaria, profere a famosa frase: “Se amas os seus, ótimo imperador, tens um irmão, se amas Roma, pensa em quem investes como colega” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 4. 1).

¹⁵⁴ “[*Hoc tempore velut per universum orbem Romanum bellicum canentibus bucinis excitae gentes saevissimae limites sibi proximos persultabant. Gallias Raetiasque simul Alamanni populabantur; Sarmatae Pannonias et Quadi; Picti, Saxonesque et Scotti et Attacotti Brittannos aerumnis vexavere continuis; Austoriani Mauricaeque aliae gentes Africam solito acrius incursabant; Thracias et diripiebant praedatorii globi Gothorum. Persarum rex manus Armeniis iniectabat, eos in suam dicionem ex integro vocare vi nimia properans, sed iniuste causando quod post Ioviani excessum, cum quo*

É possível perceber que os problemas militares romanos estavam disseminados em quase todas as regiões de fronteira. Os alamanos ao norte, os pictos, saxões¹⁵⁵ e atacotos a noroeste, os godos a nordeste, os austorianos e maurícios ao sul e os persas a leste. Para lidar com esse número enorme de ameaças, fazia-se necessária uma reorganização da distribuição de poderes dos *augusti*. Essa reorganização teve início após o inverno que marcou a passagem de 364 a 365 d.C. e o início do primeiro consulado conjunto dos novos imperadores. Os irmãos se encontravam, naquele momento, em *Naissus* na Trácia e repartiram os *comites*. Depois da divisão dos principais oficiais, os irmãos dividiram os palácios, de forma que Valentiano I se dirigiu a *Mediolanum* e Valente para Constantinopla¹⁵⁶.

Mapa 03 – Unidades políticas bárbaras no século IV d.C.



Retirado de: HALSALL, 2007, p. 119

Além disso, Salústio Segundo foi nomeado prefeito do Oriente, Mamertino da Itália, África e Ilíria e Germaniano das províncias gaulesas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 5. 5). Matthews percebeu tais agentes como “representantes de uma classe governante imperial, com suas próprias tradições de lealdade e serviço, e, no regime de Valentiano, os ideais e práticas para um

foedera firmarat et pacem, nihil obstare debebit quo minus ea recuperaret, quae antea ad maiores suos pertinuisse monstrabat]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 4. 5-6).

¹⁵⁵ Essa nomenclatura é utilizada como “um nome coletivo para um número de grupos de língua germânica que ocuparam terras ao leste dos francos no século IV d.C. Se os saxões tiveram alguma identidade política confederativa funcionando, como os alamanos, ou se o coletivo foi meramente um termo de conveniência é desconhecido” (HEATHER, 2006, p. 475).

¹⁵⁶ Essa separação realizada entre Valentiano e Valente, embora não fosse ainda como aquela divisão formal ocorrida posteriormente (395 d.C.), iniciou a divisão em duas partes do império “que gradualmente desenvolveram histórias diferentes” (ERRINGTON, 2006, p. 01). Ou seja, não foram realizados esforços para parar um desenvolvimento em separado das duas metades do império.

alto grau de administração profissional e rigorosa” (MATTHEWS, 1975, p. 39). Ou seja, para esse historiador, tratava-se de um processo de profissionalização levada a cabo por uma nova dinastia, em que era possível encontrar diversos carreiristas de origem panônica.

Por outro lado, é possível ver um processo de reorganização nas nomeações após a ascensão dos irmãos que extrapola a mera profissionalização da administração. A síntese dele foi feita por Errington, já que segundo ele: “o problema era velho, a solução escolhida não era nova, mas dessa vez foi duradoura” (ERRINGTON, 2006, p. 02). A ideia de dividir o império em duas partes governadas por *augusti* diferentes havia sido criada na Tetrarquia e por isso ela não era nova. Todavia, a partir dos irmãos Valentiano I e Valente ela se reafirmou e depois foi intensificada pelos sucessores, já que em certos momentos existiram até quatro *augusti* concomitantes. Kulikowski acrescenta ainda que, além da separação dos destinos das duas *partes imperii*, a ascensão valentiana consolidou uma tendência já colocada desde a escolha de Joviano, ou seja, a ideia de que “rivalidades faccionais dentro e entre os comandos regionais e prefeituras se tornariam os principais condutores da história imperial” (KULIKOWSKI, 2019, p. 37). Frighetto também toca nessa questão, ao enunciar que “para além das lógicas e evidentes diferenças linguísticas, devemos recordar as distintas percepções políticas existentes no interior dos grupos dirigentes das partes ocidental e oriental do mundo romano que acabariam por negar ou reconhecer a validade da própria autoridade imperial” (FRIGHETTO, 2012, p. 120). Portanto, não se tratava apenas de uma distribuição de poder entre dois imperadores, mas sim da abertura de possibilidades de ascensão de vários grupos de poder (ou facções) a posições de destaque na estrutura político-militar romana. Isso não significa dizer que somente um grupo reduzido ocupava os postos mais importantes da estrutura imperial. Se os imperadores eram panônicos, havia figuras de outras regiões imperiais galgando posições importantes, como o caso de algumas figuras hispânicas (como Teodósio) deixa claro. Havia claramente a construção de pontes e alianças que davam uma grande dinamicidade política ao império do século IV d.C.

Essa organização logo foi posta à prova, já que o ano de 365 d.C. foi de grandes desafios. Os primeiros traços dos problemas vindouros foram: uma divergência diplomática entre romanos e alamanos, as primeiras notícias da rebelião empreendida por Procópio no Oriente, a ocupação persa na Mesopotâmia e o início de uma invasão goda à Trácia. Diante dos primeiros desafios, Valentiano I, que estava em *Mediolanum*, decidiu pelo deslocamento a *Remus* e deu prioridade ao perigo germânico. Além disso, reforçou as tropas na África e enviou figuras importantes para lá, como o *notarius* Neotério, o *protector domesticus* Masáucio e o *scutarius* Gaudêncio. Valente, por outro lado, mandou deslocar tropas de cavalaria e infantaria para evitar a invasão goda. Durante o deslocamento, no entanto, essas tropas passaram dois dias em Constantinopla, onde o usurpador Procópio¹⁵⁷ as

¹⁵⁷ Essa personagem já apareceu anteriormente em nosso trabalho. Foi ele o responsável, por exemplo, pelo transporte do corpo de Juliano até Tarso, de quem Amiano defende que Procópio fosse aparentado. O que se sabe sobre ele, para além

esperava e prometeu recompensas se elas o apoiassem (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 6. 14).

Em poucos dias, os planos de Procópio começaram a se realizar. O usurpador recebeu vestes imperiais improvisadas, foi escoltado pelos soldados, apresentado ao público e desfilou pela cidade de Constantinopla. Depois de discursar e fazer promessas, o usurpador foi até a cúria e depois ao palácio. Nos dias seguintes, enquanto Valente marchava para desbaratar a usurpação, vários homens de confiança de Valente foram tirados de seus postos por Procópio, como Nebrídio e Salústio Secundo (KULIKOWSKI, 2019, p. 39). Além disso, Procópio conseguiu aumentar o seu prestígio com os godos ao capturar o oficial encarregado pela repressão desses povos na Trácia, Júlio, e obteve apoio de parte dos godos, que, segundo Kulikowski em *Guerras Góticas de Roma*, “apoiaram Procópio supostamente com 3 mil soldados” (KULIKOWSKI, 2008, p. 138). O usurpador conseguiu até mesmo o apoio de Faustina, esposa do falecido Constâncio II, o que lhe forneceu certa legitimidade ante as tropas e possibilitou que ele reunisse um bom número delas. Percebe-se aqui claramente uma tentativa de um grupo de poder ligado à família constantiniana de retomar o poder imperial perdido após a morte de Juliano.

Alguns homens de Procópio foram enviados a Ilíria com moedas e imagens do novo imperador. Dessa forma, eles buscavam o reconhecimento do usurpador naquela região, assim como na parte norte imperial. Equício, *rector militum* ligado a Valente, capturou esses homens e fechou as principais vias de acesso ao norte (KULIKOWSKI, 2019, p. 40). Valente ainda estava na Galácia e, segundo Marcelino, após passar por momentos de desespero quando soube do rumo dos acontecimentos em Constantinopla, acabou por destacar as legiões *Iovii* e *Victores* para atacar o acampamento dos usurpadores (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 7. 13). Quando tropas de Valente se aproximaram das de Procópio em *Mygdum*¹⁵⁸, ocorreu uma primeira escaramuça. Todavia, antes que os exércitos tocassem seus escudos, graças a um tal Vitaliano, os atacantes foram cooptados e juraram lealdade a Procópio.

Nos dias que se seguiram, a cidade de *Niceia*¹⁵⁹ foi tomada pelos usurpadores, assim como a *Calcedônia*¹⁶⁰ e a Bitínia. *Cyzicum* também foi conquistada por Procópio. A reação de Valente só teve início no início da primavera do ano seguinte, quando tropas lideradas por Lupicínio cercaram *Pessinunta*¹⁶¹ e atacaram a Lícia. Apesar de não conseguir vitórias expressivas nessas incursões,

desse parentesco, é que nasceu na Cilícia, era de família importante e alcançou os altos postos imperiais quando Juliano ascendeu ao poder, com quem manteve grande proximidade (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 6. 1-2). Segundo Marcelino, quando Juliano estava na Mesopotâmia, ainda no início de sua expedição à Pérsia, ele entregou a Procópio um manto de púrpura em Carras e o indicou como sucessor em caso de sua morte na expedição (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIII. 3. 2).

¹⁵⁸ Cidade que ocupou um território próximo a atual Karahüyük, Turquia.

¹⁵⁹ Atual Iznik, Turquia.

¹⁶⁰ Atual Kadiköy, Turquia.

¹⁶¹ Atualmente Sivrihisar, Turquia.

Valente conseguiu arregimentar um ex-cônsul e *dux* ligado a Constantino, Arbitião, que passou a cooptar as tropas de Procópio a favor de Valente. Na Frígia, Agilão desertou para o lado de Valente e “seus homens inverteram seus escudos e correram pelo campo em direção às linhas imperiais” (CURRAN, 2007, p. 91). Depois disso, Procópio fugiu, mas seus próprios homens o capturaram e levaram-no ao imperador legítimo. O final do usurpador é assim descrito por Amiano: “Sem mais demoras, lhe cortaram o pescoço e terminaram com um torvelinho de lutas civis e guerras¹⁶²” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 9. 8). Como era de praxe, após a execução do usurpador, seguiram-se várias prisões, torturas, desterros e mortes dos aliados de Procópio. Dentre esses aliados, Marcelo, parente do usurpador se destacou por tentar continuar a rebelião, mas sua execução concluiu o processo de repressão (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 10. 5).

Enquanto a usurpação se desenrolava na parte oriental, na parte ocidental um velho perigo era reavivado. É que os alamanos, povos que geraram tantos problemas a Constâncio II e Juliano, voltaram a incursionar pela margem ocidental do Reno, principalmente após o início de 366 d.C. Para enfrentar essa ameaça, foram mobilizados dois *comites*: Charieto e Severiano. O primeiro encontro entre romanos e germanos na parte ocidental do Reno ocorreu após a travessia romana de um riacho. Ao primeiro momento de confronto de armas de arremesso, seguiu-se uma ofensiva romana, duramente rechaçada pelos inimigos. A derrota foi tão acachapante que, além da captura de dois estandartes, tanto Severiano quanto Charieto foram mortos na luta (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 1. 4-6). Para piorar, “Valentiano recebeu a notícia da incursão alamana e da usurpação de Procópio no mesmo dia” (CURRAN, 2007, p. 83). Diante do peso dos dois problemas, o *augustus* decidiu enfrentar o primeiro e deixar que seu irmão cuidasse do segundo.

A reação começou com o envio de Joviano, *magister equitum*, para a região devastada. Em *Escarpona*, uma grande multidão de bárbaros foi massacrada e o exército romano avançou. Após vitórias contra pequenos grupos de saqueadores, Joviano enfrentou uma batalha em campo aberto em *Catelaunos*¹⁶³. Nesse encontro, “o inimigo sofreu perdas de 6000 mortos e 4000 feridos, enquanto Joviano não perdeu mais do que 1200 homens” (CURRAN, 2007, p. 83). Depois da vitória, o *magister equitum* estimulou seus homens a perseguirem os derrotados, o que resultou na morte do rei que comandava as tropas inimigas. Após tamanhos sucessos, Joviano foi recebido em *Parisium* por Valentiano I, e foi agraciado com o consulado do ano seguinte, 367 d.C.

Enquanto esses embates ocorriam na Gália e Itália, Valente deu início a um ataque contra os godos que haviam apoiado Procópio. Antes da ofensiva militar, o *magister equitum* Víctor foi enviado para sondar o motivo dos godos terem se inclinado para o lado de Procópio. Víctor retornou

¹⁶² “[*statimque abscisa cervice discordiarum civilium gliscentes turbines sepelivit et bella*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 9. 8).

¹⁶³ Atual Châlons-en-Champagne, França.

com a informação de que os godos possuíam uma carta em que o usurpador justificava sua ascensão por conta de um parentesco com a família constantiniana pelo lado de Juliano (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 5. 1). O imperador não ficou satisfeito com essa justificativa e atravessou o rio Danúbio e “em três campanhas de verão de 367 a 369 d.C., Valente atacou os godos do outro lado do Danúbio” (KULIKOWSKI, 2008, p. 139). Foi somente no terceiro ano de incursões que os romanos conseguiram de fato avançar rumo ao território godo e enfrentaram os greutungos¹⁶⁴ em pequenas escaramuças. Foi nesse ano também que os romanos se depararam com Atanarico, o *iudex* mais poderoso entre as tribos godos àquela época (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 5. 6). Esse *iudex* se tornou um alvo importante da ação militar de Valente no Danúbio, não só por conta da invasão do território romano em si, mas também porque Atanarico havia “enviado um contingente para apoiar Procópio” (JONES, 1964, p. 139). Na campanha de 369, inclusive, o *iudex* foi derrotado em uma batalha campal, mas “em vez de perseguir Atanarico em seu recuo, Valente retornou ao território imperial” (KULIKOWSKI, 2008, p. 140). Isso ocorreu, provavelmente, por conta da aproximação do inverno e seus riscos inerentes.

As negociações entre romanos e godos se encaminharam após esses três anos de incursões romanas. Assim que Valente decidiu pela possibilidade de concessão de paz, os oficiais responsáveis pela cavalaria e infantaria, Víctor e Arinteo, foram enviados para apresentar os termos aos adversários. Os godos aceitaram a proposta, mas o maior problema estava no local onde se firmaria a paz, já que Atanarico havia jurado não entrar em território romano e não era de bom tom que um imperador romano se dirigisse ao território de um *iudex* godo para selar a paz. A solução do impasse foi dada com a colocação dos dois líderes em barcos no meio do rio, onde foi realizado um ritual, reféns foram trocados e de onde os exércitos retornaram para as suas proveniências (KULIKOWSKI, 2019, p. 57). Tal acordo possibilitou a Valente, intitulado Alamano por conta de suas vitórias nas campanhas de 367 d.C., concentrar-se em outras questões que demandavam sua atenção e que estavam ocorrendo paralelamente aos problemas trácios, assim como permitiu a Atanarico reafirmar sua autoridade entre os tervíngios e desenvolver uma política de perseguição de missionários cristãos. Essa paz entre romanos e godos garantiu que a “fronteira do Baixo Danúbio permanecesse estável até 376 [d.C.]” (ERRINGTON, 2006, p. 59).

Entre os problemas paralelos enfrentados por Valente, podemos citar as questões diplomáticas sérias envolvendo a Pérsia e a Armênia entre 368 e 370 d.C. O tratado assinado por Joviano e Sapor II proibia qualquer intervenção romana na Armênia pelo período de trinta anos (pelo menos na versão apresentada por Amiano Marcelino), mas ante um pedido de ajuda de Papa (filho do

¹⁶⁴ Essa é uma nomenclatura que pode ter dois sentidos: “nome coletivo para uma série de reinos godos independentes estabelecidos no que hoje é a Ucrânia, leste do Rio Dniester, antes de 375 d.C., ou o nome de grande império godo que abarca do Dniester ao Don que se fragmentou em face da agressão hunna” (HEATHER, 2006, p. 468).

rei armênia Arsaces), Valente lhe prestou ajuda após uma ofensiva de Sapor II contra a Armênia. O *augustus* chegou a enviar um *dux*, Terêncio, para levar Papa à Armênia. Tal ato e outros subsequentes levaram Sapor II a começar a preparação de seus exércitos para futuros embates contra romanos, já que o tratado havia sido violado (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 12. 18). A preocupação com a Armênia e Ibéria ocupou tanto espaço na agenda de Valente, que em 370 d.C. ele se transferiu para Antioquia, “onde gastou boa parte dos seus próximos oito anos, conduzindo expedições ineficazes através de seus generais na Armênia e na Ibéria e perseguindo negociações inconclusivas com Sapor” (JONES, 1964, p. 140). Essa constante negociação é prova da fragilidade do acordo assinado anteriormente. O mais interessante é que embora “os persas ameaçassem guerra anualmente, nenhuma invasão em grande escala ocorreu” (KULIKOWSKI, 2019, p. 59).

Durante os anos de expedição na Trácia e dos problemas na Armênia, alguns eventos importantes ocorreram na região do império sob comando de Valentiano I. O primeiro importante foi o adoecimento e quase morte do *augustus* em 367 d.C. Foi durante esse momento complicado da vida de Valentiano I que surgiram novos boatos sobre a sucessão imperial. Essa situação de iminente quebra dinástica foi um importante fator para que ocorresse a nomeação do filho mais velho de Valentiano I, Graciano, pelo pai no dia 27 de outubro de 367 d.C. (CURRAN, 2006, p. 83). Portanto, aos oito anos de idade, Graciano foi apresentado aos soldados e nomeado *augustus* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 6. 5). Novamente Valentiano I sobrepujava a tradição de nomear um *caesar* e apontava o filho como *augustus* (assim como havia feito com o irmão). Por conta das nomeações anteriormente relatadas, já podemos afirmar que a prática de nomear *caesares* estava se tornando obsoleta na segunda metade do século IV d.C.

Após essa importante nomeação, Valentiano I soube que a Britânia estava sendo saqueada e que os *comites* responsáveis pela administração da região, Nectárido e Fulofaude haviam sido assassinados durante “um ataque saxão no sudeste da Britânia no verão de 367 [d.C.]” (ERRINGTON, 2006, p. 50). Depois do envio fracassado de Severo e Jovino, o imperador decidiu que Teodósio¹⁶⁵, um importante general de origem hispânica, deveria ser enviado para a região. Ao chegar em *Londinium*¹⁶⁶, Teodósio dividiu suas tropas em vários grupos e deu início a várias pequenas ofensivas contra grupos de pictos, atacotos e escotos que saqueavam a ilha (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 8. 7). Entre os anos de 367 e 368 d.C., Teodósio conseguiu pacificar a ilha. Um detalhe importante é aquele lembrado por Gerard Friell e Stephen Williams em *Theodosius: The Empire at Bay*, pois “na maioria dessas campanhas ele [Teodósio] levou consigo seu promissor jovem filho, Teodósio, iniciando um aprendizado rigoroso na guerra e na política logo que ele entrou em idade militar” (FRIELL; WILLIAMS, 1998, p. 10). O jovem Teodósio estava aprendendo os meandros da

¹⁶⁵ Pai e homônimo do militar romano que seria imperador romano no futuro.

¹⁶⁶ Atual Londres, Inglaterra.

vida militar na prática, já que não havia nada que se comparasse à uma educação militar nos moldes modernos.

Outras regiões também apresentaram problemas à nova dinastia nesses primeiros anos de governo, como a África e a Isáuria. A primeira por conta dos problemas políticos envolvendo o governador romano e a segunda porque era uma região de banditismo endêmico. Todavia, foram outros problemas que tomaram o tempo dos imperadores, já que o *augustus* responsável pela parte ocidental do império residiu na Gália de 365 a 375 d.C. Era dali que Valentiano I organizava incursões, como a que cruzou o Reno em 368 d.C. A motivação para tal foram alguns saques organizados por Rando e o chamado para guerra contra os romanos dado pelo filho de Vadomário, Vithicábio. Diante da crescente ameaça alamana, Valentiano I convocou importantes oficiais e o próprio filho, Graciano, para a incursão. O avanço romano se deu de forma ininterrupta até Solicino, onde os romanos tiveram notícia da existência de exércitos bárbaros. Durante essa campanha, Valentiano I “foi emboscado com pequeno grupo de guarda-costas e escapou com dificuldades, perdendo um assistente de confiança e um elmo cerimonial” (CURRAN, 2008, p. 84). Pouco tempo depois ocorreu a única batalha campal entre romanos e alamanos daquela campanha, em que ambos os lados tiveram perdas e, apesar da dispersão germana, não foi uma vitória romana significativa (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVII. 10. 15). Essa batalha encerrou as campanhas do ano de 368 d.C. no Ocidente e deu início à retirada das tropas para os quartéis de inverno.

O risco de continuidade dos problemas militares nas adjacências do rio Reno obrigou Valentiano I a empreender grandes projetos de defesa. Acampamentos, fortalezas, torres dos dois lados do rio e até mesmo o desvio do curso de um rio¹⁶⁷ são exemplos dos empreendimentos romanos feitos em 369 d.C. Seguindo ordens do imperador, o *dux* Arator conduzia a construção de uma fortificação no Monte Pirus, na margem oriental do Reno, quando um grupo de bárbaros atacou suas tropas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 2. 8). Esse ataque foi um dos primeiros em que a furtividade dos bárbaros foi usada a seu favor naquele ano. Muitas foram as perdas materiais e humanas romanas naquele ano, a exemplo de Constanciano (cunhado de Valentiano I). Novamente a guerra irregular passou a ser muito utilizada, agora pelos adversários dos romanos. Ou seja, os enfrentamentos não diretos, a furtividade e o engano mobilizados para vencer o adversário. Mais uma vez é possível perceber como tanto romanos quanto seus inimigos mobilizam táticas de luta semelhantes, o que mostra como não havia uma diferenciação nos mecanismos de luta romanos e bárbaros, o que reafirma que tal dicotomia era mais um instrumento retórico de autores antigos do que necessariamente uma realidade observável.

¹⁶⁷ Amiano Marcelino o chama de Rio Negro (Flumen Niger), mas não encontramos outra referência a ele (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 2. 2).

Do outro lado do atual Canal da Mancha, o *comes* Teodósio cuidava da recuperação da Britânia após as incursões bárbaras do ano anterior. Além de dismantelar uma conspiração liderada por Valentino (cunhado do prefeito de Roma), o *comes* cuidou da restauração de cidades e de postos de defesa, mandou construir postos avançados, guarneceu acampamentos e afastou diversos *arcani*¹⁶⁸ de suas funções por traição (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 3. 8). O sucesso de Teodósio foi tão grande que ele foi convocado pelo imperador e nomeado *magister equitum* antes de ser enviado em missão além do Alto Danúbio no ano seguinte, “onde atacou os alamanos desordenados pela *Raetia*” (CURRAN, 2006, p.84).

As ações militares do ano de 370 d.C. tiveram início na Gália com a chegada dos saxões. Após a travessia do Mar do Norte, eles começaram a pilhar territórios romanos e avançaram contra o exército defensor. Nanneno, o *comes Britanniarum* que defendia a região, acabou pedindo ajuda imperial devido à quantidade e à qualidade bélica dos invasores. Valentiano I decidiu enviar Severo, *magister peditum*, para ajudar na resolução da questão. Segundo Amiano Marcelino, o exército de Severo causou tamanho temor entre os bárbaros que esses últimos trataram de negociar a paz e entregaram vários jovens com idade militar para servirem de reféns (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 5. 4). Contudo, os próprios romanos enviaram soldados de infantaria para atacar furtivamente o exército saxão, quebrando assim o acordo de paz. O problema é que infantaria não seguiu corretamente as ordens e os soldados se apresentaram antecipadamente para a batalha, o que deu maiores chances de reação por parte dos bárbaros. A batalha só se tornou favorável aos romanos quando a cavalaria se apresentou, o que gerou um verdadeiro massacre entre os invasores (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 5. 7). Novamente os romanos conseguiram aplacar o avanço de povos estrangeiros.

O velho problema dos alamanos também não havia sido solucionado e o rei Macriano continuava a ser uma preocupação para Valentiano I, já que as incursões organizadas por ele eram muito nocivas para a administração imperial. Então, “frustrado pelo contínuo esvaziamento na mão de obra romana, Valentiano decidiu quebrar o poder alamanco explorando as rivalidades entre eles e seus vizinhos” (CURRAN, 2008, p. 84). Uma convocação aos burgúndios foi feita para que esses atacassem os alamanos. Os primeiros aceitaram as missivas enviadas, mas não obtiveram as contrapartidas exigidas aos romanos, o que fez com que os burgúndios voltassem para suas terras. A luta contra os alamanos foi conduzida com sucesso naquele ano, principalmente por conta das tropas lideradas por Teodósio, famoso *magister equitum*. Essa figura, Teodósio, confirmava-se cada vez mais como figura militar de destaque no governo de Valentiano I.

¹⁶⁸ Os *arcani* faziam parte de um grupo de funcionários do Estado romano que tinha como função espionar e relatar as ações de povos vizinhos aos *duces* romanos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVIII. 3.8).

O inverno da passagem dos anos de 370 e 371 d.C. foi marcado pelo envio de catafractos, arqueiros e mercenários por Sapor II à Mesopotâmia. Os oficiais romanos responsáveis por fazer frente a essas tropas foram o *comes* Trajano e o rei Vadamário¹⁶⁹. O antigo tratado era só uma mera formalidade àquele momento, mas nenhuma das duas partes queria ser a responsável pela quebra de acordo e, por isso, o ano de 371 d.C. foi marcado pela existência de muitas escaramuças entre persas e romanos e poucos confrontos campais abertos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 1. 3-4). Ao final da campanha daquele ano, Valente se alojou em Antioquia, onde enfrentou um desafio de outra ordem.

Durante uma tarde em que estava se dirigindo a Selêucia, o *augustus* sofreu uma tentativa de assassinato por Salústio, membro dos *scutari* (AMIANO MARCELINO. XXIX. 1. 16). Valente sobreviveu ao atentado e iniciou as investigações para descobrir os envolvidos. O que se seguiu a isso foi um conjunto de torturas e condenações à morte de pessoas de vários estratos sociais no ano de 372 d.C., o que fortaleceu a imagem das *iniustitiae* do *augustus*. Além disso, esse evento iniciou uma grande perseguição a várias práticas mágicas, já que, ao que tudo indica, a tentativa de assassinato foi precedida por um rito de adivinhação do nome do próximo imperador.

Na parte do império que cabia a Valentiano I, o ano de 372 d.C. também foi de muitas punições¹⁷⁰. Todavia, o problema na Gália era ainda muito sensível e a necessidade de capturar Macriano fez com o imperador enviasse tropas ao outro lado do Reno. Seguiu-se uma aproximação das tropas lideradas por Severo do rei alamanos, mas os efeitos da chegada de um tão grande número de homens deixaram a guarda do *rex* alarmada e ele conseguiu fugir. Assim sendo, aquele ano não foi de grandes vitórias na Gália.

Teodósio, que participou dessas expedições, foi mandado no ano seguinte para a Mauritânia e África, onde os mauros, sob liderança de Firmo, haviam iniciado uma série de saques. A revolta de Firmo contava com “o suporte de duas unidades de Romano [*comes Africae*], os *pedites Constantiani* e a quarta coorte dos *equites sagitarii*” (KULIKOWSKI, 2019, p. 66-67). Apesar da chegada de Teodósio ter causado comoção em Firmo e um pedido de negociação de um tratado de paz, logo o general romano teve de enfrentar os dois irmãos do líder mauro, Mascizel e Dio. A batalha ocorreu de uma forma em que os romanos obtiveram uma vitória esmagadora (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 5.12). Essa derrota e uma nova tentativa de Mascizel de enfrentar as tropas imperiais convenceram Firmo a buscar a paz, o que foi concedido por Teodósio, já que os termos eram altamente favoráveis ao governo imperial (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX.

¹⁶⁹ Aquele *rex alamannorum* que assinou a paz com Juliano.

¹⁷⁰ Dentre os eventos narrados para ilustrar a *trux* de Valentiano I, Amiano Marcelino mostra, por exemplo, a ordem imperial para queimar o auriga Atanásio (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 3.5) e a existência de duas ursos devoradoras de homens, Pepita de Ouro e Inocência, junto ao mandatário. As duas eram mantidas em jaulas próximas ao dormitório de Valentiano I (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 3. 9).

5. 15). Apesar disso, os assaltos de *mazices*, uma tribo que havia dado apoio aos mauros, passaram a ocupar a agenda militar de Teodósio ao mesmo tempo em que a figura de Firmo voltou a ameaçar os romanos, mesmo após o estabelecimento da paz.

As vitórias do general romano foram se somando e a partir de *Conta*, onde Teodósio colocou suas tropas em formação circular, uma vitória definitiva foi se materializando. *Mazuca*, outro irmão de Firmo, foi morto. Em *Igmazem*, os romanos mataram milhares de bárbaros e capturaram o próprio líder. Os sucessos do general romano foram se somando até que, em 375 d.C., “confrontado com a derrota por todos os lados, Firmo cometeu suicídio” (KULIKOWSKI, 2019, p. 67). Depois disso, Teodósio tentou reorganizar as províncias da região, esvaziadas por Romano e seus colegas nos tempos anteriores, por conta de um evento que Peter Heather batizou de “*Lepcisgate*” (HEATHER, 2006, p. 103).

Do outro lado do império, o ano de 373 d.C. foi célebre por conta de todo o processo de perseguição que Papa, rei da Armênia, sofreu por parte de Valente. Primeiro, o rei foi convocado e preso em Tarso. Isso tudo porque existia o medo de que a figura de Papa favorecesse os persas e não os romanos nas disputas regionais (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 1. 4). O rei armênio conseguiu fugir e, depois de muitas dificuldades para atravessar o rio Eufrates, voltou ao seu reino. Apesar desse retorno, a cúpula imperial ao redor de Valente não desistiu de eliminá-lo e tal tarefa foi colocada nas mãos de Trajano, *comes* que atuava na região há algum tempo. O plano de Trajano foi colocado em prática durante uma celebração, quando um bárbaro atacou o rei com uma espada, que até tentou se defender sem sucesso (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 1. 20-21). O assassinato de Papa deu início a um difícil processo de negociações entre Valente e Sapor II, que ocupou os próximos quatro anos da relação entre os impérios Romano e a Persa.

Enquanto os capítulos finais da expedição de Teodósio se desenrolavam e a conspiração para matar o rei armênio era posta em prática, os quados voltavam a incursionar pelo território romano em 374 d.C. Marcelino conta que após o início da fortificação da fronteira do outro lado do rio Danúbio, os quados e os romanos, representados respectivamente pelo *Rex* Gabínio e o *dux per Valeriam*, começaram a negociar. No entanto, o assassinato de Gabínio em uma clara quebra de hospitalidade, levou ao início de uma grande revolta que envolveu não só os súditos do rei morto, como também alguns povos vizinhos. Para piorar a situação, os persas começaram ajudar os revoltosos, o que elevou a escala do estrago causado pelos germanos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 6. 8). Até mesmo a filha do falecido Constâncio II e futura esposa de Graciano, Constância, sofreu com o perigo quado, já que ela quase foi capturada durante uma incursão em *Messalla*.

Um grande problema para o avanço dos quados se dava quando eles tinham de empreender cercos a cidades. Um exemplo dessa deficiência técnica se tornou visível durante a

tentativa de invasão de *Sírmio*. Probo, o prefeito do pretório, conseguiu não só reforçar as muralhas como aumentou o número de arqueiros. Incapazes de adentrar a cidade, os quados renunciaram ao ataque e se dirigiram até Valéria, onde Equício estava. Ali, as legiões *Pannonica* e *Moesiaca* foram alvo não só de quados, mas também de sármatas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 6. 14). A derrota romana foi seguida pela fuga de uma pequena parte dos soldados. Apesar dessas perdas, um jovem *dux iunior*, Teodósio¹⁷¹ (futuro imperador), conseguiu infringir pesadas derrotas a outros grupos de sármatas na Ilíria. As ações do jovem Teodósio em 374 d.C. resultaram em um tratado de paz totalmente favorável aos romanos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIX. 6. 16).

Quando a derrota ante os quados e sármatas na Valéria chegou aos ouvidos de Valentiano I, ainda em 374 d.C., o *notarius* Paterniano foi enviado para investigar o ocorrido. Paterniano voltou com informações e o *augustus* chegou a cogitar uma incursão no final do outono, algo que seus oficiais mais próximos conseguiram demover de sua cabeça. A necessidade da resolução da situação militar nas margens do Reno exigia total atenção do governante e, por isso, Valentiano I precisou diminuir o número de problemas militares que enfrentava. Portanto, ainda naquele ano, Macriano foi convidado a negociar uma paz com o imperador e aceitou. A razão para tal “foi o crescente perigo dos quados e sármatas” (CURRAN, 2006, p. 85). A descrição do encontro por Amiano Marcelino foi a seguinte:

E assim, no dia fixado para a discussão, deteve-se [Macriano] na margem do Reno, com a cabeça muito erguida, enquanto ao seu redor ressoava com o som dos escudos de seus homens. Por sua parte, o *augustus* subiu em umas barcas do rio e, rodeado também por uma multidão de soldados, avançou até a margem, deslumbrante pelo brilho das insígnias. Uma vez que os gestos desmedidos e gritos bárbaros diminuíram, depois de um grande intercâmbio de palavras, confirma-se o tratado de amizade com um juramento sagrado. Depois de completar o pacto, esse rei, criador de tantos distúrbios, marchou dali sereno e disposto a ser nosso colaborador no futuro¹⁷² (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 3. 4-6).

Diante da solução do problema alamanos, Valentiano I poderia dar mais atenção ao imbróglio que havia gerado muitas perdas no ano de 374 d.C.: as ações dos quados e sármatas. Os primeiros aumentaram seu ímpeto após o assassinato de Gabínio, rei quado, durante uma tentativa de negociação de paz “em um banquete oferecido por anfitriões romanos” (CURRAN, 2006, p. 85). O resultado das ações do *dux Valleriae* Marceliano foi um grande ataque bárbaro em forma de retaliação, que devastou a colheita daquele ano e sequestrou a noiva de Graciano e filha de Constâncio II:

¹⁷¹ Segundo a biografia *Theodosius*, escrita por Gerard Friell e Stephen Williams: “o jovem [Teodósio] aprendeu rápido as habilidades de um comandante e a observar a combinação de força e diplomacia com a qual seu poderoso pai dividiu e pacificou o inimigo na Britânia. Em 374, com a idade de vinte e sete anos, ele recebeu seu próprio comando independente como *Dux* na Moésia contra os sármatas” (FRIELL; WILLIAMS, 1998, p. 10).

¹⁷² “[*dieque praedicto conloquii ad ipsam marginem Rheni caput altius erigens stetit, hinc inde sonitu scutorum intonante gentilium. Contra Augustus escensis amnicis lembis, saeptus ipse quoque multitudine castrensiu ordinum, tutius prope ripas accessit, signorum fulgentium nitore conspicuus, et inmodestis gestibus murmureque barbarico tandem sedato, post dicta et audita ultro citroque versus, amicitia media sacramenti fide firmatur. Hisque perfectis discessit turbarum rex artifex delentus, futurus nobis deinceps socius*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 3. 4-6).

Constância (KULIKOWSKI, 2019, p. 68). Embora a futura imperatriz tenha escapado, essa invasão foi uma das maiores em muito tempo na região.

Esse problema passou a ser tão importante na agenda do *augustus* que, quando a primavera do ano seguinte começou, ele iniciou uma campanha punitiva contra esses inimigos (CURRAN, 2006, p. 85). Logo no começo da campanha alguns *legati* dos sármatas suplicaram ao imperador um tratamento benévolo em troca da paz, ao que não foram inicialmente atendidos. Foi quando chegou à Ilíria, especificamente em *Carnunto*¹⁷³, que o imperador iniciou os procedimentos necessários para um futuro ataque contra os quados. Depois do verão, os oficiais Merobaudes e Sebastiano foram enviados para devastar o território bárbaro enquanto o imperador se dirigia a *Acinco*¹⁷⁴, onde alcançou o território quado (KULIKOWSKI, 2019, p. 69). Valentiano I em pessoa liderou vários assaltos a populações bárbaras. Foi só com a aproximação do inverno que o imperador recuou para *Acinco* e depois para *Bregítio*. Foi ali que alguns *legati* dos quados tentaram novamente negociar a paz, oferecendo tropas como contrapartida ao fim das hostilidades (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 6. 1). Esse tipo de oferta, como vimos, foi bastante comum nas fronteiras ao norte do império.

Esses *legati* foram recebidos no *consistorium*, espaço reservado para as reuniões do *consilium*. Ali, os representantes dos *quadi* “admitiram suas próprias faltas, mas também protestaram contra injustiça de Marceliano e de outros oficiais romanos que os levaram a revolta” (KULIKOWSKI, 2019, p. 69). Disseram também que não haviam cometido nenhum ato premeditado contra os romanos, que isso era obra de bandidos (*latrones*) que habitavam o outro lado do Danúbio e que o acampamento que Valentiano I ordenou que fosse construído do outro lado do rio havia enchido de ira os quados (CURRAN, 2006, p. 86). Ao escutar tudo isso, o *augustus* se encolerizou e começou a gritar contra esses enviados. Após uma série de gritos, o imperador começou a perder a voz e a respiração e seus servidores pessoais tiveram de levá-lo a um lugar reservado. Fizeram algumas sangrias, mas nada resolveu o problema. Segundo Amiano: “Vencido e cheio de manchas lívidas, morreu depois de uma grande agonia aos cinquenta e cinco anos de idade, depois de doze anos menos cem dias de mandato como imperador”¹⁷⁵ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 6. 6). Sua morte, no dia 17 de novembro de 375 d.C., foi seguida pela preparação e transporte de seu corpo para Constantinopla, onde foi enterrado.

Toda a expedição no Danúbio foi paralisada “enquanto se preparava o corpo de Valentiano para o envio a Constantinopla” (CURRAN, 2006, p. 87). Nesse intervalo é que a figura de

¹⁷³ Território entre as atuais Viena e Bratislava.

¹⁷⁴ Atual Buda, Hungria.

¹⁷⁵ “[*iam superatus liventibusque maculis interfusus, animam diu conluctatam efflavit, aetatis quinquagesimo anno et quinto, imperii, minus centum dies, secundo et decimo*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXX. 6. 6).

Merobaudes, *magister militum*, ganhou destaque e iniciou um plano para a nomeação do jovem Valentiano, filho mais novo do imperador morto. Apesar da existência de dois *augusti* no império, Valente e Graciano, a existência de uma grande distância de qualquer um dos dois últimos do cenário de operações tornava o risco de usurpação um bom pretexto para que o grupo de oficiais ligados a Merobaudes trabalhasse pela indicação de um imperador que pudesse estar sob sua influência. Esses oficiais agiram rápido ao tirar “vantagem da presença da ambiciosa segunda esposa de Valentiano, Justina¹⁷⁶, e seu filho de quatro anos, também chamado Valentiano, para eleger a criança como sucessora de seu pai e *augustus*” (ERRINGTON, 2006, p. 26). Trata-se mais uma vez de uma ação de determinada facção buscando se colocar entre as dominantes no império, no caso a Ilíria (FRIGHETTO, 2012, p. 124).

Muitos chegaram a aventar que Graciano pudesse não aceitar a nomeação do irmão em circunstâncias tão complexas. Todavia, o irmão mais velho não chegou a implementar nenhuma ação que visasse atacar o irmão. Segundo Averil Cameron, a nomeação de um imperador criança por parte do exército sem o consentimento dos outros *augusti* “se tornou uma tendência que continuou” (CAMERON, 1993, p. 100). Apesar de nomeado, é preciso dizer que “Valentiano II permaneceu por um tempo como um *sleeping partner* no colégio dos *augusti*, assim como Graciano havia sido durante o tempo de vida do pai” (JONES, 1964, p. 141). Entender essa particularidade é importante porque nos importantes eventos dos primeiros anos após a nomeação de Valentiano II, seu nome quase não é citado como um tomador de decisões e nem entre os protagonistas eventos político-militares de maior relevância. Outro elemento importante desse contexto é que Graciano, em muitos aspectos, representou uma ruptura com o círculo de seu pai, já que vários dos apoiadores de Valentiano I foram repudiados e, em relação ao Senado de Roma, houve “a reversão das políticas de Valentiano” (MATTHEWS, 1975, p.65). Se tomarmos como ponto de partida a ideia de que Graciano deve ter dado sinais de que não acomodaria os apoiadores do pai, isso pode oferecer uma boa explicação para a pressão da nomeação de Valentiano II.

Se houve mudanças dos nomes que retinham os cargos fundamentais, a situação político-administrativa do império continuava parecida com a do período anterior à morte de Valentiano I. Ou seja, três *augusti* com escalas de poder diferentes enfrentando problemas em diversas partes do território romano. No entanto, algumas particularidades na fronteira norte modificaram a organização interna romana e causaram efeitos gigantescos para as próximas décadas. Isso porque, no ano de 376 d.C., teve início uma crise que gerou uma perda militar significativa ao mesmo tempo que inseriu

¹⁷⁶ Justina foi uma personagem importante para os acontecimentos políticos da segunda metade do século IV d.C. Sabe-se através de Zósimo que ela foi esposa de Magnêncio, o usurpador derrotado por Constâncio II, e de Valentiano I, quando esse se tornou *augustus*. Além disso, ela teve um papel muito importante para a manutenção do filho no poder a partir de 387 d.C. (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 43. 1-3).

uma população estrangeira em uma escala e autonomia não experimentadas anteriormente no período imperial romano.

2.3. DA CRISE DE 376 D.C. À BATALHA DE ADRIANÓPOLIS DE 378 D.C.: A QUESTÃO GODA

A questão essencial trazida aos *limites* romanos no ano de 376 d.C. foi a da migração goda. Esse povo não era um problema novo dentro da história militar romana. Como Michael Kulikowski mostrou, “o primeiro ataque ao império de que se tem registro certo ocorreu em 238 [d.C.], quando os godos atacaram e saquearam a Ístria, na costa do Mar Negro” (KULIKOWSKI, 2008, p.31). Depois dessa primeira aparição, diversos confrontos entre romanos e godos ocorreram no terceiro século d.C., especialmente nos governos de Décio (249-251d.C.) e Aureliano (270-275 d.C.), sendo o primeiro possivelmente morto durante um confronto contra eles¹⁷⁷. É possível dizer inclusive que durante o II e IV séculos d.C., uma “nova situação além do Mar Negro foi gerada pela migração de grupos germânicos do nordeste, em grande medida do que hoje é a Polônia Central [...], em uma série de iniciativas em pequena escala e independentes, entre mais ou menos 180 e 320” (HEATHER, 2006, p. 85).

É sabido, por exemplo, que Diocleciano lutou no Danúbio e que, em 332 d.C., Constantino lançou e venceu uma campanha que resultou na assinatura de um tratado de paz que estabilizou as coisas na região por trinta anos. Se é possível encontrar referências a esse processo de organização entre os povos que viviam além do Danúbio no quarto século d.C., a coisa muda de figura quando se intenta lastrear a origem e situação desse conjunto de populações naquele contexto. Podemos dizer que esses pontos são cercados de discussões e controvérsias. A mais comum é aquela sobre a divisão dos godos entre visigodos e ostrogodos. Jordanes, ao fazer uma descrição da Cítia e seus povos, assim delimita:

Em seu terceiro assentamento, sobre o Mar do Ponto, eles se civilizaram e, como dissemos anteriormente, mais prudentes, dividindo seus povos em famílias: os

¹⁷⁷ Segundo Kulikowski: “Para os escritores gregos do século III e IV d.C., os bárbaros das regiões nas quais Heródoto localizara os citas eram também citas em um sentido muito real. Não era apenas a linguagem clássica que dava um nome antigo a um novo grupo de pessoas; os gregos e os romanos do mundo civilizado imperial acreditavam verdadeiramente em um tipo de bárbaro eterno que permanecia essencialmente o mesmo independentemente do nome corrente de uma dada tribo em certo momento. Dessa forma, os godos, ao surgirem pela primeira vez em nossas fontes, são citas. Eles viviam onde os citas viveram, eles eram a imagem bárbara do mundo civilizado grego como os citas o foram, e, portanto, também eram chamados de citas. As histórias gregas de molde clássico fornecem os mais completos relatos dos eventos dos séculos III e IV, e a atemporalidade de seu vocabulário pode ser uma verdadeira barreira entre os eventos que descreem e nosso entendimento deles. Entretanto, o testemunho de nossos textos de molde clássico coincide parcialmente com o de escritos menos conservadores que empregam um vocabulário mais corrente. Por esse motivo, podemos dizer algumas vezes quando as ações atribuídas aos citas em algumas fontes foram executadas por pessoas a quem os autores da época chamavam de godos” (2008, p. 30-31).

visigodos obedeciam à família dos Baltos e os ostrogodos serviam aos nobres Amalos¹⁷⁸ (JORDANES. *Origens e feitos dos godos*. V. 42).

Essa interpretação fornecida por Jordanes, que separava os godos entre ramos diferentes ligados a certas famílias por volta dos anos 290 e 291 d.C., era a princípio plausível. Jordanes foi além e defendeu que a divisão dos godos foi tratada anteriormente pelo historiador Ablávio¹⁷⁹ e que tinha uma razão geográfica: os que ocupavam a região oriental foram chamados ostrogodos (ou por conta do nome de seu rei) e os restantes foram denominados visigodos, já que viviam no oeste (JORDANES. *Origens e feitos dos godos*. XIV. 82). O problema é que não temos resquícios da obra de Ablávio e os primeiros registros da separação entre visigodos e ostrogodos aparecem na história de Jordanes, escrita no século VI d.C. Michael Kulikowski, por exemplo, diz que “os tervíngios e greutungos foram interpretados como ancestrais lineares dos visigodos e ostrogodos do século V, e a divisão de longa data dos godos em dois segmentos, com dinastias reais separadas, é uma invenção da literatura antiga” (KULIKOWSKI, 2008, p. 135). É possível aventar inclusive que a futura separação entre visigodos e ostrogodos teria sua gênese nos acontecimentos após 378 d.C. e que só se consolidaria no século seguinte, com a crise imperial.

A separação que existia no século IV d.C., talvez com algum grau de relação com a futura grande bifurcação, e encontrada nas *Histórias* de Amiano Marcelino era a que se dava entre tervíngios e greutungos. É a ela a que nos referimos, embora tomando o cuidado de não a colocar como um antecedente direto da divisão goda dos séculos seguintes. Podemos dividi-los segundo um critério político-geográfico, ou seja, “uma confederação ocidental, os tervíngios, habitando as terras ao norte do Baixo Danúbio [...] além deles, nas estepes, assentavam-se os greutungos, embora o termo greutungos abarcando todos os godos não tervíngios seja controverso” (HALSALL, 2006, p. 134). Apesar de existirem outras possibilidades, adotamos essa divisão centrada na geografia e política porque ela é a mais plausível para entender os acontecimentos que narramos.

Voltando aos acontecimentos, é preciso lançar algumas perguntas: se os godos apresentaram problemas pontuais aos romanos desde meados do século III d.C., por que a coisa tomou um rumo diferente em 376 d.C.? Já tivemos a oportunidade de saber que Valente havia conduzido uma série de campanhas contra os godos entre 367 e 369 d.C., que ele “penetrou o território godo, causando perturbações generalizadas entre os tervíngios e também fazendo contato com os mais distantes greutungos” (CURRAN, 2008, p. 94). Se eles eram inimigos recorrentes, o que ocorreu de maneira diferente no contexto da década de 370 d.C.?

¹⁷⁸ [*Tertia vero sede super mare Ponticum iam humaniores et, ut superius diximus, prudentiores effecti, divisi per familias populi, Vesegothae familiae Balthorum, Ostrogothae praeclaris Amalis serviebant*] (JORDANES. *Origens e feitos dos godos*. V. 42).

¹⁷⁹ Ao que tudo indica, um historiador dos godos que escreveu no século V d.C. O que se sabe sobre Ablávio, segundo *The Prosopography of the Later Roman Empire*, é que: “sua história dos godos baseada em materiais e lendas foi usada por Cassiodoro e Jordanes (JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 02).

Entre os inúmeros fatores responsáveis por isso, é provável que um se deva ao aumento da capacidade bélica goda, fruto de seu processo de maior organização político-militar com o decorrer dos anos. É possível afirmar que, desde o século III d.C., gestava-se um processo de estabilização da presença goda como um adversário regional importante. Houve uma solidificação de estruturas políticas godas decorrentes daquilo que Heather chamou de “uma expansão econômica acompanhada por uma revolução social” (HEATHER, 2006, p. 89). Muito disso se relacionou inclusive à influência do Império Romano, como relata Guy Halsall em *Barbarian Migrations and the Roman West*, já que “depois de séculos de dominação pelo Império não é surpreendente que ideias de poder e governo legítimo no *barbaricum* devem ter se tornado centrados em modelos romanos” (HALSALL, 2007, p. 123). Essa influência conjugada com a alta concorrência regional pelas riquezas regionais fomentou a formação de grupos cada vez mais organizados para lutar contra outros grupos ou contra os próprios romanos. Heather assim resume:

a riqueza crescente da região gerou uma feroz luta por controle e permitiu a emergência de forças militares especializadas como meio para vencê-la. O resultado desse processo foi a característica maior confederação política da Germânia no quarto século (HEATHER, 2006, p. 94).

A formação de tribos e confederações maiores e belicamente melhores claramente aumentou o nível de ameaça apresentado por esses povos. Peter Heather, por exemplo, defende que no quarto século houve uma “revolução econômica que transformou a Europa germânica” (HEATHER, 2006, p. 89). Paralelamente a essa mudança econômica, o mesmo autor também fala que houve um processo de centralização política por parte deles na segunda metade do século IV (HEATHER, 2006, p. 86). Ou seja, verificou-se um processo de unificação política crescente além do Danúbio conjugado com um aumento de capacidade militar dos povos que lá habitavam. Outro elemento da crise muito importante é a existência de problemas militares paralelos enfrentados pelos romanos, algo que já aprendemos, mas que nunca pode ser esquecido. Um terceiro ponto é econômico, já que depois de 369 d.C., “o privilégio de comércio ininterrupto com os romanos foi perdido” (CURRAN, 2008, p. 95). As trocas econômicas ficavam restritas a poucos pontos do Danúbio, o que gerou um processo de empobrecimento e tentativa de êxodo.

No entanto, é sempre levantado um elemento como essencial para a migração goda: a expansão hunna. Os hunos, um povo que habitava o outro lado do *Lacus Meotis*¹⁸⁰, começaram no século IV d.C. um processo de expansão territorial que esteve “por trás da revolução estratégica que levou os godos ao Danúbio no verão de 376 [d.C.]” (HEATHER, 2006, p. 151). Famosos pelo uso dos cavalos das estepes asiáticas e pelo arco longo, eles acabaram por chegar à margem oriental do Danúbio, provavelmente entre as décadas de 360 e 370 d.C., onde viviam *sauromatae*, alanos¹⁸¹ e

¹⁸⁰ Conhecido atualmente como Mar de Azov.

¹⁸¹ Amiano Marcelino nomeou diversos outros povos que habitavam a região, como os *nervi*, *vidini*, *geloni*, *anthropophagi* e *melanchlaenae* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 2. 14-15). No entanto, acreditamos que

godos. Após diversas incursões, uma tribo alana conhecida como os *tanaitae* assinou um tratado com os invasores, em meados da década de 370 d.C. Essa pacificação entre hunos e certas tribos alanas possibilitou que as terras godas passassem a ser o alvo principal de ataques, o que começou a acontecer nos anos seguintes.

Ora, foi essa presença hunica que começou a precipitar godos na direção do império. Apesar de factualmente aceitarmos que a maior presença hunica na margem oriental danubiana tenha sido essencial para os acontecimentos seguintes, não tomamos os hunos como os responsáveis únicos pelo que viria a ocorrer a partir de 376 d.C, como mostrado anteriormente. Nesse ponto concordamos com Guy Halsall, que defende que “a intervenção dos hunos foi vital, mas não foi o *deus ex machina* que geralmente é sugerido” (HALSALL, 2007, p. 175). A leitura do fator huno é geralmente retirada da simples interpretação de fontes textuais como as *Histórias* de Amiano Marcelino, que, apesar da grande riqueza de informações, possuem altas cargas de juízos de valor e suposições. Consideramos, por outro lado, a expansão hunica somente como uma causa imediata, já que nossa preocupação não está na busca de causas, mas sim na maneira pela qual godos e romanos se relacionavam. Pensamos que isso pode fornecer uma chave de interpretação também interessante dos acontecimentos.

Os greutungos sofreram com a ofensiva hunica e alana por conta de seu território fértil e extenso vizinho aos alanos. As perdas greutungas são vistas diretamente por conta do processo sucessório real. O *rex* Ermenarico tentou segurar as diversas incursões, mas diante de tamanhas ameaças acabou se suicidando (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 3. 1). O próximo rei greutungo, Vitimiris, tentou negociar com os hunos enquanto enfrentava os alanos, mas acabou morto em combate. O sucessor de Vitimiris, Viderico, assumiu o comando ainda jovem, o que permitiu que seus *duces*, Alateo e Safrax, assumissem o controle de fato de seu exército (HEATHER, 2006, p. 151). Foi somente com Alateo e Safrax que os greutungos decidiram não mais enfrentar os invasores e sim fazer uma retirada em direção ao *Amnis Danastius*¹⁸².

Essa dispersão greutungica fez com o próximo potencial alvo dos ataques hunos fosse o grupo dos tervíngios. O principal líder tervíngio, o *iudex* Atanarico (o mesmo que havia assinado um acordo de paz anteriormente com Valente), tentou organizar uma defesa contra o avanço inimigo. Após montar um acampamento no *Danastius*, enviou um grupo de soldados sob a liderança de nobres importantes (como Munderico e Lagarimano) para vigiar a chegada hunica. O problema foi que suas tropas foram enganadas e os hunos conseguiram atacar o acampamento onde estava o próprio Atanarico (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 3. 6). Ao ataque se seguiu a fuga do líder

nessa descrição, o historiador antioqueno mesclou dados factuais com elementos retóricos típicos de descrições etnográficas antigas, como no caso dos *anthropophagi* e seu canibalismo. Preferimos, portanto, concentrar-nos em povos que aparecem em outros documentos do período.

¹⁸² Atual Rio Dnieper.

godo e a tentativa de construir uma muralha (*murus altius*) para impedir incursões entre os rios Gerásio e Danúbio. No entanto, novos assaltos inimigos antes da finalização da proteção levaram o caos ao grupo de Atanarico, seguido por uma separação dos tervíngios entre diversas lideranças. Um desses grupos, liderado por Alavivo, optou por buscar abrigo na Trácia, já que era uma região ao mesmo tempo fértil e segura dos ataques hunos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 3. 8). Assim sendo, os tervíngios de Alavivo e Fritigerno, “vieram ao Danúbio pedir asilo dentro do Império Romano. Os greutungos de Alateo e Safrax optaram por uma estratégia similar, seguindo os tervíngios até o rio” (HEATHER, 2006, p. 152). Os tervíngios ocuparam a margem oriental do Danúbio e enviaram *legati* ao imperador Valente.

A oferta tervíngia era a de “seguir pacificamente dentro das fronteiras imperiais e fornecer auxiliares ao exército romano se necessário” (KULIKOWSKI, 2008, p. 152). Quando a proposta chegou ao imperador, rumores sobre os acontecimentos ao norte do império levavam a crer que muitos povos haviam sido expulsos de seus territórios por conta dos ataques de povos (quase) desconhecidos. Apesar de um primeiro momento de desconfiança em relação a possibilidade de tal acordo, a chegada de mais *legati* estrangeiros pedindo ajuda romana mudou os rumos da decisão do imperador. Outro ponto importante é que essas negociações se arrastaram por meses, já que “mensageiros e embaixadores tinham de viajar mais de mil quilômetros até a Antioquia, na Síria, para retornar à Trácia com a decisão imperial” (KULIKOWSKI, 2008, p. 153). Ou seja, o quadro fora das fronteiras romanas deve ter se agravado muito entre o começo das negociações e sua conclusão.

Nunca é demais lembrar que Valente enfrentava uma séria escalada das hostilidades com os persas paralelamente aos acontecimentos ao norte do império. Liberar a entrada do grupo de tervíngios de Alavivo poderia significar mais soldados tanto para enfrentar mais invasores quanto para enfrentar os persas e, além disso, mais proventos de impostos, duas coisas essenciais para um futuro enfrentamento. Levado por sua convicção e pelos conselhos de figuras próximas (ou *adulatores eruditi*, na visão de Marcelino), o *augustus* liberou a entrada do grupo na Trácia (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 20. 6). Essa não era uma relação em que a vantagem seria unilateral, já que enquanto os godos conseguiriam escapar da instabilidade além do Danúbio, do lado romano o acordo significaria que, entre os migrantes, os “jovens homens adultos seriam introduzidos no exército romano, às vezes formando uma única nova unidade e o resto distribuído ao longo do Império como camponeses livres, os quais a partir de então pagariam impostos” (HEATHER, 2006, p. 159). A contrapartida exigida pelo imperador para a travessia era que os godos entregassem suas armas antes de sua entrada no território romano e oferecessem reféns, como era de praxe nas negociações entre romanos e godos.

Mapa 04 – Região Balcânica sob domínio romano no século IV d.C.



Retirado de: KULIKOWSKI, 2008, p. 94.

Os primeiros grandes problemas entre romanos e godos já começaram a ocorrer durante a fase da travessia do rio Danúbio. Barcos e oficiais romanos foram enviados para fiscalizar a passagem e a transposição da população pelo rio teve início ainda “no alto verão de 376 d.C, na região de *Durostorum*, com sua boa estrada em direção a grande cidade de Marcianópolis” (KULIKOWSKI, 2019, p. 85). No entanto, a desproporcionalidade entre o número de barcos e pessoas a serem transportadas levou ao uso de equipamentos improvisados, como pedaços de madeira, para levar pessoas de uma margem a outra. Para piorar, o rio estava cheio e com correntezas muito fortes, o que levou a muitas mortes durante o processo. Em uma leitura dos eventos cheia de inconsistências, Paulo Orósio relatou assim a travessia: “Os godos, em trânsito pelo Danúbio como fugitivos, foram recebidos por Valente sem aceitar nenhum tratado, com o qual seria possível confiar com mais segurança nos bárbaros, e nem sequer entregar as armas aos romanos”¹⁸³ (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 33. 10). Formalmente, nada do que disse Orósio se sustentava, já que “os

¹⁸³ “[*Gothi transitu Danuui fugientes, a Valente sine ulla foederis pactione suscepti ne arma quidem, quo tutius barbaris crederetur, tradidere Romanis*]” (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 33. 10).

imperadores nunca admitiam imigrantes com base na confiança” (HEATHER, 2006, p. 160). Todavia, no campo prático é possível aventar que a maioria das exigências feitas por Valente para liberar a *receptio* tenha sido contrariada, já que o número de migrantes estava longe de possibilitar um controle restrito.

A situação chegou a tal ponto que os oficiais eram incapazes até de contar o número de pessoas a serem transferidas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 4. 6). As estimativas do número de pessoas que cruzaram o Danúbio “variam entre a contagem não confiável de Eunápio, de duzentos mil guerreiros, e projeções modernas de noventa mil pessoas de todas as idades” (CURRAN, 2008, p. 98). Ou seja, mesmo se tomarmos as estimativas contemporâneas, realmente era difícil exercer qualquer tipo de controle sobre uma quantidade tão grande de pessoas. E se era difícil ter controle sobre o número de pessoas que passavam de um lado a outro, ainda mais difícil era controlar o que cada uma delas portava. Logo, a exigência imperial da proibição de armas deve ter sido facilmente burlada¹⁸⁴.

Após a realização da travessia, a multidão de tervíngios se apinhou na região da Trácia enquanto aguardava o prosseguimento da transferência. Alavivo e Fritigerno foram recebidos por ordem imperial e lhes foram dados alimentos. Os comandantes romanos da travessia eram Lupicino (*comes per Thracias*) e Máximo. A presença desses dois homens foi inclusive muito importante, segundo o relato de Marcelino, para os acontecimentos futuros. Pois, segundo o relato de Marcelino, essas duas figuras eram corruptas e não só permitiram muitas arbitrariedades contra os migrantes, como também tiraram proveito da situação de desespero tervíngio (KULIKOWSKI, 2019, p. 86). Um exemplo da famigerada corrupção desses oficiais é citada pelo historiador antioqueno, quando ele escreve que esses dois *duces*: “reuniram todos os cachorros que suas ambições puderam encontrar em qualquer parte e os entregaram em troca da obtenção de um escravo por cachorro, sendo o caso de que, entre esses escravos, figuravam filhos dos nobres bárbaros¹⁸⁵” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 4. 11).

Outro problema grave se deu por conta da chegada dos greutungos de Viterico à fronteira e o pedido de travessia enviado a Valente. No caso dos greutungos, os *legati* sequer foram recebidos pelo imperador e o “pedido de Alateo e Safrax foi recusado” (KULIKOWSKI, 2008, p. 156). Esse grupo ficou, portanto, preso entre a fronteira romana e os hunos que continuavam seu avanço. Por outro lado, um outro grupo de tervíngios, aquele sob liderança de Atanarico, buscou uma outra opção

¹⁸⁴ Na versão de Zósimo, esse fator das armas foi determinante e logo após a travessia os bandos godos já haviam começado a saquear a Trácia, a Panônia, Macedônia e Tessália (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 20. 6-7). No entanto, Marcelino transmitiu uma visão bem mais complexa e detalhada dos acontecimentos, que envolveu a fome, a corrupção imperial e as alianças entre líderes godos diversos.

¹⁸⁵ “[*et quantos undique insatiabilitas colligere potuit canes, pro singulis dederunt mancipiis, inter quae et filii ducti sunt optimum*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 4. 11).

(é preciso lembrar que esse líder havia jurado não pisar em solo romano) e foi para *Caucalanda* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 4. 13). Ou seja, além da dificuldade de transportar os tervíngios, que haviam pedido abrigo dentro do território romano, a administração imperial deveria lidar também com novos pedidos de travessia do rio Danúbio feitos por greutungos repetidamente negligenciados.

Essa situação chegou a um outro patamar na escalada de problemas quando as tropas começaram a transportar os tervíngios para longe do Danúbio. Durante esse deslocamento, “as patrulhas dos rios foram negligenciadas, permitindo que os greutungos de Alateo e Safrax encontrassem uma oportunidade para fazer o que fora negado por ordens imperiais” (KULIKOWSKI, 2008, p. 156). Após as dificuldades da travessia, esse grupo liderado pelos dois líderes ligados a Viterico montou um acampamento próximo ao de Fritigerno e ali alguns contatos entre os grupos de greutungos e tervíngios foi iniciado, o que fez com que esses últimos avançassem até Marcianópolis¹⁸⁶ em busca de condições de subsistência melhores. A chegada a essa cidade marcou, de fato, o início de uma fase muito sensível na crise iniciada na travessia.

Segundo o relato de Amiano Marcelino, Lupicino convidou as lideranças tervíngias, Fritigerno e Alavivo, para um banquete dentro da cidade. No entanto, a população goda foi impedida de alcançar as muralhas da cidade por soldados. Para uma população destituída das mínimas condições de sobrevivência, a cidade poderia representar uma chance de consecução de alimentos. Sendo assim, os migrantes começaram a forçar a entrada na cidade, o que gerou um confronto “entre alguns *comitatenses* e alguns soldados godos, os quais foram impedidos pelos primeiros de seguir até a cidade para comprar suprimentos extras” (KULIKOWSKI, 2019, p. 87). O resultado da confusão foi a morte de vários godos e soldados romanos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 5. 5). Quando Lupicino soube dos desdobramentos do lado de fora das muralhas, mandou matar todos os guardas que acompanhavam os dois *duces* tervíngios e que os aguardavam no pretório (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 5. 6). É possível que o próprio Alavivo tenha sido assassinado nesse banquete, já que essa foi sua última aparição nos relatos documentais.

Diante da disseminação da notícia do ocorrido dentro das muralhas, o ímpeto dos godos que assediavam as muralhas da cidade aumentou. Fritigerno, ao perceber o risco da situação, “convenceu Lupicino que a guerra somente poderia ser evitada se ele fosse liberado a retornar ao seu povo” (CURRAN, 2006, p. 98). Uma vez que o oficial romano aceitou a proposta, Fritigerno foi recebido com muitas amostras de alegria pelo seu povo e os conclamou para lutar contra os romanos. Segundo Marcelino: “com os estandartes levantados segundo o costume, cercados pelos tristes sons das trombetas, lançaram-se em uma pilhagem predatória, saqueando vilas, incendiando-as e levando

¹⁸⁶ Atual Devjna, Bulgária.

confusão e ruína a todos os lugares em que passavam¹⁸⁷” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 5.8). Os godos sob ordens de Fritigerno não mais ficariam sob as ordens romanas.

O primeiro confronto aberto entre tropas romanas e godas ocorreu poucos dias depois do infame jantar, a mais ou menos catorze quilômetros de Marcianópolis. As fileiras romanas foram dispostas ali por Lupicino, que “levou Fritigerno à batalha e morreu junto com todos os seus oficiais juniores” (KULIKOWSKI, 2019, p. 87). Depois disso, os godos, agora armados com equipamentos tomados dos romanos, puderam se deslocar e iniciar saques por todo o interior balcânico romano. As primeiras ações imperiais após a derrota em Marcianópolis não fizeram nada mais do que aumentar o grupo de inimigos. Valente convocou os godos que cuidavam do quartel de inverno em Adrianópolis e os mandou cruzar o Helesponto. Suérico e Cólías, os dois líderes desse grupo, pediram um prazo para preparar a retirada, mas o principal magistrado da cidade convocou a população para expulsá-los. Cercados nos quartéis de inverno, esses godos resistiram e depois avançaram sobre os atacantes, o que lhes permitiu fugir daquela cidade e se juntar aos godos de Fritigerno, que já se aproximavam de Adrianópolis, na condição de aliados (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 6. 1-3). Com o aumento do grupo, não seria mais uma rebelião de tervíngios, mas sim de uma variedade de populações sob liderança goda. Além disso, o evento envolvendo Suérico e Cólías mostra também um outro elemento importante: a rebelião goda não foi algo planejado, mas sim “uma série de revoltas locais que acabaram por convergir em uma rebelião de massa que ameaçava não apenas as regiões ativas, mas a segurança das províncias danubianas como um todo” (KULIKOWSKI, 2008, p. 160). Ou seja, houve uma aglutinação de grupos externos e internos ao império que constituíram uma ameaça pesada naquela região.

Ainda no ano de 376, com a reunião de uma grande força goda¹⁸⁸, teve início um primeiro cerco à cidade de Adrianópolis levado a cabo por esse grupo rebelado. O problema, como vimos, é que esses godos particularmente não dominavam as técnicas da *Poliorcética* e, por isso, não foram capazes de transpor os muros da cidade. Fritigerno, percebendo a esterilidade dessa ação, decidiu deixar algumas poucas tropas cercando as muralhas locais e mandou que o resto marchasse para pilhar regiões férteis (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 6. 4). Durante essas incursões por toda a Trácia, tornou-se comum, por um lado, a incorporação de pessoas anteriormente vendidas como escravos, camponeses frustrados, e oportunistas, e por outro, pilhagens, incêndios e escravização de populações romanas.

¹⁸⁷ “[*vexillis de more sublatis auditisque triste sonantibus classicis iam turmae praedatoriae concursabant, pilando villas et incendendo vastisque cladibus quicquid inveniri poterat permiscentes*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 5.8).

¹⁸⁸ É preciso lembrar que nos referimos a essa revolta como goda por conta das lideranças, mas sabemos que existiam outros grupos de germanos e até mesmo romanos entre os revoltosos.

Esses primeiros acontecimentos significaram um fracasso na defesa da Trácia. Por isso, fazia-se necessário que o imperador tomasse providências imediatas. Como Valente enfrentava problemas em duas frentes, a primeira ação dele foi enviar o *magister equitum* Víctor para a Pérsia (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7. 1). A sua missão ali seria “tentar a paz com a Pérsia em qualquer termo que ele conseguisse” (HEATHER, 2006, p. 173). Sobre a ameaça goda em si, Valente “enviou dois *comites rei militaris*, Profuturo e Trajano (o executor do rei Pap da Armênia) para tentar conter Fritigerno” (KULIKOWSKI, 2019, p. 88). Além disso, o próprio Valente começou a preparar sua saída de Antioquia para Constantinopla, onde ficaria mais perto dos problemas ao norte, não sem antes reivindicar ajuda de Graciano, no que seria prontamente atendido, já que o jovem *augustus* enviou “o *comes rei militaris* Frigerido e o *comes domesticorum* Richomeres para observar a situação, oferecer ajuda se pudessem e – o mais importante – fechar o acesso aos Balcãs ocidentais e à Ilíria” (KULIKOWSKI, 2019, p. 88).

As primeiras tropas a chegarem no território ocupado pelos godos foram aquelas lideradas por Profuturo e Trajano, já no ano de 377 d.C. Essas forças empreenderam ações que impactaram os godos e os levaram a fugir para os montes Hemos ao norte (HEATHER, 2006, p. 173). Enquanto os godos estavam isolados, tropas panônicas e transalpinas enviadas por Graciano e lideradas por Frigerido e Richomeres chegaram (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7. 3-4). Assim que as tropas de Richomeres se uniram às de Profuturo e Trajano, nas intermediações de um local chamado *Ad Salices*¹⁸⁹, os romanos decidiram que atacariam os bárbaros assim que tivessem a oportunidade

Os godos, por outro lado, estavam acampados não muito longe dali com suas carroças em forma de círculo, o que criava uma espécie de muralha artificial para proteger suas vidas e botins (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7. 5). O plano dos oficiais romanos era atacar a retaguarda adversária assim que um deslocamento fosse iniciado. Ao saber disso, provavelmente por meio de desertores e espiões, os godos convocaram todos os homens que estavam fazendo incursões para que retornassem para dentro da *carrago*¹⁹⁰ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7. 7). Com o aumento dos números de ambos os lados, houve um crescimento da tensão entre as partes.

As trombetas soaram em uma manhã de setembro, quando o exército godo buscou avançar para um terreno mais elevado e os romanos se colocaram em seus devidos lugares. Assim que os dois exércitos se puseram frente a frente, os romanos começaram a lançar seu grito de guerra, o *barritus*. Os godos, por outro lado, gritavam e avançavam contra a infantaria ligeira, fazendo as

¹⁸⁹ Como demonstra Kulikowski: “a localização precisa é desconhecida, mas provavelmente ficava entre a cidade costeira de Tomis e a abertura do delta do Danúbio em seus muitos canais, perto da fronteira imperial” (KULIKOWSKI, 2008, p. 162).

¹⁹⁰ *Carrago* é o nome que se dava para a prática de colocar as carroças em círculo para formar uma espécie de muralha artificial.

típicas escaramuças anteriores a qualquer batalha. Como era de praxe nas batalhas do período, seguiu-se o lançamento de flechas, massas e lanças entre as tropas contendoras e quando ambos os lados se aproximaram, começou o combate entre as forças principais. Os godos apostaram no avanço sobre o flanco esquerdo, mas graças a um contingente de reserva, os romanos puderam impedir tal avanço (AMIANO MARCELINO. *História*. XXXI. 7. 12). A indefinição persistiu durante todo o dia e ao entardecer ambos os exércitos voltaram para seus respectivos acampamentos¹⁹¹. Autores como John Curran (2007, p. 99), Guy Halsall (2006, p. 178), Peter Heather (2006, p. 174) e Michael Kulikowski (2008, p. 162) concordam que essa batalha foi um empate técnico e que ambos os lados sofreram pesadas baixas. Apesar da perda de oficiais importantes no recontro, como Profuturo, *Ad Salices* foi importante porque representava a retomada da iniciativa por parte dos romanos depois de mais de um ano de seguidas ações godas de sucesso.

O confronto nos arredores de *Salices*, conhecido também como Batalha *Ad Salices* (Batalha dos Salgueiros), marcou uma clivagem no confronto entre romanos e godos no ano de 377 d.C. Os romanos retornaram para Marcianópolis após o recontro e os godos retornaram para seu acampamento, onde permaneceram por semanas. Essas semanas foram providenciais para que os romanos conseguissem isolar grupos de godos nos montes Hemos, mas sem entrar em combate. Como consequência daqueles eventos, Richomeres retornou para a Gália para recrutar mais homens e Valente enviou mais tropas e um oficial de cavalaria, Saturnino, “para conter a rebelião durante o inverno de 377-378 [d.C.]” (KULIKOWSKI, 2019, p. 89). Enfrentando a fome em decorrência do isolamento nos montes Hemos, os godos “fizeram contato com bandos de hunos e alanos que haviam cruzado o Danúbio e, oferecendo a eles grandes quantidades de botim, asseguraram sua aliança” (CURRAN, 2007, p. 99). Diante dessa nova ameaça, Saturnino decidiu escolher alguns pontos ao norte dos Hemos para concentrar seus homens e enfrentar os bárbaros que ali passassem. O problema é que se abriu uma rota de fuga para a maioria dos bárbaros ao sul e assim eles se dispersaram pelo Danúbio, montanhas Ródope e Helesponto (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 8. 6). Na tentativa de resolver o problema, a decisão encabeçada por Saturnino espalhou vários bandos por toda a região balcânica. Agora Fritigerno ficava livre para incursionar por toda a região entre os Hemos e Constantinopla, enquanto os próprios imperadores começaram a planejar seus deslocamentos para a região.

Começava uma nova onda de assaltos por toda a Trácia. O caminho dos bárbaros seguiu até Dibalto, onde o *tribunus scuatorum*, Barzimeres, fez frente aos saqueadores. Ali ocorreu uma luta em que se destacou a resistência da infantaria romana e a competência da cavalaria goda. Thomas S. Burns em *The Battle of Adrianople: a Reconsideration* faz uma análise da batalha e nos diz que “a

¹⁹¹ Amiano relata que durante o processo de retirada, tanto godos quanto romanos enterraram e fizeram as honras de alguns dos mortos em batalha (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7. 16).

infantaria romana aguentou de forma heróica, mas foi cercada e esmagada pela poderosa força da cavalaria goda” (BURNS, 1973, p. 341). Apesar de inúmeras baixas godas geradas pela dura resiliência romana, após a vitória, o grupo de bárbaros continuou seu avanço por terras romanas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 8. 10). Diante de tal triunfo, os godos passaram a empreender uma ofensiva sobre as tropas de Frigerido, já que o consideravam um inimigo poderoso.

O oficial romano se encontrava em Beroea¹⁹², onde havia construído uma fortificação e observava os desdobramentos dos acontecimentos. Diante da iminência do ataque inimigo, Frigerido começou uma marcha para a Ilíria e durante essa, deparou-se com um grupo de godos e taifalos conduzidos por Farnóbio. Então, o comandante romano iniciou um ataque contra a infantaria goda que resultou na derrota absoluta das tropas sob comando de Farnóbio e na morte de seu líder (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 9. 4). Era uma importante vitória em um ano difícil para os romanos. Com essa vitória e consequente fortificação do desfiladeiro de Succii, “os godos de Fritigerno ficaram efetivamente confinados à Trácia” (KULIKOWSKI, 2008, p. 163).

Se na parte administrada por Valente a questão goda era essencial, na região sob governo de Graciano um novo problema irrompeu no início do inverno de 377 d.C.: as incursões lentienses que duraram até o ano seguinte. Desde que a informação de que Graciano se dirigia à Ilíria chegou aos ouvidos dos lentienses, esse povo começou a organizar incursões à margem ocidental do Reno. Os lentienses, que haviam permanecido em paz com os romanos por mais de vinte anos, conseguiram reunir dezenas de milhares de guerreiros e atacaram o território romano. Graciano, ante a chegada de notícias alarmantes da Gália, foi “forçado a chamar de volta as legiões que haviam sido enviadas a Panônia e montou uma campanha rápida além do Reno, perdendo valiosas semanas enquanto os godos atacavam a Trácia” (CURRAN, 2006, p. 99). Além de Nanieno, um *dux*¹⁹³ de grande valor, Malobaudes, *comes domesticorum* e *rex Francorum*, também foi destacado para lidar com os lentienses (AMIANO MARCELINO. *História*. XXXI. 10. 6).

Foi sob ordens de Malobaudes que ocorreu o primeiro conflito aberto contra os assaltantes. Nas proximidades de *Argentaria*¹⁹⁴, tropas romanas sofreram com a superioridade numérica lentiense, mas depois de seu reagrupamento, conseguiram avançar e, estimulados pela presença do próprio imperador, venceram um exército muito maior. Marcelino relata que uma minoria inimiga conseguiu escapar e que o próprio rei, Priario, foi morto durante o combate (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 10. 10). Graciano ordenou a continuidade da ofensiva contra os lentienses, provavelmente

¹⁹² Atual Véria, Grécia.

¹⁹³ Os *duces* eram oficiais sêniores do exército tardo antigo que poderiam assumir a liderança geralmente de tropas *comitatenses*, mas em alguns casos também *limitanei*.

¹⁹⁴ Atual Horburg, Alemanha.

como uma forma de punição ante a quebra de pacto dos últimos, pois, como já dissemos, existia uma paz assinada com os romanos há décadas.

Diante da ofensiva imperial, sobrou aos lentienses a busca por colinas onde o avanço romano se tornaria mais difícil. Os romanos, por outra parte, começaram a escolher destacamentos de mais ou menos quinhentos homens experientes para lutar em tais condições. Seguiram-se escaramuças em que os dois lados tinham de encarar grandes perdas. Graciano, após muitas discussões com seus oficiais, decidiu que enfrentar dessa forma os lentienses era um sacrifício desnecessário de homens. Os romanos passaram a cercar esses inimigos e aguardar as consequências advindas da fome. Os assediados até tentaram buscar alternativas, mas ante tais adversidades, imploraram uma paz com os romanos. Tal rendição foi aceita pelos romanos, com a condição de que os derrotados fornecessem jovens para preencher as fileiras romanas (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 10. 17). Graciano poderia, com certo atraso é verdade, concentrar-se no problema godo e ajudar seu tio na difícil empreitada.

Enquanto o mais velho dos filhos de Valentiano se preparava para ajudar na Trácia, as coisas ficavam mais complicadas nos Balcãs. Em uma carta endereçada ao amigo Eusébio de Samósata, que estava na Trácia, Basílio de Cesareia dizia que estava orando a Deus pela vida do amigo e que estava preocupado com a vida dele, sobretudo por conta dos riscos que infestavam as estradas, como ladrões e desertores (BASÍLIO DE CESAREIA. *Cartas*. CCLVIII). Essa carta e todo o contexto que vimos até agora mostra como a situação era desoladora naquela província. Heather mostra que a destruição da região naquele momento se fez sentir até nos restos arqueológicos, já que “todas as *villae* romanas da região, de norte a sul dos montes Hemos, foram abandonadas neste período e a maioria delas mostrando uma camada de destruição extensiva” (HEATHER, 2006, p. 176).

Para lidar com essa crescente agressividade goda, Valente se encaminhou primeiramente de Antioquia para Constantinopla, de onde partiu para a Trácia em 11 de junho de 378 d.C. após uma péssima recepção da população local e não antes de fazer trocas de oficiais, como a de Trajano por Sebastiano. No final de julho, “quando notícias chegaram a ele de que uma força de dez mil godos estavam se movendo em direção a Nice¹⁹⁵, Valente não poderia mais esperar” (CURRAN, 2008, p. 99). A resposta imperial foi conduzir exércitos para aquela região, com um destacamento liderado por Sebastiano à frente para adentrar a cidade. Contudo, informações sobre o deslocamento romano chegaram aos ouvidos godos, o que serviu de pretexto para a reunião de vários bandos sob liderança de Fritigerno (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 11. 2). Até então naquele ano, o retrospecto militar romano era favorável, já que Sebastiano havia conseguido uma vitória acachapante

¹⁹⁵ Antiga cidade situada na Trácia.

contra alguns bandos de saqueadores godos que estavam junto ao Rio Hebro¹⁹⁶, o que deixou o líder godo bastante agitado e o obrigou a se movimentar.

Enquanto Fritigerno tomava tais decisões, Valente começou a se dirigir para os arredores de Adrianópolis. Com ele, marchavam “30 ou 40 mil homens de seu posto em Melanthias” (KULIKOWSKI, 2008, p. 165). Segundo Marcelino, tanto a notícia da vitória do seu sobrinho sobre os lentienses quanto os relatos de sucesso de Sebastiano foram essenciais para que o *augustus* se dirigisse para enfrentar os bárbaros que estavam se aproximando da cidade. Ao chegar aos subúrbios de Adrianópolis, Valente fortificou um acampamento e recebeu a visita de Richomeres no dia 07 de agosto de 378 d.C. O *dux* trazia uma carta de Graciano, na qual esse anunciava a sua iminente chegada e pedia que o tio o aguardasse para enfrentar seus inimigos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 12. 4-5). Valente imediatamente reuniu o *consilium*, que passou a deliberar o que fazer. Enquanto um grupo sugeria um ataque imediato, outro preferia aguardar a chegada das tropas de Graciano, já que isso garantiria uma vitória romana menos custosa. Valente decidiu pela primeira opção, já que dessa forma ele não precisaria dividir suas glórias com ninguém, e também por “ciúme pessoal de Graciano” (BURNS, 1976, p. 342). Para que tal caminho fosse tomado, é possível que batedores mal-informados tenham passado a informação de que “os números de godos eram de somente 10.000 guerreiros, muito menos do Valente esperava” (HEATHER, 2006, p. 178). Foi nesse cenário complexo que Valente decidiu que deveria enfrentar uma batalha e nem mesmo uma proposta de paz enviada por Fritigerno através de um padre cristão foi capaz de demover o *augustus* de suas intenções.

Assim sendo, no dia 09 de agosto de 378 d.C., Valente “marchou com as tropas a nordeste do acampamento para a planície onde Fritigerno e seu exército estavam baseados” (KULIKOWSKI, 2008, p. 166). Mais ou menos às 14:00 horas, as primeiras carroças inimigas foram avistadas formando a famosa *carrago*. Os *duces* romanos começaram a formar as linhas, deixando as tropas de cavalaria do flanco direito mais avançadas, enquanto a cavalaria da ala esquerda ainda se organizava e a infantaria ficava atrás. Os bárbaros chegaram a enviar uma última oferta de paz, já que uma parte importante das tropas, aquelas sob liderança de Alateo e Safrax, ainda estava ausente (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 12. 12). Paralelamente às negociações, “antes que os romanos, sofrendo com o calor e a sede, conseguissem formar sua linha, os godos tocaram fogo no capinzal em torno do inimigo para agravar o mal-estar dos romanos” (FERRILL, 1989, p. 56). Enquanto Richomeres era encaminhado do lado romano para o lado godo na condição de refém para as negociações, alguns arqueiros e *scutarii* liderados por Bacúrio de Hibernia e por Cássio, iniciaram uma ofensiva, que rapidamente fracassou (AMIANO MARCELINO. *História*. XXXI. 12. 16). Apesar

¹⁹⁶ Atual Rio Maritsa.

desse fracasso, a ação acendeu a faísca que iniciou o combate e, enquanto Richomeres era cercado, a cavalaria goda regressou junto com Alateo e Safrax, dando início a um ataque rápido (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 12. 27). Esse contra-ataque godo “lançou os atiradores romanos desordenadamente de volta às próprias linhas, e foi a essa altura, [...] que sua cavalaria retornou ao *laager* [*carrago*] e partiu imediatamente para uma carga” (FERRILL, 1989, p. 56). A narração de Amiano sugere que não tenha existido uma ordem oficial de nenhum dos lados, mas é também possível que ele talvez estivesse tentando diminuir a grande vergonha que se seguiria usando a justificativa de que os romanos não estivessem ainda prontos para a luta.

O desenrolar desses primeiros ataques foi o choque das linhas romana e goda. Após a indefinição típica desse primeiro choque, o flanco esquerdo romano conseguiu avançar até a *carrago* bárbara. O problema é que “assim como a linha romana avançava, as tropas na retaguarda se tornaram mais espaçadas na medida em que as primeiras fileiras, particularmente na esquerda, se dobravam para enfrentar o círculo de carroças” (BURNS, 1976, p. 343). A cavalaria romana da ala esquerda, que estava na vanguarda do ataque, não foi capaz de continuar o avanço, já que uma multidão de inimigos a cercou, atacou e aniquilou (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13. 1-3). Seguiu-se um combate muito duro pela sobrevivência dos soldados de infantaria não só da ala esquerda, destituída de boa parte de sua cavalaria, mas de todas as tropas romanas. Então, a “cavalaria de Fritigerno chegou sob Alateo e Safrax e tomou a ala esquerda romana de surpresa” (KULIKOWSKI, 2019, p. 90). A “destruição da ala esquerda por sua vez expôs o centro romano a ataque massivo pelo flanco” (HEATHER, 2006, p. 180). O imperador buscou refúgio entre os lanceiros e *mattiari*, que permaneceram firmes durante um tempo, mas depois também cederam. Depois de uma luta feroz, “a principal linha de batalha romana eventualmente quebrou e fugiu” (HEATHER, 2006, p. 180). Valente iniciou uma fuga que se desdobrou até as primeiras horas da noite, quando o imperador acabou sendo morto. Amiano Marcelino fala que, possivelmente, o *augustus* morreu ainda no dia 09 de agosto, após receber uma flechada ou pereceu durante o incêndio de uma cabana (*casa*) onde ele estava escondido (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13. 12-15).

O impacto da batalha foi gigantesco e imediato. Noel Lenski, em *Initium mali Romano imperio: Contemporary Reactions to the Battle of Adrianople*, sintetiza (e critica) a maneira como a batalha se tornou um marco importante:

Adrianópolis muito rapidamente passou a representar um ponto de inflexão psicológica na história romana. Com o passar do tempo e com os novos julgamentos que confrontaram o império, sua proeminência naturalmente recuou, mas ela permaneceu um ponto além do qual as atitudes a respeito do império e suas expectativas de domínio mundial foram alteradas (LENSKI, 1997, p. 164).

Embora o impacto colocado no evento entre os comentaristas antigos e modernos talvez tenha sido exagerado, é impossível negar que foi um evento que gerou muitíssimos desdobramentos. Quando avaliamos o impacto em vidas e soldados, isso fica mais flagrante ainda. Guy Halsall,

utilizando trabalhos anteriores, estima que o número de mortos romanos foi algo entre dez e vinte mil, embora ressalte que “nós nunca saberemos o número preciso, mas é mais significativo notar quem morreu do que quantos” (HALSALL, 2007, p. 179). Peter Heather, por outro lado, crava o número de perdas em “10.000 homens” (HEATHER, 2006, p. 181). Embora sejam números expressivos, quando se recorda que estamos falando de um exército estimado em mais de quinhentos mil homens, tal perda não poderia ser considerada algo tão importante do ponto de vista quantitativo.

Tomando como referência os números discutidos no primeiro capítulo do trabalho, a estimativa é que o exército tenha perdido ali algo em torno de 1,5% de seus homens. Contudo, o grande problema não foi a perda quantitativa, mas sim qualitativa, como ressalta Halsall. Para além do imperador, muitos oficiais de primeiro escalão, como Trajano, Sebastiano e Potêncio, e ainda trinta e cinco tribunos e dois terços do exército romano participante da luta pereceram (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13. 18). Ou seja, o confronto destruiu a capacidade bélica do exército da parte oriental do império, principalmente pela destruição de membros importantes na alta cadeia de comando¹⁹⁷. Apesar de autores como Kulikowski defenderem que tamanho desastre militar, “não foi experienciado desde que o imperador Valeriano foi derrotado e capturado pelo rei persa Sapor I mais de um século antes” (KULIKOWSKI, 2019, p. 91), defendemos que tal derrota, apesar de estar em uma escala acima, é sintomática do contexto militar romano da segunda metade do século IV d.C. Assim como a expedição na Pérsia, a derrota em Adrianópolis é fruto de um contexto em que o exército romano enfrentava inimigos nas fronteiras persas e renodanubianas de forma quase concomitante, em que erros estratégicos e de avaliação da capacidade inimiga foram cometidos pelos imperadores e seus oficiais mais próximos e em que pequenas vitórias anteriores não foram capazes de criar uma vantagem romana diante de uma grande batalha campal. Enxergamos a derrota de Adrianópolis de 376 d.C. não como a causa daquilo que seguiria, mas como um sintoma importante da mudança de cenário militar enfrentada pelos romanos. Diante de derrotas da magnitude de Adrianópolis e da expedição na Pérsia, algo precisaria mudar e propostas de mudança não faltaram.

2.4. DO CAOS A UMA NOVA ORDEM: DOS DESDOBRAMENTOS DA DERROTA À MORTE DE TEODÓSIO I (378 – 395 D.C.)

¹⁹⁷ R. Malcom Errington chama a atenção para o fato de que a grande mortandade dentro do exército imperial foi tão impactante que “houve pouco perigo de que qualquer um dos sobreviventes depois de alcançar um bom nível de aceitação [...] desafiasse seriamente a autoridade de Graciano como *augustus* elegendo um sucessor de suas próprias fileiras” (ERRINGTON, 2006, p. 28).

No dia seguinte à Batalha de Adrianópolis, as tropas godas tentaram adentrar a cidade homônima. Apesar da formação compacta adotada pelos invasores, as fortes muralhas da cidade e a ação dos defensores evitaram mais essa derrota. Os defensores que se atreveram a enfrentar os inimigos frente a frente foram dizimados, mas quando parecia que as coisas se encaminhavam para um fim favorável aos invasores, uma chuva se precipitou sobre a cidade e os godos se retiraram (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 15. 5). Diante dessa dificuldade de tomar a cidade, os godos tentaram implantar alguns traidores romanos dentro da cidade para que esses abrissem os portões em um futuro momento de distração dos defensores, algo que também não funcionou (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 15. 8-9). Diante da dificuldade apresentada pelos defensores e por conta do acúmulo de sucessivas perdas humanas desde a batalha do dia 09 de agosto, os godos se retiraram. Uma tendência já citada por nós ficava evidente mais uma vez, já que “não há registro de que os godos tomaram qualquer grande centro imperial fortificado durante os seis anos de guerra” (HEATHER, 2006, p. 183). Ou seja, não foi possível observar nenhum cerco de sucesso empreendido pelos godos entre os anos de 376 e 382 d.C.

De saída de Adrianópolis, os godos decidiram ocupar *Perinto*¹⁹⁸ e iniciar uma nova onda de saques nas proximidades. Foi ali, inclusive, que mais hunos e alanos se juntaram aos godos e dali partiram até Constantinopla. A grande cidade imperial foi protegida valorosamente, “em parte graças a uma tropa de auxiliares árabes tão sedentos de sangue que atemorizavam mesmo os triunfantes godos” (KULIKOWSKI, 2008, p. 171). Novamente, a incapacidade goda de executar a *Poliorcética* os obrigou a abandonar a empresa e rumar para as províncias do norte. Foram nesses dias que o *magister militum et peditum per Orientem*, Júlio, enviou cartas para vários oficiais romanos nas províncias orientais com instruções para executar os godos anteriormente aceitos dentro do império, instruções essas prontamente executadas¹⁹⁹ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 16. 8). Começava também um processo de expurgo de soldados godos do exército e “*pogroms* contra godos nas cidades da Ásia Menor e Oriente que continuou em 379 [d.C.]” (KULIKOWSKI, 2019, p. 91).

Com a morte de Valente, o império voltou a possuir apenas dois *augusti*: Graciano e Valentiano II. No entanto, o segundo era apenas uma criança e o primeiro, apesar de ter se deslocado para a região balcânica do império, não havia conseguido sanar os problemas que se seguiram à derrota em Adrianópolis em 378 d.C. Entre o final daquele ano e início do próximo, Graciano decidiu

¹⁹⁸ Atual Sófia, Bulgária.

¹⁹⁹ Aqui existe uma contradição entre o relato de Amiano Marcelino e Zósimo, já que o primeiro coloca as ações que levaram ao assassinato dos reféns godos imediatamente após a Batalha de Adrianópolis, ou seja, em 378 d.C. e o segundo situa essas ações após a ascensão de Teodósio I (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 26. 5-9). Apesar dessa pequena controvérsia, Zósimo ressalta também que o principal articulador da matança foi Júlio e que Teodósio I não foi informado das ações de seu subordinado (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 26. 5).

escolher um novo imperador que pudesse lidar com aquela situação e, como isso exigia certa capacidade e experiência militar, o escolhido foi um velho conhecido da família valentiana: Teodósio.

Seu pai, como já citamos, conduziu vitoriosas expedições na Grã-Bretanha, foi *magister equitum* no governo de Valentiano e reprimiu o movimento liderado por Firmo. Todavia, por conta de uma mudança na composição do grupo de apoio imperial, a família caiu em desgraça. Enquanto o pai foi executado, o filho retornou para as terras da família na Hispânia e lá permaneceu até que a ascensão de algumas figuras ligadas a Teodósio, como Antônio e Euquério, começaram a empreender um resgate político do hispânico. Mais importante, segundo Matthews, foi o fato dele contar com “um grupo amplo de apoiadores nos círculos da corte: sobretudo no exército” (MATTHEWS, 1975, p. 95). Foi no campo militar, inclusive, que Teodósio recomeçou sua trajetória.

Graciano primeiramente o “apontou *magister militum* em Sírmio” (FRIELL; WILLIAMS, 1998, p. 12). No início do ano seguinte, em 19 de janeiro, o jovem oficial hispânico, ainda naquela cidade, recebeu o título de *augustus* de Graciano e partiu para a Trácia, onde lidaria com a ameaça goda (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 24. 4). A primeira cidade em que o novo imperador fixou residência foi Tessalônica, localidade em que ele começou a fazer preparativos de guerra contra os godos e seus aliados a partir de junho do seu primeiro ano de governo.

Por conta da reorganização militar empreendida por Teodósio I, iniciada no meio do ano, 379 d.C. não foi palco de grandes batalhas entre romanos e godos. Entre as principais alterações promovidas pelo imperador de origem hispânica, podemos citar o aumento do número de oficiais com mando militar e a “decisão de admitir não-romanos no exército em números sem precedentes” (CURRAN, 2008, p. 102). Teodósio parece ter entendido que soldados de origem bárbara poderiam ser boas peças de reposição e acrescentar novidades táticas importantes para que futuras vitórias se tornassem viáveis. Como vimos, essa tendência havia sido inaugurada muito antes, sendo Teodósio responsável por implementar mais uma fase dessa incorporação.

Paralelamente ao processo de reorganização romana, é preciso lembrar que os godos se dividiram em grupos menores após o malogrado cerco a Constantinopla, já que alimentar uma população gigantesca gerava mais problemas do que soluções naquele momento. Portanto, o processo de recuperação de homens por parte dos romanos e a dispersão de exércitos godos tornou aquele ano caracterizado por conflitos em pequena escala. Como exemplo desse tipo de ação, podemos citar o combate empreendido pelo oficial²⁰⁰ Modares, que conseguiu, por meio de um ataque surpresa, uma vitória esmagadora e capturou milhares de carroças e prisioneiros (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 25. 3).

²⁰⁰ Zósimo o caracteriza como um oficial e “um nobre go do que desertou para o lado romano” (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 25. 2).

As mudanças militares empreendidas pelo novo imperador esbarraram em um problema muito sério: a diminuição do número de homens servindo nas fileiras romanas. Isso se explica em parte pelo fato de que uma parte do “exército oriental havia sido despedaçado em Adrianópolis: 16 unidades completas foram destruídas e nunca foram reconstituídas” (KULIKOWSKI, 2008, p. 176). Além das perdas substanciais ocasionadas pelos eventos entre 376 e 378 d.C., existiam outros problemas, como a incapacidade das cidades de fornecer mais homens por conta do excesso de taxas e a corrupção endêmica dos magistrados²⁰¹. Como já dito, um princípio de solução desse problema foi dado pelo próprio Teodósio I, que passou a aceitar, ainda no primeiro ano de seu governo, a presença de bárbaros advindos da margem oriental do Danúbio no exército romano. No entanto, para evitar futuras deserções desses novos soldados, houve ainda no ano de 379 d.C. um processo de mesclagem e troca entre tropas que estavam em regiões distantes, como, por exemplo, a troca entre soldados de tropas que estavam no Egito e na Trácia. Esse caso é emblemático porque quando ambos os grupos se encontraram na Lídia (especificamente na Filadélfia²⁰²), eles acabaram entrando em confronto e muitas foram as perdas por parte dos soldados de origem bárbara (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 30. 1-5). Após esse embate, a coisa se acalmou e o comandante Hormisdes liderou o grupo advindo do norte até o Egito, onde serviriam nos próximos anos.

Ao se falar do ano de 380 d.C.²⁰³, é válido lembrar que importantes ações militares godas desferidas contra Teodósio I e Graciano ocorreram em locais diferentes do império, isso porque “duas concentrações góticas poderosas emergiram[...], uma liderada por Fritigerno, na Macedônia e Tessália [...], e outra, sob o comando de Aleteo e Safrax, os guardiões do rei Viderico, ameaçando a Panônia” (CURRAN, 2008, p. 102). Teodósio foi atacado pelo grupo liderado por Fritigerno e chegou a ter não só o acampamento invadido durante a noite, mas também a sua própria tenda (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 31.3). Ele conseguiu escapar e “os godos começaram a impor ‘tributos’ em partes dos Balcãs, provavelmente arrogando a si mesmos as receitas de impostos do Estado romano”

²⁰¹ Zósimo, um crítico de Teodósio I, aponta que houve um aumento significativo de funcionários nas altas esferas da casa imperial, o que se refletiu no aumento de pessoas trabalhando desde a mesa imperial até em funções administrativas, como os destacados eunucos. Por consequência, segundo ele, esse aumento exagerado levou a corrupção para as províncias, já que as figuras corruptas recentemente nomeadas escolhiam (ou vendiam) cargos para quem interessasse, o que em muitos casos redundava na escolha de figuras financeiramente ambiciosas. Portanto, eram exigidos mais tributos ao mesmo tempo em que corruptos tomavam de maneiras diversas o que era produzido nas cidades (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 28. 1-3).

²⁰² Atual Alaşehir, Turquia.

²⁰³ O ano de 380 d.C. é geralmente lembrado por conta da publicação do Édito de Tessalônica. Tal documento foi publicado com os nomes de Graciano, Valentiano II e Teodósio (como era praxe). Ele oficializou o cristianismo na versão católica como religião oficial do império, aquela professada por figuras de relevo da época, como o pontífice Dámaso e o bispo de Alexandria Pedro (citados no documento). Publicado em 28 de fevereiro, tal documento também estabeleceu que outras versões seriam consideradas heréticas e que os locais de reunião dessas pessoas não deveriam receber o nome de igrejas (CÓDIGO TEODOSIANO. XVI. 1. 2). Essa tendência continuou nos próximos anos, quando novas ofensivas religiosas imperiais ocorreram, como em 391 d.C., quando houve a proibição de sacrifícios e o estabelecimento de multas para funcionários romanos que praticassem ritos não autorizados (CÓDIGO TEODOSIANO. XVI. 10. 10).

(KULIKOWSKI, 2019, p. 98). Teodósio enviou um pedido de ajuda a Graciano, que despachou um exército considerável sob ordens dos *duces* Baudão e Arbogasto, ambos de origem franca (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 33.1). A chegada de tamanho reforço forçou uma retirada tervíngia para a Trácia no ano seguinte, onde novamente *legati* foram enviados a Teodósio com um pedido de recepção dessa população em troca do fornecimento de militares (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 33. 3). Naquele ano, ainda ocorreu a famosa doença de Teodósio e consequente batismo pelo bispo Ascôlio em Tessalônica (FRIELL; WILLIAMS, 1998, p. 17). Assim que se recuperou, o *augustus* se encaminhou para Constantinopla, onde continuaria a enfrentar Guerra Gótica.

Enquanto Teodósio I negociava com os godos no ano seguinte, tanto tervíngios quanto greutungos iniciaram uma invasão da Gália. Graciano sofreu bastante para frear os godos e só o fez após acordar que ocupassem a Panônia e a Mésia Superior (CURRAN, 2008, p. 102). Além do problema godo, ésciros e cárpos passaram a fazer incursões, mas foram impedidos pelas tropas teodosianas ainda em 381 d.C. Enquanto isso, os godos faziam novas incursões e Graciano enfrentava os vândalos na Gália. Assim que as coisas foram colocadas em ordem, o filho mais velho de Valentiano II abandonou a Gália e deu início a um avanço em direção ao Oriente para fazer frente aos godos. O ano de 382 d.C. foi marcado, portanto, por esses confrontos entre Graciano e godos e também pelo *foedus* assinado entre as partes. Segundo Jordanes: “[Graciano] reuniu seu exército e se colocou em marcha contra eles [godos]. Mas como não confiava em obter uma vitória militar, mas pensava em ganhar com generosidade e presentes, ofereceu-lhes víveres e assinou com eles um *foedus*²⁰⁴” (JORDANES. *Origem e feitos dos godos*. XXVII. 141).

A questão da conclusão desse tratado é também fruto de uma curiosa controvérsia entre os autores antigos. Ao contrário de Jordanes, Paulo Orósio relatou que Teodósio venceu alanos, hunos e godos e assinou um tratado com Atanarico e que depois da morte do último todos os godos se entregaram ao poder romano (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 34. 5-6). O problema dessa hipótese, - tirando a questão da doença de Teodósio que pode ter sido perfeitamente curada, - é que Atanarico não possuía autoridade sobre as diversas facções godas e sua vida estava em risco naqueles anos. A questão fica mais nebulosa ainda porque Jordanes diz que foi somente depois do acordo celebrado por Graciano que Teodósio recebeu Atanarico em Constantinopla. Foi ali também que o *iudex* tervíngio permaneceu por meses e onde recebeu todas as honras fúnebres devidas após a morte. Segundo Jordanes também, depois de sua morte, seu exército passou às ordens de Teodósio na condição de *foederati* (JORDANES. *Origem e feitos dos godos*. XXVII. 145). Ou seja, para Jordanes são dois fatos diferentes e sucessivos, um *foedus* entre Graciano e os godos e outro entre Atanarico e Teodósio I. A leitura de Zósimo confunde ainda mais a interpretação dos fatos, pois

²⁰⁴ “[*mox ad eos collecto venit exercitu, nec tamen fretus in armis, sed gratia eos muneribusque victurus, pacemque, victualia illis concedens, cum ipsis inito foedere fecit*]” JORDANES. *Origem e feitos dos godos*. XXVII. 141).

abre a possibilidade de que Atanarico tenha sido recebido por Teodósio I no começo de 381 d.C. (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 34. 4). Apesar dessa divergência nas fontes documentais, é preciso lembrar que a historiografia é quase unânime em admitir que esse acordo de paz foi assinado entre Teodósio e os godos, tais como Kulikowski (2019, p. 99), Heather (2006, p. 186), Errigton (2006, p. 30), Curran (2007, p. 102), Grant (1989, p. 62) e Jones (1964, p. 157). Portanto, é possível inferir que houve um processo de pacificação das relações entre godos e romanos, que redundou na assinatura de um *foedus* e no estabelecimento dos godos como *foederati* dentro do império romano entre os anos de 381 e 382 d.C.

Esse acordo representou um marco na história romana, já que foi “o primeiro *foedus* a estabelecer um grupo não romano semiautônomo no território imperial” (HALSALL, 2007, p. 180). Ou seja, aos godos eram garantidas terras e uma vida segundo suas próprias regras, desde que guerreiros fossem fornecidos sempre que necessário. Graças a esse acordo e às ações subsequentes de Teodósio, Arther Ferrill afirmou que a “barbarização, o emprego de germanos em escala tão vasta que o exército tornou-se mais germano do que soldados germanos se tornaram romanos, começa com Teodósio, o Grande” (1989, p. 76). Jones acrescenta que, até aquele momento, “bárbaros serviram em grande número no exército romano, mas sob oficiais e disciplina romanos” (JONES, 1964, p. 157). A maneira como seria feito o fornecimento de homens passou por uma grande transformação. A aliança militar entre romanos e godos forjada a partir do acordo “não estabelecia somente a seleção de recrutas godos para o exército regular, mas os godos também acordaram em fornecer forças muito maiores, servindo sob seus próprios chefes e para campanhas específicas” (HEATHER, 2006, 186). Ou seja, a maior parte dos godos serviria sob ordens de comandantes godos, o que é entendido por Ferrill como algo sem precedentes.

É preciso relativizar essa interpretação, já que, como vimos, o exército romano sempre esteve aberto a influências militares externas, seja na adoção do modelo tático de falange ou até nos armamentos, como o caso do *gladius hispanienses* mostra. Mais do que isso, é preciso entender que a própria noção do que era romano e do que era bárbaro se mostrava, no campo militar, bastante fluído. As ações de Juliano, desde suas escolhas táticas até sua elevação sobre um escudo usando um *torques*, mostram como limitar o que era romano do que não era se mostrava bastante complicado em um momento em que as trocas culturais se mostravam recorrentes. Mais importante ainda, a necessidade de conseguir reequilibrar a balança militar, após derrotas fragorosas, fizeram com que a elite militar romana na parte oriental do império, representada por Teodósio I, olhasse para as táticas, equipamentos e soldados que estavam conseguindo apresentar vitórias e é inegável que aquelas tropas godas estavam se sagrando vitoriosas em diversos eventos. Logo, essa reformulação empreendida por Teodósio foi uma resposta importante no sentido de tentar resolver as deficiências vistas nas décadas anteriores. Além disso, é preciso ressaltar que foi uma resposta efetiva para os propósitos de Teodósio,

já que depois da incorporação militar goda, esse *augustus* se sagrou vitorioso em todas as guerras que empreendeu.

Voltando ao contexto após a celebração da paz, é importante dizer que ela foi lembrada inclusive por Temístio, que escreveu um agradecimento ao imperador Teodósio por conta da paz (TEMÍSTIO. *Discursos Políticos*. XVI). Excetuada toda apologia típica dessa tipologia documental, é preciso reconhecer que, após seis anos de problemas sérios, uma solução representou um alívio importante, pelo menos para a administração imperial e para a população romana que vivia na região. Como lembra Kulikowski, “os contemporâneos romanos agora concordavam que a ameaça goda havia acabado” (KULIKOWSKI, 2019, p. 99).

Paralelamente aos desdobramentos no Danúbio, é possível perceber também uma pacificação das relações com o império persa. Essa diminuição dos atritos entre Roma e Pérsia, segundo R.C. Blockley, deu-se como “o resultado da morte de Sapor II em 379 e as condições perturbadas sob os reis fracos que o sucederam” (BLOCKLEY, 2008, p. 426). Artaxes II e Sapor III, primeiros sucessores de Sapor II, decidiram por uma política de conciliação com o Império Romano. Segundo Orósio: “[os persas] enviaram voluntariamente *legati* a Constantinopla e pediram suplicantes a paz para Teodósio; e foi imposto então um tratado do qual ainda hoje goza com absoluta tranquilidade todo o Oriente”²⁰⁵ (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 34.8). É possível perceber uma clara predileção de Orósio a Teodósio no trecho, quando ele afirma que os persas suplicaram a paz; contudo, a conclusão de um *foedus*, por mais diferente do que ele tenha sido em relação ao evocado por Orósio, explica o desaparecimento das hostilidades entre persas e romanos até o início do século seguinte. Além disso, é possível mesmo dizer que Teodósio I buscou também uma política de aproximação com os persas, o que no começo do seu governo visava lhe dar a possibilidade de concentrar seus esforços nos Balcãs, mas que não se encerrou após a paz com os godos. Mais indícios dessa aproximação são a recepção amigável dos *legati* persas em 384 e, principalmente, o acordo feito em 387 d.C. para “dividir a Armênia entre esferas de influência romana e persa” (BLOCKLEY, 2008, p. 426).

O ano de 383 d.C. foi marcado, portanto, na parte oriental do império, pela pacificação tanto do norte quanto da fronteira persa e também pela nomeação de Arcádio (filho mais velho de Teodósio) como *augustus*. Na parte ocidental, porém, as coisas se desdobraram de maneira diferente²⁰⁶. É possível mesmo dizer que naquele ano se viu, na parte do império que cabia aos irmãos Graciano e Valentiano II, o recrudescimento dos problemas político-militares internos. Isso ocorreu

²⁰⁵ “[*ultro Constantinopolim ad Theodosium misere legatos pacemque supplices poposcerunt; ictumque tunc foedus est, quo uniuersus oriens usque ad nunc tranquillissime fruitur*]” (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 34.8).

²⁰⁶ O ano de 383 d.C. é interessante porque foi o início de um curto período da história romana em que o império possuiu quatro *augusti* (Graciano, Valentiano II, Arcádio e Teodósio I) e ainda contou com um usurpador que foi aclamado *augustus* na Britânia e aceito em outras regiões.

porque Máximo, um hispânico companheiro de armas de Teodósio I que ocupava o cargo de *comes Britanniarum*, foi aclamado imperador na primavera de 383 d.C. enquanto Graciano enfrentava uma invasão alamana na Gália. Segundo Zósimo, havia uma grande insatisfação dos soldados com Graciano por conta de sua predileção aos militares alanos conjugada à ambição de Máximo. Esses fatores, segundo ele, levaram à aclamação do *comes Britanniarum* (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 35. 2-4). Após a aclamação, Máximo se dirigiu para a Gália e conseguiu arregimentar também as legiões da Germânia.

Graciano determinou que suas tropas enfrentassem o usurpador. Após cinco dias das primeiras escaramuças, “a condução das operações pelo imperador minou a confiança dos soldados de tal forma que seu principal general, Merobaudes, desertou para o inimigo” (CURRAN, 2007, p. 105). Isso obrigou o *augustus* a reunir trezentos cavaleiros e fugir em direção a Mésia através dos Alpes. No entanto, o *magister equitum* de Máximo, Andragácio, foi enviado em sua perseguição e acabou alcançando o imperador fugitivo na ponte de *Sigiduno* (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 35. 4-6). No dia 23 de agosto de 383 [d.C.], ele foi degolado junto a seus principais oficiais.

Imediatamente após a morte de Graciano, Máximo enviou *legati* ao imperador Teodósio I a fim de ter sua legitimidade reconhecida. O que sabemos dessa embaixada é que o principal *legatus* enviado por Máximo foi um *praepositus sacri cubiculi* de nome desconhecido que reclamou por paz, concórdia e aliança e que ameaçava a guerra e inimizade ante qualquer recusa (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 37. 2). No verão de 384 d.C., portanto, “Teodósio reconheceu formalmente o usurpador” (CURRAN, 2008, p. 105). Como parte do processo de aceitação do novo colega, Teodósio I compartilhou as efígies imperiais e o título de *augustus* com Máximo. Ou seja, o império voltou a ter, pelo menos formalmente, quatro *augusti* em 384 d.C.: Valentiniano II, Máximo, Teodósio I e Arcádio.

Os problemas externos voltaram a aparecer de forma mais preeminente somente em 386 d.C., quando a fronteira danubiana voltou ser motivo de preocupação, ao mesmo tempo em que ficou claro como “a autoridade imperial sobre a fronteira danubiana foi restaurada desde a paz de 382 [d.C.]” (KULIKOWSKI, 2019, p. 103). Naquele ano, “os ostrogodos²⁰⁷ ou uma parte deles, liderados por um líder tribal chamado Odoteu, apareceram ao norte do Danúbio e tentaram forçar uma passagem” (JONES, 1964, p. 158). Prómoto, *magister militum per Thracias*, alinhou suas tropas de forma a impedir a passagem dos bárbaros e enviou propostas de traição a alguns desses godos. Alguns bárbaros acederam a essas propostas de traição e anteciparam os planos de travessia ao oficial romano. Então, os romanos, sabendo das principais informações da travessia, conseguiram fazer uma barreira para não só impedir a passagem quando essa começou, como também para atacar esses godos. Após

²⁰⁷ Jones acredita que nessa data já fosse possível falar da existência de ostrogodos, embora não tenhamos convicção já que o termo não aparece na documentação elencada por nós. Portanto, o termo aparece aqui por ser uma citação direta do texto do pesquisador.

os sinais mais claros de vitória, Prómoto chamou Teodósio (que estava próximo) para participar da vitória e essa foi concluída com a aquisição de muitos prisioneiros. O imperador, por sua parte, ofereceu a muitos desses prisioneiros a possibilidade de lutar como soldados dentro do exército romano, o que seria muito útil para ambos os lados no que viria a seguir (ZÓSIMO. *História Nova*. IV. 39. 1-5). Essa vitória foi seguida por “um magnífico triunfo realizado em Constantinopla e uma coluna impressionante erigida no *Forum Tauri*” (CURRAN, 2008, p. 106). Essas não foram as únicas atividades na porção oriental do império, já que no mesmo período Gerônimo, oficial na Cítia, conseguiu vencer uma revolta de bárbaros em *Tomeo*, que embora tenha sido um evento em uma escala menor, teve sua importância.

O ano de 387 d.C. foi marcado por uma nova escalada nos problemas internos, enquanto os problemas externos amainaram. Foi nesse ano, por exemplo, que Teodósio I teve de enfrentar a célebre Revolta das Estátuas em Antioquia, em que a população local derrubou as estátuas do imperador e de sua esposa após o estopim dos excessos na cobrança de impostos (ZÓSIMO. *História Nova*. IV. 41. 1). A resposta imperial foi dada com a publicação da decisão de Teodósio de “abolir o status metropolitano de Antioquia” (CURRAN, 2008, p. 107). Os antioquenos, que passariam a estar sob a humilhante jurisdição da vila de *Laodicea*, enviaram *legati* que apaziguaram os ânimos do imperador, não sem antes ter ocorrido uma série de julgamentos e fechamentos de banhos da cidade. No fim, “Teodósio e seu consistório decidiram que o sofrimento imposto durante a investigação foi punição suficiente” (KULIKOWSKI, 2019, p. 104). Essa, porém, não foi a questão mais séria enfrentada pelo imperador de origem hispânica naquele ano.

O grande problema começou com a nova ofensiva iniciada por Máximo contra Valentiano II na porção ocidental do império. Máximo estava insatisfeito por governar somente a parte que cabia anteriormente a Graciano e decidiu “iniciar um ataque rápido através dos Alpes no início de 387 [d.C.]” (KULIKOWSKI, 2019, p. 109). Valentiano II, depois de informado dos desejos e ações de seu colega, chegou a enviar Domnino, um importante funcionário de sua corte, para conseguir garantias de paz de Máximo e ajuda para enfrentar problemas bélicos na Panônia. Esse último enganou Domnino com presentes magníficos e o oferecimento de tropas para ajudar o jovem imperador contra as ameaças bárbaras na Panônia enquanto parte de suas tropas faziam a travessia dos Alpes. O desdobramento inicial da ofensiva de Máximo foi a fuga de Valentiano II com parte de seu círculo íntimo, incluindo Justina e Gala, respectivamente sua mãe e sua irmã (JONES, 1964, p. 159). O jovem imperador pegou um barco e rumou para Tessalônica, onde iniciou conversações por meio de *legati* com Teodósio, para que esse o ajudasse a retomar sua região de influência (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 43. 1-3). Após muitas deliberações, inclusive com muitas propostas para tentar uma resolução pacífica da querela, Teodósio, após consulta ao Senado de Adrianópolis, decidiu

empreender uma guerra civil contra Máximo²⁰⁸ para restabelecer o governo de Valentiano II, enquanto seu filho, Arcádio, governaria nominalmente a parte oriental do império.

Após a tomada de decisão, foram iniciados os preparativos para a campanha de Teodósio. Entre eles, podemos destacar a escolha de oficiais de primeiro escalão que conduziriam a luta, como Prómoto e Timásio, respectivamente *magister equitum* e *magister peditum* designados pelo *augustus* (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 45. 2). Entre as forças reunidas havia “uma alta proporção de tropas bárbaras, incluindo godas, hunas e alanas” (FRIELL; WILLIAMS, 1998, p. 43). Além disso, foi organizado o envio de Valentiano II para Roma enquanto Teodósio cruzava os Alpes em direção a Aquileia, onde Máximo se encontrava. Esse último, sabendo da travessia da família valentiana pelo Mar Jônico, colocou uma frota nas mãos de Andragácio com o intento de capturar o jovem Valentiano II. O insucesso dessa ação só não foi menor do que o da defesa de Aquileia contra as tropas teodosianas, que conseguiram não só cercar e tomar a cidade como também capturar Máximo. Como resultado da incursão de Teodósio, realizada toda no ano de 388 d.C., Máximo e seu filho, Vitor, foram executados sob ordens de Arbogasto (KULIKOWSKI, 2019, p. 110). Valentiano II, por sua vez, foi restituído ao poder e ganhou o controle sobre a Península Itálica e Gália. Junto ao jovem imperador, foi deixado o *magister militum* Arbogasto, que passou a ser a eminência parda daquela corte, principalmente após a morte de Justina.

Após o fim desse conflito, Teodósio I passou um tempo residindo na parte ocidental do império, primeiro em *Mediolanum*, depois em Roma²⁰⁹ e em *Mediolanum* novamente. Somente três anos após do fim da guerra contra Máximo, Teodósio I voltou à parte oriental do império, principalmente por conta da situação balcânica. O motivo foi que a Macedônia se tornou alvo de recorrentes ataques godos, ao que tudo indica, já liderados por Alarico. No entanto, com a chegada imperial na região, as incursões bárbaras foram se tornando cada vez mais furtivas e de difícil previsão. Foi somente após a captura de um espião, segundo Zósimo, que foi possível desarticular o bando que estava oferecendo tal perigo (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 48. 6-7). Após mais essa vitória, Teodósio retornou para Constantinopla, onde colocou Prómoto²¹⁰ à frente da questão goda.

Enquanto as lutas contra os godos liderados por Alarico se desenrolavam em 392 d.C., no Ocidente ocorreu uma nova reviravolta dentro da corte imperial. Tudo começou quando Valentiano

²⁰⁸ A explicação de Zósimo para a decisão de Teodósio I de empreender uma guerra contra Máximo gira em torno da capacidade de negociação de Justina e da beleza de Gala, que à época se tornou a segunda esposa de Teodósio, já que Placila, sua primeira esposa, havia morrido (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 44. 2-4). É preciso ressaltar que apesar de ser extremamente vantajoso para a corte de Valentiano II, esse casamento também era interessante para Teodósio, já que o ligava diretamente à dinastia valentiniana.

²⁰⁹ Foi nessa visita que “o orador gaulês Pacato leu seu panegírico a este imperador, e sabemos que senadores romanos fizeram o mesmo nos dias que se seguiram” (MACHADO, 2019, p. 111).

²¹⁰ Ele continuou atuando contra os bárbaros no ano de 391 d.C., contudo, após entrar em desavença com o *magister officiorum* Rufino, acabou sendo emboscado por bárbaros e morreu. Quem assumiu o lugar de Prómoto foi Estilício, que conseguiu no ano de 392 d.C. firmar um *foedus* com os inimigos (ou renovar o de 382 d.C.).

II “tentou dispensar Arbogasto do comando que esse ocupava, passando pessoalmente ao *magister militum* a ordem de dispensa do cargo” (KULIKOWSKI, 2019, p. 119). Arbogasto não aceitou a própria deposição, humilhação que levou o imperador ao limite. Em maio de 392 d.C., Valentiano foi encontrado morto e a causa provável foi suicídio²¹¹. O *magister militum*, que contava com grande apoio militar, até tentou negociar a ida de Arcádio para ocupar o posto vago, mas ante o silêncio de Teodósio I, Arbogasto “nomeou seu próprio imperador, Eugênio, um senador romano e homem de letras, que havia ensinado gramática e retórica anteriormente e havia se tornado uma importante figura na administração civil de Valentiano II” (ERRINGTON, 2006, p. 39-40). Em pouco mais de três meses, o general responsável pela execução de Máximo e sua família havia se tornado um usurpador.

Ao saber da morte do cunhado, Teodósio deu início a novos preparativos militares. Eugênio, assim como Máximo havia feito anteriormente, até tentou uma negociação para seu reconhecimento como *augustus* (que envolveu o envio de Rufino como *legatus* junto a corte de Teodósio). Todavia, a nomeação do filho mais novo de Teodósio, Honório, como *augustus* em Constantinopla (CURRAN, 2008, p. 109), mostrou que a solução bélica era a única possível. Seguiu-se do lado teodosiano, a escolha dos *duces* responsáveis pela expedição: Estilício e Gainas. Em uma clara provocação, “durante a primavera de 393, Eugênio e Arbogasto foram para a Itália e estabeleceram residência em Milão” (ERRINGTON, 2006, p. 40). Na primavera seguinte, foi a vez de Teodósio partir²¹² e deixar seu filho mais velho, Arcádio, responsável formal por cuidar da porção oriental do império em Constantinopla.

Teodósio I novamente atravessava os Alpes para acabar com uma usurpação. Nessa nova expedição militar, o imperador advindo do oriente trazia consigo novamente não só muitas tropas romanas, mas também grupos de bárbaros. Assim que os primeiros confrontos se desenrolaram ficou claro um equilíbrio e até mesmo uma vantagem para o lado de Eugênio e Arbogasto. Um elemento muito importante para esse conflito e que reverberou nos eventos militares dos anos seguintes foi o tratamento dado aos exércitos godos que participaram do conflito. Essas tropas foram enviadas à frente das outras e, por isso, sofreram milhares de baixas, especialmente contra Arbogasto (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 35. 19).

O ponto de virada da guerra foi, no entanto, a famosa Batalha do Rio Frígido entre os dias 05 e 06 de setembro de 394 d.C. Esse recontro possui relatos completamente diferentes a depender da filiação religiosa do narrador. Se levarmos em conta o relato de Zósimo, após o primeiro dia de batalha (em meio a um eclipse solar), vencida parcialmente pelas tropas de Arbogasto e

²¹¹ Paulo Orósio, no entanto, relata que Valentiano II foi estrangulado em Viena e pendurado em uma corda para que sua morte parecesse suicídio (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 35. 10). Um procedimento muito comum até os dias atuais.

²¹² Segundo Zósimo, Gala, a irmã de Valentiano II e esposa de Teodósio I, morreu durante um parto na véspera da partida do marido (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 57. 3).

Eugênio, Teodósio iniciou um avanço contra o acampamento do primeiro pela manhã, capturou o usurpador e venceu a guerra (ZÓSIMO. *Nova História*. IV. 58. 3-5). Por outro lado, se levarmos em conta os relatos de Paulo Orósio e Sozomeno, a vitória de Teodósio foi conquistada em uma batalha em campo aberto, em que uma tempestade e um vento (o Bora) fizeram com que os exércitos maiores de Eugênio se desorganizassem e levassem a pior ante o exército de Teodósio²¹³ (PAULO ORÓSIO. *História contra os pagãos*. VII. 35. 17-19; SOZOMENO. *História Eclesiástica*. VII. 24). Ou seja, é possível perceber aqui uma divergência de narrativa entre autores de orientação cristã e pagã, em que os primeiros frisam uma interferência divina e os segundos se atêm aos desdobramentos táticos, embora o fim tenha sido o mesmo nas duas narrativas, ou seja, a vitória teodosiana. A Batalha do Rio Frígido exemplifica o já nomeado uso indiscriminado de godos para “absorver o grosso das casualidades” (KULIKOWSKI, 2019, p. 121). Também é importante lembrar que essa é a primeira aparição de destaque Alarico nos registros romanos, pois ele era o comandante unidades godas (HALSALL, 2007, p. 190). É difícil determinar que tal tratamento foi determinante para as ações do líder godo nas décadas seguintes, mas é possível dizer que naquele momento já passaram a ocorrer desinteligências entre Alarico e oficiais romanos, que passaram a se acirrar mais a partir do ano seguinte.

Após a derrota, “Eugênio foi executado e Arbogasto tirou a própria vida” (CURRAN, 2007, p. 109). Com o fim da segunda guerra civil enfrentada por Teodósio I, ele se deslocou dos Alpes até Roma, onde “se reconciliou com o Senado Romano novamente, desistindo de conduzir expurgos apesar de deslealdade flagrante que muitos senadores mostraram ao se colocarem ao lado de Eugênio logo após a derrota de Máximo” (KULIKOWSKI, 2019, p. 121). Em Roma, Teodósio incitou “os senadores a abandonarem os cultos antigos” (MACHADO, 2019, p. 111). Após a derrota de Eugênio, ele deixou seu filho mais novo, Honório, responsável pelas províncias ocidentais e designou Estilício o tutor da criança (ele já era *magister militum*). Segundo Cameron, “do final do quarto século em diante, generais de origem bárbara, dos quais um dos primeiros foi o vândalo Estilício, *magister militum* sob Teodósio I [...], vieram a exercer um papel crítico na política imperial” (CAMERON, 1993, p. 102). Em muitos momentos, inclusive, tais figuras chegaram a ter tanta ou maior importância do que os próprios imperadores para a sobrevivência do império.

Depois de estabelecer o mando do filho mais novo sobre as províncias da Itália, Ibéria, Gália e Líbia, começou seu retorno a Constantinopla, viagem que não foi terminada porque Teodósio morreu em *Mediolanum* no dia 17 de janeiro de 395 d.C. aos 49 anos. Deixava um império dividido entre seus dois filhos, Honório e Arcádio, dois jovens de 10 e 18 anos que herdaram respectivamente a porção ocidental e oriental do império. Esses dois filhos não possuíam controle de fato de suas

²¹³ Tanto nas versões de Zósimo quanto nas de Orósio e Sozomeno, Eugênio foi capturado e executado e Arbogasto se suicidou após a consolidação da derrota.

porções, já que o segundo ficou submetido a Rufino e o primeiro a Estilício (KULIKOWSKI, 2019, p. 122). O princípio dinástico voltava a definir os imperadores e foi assim pelas próximas três décadas, mesmo que sob tutela de militares importantes, o que representou a retomada de um princípio sucessório com um longo lastro na história romana. Por outro lado, uma outra instituição ancestral romana, o exército, passava por modificações profundas em sua formatação. Essa tensão entre instituições muito antigas e transformações típicas da segunda metade do século IV d.C. é que será enfrentada no restante desse trabalho, tendo como foco duas tentativas de responder às carências militares da segunda metade do século IV d.C. Ou seja, começamos assim a análise de dois manuais militares: *Sobre os assuntos militares* e o *Compêndio da Arte Militar*. Todavia, antes de adentrarmos o conteúdo e a análise textual desses manuais, precisamos estabelecer limites e possibilidades oferecidos por esses documentos.

CAPÍTULO 3 – “HISTÓRIA FAZ-SE COM DOCUMENTOS”: APRESENTANDO AS OBRAS *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* E *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR* E CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA OS MANUAIS MILITARES

O título acima se inicia com uma referência a um livro do célebre historiador francês Henri-Irénée Marrou. Apesar da obra *Do Conhecimento Histórico* ter sido publicada há mais de sessenta anos, certas passagens dela ainda possuem grande validade (o que mostra seu caráter de clássico historiográfico). Em uma de suas partes constitutivas, intitulada “*História faz-se com documentos*”, Marrou lembra que “não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixaram atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar” (MARROU, 1974, p. 61). O meio, portanto, de conhecer esse passado seria a via indireta dos traços deixados por ele e esses só poderiam ser encontrados nos documentos, definidos por Marrou como “toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita” (MARROU, 1974, p. 69). Documentos e perguntas seriam, assim, os dois elementos fundamentais para o ofício do historiador.

O presente capítulo foi concebido a partir dessa perspectiva, ou seja, a de que os documentos e as perguntas a serem feitas a eles são pilares importantes da atividade historiográfica. Dito isso, aqui começamos a analisar as duas fontes selecionadas como principais para o presente trabalho: *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar*. Todavia, o percurso que escolhemos para a apresentação das obras foi o de iniciar nossa análise pela apresentação do percurso dos textos desde sua produção até as traduções e edições publicadas no início dos anos 2000 dos dois documentos e uma introdução ao conteúdo dos textos, para em seguida estudar os aspectos biográficos dos autores dos textos e as datações das duas obras. Ou seja, sem recair na tradicional separação entre crítica externa e interna das fontes, algo impossível nos dois casos (já que a maioria das informações a respeito dos autores das obras foram conseguidas a partir da análise dos seus textos), o que pretendemos inicialmente é assegurar a existência de um terreno sólido para que façamos boas perguntas às nossas fontes.

Se as duas primeiras partes são dedicadas à apresentação dos documentos, a última parte do capítulo se centra na formulação de perguntas. Como sabemos, fazer perguntas inadequadas pode viciar ou inviabilizar qualquer análise documental minimamente séria. Por isso, é importante conhecer quais são os limites e as possibilidades de análise oferecidos por uma determinada tipologia documental. Portanto, a terceira parte é toda dedicada a conhecer melhor os manuais militares. Oferecemos nela uma discussão a respeito da definição do termo manual militar, seguida por uma apresentação dos principais manuais militares escritos por autores gregos e romanos na Antiguidade

e encerramos com a proposição de elementos analíticos para essa tradição documental. Conhecendo melhor as fontes e as possibilidades de perguntas que elas podem nos responder, podemos oferecer uma análise frutífera ao leitor. Dito isso, acreditamos que o presente capítulo é essencial, já que ele foi pensado como um interlúdio que apresenta questões teóricas e metodológicas importantes para passarmos da análise feita nos dois primeiros capítulos para a que é realizada no último.

3.1. *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES*: CONHECENDO MELHOR UM MANUAL MILITAR DE AUTORIA ANÔNIMA

3.1.1. DA ANTIGUIDADE AO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA PEQUENA HISTÓRIA DO DOCUMENTO E UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA OBRA

Antes de adentrarmos os aspectos biográficos e as questões de datação, faz-se necessária uma análise da história desse documento seguida por uma breve apresentação do conteúdo do *Sobre os Assuntos Militares*. É importante entender o trajeto dele desde sua escrita até os dias atuais para conhecermos o texto e as imagens que manuseamos. No entanto, é preciso frisar de antemão que iniciamos nossa análise a partir do final do Idade Média, ou seja, o meio do caminho. Foi identificada uma documentação nesse período que comprova a presença da obra em bibliotecas e edições no continente europeu (e depois no mundo todo). A partir dessa primeira etapa fazemos um trajeto em direção ao mundo antigo e depois ao mundo contemporâneo.

Para começarmos esse trajeto é preciso elencar um manuscrito central para a história do documento: o *Codex Spirensis*. Esse manuscrito, conhecido também como Σ , foi o responsável pela preservação do *Sobre os Assuntos Militares* durante todo o final da Idade Média e recebeu esse nome, segundo E. A. Thompson na introdução de sua tradução do documento: “porque foi descoberto na Biblioteca da Catedral de Espira²¹⁴” (THOMPSON, 1952, p. 06). Além do documento objeto de estudo de nossa parte, é preciso lembrar que tal códice era composto por mais documentos. Aqui já é possível identificar uma controvérsia entre comentadores da obra, já que enquanto Thompson arrola um total de treze documentos constituintes do códice, Ireland totaliza doze. Ao analisar as cópias do manuscrito, Ireland, na introdução de sua tradução do documento, acaba por excluir o *Septem montes urbis Romae* (IRELAND, 1979, p. 53). Como nosso propósito é o de fazer uma avaliação dos documentos que constituíram o *Codex Spirensis*, apresentamos a lista de Thompson, que nos parece a mais crível e que possui um maior respaldo da historiografia (D’ORS, 1963, p. 43):

- (I) *Aethici cosmographia*; (II) *Itinerarium Antonini*; (III) *Septem montes urbis Romae*; (IV) *Dicuil: De Mensura orbis terrae*; (V) *Notitia Galliarum*; (VI) *Laterculus Polemii Siluae*; (VII) *De montibus portis et uis urbis Romae*; (VIII) *De*

²¹⁴ Espira é atualmente uma cidade localizada na região da Renânia-Palatino (Alemanha).

rebus bellicis; (IX) *Altercatio Hadriani et Epicteti*; (X) *Descriptio urbis Romae*; (XI) *Descriptio urbis Constantinopolis*; (XII) *De gradibus cognationum*; e (XIII) *Notitia Dignitatum* (THOMPSON, 1952, p. 07).

O interessante é que é possível estabelecer uma separação em dois grandes grupos das obras contidas na lista. Como Ireland já apresentou:

primeiro, um grupo de tratados topográficos sem ilustrações variando amplamente em datação; e segundo, começando com o *De rebus bellicis* [*Sobre os Assuntos Militares*], um grupo de seis itens com conotações oficiais, todos ilustrados, e ilustrados em um estilo consonante com aquele do final do século IV ou início do século V [d.C.]” (IRELAND, 1979, p. 53)

Essa separação temática e formal entre dois grandes grupos aponta para uma maior flexibilidade cronológica das obras do primeiro grupo, enquanto as obras reunidas no segundo grupo teriam sua produção condensada em um período mais curto. Esse segundo grupo, provavelmente escrito em um recorte cronológico bem estabelecido, teria sido produzido, segundo o argumento apontado por Ireland e reiterado por Thompson, entre o final do século IV e início do século V d.C. Esse segundo autor desenvolve a hipótese de Panciroli, que defendeu a ideia de que a existência de alguns desses documentos do segundo grupo pode indicar que esse *corpus* pertenceu ao arquivo de um oficial romano. Ou seja, para Thompson, “o texto do *Sobre os Assuntos Militares* preservado no *Codex Spirensis* é descendente direto do próprio exemplar que o autor enviou para o imperador e o qual, de acordo com nossa conjectura, foi interceptado e arquivado por um servidor civil” (THOMPSON, 1952, p. 14). Existem discordâncias sobre essa hipótese, como a apresentada por Seeck ainda no século XIX, já que, para o autor germânico, essa coleção foi reunida pelo escriba do modelo copiado para o *Codex Spirensis*, em algum momento até o século XI d.C. (SEECK, 1875, p. 229). Além dessas hipóteses, apontamos também a de D’Ors, segundo a qual, “a reunião de vários livretos do século IV e V e outros anteriores em um único *corpus* procede sem dúvida de um editor antigo, em data imprecisa, mas que parece ter vivido em Constantinopla e teve acesso aos arquivos imperiais” (D’ORS, 1963, p. 43). Tanto a possibilidade de que o *Sobre os Assuntos Militares* tenha sido juntado a outras obras do segundo grupo do *Codex Spirensis* já no período da Antiguidade quanto a possibilidade de que ele tenha sido reunido aos outros na Alta Idade Média não podem ser descartadas ou confirmadas. Por conta dessa impossibilidade, não tomamos uma posição definitiva.

No meio desse grande número de incertezas, o que parece contar com certo respaldo é que, de fato, o *Codex Spirensis* foi produzido entre “o final do século IX e início do século X d.C.” (THOMPSON, 1952, p. 13). Além disso, não é possível saber de mais elementos da história do documento até o final da Idade Média. Ireland aventava, por exemplo, que o *Codex Spirensis* pode não ter sido um documento copiado por mãos insulares (IRELAND, 1979, p. 54) e d’Ors aventava que esse manuscrito teve como “modelo outro escrito no tempo de Carlos Magno” (D’ORS, 1963, p. 43). Richard Neher, em uma publicação do documento no início do século XX, nota que alguns escritores

medievais podem ter tomado o *Sobre os Assuntos Militares* ou seus desenhos como referência, como Konrad Kyeser e Baco Rogerius (NEHER, 1911, p. 01).

É no século XV d.C., no entanto, que começam a abundar as informações sobre a transmissão do *Sobre os Assuntos Militares*, principalmente por intermédio do *Codex Spirensis*. A primeira notícia sobre a conservação do códice e de seu conteúdo integral foi dada durante a realização do Concílio da Basileia (1431-1439 d.C.), “quando da sua existência foi informado o bispo de Padova, Pietro Donato, que obteve uma cópia dele” (GIARDINA, 1989, p. XXII). Essa cópia, recebida pelo bispo em 1436 d.C., passou às mãos de A. Maffei em Roma no final do século XV e dali passou para a coleção de manuscritos reunidos pelo jesuíta veneziano Matheo Luigi Canonici (1727-1805). Depois da morte desse religioso, a coleção foi comprada pela *Bodleian Library* em Oxford (1817), onde essa cópia ainda está preservada (THOMPSON, 1959, p. 07). O manuscrito, batizado de *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*, conhecido também pela sigla C, é a mais antiga cópia do *Codex Spirensis* que sobreviveu até os dias atuais.

Uma (possível) segunda cópia do *Codex Spirensis* veio a ser conhecida na década de 1440. A primeira notícia dela veio à luz em 1443, quando Pier Candido Decembrio recebeu uma carta do Duque de Gloucester, Humberto de Lencastre, em que o último pedia que o primeiro enviasse para ele o “*librum illum de totius imperii Romani dignitatibus et insignibus*, isto é, a *Notitia Dignitatum*” (THOMPSON, 1959, p. 07). Não se sabe se Decembrio chegou a enviar o documento ao duque, mas a próxima notícia do documento registra que ele foi encontrado na *Bibliothèque Nationale* da França. A grande questão em relação a essa cópia, o *Codex Parisinus Latinus 9661*, conhecida pela sigla P, é que ela pode não ser uma cópia direta. Apesar das pequenas divergências do texto em relação ao texto do *Codex Spirensis*, P transmite um “texto que concorda com o de Σ quando reconstruído do testemunho unido de C, M e V” (IRELAND, 1979, p. 42). Isso é comprovado, por exemplo, nas corrupções do texto de P presentes também nas outras cópias de Σ . Nesse sentido, ou essa cópia foi feita diretamente copiada do *Codex Spirensis* ou de uma outra cópia que não C, o que significaria que existiu uma intermediária perdida, o que não a desqualifica.

A terceira cópia de Σ que conhecemos foi produzida ainda no século XV d.C. Essa cópia foi concluída em 1484 d.C. e foi arquivada na Biblioteca da Catedral de Espira. Sabemos que em 1529 d.C., foi copiada “para o Cardeal Cles (Clésio), Arcebispo de Trento, que visitou a cidade naquele ano” (THOMPSON, 1959, p. 08). Depois dessa passagem, o que sabemos dessa cópia é que ela foi arquivada na Biblioteca Arcebispal de Salzburgo e no início do século XIX foi transportada para Viena. O *Codex Vindobonensis 3103*, conhecido pela sigla V, ficou em Viena até o final da Primeira Guerra Mundial, quando, “como parte do tratado de paz da Europa em 1919, esse manuscrito foi transferido da Áustria para a Itália e V está atualmente em Trento” (THOMPSON, 1959, p. 08). A cópia V é considerada a “menos valiosa” por não conter as ilustrações (apesar de possuir espaços

destinados a elas no texto) e nem as letras maiúsculas coloridas nos inícios de parágrafos iniciais dos capítulos.

Das quatro cópias possivelmente diretas do *Codex Spirensis*, a história da quarta é a mais interessante para o destino do próprio Σ . A cópia é datada 1542 e “foi feita diretamente de Σ em Espira” (IRELAND, 1979, p. 40). Contudo, no ano de 1548 d.C., o príncipe Otto Heinrich, que possuía uma coleção de manuscritos de vários tipos, enviou um pedido à Biblioteca da Catedral de Espira com vistas a conseguir o códice com desenhos de máquinas militares para, aparentemente, fazer uma cópia. O pedido foi apresentado aos responsáveis da catedral e negado, segundo Thompson, “devido à condição ruim do manuscrito” (THOMPSON, 1959, p. 09). Heinrich, contudo, não desistiu de seu intento e, dois anos depois, conseguiu que ao menos a cópia produzida em 1542 d.C. lhe fosse enviada. Em 1552 d.C., durante um período de turbulência em Espira, Heinrich se apoderou não só do *Codex Spirensis*, como também de outros livros da catedral. A prova das ações do príncipe é atestada no fato de que existe a presença “do *Codex Spirensis* no inventário de sua biblioteca, ao mesmo tempo que a cópia anteriormente recebida” (D’ORS, 1963, p. 42). É importante ressaltar que tais ações do nobre príncipe teriam reflexos tenebrosos para a transmissão do códice medieval.

Sabemos também que alguns anos depois, quando Heinrich morreu, os dois documentos foram parar nas mãos do herdeiro dele, um príncipe de nome Wolfgang, que vivia em Neuburgo. A prova dessa transferência é uma lista produzida em 1566 e que “inclui descrições do *Spirensis* e sua cópia” (THOMPSON, 1959, p. 09). A partir dessa data, a cópia e Σ tomaram destinos diferentes. A primeira foi levada em 1660 pelo príncipe “Phillip Wilhelm para Düsseldorf, e fez seu caminho para Mannheim em alguma data antes de 1800, e finalmente, nos primeiros anos do século XIX, foi colocada na *Munich Staatsbibliothek*, onde ainda está” (THOMPSON, 1959, p. 09-10). Essa cópia, o *Codex Monacensis Latinus 10291*, é conhecida pela sigla M (IRELAND, 1979, p. 39).

Se conhecemos bem o processo de transmissão de M, isso muda de figura quando estudamos o *Codex Spirensis*. Como bem coloca Thompson, “o destino do *Spirensis* em si é muito obscuro” (THOMPSON, 1959, p. 10). Assim como vários outros manuscritos que o famigerado Otto Heinrich possuiu, o Σ desapareceu durante o período em que ficou arquivado em Neuburgo, entre 1566 e 1660 d.C. Como lembra d’Ors, “do *Codex Spirensis* mesmo não sabemos o que ocorreu. Uma folha do mesmo, em princípios do nosso século, foi identificada em Wallerstein, mas se pode presumir que o códice escrito se perdeu para sempre” (D’ORS, 1963, p. 42). Thompson completa essa informação ao dizer que a página foi usada “na encadernação de um livro de registros” (THOMPSON, 1952, p. 10). Apesar da perda do manuscrito mais antigo, é a partir dessa linhagem de manuscritos que temos a preservação não só do *Sobre os Assuntos Militares*, mas de uma dezena de textos antigos. É preciso lembrar que, para além do grupo CMPV, temos aproximadamente mais uma dúzia de manuscritos que contêm o texto do documento, mas que estão sob as seguintes condições: 1) são

cópias de um dos quatro; 2) foram feitos de maneira descuidada; ou 3) estão em estado totalmente incompleto (THOMPSON, 1952, p. 10).

Além da trajetória dos manuscritos em que o *De Rebus Bellicis* foi conservado até o mundo contemporâneo, é importante conhecer as diversas edições impressas do documento, importantíssimas para uma maior divulgação e estudo da obra. A primeira, referência fundamental para as edições publicadas até o século XIX, foi a de Sigismundo Gelênio publicada em 1552 d.C. O grande problema dessa edição de Gelênio é que não sabemos qual manuscrito ele utilizou como referência. Neher, por exemplo, partiu da informação que o próprio Gelênio forneceu, ou seja, a de que seu manuscrito foi redescoberto *ex ultimis Britannis*, o que impedia que fosse o Σ . Ele sugeriu que Gelênio usou uma cópia de C (NEHER, 1911, p.17-19), levantando como argumento uma nota colocada por Donato no final do texto da *Notitia Dignitatum* (e que se referia a *Aethici Cosmographia*). Thompson aponta as dificuldades para essa conclusão e propõe que Gelênio usou “ou um manuscrito que se perdeu ou um manuscrito ainda existente, mas que ainda não foi identificado” (THOMPSON, 1952, p. 13).

À publicação de Gelênio no século XVI, a *editio princeps*, seguiram-se as edições de Panciroli, em 1593 e 1602, Schrijver, em 1606-1607, e Labbe, em 1651, todas utilizando o texto de Gelênio como referência (IRELAND, 1979, p.76-77). Depois disso, novas edições e traduções só foram publicadas no século XX. Seguiram-se as edições de R. Neher em 1911, S. Reinach em 1922, E. A. Thompson em 1952, R. Ireland em 1979 e A. Giardina em 1989. É importante ressaltar que dentro dessa tradição, a edição de Thompson é considerada “a primeira edição aceitavelmente crítica do texto” (IRELAND, 1979, p. 78). No século XXI, seguiu-se um ritmo de maior interesse e a publicação da obra continuou. Na primeira década do século XXI, duas traduções foram publicadas: a de H. Jouffroy, em 2004, e a de A. Sánchez-Ostiz, também publicada em 2004.

Esse grande hiato de publicações de edições novas (o que não quer dizer que a obra deixou de ser reimpressa) se explica em parte pelas oscilações de interesse no próprio documento. Thompson classifica em três as fases do estudo moderno do *Sobre os Assuntos Militares*: 1) o período do Renascimento, quando os estudiosos tinham interesse na obra pelo seu valor prático; 2) o período entre os séculos XVII e XVIII, em que o texto submergiu em uma profunda obscuridade; e 3) entre meados do século XIX e início do século XX, quando as máquinas desenhadas e descritas no documento voltaram a ganhar mais atenção (THOMPSON, 1959, p. 18-20). É preciso lembrar que o interesse retomado no século XIX não se deveu à busca de valor prático, nem pitoresco, mas sim por conta das ideias do autor. Essa retomada se deve muito a dois acadêmicos: Salomón Reinach e Piganiol, já que “se deve a Salomón Reinach ter advertido para o valor histórico desse documento e a Piganiol, recentemente, o ter colocado, com seu elogio, em um primeiro plano para aqueles que se interessam no estudo do século IV [d.C.]” (D’ORS, 1963, p. 44). O documento passou, enfim, no

século XX, a ser visto como uma fonte importante para se estudar o contexto do século IV d.C., e é nessa perspectiva que o interpretamos.

Dito isso, é preciso finalizar esse estudo inicial do *Sobre os Assuntos Militares* com um breve resumo do conteúdo da obra. O documento atualmente é constituído de um prefácio e vinte e um capítulos. No entanto, é preciso lembrar que, muito provavelmente, essa divisão em capítulos e os próprios títulos dos capítulos “não são originais do Anônimo, o qual, ao dirigir seu escrito diretamente ao imperador, não havia tido intenção de dividi-lo em capítulos” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 20). Assim sendo, é possível que não tenhamos a configuração do texto na forma como ele foi escrito, mas como o texto legado pela tradição desde o *Codex Spirensis* contém essa divisão, analisamos o texto com essas divisões.

O texto começa com um prefácio em que é possível encontrar uma dedicatória aos imperadores, uma argumentação em favor da benevolência imperial, uma justificativa das propostas e uma breve apresentação das propostas. Findado o prefácio, o autor começa a apresentação de suas propostas divididas em dois grandes grupos: 1) as reformas fiscais ou políticas; 2) e a proposição de melhorias no campo militar. Entre os capítulos um e quatro e no capítulo vinte e um, estão o primeiro grupo das propostas do autor. O Anônimo expõe neles suas ideias em questões como: diminuição de gastos públicos, causa dos problemas financeiros e soluções, os vícios dos governadores de província e a possibilidade da troca deles e a ideia de que o imperador seja um árbitro para questões confusas. Entre os capítulos cinco e vinte, contudo, estão contidas as propostas que versam sobre questões eminentemente militares: diminuição de custos de pagamento de soldados, descrição de uma série de máquinas bélicas, organização do exército e proposição de construções de fortificações fronteiriças. É interessante que o manual apresenta uma boa articulação entre essas partes, já que os capítulos cinco e vinte são mistos de assuntos fiscais e militares e, portanto, são capítulos de transição temática que fazem muito bem à integração dos dois grupos de temas.

Um outro aspecto que chama muito a atenção do pesquisador que tem acesso ao *Sobre os Assuntos Militares* é a presença de ilustrações no documento e a possibilidade de análise dessas imagens. No total, o manual militar possui doze imagens, duas com ilustrações de moedas e as outras dez com representações visuais das máquinas militares descritas entre os capítulos sete e dezoito. É interessante notar que em algumas imagens estão presentes mais de uma das *machinae* descritas pelo autor. O questionamento da fidedignidade das imagens ao texto original é algo muito recorrente e importante para que se avalie se uma análise delas pode ser feita. O grande problema é que, como vimos, todas as versões que temos da fonte nos chegaram a partir de um único exemplar medieval, o *Codex Spirensis*. Todos os outros manuscritos que possuímos, CMPV, são possivelmente cópias dele. Além disso, é preciso excluir a cópia V dessa questão, já que ela não possui ilustrações.

Portanto, inicialmente não é possível fornecer um norte sobre a possibilidade de analisar essas imagens como produções do século IV d.C., já que “uma resposta mais fácil existiria se pudéssemos confrontar as ilustrações dos dois códices independentes; mas a tradição manuscrita de nosso tratado, proveniente toda do modelo de Espira, não permite um confronto similar” (GIARDINA, 1989, p. LV). Há inclusive passagens da história do documento que atestam a presença de modificações nas imagens, como a relatada por Thompson. Segundo ele, Otto Heinrich temeu que sua cópia do *Codex Spirensis* tivesse as ilustrações “modernizadas” (THOMPSON, 1952, p. 15). Essas modificações das imagens são confirmadas e vistas principalmente nas figuras humanas, já que a “atualização das figuras humanas segundo costumes alto medievais é evidente em toda parte (com características similares em C, P e M)” (GIARDINA, 1989, p. LV). Apesar dessas mudanças, é possível perceber também que quando se trata das máquinas existe uma maior fidelidade. Isso é o que defende Giardina, já que na leitura dele, se existem atualizações das ilustrações, a que representa o *thoracomachus*, por exemplo, não as possui, já que a vestimenta é parte essencial. A partir dessa constatação, ele defende que “a mesma fidelidade ao modelo original (ou melhor, aquele que se acredita ter sido o modelo original) é verificável na representação das [outras] máquinas, que não parecem ter sido submetidas a modificações ou atualizações no momento da redação do *Spirensis*” (GIARDINA, 1989, p. LV). Para Thompson, nem mesmo as outras imagens são passíveis de contestação. Nesse ponto o historiador inglês é taxativo, já que, a partir dos estudos de Reinach, ele defende que “as figuras em CMP – será lembrado que não existem em V – reproduzem com acurácia substancial os desenhos originais do Anônimo” (THOMPSON, 1952, p. 17).

De nossa parte, analisando essas duas possíveis interpretações, nos inclinamos a adotar, em geral, uma posição de ceticismo ante a aceitação da fidedignidade das imagens ao texto original. Adotamos essa posição porque elos na cadeia de transmissão do documento foram perdidos e indícios de alteração foram atestados em algumas cópias, como a recebida por Heinrich. Se no texto já é possível encontrar atualizações ou mesmo erros de copistas, quando se trata de imagens a questão fica ainda mais complexa. No entanto, as descrições de máquinas feitas pelo Anônimo são melhor entendidas quando recorremos às imagens. Portanto, é dessa forma que planejamos utilizar as imagens, ou seja, como ferramentas que nos ajudam a entender as descrições das máquinas militares. Acreditamos que, apesar de modesto, esse uso não ameaça as bases de nossa análise. Conhecido então o trajeto do *Sobre os Assuntos Militares* e apresentado seu texto, faz-se necessário um estudo das questões de autoria.

3.1.2. UMA BIOGRAFIA POR INDÍCIOS: ALGUNS ASPECTOS DA IDENTIDADE DO ANÔNIMO

Quando se estuda a obra *Sobre os Assuntos Militares*, uma primeira dificuldade que salta aos olhos é a da impossibilidade de estabelecimento do nome de seu autor. Como lembra E. A. Thompson em sua edição crítica da obra: “não existe evidência que mostra quem o autor era ou onde ele viveu” (THOMPSON, 1952, p. 02). Por conta de todo esse mistério que cerca a escrita de tal documento, chamamos seu autor (como apontado anteriormente) de Anônimo, seguindo uma tradição estabelecida nos comentaristas modernos da referida fonte documental. Não existem referências externas, comentadores antigos ou qualquer informação que nos ajude a encontrar o nome do autor da referida obra.

Como lembra Álvaro Sánchez-Ostiz, na introdução de sua tradução do documento, quando se trata desse documento, “as únicas informações a serem emitidas são indiretas e baseadas no próprio texto” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 14). Isso significa que diante da ausência de referências diretas, é possível seguir certos indícios para obter algumas pistas sobre a autoria. Se Marrou nos lembra que os documentos trazem indícios do passado, alguns deles nos trazem pistas sobre seus autores. Como lembra Carlo Ginzburg ao comparar os procedimentos do Doutor Morelli, Sherlock Holmes e Sigmund Freud em *Mitos, Emblemas e Sinais*, “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1989, p. 50). Essas pistas podem se manifestar tanto no que foi dito pelo Anônimo, como também pelo não dito, os silêncios.

Começando pelos silêncios, um primeiro a ser destacado é aquele sobre a não identificação do autor no corpo da obra. Sobre esse aspecto, como lembra Connor Grubaugh em *The Anonymous De Rebus Bellicis and the Ethics of Empire in Late Antiquity*, “muito mais revelador do que o que o autor diz, é precisamente o que ele não diz” (GRUBAUGH, 2015, p. 08). Antes de chegarmos a aventar uma possibilidade para os motivos de tal ausência é preciso ressaltar aquilo que Robert J. Griffin afirmou em *Anonymity and Authorship*, ou seja, o fato de que “o anonimato não é uma prática estática com um significado conhecido e familiar, mas [se deve] historicizar isso propriamente em cada caso” (GRIFFIN, 1999, p. 883). No geral, quando falava do mundo moderno, Griffin chegou a catalogar alguns motivos mais conhecidos para a obliteração do nome do autor de determinadas obras, tais como: reticência aristocrática ou de gênero, apagamento religioso, medo de perseguição, esperança de melhor recepção e até mesmo o desejo de enganar os leitores (GRIFFIN, 1999, p. 885). É perceptível que a ausência de autoria poderia estar ligada tanto a um efeito que se buscava conseguir, ou seja, um efeito positivo quanto a um negativo, no sentido de evitar algo.

Quando aprofundamos essa questão e mudamos o direcionamento para a Antiguidade, um autor que tem se destacado é Tom Geue. Em *Autor Unknown*, esse pesquisador desenvolve a

perspectiva de que textos sem autor e sem contextos explicitados “não são meramente os órfãos negligenciados de tradição literária, mas que suas circunstâncias de privação servem e acrescentam algo a eles de formas muito variadas” (GEUE, 2019, p. 12). Segundo a concepção dele, mais do que meramente historicizar o anonimato de uma obra, é preciso tratá-lo como “um efeito constitutivo do texto, uma força ativa para a forma como ele funciona” (GEUE, 2019, p. 13). Apesar de discordarmos de uma das premissas seguidas pelo autor, a de questionar a importância dos contextos, Geue é fundamental para pensarmos o anonimato como uma característica intrínseca ao *Sobre os Assuntos Militares*. Ou seja, a condição de anônimo de seu autor não como um acidente, mas como parte da construção do texto.

Tomando tal compreensão como diretriz, é importante conhecermos algumas possibilidades postas por analistas da obra. Bruna Campos Gonçalves, em sua tese de doutorado intitulada *Treinamentos e Disciplinas Militares do Exército Romano-Bárbaro no Século IV d.C.*, aventou a seguinte hipótese: “uma teoria para o anonimato se justifica pelo teor de sua abordagem, pois apontar soluções para possíveis melhorias da economia, da política e do sistema militar poderia ser visto como uma intromissão indevida” (GONÇALVES, 2016, p. 56). A pesquisadora acrescenta ainda que o autor poderia sofrer represálias pelo conteúdo de sua obra. Mas quem poderia se ofender com o que o Anônimo defendia no seu *libellus*? Um documento endereçado aos imperadores poderia indispor o seu autor com pessoas poderosas na corte e nas províncias? Por último e não menos importante, a hipótese lançada por Gonçalves pode ser verificável?

Para responder essas perguntas e tentar elucidar, dentro do possível, a identidade do autor do *Sobre os Assuntos Militares* é necessário recorrer ao texto do documento. Alguns detalhes são oferecidos pelo próprio Anônimo: “Contudo será oportuno a quem comanda a coisa pública conhecer os desejos de um *priuatus*²¹⁵ [...]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 4). Nesse caso é possível perceber que o autor se identifica como um *priuatus*. O termo possui uma significação importantíssima. Segundo o *Oxford Latin Dictionary*, essa palavra pode significar: “alguém que não ocupa cargo público, uma pessoa privada” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1461). Portanto, no momento em que escreveu o manual, é possível inferir que o Anônimo não fazia parte da grande burocracia tardo romana, seja porque nunca tenha ingressado nela, ou, como é mais provável e defendido por Andrea Giardina, no “momento da redação do escrito o anônimo estava retirado para a vida privada” (GIARDINA, 1989, p. XXXIII). Essa segunda possibilidade é maior porque o Anônimo possuía um conhecimento razoável das questões administrativas e uma formação educacional razoável. Ou seja, possivelmente ele era um homem que ocupou algum lugar na administração romana, pois como defende Averil Cameron em *Education and literary culture*, “uma

²¹⁵ “[*Sed fas erit rei publicae praesulem a priuato desiderata cognoscere*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 4).

educação tradicional era condição *sine qua non* para qualquer posição pública acima do nível social mais baixo” (CAMERON, 2007, p. 673). Sendo o Anônimo versado na escrita e no domínio mínimo dos princípios retóricos antigos, é mais provável que o autor tenha tido uma vida pública, que no momento da redação da obra havia sido abandonada. No entanto, ao não se identificar, ele se colocava a certa distância da burocracia que lhe permitia dirigir críticas bem agudas.

Apesar de ter sido alguém que não ocupava um cargo burocrático dentro da estrutura imperial quando da escrita, ele era um homem que gozava de seu ócio. Segundo o Anônimo: “persuadido pelo ócio e não totalmente estranho a esses assuntos, procurei escrever o que era útil à vossa felicidade, resumindo de todas as fontes²¹⁶” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 16). O *otium* aqui pode ser caracterizado tanto pela condição de não estar ocupado por negócios, política e outras atividades, assim como pelo ócio “ofertado pela aposentadoria de um cargo ou pela baixa do exército” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1277). Ao juntarmos essa informação com o fato dele ser um *priuatus*, fica mais plausível ainda a hipótese de que ele era um ex-membro de algum nível da burocracia visando conseguir algum tipo de aproximação com a corte imperial. O fato dele se apoiar no *otium* não significa que isso tenha se verificado ou que isso significava um distanciamento da política. Matthews, por exemplo, defende, que o *otium* e diversos elementos associados a ele formavam “as características distintivas do mundo de Símaco” (MATTHEWS, 1975, p. 05). Essas características permitiam o compartilhamento de um universo simbólico a partir do qual vários romanos alicerçavam suas relações políticas. Se as cartas de Símaco contêm indícios da inserção política de seu autor, a existência de um manual com críticas contundentes a elementos da estrutura administrativa imperial pode seguir pela mesma trilha. Ou seja, a obra pode ser entendida como um mecanismo de inserção política por parte de seu autor, ainda que fortalecida pela via do anonimato.

Outra informação apresentada logo no prefácio é a de que o Anônimo não possuía uma origem ligada à nobreza e não era um homem de grande riqueza. Isso fica claro pela maneira como ele valorava a *uirtus* em contraposição à *nobilitas*, por exemplo. Segundo ele:

Pois, é conhecido por todos que nem a maior nobreza nem tampouco a abundância de riquezas, nem os poderes que dependem dos tribunais ou a eloquência adquirida com as letras logrou o progresso dos saberes técnicos, entre os quais está contida a invenção de armas, senão a grandeza de talento, que é a mãe de todas as virtudes e que depende de uma natureza feliz²¹⁷” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

²¹⁶ “[*otio persuasus, non adeo a rerum commoditatibus peregrinus, utilia uestrae felicitati undique redacta confere gestitui*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 16).

²¹⁷ “[*constat enim apud omnes quod nec summa nobilitas nec opum affluentia aut subnixae tribunalibus potestates aut eloquentia litteris acquisita consecuta est utilitates artium, in quibus etiam armorum continetur inuentio, sed ingenii tantummodo magnitudo, quae uirtutum omnium mater est, naturae felicitate subnixa*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

O fato dele tentar diminuir a importância da *nobilitas* como forma de justificar seu trabalho é um indício muito importante no entendimento de que o Anônimo não pertencia a tal grupo social. Não podemos esquecer que tal colocação, como lembra N. P. Milner em *Vegetius and the Anonymous De Rebus Bellicis*, contraria em parte um importante “*topos*” (MILNER, 1993, p. 120). Todo (ou quase todo²¹⁸) autor de manual militar constrói uma justificativa para seu trabalho e essa justificação passa pelo *background* do referido autor. Essa vinculação é feita, por exemplo, nos *Estratagemas* de Polieno, que evocou sua ascendência macedônica e a capacidade dessa de vencer persas (POLIENO. *Estratagemas*. I, Pref. I) como justificativas para que seu trabalho tivesse legitimidade. O exemplo de Polieno nos mostra que por mais exagerada (aos nossos olhos) que tal vinculação fosse, ela existia. Como lembra Raul Peixoto, a fonte de autoridade “do manual militar é a pessoa do próprio autor aliada a força do passado como *exempla*” (PEIXOTO, 2011, p. 52). Percebemos que tanto a pessoa do autor quanto os *exempla* estão em uma posição diferente no *Sobre os Assuntos Militares*, o que é fundamental para a tese central do trabalho, mas voltamos a isso em outro momento. Quando se trata do autor do documento, as informações indiretas que podemos ter sobre ele passam muito pelo grupo social ao qual ele possivelmente pertencia.

Antes de adentrarmos nesse aspecto em específico, é preciso reconhecer mais alguns traços que nos ajudam a identificar caminhos para uma definição melhor da posição que nosso autor ocupava na sociedade romana tardo antiga. Indício dessa marca na obra está no prefácio, no qual ele explica a justificativa para tratar das máquinas militares. Segundo o Anônimo:

De fato proporemos de que modo, uma vez suprimida a metade dos tributos, o agricultor das províncias recupera a força que lhe é própria; como, uma vez eliminado o ultraje na proporção das exações, o habitante, protegido pelas fortificações militares do acampamento, glorifica seguramente as fronteiras despovoadas; também de que maneira se duplica a quantidade de ouro e prata sem prejuízo do que paga impostos; ou graças a qual procedimento o soldado se regozija, recebendo honras que superam aquelas concessões tradicionais. Estamos seguros de que a esses provimentos há que acrescentar os assuntos que sejam requeridos pelas exigências da guerra em terra ou em mar para alcançar as vitórias; dentre esses, para aliviar o tédio, nos referiremos a algumas poucas invenções de máquinas²¹⁹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 10-11).

Como se percebe aqui, a proposição de novas máquinas militares era uma parte secundária do trabalho do Anônimo, segundo o próprio. Como defende Darío N. Sanchez Vendramini em *Consideraciones sobre el autor del De Rebus Bellicis y su valoración en la historiografía*

²¹⁸ Dos manuais militares escritos por gregos e romanos é possível identificar alguns em que os prefácios, e conseqüentemente as justificativas, foram perdidos. O caso mais célebre é o do texto escrito por Arriano, obra que o prefácio não sobreviveu até os dias atuais.

²¹⁹ “[Referemus enim quemadmodum, remissa tributorum medietate, in robur proprium prouinciarum cultor habeatur: unde etiam, <in> ratione exactioinum cessante contumélia, limitum solitudinem erectis castrorum munitionibus incola securus illustret: quo etiam pacto auri argentique modus sine dantium poena duplicetur: uel quo argumento extra solitam largitatem cumulatius honoribus miles exultet. His etiam adnectenda credidimus quae bellorum necessitatibus terra uel mari in acquirendis uictoriis procurentur: ex quibus, fastidii leuandi gratia, pauca machinarum inuenta referemus]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 10-11)

contemporânea: “as invenções constituem somente um dos meios pelos quais ele pretende alcançar seu objetivo principal: um uso mais eficiente dos recursos fiscais” (SANCHEZ VENDRAMINI, 2009, p. 143). As questões administrativas e fiscais possuem uma grande preponderância na proposta de solução apontada pelo Anônimo.

Toda essa preponderância é estudada por Andrea Giardina. Segundo ele, “quando o Anônimo fala dos problemas administrativos, sua linguagem se faz, contudo, mais precisa e se refere à terminologia das constituições imperiais” (GIARDINA, 1989, p. XXXV). Para o historiador italiano, uma análise lexical do documento mostra ainda que quando trata de questões militares, sua linguagem é imprópria e obscura, mas, por outro lado, quando trata de questões administrativas, “a linguagem usada pelo Anônimo reflete a tal ponto a cultura de um ambiente no qual os problemas estavam na ordem do dia, que a terminologia usada retornará – mais tarde – nas constituições imperiais que a publicação do Código de Justiniano anuncia” (GIARDINA, 1989, XXXV). Álvaro Sánchez-Ostiz confirma essa leitura e diz que o autor da obra foi “conhecedor dos ramos da administração estatal” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 14). Esse último comentador vai mais além e diz que “as partes estilisticamente mais equilibradas em que o Anônimo se mostra mais seguro são as de caráter financeiro e administrativo” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 15). Essa é uma informação muito relevante, já que por se tratar de um manual militar é comum se imaginar que seu autor possuísse uma aproximação muito maior com esse ramo da atividade. Por conta de todos esses indícios, a hipótese de que o Anônimo era alguém que possuía certa proximidade com as questões administrativas fica novamente reforçada.

Um outro ponto importante para caracterizar o autor estudado é o do estabelecimento da língua materna dele e, por consequência, sua origem. Sobre esse ponto, os responsáveis por edições da obra Otto Seeck (1894), R. Neher (1911), A. Cameron (1979), R. Ireland (1984) não apresentam um acordo. As possibilidades aventadas são a de que ele fosse oriundo de alguma região de fala grega, latina ou até mesmo bárbara. Sobre essa última possibilidade, o nome mais forte a defendê-la é R. Ireland (1984, p. IX-XX), no entanto, os indícios para tal apresentam grande dificuldade de comprovação. Nesse sentido, “apontariam muito indiretamente leves indícios” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 15). Descartada essa terceira possibilidade sobram as outras duas. No que tange a elas, a questão fica um tanto quanto mais complicada. Giardina assim avalia o problema:

é difícil dizer, a partir do seu estilo, se era um grego que escreveu em latim ou – como parece muito mais provável – um romano de língua latina: as únicas circunstâncias seguras são que o tratado foi escrito em latim e foi conservado no Ocidente (GIARDINA, 1989, XXXIV).

Nesse ponto, o filólogo Sánchez-Ostiz (2004, p. 15) segue a trilha deixada por Giardina. Nada mais normal do que um falante de latim escrevendo em latim. No entanto, é preciso se perguntar pela outra possibilidade: por que um grego escreveria um manual militar em latim? É preciso lembrar

que apesar da obra ter sido escrita em latim, o uso desse idioma pode muito bem se relacionar ao fato de que ele era a linguagem usada para questões militares e de direito para as duas partes do Império Romano, principalmente após a ascensão de Valentiano I e Valente. Como bem lembrou Thompson, ele poderia ter escrito em latim “porque era a língua oficial do império ou, talvez, ele não poderia contar com o fato de que o imperador fosse familiarizado com o grego” (THOMPSON, 1952, p. 03). Por conta da utilização do latim no círculo imperial, a escrita de uma obra nesse idioma poderia facilitar sua aceitação. Portanto, é impossível determinarmos a língua materna de nosso autor, embora as duas possibilidades mais prováveis sejam o grego e latim, com uma pequena vantagem para essa última, como defende o filólogo Sánchez-Ostiz (2004, p. 15).

Algumas informações que podem ajudar para um melhor esclarecimento da questão da origem linguística e geográfica do Anônimo foram dadas no próprio texto. Os únicos povos mencionados por ele foram os persas (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 12, 1; 19, 2) e os árabes (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 16, 2). Além disso, o único rio elencado por ele no trabalho é o rio Danúbio (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 18, 5). Ou seja, existe uma referência a dois povos que pressionavam a fronteira oriental do império (em níveis diferentes de ameaça) e ao principal rio que limitava a fronteira norte. Isso oferece robustez à hipótese de que o Anônimo estivesse escrevendo para o imperador da parte oriental do império, ao mesmo tempo que corrobora que ele possuía um conhecimento mínimo sobre o principal rio da fronteira norte e do principal inimigo presente na parte oriental do império. Em nossa opinião, a hipótese lançada por Thompson articula uma possível origem latina do autor a uma preocupação com a parte oriental do império. Segundo ele:

Nos deixe dizer, então, que nosso autor foi um súdito do império falante de latim que conhecia o grego de forma limitada; e nos deixe conceder que seu interesse indubitável nas fronteiras orientais do império pode ter sido graças ao fato dele viver em uma das mais orientais das províncias latinas – isto é, a Prefeitura da Ilíria (THOMPSON, 1952, p. 04).

Essa hipótese faz mais sentido ainda quando conhecemos a origem do imperador para o qual o Anônimo endereçou sua obra (tema do próximo subcapítulo). Um outro ponto importante na delimitação da identidade está na questão religiosa. Possivelmente esse é um dos pontos mais claros para nos aproximarmos do autor, já que existe na obra uma crítica às ações de Constantino I. Assim aparece no texto da obra:

Nos tempos de Constantino, a pródiga dissipação destinou o ouro em vez do bronze, que se considerava de grande valor nas operações de pouca importância, mas se creê que a origem desta avareza surgiu pelo seguinte. Pois, como na antiguidade tivessem chegado nas mãos do público o ouro, a prata e grande quantidade pedras preciosas que estavam guardados nos templos, foi acesa em todos os desejos de gastar e ter²²⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1-2).

²²⁰ “[Constantini temporibus profusa largitio aurum pro aere quod antea magni pretii habebatur uilibus commerciis assignauit, sed huius auaritia origo hinc creditu emanasse. Cum enim antiquitus aurum argentumque et lapidum

A crítica do Anônimo aqui é dupla, ou seja, uma parte envolve a política monetária de Constantino I pela difusão da moeda de ouro e outra se relaciona ao confisco de riquezas guardadas nos templos. A introdução do *solidus*, uma nova moeda de ouro criada no governo de Constantino I, foi de grande importância monetária no século IV d.C. porque representou uma das tentativas de solucionar um problema que perseguia o império desde a Dinastia Severiana. É sabido que Diocleciano tentou solucionar os problemas de ordem monetária com uma redução legal do valor da libra de ouro (ou sessenta áureos) a dez mil denários, algo que junto com o *edictum de pretiis* não funcionou. Como defende Álvaro d’Ors (D’ORS, 1963, p. 62), em *Un arbitrista del siglo IV y la decadência del império romano*, a política adotada por Constantino I acabou por apreciar a libra de ouro em sessenta mil denários. Além disso, fez-se necessário inundar o mercado de novas moedas e o metal para tal veio justamente dos templos fechados por ordem imperial, a outra parte da crítica.

O Anônimo acusa, ao mesmo tempo, Constantino de favorecer os cristãos e de promover uma política de fechamento e tomada de riqueza de templos pagãos. Muitos podem centrar sua análise, como fez Alvaro d’Ors, no impacto financeiro das ações de Constantino I: “é certo que o ouro lançado por Constantino serviu para criar uma intensa diferença social entre os ricos acumuladores de ouro e os pobres [...]” (d’Ors, 1963, p. 64). Acreditamos que essa questão é muito importante, mas não pensamos que a culpabilização da política monetária de Constantino I e a referência ao fechamento dos templos tenham sido colocadas como uma questão estritamente técnica. Nesse ponto, concordamos com Álvaro Sanchez-Ostiz (2004, p. 15), Andrea Giardina (1989, p. XXXIII) e com Begoña Fernández Rojo, em *El efecto del De Rebus Bellicis em el mundo romano tardoantiguo* (2014, p. 474), quando esses defendem que tal trecho indica que o Anônimo era, muito possivelmente, um pagão.

Dito isso, é preciso entrar no último ponto dessa tentativa de esboçar uma biografia ou indícios de uma biografia e começar a juntar as partes reunidas e tentar formar uma imagem minimamente coerente do autor. Já definimos algumas características importantes para a análise da obra, como os motivos para sua escrita sob o anonimato, o fato de que ele estava usufruindo de *otium*, embora não fosse membro da *nobilitas*, de que era possivelmente um falante de latim oriundo da Ilíria, além de ter sido um pagão e alguém educado dentro da cultura literária romana. Chegou a hora de explorar melhor esse último ponto para definir melhor o lugar social do Anônimo.

Um primeiro indício da cultura literária do Anônimo se dá a partir do estabelecimento de paralelos entre seu texto e os textos tidos como centrais para a formação literária no século IV d.C. Andrea Giardina aponta que o Anônimo “certamente leu Vitrúvio, provavelmente conhecia (por via direta ou indireta) César, Virgílio, Suetônio, Xenofonte e Estrabão, talvez Filão de Bizâncio; cita um

pretiosorum magna uis in templis reposita ad publicum peruenisset, cunctorum dândi habendique cupiditates accendit]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1).

optimus orator e revela um conhecimento dos *topoi* e dos termos ciceronianos” (GIARDINA, 1989, p. XXXIV). Para além dessas leituras já consagradas pela tradição literária romana no século IV d.C., é possível estabelecer que o Anônimo tenha lido “os documentos administrativos imperiais, manifestado nos paralelos com o *Codex Theodosianus* e com a oratória encomiástica, a julgar pelos paralelos formais com os panegíricos latinos e pelas afinidades de pensamento com os discursos políticos de Temístio” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 16). O nosso autor, portanto, para além da mera alfabetização em latim, possuía um mínimo domínio de um conjunto de textos que eram estudados no sistema educacional romano do século IV d.C.

Tal sistema possuía uma estrutura complexa e separada por diversas fases. Contudo, é preciso lembrar que não passava nem perto de ser algo universalizado e público, ou seja, a maior parte da população estava excluída do acesso a esse sistema. Segundo Averil Cameron, tal sistema:

[...] se constituía teoricamente de três estágios: aprender a ler e escrever, ir ao *grammaticus* para uma fundamentação completa na linguagem correta e no trabalho dos poetas, e finalmente ir ao retor para estudar os oradores e historiadores e para aprender a compor no estilo e linguagem apropriados (CAMERON, 2007, p. 673).

Possuir essa educação mínima era uma condição, como já dito, básica para a ocupação de qualquer posição pública. O fato do Anônimo conhecer e mobilizar tais autores e “o emprego das cláusulas comuns na prosa rítmica da época revelam que [ele] teve uma educação retórica básica, em um momento de ressurgir das escolas em que a formação oratória se converteu em meio imprescindível de promoção e ascensão profissional” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 16). Isso porque, após as mudanças sociais introduzidas entre o final do século III e início do IV d.C., a vida pública passou a depender muito mais das habilidades retóricas dos jovens romanos. Diferentemente do período do Principado, no quarto século, “o sistema chegou a uma forma de recrutamento para carreiras oficiais ou públicas baseadas não tanto em nascimento, mas em uma forma de educação acessível a qualquer um com a riqueza ou *background* mínimos” (CAMERON, 2007, p. 675).

O Anônimo, portanto, não era membro da *nobilitas*, da qual ele diminuía a importância em seu *libellus*, mas também não era daquilo que Arnaldo Marcone chamou de “baixas classes” em *Late roman social relations* (2007, p. 357). Apesar de certas diferenças entre *plebes* urbana e rural, podemos dizer que “a fraqueza jurídica das baixas classes e sua subjeção a obrigações de natureza patrimonial e pessoal são elementos recorrentes e típicos” (MARCONE, 2007, p. 357). Claramente, então, o Anônimo não era um membro da alta aristocracia, preenchida no século IV d.C. por homens que possuíam os títulos de *spectabilis*, *illustris* ou ainda o cada vez mais sem prestígio título de *clarissimus*. Não é possível descartar completamente a ideia de que um possível motivo para o anonimato do autor seja o medo de retaliações, já que o autor pode não ter possuído o status de

honestior, ou seja, o direito assegurado de não ser açoitado ou torturado²²¹. No entanto, a cultura literária do autor e seu conhecimento administrativo do império romano nos afastam dessa hipótese.

Outros autores, dos quais N. P. Milner é o mais célebre, tentam o colocar como participante do círculo de filósofos sofistas. Comparando as temáticas tratadas por Anônimo e outros autores, como Temístio, especificamente a *Epistula de re publica*, Milner notou certas semelhanças entre eles. Moeda, taxaço, exército, lei e outros assuntos ‘*de republica gerenda*’, possuíam uma abordagem parecida (MILNER, 1991, p. 120). Além disso, Milner encontrou outra justificativa para colocá-lo entre os sofistas, já que ele realçava sua sustentação na providência divina. Ele é inclusive enfático ao dizer que “é nos círculos sofistas pagãos que deveríamos procurar localizar o Anônimo” (MILNER, 1991, p. 122). Essa possibilidade, contudo, ainda está por ser verificada e não a endossamos. Desacreditamos tal possibilidade porque pensamos que tais temáticas abrangiam diversos gêneros existentes no quarto século d.C., das *epistulae* às obras historiográficas passando pelos manuais militares, assim como o *topos* de atribuir à inspiração de determinada obra a uma força divina. Basta lembrarmos das musas de Heródoto para percebermos como esse recurso era consagrado no Mundo Antigo.

Por eliminação, resta como possibilidade levar em conta que o Anônimo possuía conhecimento nas questões administrativas imperiais, embora não fosse da ordem senatorial. Com esse ponto a definição da posição que o autor ocupava na sociedade romana fica um pouco menos turva. É aqui que lançamos a seguinte hipótese: muito possivelmente o autor do *De Rebus Bellicis* era um *curialis*, ou seja, um membro da *curia*. Peter Brown em *Through the Eye of a Needle* traça algumas características dos *curiales*. Eles eram *honestiores* que cuidavam da administração das cidades, vigiando as *plebes* urbana e rural (BROWN, 2015, p. 05). Além disso, faziam parte da “nação política” romana e forneciam uma reserva de talentos a serviço do império espalhada pelas mais longínquas áreas do império (BROWN, 2015, p. 06). Ou seja, eram homens que conheciam os meandros administrativos das questões imperiais, ao mesmo tempo em que eram considerados qualificados e capazes de ascender a postos mais importantes, na medida em que possuísem patronos importantes para os indicar aos próximos degraus da política romana.

Uma outra questão importante é o fato dos *curiales* serem um “grupo sobre o qual a ‘pobreza iminente’ ameaçava cair mais pesadamente” (BROWN, 2015, p. 24). É importante lembrar que o Anônimo criticou a introdução do *solidus* por Constantino por conta dos efeitos financeiros que isso causou à população do império. Se tomarmos a leitura de Connor Grubaugh, “a elite senatorial de Roma conseguiu sobreviver na economia reorientada, mas os *curiales*, se não pudessem adquirir literalmente o *ticket* dourado do ofício burocrático, eram abandonados” (GRUBAUGH, 2015, p. 17).

²²¹ Como defende Peter Brown ao falar do caso do “ceifador de Mactar”, um *honestior* não “poderia ser açoitado e nem torturado” (BROWN, 2015, p. 04).

Ou seja, o Anônimo estava ao mesmo tempo denunciando uma política que havia deixado seu grupo desprivilegiado e empobrecido e buscando o favor da figura política romana mais importante, o imperador, a fim de almejar uma ascensão dentro da estrutura política romana, que poderia se materializar na forma de algum cargo. Por conta disso tudo, defendemos que o Anônimo foi um *curialis* que possuía uma cultura literária e que quando da escrita da obra não fazia parte da burocracia romana. Ele era possivelmente um homem que falava primeiramente o latim, embora a possibilidade de que o grego fosse sua língua materna também não seja algo a ser descartado. Mais importante, o anonimato do autor pode ser entendido como um elemento constituinte do texto e não um mero acidente. A inexistência do registro de autoria permite uma maior liberdade às críticas dirigidas a diversos elementos da estrutura político-militar romana. Tratadas a história do documento e a autoria do texto, resta fundamental avançarmos na datação dele.

3.1.3. EM BUSCA DE UMA DATAÇÃO DO *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES*

Outro aspecto muito importante para a análise do documento é o da datação da obra. O primeiro autor a dar uma atenção maior à definição do período de escrita do *Sobre os Assuntos Militares* foi Otto Seeck ainda no final do século XIX (1894). O famoso historiador alemão estabeleceu aquilo que Milner (1991, p. 122) chamou de “datação ortodoxa”, embora não a primeira. Segundo Seeck, a obra teria sido escrita “depois do nascimento do filho de Valente em 366 d.C., e como depois verificado, antes de sua morte em 370 d.C.” (MILNER, 1991, p. 122). Essa primeira proposta foi, no entanto, bastante debatida no século seguinte e é a partir dessa discussão que começamos a construir nossa perspectiva.

Quando fez um balanço dos trabalhos de Seeck (1894), Mazzarino (1951) e Thompson (1952), Andrea Giardina sintetizou os argumentos dos três autores que estabeleceram o *terminus post quem* e *terminus ante quem* da obra durante boa parte do século XX. Segundo o italiano,

O tratado possui um *terminus post quem* seguro: o governo de Constantino, para o qual o Anônimo acena como a uma idade concluída e não vizinha (2,1: *Constantini temporibus*). O *terminus ante quem* é identificado na batalha de Adrianópolis de 378 [d.C.], que assiste o desastre das legiões de Valente derrotadas pelos godos, o imperador morto e os inimigos nas paredes de Constantinopla (GIARDINA, 1989, p. XXXVIII).

São esses os dois marcadores temporais mais comumente aceitos até os dias atuais. Nomes como Alvaro d’Ors (1963, p.46), Alan Cameron (1979, p.01), Álvaro Sánchez- Ostiz (2004, p.17) e Bruna Campos Gonçalves (2016, p.58) fazem referência ao período entre a morte de Constantino e derrota de Adrianópolis como aquele em que ocorreu a escrita do documento. É preciso, porém, lembrar que existem autores que propõem datações diferentes, como N. P. Milner (1991) e Brandt (1988). Sabendo disso, é importante conhecer as propostas mais comuns, antes de estudar as

possibilidades mais heterodoxas, ou seja, vamos explorar, inicialmente, as possibilidades dadas pelo período entre 337 e 378 d.C.

O *terminus post quem* é associado ao ano da morte de Constantino I. Ou seja, a obra *Sobre os Assuntos Militares* só pode ter sido escrita após o governo desse imperador. A citação tomada como chave de interpretação para tal está no segundo capítulo da obra. Novamente a citamos:

Nos tempos de Constantino, a pródiga dissipação destinou o ouro em vez do bronze, que se considerava de grande valor nas operações de pouca importância, mas se creê que a origem desta avareza surgiu pelo seguinte.²²² (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1).

O uso do verbo *habere* no tempo imperfeito do indicativo (voz passiva), do substantivo *tempus* no ablativo plural unido ao genitivo de *Constantinus* deixam bem claro que o governo dele era algo já findado. Toda a bibliografia elencada por nós, de Otto Seeck no final do século XIX a Darío N. Sanchez Vendramini (2009, p. 140), são unânimes em admitir que tal obra não pode ter sido produzida anteriormente a 337 d.C. Alan Cameron expõe: “*Constantini temporibus* em II.1 fornece um firme *terminus post quem* de 337, o ano da morte de Constantino” (CAMERON, 1979, p. 01). Thompson, o pesquisador responsável pela primeira edição crítica da obra publicada no século XX, segue a mesma linha e diz: “o autor viveu depois do governo de Constantino, a quem ele se refere pelo nome” (THOMPSON, 1952, B). Portanto, no que diz respeito ao *terminus post quem* existe um mínimo consenso ao qual nos juntamos. Ou seja, defendemos também que a obra foi produzida após o ano de 337 d.C.

Como visto no capítulo dois, quando da morte de Constantino I, a administração dos territórios romanos ficou a cargo de seus três filhos: Constantino II, Constante e Constâncio II. Tendo os três irmãos assumido o poder em 337 d.C., em 340 d.C. Constantino II morreu após enfrentar Constante militarmente. Quase dez anos depois, em 350 d.C., Constante morreu durante a famosa usurpação de Magnêncio e depois da derrota desse, Constâncio II permaneceu como *augustus* até 361 d.C., quando ele morreu em meio à usurpação de Juliano, o *caesar* aclamado *augustus* pelas tropas na Gália no inverno do ano anterior. Juliano governou até o ano de 363 d.C., quando morreu na expedição dirigida à Pérsia e foi substituído por Joviano, que faleceu no mesmo ano. O próximo imperador escolhido foi Valentiano I, que decidiu escolher como coimperador seu irmão, Valente. Entre 364 d.C. e 375 d.C., Valentiano I ficou a cargo da parte ocidental do império e Valente da parte oriental, o que só se modificou com a morte do primeiro e a ascensão de seus dois filhos à púrpura, Graciano e Valentiano II, que dividiram os territórios antes pertencentes ao pai, como vimos anteriormente. Nesse período após a morte de Valentiano I é que se insere o *terminus ante quem* mais comum (aquele defendido por Seeck) para a produção desse documento.

²²² “[*Constantini temporibus profusa largitio aurum pro aere quod antea magni pretii habebatur uilibus commerciis assignauit, sed huius auaritiae origo hinc creditu emanasse*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1).

A justificativa para esse limite é atribuída a uma outra passagem da obra. Segundo o Anônimo: “Em primeiro lugar, é preciso saber que a loucura das nações que por todos os lados acossa o Império Romano e a barbárie traiçoeira, escondida pelos acidentes naturais, ataca em todo lado as fronteiras”²²³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1). Segundo a interpretação corrente entre os adeptos do *terminus ante quem* tradicional, a obra teria sido escrita em um momento que as fronteiras imperiais ainda não haviam sido violadas. Sánchez-Ostiz descreve o alicerce dessa leitura: “Efetivamente, é comum interpretar que 6.1 teve que ser escrito necessariamente antes da catástrofe na qual perdeu a vida o imperador Valente e na qual os bárbaros chegaram inclusive até as muralhas de Constantinopla” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 17). Como vimos anteriormente, os eventos que levaram à morte de Valente e a consequente incursão dos godos a Constantinopla se deram no ano de 378 d.C. Como lembra Giardina: “o Anônimo fala de fato de bárbaros *circumlatrantes*, ladrantes como cães nos confins do império, e imagina uma fronteira danubiana ainda íntegra” (GIARDINA, 1989, XXXVIII). Mas se essa interpretação aceita que as fronteiras romanas ainda não haviam sido invadidas, por que não recuar um pouco no tempo e considerar 376 d.C., ano da entrada dos tervíngios no território romano, como limite? A resposta é que em 376 d.C., os bárbaros não haviam invadido militarmente o império, mas tiveram sua entrada autorizada pelo próprio imperador, como tratamos anteriormente. Não eram invasores, mais sim *laeti*, um termo que conhecemos no primeiro capítulo do trabalho.

Se esse primeiro grupo de autores foi capaz de estabelecer esses dois marcos dentro de um período de 41 anos, a busca por uma data mais exata tem sido uma questão de mais difícil encaminhamento. A interpretação de Otto Seeck, citada anteriormente, foi seguida por importantes comentadores da obra no século XX, dos quais destaco aqui os nomes de E. A. Thompson (1952), Alan Cameron (1979) e Álvaro Sánchez-Ostiz (2004). Para todos esses autores, o Anônimo teria escrito o *Sobre os Assuntos Militares* entre 366 e 370 d.C. e teria dedicado sua obra a Valente. Três passagens da obra são fundamentais para essa hipótese.

A primeira, logo no prefácio, apresenta a existência de mais de um imperador. O autor usa o vocativo plural para se referir aos imperadores, chamados de “*sacratissimi principes*” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref. 1). A segunda é a referência feita pelo Anônimo a respeito da existência de filhos dos imperadores, citados no caso acusativo plural, “*filios*” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref. 8). Isso denotaria, segundo Giardina: “que esses imperadores eram pais simultaneamente de *fili*, no plural (tendo que se entender, por consequência, que cada um possuía um filho ou mais de um filho)” (GIARDINA, 1989, p. XXXIX). A terceira referência que faz jus à hipótese apontada por Seeck seria a declaração do Anônimo da existência de

²²³ [In primis sciendum est quod imperium Romanum circumlatrantrium ubique nationum perstringat insânia et omne latus limitum tecta naturalibus locis appetat dolosa barbaries]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1).

usurpadores vencidos pelo imperador, ao qual o autor dedicou a obra. O substantivo *tyrannus* colocado no acusativo plural, “*tyrannos*” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 2, 6). Como lembra d’Ors: “isto quer dizer que o imperador destinatário havia prevalecido sobre alguns usurpadores” (D’ORS, 1963, p. 47).

Analisemos uma por uma. Para tal, comecemos com a primeira:

Sacratissimi principes, a oportunidade de vossa feliz República, de modo que as [vossas] decisões divinas se fortaleçam a partir dos divinos sucessos²²⁴ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 1).

A existência de mais de um imperador não apresenta nenhum apontamento definitivo em uma primeira análise. Como vimos anteriormente, entre o período de 337 e 378 d.C., muitos foram os momentos em que podemos apontar a existência de mais de um imperador. Dentro desse grande espaço temporal, a historiografia tende a excluir o período entre 337 e 350 d.C. porque o Anônimo “acena como a uma idade concluída e não mais vizinha” (GIARDINA, 1989, p. XXVII). O período entre 351 e 354 d.C, quando Constâncio II governava tendo César Galo como *caesar* é uma possibilidade, mas entre 354 e 355 d.C. houve um novo período com um imperador único, já que o *caesar* foi executado. O período seguinte, 355 a 361 d.C., é marcado pela existência de Constâncio II como *augustus* e Juliano como *caesar* (até que esse foi aclamado e iniciou uma guerra civil contra o primo), o que abre uma nova possibilidade de escrita. Com a morte de Constâncio II, o Império Romano passou a ter um só imperador entre 361 e 363 d.C., o que inviabilizaria a escrita de uma obra para mais de um imperador. Foi somente com a ascensão de Valentiano I e Valente em 364 d.C. que o império voltou a ter dois imperadores. Nesse sentido, o período entre 364 e 375 d.C., em que os irmãos ilírios dividiram o comando imperial também é uma possibilidade plausível. Com a morte de Valentiano I em 375 d.C. e a ascensão de seus dois filhos (anteriormente ocupantes de cargos políticos importantes), o Império Romano continuou a contar com mais de um imperador, no caso três, até o ano de 378 d.C., que além de *terminus ante quem* dessa visão historiográfica foi também o ano da morte de Valente nos eventos decorrentes da Batalha de Adrianópolis.

Seguindo esse primeiro filtro, teríamos, portanto, dois possíveis recortes em que a obra provavelmente foi escrita: 351-361 (com um pequeno intervalo entre a morte de Galo e ascensão de Juliano como *caesar*), 364-378 d.C. Dentro desses dois recortes, há, contudo, uma primeira divergência. Enquanto Seeck e o conjunto de historiadores que o seguiram nessa datação optam pelo segundo, Mazzarino apresenta uma interpretação diferente e opta pelo período abarcado entre 351 e 361 d.C. Para tal, o importante historiador italiano se apoia no uso do vocativo *optime imperator* (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 7) para se referir ao imperador a quem o autor endereça

²²⁴ “[*Caelesti semper instinctu felicitis rei publicae uestrae commoditas, sacratissimi principes, opportunis est suggerenda temporibus, ut diuina concilia diuinis successibus conualescant*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 1).

a obra. Como já mostramos, no prefácio da obra havia uma dedicação aos dois *principes*, no entanto, no decorrer do *libellus* fica claro que a obra possui como destinatário somente um deles. Em resumo:

Mazzarino acentuou o fato de que entre Valentiano e Valente não houve nenhuma proeminência que distinguisse um deles como o *optimus imperator* do capítulo 2. 7 e postulou também que os destinatários seriam o augusto Constâncio II, o César Galo e Juliano (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 19).

Para chegar a essa hipótese, Mazzarino observou a existência de dois *principes*, mas com a autoridade de um sobre o outro. Para corroborar isso, ele mobiliza outras passagens que tratam de um *inuicte imperator* (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XVIII, 7) e *sacratissime imperator* (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XXI, 1). Ou seja, esses trechos demonstrariam, para Mazzarino, que um dos imperadores seria formalmente mais poderoso que o outro (ou outros). Além disso, existe também a interpretação de Mazzarino do seguinte trecho: “que, eliminando injustos litígios, ilumines com uma decisão de tua augusta dignidade as sentenças confusas e contraditórias das leis²²⁵” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XXI, 1). Na interpretação de Mazzarino, “somente o imperador sênior, ele afirma, tinha direito a codificar a lei” (CAMERON, 1979, p. 02).

Um argumento que reforça essa hipótese é o da colocação dos poderes desse imperador sobre todo o império, ou seja, a possibilidade de que o imperador referido pudesse realizar “procedimentos sobre todo o império, tanto no campo militar, quanto – circunstância ainda mais notável – no campo legislativo” (GIARDINA, 1989, p. XL). Como vimos, entre a vitória sobre Magnêncio e 360 d.C., Constâncio II era o único *augustus* do Império Romano, embora possamos notar a presença de Galo e (depois) Juliano como *caesares*. Além disso, Mazzarino parte dos paralelos existentes entre o *Sobre os Assuntos Militares* e o panegírico escrito por Claudio Mamertino e dirigido a Juliano no ano de 362 d.C., *Gratiarum actio*. As semelhanças entre as obras poderiam supor, “se não uma leitura por parte do panegirista anos depois da composição do livreto, ao menos uma atmosfera cultural comum, que, por um lado explicaria a proximidade estilística e a condenação da corrupção dos governadores provinciais que ambos fazem” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 19). O historiador italiano aventa inclusive que o *Sobre os Assuntos Militares* foi uma obra de grande impacto sobre Juliano e que pode ter inspirado esse imperador em sua política fiscal.

Os grandes problemas dessa hipótese de Mazzarino se dão quando contextualizamos as outras duas passagens evocadas pelos historiadores que defendem uma datação da obra antes de 378 d.C. Vejamos o caso da segunda a partir de um pedaço do documento:

Por essa razão, clementíssimos príncipes, vós, que em vossa perpétua felicidade amais a glória da boa fama e que propagais a vossos filhos os afetos devidos ao nome

²²⁵ “[*ut confusas legum contrariasque sententias, improbitatis reiecto litigio, iudicio augustae dignationis illumines*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XXI, 1).

romano, faça-os considerar os benefícios que a divina providência inspirou em nossas mentes²²⁶ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 8).

O trecho é muito importante por apontar que ambos os príncipes são pais de um ou mais filhos cada. Como vimos, Constâncio II, Galo e Juliano não tiveram filhos homens e, portanto, a interpretação literal tende a eliminá-los como possíveis destinatários da obra. A contra argumentação de Mazzarino sobre isso se constrói a partir da ideia de que o termo “*filius* está sendo usado nesse contexto em um senso extenso, significando, de fato, sucessor” (CAMERON, 1979, p. 02). O problema dessa hipótese, embora plausível, é que se o Anônimo trata Galo ou Juliano como *filii* de Constâncio II, ele não pode se referir a um deles ao mesmo tempo como príncipes. Ou seja, a primeira passagem invalida a segunda ou vice-versa. Por conta disso, a proposta que data o documento no governo dos irmãos Valentiano I e Valente ganha um pouco mais de sustentação. Valentiano I teve dois filhos homens, Graciano e Valentiano II, enquanto Valente foi pai de um filho homem, Valentiano Gálata, nascido em 365 (CAMERON, 1979, p. 01) e morto em 370 d.C. (CAMERON, 1979, p. 06).

Se a possibilidade de se datar o documento durante os governos de Valentiano I e Valente possui certo lastro factual, a análise da terceira passagem utilizada tradicionalmente para marcar o período de escrita do documento aumenta mais essa plausibilidade. Nela, o Anônimo trata da existência de tiranos: “Pois causou frequentemente gravíssimos danos às autoridades, destruindo os campos, atacando a paz com assaltos, inflamando os ódios, e esse grau de crimes estimulou tiranos, os quais, para a glória da tua virtude, produziu mais destruição que acendeu a audácia²²⁷” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 6). Nesse trecho, o Anônimo trata das consequências da pobreza para o aumento do banditismo e para o aparecimento de usurpadores. Apesar da polissemia do termo de origem grega, *tyrannus*²²⁸, aqui é possível perceber que os tiranos são entendidos como usurpadores.

Como no trecho citado o autor fala do imperador no singular, ele está fazendo referências às usurpações que esse governante mesmo enfrentou. Se pensarmos em Valentiano I, os eventos mais próximos disso que ele enfrentou (pelo menos até onde se tem conhecimento) foram: as revoltas de Valentino e de Firmo. Sánchez-Ostiz lembra que “Valentiano I poderia ser considerado vencedor sobre Valentino e Firmo” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 18). Mazzarino, porém, já havia se insurgido contra essa interpretação, já que Firmo, um mouro, representava “um inimigo externo ao invés de

²²⁶ “[*Quamobrem, clementissimi principes, qui gloriam bonae opinionis perpetua felicitate diligitis, qui Romano nomini debitos affectus propagatis in filios, respicere dignemini quae nostris sensibus commoda providentia diuinitatis intulerit*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 8).

²²⁷ “[*Nam saepe grauissimus damnis affecit imperia populando agros, quietem latrociniis persequendo, inflamando odia, et per gradus criminum fouit tyrannos, quos ad gloriam uirtutis tuae produxit <inópia> magis quam succendit audácia*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 6).

²²⁸ Segundo o *Oxford Latin Dictionary*, o substantivo *tyrannus* pode significar: “1) um monarca, soberano; 2) (no sentido grego) um governante absoluto que governa fora da lei, usualmente alguém que obtém poder sem direito legal (oposta a rei hereditário) [...]; c) qualquer governante que exerce autoridade em uma forma cruel ou opressiva, um tirano” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1999).

interno, um invasor ao invés de um usurpador” (CAMERON, 1979, p. 03). Contudo, mesmo se considerarmos essa uma usurpação, a rebelião de Firmo se desenrolou depois de 370 d.C., quando Valente já não possuía mais filhos homens, o que traria novamente o problema de uma passagem invalidando outra.

Apesar disso, um autor que defende o endereçamento do *libellus* ao imperador Valentiano I é Thomas Wiedemann em *Petitioning a fourth-century emperor: the Rebus Bellicis*. Segundo ele,

vale a pena considerar Valentiano como o destinatário pretendido, não só porque o *libellus* está escrito na língua do império ocidental, mas também, como John Matthews apontou, esse imperador era exatamente o tipo de homem que poderia se interessar pelo material contido no *Sobre os Assuntos Militares* (WIEDEMANN, 1979, p. 143).

O fato de que o manual está escrito em latim e a simpatia de Valentiano pelas fortificações de fronteira seriam elementos essenciais para o historiador germano-britânico. Como argumento para tal, ele lembra que esse imperador praticou uma política fronteiriça reconhecida até mesmo por Símaco, senador participante de uma comitiva que visitou o imperador e que “nos conta, em sua segunda oração, como ele assistiu Valentiano supervisionando a construção de um forte” (WIEDEMANN, 1979, p. 144). Esses argumentos se mostram bastante superficiais, já que a maioria dos documentos oficiais do império eram redigidos em latim, língua que Valente entendia, e o problema fronteiriço era algo recorrente nas duas partes do império, já que se Valentiano I enfrentava problemas no Reno, enquanto seu irmão encarava problemas no Danúbio e na fronteira persa.

Se a opção por Valentiano I parece ser problemática, o que dizer da opção por Valente? Já sabemos que o irmão responsável por governar a parte oriental do império teve de enfrentar a rebelião de Procópio entre 365 e 366 d.C., depois continuada por Marcelo. Alan Cameron insiste que “Procópio e Marcelo preenchem os requisitos dos tiranos do Anônimo até o último detalhe” (CAMERON, 1979, p. 05). Tal rebelião foi organizada por pessoas de dentro do império (existem suspeitas de que Procópio fosse aparentado de Juliano) e contou com o apoio de uma parte importante da população, como o Anônimo denuncia (*Sobre os Assuntos Militares*. II, 5) e Amiano Marcelino enfatiza ao tratar da Revolta de Procópio:

Portanto, os comerciantes das iguarias comuns e aqueles que serviam no palácio ou haviam deixado de fazê-lo, aqueles que depois de participar da vida militar haviam se retirado para uma vida mais tranquila, viram-se imersos, uns a força e outros de bom grado, em uma aventura incerta e insólita²²⁹ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 7, 1).

Portanto, após definirmos os *termini post quem atque ante quem* utilizados pela interpretação historiográfica surgida com Otto Seeck e analisarmos as passagens utilizadas por esses historiadores, somos capazes de sintetizar os argumentos para uma datação dentro dos limites

²²⁹ “[Igitur cupediarum vilium mercatores et qui intra regiam apparebant aut parere desierant, quique coetu militarium nexi ad pacatiora iam vitae discesserant, in insoliti casus ambigua partim inuiti]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 7, 1).

estabelecidos no século XIX. Tomando os anos de 337 e 378 d.C. como limites e tomando o distanciamento entre o governo de Constantino e o período em que viveu o Anônimo, a escrita da obra fica restrita ao período entre 351 e 378 d.C. Se levarmos em conta a existência de dois ou mais imperadores e o registro de filhos homens por parte dos imperadores, a cronologia fica restrita aos anos entre 365 e 370 d.C. E. A. Thompson, por exemplo, estabelece aí sua datação. Segundo o historiador inglês: “é provável (embora o argumento não seja em hipótese alguma conclusivo) que o *Sobre os Assuntos Militares* foi escrito no período de 366-375 d.C.” (THOMPSON, 1952, p. 02). Mas, se levarmos em conta que das duas possibilidades de imperadores destinatários, Valentiano I e Valente, somente um enfrentou usurpadores, e sabendo que a Revolta de Procópio só terminou em 366, temos finalmente uma proposta de datação para os anos entre 366 e 370 d.C. Alan Cameron refina ainda mais essa datação, ao considerar os compromissos bélicos que Valente teve entre esses anos. Segundo o historiador inglês:

Parece que o Anônimo estava escrevendo em 368 e 369, quando a guerra com a Pérsia era uma ameaça e a guerra com os godos ainda não havia acabado; quando a construção de fortes na fronteira ainda não estava em andamento; somente um par de anos depois da supressão de Procópio e Marcelo em 366, um pouco depois da invasão isauriana de 368 e quando o desafortunado Valentiano Gálata ainda tinha um ano ou mais para viver (CAMERON, 1979, p. 07).

Essa datação com limites mais reduzidos e apontando para o governo de Valente na parte oriental do império, apesar de já sofrer críticas desde a década de 1950 com Mazzarino, foi ainda mais atacada no final da década de 1980 e início da década de 1990, principalmente com os trabalhos de três autores: H. Brandt (1988), A. Giardina (1989) e N. P. Milner (1991). Desses três, vejamos o que diz Giardina, o que ataca de maneira mais branda essa datação. Segundo ele,

Esse mesmo período [entre 366 e 368-9], muito reduzido, é também perturbado por duas hipóteses, ambas de grande peso, eu diria decisivas. A primeira já foi mencionada: a hipótese de Valentiano I como destinatário teve escassa fortuna por causa do plural *tyranni*. A segunda, que junta *ad abundantiam* o que já foi dito, tira qualquer resíduo de credibilidade à hipótese do endereçamento a Valente, pois se refere ao modo de transmissão do tratado. Completamente negligenciado por Cameron, o argumento foi colocado pelo último editor do *Sobre os Assuntos Militares*, que não tirou dele as deduções inevitáveis. Se endereçado a Valente, o *libellus* deveria ser enviado a Constantinopla, a Marcianópolis ou onde o imperador estava. O tratado foi transmitido, contudo, por uma tradição manuscrita inteiramente ocidental, junto com a *Notitia Dignitatum* e com outras obras coletadas no mesmo códice de miscelâneas (GIARDINA, 1989, p. LII).

Giardina contesta o procedimento para a datação de Cameron a partir de dois argumentos: a existência de mais de um usurpador no caso de Valentiano I e a presença do documento em compilações documentais encontradas na parte ocidental do império no caso de Valente. No que diz respeito à presença do *Sobre os Assuntos Militares* na parte ocidental do império, também é bem possível que a obra tenha sido enviada por alguém da corte para a parte ocidental do império ou que o próprio autor tenha enviado cópias da obra para locais diferentes. Nesse ponto, o próprio Giardina aponta as possibilidades de que “o Anônimo houvesse enviado duas cópias do tratado aos dois

principes diversos, Valentiano e Valente, [...] ou que os oficiais da corte oriental cuidaram de transmitir a outra sede uma cópia do tratado [...]” (GIARDINA, 1989, p. LII). Portanto, o historiador italiano, que já havia descartado a datação de Mazzarino, somente apresenta problemas adicionais a serem respondidos por futuros comentadores da obra. De fato, Giardina não elimina a possibilidade de que a obra tenha sido escrita entre 366 e 369 d.C., mas aponta certas fragilidades que precisam ser estudadas.

Uma abordagem um tanto quanto diferente foi apresentada por H. Brandt em *Zeitkritik in der Spätantike. Untersuchungen zu den Reformvorschlägen des Anonymus De rebus bellicis*. Esse comentador não só critica todas as outras datações anteriores como rompe a datação tradicional e rompe com o *terminus ante quem* estabelecido desde o estudo de Otto Seeck. Brandt “propõe datar o documento nos anos 430 d.C., ou mais cautelosamente entre 400 e 450 d.C.” (BRANDT, 1988, p. 159). O historiador de língua alemã elenca dez argumentos para uma datação na primeira metade do século V d.C. N. P. Milner, historiador que analisou os argumentos de Brandt, assim os resumiu:

1) o argumento *ex silencio* sobre a ausência de moedas de prata no Anônimo, 2) o excesso de ouro do qual ele reclama, 3) a suposta referência a subsídios a bárbaros, 4) similaridades entre os decretos do século V sobre cunhagem e o Anônimo, 5) o sistema de arregimentação de soldados, 6) o tratamento do exército, 7) uma comparação de tecnologia no *Compêndio da Arte Militar* de Vegécio com o *Sobre os Assuntos Militares* de Anônimo pretendendo mostrar que o último foi escrito posteriormente, 8) o tratamento dos bárbaros, 9) o financiamento privado de fortificações e 9) a suposta proposta para uma codificação das leis (MILNER, 1991, p. 129).

O historiador britânico, inclusive, dedica várias páginas a desconstruir os argumentos de Brandt (MILNER, 1991, p. 129-141). Desde a problematização do argumento referente à ausência de moedas de prata de Brandt, facilmente respondido com apresentação de estudos monetários, como o de J. P. Callu, que demonstram o contrário, até a suposta proposta de codificação de leis, que na verdade era algo que estava apresentado em vários autores do século IV d.C., como Amiano Marcelino, em que o que ficava patente era certa insatisfação com as condições em que viviam. Todo o trabalho de Brandt não estabelece “evidência alguma para apontar inequivocamente o século V d.C., e muito do que ele diz era comum ao final do século IV e início do século V d.C.” (MILNER, 1991, p. 141). Nesse ponto, apontamos concordância com Milner, já que argumentos mais robustos seriam necessários para romper com uma datação que há muito estava estabelecida na historiografia especializada e isso Brandt não foi capaz de fazer.

Diante da demonstração das fragilidades das propostas de Seeck, Mazzarino, Cameron e Brandt, Milner apresenta uma proposta alternativa. É preciso lembrar que tal proposta, apesar de ter ganhado força no início da década de 1990 com a publicação do trabalho do historiador inglês, intitulado *Vegetius and the Anonymous De Rebus Bellicis*, foi apresentada na primeira edição

impressa conhecida do *Sobre os Assuntos Militares*, ou seja, a edição de Gelênio datada de 1552²³⁰ (THOMPSON, 1952, p. 11). O primeiro argumento de Milner é o de que “os muitos itens em comum com Amiano, Vegécio, História Augusta, a *Notitia Dignitatum* oriental, inclinam o presente escritor a ver o Anônimo como contemporâneo de todos os quatro” (MILNER, 1991, p. 141). Levando em conta a datação da História Augusta proposta por Ronald Syme para os anos 390 d.C. e a da parte oriental da *Notitia Dignitatum* proposta por A. H. M. Jones, que defende que esse documento teria sido elaborado no início do século V d.C. (JONES, 1964, p. 67), Milner defende que seriam obras contemporâneas ou com uma pequena diferença de datas de publicação.

O historiador britânico retoma inclusive a análise de Seeck, que “havia colocado que a única alternativa aos anos 360 d.C. era 386 d.C., ou alguma data em torno desse ano” (MILNER, 1991, p. 142). Mas e as três passagens utilizadas para datar o *Sobre os Assuntos Militares* nos governos de Valente e Valetiano? A primeira passagem, ou seja, aquela que trata da existência de vários imperadores, Milner não responde abertamente, mas como já estudamos, nos anos 380 e 390 d.C. o império romano nunca ficou formalmente nas mãos de um só imperador: Graciano, Valentiano II, Teodósio I, Arcádio, Honório e até mesmo Máximo, foram *augusti*. Quando da morte de Graciano, em 383 d.C., Valentiano II, Teodósio I e Arcádio eram *augusti* e Máximo foi formalmente reconhecido no ano seguinte. Máximo foi morto alguns anos depois e o império continuou com três imperadores e quando a revolta de Arbogasto e Eugênio acabou por ceifar a vida de Valentiano II, Teodósio nomeou também o filho mais novo, Honório, como *augustus*. Com a morte do pai em 395 d.C., os irmãos dividiram o império e governaram nos anos seguintes.

A possibilidade de endereçamento do documento a Teodósio I passa a ganhar viabilidade quando retomamos a análise de Mazzarino, segundo a qual um dos imperadores possuía preponderância sobre o outro (ou outros). O uso de vocativos como *inivcte imperator* e *sacratissime imperator* fariam muito sentido se utilizados para Teodósio I. Afinal, além de nomear os filhos ainda crianças e escolher tutores para eles, o imperador hispânico derrotou o assassino de Graciano, ofereceu ajuda a Valentiano II e venceu usurpadores que ameaçavam regiões do império que não estavam sob sua responsabilidade. A preponderância de Teodósio na segunda metade dos anos 380 d.C. era tão grande que Máximo, ao iniciar sua usurpação, buscou de todas as formas a aprovação do imperador da parte oriental e o próprio Valentiano II se abrigou na corte teodosiana quando fugiu da ofensiva do usurpador.

Sendo assim, podemos sim apontar a existência de vários imperadores ao mesmo tempo e que um deles possuía preponderância sobre outros. Essa proposta de datação começa a enfrentar problemas, no entanto, quando passamos a buscar a existência de um filho ou mais por mais de um

²³⁰ Apesar de depois ter sido esquecida, a datação já constava na edição de Gelênio, esse famoso humanista e grande editor de obras clássicas no início da Idade Moderna.

desses imperadores. É sabido que nos anos 380 e 390 d.C. entre os *augusti* reconhecidos, somente Teodósio e Máximo tiveram filhos. Ou seja, levando isso em conta, a obra só poderia ter sido escrita entre 384 e 387 d.C., período iniciado com o reconhecimento de Máximo e o início da ofensiva dele contra Valentiano II, que gerou uma guerra contra Teodósio.

O problema dessa hipótese é que se o Anônimo considera Máximo um *augustus* legítimo, quem seriam os usurpadores vencidos pelo imperador? Se tomarmos a interpretação tradicional de que um usurpador era um líder de rebelião interna, temos aqui uma clara contradição entre um trecho e outro do documento, ou seja, se Máximo era um imperador reconhecido, não poderia ser um dos tiranos vencidos por Teodósio. Além disso, como os tiranos vencidos estavam no plural, devemos lembrar o outro usurpador vencido por Teodósio, Eugênio. Essa última usurpação só ocorreu depois da morte de Máximo e, sendo assim, seria impossível conciliar a existência de múltiplos imperadores com filhos e o imperador destinatário da obra como vencedor de usurpações.

É preciso lembrar, contudo, que entre 376 e 382 d.C. alguns eventos podem mudar um pouco essa perspectiva. Após a entrada dos godos dentro do império, teve início, como vimos, um aumento de seu grupo, já que escravos e pobres que viviam nos limites romanos se juntaram aos invasores. Fritigerno, Safrax, Aleteo e Atanarico podem ser considerados tiranos porque foram responsáveis por inúmeros distúrbios dentro do império. Apesar de terem origem fora do império, as ações desses homens foram responsáveis por grandes problemas dentro do território romano. Distúrbios esses que foram parcialmente encerrados no ano de 382 d.C. com a formalização do *foedus* que pacificou as relações romano-godas. Portanto, nessa perspectiva é possível tratar Teodósio como vencedor de tiranos, já que ele enfrentou os godos não só nas fronteiras (a exemplo de seus antecessores), mas também dentro das fronteiras imperiais (é preciso lembrar que as forças godas chegaram a ameaçar as muralhas de Constantinopla após a Batalha de Adrianópolis).

Levando em conta, portanto, que os tiranos citados pelo Anônimo fossem os líderes godos pacificados a partir de 382 d.C., a possibilidade de datação da obra nos anos 380 d.C. volta a ter plausibilidade. Como a existência de mais de um imperador foi algo bastante comum, essa passagem não é capaz de nos aproximar de uma datação mais exata. Todavia, o trecho que trata da existência de filhos por parte desses imperadores nos possibilita uma proposta de datação bastante fina: aquela que estabelece os limites da produção da obra entre os anos entre 384 e 387 d.C, quando Teodósio I e Máximo tinham filhos e eram considerados imperadores.

Milner oferece mais argumentos para essa datação, como, por exemplo, a relação entre o fato de o documento ter sido arquivado na parte ocidental do império. Segundo ele, “desde que a corte oriental foi para a Itália entre 388 e 391 [d.C.], o documento ou seu autor poderia ter ido para o Ocidente” (MILNER, 1991, p. 142). Ou seja, a corte teodosiana pode ter levado o documento ou seu autor junto quando da expedição de 388, embora a primeira possibilidade nos pareça bem mais

plausível, pois o documento já deveria estar redigido quando do início da guerra contra Máximo pelos motivos elencados anteriormente. Além disso, Milner identifica que uma “flagrantemente alta taxaço é atestada para o governo dele [Teodósio I]” (MILNER, 1991, p. 142). Essa política fiscal é atestada principalmente na figura do prefeito pretoriano Cinégio entre os anos 384 e 388 d.C. Além disso, é preciso lembrar “que o Anônimo viveu em uma época em que as moedas de ouro eram usadas para pequenas transações e esse parece ter sido o caso a partir dos anos 380 d.C.” (MILNER, 1991, p. 143).

Um último aspecto da proposta de datação de Milner que precisa ser analisado é o da sua hipótese de desconsideração do *terminus ante quem* estabelecido por Otto Seeck, ou seja, o ano de 378 d.C. Como já analisamos, esse limite é estabelecido pelo seguinte trecho: “Em primeiro lugar é preciso saber que a loucura das nações que por todos os lados acossa o Império Romano e a barbárie traiçoeira, escondida pelos acidentes naturais, ataca em todo lado as fronteiras”²³¹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1). Milner contrapõe essa possibilidade com uma análise muito interessante, já que segundo ele, “o colapso do *limes* danubiano de 376 d.C. não foi geralmente aceito como final até as rebeliões depois da morte de Teodósio, presumivelmente porque ele clamava ter a restaurado” (MILNER, 1991, p. 143). Nesse ponto apresentamos total concordância com o historiador inglês, já que Teodósio I é conhecido por ter restaurado as fronteiras danubianas com o *foedus* de 382 d.C., algo comemorado inclusive por Temístico. É importante lembrar que a região passou a sofrer com novos problemas a partir de 386 d.C., quando novas incursões godas tiveram início, como a liderada por Odoteu. A escala e alcance desses novos avanços, todavia, não são comparáveis aos anteriores. Ou seja, é possível que o Anônimo tenha escrito o texto após 382 d.C.

Portanto, acreditamos que a hipótese de datação de Milner (e já aventada no século XVI por Gelênio) é a que se mostra a mais plausível. Pensamos que existem muitas fragilidades na datação entre 351 e 378 d.C. e problemas ainda mais sérios na datação no século V d.C. Contudo, não são as fragilidades dessas datações que nos levam a corroborar a hipótese de Milner, mas sim os robustos indícios apresentados para a datação nos anos 380 d.C. A mobilização de passagens utilizadas para datar a fonte de forma que elas não se contradigam e o contexto que parece dialogar muito bem ao texto nos levaram a essa conclusão. Refinando ainda mais a datação, defendemos que o texto foi provavelmente escrito entre os anos de 384 e 387 d.C. e foi destinado a Teodósio I antes da guerra em que esse enfrentou Máximo. Não negamos que essa possibilidade pode ser de algum modo revista futuramente. Assim como o detetive Poirot em *Assassinato no Expresso Oriente*, sabemos que algumas vezes o excesso de indícios pode apontar para conclusões equivocadas.

Em síntese, após o estudo da história do documento, de alguns aspectos biográficos e de datação já podemos fazer algumas afirmações que são fundamentais para o prosseguimento desse

²³¹ [In primis sciendum est quod imperium Romanum circumlatrantium ubique nationum perstringat insânia et omne latus limitum tecta naturalibus locis appetat dolosa barbaries]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1).

trabalho. Acreditamos que o *Sobre os Assuntos Militares* foi escrito entre 384 e 387 d.C. e endereçado a Teodósio I por um autor anônimo que fazia parte dos *curiales* provavelmente da Ilíria. É possível também dizer que o autor buscava com sua obra não só o favor do imperador, mas também a resolução de problemas econômicos e militares que afligiam o grupo social ao qual ele pertencia. É importante clarificar esse ponto porque a hipótese central do próximo capítulo se centra na confrontação das ideias contidas no *Sobre os Assuntos Militares* e no *Compêndio da Arte Militar*. Sobre esse último manual, passemos a ele.

3.2. COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR: CONHECENDO MELHOR O MANUAL MILITAR DE PÚBLIO FLÁVIO VEGÉCIO RENATO

3.2.1 O TRAJETO HISTÓRICO DE UM CÉLEBRE DOCUMENTO: UMA PEQUENA HISTÓRIA DO DOCUMENTO E UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA OBRA

Delinear os passos do *Compêndio da Arte Militar* entre o final do século IV d.C. e o século XXI d.C. não é uma tarefa das mais fáceis. Se quando tratamos do trajeto do *Sobre os Assuntos Militares* o problema era a relativa ausência de interesse na obra entre o final do império romano ocidental e o início do Renascimento, quando se trata da obra escrita por Vegécio, esse cenário se mostra completamente diferente. Como Charles R. Shrader demonstrou em *A Handlist of extant Manuscripts containing the De Re militari of Flavius Vegetius Renatus*, a grande circulação do “tratado de Vegécio na Idade Média e Renascimento é amplamente demonstrada pelos mais de 320 manuscritos e fragmentos datados entre os séculos sete e dezessete e que podemos razoavelmente assumir que representam apenas uma fração daqueles em circulação no período” (SHRADER, 1979, p. 282). Para além dessa circulação de manuscritos, faz-se necessário apontar também que o documento é citado direta ou indiretamente em diversos documentos e que recebeu suas primeiras traduções para línguas vernáculas ainda durante o período medieval. Tal prestígio invadiu a Idade Moderna, mas sofreu um retrocesso no século XVIII d.C., quando novos parâmetros no próprio entendimento de guerra passaram a vigorar. No século seguinte, contudo, com o surgimento da historiografia profissional, a obra ganhou holofotes, principalmente por conta das primeiras edições críticas dela, algo que continuou nos cem anos seguintes e chegou até os nossos dias. Dito isso, façamos o esforço de conhecer alguns dos meandros desse processo, pelo menos dentro do que é possível rastrear.

Os primeiros indícios sobre a circulação da obra são apontados por Paniagua Aguilar, na introdução de sua tradução do documento, como constantes já no final do século IV d.C. Segundo o autor espanhol, Claudiano em seu *Sobre o quarto consulado de Honório*, datado de 398 d.C., “coloca

na boca de Teodósio o que parece ser um resumo da *Epitoma* dirigido a Honório” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 78). Ao lermos o referido documento, notamos as temáticas apontadas pelo poeta: treinamento do exército, escolha de acampamento, escolha de tropas, estratégias de cerco e disciplina (CLAUDIANO. *Sobre o Quarto Consulado de Honório*. 320-340). No entanto, essa possibilidade apontada pelo filólogo espanhol é bastante especulativa, já que tais temáticas apareceram em diversos textos do passado romano, até mesmo republicano e do principado, como os de Tibulo e Estácio (REEVE, 2004, p. x). Em nossa opinião, apesar de não representar necessariamente um indício de relacionamento entre os autores, isso indica, pelo menos, que essas ideias eram compartilhadas nos círculos mais altos da sociedade imperial teodosiana. Nessa mesma direção, os paralelos entre o texto de Vegécio e dois éditos imperiais datados de 400 e 458 d.C. (CÓDIGO DE JUSTINIANO. 12. 35. 14-15), apontados por Christoph Schöner em *Studien zu Vegetius* (1888, p. 42), podem significar que, o *Compêndio da Arte Militar* já circulava ou que certas ideias eram amplamente conhecidas em partes diversas do mundo romano.

A primeira referência clara da transmissão do *Compêndio da Arte Militar* ocorreu no ano de 450 d.C. Como mostra Reeve, em *The Transmission of Vegetius's Epitoma Rei Militaris*, uma subscrição sobreviveu no manuscrito M da família ε que identificou Flávio Eutrópio como o autor de uma *emendatio* da obra durante o governo de Valentiano III na cidade de Constantinopla (REEVE, 2000, p. 246). É interessante notar que os próximos registros de transmissão do documento também foram encontrados em Constantinopla no século seguinte. O primeiro aparece em Prisciano (*Instituições da Gramática*. 2. 97, 19-22), que usou um exemplo de um adjetivo em grau comparativo utilizado no *Compêndio da Arte Militar*. O segundo foi João, o Lídio em *Sobre as Magistraturas*, trabalho em que Vegécio figura em “um cânone de escritores latinos de obras *de re militari*, junto a Catão, Celso, Frontino, Paterno e certo Catilina” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 79-80). Também em Constantinopla, o célebre manual *Strategikon*, atribuído ao imperador Maurício I, dedica o segundo capítulo do livro oitavo a enumerar cento e uma máximas militares (MAURÍCIO. *Strategikon*. 8.2) e muitas são similares àquelas apresentadas no capítulo vinte e seis do livro terceiro do *Compêndio da Arte Militar*. Além disso, é preciso lembrar que Leão VI, imperador que viveu entre os séculos IX e X d.C., também escreveu um manual militar, *Tática*, em que o trabalho de Maurício é tomado como fonte e as máximas vegecianas voltam a aparecer. Portanto, aqui é possível notar grande influência vegeciana nos círculos bizantinos entre os séculos V e X d.C, seja pela via direta, caso de Maurício I, seja (pelo menos) pela via indireta, caso de Leão VI.

Se podemos encontrar alguns testemunhos sobre a transmissão do texto na antiga parte oriental do império romano desde o século V d.C., o mesmo não se pode dizer a respeito da antiga contraparte ocidental. Antes do século VII d.C. não é possível encontrar sequer indícios indiretos da transmissão e circulação do texto vegeciano ali. Uma primeira possível referência indireta ao texto

vegeciano é encontrada nos textos de Isidoro de Sevilha, seja nas *Etimologias* ou no *Sobre a natureza das coisas*. No entanto, essa hipótese atualmente é amplamente descartada e as coincidências podem ser atribuídas “a um acaso ou uma fonte comum” (REEVE, 2004, p. xii). Se restam muitas dúvidas a respeito de Isidoro de Sevilha, Beda parece ser aceito como o primeiro autor a citar o texto vegeciano fora do mundo bizantino. Como aponta Paniagua Aguilar, “foram identificadas três [...] e talvez uma quarta citação (que resulta menos patente do que as demais)” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 81). Até mesmo na sua mais famosa obra, *A História Eclesiástica do Povo Inglês*, é possível encontrar uma citação do capítulo vinte e quatro do *Compêndio da Arte Militar*, especificamente quando Beda trata das fortificações construídas por Septímio Severo na Britânia (BEDA. *A História Eclesiástica do Povo Inglês*. I, V). Apesar de existirem outras possibilidades de ressonância de Vegécio, como no tratado de gramática *Ars Bernensis*, é no século IX que se assistiu a um reavivamento da importância do *Compêndio da Arte Militar*.

Foi, portanto, na época carolíngia que a obra ganhou um novo fôlego. Como mostra Shrader, “revivido durante o renascimento carolíngio, o *De re militari* foi daí em diante frequentemente copiado e amplamente conhecido através da Europa ocidental, tornando-se, talvez, o mais conhecido e mais geralmente consultado manual sobre a arte da guerra” (SHRADER, 1979, p. 282). Até o século IX, como mostra María Felisa del Barrio Vega em sua edição crítica do *Compêndio da Arte Militar*, do texto em si “somente se conservou [até os dias atuais] um fragmento, um excerto contido nas folhas 90 a 100 do *MS Vaticanus Reginensis Lat. 2077 (E)*, do século VII [d.C.]” (BARRIO VEGA, 1982, p. x). É possível mesmo dizer que se trata de um palimpsesto em que trechos dos livros dois e quatro do *Compêndio da Arte Militar* foram copiados sobre os textos das *Verrinas* de Cícero e nenhum dos outros textos elencados ali era de temática militar²³² (REEVE, 2004, p. xii).

Se existe apenas um excerto da obra até o século IX que sobreviveu ao crivo do tempo, coisa completamente diferente ocorreu a partir daquele século. É sabido, por exemplo, que Alcuíno de York enviou uma carta a Carlos Magno (ALCUÍNO DE YORK. *Epístulas*. 257) em que parte do prefácio do primeiro livro do texto vegeciano é citada (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 81). Além da referência feita por Alcuíno, são registradas outras três referências ao texto: 1) a carta escrita por Freculfo, bispo de Lisieux, em que esse ofereceu o texto de Vegécio a Carlos, o Calvo; 2) uma carta enviada por Rabano Mauro, abade de Fulda e arcebispo de Maguncia, ao rei Lotário II, em que o primeiro anuncia que havia juntado uma cópia de seu tratado *Sobre a Alma*, composto a partir da mistura de autores, entre eles, Vegécio; e 3) a dedicatória do exemplar manuscrito enviado por Hartgardo, bispo de Liège, a Évrard, *margrave* de Friul, e genro de Ludovico Pio (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 83).

²³² Como lembra Reeve também: “E foi recentemente alocado em Vivarium, o monastério fundado na Calábria por Cassiodoro” (REEVE, 2004, p. xii).

No século seguinte, o aparecimento de referências ao texto continuou, como a citação do livro III do *Compêndio da Arte Militar* feita na obra *Antapodosis* do bispo de Cremona, Liuprando. No século XII, Sigeberto de Gembloux usou a obra como fonte para compor um poema. A influência vegeciana se tornou tamanha, que na centúria seguinte João de Salisbury se serviu do compêndio para ajudar na composição de seu *opus magnum*: o *Policrático*. O interesse por Vegécio continuou e figuras da estirpe Pierre de Blois, Vincent de Beauvais, Egídio Colona e até mesmo São Tomás de Aquino parecem tê-lo citado até o final do século XIII d.C. (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p.84-86). A *Segunda Partida* de Afonso X, que versa sobre assuntos bélicos, possui, ao que tudo indica, grande influência vegeciana. No entanto, para além das citações da obra e referências entre autores relevantes do período, é preciso recorrer também à tradição manuscrita para entender a grande circulação da obra.

Um pesquisador que fornece importantes informações sobre a transmissão do texto vegeciano é Shrader. Em seu já citado estudo dos manuscritos da obra, ele conta que “das 324 conhecidas cópias manuscritas [e fragmentos]²³³ existentes do *De re militari* [no ano de 1979], 54 parecem ter sido produzidas antes de 1300” (SHRADER, 1979, p. 282). Como mostra também o mesmo autor, apesar do texto de Vegécio possuir bem menos cópias (que sobreviveram até a data da publicação de seu artigo) que autores como Cícero (600), Ovídio (305) e Virgílio (223), ele estava à frente de César, Lívio e Valério Máximo, todos com 41 (SHRADER, 1979, p. 283). Ou seja, tratava-se de um texto muitíssimo disseminado e que possuía naquele recorte cronológico um prestígio altíssimo.

A questão dos manuscritos entre os séculos IX e XIII d.C. é de fundamental importância para se entender o processo de disseminação do texto vegeciano durante a Idade Média. Apesar dos importantes avanços feitos a partir das publicações de Carl Lang, no século XIX, e A. Önnfors no final da década de 1990, os trabalhos de M. D. Reeve se tornaram fundamentais para repensar toda a história do documento. O famoso classicista britânico, que estudou a tradição manuscrita do *Compêndio da Arte Militar* por mais de trinta anos, defendeu que “os testemunhos medievais retrocedem a quatro manuscritos perdidos, εδβ e a fonte secundária de φ” (REEVE, 2004, p.xv-xvi). Desses quatro manuscritos se originam suas respectivas famílias. O primeiro estaria em circulação já no início do século IX, o segundo em meados daquele século, o terceiro no ano 1000 e o quarto entre final do século XII e início do XIII d.C.

O que salta aos olhos é que os manuscritos ligados à família ε, a que possui os manuscritos mais recuados temporalmente, foram em sua grande maioria produzidos em território francês. Portanto, a hipótese mais plausível é a de que o texto tenha voltado a circular a partir do século IX

²³³ Nessa conta estão inclusos “manuscritos latinos integrais, resumos latinos e traduções vernáculas” (MONTEIRO, 2009, p. 109).

d.C. O manuscrito ϵ e seus derivados teriam surgido a partir “de monastérios irlandeses fundados no continente, como, por exemplo, o de Laon, de onde procede um dos códices mais antigos da obra” (BARRIO VEGA, 1981, p. xi). Dos manuscritos da família ϵ , ABCGHLMQ²³⁴, “todos, exceto G e M, foram certamente ou provavelmente escritos na França” (REEVE, 2000, p. 252). De todos eles, B (*Bern Burgerbibl. 280*) e M (*Munich Bayer. Staatsbibl. Clm 6368*) seriam os membros mais primitivos, já que são os que “possuem o maior grau de corrupção superficial” (REEVE, 2004, p. xviii). Dessa família, no decorrer dos séculos posteriores, foram feitas cópias dos manuscritos não só em território atualmente francês e alemão, como também italiano e até mesmo espanhol.

Partindo do território francês, o texto vegeciano alcançou paragens alemãs e italianas na transição do século nono para o décimo. A segunda família, derivada do manuscrito perdido δ , é passível de reconstrução a partir dos manuscritos R (*Vatican. Pal. Lat. 1572*), V (*Vatican. Vat. Lat. 4493*) e W (*Schaffhausen Gen. 27*), com possibilidades de também abarcar X (*Montecassino 361*) e um trecho de D (*Paris B. N. Lat. 7232*) (REEVE, 2004, p. xx). A grande característica dos textos desse ramo é a finalização do texto no capítulo trinta e nove do livro quatro do *Compêndio da Arte Militar*. Por conta dessa família textual é possível perceber como os manuscritos estavam disseminados por toda a Europa ocidental, já que os textos mais próximos à origem da família estão em quatro regiões diferentes. Duas coisas também são importantes assinalar sobre a transmissão do texto no século X: a primeira foi a absorção do texto por coleções laicas e a outra foi a diminuição da produção de cópias, ocorrida “por conta das invasões bárbaras” (BARRIO VEGA, 1981, p. xi). Não nos parece fruto de mero acaso o fato de que a assimilação do texto por homens fora do contexto eclesiástico tenha tido um gatilho justamente durante o processo de enfrentamento de invasões, seguidas por conflitos militares. Nada mais plausível do que um texto de logística e organização militar ganhar maior alcance em um momento em que a organização de exércitos e a condução da guerra estavam em evidência.

É nesse cenário geral de retração na produção de novos exemplares que a terceira família de manuscritos se situa: a família β . O surgimento de uma família de manuscritos em meio à retração de produção textual parece algo paradoxal, mas o fato dela família ser menor demonstra certa coerência. Atualmente é impossível determinar o grau de relação entre a quantidade de manuscritos do período e os acontecimentos do século X. O que se sabe é que o texto de β foi reconstruído a partir de T (*Vatican Pal. Lat. 909*) e Z (*Vatican Vat. Lat. 5957*) e que essa família não foi utilizada na produção das versões impressas do século XV. Um outro aspecto curioso desse período é que a partir de “1150 o *De re militari* vai conhecer um importantíssimo auge também na Inglaterra, graças a sua

²³⁴ Citarei nesse trabalho apenas os manuscritos considerados os essenciais pela tradição de comentadores, tanto para essa família quanto para as outras. Isso porque o *Compêndio da Arte Militar* é um documento que conta com centenas de cópias.

reimportação desde o continente” (BARRIO VEGA, 1981, p. xi). É preciso lembrar que o texto vegeciano chegou ao território francês a partir da Irlanda, ao que tudo indica no século IX d.C., e que, por isso, fala-se de um retorno às ilhas do outro lado do Canal da Mancha no século XII d.C. O principal centro produtor de manuscritos insular foi Canterbury e citamos como exemplo dessa presença o manuscrito *Cambridge Clare Coll. 18* (SHRADER, 1979, p. 287). A última família, chamada de φ , é importante porque ela continua o texto a partir do capítulo 39 do livro 4, ou seja, ela encerra o texto de δ . Registrada a partir de 1300, a maioria de seus membros deriva de J (*Montecassino 392*), mas também tem como representantes K (*Bologna Com. A 146*) e U (*Udine Sem. 17*). Ou seja, até o século treze, é possível estabelecer que a obra já havia deixado um grande lastro, seja pelas citações da obra por vários autores ou pela presença de manuscritos espalhados por toda a Europa Ocidental.

No século treze também foi possível observar um fenômeno novo na história do documento: a produção das primeiras traduções para línguas vernáculas. Esse movimento significou que aquele processo iniciado com o arquivamento do documento em bibliotecas particulares ganhou um novo estágio na recepção do texto fora dos círculos clericais. Como aponta Paniagua Aguilar, “do período compreendido entre finais do século XIII e finais do século XV, conhecem-se setenta e sete traduções, a maioria delas feitas para a língua francesa” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 86). A primeira tradução conhecida foi publicada entre 1265 e 1272 em dialeto anglo-normando e como aponta Lewis Thorpe, autor de *Mastre Richard, a thirteen-century translator of the “De re militari” of Vegetius*, com o “uso de termos de cavalaria substituindo aqueles dos exércitos romanos” (THORPE, 1952, p. 44). Thorpe compara o texto da tradução de Richard com a de Jean de Meun, feita em 1284 destinada a Jean de Brienne em francês e que, ao que tudo indica, foi a segunda tradução do *Compêndio da Arte Militar* para uma língua vernácula e a mais famosa, sob o título sugestivo de *L’art de la Chevalerie* (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 87). Ou seja, tal título mostra como estava patente que a obra sofria uma grande ressignificação em que a infantaria focada por Vegécio cada vez mais cedia espaço à cavalaria. Uma cavalaria que, segundo Jean Flori em *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*, não era uma designação restrita a um corpo de homens que lutava a cavalo, mas “o conjunto dos cavaleiros considerado uma entidade que ultrapassa o limite estreito das fronteiras entre senhores ou reinos, um tipo de estatuto socioprofissional de caráter internacional provido de uma dignidade e de uma ética reconhecida” (FLORI, 2005, p. 23). Prova dessa apropriação se dá, por exemplo, na constatação da existência de uma compilação francesa em que “Vegécio e Aristóteles (excertos de *Secretum secretorum*) são usados como apoio para uma cruzada” (REEVE, 2000, p. 295).

Vegécio se converteu em um dos pilares teóricos para a formatação da cavalaria medieval, apesar de ter sido um autor que primava pelo uso da infantaria em campo de batalha. Essa

ressignificação é explicada por Christopher Allmand em *The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Segundo o autor: “embora escrito em um momento particular e dentro de um grupo particular de circunstâncias, a natureza do trabalho de Vegetio era tal que, sem grande dificuldade, muito de seus conselhos poderiam razoavelmente ser aplicados a muitas situações” (ALLMAND, 2011, p. 331). Ou seja, o *Compêndio da Arte Militar* mostrava que não era um texto ultrapassado depois de meio milênio de escrito e que seu conteúdo poderia se adaptar aos novos contextos. Isso passa pelo próprio conteúdo do manual militar, já que para além das questões meramente práticas, ele elencava uma grande variedade de conteúdos de caráter estratégico e de máximas morais.

Seguiram-se inúmeras traduções do texto vegeciano em inúmeras localidades europeias. É preciso destacar, por exemplo, a primeira tradução feita pelo florentino Bono Giamboni para o dialeto toscano em 1286 e a versão versificada escrita por Jean Priorat de Besançon ainda no século XIII. No centenário seguinte, foi escrita a famosa versão de Jean de Vignay, além de outras francesas. Todavia, é importante lembrar que nesse século foi registrada a primeira tradução do manual na Península Ibérica. O frade Alfonso de San Cristóbal produziu uma versão castelhana em 1391, *Libro de Vegeçio de las Batallas*, e “dedicou ao rei Enrique de Castela e Leão, presumivelmente Enrique III, que reinou entre 1390 a 1406” (REEVE, 2000, p. 271). Continuando nos reinos ibéricos, o século XV também foi um momento em que a obra possuiu certa repercussão. Normalmente um texto muito lembrado é o *Libro de la guerra*, atribuído a Enrique de Villena, contudo, o texto, “com a exceção do prólogo, está copiado inteiramente da tradução levada a cabo por Alfonso de San Cristóbal” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 88). Além da versão resumida por Alfonso de Cartagena em meados daquele século, foi produzida uma tradução catalã, denominada *Del mester d’armes e de la art de cavalleria*, de autoria de Jacme Castellà e escrita a partir de uma tradução francesa dedicada ao duque da Calabria, Carlos (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 89).

No oeste da península, foi grande a possibilidade de que o próprio infante D. Pedro tenha composto uma tradução da obra para o português. Isso quem defende é João Gouveia Monteiro, que após analisar diversas fontes, chega à conclusão de que “os argumentos a favor da aceitação da notícia de Rui Pina [de que Pedro escreveu uma tradução do texto vegeciano] parecem ser mais fortes do que os seus contrários” (MONTEIRO, 2009, p. 145). Nas ilhas britânicas, existe o registro de, pelo menos, três traduções inglesas e uma para o escocês. Na Alemanha, Ludwig Honenwang von Tal Elchingen levou a cabo a primeira tradução conhecida para o alemão. Existe registro em Munique também de uma tradução em ídiche e mais ao norte, na Escandinávia, Peder Mansson escreveu uma tradução sueca já no século XVI (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 90). A presença dessas inúmeras traduções (e aqui foi enumerada apenas uma pequena amostragem delas) ilustra como o documento teve, além de grande disseminação de manuscritos em latim, muitas traduções até o século XVI d.C. Por outro

lado, nunca é demais lembrar que a obra continuou sendo referenciada em diversos textos importantes da segunda metade da Idade Média e início da Idade Moderna. O maior exemplo dessa relevância está na *Arte da Guerra*, texto em que Maquiavel “não só toma conteúdos e imita abordagens ideológicas da *Epitoma*, mas também chega a traduzir passagens da obra” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 94). Em suma, até aqui ficou provado como o texto possuiu uma grande disseminação, comprovando sua fama entre um dos textos antigos mais lidos de toda a Idade Média.

Foi no século XV d.C. também que o *Compêndio da Arte Militar* foi impresso pela primeira vez. Por conta dos estudos de C. Bühler em *The earliest appearances in print of Vegetius*, acredita-se atualmente que a *editio princeps* da obra foi publicada “por volta de 1473 ou 1474, primeiro em Utrecht” (MONTEIRO, 2009, p. 113). Essa primeira edição tem a identidade de seu realizador desconhecida, mas é provável que tenha seu texto derivado dos manuscritos R e G (REEVE, 2004, p. 1). Em 1475, foram publicadas inicialmente duas edições, mas seus editores continuam desconhecidos: uma em Paris e outra em Colônia (BARRIO VEGA, 1981, p. xiii). A edição parisiense foi derivada de ϕ e a coloniana de B (REEVE, 2004, p. 1). Ainda naquele ano foi publicada uma edição em Ausburgo, mas assim como a de Colônia, seu texto se encontra bastante corrompido. Na década de 1480, especificamente em 1487, foi publicada a edição de Roma, de grande importância histórica e preparada por Giovanni Sulpizio da Veroli (BARRIO VEGA, 1981, p. xiii). Essa edição “continha além da obra de Vegécio, os *Stratagemata* de Frontino, o *Libellus* de Modesto e o *De instituendis aciebus* de Eliano” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 94). O texto editado possivelmente teve como fonte o manuscrito *Naples Naz. VA 22* depois de correção, mas também tem leituras derivadas de um manuscrito derivado de ϕ (REEVE, 2004, p. li). A partir de sua publicação, essa edição obteve um enorme êxito e foi reimpressa em 1494, 1496 e 1505. Além disso, tornou-se comum a publicação de edições dessas quatro obras juntas a partir de então (PANIAGUA AGUILAR, 2004, p. 95). Ainda no século XV foi publicada uma outra edição, a de Pescia, em 1488.

Na próxima centúria, as edições publicadas da obra se concentraram principalmente nos territórios de fala alemã e francesa, principalmente nas cidades de Paris e Colônia. Das seis edições publicadas naquele século, três foram publicadas em Paris (uma foi reimpressa também em Lyon), duas em Colônia e uma na Antuérpia. No século XVII, a edição que ganhou mais celebridade foi a elaborada por Pieter Schrijver e publicada inicialmente em 1607. Nela, o padrão estabelecido por da Veroli de compilar os textos de Frontino, Eliano, e Modesto foi seguida com o acréscimo do texto do (Pseudo-)Higino (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 95), além da presença dos comentários de François de Maulde e de Gottschalk Stewech (editores de algumas das edições do século anterior). O sucesso foi tamanho que o texto foi reimpresso em 1633, 1644 e 1670. Nessa última vez, inclusive, com o acréscimo de obras militares de Políbio e Eneas, o Tático.

No século XVIII, foram realizadas duas edições, uma a cargo de F. A. Didot em Paris, no ano de 1762, e outra a cargo de Nicholas Schwebel, em 1767, publicada em Nuremberg. O interessante é que, segundo Reeve, todas essas edições entre o século XVI e XVIII “derivam da edição de 1487” (REEVE, 2004, p. li). Ou seja, todas essas edições partiram do trabalho de Giovanni Sulpizio da Veroli. Paralelamente às publicações dessas edições, pode-se também rastrear o aparecimento de traduções impressas do texto para diferentes línguas modernas. Em inglês, a famosa tradução de J. Clarke, surgida em 1767, é ainda muito difundida: *The military institutions of the Romans*. Em alemão, foram publicadas as traduções de R. Meinecke em 1800 e F. Lipowsky em 1827. Em italiano, o oficial Temistocle Mariotti traduziu a obra em 1878 com o nome de *Compendio di arte militare* (texto reimpresso em 1936). Na Espanha, Jaime de Viana publicou uma tradução intitulada *Instituciones militares* em 1764 e na França, pelo menos três traduções foram editadas entre o século XVIII e XIX (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p.96-97).

No século XIX, especificamente no ano de 1869, sob os cuidados de Karl Lang, e publicada na famosa coleção de textos clássicos da Editora Teubner, foi publicada a “primeira edição crítica da obra” (BARRIO VEGA, 1981, p. xiii). A respeito desse marco histórico na história do documento, é importante lembrar que Karl Lang recebeu a ajuda valiosa de W. N. de Rieu, que “em um gesto de generosidade entregou todo o material relativo a questões da tradição que havia recolhido nos anos anteriores” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 95-96). Posteriormente, Lang publicou, em 1885, uma revisão da publicação anterior que marcou o início dos estudos filológicos sobre a obra. Contudo, como lembra María Teresa Callejas Berdonés em sua edição crítica do *Compêndio da Arte Militar*, teve início uma polêmica contra o documento e “seus representantes principais foram H. Bruncke e J. W. Förster, que lhe negaram toda a credibilidade” (CALLEJAS BERDONÉS, 1981, p. xix). Essas críticas exacerbadas foram sendo matizadas e desconstruídas com o aumento dos estudos metodicamente regulados do documento entre o final do século XIX e desenrolar do XX.

O século XX assistiu à publicação de diversas novas edições críticas. A nível acadêmico, é importante sublinhar os trabalhos de María Teresa Callejas Berdonés e María Felisa de Barrio Veja ainda no início dos anos 1980, que defenderam suas teses de doutorado na Faculdade de Filologia da *Universidad Complutense de Madrid*. Enquanto a primeira apresentou uma edição crítica e tradução para o castelhano dos livros I e II do *Compêndio da Arte Militar*, a segunda o fez dos livros III e IV. Há o registro também de uma edição crítica e tradução para o inglês realizada por L. F. Stelten em 1990. Muito mais famosa foi a edição crítica publicada em 1995 por Alf Önnfors para a Editora Teubner. O trabalho de Önnfors viria a substituir durante um curto período a edição de Lang como edição crítica da obra, mas o texto sofreu pesadas críticas de eminentes comentadores da obra, dentre os quais o mais célebre foi Michael D. Reeve, que em *Notes on Vegetius* apontou diversos problemas das escolhas do pesquisador sueco.

Passados alguns anos das críticas feitas a última edição crítica da obra, Reeve empreendeu então um esforço para fazer uma nova e, no ano de 2004, publicou *Epitoma Rei Militaris* na coleção Oxford Classical Texts. O esforço de Reeve, um pesquisador que estudou durante décadas o documento, mostra-se ainda mais interessante porque ele “visitou, na Europa e na América, todos os manuscritos latinos de Vegécio” (MONTEIRO, 2009, p. 150). Ou seja, ele teve acesso a 226 manuscritos em latim do *Compêndio da Arte Militar* (REEVE, 2004, p. xv). A partir da leitura desses manuscritos, ele tentou “a reconstrução de εδβφ natural e colocou simplicidade acima do purismo” (REEVE, 2004, p. xxxix). Apesar das críticas direcionadas a essa tentativa de reconstruir o texto ao invés da utilização do conteúdo de manuscritos, o trabalho de Reeve se tornou o principal referencial nos estudos do *Compêndio da Arte Militar*. A importância do trabalho de Reeve se faz presente, por exemplo, pela utilização e elogio por dois tradutores da obra no século XXI, David Paniagua Aguilar e João Gouveia Monteiro (e José Eduardo Braga)²³⁵. Ambos tomam a edição de Reeve como base para as suas traduções e o primeiro afirma que “sem dúvida [sua edição] veio diminuir os erros cometidos por Önnefors e substituir sua edição com outra nova que achamos necessária” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 98).

Por falar em traduções, é preciso lembrar que além dos trabalhos de Monteiro e Paniagua Aguilar, outros tradutores são dignos de menção, como N. P. Milner, que em 1993 empreendeu uma tradução inglesa, C. Giuffrida Mannana em 1997 e Marco Formisano em 2003, que fizeram traduções para o italiano e F. L. Müller, D. Baatz e R. Bockius em 1997, que trabalharam em traduções do texto para o alemão (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 100). Além disso, é importante ressaltar que existe uma outra tradução para o português, realizada por Adriaan de Man e publicada em 2006.

Após todo esse trajeto é possível perceber as diferentes fases do estudo do *Compêndio da Arte Militar*, como também é notável que nas últimas décadas o estudo de Vegécio tem tido um grande impulso. O documento voltou a possuir uma grande projeção tanto acadêmica quanto extra-acadêmica, tendo em vista não só as constantes reimpressões de edições críticas como também de traduções para línguas modernas. Feito isso, é importante passar para a apresentação do texto da obra em si.

O primeiro ponto importante a respeito da obra diz respeito à própria escolha do nome dela. Embora a nomenclatura *De Re militari* seja a forma mais antiga em que a obra apareça referenciada, já que é a nomenclatura citada no *Ms. Vaticanus Reginenses 2077*, os “manuscritos mais autorizados a chamam de *Epitoma rei militaris* ou *Epitoma institutorum rei militaris*” (REEVE, 2004, p. vi). Percebemos que o título *Epitoma rei militaris*, embora o mais indicado por fazer jus aos manuscritos, precise de uma observação importante. É preciso lembrar que o termo *epitoma*, mais

²³⁵ É importante ressaltar que a edição portuguesa do *Compêndio da Arte Militar* foi traduzida por João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, contudo, o último não tem seu nome creditado ao estudo introdutório, local em que o primeiro aponta suas impressões sobre o trabalho de Reeve.

comum em latim na forma *epitome*, significa: “um resumo de um trabalho literário, um epítome” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 613). Contudo, a obra de Vegécio não foi um resumo de uma simples obra, mas sim um trabalho de elaboração textual sustentado por ideias extraídas da leitura de diversas fontes selecionadas e problematizadas por um autor de uma maneira “marcadamente pessoal”. Ele não fez um mero trabalho de recorta e cola, mas sim submeteu textos de toda uma tradição militar a sua elaboração retórica e seus conhecimentos de questões militares (mesmo que indiretos no último caso). Logo, o trabalho de Vegécio, embora nomeado de epítome, precisa ser entendido como um trabalho muito mais complexo do que um mero recorte de trechos de outras obras. Por conta disso, adotamos o título *Epitoma rei militaris* e aceitamos a tradução apresentada por João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga: *Compêndio da Arte Militar*. Dito isso, é importante conhecer de fato a organização da obra em si.

O texto que nos chegou se inicia com um exórdio que contém resumos de todos os livros da obra. É preciso lembrar que durante muito tempo se desconfiou que tal parte da obra não fosse escrita pelas mãos de Vegécio. Todavia, atualmente a opinião mais corrente é a de que o texto foi escrito por ele após a conclusão da obra em um todo orgânico. Esse exórdio sintetiza o conteúdo tratado pelo autor da seguinte maneira:

O primeiro livro ensina a seleção dos jovens, de que lugares ou que tipo de soldados deve ser aprovado, ou por meio de que exercícios devem ser treinados.

O segundo livro contém a tradição do antigo exército, segundo a qual um exército pedestre pode ser constituído.

O terceiro livro expõe todos os tipos de artes que parecem necessárias ao combate terrestre.

O quarto livro enumera todas as máquinas com as quais as cidades ou são atacadas ou são defendidas; e ainda acrescenta os preceitos da guerra naval²³⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Pref.).

Como sabemos, o primeiro livro foi escrito inicialmente como um *liber singularis* e foi entregue ao imperador. Voltado à seleção de jovens e ao treinamento dos soldados, seu texto defende o melhor caminho para retomar as grandezas do passado romano a partir da adoção de práticas que funcionaram no passado e que eram encontradas nas obras de autores antigos. Segundo o próprio Vegécio, esse pequeno texto foi aprovado pelo imperador, que mandou que ele continuasse o trabalho. Como é possível perceber no próprio texto do prefácio do segundo livro do *Compêndio da Arte Militar*:

Portanto, como me fosse ordenado resumir o mais possível por escrito, para Vossa Majestade, certos assuntos, não tanto para os ensinar como para os lembrar, a

²³⁶ “[*Primus liber electionem edocet iuniorum, ex quibus locis vel quales milites probandi sint aut quibus armorum exercitiis imbuendi.*

Secundus liber veteris militae continet morem, ad quem pedestris institui possit exercitus.

*Tertius liber omnia artium genera quae terrestri proelio necessaria videntur exponit.]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Pref.).*

*Quartus liber universas machinas quibus vel oppugnantur ciuitates vel defenduntur enumerat; naualis quoque belli praecepta subnectit]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Pref.).*

dedicação entrou muitas vezes em conflito com a timidez²³⁷. [...] Pois eu, como um modesto servidor, apresentei recentemente um livrinho acerca do recrutamento e do treino dos jovens, e, apesar disso, escapei sem censura; não receio, por isso, cumprir a ordem de empreender uma obra que, quando era espontânea, surgiu sem punição²³⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

O segundo livro, dedicado à organização e à diferenciação da legião por critérios adquiridos a partir de vários autores romanos, como frisa o próprio Vegécio, é composto de 25 capítulos. No terceiro livro, Vegécio nos mostra como deveria funcionar o exército em campanha, desde a marcha até o desenrolar da batalha, ou seja, é o momento do trabalho em que o *classicum*²³⁹ é soado. É no livro terceiro também em que são apresentadas 32 máximas estratégicas e táticas para a condução da guerra, que foram consideradas durante muito tempo, quase mandamentos da arte militar. O último livro, que aparece dividido em dois em alguns manuscritos medievais (embora tal separação não se sustente), é dividido em duas temáticas: 30 capítulos são voltados à *Poliorcética*, ou seja, o conjunto de técnicas de defesa e ataques utilizadas em cercos e 16 capítulos voltados para as especificidades da guerra naval. Em suma, Vegécio apresenta um constructo teórico de variados aspectos da prática militar antiga, que forma um interessante *Compêndio da Arte Militar*. Essa exposição encerra nossa apresentação de fontes e, conforme dito anteriormente, é importante tirar os holofotes dessas duas fontes apenas para lançar luzes sobre o conjunto, ou seja, a tradição de textos militares antigos. Isso é o que nos permite refinar as perguntas e melhorar nossa análise.

3.2.2 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DO PÚBLIO FLÁVIO VEGÉCIO RENATO

Se pouco podemos saber sobre o autor do *Sobre os Assuntos Militares*, a coisa muda um pouco de figura quando estudamos o responsável pela escrita do outro documento elencado como central nesse trabalho: o *Compêndio da Arte Militar*. Existem não só mais informações diretas de seu autor, como também indiretas, ambas legadas pelos escritos desse homem que chegaram a nós: o supracitado e o *Compêndio da Arte Veterinária*²⁴⁰. Portanto, é possível conhecer alguns aspectos da vida de Vegécio, a começar pelo nome. Mas quem foi esse homem?

Uma primeira questão interessante a ser posta quando se fala da biografia dessa personagem se relaciona ao próprio nome dela. A denominação Públio Flávio Vegécio Renato imposta

²³⁷ "[Igitur cum haec litteris breviter comprehendere maiestati vestrae non tam discenda quam recognoscenda praecipere; certavit saepius deuotio cum pudore]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

²³⁸ "[Nam libellum de dilectu atque exercitio tironum dudum tamquam famulus optuli, non tamen culpatus abscessi; nec formido iussum adgredi opus cum spontaneum cessit inpune]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

²³⁹ Segundo João Gouveia Monteiro: "o *classicum* correspondia ao som lançado no ar pelos instrumentos de metal, sinalizando o agrupamento das tropas e o apelo ao combate" (MONTEIRO: 2009: 438). Ou seja, Vegécio vai nos falar de ações práticas durante as expedições militares.

²⁴⁰ Segundo João Gouveia Monteiro, tal obra é "um tratado veterinário sobre doenças de cavalos e de gado assinado por um tal 'P. Vegeti Renati' que a generalidade dos estudiosos identifica como o compilador da *Epitoma*, dada a semelhança do nome do autor e os paralelos verbais e linguísticos já apontados em 1888 por C. Schöner" (MONTEIRO, 2009, p. 87).

por A. Önnersfors (1995), em sua edição crítica da obra, tornou-se a tendência majoritária entre os estudiosos dos trabalhos vegecianos. Todavia, é preciso dizer que ela não é de forma alguma uma nomenclatura definitiva e que tal escolha é fruto de um processo de discussão há muito estabelecido entre os comentadores dos escritos de Vegécio.

Sobre a questão do nome é preciso apontar que, entre os manuscritos mais antigos que chegaram até nós, o autor aparece com a nomenclatura de Públio Vegécio Renato²⁴¹. M. D. Reeve, na introdução de sua edição crítica do *Compêndio da Arte Militar*, relata que “a primeira testemunha da *Epitoma*, um grupo de excertos do século sétimo, chama-o no genitivo ‘*P. Vegeti Renati*’, mas todas as fontes da tradição medieval o chamam no genitivo ‘*Fl. Vegeti Renati*’ ou ‘*Fl. Vegati Renati*” (REEVE, 2004, p. VI). João Gouveia Monteiro, em seu estudo crítico do documento, reforça essa perspectiva de Milner, ao apontar que o testemunho mais antigo da *Compêndio da Arte Militar* que nos chegou, o *Ms. Vaticanus Reginenses 2077*, apresenta como seu autor *P. Vegeti Renati* (genitivo) e todas as fontes medievais apresentam a nomenclatura de “*Fl. Vegeti Renati* ou *Fl. Vegati Renati*” (também no genitivo). Todavia, nos manuscritos *Institutiones grammaticae* de Prisciano do século VI d.C., o autor aparece como “*Renatus*” precedido de outro nome, como “*Vegetius*”, “*Vegetus*” ou “*Vigitus*”. João, o Lídio, autor que viveu no VI século d.C., chama-o de “*Renatus*” (MONTEIRO, 2009, p. 87).

Uma questão interessante é que durante muito tempo se acreditou que os textos do *Compêndio da Arte Militar* e do *Compêndio da Arte Veterinária* fossem escritos por mãos diferentes. Isso porque na segunda obra o nome do autor aparece no genitivo como ‘*P. Vegeti Renati*’, enquanto na maioria dos manuscritos medievais da primeira, o seu nome aparece como ‘*Fl. Vegeti Renati*’. Com a publicação, em 1888, de *Studien zu Vegetius*, do autor C. Schoener, tornou-se possível, a partir de uma análise estilística comparativa, estabelecer que as duas obras foram escritas pelo mesmo autor. Um outro passo importante foi dado por A. Önnersfors, o importante filólogo sueco já citado, que consagrou a nomenclatura Públio Flávio Vegécio Renato. Como aponta David Paniagua-Aguilar, autor de uma tradução do texto vegeciano para o espanhol, Önnersfors restabeleceu o Públio que “caiu em desuso ou foi perdido de alguma forma no início do processo de transmissão e cópia da *Epitoma*” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 11). Definir isso é importante porque, assim como foi feito no estudo do *Sobre os Assuntos Militares*, esses pequenos detalhes nos fornecem grandes informações sobre a identidade do autor. A nomenclatura de Públio Flávio Vegécio Renato, conforme apresentado anteriormente, defendida por Önnersfors, foi aceita pela quase unanimidade dos comentadores da obra no século XXI, tais como: Milner (2001, p. XXXII), Reeve (2004, p. VI), Paniagua-Aguilar²⁴² (2006,

²⁴¹ No original latino: *Publius Vegetius Renatus*.

²⁴² Embora o filólogo espanhol faça críticas a essa adoção e sugira até mesmo alterá-la, ele a reconhece como a forma que se impôs nos últimos anos (PANIAGUA-AGUILAR, 2006, p. 13).

p. 09) e Monteiro (2009, p. 88). De nossa parte, não vemos motivos para desacreditar essa escolha, já que ela possui grande respaldo na transmissão do texto e é bem recebida pela grande maioria dos estudiosos do assunto.

Essa adoção gera um problema inicial flagrante, a existência de *quattuor nomina* e não dos tradicionais *tria nomina*, como era tradicional nos tempos da República e Principado. A resposta dessa questão é fornecida ao se entender o contexto em que Vegécio viveu, pois:

quando o velho sistema *tria nomina* de nomenclatura romano estava quase extinto, era invulgar ter um *praenomen*, um padrão que ocorre somente com alguns senadores ocidentais do século IV e alguns *curiales*, conselheiros citadinos e suas famílias da Itália e África dos séculos IV e V (MILNER, 2001, p. xxxii).

Sendo assim, a existência do *praenomen* apontava que seu portador pertencia a um grupo seletivo. Vegécio o possuía, o que é um grande indicativo de que ele possuía grande status social. É preciso lembrar que os *praenomina* não possuíam grande valor público, já que eram denominações que serviam para identificar indivíduos dentro do círculo familiar. Nesse sentido, o *praenomen* Públio não fornece informações adicionais. No sentido oposto, o termo Flávio é muito revelador da posição social de nosso autor. Como lembra Monteiro, o gentílico Flávio, após a vitória de Constantino I sobre Licínio em 324, “tornou-se um prefixo honorífico, não devendo ser entendido como um nome, mas antes como um título” (MONTEIRO, 2009, p. 89). Essa constatação explica o motivo do *praenomen* vir acompanhado de tal denominação, ou seja, o nome de nascimento e um título honorífico. Como lembra Milner, o nome Flávio “era tratado de forma não problemática como um nome adicional, adotado por funcionários imperiais” (MILNER, 2001, p. xxxii). Ora, aqui temos uma segunda pista sobre a biografia de Vegécio, a de que por possuir o Flávio em sua nomenclatura, ele era um homem pertencente ao grupo dos altos funcionários imperiais. Além de explicar um pouco da biografia do homem, o fato desse termo se apresentar na maioria das cópias do *Compêndio da Arte Militar* leva à conclusão de que ele usou desse título como forma de legitimar seu trabalho, pois um trabalho produzido por um dos homens importantes do império, teoricamente, teria uma melhor recepção do que um documento produzido por um anônimo. Essa pode ser inclusive uma boa pista a seguir para aqueles interessados em estudar comparativamente a circulação do *Compêndio da Arte Militar* e do *Sobre os Assuntos Militares*.

Avançando na direção da análise dos indícios presentes nos *quattuor nomina* de Vegécio, é preciso extrair informações a partir do *nomen* dele: Vegécio. Um primeiro ponto a ser desvendado é o de saber se a forma latina era *Vegetius* ou *Vegetus*²⁴³. Reeve ajuda a deslindar essa questão ao apontar que a segunda forma era utilizada como *cognomen*, o que tornaria Flávio o *nomen* da personagem. Sabe-se que o uso de Flávio como *nomen* estava em vias de extinção no século IV e que

²⁴³ Isso porque o nome *Vegeti* é a forma genitiva que pode corresponder tanto ao nominativo *Vegetius* quanto *Vegetus*, ambos substantivos de segunda declinação.

a forma abreviada *P. Vegetus Renatus* fugiria completamente do padrão de nomes daquele período. Exatamente por essa impossibilidade, é que, “por consentimento geral, ele ficou com o *nomen Vegetius*” (REEVE, 2004, p. VII). Definida essa questão, a própria história desse nome é muito reveladora da identidade vegeciana. Embora os primeiros registros do termo se referissem a um nome doméstico e familiar (*signum*), a partir do século II d.C. ele passou a ser usado como um *gentilicium*. Nesse ponto quem nos apresenta novidades é Milner, já que ele mostra, a partir dos estudos de W. Schulze, que a maioria das ocorrências do nome se davam entre os meios celtas e celtiberos, especialmente na Germânia Superior e em um canto remoto da Hispânia. Embasado nessa constatação e em passagens da obra (exploradas à frente), o historiador inglês defende que “é plausível que ele [Vegécio] veio de uma longa linha de pequena nobreza municipal possuidora de terras na Gália ou Hispânia provincial e que ascendeu ao status senatorial” (MILNER, 2001, p. XXXIII). Apesar dessa hipótese ainda carecer de elementos de sustentação, é importante tê-la em mente, já que voltaremos a ela.

Dito isso a respeito do *nomen*, é preciso analisar o *cognomen*: Renato. Na língua latina, o termo *renatus* significa “renascido, criado novamente, reconstruído” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1964, p. 1614). Como explica Paniagua Aguilar, assim como outros termos (como *redemptus*, *renouatus* e *reparatus*), *Renatus* é um dos

exemplos característicos do sistema cristão de criação onomástica mediante a expressão de conceitos característicos da renovação espiritual e da nova vida que se começa com a conversão à religião cristã por meio do nome próprio ou *cognomen* do acólito (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 14-15).

Essa interpretação é compartilhada pela grande maioria dos comentadores da obra, tais como Phillipe Richardot (1998, p. 10-11), Monteiro (2009, p. 89) e Milner (2001, p. xxxiii). Contudo, pode parecer um tanto quanto a frágil a afirmação de que Vegécio era cristão a partir unicamente da análise desse *cognomen*. Exatamente por isso é que é importante analisarmos referências no próprio texto que atestam a crença do autor. Logo no prefácio do livro I, Vegécio já se refere a Deus²⁴⁴ ao oferecer o livro ao imperador (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, pref.). Existem cinco outras citações que mostram que nosso autor era cristão, presentes no livro II e IV, contudo, o trecho mais elucidativo é o constante do livro II. Nele, o autor defende que depois de aceitos na legião, os soldados fazem os *sacramenta militiae* e “também juram por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo e pela majestade do imperador, a qual, a seguir de Deus, deve ser estimada e honrada pelo gênero humano”²⁴⁵ (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*. II, V). Esse trecho não deixa a menor dúvida da

²⁴⁴ Nesse trecho o substantivo *Deus* aparece na forma acusativa singular *Deum*, ou seja, é uma clara referência a um deus único.

²⁴⁵ “[*Iurant autem per Deum et Christum et Sanctum Spiritum et per maiestatem imperatoris, quae secundum Deum generi humano diligenda est et colenda*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, V).

inclinação de Vegécio ao Cristianismo, especificamente na sua versão trinitária, já que os soldados deveriam jurar por Deus, Cristo e Espírito Santo.

É possível perceber na própria análise do documento mais pistas da biografia vegeciana. A *subscriptio* mais comum do *Compêndio da Arte Militar* encontrada nos manuscritos medievais assim caracteriza nosso autor: “de Flávio Vegécio Renato, varão de posição ilustre e conde, o *Compêndio da Arte Militar* em número de quatro livros começa felizmente”²⁴⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Int.). O tratamento de varão ilustre, *uir illustris*, como já vimos anteriormente com Marcone, era um dos mais altos títulos da ordem senatorial, junto com *spectabilis*. Ou seja, temos aqui a informação de que Vegécio era não só membro do grupo senatorial, como também possuía uma posição privilegiada entre os senadores. Mas como um homem de família senatorial poderia ser alçado a tal categoria? A resposta para tal interrogação é dada por Peter Heather em *Senators and Senate*, em que o historiador irlandês explica a particularidade do título de *illustris*:

a posição de *illustris* poderia ser obtida somente por uma carreira burocrática ativa, e, enquanto senadores ativos eram novamente relativamente poucos, ainda permaneciam muitas famílias senatoriais, distintas pelo menos pela posição de *clarissimi*, das quais os membros individuais poderiam, no curso de seu tempo de vida, procurar ganhar graus mais altos de distinção (HEATHER, 2007, p. 191).

Ou seja, a pista de que Vegécio era um homem da alta burocracia imperial, o que é apontado pela própria análise onomástica da personagem passa a ganhar mais plausibilidade. Sabemos também que grau de *uir illustris* “foi criado em 372 e reservado aos detentores de altos cargos” (MONTEIRO, 2009, p. 90). Ao todo, os homens que ganhavam esse título não chegavam a três dezenas nas duas partes do império, segundo a própria *Notitia Dignitatum*. Além disso, é apontado também que ele era um conde (*comes*), mas a pergunta que emerge é: qual conde possuiria um status tão elevado? Segundo Reeve, dentro da tradição medieval de transmissão da obra, “uma família de manuscritos adiciona *sacrum*, que dificilmente pode ser qualquer coisa além de uma corrupção de *sacri stabuli* ou *sacrarum largitionum*” (REEVE, 2004, p. vii). Sabe-se que tanto o cargo de *comes sacrarum largitionum*²⁴⁷ (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Occidentis. I, 11*) quanto o de *comes sacri stabuli* ocupavam o primeiro escalão burocrático entre os finais do século IV e início do século V d.C. (*CÓDIGO TEODOSIANO. 6. 13, 1*). É preciso frisar que o conde dos estábulos sagrados só foi alçado ao primeiro escalão em 413, enquanto o conde dos tesouros sagrados já possuía tal status anteriormente²⁴⁸. No século anterior, inclusive, o oficial responsável pelos

²⁴⁶ “[*Flavii Vegeti Renati uiri illustris comitis epitoma rei militaris libri numero quattuor incipiunt feliciter*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Int.).

²⁴⁷ Segundo Paniagua Aguilar, as funções do *comes sacrarum largitionum* consistiam “na supervisão da arrecadação dos impostos indiretos, tais como as tarifas, a cobrança de impostos pagos em metal precioso para costear os *donatia* que eram concedidos ao exército e a administração e gestão dos depósitos mineiros, pedreiras e fábricas têxteis” (PANIAGUA AGUILAR, 2006: 19).

²⁴⁸ Essa informação terá um impacto significativo nos argumentos de autores que defendem uma datação mais tardia do *Compêndio da Arte Militar*, pois eles tendem a acreditar que tal documento só pode ter sido escrito após 413 d.C., quando se tornou possível falar de um conde dos estábulos sagrados com status de varão ilustre.

estábulos possuía o título de tribuno, como é atestado pela própria vida de Valente, que foi nomeado pelo irmão como tribuno responsável pelos estábulos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXVI. 4, 2). No entanto, ainda existe certa controvérsia entre os comentadores sobre qual é a posição mais provável, sendo Schöner o maior expoente da primeira opção e Goffart da segunda, especificamente em *The Date and Purpose of Vegetius' 'De Re Militari'*.

Ao analisar as diferentes tradições manuscritas medievais, Schöner chegou à conclusão de que Vegécio foi um *comes sacrarum largitionum*, o que significava que ele era um dos chefes das finanças imperiais. Isso ganha sentido ao observarmos os comentários que Vegécio faz ao tratar do treinamento dos soldados em desfavor da contratação de mercenários: "[...] sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo"²⁴⁹ (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII). Outras passagens que mostram de forma clara essa capacidade de olhar para assuntos financeiros estão no segundo livro. A primeira se refere à necessidade de reorganizar e disciplinar os exércitos: "Pois uma vez que um exército organizado, seja cuidadosa e negligentemente, tem as mesmas despesas, é útil não só para os tempos presentes como para os tempos futuros [...]"²⁵⁰ (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*. II, III). A segunda se refere ao dispêndio necessário para formar soldados fortes: "Com efeito, o engenho consegue o que quer que seja se não se negarem as despesas adequadas"²⁵¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, II, XVIII). Para Goffart, por outro lado, Vegécio não necessitava de um cargo administrativo para fazer tais observações, pois segundo ele: "pode ser mais plausível (com base na *Compêndio da Arte Veterinária*) que seu ofício fosse o de responsável pelos estábulos sagrados" (GOFFART, 1977, p. 89). Apesar de termos uma maior inclinação para a opção de que Vegécio fosse um *comes sacrarum largitionum*, concordando com a revisão proposta por Paniagua Aguilar (2006, p. 20), em nossa leitura, não é fundamental determinar qual era o exato ofício que nosso personagem ocupou.

Se não temos uma posição formada sobre essa questão, é possível extrair algumas informações a respeito da posição de nosso autor mesmo sem definir o cargo exato que ele ocupava: 1) ele não era um oficial diretamente envolvido com as ações militares; e 2) sua posição social lhe permitia acesso direto ao *augustus*. O primeiro ponto é importante porque, assim como o Anônimo, deixa claro que para escrever um manual militar não era necessário ser um conhecedor das coisas bélicas diretamente. Já o segundo ponto é importante para entender como Vegécio estava inserido no mais alto escalão da política imperial. Possuir um status tão elevado é sinônimo de possuir um bom

²⁴⁹ "[*Vilius enim constat erudire armis suos quam alienos mercede conducere*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII).

²⁵⁰ "[*Nam cum easdem expensas faciat et diligentur et neglegenter exercitus ordinatus, non solum praesentibus sed etiam futuris saeculis proficit*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, II).

²⁵¹ "[*Quiduis enim efficit sollertia si competentes non denegentur expensae*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XVIII).

trânsito na corte imperial. O próprio autor atesta essa proximidade com o poder, ao citar, no próprio trabalho, que mantinha um diálogo com o *augustus*, para o qual ele dedicou à obra. Assim como o Anônimo, Vegécio endereça seu trabalho ao imperador, como é possível perceber no prefácio do livro I (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, pref.). A diferença é que o último escreve que recebeu uma resposta do governante, como é possível perceber pela leitura do início do livro II:

Na verdade, Vossa Serenidade, ó Imperador Invicto, deseja ensinamentos antigos dos livros com uma vontade mais forte do que uma mente terrena pode conceber, uma vez que ela ultrapassa a própria antiguidade por feitos recentes. Portanto, como me fosse ordenado resumir o mais possível por escrito, para Vossa Majestade, certos assuntos, não tanto para os ensinar como para os lembrar, a dedicação entrou muitas vezes em conflito com a timidez²⁵² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

Ou seja, esse é mais um elemento que corrobora a alta posição social de Vegécio. Ele recebia ordens do próprio imperador para resumir certos assuntos, o que indica um relacionamento direto com a figura imperial. Tal proximidade levanta um outro ponto interessante: a coincidência entre a origem hispânica de Vegécio e Teodósio I, um dos imperadores a quem o manual militar foi possivelmente dirigido. Portanto, é possível dizer que a origem geográfica é um aspecto que também tangencia a inserção social dessa personagem.

Como já avaliado, ao analisarmos o *nomen* Vegécio, há uma indicação de que ele fosse de berço gaulês ou hispânico. Ao analisarmos a obra, existe também um conjunto de indícios que apontam para uma ligação de Vegécio com a província da Hispânia. O primeiro é o grande interesse demonstrado por ele em relação à figura de Sertório²⁵³, que apesar de nascido em Nussa, ganhou importância na história romana por conta de suas ações na Península Ibérica. Essa personagem aparece como modelo ao se falar da escolha ou rejeição de jovens recrutas: "a força da autoridade e o fundamento do povo romano baseiam-se numa primeira avaliação no momento do recrutamento. [...] tarefa que, entre os antigos, se reconhece ter sido louvada ante de mais em Sertório"²⁵⁴ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, I, VII). Além dessas qualidades no recrutamento, Sertório era reconhecido pela forma como treinava seus soldados, pois somente com muito treino as tropas de Pompeu²⁵⁵ poderiam estar à sua altura:

²⁵² "[*Verum tranquillitas tua imperator inuicte, altiore consilio quam mens poterat terrena concipere ex libris antiqua desiderat, cum ipsam antiquitatem factis recentibus antecedit. Igitur cum haec litteris breuiter comprehendere maiestati uestrae non tam discenda quam recognoscenda praecipere, certauit saepius deuotio cum pudore*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

²⁵³ Quinto Sertório (126-73 a.C.) foi um general romano proscrito por Sila que se exilou na região da Hispânia e organizou um exército local extremamente competente, capaz de intimidar os enviados de Roma. Na obra *Vidas Paralelas* de Plutarco, Sertório é comparado a Eumenes de Cardia, pois "ambos nasceram para comandar e dados a guerra por estratégias; ambos foram exilados de suas próprias terras, comandaram soldados estrangeiros e suas mortes experimentaram uma fortuna áspera e injusta" (PLUTARCO. *Vidas Paralelas. Vida de Sertório*, I, VI).

²⁵⁴ "[*Vires regni et Romani nominis fundamentum in prima dilectus examinatione consistunt [...] quod apud ueteres inter tam uaria genera uirtutum in Sertorio praecipue constat esse laudatum*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, VII).

²⁵⁵ *Gnaeus Pompeius Magnus* (106-48 a.C.) foi um importante político e militar do final do período Republicano. Participou de inúmeras operações militares, como a guerra com os Piratas, a campanha contra Sertório e as operações que findaram a Revolta de Espártaco. Cônsul por três oportunidades, foi um dos triunviro, ao lado de Julio César e Crasso.

Salústio lembra, sobre a prática de Gneu Pompeu Magno, que 'ele rivalizava com os ágeis no salto, com os velozes na corrida, com os fortes na luta'. Com efeito, nem ele poderia ter estado à altura de Sertório se ele próprio e os seus soldados não tivessem se preparado, por meio de exercícios frequentes, para os combates²⁵⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, I, IX).

Outro ponto de interesse para Vegécio é a tomada de Numância por Cipião Emiliano²⁵⁷.

Durante duas passagens (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XV; III, X;) esse fato é rememorado, sendo que em uma delas o termo *hispanienses* é empregado para tratar dos numantinos: "Cipião Africano aceitou frequentemente exércitos *hispanienses* que tinham sido vencidos sob o comando de outros generais"²⁵⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, III, X). Esse trecho lembra que outros generais, como Fábio Máximo Emiliano, Fábio Máximo Serviliano, Quinto Servílio Cipião e Caio Hostílio Mancino não foram capazes de vencer Viriato e que Cipião Emiliano transformou um exército desmoralizado e indisciplinado com medidas disciplinares a partir de "um intenso período de treinamento" (GOLDSWORTHY, 2016, p. 142-143). Entre todos os exemplos da história militar romana possíveis, os exemplos de Sertório e Cipião Emiliano que se circunscrevem à região da Hispânia são evocados, o que indica uma clara predileção por parte de Vegécio a essa região.

Além desses exemplos, uma outra passagem também explicita a singularidade do tratamento de Vegécio em relação à Hispânia. Podemos encontrá-la logo no livro I, quando o autor traça alguns estereótipos étnicos. Nessa enumeração, ele coloca os hispanos em um grau de importância que é dificilmente identificável entre outros autores romanos:

Na verdade, nós vemos que o povo romano submeteu todo o mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pelo uso da organização militar. Na verdade, o que teria valido a escassez romana contra a multidão dos gauleses? O que teria podido ousar a baixa estatura romana face à elevada estatura dos germanos? É manifesto que os hispanos foram superiores aos nossos, não só pelo número, mas também pelas forças dos corpos; nós sempre fomos inferiores às manhas e às riquezas dos africanos. Ninguém duvidou de que nós fomos vencidos pelas artes e pelo engenho dos gregos²⁵⁹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, I, I).

É preciso lembrar, como defende Paniagua Aguilar, que "enquanto o caso dos outros povos alcançou claramente a categoria de lugar comum na cultura romana, o caso dos hispanos, por

²⁵⁶ "[De exercitio Gnaei Pompei Magni Sallustius memorat 'cum alacribus saltu, cum uelocibus cursu, cum ualidis uecte certabat'. Neque enim ille aliter potuisset par esse Sertorio nisi seque et milites frequentibus exercitiis praeparasset ad proelia]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, IX).

²⁵⁷ Apesar de Vegécio usar a nomenclatura *Scipio Africanus* no texto, é sabido que quem venceu a Guerra Numantina foi seu neto adotivo: Públio Cornélio Cipião Emiliano Africano Numantino (185/4-129 a.C.). Esse foi o comandante responsável por cercar Numância, invadi-la e depois ordenar que a cidade fosse inteiramente destruída no ano de 133 a.C. (GOLDSWORTHY, 2016, p. 148). Por conta do risco de ambiguidade, sempre o chamamos de Cipião Emiliano (apesar de mantermos o nome que aparece nas citações documentais), já que o avô famoso é objeto de estudo no primeiro capítulo.

²⁵⁸ "[Scipio Africanus sub aliis imperatoribus Hispanienses exercitus frequenter uictos accepit]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, X).

²⁵⁹ "[Nulla enim alia re uidemus populum Romanum orbem subegisse terrarum nisi armorum exercitio, disciplina castrorum usuque militae. Quid enim aduersus Gallorum multitudinem paucitas Romana ualuisset? Quid aduersus Germanorum proceritatem breuitas potuisset audere? Hispanos quidem non tantum numero sed et uiribus corporum nostris praestitisse manifestum est; Afrorum dolis atque diuitiis semper impares fuimus; Graecorum artibus prudentiaque nos uinci nemo dubitauit]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, I).

si mesmo, não estava na mesma altura” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 27). Ao fazer essa evocação, portanto, o autor está novamente tentando dar destaque à região de sua origem. Um outro fator concomitante a esse é o da origem também hispânica de Teodósio I²⁶⁰, como já apontado. Se esse imperador foi o destinatário do *Compêndio da Arte Militar*, essa grande evocação de elementos hispânicos serviria não só para agradar ao imperador como também para marcar uma aproximação com o poderoso *augustus*.

Uma última pista sobre a origem hispânica de Vegécio é fornecida não pelo *Compêndio da Arte Militar*, mas sim pelo que se pode deduzir do *Compêndio da Arte Veterinária*. Como se nota ao ler esse documento, a temática central é a criação de cavalos e mulas. O autor já mostra uma grande predileção pelo tema logo no prefácio: “Incitado por essas razões e outras semelhantes, e por minha grande afeição desde jovem pelo estudo dos cuidados dos cavalos, não relutante tomei este trabalho de forma a ter reunido em um os trabalhos latinos todos, buscando auxílio aos veterinários[...]”²⁶¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Veterinária*. Pref., 6). A questão central aqui é que nos séculos IV e V d.C., “a Península Ibérica e a Gália eram [...] os principais centros de criação de cavalos do Império Romano” (MONTEIRO, 2009, p. 91). Se ele teve contato desde cedo com essa atividade, é possível que fosse de uma família tradicional de uma dessas duas regiões, já que a criação de cavalos sempre foi uma atividade bastante restrita entre os romanos. Juntando essa pista com as anteriores, é possível fortalecer nossa hipótese de que Vegécio era de origem aristocrática e hispânica. Um outro detalhe citado por ele no prólogo de seu primeiro trabalho, contudo, nos leva ao último ponto dessa apresentação de aspectos biográficos e que se relaciona com a vontade de Vegécio de reunir os trabalhos latinos sobre veterinária: a formação cultural de nosso autor.

O pertencimento à parte ocidental do império não se dá apenas de maneira geográfica, mas também cultural. Milner, ao mobilizar a obra *Sobre os Mestres* de João, o Lídio, autor do século VI d.C., recorda que esse “citou Paterno como um retórico militar romano junto com Celso, um misterioso Catilina, Catão e Frontino e o próprio Vegécio” (MILNER, 2001, p. xxv). Todas essas personagens escreveram em latim e passaram a constituir uma tradição de escritos militares eminentemente latinos. Isso se torna mais interessante pelo fato de João, o Lídio ter sido um autor bizantino, o que pode ser indicativo da existência até mesmo em Constantinopla de uma separação entre uma tradição latina de manuais militares, embora com muitas aproximações, da grega. Essa separação é indicada por aquilo que diz o próprio Vegécio. Segundo ele: “Na verdade, os lacedemônios, os atenienses e outros gregos expuseram muitas matérias em livros a que dão o nome

²⁶⁰ Discutimos melhor a datação e endereçamento da obra no próximo subitem do trabalho, mas já deixamos claro que Teodósio I é um dos prováveis imperadores a quem Vegécio dedicou o trabalho.

²⁶¹ “[*His et talibus rationibus irritatus, cum ab initio aetatis alendorum equorum studio flagrare, hanc operam non inuitus arripui ut conductis in unum Latinis dumtaxat auctoribus uniuersis, adhibitis etiam mulomedicis...*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Veterinária*. Prólogo, 6).

de tática, mas nós devemos pesquisar o sistema militar do povo romano²⁶²” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I. VIII). Aqui o próprio autor registra que sabe da existência de textos gregos, mas que privilegia os que foram escritos pelos romanos, algo que ele retoma no prefácio do livro III.

Essa predileção de Vegécio por textos latinos está posta na própria catalogação de documentos feita por Vegécio para constituir seu compêndio. Segundo ele:

Esta necessidade obrigou-me, consultados os autores, a dizer o mais fielmente possível neste opúsculo aquelas coisas que o célebre Catão-o-Censor escreveu sobre o sistema militar, aquilo que Cornélio Celso e Frontino pensaram que devia ser exposto, aquilo que Paterno, um defensor zelosíssimo do direito militar, redigiu em livros, aquilo que foi estabelecido pelas constituições de Augusto, de Trajano e de Adriano. Com efeito, eu não me arrego nenhuma autoridade, apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas²⁶³ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, VIII).

Autores de manuais militares de língua grega, como Eneias, o Tático e Polieno não são citados. A única exceção a uma referência de obra escrita em grego se dá com o Homero, já que Vegécio lembra que “nós não estamos errados, pois assim como testemunha o próprio Homero, ao declarar que Tideu²⁶⁴, embora fosse menor de corpo, era contudo mais forte nas armas²⁶⁵” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, V). O fato dessa exceção se dar com a *Iliada*²⁶⁶, uma obra que havia sido incorporada na própria cultura latina²⁶⁷, evidencia que Vegécio possivelmente não era muito versado nessa língua, o que talvez levou Milner a elaborar a seguinte sentença: “Ele [Vegécio] parece ser da aristocracia senatorial ortodoxa do final do quarto século, impregnada de clássicos latinos como Virgílio²⁶⁸ e Salústio²⁶⁹, mas em geral ignorante do grego” (MILNER, 2001, p. xxxvii). Isso nos parece possuir todo o sentido, já que a tradição da literatura militar grega era de importância fundamental, mas não era lembrada por Vegécio.

Acrescentamos também ao grupo de autores elencado por Vegécio o nome de Terêncio Varrão, citado no quarto livro da obra (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV. XLI) e que foi fundamental na formação cultural dos aristocratas do século IV d.C. A constatação dessa presença incentivou Paniagua Aguilar a defender que a formação cultural é o elemento fundamental que

²⁶² “[Lacedaemonii quidem et Athenienses aliique Graecorum in libros rettulere complura quae táctica uocant, sed nos disciplinam militarem Populi Romani debemus inquirere]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, VIII).

²⁶³ “[Haec necessitas compulit euolutis autoribus ea me in hoc opusculo fidelissime dicere quae Cato ille Censorius de disciplina militari scripsit, quae Cornelius Celsus, quae Frontinus perstringenda duxerunt, quae Paternus, diligentissimus iuris militaris assertor, in libros redegit, quae Augusti et Traiani Adrianique constitutionibus cauta sunt. Nihil enim mihi auctoritatis assumo sed horum quos supra rettuli quae dispersa sunt velut in ordinem epitomata conscribo]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, VIII).

²⁶⁴ O personagem é o pai de Diomedes e é citado algumas vezes na *Iliada*. O exemplo evocado por Vegécio para falar do tamanho de Tideu se encontra no canto V da obra (HOMERO. *ILÍADA*. V, 801-804).

²⁶⁵ “[Et ipso Homero teste non fallimur, qui Tydeum minorem quidem corpore sed fortiolem armis fuisse significat]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, V).

²⁶⁶ David Paniagua Aguilar chega a propor que existe “um possível eco pindárico” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 24).

²⁶⁷ É importante recordar que a *Eneida* aborda o processo de fuga de Eneias de Tróia e sua instalação na “Itália” (VIRGÍLIO. *Eneida*. I. 2).

²⁶⁸ Por exemplo, nos capítulos VI e IX do livro I e no capítulo XLI do livro IV do *Compêndio da Arte Militar*.

²⁶⁹ Por exemplo, nos capítulos IV e IX do livro I do *Compêndio da Arte Militar*.

determina a parte ocidental do império como local de pertencimento de Vegécio. Uma formação que se manifestava, segundo o filólogo, em decorrência de uma "base de aplicação dos preceitos de retórica e dos princípios que regem a gramática e o conhecimento profundo dos clássicos literários romanos e, em particular, de Virgílio²⁷⁰" (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 23). Isso nos leva, então, ao último aspecto do presente estudo: a formação cultural de Vegécio.

Quem nos ajuda a entender essa educação é Peter Heather, especificamente no estudo que o autor irlandês realizou a partir do caso de Símaco. Ao estudar a figura do importante senador de Roma do século IV d.C., Heather mostra que a formação de um homem daquela posição era baseada em certas virtudes como integridade, retidão, honestidade "explicitamente ligadas a um tipo particular de educação" (HEATHER, 2006, p. 17). Esse modelo educacional tinha como fundamento um intenso estudo de um pequeno número de textos literários sob a orientação de um gramático, um especialista na linguagem e interpretação de textos literários. Tal fase da educação ocupava o indivíduo por mais ou menos sete anos e estava concentrada em quatro autores: "Virgílio, Cícero, Salústio e Terêncio" (HEATHER, 2006, p. 17). Como já apontamos, três desses autores, Virgílio, Salústio e Terêncio, são referenciados na obra vegeciana, o que corrobora o que já havíamos apontado.

Depois dessa primeira fase educacional, o indivíduo passava às mãos de um retor, que orientava o estudo de uma maior gama de textos com finalidades de desenvolvimento retórico e moral. Os textos considerados canônicos eram tomados como padrões de qualidade linguística e os jovens eram obrigados a aprender esse padrão. O estudo dos textos antigos implicava também que esses estudantes poderiam fazer novas edições e comentários dos autores antigos. Heather cita, por exemplo, a obra que Símaco escreveu sobre a *História Natural* de Plínio. Vegécio claramente se enquadra neste cenário, pois faz uma seleção de ideias dos textos militares romanos anteriores. Podemos identificar em Vegécio um "expoente dos defensores da cultura tradicional romana [...] que o aproximam de Símaco, Pretextato, Avieno, Macrobio, Servio, etc" (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 25). Isso é notável na seleção de autores do período republicano e imperial já citados que Vegécio utilizou para produzir sua narrativa.

Além de ser um mecanismo de manter a língua latina considerada canônica dentro de um círculo fechado, esta forma de educação permitia que um aristocrata fosse reconhecido quando se comunicasse. Esse processo de formação do indivíduo tinha, portanto, o efeito de permitir uma identificação entre os que compartilhavam certos padrões educacionais. Como aponta Heather: "tão logo um membro da elite romana abria a boca, estava óbvio que aprendera o latim 'correto'"

²⁷⁰ Paniagua Aguilar nos fala inclusive de um virgilianismo que foi estudado por D. Comparetti na obra *Virgilio nel Medio Evo*, ou seja, sentimento estético-cultural dos séculos IV e V. Para Paniagua Aguilar: "Com Virgílio como fundamento central da educação nas escolas de gramática e retórica no Ocidente Latino, quem recebia uma educação deste tipo assumia Virgílio e sua obra como modelo principal e como 'o autor que reunia em si mesmo todos os ideais de ciência e de cultura que eram próprios daquele tempo'" (PANIAGUA AGUILAR, 2006: 24-25).

(HEATHER, 2006, p. 17). Havia um universo cultural linguístico e literário que permitia que esses homens compartilhassem elementos diversos e que permitia que uns entendessem os outros. Como exemplo, podemos dizer que era extremamente possível que um imperador entendesse um compêndio dedicado a ele, como também pedisse uma continuidade. Além disso, esses homens dialogavam entre si, como as inúmeras cartas que circulavam pelo império atestam.

Assim é possível definir alguns aspectos biográficos de Vegécio. Ao que tudo indica, ele era um aristocrata de uma importante família senatorial hispânica com grandes propriedades e dedicada à criação de cavalos. Além disso, Vegécio ocupou pelo menos um cargo no primeiro escalão do governo imperial, o que lhe deu o *status* de *comes* e lhe permitiu dialogar diretamente com o *augustus*. Tratava-se também de alguém que recebeu uma educação formal de alto nível para os padrões da segunda metade do século IV e início do século V d.C., o que lhe proporcionou a oportunidade de estudar autores da estirpe de Virgílio, Salústio e Varão, além da literatura militar, como Frontino, Catão e Cornélio Celso. É possível dizer que o autor hispânico não cita autores gregos e possivelmente não lia grego. Por último e não menos importante, é preciso lembrar que além de possuir toda essa educação em textos da tradição latina, ele foi também um autor cristão adepto da versão trinitária, embora isso não tenha se refletido de maneira determinante em seu manual militar.

3.2.3. POR UMA DATAÇÃO DO *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR*: VEGÉCIO E A ESCRITA DA OBRA ENTRE O FINAL DO SÉCULO IV E INÍCIO DO SÉCULO V D.C.

Após definirmos melhor a identidade do autor do *Compêndio da Arte Militar*, é preciso voltar nossas atenções a uma outra pergunta: quando esse documento foi escrito? Para encontrar uma resposta a essa pergunta nos vemos novamente obrigados a recorrer a informações indiretas, já que não existe qualquer indicação direta fornecida por Vegécio em qualquer de suas obras sobre o período em que ele viveu e escreveu. Essa lacuna possibilita, assim como ocorreu com o *Sobre os Assuntos Militares*, a existência de uma miríade de possibilidades e defesas de datações diferentes que se refletem em diferentes hipóteses que explicam as diferentes escolhas de datação. Por conta disso, como lembra Walter Goffart em *The Date and Purpose of Vegetius' De Re Militari*, “os acadêmicos nunca chegaram a um acordo no que diz respeito à datação do *De Re Militari*” (GOFFART, 1997, p. 65). Portanto, nas linhas que se seguem, expomos as principais datações, os argumentos que as corroboram e as críticas a elas. Deixamos claro que temos nossa posição e que ela é defendida por nós no momento oportuno, embora esteja longe de ser a palavra final em um debate muito longo.

Já sabemos que, provavelmente, Vegécio escreveu o relato na parte ocidental do Império e que ele era, possivelmente, um hispânico. Como mostramos também, tais informações são

decorrentes de uma análise indireta, o que as torna passíveis de futuras críticas. Assim também acontece com a datação da obra, embora o debate sobre o período da escrita da obra seja circunscrito ao *terminus post quem* e ao *terminus ante quem* do compêndio, tradicionalmente: 383 e 450 d.C.²⁷¹.

O primeiro marco é conhecido por meio de uma citação contida no próprio texto de Vegécio, já que nele existe uma referência a Graciano, imperador assassinado no ano de 383 d.C., como já estudamos. Segundo o texto: "Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes"²⁷² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX). Como explica Paniagua Aguilar, "o epíteto *diuus* aplicado a um imperador era tradicionalmente um título póstumo" (PANIAGUAAGUILAR, 2006, p. 28). Ou seja, o documento só foi escrito após a morte de Graciano, ocorrida em 23 de agosto de 383 d.C., em consequência da usurpação de Máximo.

Se o *terminus post quem* nos é dado pelo próprio texto, o *terminus ante quem* é conhecido em decorrência do processo de transmissão do documento. Nos manuscritos da família ϵ ²⁷³, o nome de Flávio Eutrópio, o copista, aparece na *subscriptio*²⁷⁴ junto com a anotação de que foi uma cópia direta de um exemplar único, com o lugar onde foi copiado, Constantinopla, e a data consular em que a cópia foi realizada, ou seja, durante o sétimo consulado de Valentiano Augusto e o primeiro de Avieno (GOFFART, 1977, p.70). Como há muito já demonstrado pelos comentadores da obra, o sétimo consulado de Valentiano III ocorreu no ano de 450 d.C., o que torna impossível que a obra tenha sido escrita depois dessa data, já que naquele ano ela já estava sendo copiada. Ainda sobre o *terminus ante quem*, com certo esforço é possível recuá-lo mais um pouco se levarmos em conta os trabalhos de V. Sirago, *Galla Placidia e la trasformazione politica dell'Occidente* (1961), e A. Chastagnol, *Végèce et l'Historie Auguste* (1971). Segundo estes autores, é possível recuar a data limite de produção da obra para 440 d.C., já que até 439 d.C. era ainda possível falar de um mar pacificado. Segundo Vegécio: "acerca das artes deste tipo de guerra [naval] pouco se deve ser dito, pois, já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava com as nações bárbaras" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, XXXI). Sobre esse ponto é sabido que os vândalos, depois de capturar Cartago, fizeram grande uso da estrutura encontrada ali e "ataques marítimos se tornaram sua marca desde 439, e a guerra marítima se tornou algo em que eles se destacaram" (HEATHER, 2006, p. 402). Ou seja, essa afirmação de Vegécio não faria qualquer

²⁷¹ Entre os especialistas se estabeleceu como tendência situar a produção do *Compêndio da Arte Veterinária* (*Mulomedicina*) em um período anterior à produção da *Epitoma*, devido principalmente ao fato da ausência do título honorífico de Flávio nos manuscritos que nos transmitiram a obra.

²⁷² "[*Ab urbe enim condita usque ad tempus diui Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus*]" (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX).

²⁷³ O próximo item é dedicado à história do documento e nele explicamos as famílias de manuscritos do *Compêndio da Arte Militar*.

²⁷⁴ Goffart apresenta o texto integral dessa *subscriptio*: "*Fl. Eutropius emendavi sine exemplario Constantinopolim consul. Valentiano Augusto VII. et Avieno*" (GOFFART, 1977, p. 50).

sentido depois de 440 d.C., pois nesse ano as informações sobre a frota vândala e seus sucessos já eram conhecidas.

Após essa pequena alteração das datas limites da produção do manual militar, temos aqui um espaço temporal de cinquenta e sete anos para a escrita da obra. Se é possível fazer essa primeira filtragem, qualquer tentativa de recorte temporal mais reduzida depois disso passa a ser passível de identificação a certas correntes de comentadores da obra. Para começar, o imperador a quem Vegécio dedicou sua obra pode ser qualquer um de uma lista de nomes daqueles que governaram a parte ocidental do império (ou exerceram sua autoridade ali por um tempo) entre os dois limites temporais de produção da obra: “Valentiano II (375-392), Máximo (384-388), Teodósio I (379-395), Honório (393-423), Teodósio II (402-450) ou Valentiano III (424-455)” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 30). Tendo isso em mente, passamos agora a apresentar as principais hipóteses de datações do *Compêndio da Arte Militar* e nosso posicionamento a respeito delas.

Uma primeira datação a se impor na história do documento foi a que delimitava a produção da obra aos anos compreendidos entre 383 e 392 e que tomava Valentiano II como o destinatário da obra. A fundamentação para essa identificação está na existência em alguns manuscritos da classe π da seguinte *subscriptio*: “*ad Valentinianum imperatorem*” (GOFFART, 1977, p. 69). Como complemento a essa indicação, tomou-se a ausência de qualquer referência aos eventos de 410 d.C., o ano do famoso saque de Roma, para determinar que a obra não poderia ser endereçada a Valentiano III. Ou seja, se Graciano aparece como *diuus* e o saque de Roma não havia ocorrido, Valentiano I e Valentiano III não poderiam ser os destinatários do compêndio e, por exclusão, Valentiano II era a única opção viável. Entre os séculos XVI, XVII e XVIII, essa foi a datação tomada como quase consensual e esteve presente nas primeiras edições impressas da obra: a primeira a defender essa edição foi a de G. Stewechius em 1585, seguida pela P. Scriverius em sua edição do ano 1606-1607, Webel em 1670, N. Schwebel em 1767 e Nisard em 1849 (RICHARDOT, 1998, p. 137).

Uma contestação a essa hipótese só foi esboçada no século XVIII, quando Edward Gibbon já apontava Valentiano III como o destinatário da obra. O autor inglês aponta na nota 125 do seu clássico *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* que: “a série de calamidades que ele [Vegécio] assinala nos leva a acreditar que o herói, a quem ele dedica seu livro, é o último e mais inglório dos Valentianos” (GIBBON, 1836, p. 1566). Apesar do brilhantismo de Gibbon em várias temáticas, no que diz respeito à datação do *Compêndio da Arte Militar*, ele “não ofereceu razões para esta sagaz conclusão” (GOFFART, 1977, p. 70). Ou seja, as contestações fundamentadas da datação mais popular desde o início da Idade Moderna foram feitas somente no século seguinte.

Um primeiro elemento importante ocorrido no século XIX é que se conseguiu determinar que a famosa *subscriptio* que atribuía o endereçamento a Valentiano II fora, na verdade, escrita por

um copista tardio (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p.31; GOFFART, 1977, p. 69). Essa novidade abriu um maior espaço para discussões a respeito da datação do documento e H. Richter defendeu a proposta cronológica fornecida por Gibbon (RICHTER, 1865, p. 65). Em 1869, K. Lang, em sua edição crítica da obra impressa pela Teubner, defendeu que o imperador a quem Vegécio dedicou sua obra foi Teodósio I. No entanto, por conta da publicação de um artigo de O. Seeck, que defendia uma datação tardia (SEECK, 1871), Lang, na publicação da revisão de sua edição, abriu mão da datação. Como afirma T. D. Barnes,

[...] Seeck identificou o Imperador a quem a obra foi dedicada como Valentiano III e datou o trabalho firmemente entre 430 e 435, com a subsequente aprovação de Karl Lang que editou duas vezes o *De re militari* para Teubner " (BARNES, 1979, p. 254)

A defesa da hipótese de que o *Compêndio da Arte Militar* foi dedicado a Valentiano III se alicerçava em três pontos do texto de Vegécio, todos opondo as figuras de Teodósio I a Valentiano III, o que já mostrava uma clara clivagem dos comentadores a escolher entre somente esses dois como destinatários do documento. O primeiro ponto é um trecho do capítulo XXVI do livro, em que o imperador era elogiado por sua perícia como arqueiro, sua maestria e elegância como cavaleiro, sua velocidade na corrida e destreza no treino (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, XXVI). Seria mais plausível que esse elogio fosse direcionado a um jovem imperador, Valentiano III, do que a Teodósio I, “que devia ter em torno dos quarenta anos” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 33). Um segundo ponto para uma datação tardia seria a análise do prefácio do livro IV da obra, em que o autor do manual militar elogia o imperador por ser um fundador de cidades (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Pref.). Seeck interpreta a passagem como se o imperador fosse um restaurador de cidades que haviam caído nas mãos de antigos inimigos e não como um fundador delas, já que o último dos Valentianos não se tornou célebre por fundar cidades. Por último, existe também a evocação da patrulha do rio Danúbio (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, XLVI), o que seria impossível em tempos de Teodósio, mas completamente plausível nos tempos de Valentiano III.

Esses argumentos do historiador alemão aliados ao prestígio da própria figura de Seeck enquanto autoridade nos textos da Antiguidade convenceram não só Lang, mas também se tornaram hegemônicos na interpretação da obra por mais de uma década. Uma primeira crítica importante a essa datação foi feita com a publicação de *Studien zu Vegetius* por Cristoph Schöner em 1888. Nesse trabalho, novamente, a oposição entre uma datação no governo de Teodósio I e Valentiano III se fez, mas com uma preferência, no caso de Schöner, para o primeiro e a contestação dos argumentos apresentados por Seeck. A tendência interpretativa lançada por Schöner prevaleceu na maioria dos trabalhos dos primeiros sessenta anos do século XX, como o *Oxford Classical Dictionary* e o *Prosography of the Later Roman Empire* atestam. Nesse sentido, outros trabalhos foram acrescentando novos elementos, como mostram os exemplos de S. Mazarino e V. Sirago (BARNES, 1979, p. 254). Essa interpretação se tornou predominante nos anos 1990 e atualmente é a mais

utilizada, contando entre seus defensores, os nomes já citados, como Richardot, Milner, Reeve, Paniagua Aguilar e João Gouveia e Monteiro.

Isso não quer dizer que não existam vozes dissonantes. Nos anos 1960 e 1970, A. H. M. Jones, L. Varady, C. D. Gordon, E. Birley e principalmente Walter Goffart, reacenderam o debate. Esse último, inclusive, foi o responsável por fortalecer a hipótese do endereçamento da obra a Valentiano III. Para além das duas datações mais consagradas, assistimos também, na segunda metade do século XX, a um recrudescimento de outras propostas, como a de C. Zuckerman de datar o documento no governo de Valentiano II (1994, p. 67-74) e a de Claudia Giuffrida Manmana (1981, p.25-56), que propôs delimitar a obra ao governo de Honório. No entanto, essas duas possibilidades ainda possuem uma inserção marginal no debate, assim como as possibilidades de endereçamento a Valentiano II e Teodósio II não contam com defensores atualmente (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 31-33). Diante dessa exposição, passemos à análise das duas correntes mais fortes, começando com a que defende que a obra de Vegécio teria sido escrita no governo de Valentiano III.

Como já levantado anteriormente, o trabalho de Goffart é fundamental para a sobrevivência dessa corrente. Em seu artigo, *The Date and Purpose of Vegetius' 'De Re Militari'*, ele constrói a argumentação mais sólida que liga a produção do *Compêndio da Arte Militar* ao governo de Valentiano III. Em um itinerário que começa com a justificativa para o estudo do documento, Goffart mostra as diferentes datações e como a que circunscreve o documento ao final do século IV d.C. se impôs. No entanto, ele a critica pesadamente e defende que “em um exame acurado, os argumentos para datar o *De Re Militari* no governo de Teodósio I ou são inaplicáveis ou conduzem à conclusão de que, dos sete possíveis imperadores, Teodósio I deve ser desqualificado” (GOFFART, 1977, p. 80). Para tal, ele rebateu diversos argumentos que corroborariam para uma datação mais próxima a Teodósio I, como a desqualificação da referência de alguns manuscritos dedicados a Teodósio, a possibilidade de que vários dos elogios dirigidos ao governante fossem dirigidos a qualquer um dos imperadores e a diferença de postos militares citados por Vegécio em relação aos que aparecem na *Notitia Dignitatum*.

Como alternativa, o grande historiador estadunidense de origem alemã analisa duas passagens do livro I do *Compêndio da Arte Militar* que, segundo ele, só poderiam ter sido escritas após 395 d.C. A primeira é a que trata das armas usadas pelos antigos. O trecho foi assim escrito:

O contexto exige agora que tentemos mencionar com que tipo de armas os recrutas devem ser equipados e protegidos. A este respeito, o costume antigo foi completamente apagado; pois ainda que, a exemplo dos godos, dos alanos e dos hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos, contudo, que os soldados de infantaria ficaram desguarnecidos. Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para

devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes²⁷⁵ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX).

Na visão de Goffart, esse trecho mostra como, após a morte de Graciano, houve um intervalo temporal não especificado em que a cavalaria floresceu e a infantaria se enfraqueceu. Como o falecimento de Graciano ocorreu em 383 d.C. e Teodósio I morreu doze anos depois, tais mudanças não poderiam ocorrer em um período tão curto. Além disso, ele lembra que a esse processo se seguiram derrotas para os arqueiros godos e a destruição de muitas cidades (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX). Essas informações serviriam para afirmar que Vegécio escreveu após um período de grandes desastres e que ainda não havia assistido o rearmamento da infantaria. Para confirmar essa hipótese, Goffart cita uma outra passagem do livro, em que é feita uma exortação dos assuntos militares e da *uirtus* romana e um paralelo entre os dias em que Vegécio viveu e os dias que se seguiram à derrota de Canas:

Mas a segurança da longa paz conduziu os homens, em parte, ao prazer do ócio e, em parte, às carreiras civis. Assim, o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento, conforme se sabe. E que ninguém se admire que isto tenha acontecido na época precedente, sabendo-se que, depois da Primeira Guerra Púnica, se seguiu uma paz de mais de vinte anos, que adormeceu pelo ócio e pela desabituação das armas os Romanos que tinham vencido em toda a parte, de tal forma que, durante a Segunda Guerra Púnica, eles não puderam estar à altura de Aníbal. E assim, depois de tantos cônsules, de tantos generais e de tantos exércitos perdidos, só alcançaram de novo a vitória quando conseguiram aprender a prática e o treino militares²⁷⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII).

Para além do tom esperançoso de que é possível retomar a disciplina necessária para lidar com os inimigos, o interesse de Goffart é analisar a questão cronológica. Ele evoca um período de vinte anos após o sucesso da Primeira Guerra Púnica, o que ele toma como um paralelo com o presente, ou seja, vinte anos após a morte de Graciano. Segundo ele: “duas décadas após Graciano nos leva ao início dos anos 400, quando um outro Aníbal na forma de Alarico, o Godo, começou a causar estragos na Itália” (GOFFART, 1977, p. 82). O historiador estadunidense, então, diz que Vegécio fez ali um paralelo com um cálculo mais ou menos exato entre o que ocorreu entre as duas guerras púnicas e entre a morte de Graciano e o período em que ele estava vivendo. Isso o leva a escrever que “temos

²⁷⁵ “[Locus exigit ut quo armorum genere vel instruendi vel muniendi sint tirones referre temptemus. Sed in hac parte antiqua penitus consuetudo deleta est; nam licet, exemplo Gothorum et Alanorum Hunnorumque, equitum arma profecerint, pedites constat esse nudatos. Ab urbe enim condita usque ad tempus diui Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus. Sed cum campestris exercitatio interveniente negligentia desidiaque cessaret, gravia videri arma coeperunt quae raro milites induebant; itaque ab imperatore postulant primo catafractas, deinde cassides se refundere]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX).

²⁷⁶ “[Sed longae securitas pacis homines partim ad delectationem otii, partim ad ciuilia transduxit officia. Ita cura exercitii militaris primo negligentius agi, postea dissimulari, ad postremum olim in oblivionem perducta cognoscitur. Nec aliquis hoc superiore aetate accidisse miretur, cum post primum Punicum bellum viginti et quod excurrit annorum pax ita Romanos illos ubique uictores otio et armorum desuetudine eneruauerit ut secundo Punico bello Hannibali pares esse non possent. Tot itaque consulibus, tot ducibus, tot exercitibus amissis, tunc demum ad uictoriam pervenerunt cum usum exercitiumque militare condiscere potuerunt]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII).

boas razões para inferir que ele escreveu depois de Alarico e o saque de Roma” (GOFFART, 1977, p. 82). O *terminus post quem* seria deslocado para o ano de 410, ano do famoso saque da cidade eterna.

Em seguida, e tomando como fundamento o fato de que Vegécio pertencesse à parte ocidental do Império, Goffart coloca Honório e Valentiano III como plausíveis destinatários da obra. O primeiro nome é excluído, principalmente, devido ao fato de que ele viveu em um período que não se pode falar de longa paz, pois esse imperador teve de enfrentar diversas incursões bárbaras no início do século V, como o próprio cerco de Roma pelos godos de Alarico comprova. Ou seja, os elementos de cronologia impedem qualquer conclusão favorável a Honório. Essa eliminação, portanto, leva "à conclusão de que Vegécio endereçou o *De re militari* para Valentiano III" (GOFFART, 1977, p. 84). Após essa delimitação, Goffart faz um esforço para aparar umas últimas arestas e tentar refinar ainda mais sua datação.

Primeiro, ele lembra que o imperador a quem o manual foi dedicado não pode ter tido nenhuma participação direta nos problemas elencados anteriormente. O fato de Valentiano III ter recebido a púrpura aos seis anos e não ter cometido pessoalmente nenhum ato condenável (pelo menos até o último ano de vida), leva-o a reafirmar que Vegécio endereçou seu manual ao último Valentiano (GOFFART, 1997, p. 84). Além disso, reproduzindo o argumento de Seeck, Goffart lembra que durante o governo de Valentiano, “o *magister militum* Félix restaurou a fronteira danubiana” (GOFFART, 1977, p. 85). Como a região sofreu após 430 com novas batalhas importantes, a produção do documento só poderia ser circunscrita ao período entre os anos 427 e 430 d.C. (GOFFART, 1977, p. 85). Esse recorte explicaria também o famoso trecho que Vegécio trata de uma pacificação do mar. O que, como vimos, não seria possível após o final da década de 430 d.C., já que os vândalos passaram a assolar o Mediterrâneo com seus barcos. A datação de Goffart, embora não disseminada, foi retomada nos anos 2000 por Michael B. Charles, autor de *Vegetius in Context: Establishing the Date of the Epitoma Rei Militaris* (2007), obra em que ataca a datação mais comum e reafirma o endereçamento a Valentiano III. Em linhas gerais, Charles retoma as críticas já apontadas anteriormente e, por isso, não as repetiremos.

Se essa datação durante o governo de Valentiano III, entre os anos de 427 e 430 d.C., é defendida apenas por alguns poucos comentadores, a mesma coisa não se pode dizer da datação no governo de Teodósio I. A essa proposta de datação aderiram "C. Schöner, M. Schanz, S. Mazzarino, V. Sirago, A. R. Neumann, F. Paschoud, A. Chastagnol, [...] T. D. Barnes, G. Sabbah, A. Marcone, D. Baatz e R. Bockius, P. Richardot, M. Reeve e M. Formisano" (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 35-36). O próprio Paniagua Aguilar, que elenca esses autores, e João Gouveia Monteiro, que publicou uma tradução do *Compêndio da Arte Militar* três anos após o trabalho do espanhol, também seguiram essa defesa, interpretação também seguida em nossa dissertação de mestrado (TAVARES, 2014, p. 36). Adiantamos que não mudamos de posição em relação ao destinatário, mas o acúmulo de novas

leituras nos possibilitou empreender um esforço para filtrar a questão do contexto de produção da obra para o período dos quase dezesseis anos de governo de Teodósio I. Para desenvolver esse ponto, todavia, é preciso conhecer em linhas gerais os principais argumentos para essa datação.

O autor que melhor sintetizou os argumentos a favor da datação teodosiana foi N. P. Milner, no que foi seguido por J. G. Monteiro. A primeira fonte de legitimação de tal datação seria a própria cronologia, já que Vegécio “alude à Batalha de Adrianópolis, mas não ao saque de Roma” (MILNER, 2001, p. xl). A menção aos acontecimentos de Adrianópolis, segundo essa interpretação, é feita de maneira indireta no décimo primeiro capítulo do livro três, em que o autor trata do que deve ser feito no dia da batalha. Ao defender que é necessário evitar que soldados lutem cansados, Vegécio fala dos erros ocorridos há pouco, já que segundo ele: “Os antigos evitaram isto, mas, no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos²⁷⁷” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 11). Como vimos anteriormente, todo o processo de marcha das tropas comandadas por Valente em direção a Adrianópolis foi muito problemático e o recontro se iniciou já no período vespertino, o que foi indicativo de que as tropas romanas estivessem cansadas de aguardar o dia todo pelo duelo, além do fato de que “os romanos ainda não haviam comido” (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2005, p. 213). Essa interpretação é compartilhada também por Monteiro (2009, p. 94) e Paniagua Aguilar, pois “que Vegécio tinha muito presente a derrota de Adrianópolis durante a redação de sua obra é algo que fica patente se se lê com atenção o *Compêndio da Arte Militar*” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 40). Os erros táticos cometidos por Valente e seus generais nesse evento parecem ter sido algo que o autor tomou como referência para a reflexão e é possível identificar também outros trechos que fazem referências indiretas à tal derrota²⁷⁸.

Se é possível saber dessas alusões a Adrianópolis, a mesma coisa não se pode dizer a respeito do saque de Roma de 410 d.C. Em três passagens do livro IV, é possível perceber como Roma aparece como exemplo de cidade inviolável²⁷⁹. Na mais importante delas, Vegécio assim escreve:

Mas o quanto são úteis as decisões de Vossa Clemência no que diz respeito à construção cuidadosa de muralhas foi registrado em Roma, que salvou a vida dos cidadãos por meio da defesa da cidadela do Capitólio para que possuísse depois, de uma forma mais gloriosa, o império de todo o mundo²⁸⁰ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Prefácio).

²⁷⁷ “[*Haec et ueteres declinarunt et superiore uel nostra aetate cum Romani duces per imperitiam non cauissent, ne quid amplius dicam, exercitus perdidit*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 11).

²⁷⁸ Todos os outros trechos que fazem referência indireta aos erros cometidos em Adrianópolis estão contidos no livro III, como a subestimação das forças inimigas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 9; 26, o alistamento de forma repentina de recrutas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10), os problemas de aprovisionamento de recursos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, X) e a má escolha de definição tática (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, IX).

²⁷⁹ As três passagens no livro IV em que é possível encontrar referências à Roma estão no prefácio, capítulo IX e capítulo XXVI.

²⁸⁰ “[*Sed dispositionibus vestrae clementiae quantum profecerit murorum elaborata constructio Roma documentum est, quae salutem civium Capitolinae arcis defensione servavit ut gloriosus postea totius orbis possideret imperium*]”

No trecho, há uma referência à invasão gaulesa de Roma, datada em aproximadamente 386 a.C. Políbio narrou o evento da seguinte forma: “e quando os gauleses, depois de tomarem a própria Roma à força, dominaram-na, à exceção do Capitólio²⁸¹” (POLÍBIO. *Histórias*. I. VI, 2). O que se seguiu, segundo Vegécio e Políbio (*Histórias*. I. VI, 3) é que, depois desse evento, Roma iniciou seu processo de conquistas das cidades vizinhas, o que desaguou futuramente na formação do império. Mais importante do que essa referência ao passado republicano da cidade, é o entendimento de que Roma possui muralhas que não foram transpostas, já que ela é exemplo de cidade amuralhada, ou, como defende Milner, “cidade inviolada” (MILNER, 2001, p. xl). Tal afirmação não seria mais plausível após o ano de 410 d.C., o que circunscreve a produção da obra ao período entre 383 e 410 d.C., o ano do fatídico saque.

Um outro elemento que corrobora essa datação é a falta de menção aos vândalos por parte de Vegécio. Essa ausência seria explicada pelo fato de que a obra teria sido produzida antes de 406 d.C., ano em que, em seu último dia, “um grande bando de vândalos, alanos e suevos derrotaram um exército franco no lado oriental do Reno e então cruzaram o rio perto de *Moguntiacum*, espalhando devastação nas províncias do norte da Gália” (KULIKOWSKI, 2019, p. 138). Um grupo tão importante de povos não poderia ser esquecido se a obra tivesse sido produzida após tal data.

A esse argumento está relacionado o próximo: o de que hunos e alanos são citados como um só povo. Vegécio assim os classifica ao elogiar as qualidades bélicas do imperador: “[...] a nação dos hunos e alanos²⁸² [...]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, Epílogo). Aqui o original latino é muito importante, já que o termo *natio*²⁸³, está em sua forma nominativa singular e os genitivos são colocados como pertencentes ao mesmo grupo. Esse caso é importante porque, como vimos no capítulo 2, a colocação de hunos e alanos no mesmo grupo era algo muito presente no final do século IV, como atestou Amiano Marcelino. No início do século seguinte, todavia, “eles se separaram quando os alanos se juntaram aos vândalos em 406 e os hunos permaneceram assentados na Panônia até 427 d.C.” (MILNER, 2001, p. xl). Ou seja, em um caso a falta de menção a uma *natio* importante e em outro a unificação de *nationes* que já eram conhecidamente distintas na segunda metade da primeira década do século V d.C. Mais uma vez se vê reforçada a hipótese de que a obra foi redigida em um contexto que antecede o ano de 406 d.C. A isso se soma a ausência de guerra naval contra os bárbaros, um ponto mencionado anteriormente, mas que serve para aumentar a plausibilidade da datação estudada.

²⁸¹ “[Γαλάται δὲ κατὰ κράτος ἐλόντες αὐτὴν τὴν Πόλιν κατεῖχον πλὴν τοῦ Καπετωλίου]” (POLÍBIO. *Histórias*. I. VI, 2).

²⁸² “[*Hunorum Alanorumque natio*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, Epílogo).

²⁸³ Em nossa leitura, o substantivo feminino de terceira declinação *natio* significa nesse caso “um grupo de pessoas (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1964, p. 1158) e não carrega a semântica de nacionalidade típica do nascimento dos Estados Nacionais Modernos mais de mil anos após os eventos narrados por Vegécio.

Um outro ponto levantado por esses defensores da datação no final do século IV é a referência ao recrutamento de homens que viviam nos campos, os *coloni*. Segundo Milner, isso “foi banido depois de pressões dos senadores proprietários de terra no início do século V [d.C.]” (MILNER, 2001, p. xl). Essa interpretação possui uma relação muito próxima com as conclusões de Jones, segundo o qual: “o governo normalmente, como parece ter sido, isentou as terras privadas de fornecer recrutas e os senadores romanos em 397 preferiram pagar 25 *solidi* por homem ao invés de recrutas” (JONES, 1964, p. 619). Esse argumento, contudo, não nos parece plausível, já que aqui Vegécio está apontando suas soluções para os problemas militares romanos a partir daquilo que achava que devia ser e não a partir do que era corrente. Nesse trecho ele não fazia nenhuma referência factual, mas sim tentava mostrar como os jovens do campo eram mais aptos para o trabalho de Marte.

Coisa completamente diferente ocorre quando ele fala dos exercícios com postes e escudos de vime. O autor do manual militar assim elabora: “Com efeito, o uso dos postes é extremamente útil não só aos soldados como também aos gladiadores²⁸⁴[...]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 11). O verbo *prodesse* é colocado na terceira pessoa do singular no presente do indicativo, o que aponta que Vegécio viveu em um contexto que os jogos gladiatoriais eram um elemento rotineiro da vida romana. É preciso lembrar, no entanto, que “Honório encerrou essas escolas [gladiatoriais] temporariamente em 399, e que este divertimento estava moribundo desde 410 [d.C.], mesmo em Roma” (MONTEIRO, 2009, p. 94). Ou seja, é menos provável que ele falasse dessas atividades depois de 399 e menos ainda no final da década seguinte. Outro fato que pode servir de balizador para uma maior restrição do período temporal em que a obra foi escrita é a citação de Ravena apenas como sede da velha frota imperial oriental (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 32) e não como “nova capital do Império Ocidental a partir de 401-402 d.C., equipada com as principais instalações” (MILNER, 2001, p. xli). Pensamos, por outro lado, que o fato de Vegécio utilizar o indicativo imperfeito quando trata dessa frota ravenense dá a entender que ele estivesse falando de acontecimentos do passado que não teriam relação com a condição atual da cidade. Por isso, esse trecho também nos parece um pouco problemático para legitimar a datação da obra.

Os últimos argumentos apresentados por Milner são de ordem mais subjetiva para justificar a escolha de Teodósio I como o destinatário do documento. O primeiro é o fato dele estar em um meio-termo entre o irmão de Graciano e o assassino do filho de Valentiano I. Isso quer dizer que “Teodósio I ocupou uma posição convenientemente entre esses polos emocionais, não sendo ligado ou politicamente envolvido no governo de Graciano” (MILNER, 2001, p. xli). Isso quer dizer que as críticas já conhecidas ao exército a partir de Graciano poderiam não representar uma ofensa à família do imperador. O segundo argumento se relaciona à melhor época para cortar as árvores que

²⁸⁴ “[*Palorum enim usus non solum militibus sed etiam gladiatoribus plurimum prodest*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 11).

servem para se construir liburnas²⁸⁵. Essa data é identificada por Vegécio entre “a décima quinta e a vigésima segunda lua²⁸⁶” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 35). Segundo Milner, esse trecho indica que o texto foi escrito em um período após “[...] uma das reformas teológicas de Teodósio I de 387-388, na qual Teófilo, bispo de Alexandria, organizou um calendário pascal para cem anos baseado no consulado de Teodósio de 380 d.C.” (MILNER, 2001, p. xli). É possível elencar também o argumento de que Teodósio foi um fundador de cidades, da qual a mais famosa é “Teodosiópolis em Mesopotâmia em 383 [d.C.]” (BARNES, 1979, p. 256). Apesar dessa possibilidade ser altamente plausível, não podemos esquecer que o fato de Vegécio defender que o imperador ao qual ele dedicou sua obra concluiu inúmeras cidades (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Prefácio), não significa muita coisa, já que a situação de instabilidade entre os séculos IV e V d.C. possibilitou que diversos imperadores ganhassem oportunidades de reconstruir cidades.

Dois últimos argumentos podem ser levantados, um apontado por Milner e outro por Barnes. O primeiro é o do interesse de Teodósio I pela história republicana romana, como é possível conhecer a partir, por exemplo, da leitura de Claudiano, que aponta como Teodósio meditava sobre os generais antigos (CLAUDIANO. *Panegírico do Quarto Consulado de Honório Augusto*. 399). Esse interesse de Teodósio I pelo passado romano pode ter sido fundamental para que o autor não só ganhasse a simpatia do imperador, como também imprescindível para o pedido de continuação da obra.

Um argumento final para a datação da obra no governo de Teodósio I é a relação já citada entre a Segunda Guerra Púnica e o contexto de produção da obra. Isso porque Vegécio não foi o único autor do período teodosiano a fazer essa comparação. Amiano Marcelino ao narrar os eventos de Adrianópolis, encerra assim sua avaliação da batalha:

Ainda que nunca nos anais lemos acerca de nenhuma derrota romana que tivesse chegado ao massacre, com a exceção da derrota de Canas, em ocasiões os romanos, prejudicados pela fortuna, sofreram derrotas pontuais nas guerras²⁸⁷ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13, 19).

O autor antioqueno evoca Canas depois de fazer um balanço das perdas romanas em Adrianópolis, ou seja, dois terços do exército (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13, 18). A conclusão do historiador parece ser a de que é possível que os romanos se recuperem após uma perda comparável à de Canas. Vegécio também evoca indiretamente Canas, batalha que representou o esplendor de Aníbal na Segunda Guerra Púnica. Segundo ele:

²⁸⁵ Segundo Raffaele D’Amato (2009) em *Imperial Roman Naval Forces 31BC-AD 500*: “durante o período imperial, o mais típico navio de guerra foi a *liburna*, que seguiu o modelo dos piratas ilírios *lémboi* e navios das frotas helenísticas tardias. Esses navios eram de pequena dimensão, ágeis e altamente manobráveis” (D’AMATO, 2009, p. 37). Vide a ilustração presente na página 311.

²⁸⁶ “[...] a quinta decima luna ad vicesimam secundam...]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 35).

²⁸⁷ “[nec ulla annalibus praeter Cannensem pugnam ita ad interneccionem res legitur gesta, quamquam Romani aliquotiens reflante Fortuna fallaciis lusi bellorum iniquitati cesserunt ad tempus]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13, 19).

Mas a segurança da longa paz conduziu os homens, em parte, ao prazer do ócio e, em parte, às carreiras civis. Assim, o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo caiu no esquecimento, conforme se sabe. E que ninguém se admire que isto tenha acontecido na época precedente, sabendo-se que, depois da Primeira Guerra Púnica, seguiu-se uma paz de mais de vinte anos, que adormeceu pelo ócio e pela desabitucação das armas os romanos que tinham vencido em toda a parte, de tal forma que, durante a Segunda Guerra Púnica, eles não puderam estar a altura de Aníbal. E assim, depois de tantos cônsules, de tantos generais e de tantos exércitos perdidos, só alcançaram de nova a vitória quando conseguiram aprender a prática e o treino militares²⁸⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

Vegécio mostra aqui que o ócio e a falta do treino militar levaram os romanos a sofrerem uma derrota de forma parecida com as derrotas da Segunda Guerra Púnica. Os paralelos não param por aí, já que é sabido que os romanos foram vitoriosos na Segunda Guerra Púnica, assim como também foram vitoriosos contra os godos, como o *foedus* de 382 d.C. atesta. Sabendo que o *terminus post quem* do *Compêndio da Arte Militar* é o ano de 383 d.C. e que Amiano Marcelino divulgou sua *Histórias* possivelmente no início dos anos 390 d.C., os paralelos feitos entre os eventos relacionados às invasões godas e a Segunda Guerra Púnica ganham ainda mais consistência. E os dois não são os únicos, já que Temístio, em uma oração proferida em 384 d.C. (*Orações*. 34, 22), e Pacato, em panegírico escrito em 389 d.C. (*Panegírico ao Imperador Teodósio*. 19, 2; 32,1), também comparam os eventos relacionados às ações godas com aqueles empreendidos pelos cartagineses e seus aliados.

Essa série de argumentos elencados até aqui nos leva a pesar entre as datações celebrizadas por Goffart e Milner. A escolha entre uma data no início do século V ou final do século IV d.C. é bastante complexa, mas, diante dos vários argumentos apresentados, nos colocamos a favor da segunda. Primeiro porque acreditamos que os argumentos apresentados em defesa da primeira datação são bastante genéricos e podem muito bem se adaptar ao contexto anterior. Segundo porque os argumentos em favor da segunda datação se apresentam, em nossa leitura, mais firmemente alicerçados no contexto factual após 378 d.C.

Por conta disso, optamos por adotar uma datação do *Compêndio da Arte Militar* no contexto em que Teodósio I foi *augustus*. Levando em conta o fato de que ele governou entre 379 e 395 d.C. e que a obra só pode ter sido escrita após a morte de Graciano, temos aí um recorte de onze anos, ou seja, entre 384 e 395 d.C. É possível ser mais preciso na datação da obra? Aqui entramos em um terreno de posições mais complexas. O autor que melhor avançou nessa tentativa foi Philippe Richardot em *La datation du "De Re Militari" de Végèce*. Nesse trabalho, o historiador militar francês arrola quatro argumentos para defender uma datação mais exata: os paralelos entre Vegécio e

²⁸⁸ “[*Sed longae securitas pacis homines partim ad delectationem otti, partim ad civilia transduxit officia. Ita cura exercitii militaris primo negligentius agi, postea dissimulari, ad postremum olim in oblivionem perducta cognoscitur. Nec aliquis hoc superiore aetate accidisse miretur, cum post primum Punicum bellum viginti et quod excurrit annorum pax ita Romanos illos ubique victores otio et armorum desuetudine enervaverit ut secundo Punico bello Hannibali pares esse non possent. Tot itaque consulibus, tot ducibus, tot exercitibus amissis, tunc demum ad victoriam pervenerunt cum usum exercitiumque militare condiscere potuerunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

Claudiano, a ausência de referências a usurpadores por parte de Vegécio, a enumeração dos povos apenas do Danúbio e a estabilidade danubiana subentendida no texto. Segundo ele: “O *De Re Militari* pode ser datado entre 386 e 388 [d.C.], em uma época em que Teodósio I não controlava ainda o Ocidente, mas continuava a monitorar de perto a região do Baixo Danúbio” (RICHARDOT, 1998, p. 147). Essa não é, todavia, a única possibilidade, já que sabemos, por exemplo, que entre 388 e 391 d.C., Teodósio I esteve em Milão, onde pode ter contato com figuras importantes da parte ocidental do império. Muitos comentadores aventaram que, por conta da origem hispânica do autor do manual, foi naquela “cidade onde Vegécio o poderá ter conhecido [Teodósio I] e onde lhe poderá ter dirigido o trabalho e até servido” (MONTEIRO, 2009, p. 95).

Sabemos que as duas hipóteses possuem fragilidades, como a que interpreta a paz no Danúbio de forma superestimada quando se estuda o período e a ideia altamente problemática de que Vegécio, um *comes*, teve uma única chance de encontrar o imperador. Diante desses problemas, apresentamos uma hipótese para tentar fornecer uma maior exatidão à datação da obra a partir da relação texto e contexto.

Assim como o Anônimo, Vegécio procurava oferecer um modelo de reforma do aparato burocrático-militar à Teodósio I, já presumido como destinatário do documento. Levando-se em conta que Teodósio I foi nomeado imperador na parte oriental, em 379 d.C., um de seus maiores desafios era justamente recuperar o poderio militar de um exército. Tal ambiente de reconstrução, portanto, tornou-se bastante atrativo para propostas de reforma, o que fornece um marco importante. Por outro lado, se encararmos que, no ano de 388, Teodósio I possuía forças suficientes não só para proteger sua região, mas também para entrar na parte ocidental e lutar contra Máximo, o processo de reformulação do exército romano liderado por Teodósio já estaria em fase avançada. Essa conclusão da reformulação do exército romano seria reafirmada três anos depois durante a guerra contra Eugênio. Portanto, acreditamos que Vegécio escreveu sua obra após a morte de Graciano e antes do início do conflito entre Máximo e Teodósio I. Ou seja, defendemos que o *Compêndio da Arte Militar* foi escrito entre 384 e 388 d.C. Qualquer esforço no sentido de refinar ainda mais a datação da obra, em nossa opinião, é momentaneamente infrutífero, já que a obra não foi produzida de maneira única (o livro era uma obra única e fechada) e não existem mais indícios textuais que podem nos levar a melhores conclusões. Dito isso, é importante passar às de ordem teórico-metodológicas essenciais para uma análise de tais documentos.

3.3. COMO ANALISAR MANUAIS MILITARES? DA DELIMITAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE

3.3.1. DOS TEXTOS TÉCNICOS AOS MANUAIS MILITARES: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Quando adentramos especificamente o campo da polemologia²⁸⁹, muitas são as classificações tipológicas das diferentes fontes históricas usadas para se analisar essa questão da guerra no mundo romano. Inicialmente, no entanto, não existe nenhuma divisão de fontes consolidada em âmbito geral e é possível até mesmo encontrar interpretações diferentes a respeito da diversidade de fontes até dentro de um mesmo grupo tipológico. Como lembra Hans Michael Schellenberg, autor de *The limited source value of works of military literature*, “uma definição aceita e convincente desse grupo de textos e os autores que pertencem a ele está em falta” (SCHELLENBERG, 2021, p. 39). Levando em conta nosso objeto de estudo, propomos aqui uma discussão a respeito da organização e delimitação dos manuais militares dentro do espectro mais amplo de fontes polemológicas na Antiguidade Romana.

Um primeiro autor elencado, João Gouveia Monteiro, apresenta em seu estudo crítico do exército romano, especificamente na introdução da tradução portuguesa do *Compêndio da Arte Militar*, uma divisão de autores que escreveram sobre o exército em três grupos: generalistas, especialistas e historiadores dos povos bárbaros (MONTEIRO, 2009, p. 18). O primeiro grupo seria composto por uma gama de escritores romanos da República, Principado e Antiguidade Tardia que trataram sobre temas diversos, dentre eles questões militares. Tais autores seriam exemplificados nos trabalhos de Políbio, Júlio César, Dion Cássio, Amiano Marcelino e Zósimo. O segundo grupo seria composto por escritores especialistas em temáticas militares, como Vegécio e o Anônimo, mas também Onassandro, Vitrúvio, Eneias Tático. Por último, existiriam os historiadores dos povos bárbaros, como Tácito, Procópio, Jordanes e Gregório de Tours. Essa divisão é, em nossa opinião, bastante problemática, já que do ponto de vista metodológico é difícil diferenciar as informações trazidas por historiadores dos povos bárbaros e autores considerados generalistas, já que ambos os grupos trazem informações a respeito de eventos e estruturas militares envolvendo tanto romanos quanto bárbaros e são escritos por romanos. Em último grau, em nossa leitura é impossível separar as abordagens adotadas por historiadores que escreveram “histórias dos bárbaros” dos famosos nomes

²⁸⁹ A polemologia é assim definida por Gaston Bouthoul, criador do neologismo na obra *Cento milioni di morti*: “ciência da guerra em geral, estudo das suas formas e suas causas, dos seus efeitos, das suas funções, enquanto fenômeno social” (BOUTHOU, 1946, p. 11)

de autores que escreveram de forma generalista. Tácito é um exemplo disso, já que é possível colocá-lo dentro dos dois grupos, o que aponta uma grande fragilidade metodológica de tal abordagem.

Se essa divisão em três grupos de autores sobre a questão bélica em Roma é um tanto quanto frágil, é possível apontar uma clara divisão em dois grupos: autores que deixaram notícias de questões militares em obras de outra natureza e autores que escreveram obras especificamente centradas em questões militares. David Paniagua Aguilar (2010, p. 204) em *Escribir Polemología en Roma* toma esse como o ponto de partida para se estudar o segundo grupo, denominado por ele (por uma apropriação da definição de Gaston Bouthoul) de polemógrafos. Os gêneros historiográfico e biográfico seriam exemplos do primeiro grupo, enquanto os diversos manuais militares produzidos em toda a história romana formariam o segundo. Os polemógrafos ou *scriptores rei militaris* seriam, portanto, autores que “compuseram obras de temática especificamente relativa à esfera militar e nas quais deixaram por escrito toda uma série de reflexões, instruções, explicações ou simplesmente notícias pertinentes a tal âmbito” (PANIAGUA AGUILAR, 2010, p. 204). Ou seja, seriam autores que o mesmo pesquisador chamou em um outro artigo, intitulado *La arenga militar desde la perspectiva de la tradición polemológica grecolatina*, de partícipes de uma “tradição literária técnica” (PANIAGUA AGUILAR, 2007, p. 02). Mas é possível dizer que existia uma literatura técnica antiga e romana?

Paniagua Aguilar acredita que sim. Segundo ele, em um livro intitulado *El Panorama Literario Técnico-Científico em Roma (Siclos I-II D.C.)*, tal literatura, nomeada por ele de técnico-científica, pode ser considerada a partir de um:

conjunto de obras de conteúdo suscetível de ser considerado técnico ou científico, em termos modernos, embora prescindindo de utilizar os conceitos de técnico e científico como elementos de discriminação interna, já que tal distinção deve ser evitada (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 31).

O autor espanhol, portanto, parte das noções modernas de técnico e científico para defender a existência de uma literatura desse tipo no mundo antigo, mais por discriminação em relação a outros tipos de literatura antiga do que por uma unidade formal desse tipo de literatura. Ou seja, para Paniagua Aguilar, o agrupamento de textos entendidos como pertencentes a uma literatura técnico-científica serviria muito mais como um elemento de diferenciação em relação a outros tipos de escritos do que como uma unidade entre os diferentes textos que a compunham. É nesse ponto que começamos a nos distanciar da posição tomada pelo autor espanhol e nos aproximamos das leituras apresentadas por um pesquisador italiano: Marco Formisano. Em *Scienza e tecnica nel mondo romano*, Formisano explicita que “o grego *episteme* e o latino *scientia* não designam um percurso cognitivo específico, são termos gerais, indicam o saber em sua inteireza” (FORMISANO, 2010, p. 18). Ou seja, no mundo antigo não havia nada que se aproximasse da ideia de ciência moderna em que o homem se mostrou independente tanto da natureza quanto dos problemas éticos dessa relação.

Partindo dos mitos de Prometeu e Dédalo, Formisano mostra como os antigos tinham um espaço para agir racionalmente e de maneira calculada, mas sempre estavam presos a duas questões centrais: os limites éticos dos desenvolvimentos tecnológicos e a existência de uma natureza fixa e imutável. Apesar desses limites intelectuais, Formisano defende que é possível dizer que os romanos desenvolveram saberes variados e que eles conheceram “uma grande exuberância de técnicas de vários tipos, em uma medida muito maior do que nós, os modernos, que atraídos mais pela beleza da produção literária, filosófica e artística do mundo antigo, não estamos dispostos a admitir” (FORMISANO, 2010, p. 23). Campos como a Astronomia, a Meteorologia, a Cartografia e a Mecânica são exemplos dessa pujança de reflexão a respeito de temáticas técnicas.

Após sete anos da publicação desse texto, Marco Formisano editou com Philip Van der Eijk uma coletânea de textos intitulada *Knowledge, Text and Practice in Ancient Writing*. Nessa coletânea são encontrados textos que tratam, por exemplo, da arte da guerra, da mecânica antiga, da arquitetura, da construção de pontes, da medicina, das relações humanas, da agricultura e da geografia, cartografia e previsão do tempo. Esse trabalho é muito importante porque logo na sua introdução são apresentadas algumas das principais características formadoras desse tipo de texto, agora categorizados dentro de um grupo específico de fontes. Van der Eijk e Formisano afirmam que “textos técnicos, ou, mais amplamente, textos que lidam com tópicos técnicos, são creditados como tendo o método que têm porque eles são considerados aplicáveis e capazes de serem usados ‘lá fora’, fora dos textos em si” (VAN DER EIJK; FORMISANO, 2017, p. 01). Ou seja, os textos técnicos, a princípio, eram considerados assim justamente porque teriam uma validade extratextual, o que se manifestaria na execução de uma disciplina específica ou campo de especialidade (*techne* e *ars*). A *utilitas*, ou seja, “a qualidade ou condição de ser prático ou vantajoso” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1964, p. 2118) seria a marca definidora desse tipo de documento.

Se tal relação entre textos técnicos e *utilitas* pode ser de muita relevância para se pensar a própria definição dos textos técnicos, para muitos ela se mostrou insuficiente. Por conta disso, ocorreram inúmeras tentativas de tentar estabelecer certos padrões para definir a literatura técnico-científica. Um caso bastante famoso é o de A. López Freire, importante filólogo espanhol, que no final do século XX estudou características da linguagem técnica nos textos gregos. No ano de 1999, o famoso filólogo empreendeu um esforço de tentar estabelecer os traços das linguagens técnico-científicas do grego antigo em que a “exatidão, impessoalidade, objetividade e economia são as metas que os falantes se propõem quando tentam fazer algo com a linguagem científica-técnica” (LÓPEZ EIRE, 1999, p. 05). Para tal, as palavras seriam mobilizadas de uma forma específica, ou seja, elas seriam “substitutas das coisas” (LÓPEZ EIRE, 1999, p. 05). O filólogo espanhol tenta inclusive

estabelecer quinze características²⁹⁰ que seriam definidoras desse tipo de texto. Essa tentativa, como algumas outras, de estabelecer padrões rígidos para definir uma determinada tipologia de fontes apresenta vários problemas quando aplicada no estudo dos textos. Um exemplo disso é apresentado por Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra, que, em seu estudo e tradução da obra *Do General* de Onassandro, apontou que “nem todos esses aspectos [de López Eire], contudo, aparecem nos textos de Onassandro e Eneias, o Tático” (DUTRA, 2010, p. 46). Se tal padronização não se impõe nem mesmo entre os textos escritos em grego, isso fica mais longe da aplicabilidade quando o leque de fontes abarca também textos latinos. Apesar dessa dificuldade, vale ressaltar que a discussão existe e tem se solidificado nas últimas décadas. Diante dessa dificuldade de estabelecimento de uma unidade entre todos os textos técnico-científicos, propomos circunscrever a nossa discussão ao ramo da literatura técnica que interessa a esse trabalho de maneira central antes de retornarmos à análise dos manuais militares.

Como defendemos anteriormente, na tradição escrita greco-romana havia uma diferenciação entre textos que tratavam de questões militares em meio a outras questões e textos que encaravam os assuntos bélicos como centrais. Como defende David Whitehead em *Fact and Fantasy in Greek Military Writers*: “mesmo na Antiguidade alguns escritores eram percebidos (e categorizados) como mais militares que outros” (WHITEHEAD, 2008, p. 139). Ou seja, existiam textos que se voltavam exclusivamente para as questões militares enquanto outros as abordavam entre outros temas. Diante dessa constatação, podemos afirmar que a quase consensualidade²⁹¹ dos pesquisadores defende a existência de textos que podem ser chamados de tratados militares ou manuais militares e que formariam em conjunto a literatura técnico-militar, literatura didático-militar ou mesmo literatura militar na Antiguidade. A questão que emerge a partir daí é: devemos considerar os manuais militares como um gênero distinto?

Avançar nesse terreno é algo altamente complexo. Jonathan Warner, autor de *Vegetius' regulae bellorum generales*, considera, por exemplo, que “o conjunto de tratados que lidam com questões puramente militares é uma categoria de análise vaga” (WARNER, 2021, p. 203). E dentro desse universo complexo, é possível perceber uma grande discordância entre os estudiosos do tema. Quatro autores que ilustram essa discordância são Conor Whately, David Paniagua Aguilar, Eric

²⁹⁰ López Eire as resumiu assim: 1) relação biunívoca do signo, 2) caráter monossêmico do signo, 3) caráter extralinguístico do signo, 4) caráter extralinguístico anterior ao uso da linguagem, e não radicalmente arbitrário do signo, 5) caráter não conotativo do signo, 6) tendência a nominalização, 7) emprego de sufixos que indicam processos ou ações, 8) tendência de uso de nomes ao invés de ação e efeito, 9) tendência à abstração, 10) tendência à sufixação adjetival, 11) tendência a derivação espontânea e fabricada, 12) tendência à prefixação distinta e exata, 13) tendência à composição, 14, tendência ao uso da terceira pessoa, da voz passiva, do imperativo o do impessoal e 15) tendência às frases nominais e a evitar a subordinação (LÓPEZ EIRE, 1999, p. 05-06).

²⁹¹ Apesar de não termos encontrado sequer um autor que criticasse a aplicabilidade do termo manuais militares, é perigoso afirmar a existência de algum consenso dentro da questão em âmbito acadêmico. Para além dos autores já citados que defendem tal existência, citamos aqui também autores como Brian Campbell (1987, p. 13), Eric McGeer (2008, p. 907) e Conor Whately (2015, p. 249) que aparecem no desenvolvimento do presente subcapítulo.

McGeer e David Whitehead. Para o quarto, após a análise de dez autores e catorze obras produzidas por autores gregos, não existiria um único gênero, mas sim “um grupo de gêneros relacionados, unidos por seu foco na guerra, mas cobrindo, além disso, uma diversa extensão de materiais e abordagens” (WHITEHEAD, 2008, p. 141). Seguindo essa linha apresentada por Whitehead, McGeer, autor de *Military Texts*, ao analisar toda a tradição de polemógrafos gregos até o período bizantino, defende que não havia um gênero de manuais militares, mas “um *corpus* de tratados militares antigos que os bizantinos herdaram e preservaram e que pode ser dividido em diversos gêneros que tratam a guerra em seus vários aspectos” (McGEER, 2008, p. 907).

Um primeiro nome de uma corrente contrária a ser citado é Conor Whately, autor de *The genre and purpose of Military Manuals in Late Antiquity*. Após analisar os diversos textos antigos que cobrem diversos aspectos da guerra até a Antiguidade Tardia e fazer um paralelo entre os manuais militares e o gênero historiográfico antigo, o classicista canadense defende que, se “as histórias [historiografia antiga] são tão variadas, tanto em conteúdo quanto em forma, e mesmo assim podem ser consideradas como um gênero, não há razão para não fazer o mesmo com os manuais militares” (WHATELY, 2015, p. 215). Ou seja, ele defende que existiu um gênero de manuais militares a partir da constatação da existência de outros gêneros com temáticas e abordagens também bastante variadas. Paniagua Aguilar referenda essa leitura ao apontar, como já dito anteriormente, que existiam *scriptores rei militares* ou polemógrafos que se distanciavam de autores que tratavam da questão militar tangencialmente. Se existe discordância a respeito da existência de um gênero único que englobou todos os manuais militares, é possível buscar um ponto em comum entre esses quatro pesquisadores: os manuais militares eram textos que possuíam certas especificidades. Portanto, importa menos elencar critérios de separação entre eles do que estabelecer parâmetros de separação entre eles e outros textos antigos.

Em linhas gerais e dando um passo atrás, podemos dizer que os manuais militares são textos que, tal como demonstra Brian Campbell, em *Teach yourself how to be a general*, “se enquadram na tradição da literatura didática na Antiguidade” (CAMPBELL, 1987, p. 13). Ou seja, são textos que se enquadram dentro da busca de uma utilidade extratextual, ou seja, que almejavam a *utilitas* e cumpriam certos critérios tipológicos gerais, tais como a concisão, impessoalidade e exatidão. O que diferencia, no entanto, um manual militar de outros textos de literatura técnica (também chamada de literatura técnico-científica e literatura didática) é que o tema central de um manual militar é, evidentemente, militar. Do recrutamento de homens até as consequências de uma vitória, tudo que envolve a atividade bélica pode ser tema dos manuais militares. Ir além disso e apontar a existência de um gênero único ou vários gêneros relacionados já começa a apresentar um cenário nebuloso. Isso não quer dizer, de outra parte, que os manuais não objetivassem também o entretenimento de seus leitores, afinal, “autores de manuais militares simultaneamente procuravam

instruir, entreter e mostrar conhecimento” (WARNER, 2021, p. 205). Um manual militar buscava isso tudo, mas com a questão militar sempre assumindo o protagonismo.

Se a questão da existência de um gênero que englobe todos os escritos técnicos sobre questões militares gera certa discordância entre os principais estudiosos da temática, é possível perceber também que não há concordância a respeito das subdivisões dos manuais militares. Paniagua Aguilar defende que existiram inicialmente dois grupos de polemógrafos entre os gregos e romanos: os que escreveram sobre *ars militaris* e os que escreveram sobre a *disciplina militaris*. Segundo ele:

se a *ars militaris* é constituída de todos aqueles elementos precisos para que a ação militar tenha êxito através do estudo e da instrução dos fundamentos da estratégia, tática, engenharia bélica, adestramento e exercício, formação militar, higiene, construção da infraestrutura militar e outras questões teórico-práticas, a *disciplina militaris* por sua parte – muito vinculada em muitos aspectos ao *mos maiorum* –, consiste em primeira instância na correta execução das ordens transmitidas pela autoridade, mas também na definição e consolidação de um código de comportamento na esfera militar que regula as relações entre os distintos membros e hierarquias militares, as infrações e padrões de conduta não permitidos nessa esfera e os méritos que recompensam a atitude correta no exercício do dever militar (PANIAGUA AGUILAR, 2010, p. 205-206).

O próprio filólogo espanhol adianta que a maioria absoluta dos textos do segundo grupo pertence ao âmbito da jurisprudência, em particular o *ius militare*. No entanto, é possível encontrar elementos desse segundo grupo, segundo o próprio, em obras como o *Compêndio da Arte Militar*. É, todavia, o primeiro grupo, *ars militaris*, que daria forma aos manuais militares enquanto gênero. Dentro desse grupo, teríamos cinco subgêneros: 1) Poliorcética, 2) Engenharia Militar, 3) Tática, 4) Coleções de estratagemas e 5) *Paraskeustiká* ou Logística (PANIAGUA AGUILAR, 2007, p. 03-04). Em resumo, o primeiro subgênero lidaria com questões de defesa e ataque de cidades sitiadas, o segundo com a exposição a respeito de máquinas e engenhos úteis a combates, o terceiro trataria de manobras, o quarto trataria de estratagemas a serem utilizados em campo de batalha e o último englobaria todos os aspectos preparatórios e de administração do exército. Existiram obras que simbolizariam determinados subgêneros e na perspectiva do espanhol, tanto o *Compêndio da Arte Militar* quanto o *Sobres os Assuntos Militares* pertenceriam ao grupo da *Paraskeustiká* ou Logística, já que seriam obras que tocavam em vários pontos a respeito da administração do exército. Nesse ponto, já é possível apontar certas fragilidades dentro dessa classificação, pois como já foi apresentado, no segundo manual é possível observar diversos capítulos em que a engenharia militar ocupa um lugar central. Além disso, é possível observar no *Compêndio da Arte Militar* elementos de todos os outros subgêneros apresentados acima.

Uma linha parecida de raciocínio é seguida por Eric McGeer, que também separa a literatura militar em cinco grupos. No entanto, esse pesquisador divide aquilo que chama de tradição

de escritos sobre a guerra até o período bizantino²⁹² em gêneros, até porque ele não considera os manuais como um gênero só. Segundo ele:

O *corpus* de tratados militares antigos, que os bizantinos herdaram e preservaram, pode ser dividido em diversos gêneros tratando da guerra em seus vários aspectos: *taktika*, delineando posicionamento e manobras e definindo terminologia tática; *strategika*, apresentando os princípios do generalato; *poliorketika*, listando os métodos e dispositivos para atacar e defender lugares fortificados; *naumachika*, tratados sobre a guerra naval; e *stratagemata*, coleções de ardis, máximas e conhecimentos²⁹³ militares (McGEER, 2008, p. 907).

É possível perceber que existem três grupos coincidentes entre as classificações desses dois pesquisadores: Poliorcética, Coleções de Estratagemas e Tática. Além disso, é possível fazer certa aproximação entre as questões logísticas, que tocavam em vários aspectos da administração do exército, e os princípios do generalato, que tratam da condução de diversas questões da vida militar por parte do comandante. Portanto, é possível notar grande similaridade entre as classificações feitas por esses dois autores, embora a escolha de um pela engenharia e do outro pela guerra naval os coloque em discordância em pelo menos um aspecto. Se Paniagua Aguilar e McGeer apresentam muitas similaridades em suas escolhas, isso não pode ser dito quando suas divisões são comparadas com as de David Whitehead e Brian Campbell.

Para Whitehead, que também se centra principalmente nos textos escritos em grego, os manuais militares poderiam ser agrupados em dois grupos: os que tratavam de batalhas e os que tratavam de cercos. Do cenário de dez manuais analisados por ele, “somente quatro deles visam um cenário de ‘batalha’: Asclepiodoto, Onassandro, Eliano e Arriano. Todos os outros seis tratam da guerra de cerco” (WHITEHEAD, 2008, p. 141). Apesar dessa aparente separação simplista dos manuais, o autor britânico não nega que novos gêneros poderiam surgir com o transcorrer do tempo, já que ele lembra que “durante a era romana, o gênero de coleções de estratégias emergiu” (WHITEHEAD, 2008, p. 143). Apesar de simplista, a classificação de Whitehead é interessante porque não se apresenta como um sistema fixo e fechado.

Um outro autor que divide os manuais militares em duas categorias é Campbell. No entanto, é preciso lembrar que a classificação que ele faz dos manuais romanos segue uma outra direção. Segundo ele, duas grandes categorias existiriam: “(i) preceitos sobre estratégia e táticas; aqui exemplos históricos e ilustrações são frequentemente expostas; (ii) descrições técnicas de exercícios, formações e armamentos²⁹⁴” (CAMPBELL, 1987, p. 13). Enquanto Whitehead toma a separação entre batalha e cerco como os elementos definidores da diferença entre manuais, Campbell cria uma

²⁹² Apesar de McGeer afirmar que estuda os textos em grego, sua classificação se aplica muito bem também para os textos escritos em latim.

²⁹³ O autor faz uso do termo *lore*, que traduzimos como conhecimentos, mas que em nossa opinião não traduz toda a complexidade da palavra, ligada a saberes tradicionais passados entre gerações.

²⁹⁴ Além desses dois grupos, Campbell lembra também das orientações a respeito da guerra presentes entre textos de historiadores e outros escritores. Todavia, como já demonstramos, esses outros tipos de escrita que tratam sobre o fenômeno militar não são especificamente parte da literatura técnica militar.

divisão entre autores que pensam a guerra de maneira mais teórica e autores que a enxergam de maneira mais prática. Para Campbell existiria uma separação entre autores teóricos e práticos, o que em nossa leitura é bastante complicado quando tomamos os exemplos do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar*, manuais que mesclam questões consideradas teóricas e práticas, principalmente o segundo.

Quem oferece uma saída para essa questão é Conor Whately. Partindo da leitura de Whitehead e outros estudiosos do tema, o historiador canadense defende que “embora aqueles trabalhos falem sobre a guerra, nem todos eles cobrem os mesmos aspectos” (WHATELY, 2015, p. 252). Para ele, não seria possível aventar uma classificação dessas obras dentro de grupos específicos porque haveria até mesmo “a falta de definições antigas” (WHATELY, 2015, p. 251). Essas palavras nos parecem interessantes, já que até agora estivemos às voltas com as tentativas de classificação por vários pesquisadores que se mostram bastante heterogêneas. O que percebemos é que as diversas formas de classificar e delimitar as obras consideradas manuais militares mais enfraquecem do que realmente ajudam na busca de qualquer entendimento mais profundo acerca da delimitação desse tipo de fonte. Além disso, é claramente perceptível que as diferentes classificações dependem mais das obras analisadas e das subjetividades dos propositores delas do que da materialidade das fontes.

Nesse sentido, mais importante do que a classificação das obras é o conhecimento da tradição de manuais militares da Antiguidade Clássica que chegaram até nós. Tendo uma visão panorâmica dos autores, temáticas e textos se torna possível buscar similaridades e diferenças no processo de consolidação dos manuais militares, além de situar as duas obras centrais em nossa análise dentro de um período específico da tradição literário-militar antiga. É importante ressaltar que apresentamos aqui uma seleção das mais conhecidas e referenciadas obras de literatura militar. Tal alerta é importante porque se trata de “uma tradição literária de caráter técnico que conta com mais de oito séculos em suas costas” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 63). Acreditamos que isso é fundamental para uma análise rigorosa do *Sobre os Assuntos Militares* em comparação com o *Compêndio da Arte Militar*.

3.3.2. UMA APRESENTAÇÃO DA TRADIÇÃO DE MANUAIS MILITARES GREGOS E ROMANOS

Como já foi dito, a guerra foi tema de obras fundacionais na história da Grécia Antiga. A *Iliada* de Homero, as *Histórias* de Heródoto e a *História da Guerra do Peloponeso* são alguns dos exemplos em que a temática militar emerge entre outros temas. Contudo, o primeiro manual militar

do que hoje conhecemos como “Ocidente”²⁹⁵ que nos chegou foi o escrito por Eneias, o Tático no século IV a.C. Essa figura, segundo Brian Campbell em *Greek and Military Writers: Selected Readings*, é identificada com “Eneias de Estínfalo, general da Liga Arcádia, em 367 a.C., que ajudou a depor Eufron, o tirano de Sicião” (CAMPBELL, 2004, p. 149). Ao que tudo indica, ele teria escrito diversas obras, todavia a única que nos chegou foi *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. No prefácio do texto, o autor já deixou explícito o tom de sua obra:

Quando homens que, a partir de suas terras, entram em combate e correm perigos longe de suas fronteiras sofrem uma derrota por terra ou mar, fica a salvo para os sobreviventes o território, a cidade e a pátria, de maneira que não seriam completamente aniquilados. Mas para aqueles que hão de arriscar na defesa de seus bens mais preciosos, seus templos, sua pátria, seus progenitores, sua prole e todas as demais possessões, a luta não é igual, nem sequer similar. Pelo contrário, se escapam do perigo e rechaçam com firmeza os inimigos, no futuro parecerão mais temíveis e inexpugnáveis a seus adversários, mas se têm um comportamento covarde ante ao perigo, não restará a eles nenhuma esperança de salvação. Portanto, aqueles que devem lutar por tantas coisas e tão valiosas não devem carecer de preparação e no esforço e devem ter previstas múltiplas e variadas ocupações, para evitar, dentro do possível, que pareça que tenham fracassado por sua própria responsabilidade²⁹⁶ (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. Pref. I-III).

O objetivo da obra é apresentar elementos para a preparação da defesa de cidades fortificadas. O texto possui uma estrutura tópica e é dividido em quarenta capítulos, que tratam desde aspectos logísticos, como estabelecimento de guardas e contrassenhas (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. III), máquinas para repelir assaltos (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. XXXII), estratégias (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. XXXIX) e até instruções aos generais (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. XXVII). Ou seja, o primeiro manual militar conhecido no mundo grego, teoricamente centrado na *Poliorcética*, traz em seu conteúdo elementos que colocam algumas das classificações apresentadas em xeque, como as de Paniagua Aguilar e McGeer.

Contemporaneamente a Eneias, não se pode esquecer a figura de Xenofonte. Nascido em aproximadamente 430 a.C., essa personagem possui um grande lastro de ações militares: ele lutou na

²⁹⁵ Uso o termo entre aspas por conta dos inúmeros problemas decorrentes do uso dele. Alguns autores, dos quais o mais famoso é José Vela Tejada, acreditam que “a *Poliorcética* de Eneias, o Tático é o primeiro tratado conservado sobre tática militar, não só da literatura grega, senão também da literatura universal” (VELA TEJADA, 1991, p.09). Nós, por outro lado, temos certo cuidado com esse tipo de assertiva, já que é possível documentar a existência de vários escritos sobre questões militares em outras civilizações antigas, conforme demonstra Ralph D. Sawyer em *The Seven Military Classics of Ancient China*. O mais famoso dentre esses trabalhos é a *Arte da Guerra* de Sun Tzu, obra escrita entre os séculos VI e V a.C. (SAWYER, 1993, p. 150).

²⁹⁶ “[Οσοις τῶν ἀνθρώπων ἐκ τῆς αὐτῶν ὀρμωμένοις χώρας ὑπερόριοι τε ἀγῶνες καὶ κίνδυνοι συμβαίνουσιν, ἂν τι σφάλμα γένηται κατὰ γῆν ἢ κατὰ θάλασσαν, ὑπολείπεται τοῖς περιγυγνομένοις αὐτῶν οἰκεία τε χώρα καὶ πόλις καὶ πατρίς, ὥς τε οὐκ ἂν ἄρδην πάντες ἀναιρεθῆσαν: τοῖς δὲ ὑπὲρ τῶν μεγίστων μέλλουσι κινδυνεύειν, ἱερῶν καὶ πατρίδος καὶ γονέων καὶ τέκνων καὶ τῶν ἄλλων, οὐκ ἴσος οὐδὲ ὁμοῖος ἀγὼν ἐστίν, ἀλλὰ σωθεῖσι μὲν καὶ καλῶς ἀμυναμένοις τοὺς πολεμίου φοβεροὺς τοῖς ἐναντίοις καὶ δυσεπιθέτους εἰς τὸν λοιπὸν χρόνον εἶναι, κακῶς δὲ προσενηχθεῖσι πρὸς τοὺς κινδύνους οὐδεμία ἐλπίς σωτηρίας ὑπάρξει. τοὺς οὖν ὑπὲρ τοσοῦτων καὶ τοιούτων μέλλοντας ἀγωνίζεσθαι οὐδεμίας παρασκευῆς καὶ προθυμίας ἐλλείπει εἶναι δεῖ, ἀλλὰ πολλῶν καὶ παντοίων ἔργων πρόνοιαν ἐκτέον, ὅπως διὰ γε αὐτοὺς μηδὲν φανῶσι σφαλέντες:]” (ENEIAS, O TÁTICO. *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*. Pref. I-III).

cavalaria ateniense durante a Guerra do Peloponeso, depois enfrentou os democratas durante o governo dos trinta tiranos, foi um dos “dez mil” mercenários que lutaram ao lado de Ciro na campanha que terminou com a derrota em Cunaxa e foi um dos líderes das tropas derrotadas na Batalha de Coroneia em 394 a.C., quando foi exilado de Atenas (CAMPBELL, 2004, p. 21). Xenofonte é mais conhecido como historiador, mas também escreveu duas obras que nos interessam aqui: *O Comandante de Cavalaria* e *Sobre a Arte da Cavalaria*. Enquanto no segundo manual militar Xenofonte fornece várias informações para os jovens cavaleiros em um texto dividido em treze capítulos, o primeiro livro fornece uma série de instruções e máximas em nove capítulos para o comandante da cavalaria. Entre as responsabilidades do comandante de cavalaria listadas por ele estavam: cuidar do recrutamento e treinamento dos homens e cavalos (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. I. II-III), ensinar alguns planos de formação (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. II. I), fazer sacrifícios aos deuses e velar pelas procissões (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. III. I), cuidar das pausas e descansos durante a marcha (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. IV. I), julgar as condições em que suas tropas teriam vantagem (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. V. I-II) e liderar em combate (XENOFONTE. *O Comandante de Cavalaria*. VI. 2-3). Apesar de não contar com um prefácio, tal obra, em nossa opinião, atesta a presença de grandes preocupações que envolvem aspectos táticos, logísticos e estratégicos. O que o coloca como um texto muito interessante dentro dos manuais militares.

Como mostra Rodrigo Simões Ferreira Gomes em *A Escrita da Guerra na Antiguidade e em Bizâncio: o De Re Strategica de Siriano Magistros (século IX/X)*, os próximos manuais militares conhecidos foram escritos pelas mãos de Filo de Bizâncio (GOMES, 2018, p. 15). O que se sabe é que o autor “viveu nos anos 230 a.C. e produziu uma coleção de trabalhos tecnológicos em nove livros, incluindo a construção de artilharia (*Belopeica*) e a condução ofensiva e defensiva de cercos [Poliórcética]” (CAMPBELL, 2004, p. 35). Além desses dois trabalhos, existe uma obra dedicada à edificação de fortalezas (*Parakeustika*). Como aponta Philip Rance no verbete dedicado a Filo de Bizâncio em *Conflict in Ancient Greece and Rome*:

a *Parakeustika*, único tratado sobre fortificação a ter sobrevivido da antiguidade, contém recomendações detalhadas para o design, *layout* e construção de muros, torres, ameias e trabalhos externos, assim como a organização da mão de obra e provisões antes e durante um cerco (RANCE, 2016, p. 444).

Para além do ineditismo temático em uma das obras de Filo de Bizâncio, é preciso lembrar que seu nome é citado entre autores posteriores, dos quais Vitruvius é o mais célebre²⁹⁷ (VITRÚVIO. *Sobre Arquitetura*. VII. Pref. 14). Um autor contemporâneo a Filo de Bizâncio é Bítton de Pérgamo. Pouco se sabe sobre essa personagem, mas o que é seguro dizer é que ele dedicou sua obra ao rei Átalo I de Pérgamo (269-197 a.C.) (CAMPBELL, 2004, p. 180), já que existe uma citação do nome

²⁹⁷ Gomes lembra também que Héron cita Filo em seu *Manual de Artilharia* (GOMES, 2018, p. 16).

do rei no texto (BÍTON DE PÉRGAMO. *Construção de Máquinas de Guerra e Artilharia*. 43, 1). Sua obra conhecida é intitulada *Construção de Máquinas de Guerra e Artilharia* e descreve quatro catapultas de não-torção, um helépolis e uma *sambuca*. Segundo Rubén Sáez Abad, autor de *Artillería y poliorcética em el mundo grecorromano*, “o principal valor desta obra reside na descrição das máquinas de ‘não torção’ de desenho avançado e na existência das instruções para sua montagem, informação que o resto dos autores não mencionam, com a exceção do *gastaphetes*” (SÁEZ ABAD, 2005, p. 20). O trabalho de Bítón de Pérgamo encerra aquilo que é chamado de “primeira fase de produção de tratadística militar” (GOMES, 2018, p. 18). Esse encerramento se dá simplesmente pela falta de manuais militares que sobreviveram ao crivo do tempo no século II a.C. Nesse sentido, fariam parte dessa primeira fase as obras produzidas entre os séculos IV e III a.C. por autores de língua grega.

Se não existem registros da sobrevivência de manuais militares escritos no século II a.C., isso não significou a perda de importância da produção de obras com temáticas militares, como as *Histórias* de Políbio atestam. No século I a.C., Julio César escreveu duas obras, *Comentários sobre a Guerra da Gália* e *Sobre a Guerra Civil*, que, apesar de não serem manuais militares, são importantes referências para se entender não só aspectos militares romanos, mas também questões relacionadas à vida nos acampamentos e batalhas. É também no século I a.C. que novos manuais militares voltaram a aparecer, o que iniciou um período da grande produção desse tipo de obra.

O primeiro nome que emergiu foi o de Asclepiodoto, o Filósofo, personagem também nebuloso. O que é possível saber sobre ele, para além do fato de que viveu no século I a.C., é que existem cinco menções a ele feitas por Sêneca, que nos levam a entender que “não há sinal de que Asclepiodoto teve qualquer treinamento militar, mas o material que ele usou, até certo ponto, representou o pensamento militar, preservado em livros anteriores, das melhores práticas na operação da falange” (CAMPBELL, 2004, p. 32). O seu manual é dividido em doze capítulos que tratam da composição de um exército selêucida e das terminologias de um exército helenístico. Entre as partes que o formam, pode-se citar os diferentes ramos do exército (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. I), subdivisões da falange de hoplitas (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. II), a disposição dos homens no exército (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO *Tática*. III), o intervalo entre soldados (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. IV), as armas apropriadas para a luta (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. V), forma da infantaria leve e cavalaria (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. VI-VII), carros de combate e elefantes (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. VIII-IX) e os comandos usados nas evoluções militares (ASCLEPIODOTO, O FILÓSOFO. *Tática*. XII). Como já demonstrado anteriormente, no século I a.C., o modelo tático defendido por Asclepiodoto, a falange, estava em completo desprestígio e os exércitos da Grécia que o utilizavam foram sucessivamente derrotados pelos romanos. No entanto, aqui ele defendia um modelo do passado idealizado, algo que se repetiu muito em escritos posteriores.

O próximo manual conhecido foi produzido, ao que tudo indica, dentro da corte augustana. Seu autor, Ateneu, o Mecânico, dedicou seu *Sobre as Máquinas* ao sobrinho de Otávio: Marcelo (ATENEU, O MECÂNICO. *Sobre as Máquinas*. 3.1). Esse manual militar é dividido em cinco capítulos, em que é possível identificar além de um prefácio (ATENEU, O MECÂNICO. *Sobre as Máquinas*. 3.1-7.7), um conjunto de boas práticas na construção de aríetes e outras máquinas de cerco (ATENEU, O MECÂNICO. *Sobre as Máquinas*. 7.8-27.6), práticas ruins no uso de escadas e *sambucæ* (ATENEU, O MECÂNICO. *Sobre as Máquinas*. 27.7-31.5), propostas de engenhos (ATENEU, O MECÂNICO. *Sobre as Máquinas*. 31.6-38.13) e um epílogo (ATENEU, O MECÂNICO *Sobre as Máquinas*. 39.1-40.2). Assim como Asclepiodoto, Ateneu “escreve não de uma experiência prática, mas do ‘assento de sua bem acolchoada’ cadeira” (WHITEHEAD, 2008, p. 146). Por isso, o mesmo comentador considera que “as ideias de Ateneu são impraticáveis” (WHITEHEAD, 2008, p. 146). Em nossa opinião, todavia, tal aparente inadequação foi um *topos* comum dentro dessa tradição e se repetiu em trabalhos posteriores, o que o tornou uma das características mais singulares dessa tipologia. Outra curiosidade a respeito da obra de Ateneu é a similaridade apontada por Campbell entre trechos do *Sobre as Máquinas* (9-26) e o trabalho técnico de Vitrúvio, *Sobre Arquitetura* (10. 13-15) (CAMPBELL, 2004, p. 191). É importante lembrar que apesar da obra de Vitrúvio dispor de um livro todo para a descrição de máquinas como: catapultas, escorpiões e balistas (VITRÚVIO. *SOBRE A ARQUITETURA*. X), ela não é um manual militar.

O século I d.C. foi palco de uma grande disseminação de manuais militares. Um primeiro autor a ser lembrado é autor de duas obras que chegaram até nossos dias: Herão de Alexandria. Esse homem foi um matemático que viveu entre os anos de 10 e 70 d.C. e se tornou célebre, segundo Ioannis Georganas, por ter “escrito numerosos tratados sobre mecânica, métrica, matemática e geometria. Alguns de seus trabalhos mais importantes sobre mecânica foram o *Pneumatica*, *Automatopoietica*, *Belopoeica* e *Cheirobalistra*” (GEORGANAS, 2016, p. 300). Os dois últimos são manuais militares e o penúltimo, *Sobre a construção de Artilharia* (*Belopoeica*), interessa muito aos estudiosos da história militar, já que nele Herão se consagrou como o primeiro autor a “descrever, detalhadamente, a construção de um engenho de não-torsão que disparava setas (*gastraphetes*) e por sintetizar os preceitos de construção de artilharia por torsão antiga, comparando-os a modelos mais recentes” (GOMES, 2018, p. 25). Um elemento bem interessante da obra do autor alexandrino é que ele, logo na introdução de seu tratado, dizia que mobilizava autores anteriores e dizia escrever não só para especialistas (HERÃO DE ALEXANDRIA. *Sobre a construção de Artilharia*. 73. 5). Por conta disso, Eric Marsden chegou à conclusão de que “Herão baseou sua *Belopoeica* de forma muito próxima na seção correspondente dos *Comentários* de Ctesíbio, hoje perdida” (MARSDEN, 1971, p. 01). Seu outro manual militar, *Sobre as Catapultas*, descreve diversos itens, entre os quais um engenho que foi “utilizado posteriormente na Guerra da Dácia de Trajano” (GOMES, 2018, p. 25).

Um autor contemporâneo a Herão de Alexandria e muito mais afamado foi Onassandro. Assim como grande parte dos últimos autores que tratamos, ele não possuía experiência militar. A grande maioria dos seus comentadores apontam que Onassandro “foi um filósofo platônico que escreveu um comentário (perdido) sobre *A República*” (HARTEN, 2015, p. 399). Sobre o conteúdo da obra, Ana Teresa Marques Gonçalves o sintetiza em *Saberes e poderes do general de Onassandro: manual militar e condução de soldados*: “o autor não foi um general, mas pelo estudo e pela pesquisa coletou informações sobre a formação de um grande líder, advindas de outras obras compostas por homens com saber bélico” (GONÇALVES, 2015, p. 39). Sendo assim, várias questões atinentes ao comando das tropas são abordadas na obra. É importante dizer que *Do General* foi dedicado a Quinto Verânio (ONASSANDRO. *Do General*. Pref. I), uma figura importante do Império Romano entre os anos de 43 e 59 d.C. (DUTRA, 2010, p. 13). Portanto, é possível circunscrever a redação da obra a meados do século I d.C. Assim como *Sobre o Comandante de Cavalaria* de Xenofonte, o manual de Onassandro fornece um conjunto de ensinamentos ao líder militar, que tratam questões que envolvem o antes, durante e o depois das batalhas. Em nossa opinião, esse é um dos manuais militares mais interessantes da Antiguidade Clássica, já que entre seus quarenta e dois capítulos muitas temáticas instigantes são encontradas. Não é mero acaso que ele se tornou um texto muito lido, principalmente no Império Bizantino.

O próximo autor a ser elencado dentro da lista de escritores de manuais militares é Sexto Júlio Frontino. Como mostra Raul Vitor Rodrigues Peixoto em *As Obras de Polieno e Frontino: Proposta de uma Tipologia dos Manuais Militares Romanos no Princípio*, Frontino viveu entre 35 e 104 d.C. e percorreu grande parte do *cursus honorum*. Como lembra o pesquisador brasileiro, Frontino foi pretor urbano, procônsul da Ádia, cônsul duas vezes e governador da Britânia, “onde subjuguou os sílures e construiu uma via militar na região atual do País de Gales, que recebeu o nome de *Via Julia* em sua homenagem” (PEIXOTO, 2011, p. 40). Portanto, assim como Eneias, o Tático e Xenofonte, Frontino possuía certa experiência militar, o que não era muito comum nessa segunda fase da produção de manuais militares. É sabido que Frontino escreveu dois manuais militares, *Sobre a Questão Militar* e *Estratagemas*, além de obras sobre outras questões como a administração do sistema aquífero de Roma. Se o *Sobre a Questão Militar* não sobreviveu ao crivo do tempo, o livro *Estratagemas* se constituiu em um importante documento no estudo dessa tipologia documental. Escrito entre 84 e 96 d.C., o documento, como o próprio nome aponta, é uma vasta coleção de estratégias a serem aplicadas pelo general. Se no primeiro livro Frontino enumera estratégias sobre ações do general antes da batalha em doze capítulos (FRONTINO. *Estratagemas*. I. Pref.), o segundo elenca estratégias a serem usados na batalha (FRONTINO. *Estratagemas*. II. Pref.), o terceiro compila estratégias a serem utilizados em momentos de cerco (FRONTINO. *Estratagemas*.

III. Pref.) e o quarto trata de exemplos sobre a relação entre general e comandados, além de elencar assuntos que não se enquadravam nos outros três (FRONTINO. *Estratagemas*. IV. Pref.).

O século II d.C. é um momento histórico em que muitos manuais militares foram produzidos e possivelmente marcou o ápice na produção conhecida desse conjunto de textos. Desse período são conhecidas as obras de Apolodoro de Damasco, Eliano, o Tático, Polieno, Pseudo-Higino e Arriano. Apolodoro de Damasco foi um “engenheiro com carreira brilhante, fruto das oportunidades que se lhe abriram durante as campanhas ambiciosas de Trajano (98-117)” (GOMES, 2018, p. 29). Tal figura gozou de grande prestígio com tal imperador e foi celebrizado por ter “construído a ponte do imperador sobre o Danúbio²⁹⁸” (CAMPBELL, 2004, p. 203). Durante as Guerras Dácicas²⁹⁹, inclusive, foi o principal engenheiro de algumas campanhas. Em Roma, ficou famoso por ter sido o responsável pelas várias obras de Trajano na cidade, como o *forum*, o *odeum* e o *gymnasium*, mas, por ter caído em desgraça junto a Adriano, foi banido e depois executado por esse imperador (DIÓN CÁSSIO. *História de Roma*. LXIX. 4, 1). O único trabalho de Apolodoro que sobreviveu é intitulado *Poliorcética* e trata da enumeração de métodos de construção de engenhos de cerco. A estrutura da obra pode assim ser dividida:

um primeiro momento em que são descritos dispositivos que protejam os sitiados durante a aproximação à muralha e os ajudem a destruí-la; seguem-se instruções de como incendiar o recinto amuralhado do inimigo e sobre como construir tartarugas que suportem aríetes; métodos para a edificação de torres de assalto; e a construção e utilização de escadas de assalto (GOMES, 2018, p. 30).

Apesar da grande aproximação de Apolodoro com o círculo imperial e dele possuir grande reconhecimento enquanto engenheiro, é preciso lembrar que algumas de suas máquinas eram práticas “em alguns casos, mas outras levantam sérias dúvidas³⁰⁰” (WHITEHEAD, 2008, p. 147). Portanto, suas diversas instruções não podem ser entendidas de maior validade em relação àquelas contidas em outros manuais pelo simples fato de terem sido escritas por alguém que possuía certa autoridade militar. Hierarquizar os autores por conta de uma pretensa experiência em oposição a um aventado amadorismo pode gerar certas distorções analíticas, das quais a maior seria a desvalorização de alguns textos em detrimento de outros.

Se Apolodoro de Damasco foi executado por Adriano, Eliano, o Tático, por outro lado, dedicou sua obra, *Sobre os Arranjos Militares dos Gregos* a esse imperador (ELIANO, O TÁTICO. *Sobre os Arranjos Militares dos Gregos*. Pref.). Além dessa coincidência, é notável que o próprio

²⁹⁸ Essa ponte é descrita por Diógenes Cássio, que coloca tal construção como uma ação de grande brilhantismo da parte de Trajano (DIÓN CÁSSIO. *HISTÓRIA DE ROMA*. LXVIII. 13. 1-6).

²⁹⁹ Como aponta Stephen Chappell em *Dacian Wars, Course*: “as guerras dácicas ocorreram durante os governos de Domitiano (81-96 d.C.) e Trajano (98-117 d.C.). Enquanto a “Guerra Domitiana” (85-89 d.C.) foi inconclusiva, a Primeira Guerra Dácica de Trajano (101-102 d.C.) e a Segunda Guerra Dácica (105-106 d.C.) foram vitórias romanas respectivamente parcial e total. A Segunda Guerra Dácica levou à anexação romana do Reino da Dácia como uma província romana em 106 d.C.” (CHAPPELL, 2016, p. 848).

³⁰⁰ Existe até mesmo dúvidas se algumas das ideias contidas em tal manual eram mesmo de Apolodoro (WHITEHEAD, 2008, p. 147).

Eliano relata que sua obra foi influenciada por Frontino, já que o último o convenceu da importância da disciplina militar grega e, por isso o primeiro empreendeu a escrita de sua obra influenciado pelo segundo (ELIANO, O TÁTICO. *Sobre os Arranjos Militares dos Gregos*. Pref.). E as referências de Eliano a autores de manuais militares não se encerram com o nome de Frontino, já que são citados os nomes de homens que escreveram sobre questões militares logo no primeiro capítulo, dos quais os mais famosos são Eneias, o Tático e Políbio (ELIANO, O TÁTICO. *Sobre os Arranjos Militares dos Gregos*. I). Nessa obra de 53 capítulos, Eliano se centra naquilo que chama de Tática, ou seja, o conjunto de habilidades exigidas para organizar um exército e fazê-lo marchar, acampar e lutar efetivamente (ELIANO, O TÁTICO. *Sobre os Arranjos Militares dos Gregos*. III). Eliano é importante porque sua obra mostra que existia circulação das ideias contidas nesses manuais e até mesmo diálogo entre autores desse tipo de obra.

Outro autor de manual militar a ter uma boa relação com Adriano foi Arriano. Nascido em 89 d.C., o nicomédio “serviu à sétima legião na Guerras Dácias de Trajano, podendo ter participado também nas Guerras Párticas (114-117) do mesmo imperador” (GOMES, 2018, p. 33). Foi, todavia, no governo do sucessor de Trajano que Arriano se alçou a alguns dos postos mais importantes do império: “foi cônsul em Roma em (aproximadamente) 129 d.C. e governou a Capadócia entre 132 e 137 d.C.” (KELLY, 2015, p. 127). No final da década de 140 d.C., Arriano se mudou para Atenas, onde escreveu muitas obras, como aquelas de caráter historiográfico que lhe deram grande celebridade, mas também redigiu dois manuais militares: *Ordem de Marcha e Batalha contra os Alanos* e *Ciência Tática*. Enquanto o primeiro foi configurado como um pequeno texto inspirado tanto em sua experiência contra esse povo em seus tempos de governador quanto nas obras sobre cavalaria de Xenofonte, o segundo se caracterizou como “uma síntese dos conteúdos já presentes noutros tratados militares helenísticos (que o autor considera serem demasiado eruditos para o entendimento do público), mesclada com características do exército romano do seu tempo” (GOMES, 2018, p. 33). Disposto em quarenta e quatro capítulos, tal manual também toca em diversos pontos da organização de um exército, desde questões de armamento até exercícios de cavalaria. Além disso, é preciso lembrar que suas obras de cunho histórico, principalmente a *Anábase de Alexandre*, são muito importantes para estudar o pensamento militar clássico.

Um quarto autor a ter escrito no século II d.C. foi Polieno. Ao que tudo indica, esse autor teria nascido por volta do ano 100 d.C. e todo o conhecimento sobre ele “se limita àquilo que ele mesmo diz sobre si ao longo das introduções de seus oito volumes de compêndios militares e um verbete do *Suda*, uma enciclopédia bizantina do século X [d.C.]” (PEIXOTO, 2010, p. 31). Ele, um *dikaían*³⁰¹ (POLIENO. *ESTRATAGEMAS*. VIII. Pref.), também referenciado como um retórico da

³⁰¹ Ou seja, alguém que tinha o dever de observação a aplicação das leis.

Macedônia, escreveu uma obra intitulada *Estratagemas*³⁰², que se divide em oito livros, cada um deles com uma introdução. O interessante é que a separação dos livros se dava por uma mistura de critérios cronológicos, geográficos e civilizacionais (PEIXOTO, 2010, p. 38-40). No total, Polieno compilou mais ou menos 900 estratagemas, que vão desde narrativas míticas até *exempla* de comandantes de Augusto.

Por último quando se trata dessa segunda fase de produção de manuais militares, é preciso citar o manual *Sobre as Fortificações de um Acampamento*, documento de autoria atribuída a Higinio Gromático, que “escreveu alguns trabalhos sobre agrimensura no século II d.C.” (CAMPBELL, 2004, p. 200). Apesar de ser um manual pequeno, *Sobre as Fortificações de um Acampamento* é muito original, não só por ter sido escrito em latim (o primeiro após o texto de Frontino), mas principalmente porque trata de questões atinentes à construção de um acampamento para as legiões romanas com grande detalhismo. Apesar de termos perdido a introdução da obra, em que o autor pode ter detalhado a audiência pretendida e seu propósito ao escrever o livro, ainda nos restam muitas informações. Do número de homens de uma centúria (PSEUDO-HIGINIO. *Sobre as Fortificações de um Acampamento*. I) até a construção de defesas em acampamentos em território hostil (PSEUDO-HIGINIO. *Sobre as Fortificações de um Acampamento*. LVIII), passando pelas proporções de um acampamento (PSEUDO-HIGINIO. *Sobre as Fortificações de um Acampamento*. XX-XXI), o autor apresenta um grau de informações que não havia sido mostrado por nenhum outro autor de manuais militares anteriores.

Se entre o século I a.C. e II d.C. pudemos identificar a existência de inúmeros manuais militares, no século terceiro não é possível encontrar textos integrais de nenhum. Textos especificamente militares só voltaram a reaparecer no século IV d.C., quando foram escritos o *Sobre os Assuntos Militares* e o *Compêndio da Arte Militar*, ambos em latim. Como dedicamos grandes porções desse capítulo na exposição e estudo dessas obras, acreditamos que não seja necessária uma nova exposição dos conteúdos das duas obras. A obra de Vegécio é “a última obra de técnica militar escrita em língua latina antes da ‘queda’ do Império Romano” (PANIAGUA AGUILAR, 2006, p. 77). Apesar desses dois manuais encerrarem nossa exposição dos manuais militares, isso não significa que outros não tenham sido escritos posteriormente e os muitos manuais bizantinos atestam que a tradição de escrever manuais militares não foi concluída no século IV ou V depois de Cristo.

Em síntese, podemos identificar três fases da produção de manuais militares no mundo clássico a partir da separação cronológica das obras. Uma primeira iniciada com Eneias, o Tático e findada com Bítion de Pérgamo, que envolve apenas obras escritas em grego (e no mundo grego) entre os séculos IV e III a.C. Uma segunda fase na tradição da literatura técnico-militar, que se iniciou no

³⁰² É muito aventado também que “Polieno pode também ter escrito um trabalho subsequente, intitulado *Tactica*” (CAMPBELL, 2004, p. 45).

século I a.C. e se estendeu até o século II d.C. e é conhecida como a fase mais pujante na história da produção de manuais militares antigos. Durante essa fase, percebe-se uma variedade enorme de autores e temáticas, o latim emergiu como língua utilizada pelos autores e as temáticas militares romanas começaram a aparecer nos textos. A última fase, típica do século IV d.C. (no mais tardar no início do século V d.C.), apresenta uma quase inversão em relação à primeira fase, já que as duas obras do período que nos chegaram foram escritas em latim e uma delas tem clara predileção ao modelo tático legionário. Essa grande tradição nos mostra a riqueza e complexidade de tais textos. Mais importante ainda, ela nos mostra a existência de uma acumulação de temáticas retratadas nesse conjunto textual. Diante de tal variedade, faz-se mister iniciar um processo de reflexão acerca de possíveis abordagens testáveis em tais documentos.

3.3.3. EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DO *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* E DO *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR*

Duas coisas são facilmente percebidas quando estudamos os manuais militares e a formação de uma tradição dos textos técnico-científicos bélicos na Antiguidade: 1) qualquer definição muito específica apresenta profundas fragilidades; 2) apesar disso, é possível perceber que um longo processo de produção de manuais militares ocorreu entre gregos e romanos, abarcando um período entre os séculos IV a.C. e IV d.C. Ora, quando colocamos esses dois pontos em perspectiva, o que se percebe é que essa aparente contradição não existe, já que qualquer definição muito específica do termo manual militar teria que enfrentar uma separação de oito séculos entre a primeira obra de caráter técnico que apresenta questões militares como o centro de suas preocupações, *Sobre a Defesa de Posições Fortificadas*, e a última estudada nesse trabalho, *Compêndio da Arte Militar* ou seu contemporâneo *Sobre os Assuntos Militares*. Logo, apostar na existência de um padrão único que estabeleça uma definição de todos os manuais militares parece um tanto problemático.

Tendo essa constatação em mente, não se pode, por outro lado, ficar imobilizado e evitar a proposição de possibilidades de análise dessa tradição documental, mesmo que tendo que levar em conta as particularidades de certas fontes. Nesse ponto, existe uma boa notícia, já que inúmeros pesquisadores têm desenvolvido variadas propostas de interpretação dos manuais militares. O que propomos a partir de agora é apresentar algumas delas e, mais importante, definirmos qual será o caminho traçado por nós no restante do presente trabalho.

A primeira perspectiva analítica a ser explicitada nasce de uma observação um tanto quanto óbvia: “todos os comandantes romanos também eram, em essência, soldados amadores” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 17). Ou seja, os homens que recebiam os comandos militares não eram

treinados durante sua vida para o exercício dessas funções. Na verdade, durante a maior parte da história romana, os cargos de comando nos exércitos eram exercidos por homens que estavam galgando postos dentro da vida política republicana ou imperial. Não existia nada parecido com a Academia Militar das Agulhas Negras³⁰³ ou com a famosa *West Point*³⁰⁴ e os homens que recebiam posições de comando nas fileiras romanas deveriam aprender a partir daquilo que era possível aprender com os outros e com a própria experiência. Além dessas opções, havia também a possibilidade de absorver os ensinamentos transmitidos por livros. Apesar da suspeita de que as *scholae domesticorum* funcionassem como uma escola de oficiais no século IV d.C., algo apontado por Jones (1964, p. 638), sua existência enquanto uma instituição de formação intelectual não durou muito tempo e envolvia mais o estudo de retórica do que um ensino especificamente militar (WHATELY, 2015, p. 259). Seria, portanto, nesse cenário de escassez de elementos para a formação militar que os manuais militares ganhariam relevância, já que, como defende Brian Campbell, ao tratar de textos do período imperial:

a natureza de muitos dos trabalhos sobreviventes do período imperial romano sugere que eles estavam preocupados em apontar como um homem poderia se preparar para a tarefa de comandar homens em batalha, adquirir o estado de espírito certo e reconhecer o alcance de suas responsabilidades (CAMPBELL, 2004, p. 17).

Essa perspectiva adota como o ponto inicial para a análise documental o fato de que os manuais militares eram uma possível ferramenta de formação de militares. Brian Campbell se destaca como o maior propagador dessa possibilidade de análise em *Teach Yourself How to Be a General* e os argumentos elencados por ele precisam ser sumarizados porque formam a espinha dorsal desse modelo. Nesse artigo, o historiador inglês, após apresentar uma classificação e alguns autores de manuais militares, coloca essas obras dentro da tradição dos manuais didáticos da Antiguidade. Dentro dela, interessa-lhe principalmente a comparação entre manuais militares e manuais de agricultura, já que havia entre os segundos uma grande afirmação de uso prático. Ou seja, esse paralelo lhe permite afirmar que “os romanos aparentemente aceitaram o conceito de preparação para atividades práticas por meio de instruções advindas de livros” (CAMPBELL, 1987, p. 19). Todavia, como já vimos, a grande maioria dos autores de manuais militares não possuía experiência castrense, diferente do que acontecia com autores de manuais sobre agricultura. Como saída para essa dificuldade, o historiador propõe uma tentativa de ligar os manuais militares à vida real e vida militar do período imperial partindo de duas fases: 1) considerações sobre o método romano de preparar

³⁰³ É preciso lembrar que antes de chegar à Academia Militar das Agulhas Negras, os jovens interessados são selecionados para Escola Preparatória de Cadetes do Exército Brasileiro e depois de concluírem seu período de formação ali é que podem se inscrever para adentrar nos quadros da AMAN. É importante lembrar também que essas não são as únicas instituições que formam militares no Brasil, como a Escola de Formação Complementar do Exército Brasileiro, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante atestam.

³⁰⁴ A Academia Militar dos Estados localizada em West Point, Nova Iorque, é a instituição de formação militar mais famosa do mundo.

homens para responsabilidades militares e o papel do general na concepção romana; e 2) uma comparação do conteúdo dos manuais com as táticas militares correntes no período (CAMPBELL, 1987, p. 20).

O ponto central da primeira possibilidade é a ideia de *exemplum*. A partir da comparação feita por Quintiliano entre os *praecepta* (típicos dos gregos) e os *exempla* (típicos dos romanos), Campbell defende que os *exempla* não significam apenas “experiência prática, que de fato não foi sempre possível em um grau significativo, [mas] eles envolveram a leitura sobre homens famosos do passado e suas façanhas e a tentativa de emulá-los” (CAMPBELL, 1987, p. 20). Como não existia nenhuma forma de preparação de comandantes além do aprendizado prático, os manuais poderiam ter seu valor, até mesmo entre imperadores, já que uma parte deles não possuía experiência militar anterior à ascensão. Esses manuais poderiam ser úteis mesmo se escritos por autores que não tinham (ou tinham pouca) experiência nas fileiras romanas, já que os escritores dessas obras mobilizam um número limitado de conceitos e habilidades necessários a um líder militar. Em síntese, nesse tipo de documento, “senso comum, cuidado, diligência, retidão moral, uma boa compreensão de como comandantes do passado agiram e, naturalmente, a habilidade de manobrar tropas são predominantes, ao invés de conhecimento especializado ou experiência profissional” (CAMPBELL, 1987, p. 23). A presença de elementos gerais para a formação de caráter do líder ajudaria a explicar a presença de autores sem experiência militar na lista de *scriptores rei militaris*. Muito mais do que experiência com armas, as questões morais seriam fundamentais para a composição dessas obras e, por isso, a discriminação entre autores com e sem experiência militar não faria qualquer sentido.

Levando em conta que o que era exigido por parte de um comandante era extremamente limitado, Campbell partiu para a segunda fase de sua análise: a busca de paralelos entre o que era escrito nos manuais e o que era praticado em termos táticos no período imperial. Levando em conta que não se deve esperar encontrar paralelos entre manuais militares e manobras usadas por comandantes em narrativas históricas e que o uso de certas manobras presentes em determinado manual militar não significa que o general que as executou tenha a conhecido no livro, é “difícil estimar a influência dos manuais militares na preparação do acampamento militar” (CAMPBELL, 1987, p. 24). Apesar disso é possível dizer que as manobras eram utilizadas no período imperial e que existiam desenvolvimentos e aplicações de elementos táticos de forma a recuperar elementos presentes nos manuais. O exemplo trazido por Campbell é o da semelhança entre a formação *testudo*³⁰⁵ e elementos da falange grega teorizados por Arriano. Assim sendo, o historiador inglês afirma que

³⁰⁵ A formação *testudo* ou formação tartaruga era muito empregada durante incursões contra muralhas. Ela se caracterizava pela colocação de “um telhado de escudos sobrepostos protegendo os legionários dos misseis inimigos” (GOLDSWORTHY, 2015, p. 194).

os romanos aprenderam principalmente com sua própria experiência no Oriente desde 50 a.C. e suplementaram isso ao adaptar as práticas de outra era, presumivelmente à luz das experiências de pessoas como Arriano, que inteligentemente aplicou teoria tática e, desse modo, criou um *exemplum* fresco (CAMPBELL, 1987, p. 27).

Segundo ele, apesar de ser impossível se avaliar o grau de alcance dos manuais militares, é possível defender que eles tinham certa utilidade por conta da falta de um sistema preparatório de comandantes, pela coincidência entre manobras presentes nos livros e nas batalhas e pela “pouca” inovação militar existente no mundo antigo, o que retardaria qualquer obsolescência desse tipo de obra e deixaria estratégias antigas permanecerem relevantes.

Essa perspectiva de análise, embora muito atrativa, possui diversos problemas. O primeiro e mais grave é reconhecido pelo próprio defensor: a impossibilidade de comprovar a aventada relação direta entre os textos e a prática militar, ou seja, a praticidade de tais textos. Não existem indícios robustos de que algum comandante usou desses textos para se preparar para combates. O que mais se aproxima disso na Antiguidade Tardia é uma citação de Amiano Marcelino, em que o historiador antigo diz que Juliano se viu forçado a se preparar para a disciplina militar (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XVI. 5. 10). Contudo, como aponta Conor Whately, “Amiano não fornece qualquer informação detalhada” (WHATELY, 2015, p. 257).

Além disso, é muito difícil afirmar que “[...] os escritores militares antigos verdadeiramente pretenderam que seus trabalhos fossem usados como manuais práticos” (WHITEHEAD, 2008, p. 154). Apesar de alguns possuírem certa experiência militar, tais como Eneias, o Tático, Xenofonte, Arriano e Frontino, uma parte considerável dos autores era formada por homens que tinham pouca ou nenhuma intimidade com as armas. Uma possibilidade poderia estar na hierarquização entre autores com maior conhecimento de causa e autores com menor conhecimento de causa, o que nos parece muito complicado, já que restringe as possibilidades de análise a partir de um critério de autoridade extratextual, como já afirmado. Um último argumento que nos ajuda a pensar essa possibilidade é fornecido por Whately ao apontar como tais textos, seja na forma de rolos ou de códices, eram caros e de difícil transporte. Ou seja, tais livros “permaneceram inúteis como ferramentas de pronto uso para um comandante tentando decidir seu próximo movimento, especialmente quando o tempo era limitado, como costumava ser no calor da batalha” (WHATELY, 2018, p. 258). Por conta de tudo isso, defendemos que essa não é a abordagem adequada para nossos fins e para as fontes selecionadas por nós.

Se uma perspectiva extratextualista, ou seja, que tenta validar os manuais a partir de sua comparação com a realidade externa não nos serve, também não nos serve uma abordagem centrada puramente nos aspectos literários dessa tipologia documental. Em primeiro lugar, não a adotamos porque acreditamos que muito já foi feito acerca do estudo de características formais e suas relações com outros gêneros por estudiosos da área da filologia, dos quais destacamos o trabalho de Philip van

der Eijk e Marco Formisano. Em segundo lugar, não tomamos esse caminho porque não nos parece que esse seja o caminho metodológico apropriado para uma abordagem especificamente historiográfica. Apesar de nos apropriarmos de muitas das discussões feitas por filólogos para conhecermos melhor o trajeto e os textos que analisamos, nossa proposta é a de fazer uma interpretação dessa tipologia documental metodicamente orientada pela ciência histórica.

Por contraditório que possa parecer, a defesa de nossa abordagem histórica começa com o trabalho editado pelos filólogos Van der Eijk e Marco Formisano. A pergunta dos editores que guia todo o empreendimento da obra é: “até que ponto o princípio da aplicabilidade determina a construção da natureza específica de cada um dos textos [analisados na coletânea]?” (VAN DER EIJK; FORMISANO, 2017, p. 02). Os editores não estão preocupados com a descrição de procedimentos, mas sim com a relação entre o princípio da aplicabilidade e modelagem dos textos por seus autores, pelo menos na forma em que eles tomaram ao final do processo de escrita. A ideia de que existe uma relação entre a tipologia e a maneira como os autores dos textos construíram seus discursos nos parece essencial para uma análise desse tipo de documento. Tal abordagem é reafirmada por Formisano em *Literature of Knowledge*, quando ele aponta que “tratados técnicos antigos podem ser vistos como parte do discurso literário antigo e podem ser lidos como textos ao invés de somente como fontes para a história da ciência e tecnologia” (FORMISANO, 2018, p. 492). Portanto, é possível ver os manuais militares dentro de outras perspectivas que não sejam apenas estritamente técnicas.

Em outro trabalho, *The Poetics of Knowledge*, Formisano defendeu que o método historicizante pode ser muito útil para uma análise de textos de literatura militar porque “historiadores estão acostumados a ir sob a superfície dos textos em busca de traços confirmando ou negando suas hipóteses e tais traços não são necessariamente dependentes do assunto tratado e nem das intenções dos autores como são formuladas nos textos” (FORMISANO, 2017, p. 15). Ou seja, os historiadores podem fazer outras perguntas a esse tipo de fonte que não são necessariamente aquelas que envolvem a condução da guerra.

O historiador que, em nossa opinião, melhor enunciou essa possibilidade foi Conor Whately. Segundo sua proposta: “o que eu escolhi fazer foi ler os manuais, do prático ao teórico, como artefatos culturais e não como meios de reconstruir a própria guerra” (WHATELY, 2018, p. 261). Para ele, os manuais militares oferecem importantes informações a respeito de como os homens da Antiguidade Tardia pensavam, o que nos permite “enfrentar algumas questões significativas nos estudos tardo antigo, além da história militar” (WHATELY, 2018, p. 261). A pergunta que emerge é: se tais documentos oferecem um conjunto de respostas direcionadas às questões militares, é válido levantar outras perguntas e buscar respostas que não sejam diretamente relacionadas à temática militar? Em nossa opinião, sim. Como artefato cultural, o manual militar é produto de determinada cultura, entendida por Clifford Geertz em *A Interpretação das Culturas* como o conjunto de “teias de

significado que ele mesmo [o homem] teceu” (GEERTZ, 2008, p.04). É preciso lembrar mais uma vez que “autores de manuais militares procuravam simultaneamente instruir, entreter e mostrar conhecimento” (WARNER, 2021, p. 205). Sendo assim, havia uma audiência que compartilhava os signos apresentados pelos autores dessas obras, ou seja, além dos autores, estavam presos nessas teias de significados os contemporâneos que liam tais obras. Portanto, é possível, a partir desses manuais, encontrar certos fios culturais exteriorizados nessas obras e compartilhados naquela sociedade.

Como lembra o célebre Marc Bloch em seu livro clássico, *Apologia da História ou do Ofício do Historiador*, é necessário direcionar um questionário a essas fontes em que a “escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas” (BLOCH, 2001, p. 79). Partindo desse princípio metodológico, o que fizemos aqui foi entender que tipo de pergunta pode ser mais proveitosa a se fazer a tal tipologia documental e que tipo de pergunta não é proveitosa. Tentar achar simples correspondências entre a realidade militar e os manuais militares não nos parece um bom caminho, embora seja necessário conhecer o trajeto histórico do exército romano e o contexto da segunda metade do século IV d.C. para perceber diversas camadas temporais presentes nesses textos.

Por outro lado, tratar os manuais militares como artefatos culturais é uma excelente saída. Mas o que podemos entender como cultura para além da definição abstrata de Geertz? A nossa resposta retoma um nome já citado, John Keegan, autor de *Uma história da Guerra*, que definiu, como já aprendemos, cultura como “o grande carregamento de crenças, valores, associações, mitos, tabus, imperativos, costumes, tradições, maneiras e modos de pensar, discurso e expressão artística que lastreia toda sociedade” (KEEGAN, 1995, p. 64). Keegan, um grande defensor da possibilidade de pensar a “guerra como cultura”, inspira a pensar os manuais militares como produtos culturais e é isso que buscamos no próximo capítulo. Aplicar uma metodologia que parta dessa perspectiva de análise e que possibilite compreender diversos elementos culturais presentes tanto no *Sobre os Assuntos Militares* quanto *Compêndio da Arte Militar*, é a isso que nos dedicamos a partir de agora.

CAPÍTULO 4 – ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ORDENAÇÃO DO TEMPO NO *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* E NO *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR*

No primeiro capítulo, apresentamos uma breve análise de três fotografias³⁰⁶ do exército romano a partir da infantaria pesada. Nele, enfatizamos que a legião não foi uma estrutura militar estática, mas altamente adaptável às mudanças militares, políticas, econômicas e sociais ao longo da história. No segundo capítulo, esboçamos um panorama político-militar do Império Romano na segunda metade do século IV d.C. Utilizando como balizas a ascensão ao poder de Juliano em 355 e a morte de Teodósio I em 395, buscamos mostrar a grande complexidade das questões político-militares enfrentadas em diferentes partes do território romano que obrigaram as lideranças imperiais a construir continuamente mecanismos de reorganização. No terceiro capítulo, apresentamos as duas fontes documentais principais deste trabalho: *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar*. Partindo de uma apresentação da história dos documentos, da biografia e de suas possíveis datações, passamos pela apresentação da tradição dos manuais militares antigos e chegamos a uma proposta de entendimento das obras pertencentes a essa tradição de texto. O entendimento da dinamicidade e da mutabilidade do exército romano, o conhecimento da grande complexidade do contexto político-militar da segunda metade do século IV d.C., a datação do *Sobre os Assuntos Militares* e do *Compêndio da Arte Militar* no recorte temporal da década de 380 d.C. e a compreensão dos manuais militares como artefatos culturais tratados são pressupostos fundamentais para a leitura do presente capítulo. Se as três primeiras partes do presente trabalho podem ser lidas de maneira autônoma e têm sentido em si mesmas, o mesmo não acontece a partir de agora, já que muitas informações contidas nos capítulos anteriores do trabalho são fundamentais para o que se segue.

Feito o aviso, passemos à apresentação do presente. Encerramos o capítulo anterior enunciando nosso entendimento a respeito dos manuais militares. Entendê-los como artefatos culturais é o ponto de partida para toda a análise empreendida a partir de agora. Todavia, é preciso lembrar que as definições de cultura, tanto a de Geertz quanto a de Keegan, evocam uma série de possibilidades. Logo, é preciso delimitar o que, dentro das diversas “teias de significado”, utilizamos na análise dos dois manuais objeto de nossa pesquisa. Partindo das pistas deixadas pelo Anônimo e por Vegécio, a primeira parte do presente capítulo se volta à construção de uma metodologia de abordagem comparativa dos dois manuais militares a partir de uma questão fundamental em ambos:

³⁰⁶ Ou seja, diante da grande complexidade estrutural das fileiras romanas no decorrer da larga história romana, optamos por apresentar alguns instantâneos que sintetizam fases diversas da organização das tropas romanas. Diante da impossibilidade de formar uma imagem total do exército romano, optamos por apresentar algumas fotografias dele por meio das fontes documentais filtradas pela historiografia especializada.

a ordenação do tempo. Após apresentar os pressupostos teóricos da abordagem comparativa no campo historiográfico, evocamos as fontes e chegamos à questão da mobilização temporal em ambas as fontes como parâmetro de análise desses artefatos culturais. Em seguida, utilizamos os manuais militares para enunciar e tratar as categorias e conceitos fundamentais ao trabalho, buscando caminhar de categorias mais gerais a conceitos construídos tendo especificamente a análise das fontes em perspectiva.

Após esse processo de lapidação conceitual a partir dos próprios documentos textuais, empreendemos um esforço de analisar os mecanismos de ordenação do tempo no *Sobre os Assuntos Militares* e no *Compêndio da Arte Militar*. Para tal, dividimos a segunda fase da análise em três partes, uma primeira dedicada à construção do presente das coisas presentes, uma segunda, à construção do presente das coisas passadas e uma terceira dedicada ao entendimento do presente das coisas futuras nas duas obras. O procedimento é sempre o mesmo, um estudo do conteúdo do *Sobre os Assuntos Militares* seguida pela do *Compêndio da Arte Militar* e um esforço de síntese que tenta estabelecer um processo de iluminação recíproca entre as fontes. Da construção da crise às propostas de soluções baseadas na *magnitudo ingenii* e nas *consuetudines antiquae*, tal estudo pode se revelar muito interessante para repensar não só a abordagem sobre o recorte que estudamos, mas também a maneira como pensamos a questão do regime de historicidade antigo e até mesmo essa ferramenta de análise.

4.1. DAS PROPOSTAS À MOBILIZAÇÃO TEMPORAL: O INÍCIO DA CONFRONTAÇÃO ENTRE O *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR* E O *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES*

4.1.1. CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM: A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA COMPARATIVA DOS MANUAIS MILITARES

Como já sabemos, quando mobilizamos conjuntamente o *Compêndio da Arte Militar* e o *Sobre os Assuntos Militares*, estamos manuseando duas obras produzidas no mesmo recorte temporal e pertencentes à mesma tradição textual, porém escritas por autores pertencentes a grupos político-sociais diferentes e possivelmente advindos de localidades distintas no universo do Império Romano. Portanto, uma análise conjunta desses documentos depende de um esforço comparativo. Por isso, é preciso, *a priori*, colocar algumas perguntas de ordem metodológica fundamentais para o restante do presente trabalho: o que é comparar em História? É possível defender uma abordagem comparativa para as fontes que estudamos?

A busca pela resposta da primeira indagação nos leva a alguns elementos introdutórios e constituintes daquilo que entendemos como comparação e seu uso na ciência histórica. Em *Comparação e Além*, Jürgen Kocka afirma que “comparar em História significa discutir dois ou mais

fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas similaridades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetivos intelectuais” (KOCKA, 2003, p. 01). O célebre historiador alemão defende que, quando dois fenômenos históricos são analisados a partir de convergências e divergências, estamos usando a comparação para fins de produção de conhecimento histórico. Assim sendo, como lembra José D’Assunção Barros em *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História*, o ato de estabelecer paralelos ajuda a “iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo” (BARROS, 2007, p. 05). Partindo dessas perspectivas, e correndo o risco de parecer exaustivo, comparar em História é, inicialmente, confrontar dois ou mais objetos ou situações diferentes, de forma que, a partir do estabelecimento de semelhanças e diferenças, possa-se conhecer melhor todos de uma maneira mais profunda e sistematizada, estabelecendo aquilo que se convencionou chamar de “iluminação recíproca”.

Se o esforço de diálogo entre as duas fontes (ou dois objetos) constitui o cerne da comparação, é preciso avançar e tentar estabelecer a existência de uma metodologia comparativa no seio da ciência histórica, já que é sob os pressupostos teórico-metodológicos dessa que propomos o presente trabalho. Se em outros campos do saber, o século XIX foi marcado pelo uso da comparação, na História, isso demorou a florescer. Foi somente no século XX, essencialmente após o final da Primeira Guerra Mundial, que os historiadores começaram a se interessar por tal metodologia.

Nesse primeiro momento, podemos dizer que a invocação do método comparativo foi uma reação ao uso do conhecimento histórico durante o conflito. Henri Pirenne, em 1923, ao elencar a História e a Química como duas ciências requisitadas de maneira peculiar durante o conflito, aponta o seguinte: “A história, ao contrário, ao se lançar à arena, perdeu muito daquilo em que consiste a sua própria essência: a crítica e a imparcialidade” (PIRENNE, 2015, p.311). Para o eminente historiador belga, a História havia se subordinado aos interesses militares e políticos e, nesse processo, havia perdido parte de sua confiabilidade. Como exemplo de tal subordinação, ele aponta as famosas teorias raciais que faziam sucesso nos círculos europeus, seus inúmeros preconceitos e sua junção com os diversos nacionalismos. A saída para tal engano era, segundo Pirenne, o método comparativo, pois com ele seria possível enxergar acima dos preconceitos nacionais a uma “altura de onde a história aparece por inteiro na majestade de seu desenvolvimento, as paixões passageiras se acalmam e se apaziguam diante da excelência do espetáculo” (PIRENNE, 2015, p. 316). Apesar do tom um tanto quanto idealista desse texto, a defesa de Pirenne tocava em um ponto fundamental para o desenvolvimento de uma História Comparada: a perspectivação que a comparação fornece ao historiador, ou seja, o distanciamento proporcionado pela confrontação de fontes diversas.

Se o historiador belga foi um dos primeiros historiadores importantes a defender teoricamente a comparação histórica, foi um outro pesquisador francês que a tornou célebre nos círculos acadêmicos europeus. Em 1928, Marc Bloch escreveu um artigo na *Revue de synthèse historique* intitulado *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. Nesse trabalho, Bloch fez uma defesa do método comparativo em História e estabeleceu dois processos de comparação: um que elege sociedades separadas temporal e espacialmente e outro que estabelece o estudo de sociedades vizinhas e contemporâneas” (BLOCH, 1928, p.18-19). Enquanto o primeiro seria marcado por um distanciamento total (diacrônico), o segundo (sincrônico) permitiria estabelecer influências de um dos objetos sobre o outro e até mesmo origens comuns. Não à toa, Bloch optou por essa última perspectiva em um de seus trabalhos mais célebres (com muitas pitadas da primeira), *Os Reis Taumaturgos*, obra em que ele selecionou os ritos de cura levados a cabo pelos reis como o “fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio” (BLOCH, 2018, p. 49). Tal estudo, um dos mais interessantes da historiografia europeia do século XX, mostra a potencialidade interpretativa do comparativismo histórico. Além dos historiadores de língua francesa, é preciso lembrar do historiador alemão Otto Hintze, que também defendia tal metodologia. Todavia, como indica Heinz-Gerhard Haupt, em *Comparative History – a contested method*, “no período entre guerras, esta abordagem para a História estava longe de ser bem aceita” (HAUPT, 2007, p. 698).

Uma mudança na recepção da comparação no meio historiográfico, a exemplo da mudança de abordagem na História Militar, deu-se na segunda metade do século XX, quando floresceram diversas publicações que colocaram em evidência tal abordagem. Os anos 1970 e 1980 marcaram o pico da recepção desse método em âmbito europeu, embora com variações nacionais. Do outro lado do Atlântico, o trabalho de Barrington Moore Junior, *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*, marcado pelo estudo comparativo de seis países ao redor do mundo com o objetivo de entender as condições sociais para grandes transformações políticas, é sintomático do fôlego dos trabalhos produzidos por essa nova leva de historiadores comparativistas. Além dele, podem ser sempre apontados nomes como Charles Tilly, Theda Skocpol e Jack Goldstone. Um autor que, apesar de situado fora do campo historiográfico, gostaríamos de lembrar é Norbert Elias, pois *O Processo Civilizador*, publicado ainda na década de 1930, trata do desenvolvimento da pacificação empreendida entre os aristocratas europeus entre o final da Idade Média e decorrer da Idade Moderna a partir da comparação de diferentes sociedades da Europa Ocidental (como a francesa e a alemã entre os séculos XVIII e XIX). O sucesso tardio da obra é sintoma dessa demora na aceitação das análises comparativas.

É nessa fase que podemos identificar os elementos que formaram a espinha dorsal de um método comparativista na História que ainda vigora. Haupt assim o identifica: “ele consiste em olhar

além da estrutura nacional e em situar problemas específicos, constelações ou estruturas em pelo menos dois diferentes contextos, que são ligados por uma problemática comum, na maior parte dos casos um *tertium comparationis*” (HAUPT, 2007, p. 700). Não é coincidência que estava em curso novamente a contestação dos nacionalismos, momento em que os acadêmicos novamente desafiavam os limites das histórias nacionais e procuravam outras categorias para pensar o fazer historiográfico em bases comparativas que transcendessem as fronteiras dos Estados Nacionais.

Fazer História Comparada, todavia, não é meramente comparar. Se isso é um bom primeiro passo, outros requisitos precisam ser atendidos: o estabelecimento de um problema claro, uma metodologia, o estabelecimento de uma lógica de comparação e “uma reflexão sobre os objetivos e as unidades da comparação” (HAUPT, 2007, p. 697). Começando pelo último ponto, Haupt e Kocka sintetizam tais perguntas em *Comparative History: methods, aims, problems*. Segundo estes autores, algumas das questões a serem respondidas são: quais são as unidades de comparação? O que e quem comparamos? Quais casos devem ser comparados? As respostas a tais perguntas podem levar a reafirmação de um método (ou abordagem comparativa). E é isso que intentamos fazer a partir de agora: justificar e explicar nossa metodologia de comparação na análise do *Compêndio da Arte Militar* e do *Sobre os Assuntos Militares*. No entanto, faremos de maneira gradual e explorando os próprios documentos, tentando apresentar nesse primeiro momento o que podemos comparar nas introduções ou prefácio dos referidos textos.

As diferenças e semelhanças, que se manifestam na linguagem e na própria organização formal dos textos, ficam evidentes ao observarmos os diferentes projetos propostos por Vegécio e pelo Anônimo ao imperador Teodósio I no começo dos textos. Ao lermos o prefácio do *Sobre os Assuntos Militares* e as introduções dos quatro livros que formam o *Compêndio da Arte Militar*, a exposição das intenções de seus autores começam a ser delineadas. A princípio, certas convenções observadas em diversos outros manuais militares se repetem nas duas obras, o que poderia ser chamado de *topoi* literários. Segundo Rodrigo Simões Ferreira Gomes, os *topoi* eram “moldes literários estandardizados e, geralmente, plurisseculares, recorrentes na tratadística militar (assim como noutros gêneros literários) cujo propósito era apresentar uma ideia, conceito ou valor” (GOMES, 2018, p. 150). Ou seja, eram certas características textuais encontradas em vários textos da mesma tradição que possuíam objetivos formais semelhantes.

Dentre elas, a primeira emerge aparece logo nos primeiros parágrafos dos trabalhos de Vegécio e do Anônimo. No entanto, como tais *topoi* são plurisseculares, eles estão presentes também em manuais militares anteriores. Um em específico, *Estratagemas* de Polieno, nos ajuda a perceber de maneira cristalina como certos elementos eram reiteradamente repetidos no início do texto de um manual militar. Quando lemos a introdução do livro I da obra *Estratagemas* de Polieno, o autor assim elabora:

A vitória contra persas e partos, sacratíssimos imperadores Antonino e Vero, a obterás com a ajuda dos deuses, da vossa virtude e do valor dos romanos, com os que sempre, tanto antes como agora gostais de vencer as guerras e batalhas que acontecem. Eu, um macedônio a quem vem de herança o poder de vencer na guerra os persas, não quero deixar sem minha contribuição na ocasião presente ³⁰⁷ (POLIENO. *Estratagemas*. I, Int).

Destacamos três elementos nesse pequeno trecho: 1) a explicitação das autoridades imperiais como destinatárias da obra; 2) a justificativa da autoridade do autor; e 3) a defesa da aplicabilidade do texto. Polieno dedica sua obra a Antonino e Vero, justifica sua autoridade a partir de sua herança macedônia, o que lhe permite escrever uma contribuição para vencer persas e partos, esses derrotados por macedônios do passado, a exemplo de Alexandre, o Grande. Ou seja, apesar da existência do *topos* que abre os *Estratagemas*, existe ali também um local para a particularização de seu autor. É isso o que nos interessa nas obras que nos propomos a analisar. Ou elaborando de outra forma: queremos entender nesse primeiro momento como seus autores marcam suas posições individuais dentro das estruturas formais dos textos para poder avançar na análise dos manuais.

Começando pelo *Sobre os Assuntos Militares*, é possível perceber que o Anônimo inicia seu texto assim:

Sacratissimi principes, a oportunidade de vossa feliz República, de modo que as [vossas] decisões divinas se fortaleçam a partir dos divinos sucessos. Por esta razão, diante da faculdade do engenho, compus um capítulo a respeito da utilidade das *largitiones*³⁰⁸ nesse pequeno livro, não porque isto baste para uma tarefa tão grande, mas com a finalidade de que este testemunho preliminar de minha insignificância possa mostrar a fidelidade das vantagens do que se descreve a seguir³⁰⁹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 1).

Os mesmos três elementos observados no texto de Polieno podem ser encontrados no texto de autoria anônima. Seu autor dedica à obra aos imperadores, justifica sua autoridade e procura oferecer um texto com utilidade. Todavia, o Anônimo dedica seu texto a imperadores diferentes daquele destinatário de Polieno (até porque viveu em um contexto histórico diferente), justifica sua autoridade a partir do próprio texto e já aponta o mote de seu manual: a questão das finanças imperiais. Como apontamos no capítulo sobre datação, acreditamos que o destinatário principal da obra fosse Teodósio I, mas quando esse dividia o poder com Valentiano II e Máximo, ou seja, no período que se estendeu entre os anos de 384 e 387 d.C e, por isso, o uso do vocativo no plural.

³⁰⁷ “[Τὴν μὲν κατὰ Περσῶν καὶ Παρθυαίων νίκην, ἱερώτατοι βασιλεῖς Ἀντωνῖνε καὶ Οὐῆρε, παρὰ τῶν θεῶν ἔχετε καὶ παρὰ τῆς ὑμετέρας ἀρετῆς καὶ παρὰ τῆς Ῥωμαίων ἀνδρείας, μεθ’ ὧν ἀεὶ, καὶ πάλαι καὶ νῦν εἰώθατε νικᾶν τοὺς ὑπάρχοντας πολέμους καὶ μάχας· ἐγὼ δὲ Μακεδῶν ἀνὴρ, πατριὸν ἔχων τὸ κρατεῖν Περσῶν πολεμούντων δύνασθαι, οὐκ ἀσύμβολος ὑμῖν ἐν τῷ παρόντι καιρῷ γενέσθαι βούλομαι]” (POLIENO. *Estratagemas*. I, Int.).

³⁰⁸ O termo *largitio* aparece traduzido como “gratificação” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 43) ou como “concessões públicas” (THOMPSON, 1952, p. 106). Nós, por outro lado, decidimos manter o termo em latim porque achamos que ele carrega um conteúdo semântico específico a ser explorado em momento oportuno.

³⁰⁹ “[*Caelesti semper instinctu felicitatis rei publicae uestrae commoditas, sacratissimi principes, opportunis est suggerenda temporibus, ut diuina concilia diuinis successibus conualescant. Unde pro ingenii facultate unum capitulum de largitionum utilitate in hoc libelo composui, non quod istud tam immensae utilitati sufficiat, sed ut ex hoc mediocritatis meae documento praemisso in reliquis utilitatis possit fides ostendi*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 1).

Uma questão interessante que exploramos anteriormente, quando traçamos alguns aspectos biográficos do autor e que agora retorna, é a da maneira como ele se justifica. É preciso lembrar que defendemos a hipótese de que o Anônimo fosse pertencente ao grupo social dos *curiales* ou havia ocupado cargos na cúria em algum momento de seu passado. Géza Alföldy, em sua *História Social de Roma*, aponta que “desde Constantino [I] se impôs a ideia de que a população não se dividia em dois, mas sim em três grupos principais: uma lei do ano 326 diferenciava entre os possuidores da *potior dignitas*, os *decuriones* e os *plebei*” (ALFÖDY, 1987, p. 256). Assim, é preciso sublinhar que, no contexto do século IV d.C., o termo *decuriones* era sinônimo de *curiales* e, portanto, referia-se a uma espécie de classe intermediária³¹⁰ (MARCONE, 2007, p. 339). Entre os privilégios dos *decuriones*, podemos apontar que “suas togas possuíam uma listra roxa (*clavus*) e, mais importante, eles contavam como *honestiores* e, portanto, eram isentos de certas punições degradantes” (OXFORD CLASSICAL DICTIONARY, 2012, p. 421).

Esse grupo social formava “uma vasta reserva de talento fornecida por mais ou menos sessenta e cinco mil *curiales* [...] espalhados através de cidades do império ocidental, para não mencionar mais dezenas de milhares dessas pessoas nas províncias ainda mais pesadamente urbanizadas no Oriente Romano” (BROWN, 2015, p. 06). Dentro do universo político romano, os *decuriones* eram os responsáveis por coletar taxas imperiais e realizar diversas funções públicas nos *municipia*. Ou seja, a função de um *decurio* era eminentemente administrativa.

Ora, o Anônimo não deixa explícito logo no começo do trabalho que dedica uma parte dele a tratar da utilidade das *largitiones*? Essa, como vemos, é uma questão administrativa e econômica dentro do Império Romano e, portanto, totalmente condizente com a experiência de alguém que lidou com questões financeiras durante a vida. Deste modo, logo na abertura do *Sobre os Assuntos Militares*, alguns indícios da posição social de seu autor ficam reforçados. Além disso, começa a ficar claro que a justificativa para o texto é seu próprio conteúdo técnico. Segundo o próprio autor, ele só pode oferecer a utilidade do próprio texto para ajudar os imperadores em sua tarefa de governar, o que é um indicativo, portanto, de sua inserção social pouco privilegiada.

O autor do texto é enfático no ponto que defende o talento frente a outros adjetivos:

Pois, é conhecido de todos que nem a maior nobreza nem tampouco a abundância de riquezas, nem os poderes que dependem dos tribunais ou a eloquência adquirida com as letras logrou o progresso dos saberes técnicos, entre os quais está contida a invenção das armas, mas tão somente a grandeza de talento, que é a mãe de todas as

³¹⁰ É importante dizer que o próprio Marcone aponta que tanto *curiales* quanto senadores (e até mesmo alguns veteranos) eram pertencentes juridicamente (principalmente do ponto de vista penal) aos *honestiores*, o que lhes garantia diversos privilégios legais (MARCONE, 2007, p. 359). Essa colocação dos *curiales*, portanto, os trata como intermediários na medida em que não tinham todos os privilégios senatoriais e nem todas as desvantagens de viver entre a *plebs* urbana ou rural, mas não denota exatamente a posição deles como um ponto de equilíbrio entre os grupos mais e menos privilegiados da sociedade tardo antiga.

virtudes e que depende de um feliz dom da natureza³¹¹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

Nesta passagem, parece-nos que o Anônimo está colocando seu trabalho em contraposição a outros manuais militares ou personagens que utilizam de outras justificativas para seus trabalhos. Polieno, por exemplo, invoca sua ancestralidade militar macedônica. O Anônimo não só não utiliza uma justificativa baseada na ascendência, como nega tal justificativa. Para ele, nobreza, riqueza, cargos ocupados e eloquência não são motivos válidos para a progressão dos saberes técnicos, mas somente a grandeza de talento (*magnitudo ingenii*). Ou seja, só podemos inferir que tal autor estava em uma posição de clara desvantagem em relação a potenciais concorrentes na atenção imperial quando se tratava de posição social, ou assim ele desejava que pensávamos. Restava a ele, portanto, invocar a qualidade do próprio material que redigia.

Quando confrontamos essas primeiras linhas com as do *Compêndio da Arte Militar*, percebe-se uma diferença enorme. Vegécio inicia assim o livro I de sua obra:

Nos tempos antigos, existiu o costume de mandar oferecer aos imperadores as obras das artes liberais compostas sob a forma de livros. Porque nada é empreendido corretamente a não ser que, depois de Deus, também o imperador o tenha favorecido, e porque nem é muito conveniente que alguém saiba mais ou melhor do que o imperador, cuja sabedoria pode ser útil a todos os súbditos. Que Octávio Augusto e os bons imperadores depois dele a tiveram de bom grado, isso é mostrado por inúmeros exemplos. Assim, a eloquência propagou-se por meio dos testemunhos dos que governavam, ao mesmo tempo que a audácia não era censurada.

Compelido por este exemplo, enquanto penso que Vossa Clemência é capaz de perdoar mais do que outros as ousadias das letras e que a custo percebi que sou em muito inferior aos antigos escritores, é lícito que nesta obrzinha não sejam necessárias, nem a harmonia das palavras, nem a sutileza do espírito, mas sim um trabalho diligente e fiel, para que aquelas matérias que estão encerradas, dispersas e escondidas junto de diversos autores históricos e junto daqueles que ensinam a disciplina das armas sejam apresentadas em público, em benefício dos Romanos³¹² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.).

Assim como nos exemplos de Polieno e Anônimo, fica evidente que o texto se destina à autoridade imperial. Contudo, diferentemente do texto do *Sobre os Assuntos Militares*, Vegécio dedica o texto a apenas um imperador, como o uso do acusativo singular demonstra. Esse governante, identificado como Teodósio I, também aparece como destinatário da obra de autoria anônima, apesar

³¹¹ “[*Constat enim apud omnes quod nec summa nobilitas nec opum affluentia aut subnixae tribunalibus potestates aut eloquentia litteris acquisita consecuta est utilitates artium, in quibus etiam armorum continetur inuentio, sed ingenii tantummodo magnitudo, quae uirtutum omnium mater est, naturae felicitate subnixa*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

³¹² “[*Antiquis temporibus mos fuit bonarum artium studia mandare litteris atque in libros redacta offerre principibus, quia neque recte aliquid inchoatur nisi post Deum fauerit imperator neque quemquam magis decet vel meliora scire vel plura quam principem, cuius doctrina omnibus potest prodesse subiectis. Quod Octavianum Augustum ac bonos dehinc principes libenter habuisse frequentibus declaratur exemplis. Sic regnantium testimoniis crebuit eloquentia dum non culpatur audacia.*”

Hac ego imitatione compulsus dum considero clementiam vestram ausibus litterarum magis ignoscere posse quam ceteros, tanto inferiorem me antiquis scriptoribus esse vix sensi, licet in hoc opusculo nec verborum concinnitas sit necessaria nec acumen ingenii sed labor diligens ac fidelis, ut quae apud diversos historicos vel armorum disciplinam docentes dispersa et involuta celantur pro utilitate Romana proferantur in médium]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.).

de lá estar referido com seus respectivos colegas. Existem algumas hipóteses para tal diferença. Uma primeira é a questão de escolha estilística por parte do Anônimo no seu prefácio. No decorrer do *Sobre os Assuntos Militares*, é possível perceber certa intercalação entre o uso do plural e do singular para se referir ao destinatário da obra. Se na introdução, como vimos, os imperadores são plurais, no capítulo dois o termo *imperator* é usado no vocativo singular (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 10). Outra possibilidade é a de que a obra fosse dedicada a dois imperadores, mas ele levasse em conta somente seu interlocutor principal em boa parte do texto.

No caso de Vegécio, apesar da questão estilística não ser descartada, o que nos parece mais plausível é que ele tivesse certa proximidade com Teodósio I, não só por conta da origem hispânica comum aos dois, o pertencimento dos dois aos mais altos círculos imperiais, mas principalmente pela existência de pistas de certo diálogo entre os dois, como o próprio autor coloca na introdução do livro dois: “Portanto, como me fosse ordenado resumir o mais possível por escrito, para Vossa Majestade, certos assuntos, não tanto para os ensinar como para os relembrar, a dedicação entrou muitas vezes em conflito com a timidez³¹³” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Int.). O trecho deixa visível que existia um relacionamento, no mínimo indireto, entre o imperador e o autor. Isso fica ainda mais plausível se lembrarmos que autor do *Compêndio da Arte Militar* era, como já demonstramos no capítulo anterior, alguém que possuía status social elevadíssimo. Os fatos dele ter ocupado o cargo de *comes*, possuir título de *uir illustris* (o mais alto dentro da ordem senatorial), ter em seu nome o gentílico honorífico *Flavius* e mostrar certos elementos de uma educação de elite no texto, levam-nos a defender que Vegécio era um aristocrata, um sujeito que pertencia aos altos círculos imperiais, e que, portanto, possuía grande proximidade com o imperador.

É importante ressaltar que, apesar de possuir certa reputação nos círculos imperiais, Vegécio não a utiliza para justificar sua autoridade, como Polieno fez. Por outro lado, ele também se distancia do Anônimo, já que enquanto o segundo aposta na importância da temática tratada como relevante em si, o primeiro toma um outro caminho: a tradição. O trabalho de Vegécio é, segundo ele, o de recolher ensinamentos que estão dispersos em diversos textos de autores históricos e apresentá-los ao governante. Essa justificação pela tradição se acentua quando observamos a reverência do autor aos escritores antigos, identificados como muito superiores a ele próprio. Apesar de acharmos que tal modéstia caracteriza também um elemento retórico, aqui já temos o princípio básico que conduz toda a narrativa vegeciana para a defesa da aplicabilidade das ideias que propõe: elas são benéficas porque funcionaram no passado romano e poderiam funcionar novamente. A escolha de Vegécio reproduz o processo educacional em que os textos do passado eram modelos a serem emulados. Todavia, como indica Ana Teresa Marques Gonçalves, em *A Arte Poética a serviço do proselitismo cristão*, o ato de

³¹³ “[Igitur cum haec litteris breviter comprehendere maiestati vestrae non tam discenda quam recognoscenda praecipere, certavit saepius devotio cum pudore]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Int.).

“emular criativamente permitia aos escritores do passado tomar as tradições como ponto de partida e não de chegada, como início e não como fim dos discursos” (GONÇALVES, 2020, p. 20). Ou seja, essa retomada do passado proposto por Vegécio não é um “passado histórico”, mas uma aglutinação de temporalidades sedimentadas.

Temos assim um confronto entre uma obra produzida por um *decurio* sem inserção na corte, que aposta na aplicabilidade de algumas propostas retiradas de sua experiência administrativa e projetadas pelo seu engenho, e um trabalho escrito por um aristocrata com grande espaço político e que defende uma retomada daquilo que foi produzido por grandes autores militares do passado. Se as justificativas dos autores para a escrita de suas obras já nos apontam que as propostas deles estão situadas em polaridades opostas, a existência dessa separação fica ainda maior quando comparamos os temas incluídos em suas propostas. O Anônimo enuncia:

Portanto, indicaremos de que modo, uma vez suprimida a metade dos tributos, o agricultor das províncias recupera a força que lhe é própria; como também ao cessar o ultraje na proporção das exações, o habitante enaltece seguro as fronteiras despovoadas, uma vez que sejam construídas as fortificações do acampamento; também de que maneira se duplica a quantidade de ouro e de prata sem prejuízo do que paga impostos; ou por meio de qual procedimento o soldado se regozijará, recebendo honras acima daquelas costumeiras. Estamos seguros de que a estes assuntos não de ser acrescentados pelas exigências da guerra na terra ou no mar para alcançar as vitórias; dentre esses, para aliviar o tédio, indicaremos uns poucos inventos militares³¹⁴ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 10-12).

Ficam evidentes os três eixos adotados como capitais pelo autor: diminuição de tributos, redução de gastos militares e apresentação de inventos bélicos. O primeiro eixo é abordado nos primeiros quatro capítulos do documento; o segundo, nos capítulos cinco, dezenove e vinte e o terceiro entre os capítulos seis e dezoito. Fora esses capítulos, a obra somente possui a introdução já citada e o último capítulo, que oferece um misto de síntese e conclusão. Segundo o seu autor, a maior parte das propostas apresenta grande caráter de ineditismo. Por conta disso, adotamos que, a princípio, a obra visava apresentar inovações sem buscar paralelos em obras do passado e mobilizando a *magnitudo ingenii* de seu autor.

Essa característica pode ganhar relevância ainda maior quando a comparamos com aquela produzida por Vegécio. No primeiro livro de sua obra, ele elenca o assunto principal daquela parte do trabalho: “Por conseguinte, tentamos mostrar por partes e capítulos qual o costume antigo sobre a escolha e o treino dos recrutas³¹⁵” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.). É perceptível que

³¹⁴ “[Referemus enim quemadmodum, remissa tributorum medietate, in robur proprium prouinciarum cultor habeatur: unde etiam, <in> ratione exactionum cessante contumelia, limitum solitudinem erectis castrorum munitionibus incola securus illustret: quo etiam pacto auri argentique modus sine dantium poena duplicetur: uel quo argumento extra solitam largitatem cumulatus honoribus miles exultet. His etiam adnectenda credidimus quae bellorum necessitatibus terra uel mari in acquirendis uictoriis procurentur: ex quibus, fastidii leuandi gratia, pauca machinarum inuenta referemus]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Int., 10-12).

³¹⁵ “[De dilectu igitur atque exercitatione tironum per quosdam gradus et titulos antiquam consuetudinem conamur ostendere]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.).

a proposta de Vegécio está intrinsicamente ligada à recuperação daquilo que denomina de costumes antigos. Essa poderia ser uma característica apenas do primeiro livro, escrito em um contexto anterior aos demais, todavia, permanece nos outros três. O segundo livro, por exemplo, trata da “tradição do antigo exército, segundo a qual um exército pedestre pode ser constituído³¹⁶” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Res.). O passado é a referência e toda as suas propostas são pautadas na recuperação das *consuetudines antiquae*.

Ora, a confrontação de dois documentos inseridos na mesma tradição tipológica, escritos por autores advindos de (possíveis) origens geográficas e político-sociais diferentes, chama a atenção de qualquer pesquisador, principalmente no cenário de escassez de manuais militares observado no século IV d.C. No entanto, o que oferecemos não é um estudo de história social ou história política. Como deixamos claro anteriormente, nossa proposta é pensar tais documentos como artefatos culturais, ou seja, como produções de sujeitos inseridos em certas teias de significado. E nesse ponto emerge o trabalho intelectual de um importante antropólogo que liga esse ao próximo subcapítulo: Marshall Sahlins.

Em *Ilhas de História*, o eminente antropólogo estadunidense coloca em questão “uma série inteira de oposições calcificadas, pelas quais habitualmente compreendemos ambas, a história e a ordem cultural” (SAHLINS, 1997, p.181). Para ele, tal problema, o da antítese entre história e ordem cultural (sistema e evento, infraestrutura e superestrutura), recai na relação entre conceitos culturais e experiência humana, ou dito de outra forma: “como conceitos culturais são utilizados de forma ativa para engajar o mundo” (SAHLINS, 1997, p. 181). Sahlins estuda como essas relações são construídas nas ilhas polinésias e como a própria noção de história (entendida aqui como um mecanismo de ordenação do tempo e não como uma ciência) possui uma grande variedade cultural. Segundo ele: “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com esquemas de significação das coisas (SAHLINS, 1997, p. 08). Partindo dessa premissa, temos observado que tanto o Anônimo quanto Vegécio se apropriam de conceitos culturais convencionais em determinados contextos empíricos a partir de reavaliações práticas deles. Ambos receberam eventos em termos de conceitos *a priori* e mobilizaram tais conceitos recebidos com modificações dotadas de suas respectivas subjetividades. Ambos realizaram ações simbólicas, constituídas a partir de um passado inescapável e um presente irreduzível. Inescapável porque a experiência é recebida a partir de um esquema cultural preexistente e irreduzível porque o mundo em que vivem é singular.

Nesse ponto é que a teoria proposta por Sahlins fica ainda mais interessante para nossa proposta de trabalho, já que afirma que “as pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que

³¹⁶ “[*Secundus liber veteris militiae continet morem, ad quem pedestris institui possit exercitus*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Res.).

sua própria cultura possa ter feito com elas” (SAHLINS, 1997, p. 189). Ou seja, há uma inflexão empírica de significado a conceitos recebidos pela cultura por conta de projetos pessoais. E mais, ao avançar no ataque à dicotomia entre conceitos culturais e atividades práticas, Sahlins defende que “a cultura é justamente a organização da situação atual em termos do passado” (SAHLINS, 1997, p. 192). Ela seria o diálogo entre sentido e referência, já que essa última põe o primeiro em risco por conta do sujeito inteligente (que pensa e age) e o mundo intransigente. E esse diálogo nasceria da síntese entre estrutura e história, sistema e evento e “passado e presente” (SAHLINS, 1997, p. 181). Em nosso caso, acrescentaríamos, já subjetivando a teoria de Sahlins: passado, presente e futuro. Portanto, nossa intenção é perceber a construção de significados a partir de conceitos culturais recebidos por Vegécio e o Anônimo relacionados ao passado, ao presente e ao futuro. Para tal (e antes desse esforço), precisamos entender algumas categorias e o instrumento que nos permite vislumbrar tais significados. Todavia, é preciso adiantar que vamos desafiar essas ferramentas teóricas para perceber se elas resistem a um confronto com as fontes ora analisadas.

4.1.2. DEFININDO AS CATEGORIAS E O INSTRUMENTO COMPARATIVO PARA O *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR* E O *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES*

Com base na análise das introduções dos dois manuais militares, apontamos que Vegécio se notabiliza por apresentar uma proposta de reforma militar a partir da recuperação das práticas que ele nomeou de antigas, ou seja, das *consuetudines antiquae*, enquanto o Anônimo estabelece soluções baseadas em seu grande talento, ou seja, aquilo que chama de *magnitudo ingenii*. Acreditamos que essa diferença de escolhas pode apresentar uma abertura muito importante para o estudo da ordenação do tempo na Antiguidade Tardia e em geral. Para tal, precisamos entender de que forma tais autores mobilizavam certos conceitos culturais e como articulavam a relação passado, presente e futuro em suas respectivas obras. Um itinerário desse porte, todavia, exige que entendamos algumas categorias construídas no campo filosófico e historiográfico para que possamos propor uma análise. Portanto, em um primeiro momento, explicamos e relacionamos certas categorias e conceitos, tais como consciência histórica, espaço de experiência e horizonte de expectativa de âmbito mais geral. É a partir delas que chegamos ao conceito central, o regime de historicidade antigo, que funciona como uma moldura para perceber a consciência histórica antiga. Ora, se um dos autores visava a recuperação das práticas antigas e o outro visava utilizar de sua engenhosidade para resolver os problemas contemporâneos, tal moldura talvez apresentasse certas rachaduras que permitissem ordenações divergentes do tempo. Assim sendo, apresentamos também como entendemos essas brechas e como entendemos a noção de *innouatio*, que servirá de balizadora para o uso do instrumento analítico.

Em *Historiografia Comparativa Intercultural*, Jörn Rüsen tenta estabelecer uma teoria para a comparação intercultural e, para tal, defende que ela parta de um parâmetro organizativo. Como núcleo organizador desse esforço, o intelectual alemão defende a categoria de consciência histórica. Na forma como foi celebrizada, ela seria um universal antropológico presente nas sociedades humanas. Ou seja, das sociedades polinésias estudadas por Sahlins às comunidades por nós estudadas, ela seria uma constante. Somente a partir da reflexão teórica informada e da criação de um parâmetro solidamente construído seria possível “evitar ou corrigir qualquer imperialismo cultural oculto ou perspectiva equivocada no conhecimento comparativo” (RÜSEN, 2006, p. 117). Mas o que seria esse parâmetro?

Para responder a essa pergunta, cabe esclarecer o que tal autor considera como universais antropológicos. Para ele, tais elementos se constituiriam em operações mentais básicas encontradas em qualquer sociedade humana. Quando se trata da relação do homem com o tempo, que é nosso interesse, um universal antropológico defendido pelo alemão é o de consciência histórica. Mas o que seria isso? Em *Razão Histórica*, Rüsen assim a define:

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. [...] Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo*. Ela consiste na articulação de experiências e intenções com respeito ao tempo (poder-se-ia mesmo falar de tempo externo e tempo interno): o homem organiza as intenções determinantes de seu agir de maneira que elas não sejam levadas ao absurdo no decurso do tempo. A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo (RÜSEN, 2001, p. 58-59).

A consciência histórica se constituiria, portanto, na relação entre experiência do tempo e intenção no tempo. Diante da contingência, ou seja, o conjunto das perturbações da ordem na vida cotidiana, os homens se deparam com dificuldades para agir (carências de orientação) e precisam construir respostas para tais dificuldades (perspectivas orientadoras) a partir da experiência acumulada. E nessa tensão entre o passado acumulado e a intenção de agir nasce a consciência histórica. Ela, então, seria o trabalho intelectual que adequa experiência acumulada com intenções que estabelece um sentido para o presente. Segundo Arthur Assis, autor de *A teoria da História de Jörn Rüsen*, o sentido seria construído por meio de “representações de continuidade do fluxo temporal nas quais o passado rememorado se converte em referência para a construção e consolidação de identidades no presente” (ASSIS, 2010, p. 20). Os seres humanos seriam capazes de dotar o caos que chega até eles como experiência acumulada (passado) dentro de certa organização no tempo presente para projetar possibilidades de agir no futuro. Dessa forma, passado, presente e futuro ganham unidade (sentido). Em última análise, os homens transformam o tempo experimentado como

obstáculo para o agir (tempo natural) em um tempo em que intenções e diretrizes do agir são representadas como processo organizado (tempo humano).

Em síntese, “a consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo” (RÜSEN, 2001, p. 60). No entanto, para que essa consciência seja realizada como uma operação unitária da consciência, faz-se necessário um ato de fala: a narrativa. Essa constitui a consciência histórica na medida em que recorre a lembranças para interpretar as experiências do tempo, representa mudanças temporais do passado no presente como processos contínuos e nos quais a experiência presente pode ser extrapolada para o futuro e constitui identidade daqueles que produzem a narrativa (RÜSEN, 2001, p. 62-66). Segundo nosso entendimento, tanto a narrativa de Vegécio quanto a do Anônimo são resultados do esforço dos dois personagens no transcorrer temporal e, portanto, são narrativas resultantes e resultados da mobilização das consciências históricas de seus autores. Ambos estavam empreendendo tentativas de construção de sentido. O primeiro autor afirma:

Por conseguinte, tentamos mostrar por partes e capítulos qual o costume antigo sobre a escolha e o treino dos recrutas. Não que para ti, Imperador Invicto, estes assuntos pareçam desconhecidos, mas para que tu reconheças aquelas matérias que outrora os fundadores do Império Romano conservaram e que tu tens à tua disposição de livre vontade, em prol do bem-estar da coisa pública, e para que encontres neste pequeno livro o que quer que seja que tu acreditas que deve ser procurado sobre os temas mais importantes e sempre necessários³¹⁷ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.).

Neste fragmento do manual militar, é possível observar como o passado (*consuetudines antiquae*) é mobilizado no presente de forma a criar perspectivas de orientação. A narrativa produzida por Vegécio se constitui, segundo ele próprio, como um inventário de costumes antigos a respeito da escolha e treino dos recrutas para ajudar o imperador a fazer melhores escolhas sobre como agir. Ou seja, ele dá um sentido cíclico ao tempo ao defender que um retorno às práticas passadas pode ser uma boa perspectiva orientadora para o futuro.

Por outro lado, acreditamos que também seja possível entender o manual militar escrito pelo Anônimo sob a chave de determinada ordenação temporal. Segundo o autor:

Mas, por estarem ocupados, escapam-lhes muitos assuntos, eu, persuadido pelo ócio e não completamente alheio à conveniência desses assuntos, procurei ferventemente recolher o que foi útil à vossa felicidade, resumindo-o de todas as fontes. Contudo, no caso em que meu discurso se mostrou algo mais livre pelas exigências do assunto, confio que serei protegido pela vossa indulgência, já que para cumprir minha promessa devo ser assistido pela liberdade de pensamento³¹⁸ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 16).

³¹⁷ “[De dilectu igitur atque exercitatione tironum per quosdam gradus et titulos antiquam consuetudinem conamur ostendere, non quo tibi, imperator invicte, ista videantur incognita, sed ut quae sponte pro rei publicae salute disponis agnoscas olim custodisse Romani imperii conditores et in hoc parvo libello quicquid de maximis rebus semperque necessariis requirendum credis invenias]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Int.).

³¹⁸ “[Verum quia illos multa occupatos effugiunt, otio persuasus, non adeo a rerum commoditatibus peregrinus, utilia uestrae felicitati undique redacta conferre gestiui. Si quid uero liberius oratio mea pro rerum necessitate protulerit, aestimo uenia protegendum, cum mihi promissionis implendae gratia subueniendum est propter philosophiae libertatem]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, Pref., 16).

É possível notar que o *Sobre os Assuntos Militares* também foi construído a partir do acúmulo de experiências de seu autor e a partir daquilo que havia sido legado a ele por outros. Acreditamos que o uso do verbo *conferre* tenha nesta passagem o significado de “formar por meio de coleta, reunir” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p.398). No entanto, diferente de Vegécio, que se assume como um compilador dos antigos costumes militares, o Anônimo toma uma posição de maior liberdade, já que os assuntos tratados por ele assim exigem (pelo menos segundo o próprio). Ele não busca retornar às práticas do passado, mas usar de sua liberdade por conta das exigências do assunto e construir perspectivas orientadoras dotadas de certo ineditismo.

Como as maneiras segundo as quais os homens percebem seu passado são indissociáveis das formas como percebem seus presentes e projetam seus futuros, afinal modelam certo sentido, é possível encontrar alguns indícios de como, discursivamente, existe uma clara distinção entre as formas como os dois autores contemporâneos dão unidade e, portanto, sentido ao tempo. É possível, então, perceber que as duas obras são narrativas com vistas a construir um sentido para o tempo e que, aparentemente, podem ser vistas como manifestações localizadas do universal antropológico conhecido como consciência histórica.

Essa categoria é importante justamente porque ela nos ajuda a começar a entender a questão de um ponto de vista bem geral, embora muito genérico. Ainda no campo vasto da consciência histórica, faz-se necessário compreender o processo de construção de sentido produzido por ela a partir do passado acumulado e das perspectivas de futuro. Para tal itinerário, recorreremos a Reinhart Koselleck e suas reflexões em *Futuro Passado*. Para o historiador das ideias, as duas categorias que tratam do acúmulo de passado (experiência) e da perspectiva de futuro (expectativa) indicam uma “condição humana universal” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Aqui é possível encontrar uma grande aproximação entre as ideias de Rüsen e Koselleck, pois ambos trabalham com a tensão entre futuro e passado. Só que enquanto o primeiro se foca no resultado da tensão, o segundo se concentra nos elementos que a geram. É a partir deles que ele desenvolve algumas hipóteses sobre o tempo histórico. Mas o que seriam esses elementos?

Precisamos voltar ao texto para compreender primeiramente a noção de experiência. Segundo Koselleck: “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Por outro lado, a expectativa seria o “futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310). No entanto, as presenças do passado e do futuro se dão de maneiras diferentes no presente. A experiência decorrente do passado é espacial, já que ela se aglomera para “formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Por conta desse acúmulo de experiências do pretérito, ele nomeia esse passado presente como “espaço de

experiência”. Por outro lado, já que o futuro é cercado de incertezas e muitos prognósticos estão passíveis de não realização, ele chama esse futuro no presente de “horizonte de expectativas”. O termo horizonte aqui quer dizer “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Essas duas categorias são fundamentais para pensarmos os textos do *Compêndio da Arte Militar* e do *Sobre os Assuntos Militares*, já que os dois autores não só tratam do passado romano de maneira diferente como também propõem ideias diferentes para o futuro a partir de suas percepções do presente. Pode ser que consciências históricas dos autores se mostrem diferentes porque eles (homens de grupos político-sociais, geográficos e com subjetividades específicas) acumulam espaços de experiência diversos com vistas a horizontes de expectativa divergentes construídos no mesmo contexto histórico.

Uma questão que pode gerar certa confusão, quando tratamos de todas essas perguntas, é a da delimitação dos limites entre espaço de experiência e horizonte de expectativas. Por conta dessa dificuldade, precisamos entender também as noções de presente, passado e futuro. Para tal, recorreremos a Agostinho de Hipona, que, segundo Peter Brown, em *Santo Agostinho: uma biografia*, viveu entre 354 e 430 d.C. (BROWN, 2017). Agostinho nos interessa não só pela sua valiosa contribuição em relação aos termos que ora estudamos, mas também por ter sido contemporâneo dos autores protagonistas de nossa análise: Vegécio e Anônimo. Dentro do vasto *corpus* documental produzido pelo autor nascido em Tagaste, concentramo-nos no livro XI de uma obra produzida entre 397 e 401 (BROWN, 2017, p. 226) intitulada *Confissões*, já que é nela que estão contidas algumas de suas reflexões mais importantes acerca da temporalidade.

Ao debater e tentar definir o tempo, Agostinho declara inicialmente a grande dificuldade de defini-lo, mas encontra na existência do transcurso entre “o que foi” e “o que será” um caminho para construir algumas perguntas. Segundo ele:

De que modo existem aqueles dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? Para que digamos que o tempo verdadeiramente existe, por que tende a não ser?³¹⁹ (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 14.17).

São termos extremamente fugidios e embaraçosos a qualquer um que comece a refletir sobre eles. A partir desses questionamentos, o célebre filósofo problematiza aquilo que convencionalmente chamamos de passado (pretérito), presente e futuro. Os acontecimentos

³¹⁹ “[*Duo ergo illa tempora, praeteritum et futurum, quomodo sunt, quando et praeteritum iam non est et futurum nondum est? praesens autem si semper esset praesens nec in praeteritum transiret, non iam esset tempus, sed aeternitas. si ergo praesens, ut tempus sit, ideo fit, quia in praeteritum transit, quomodo et hoc esse dicimus, cui causa, ut sit, illa est, quia non erit, ut scilicet non vere dicamus tempus esse, nisi quia tendit non esse?*]” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 14.17).

decorridos já não existem, mas sim um trabalho de rememoração a partir dos traços desses eventos deixados no espírito. O exemplo que ele dá é o da sua própria infância, que já não existe em si mesma, mas apenas “a sua imagem, quando evoca e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória³²⁰” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 18.23). Do mesmo modo que o passado somente pode ser evocado no presente, é nele também que são premeditadas as ações futuras. Afinal, elas ainda não existem, pois quando existirem não serão mais futuras e sim presentes. Se o pretérito é retomado pela memória (*memoria*), o futuro só pode ser prognosticado pela imaginação (*imaginatio*).

Essas duas capacidades, no entanto, só passam a funcionar quando o sujeito possuidor delas as coloca em ação. De tal forma que Agostinho chega à conclusão de que “nem há tempos futuros, nem pretéritos e que nem é propriamente dito que os tempos são três: pretérito, presente e futuro³²¹” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 20.26). Essa constatação agostiniana pode mais confundir do que esclarecer, caso o leitor não esteja atento à proposta colocada por ele logo em seguida. O que ele defende (e que é basilar para o que se segue na presente Tese) é o seguinte:

Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: ‘presente das coisas pretéritas, presente das presentes, presente das futuras’. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: memória presente das coisas passadas, vislumbre presente das coisas presentes e expectativa presente das coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões, vejo então três tempos e confesso que são três³²² (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 20. 26).

Dessa forma, só seria possível falar de futuro e passado a partir do presente, esse que é passageiro e furtivo. O passado só nos chega por aquilo que recordamos; o futuro por aquilo que esperamos; e o presente, onde estamos, foge a cada instante. A distensão (*distentio*) entre os três definiria o termo tempo para o filósofo de origem africana. Qualquer ato, como a recitação de um hino religioso, começaria a partir da convergência entre a memória do que já foi recitado anteriormente, a expectativa do que se pretende recitar e a atenção no presente para transformar o que era inicialmente horizonte de expectativa em espaço de experiência.

É notável que a exposição das ideias de Agostinho, Rüsen e Koselleck nos ajudam a esboçar uma estrutura a respeito do que seja uma consciência histórica universal e suas partes constitutivas: o presente do passado (espaço de experiência ou experiência no tempo), o presente do futuro (horizonte de expectativa ou intenção no tempo) e o presente do presente (onde essa tensão se vislumbra). É a partir dessas categorias que se pode falar da tensão que dá existência àquilo que

³²⁰ “[*imaginem vero eius, cum eam recolo et narro, in praesenti tempore intueor, quia est adhuc in memoria mea*]” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 18.23).

³²¹ “[*nec futura sunt nec praeterita, nec proprie dicitur, 'tempora sunt tria, praeteritum, praesens, et futurum'*]” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 20.26).

³²² “[*sed fortasse proprie diceretur, 'tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris.' sunt enim haec in anima tria quaedam et alibi ea non video, praesens de praeteritis memoria, praesens de praesentibus contuitus, praesens de futuris expectatio. si haec permittimur dicere, tria tempora video fateorque, tria sunt*]” (AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. XI, 20. 26).

Agostinho chamou de tempo, Rûsen chamou de tempo humano e Koselleck chamou de tempo histórico. Portanto, ao observarmos a construção do passado, presente e futuro nas obras de Anônimo e Vegécio, estamos percebendo como tais autores elaboram suas respectivas noções de tempo. Todavia, mais do que entender o funcionamento dessas categorias é preciso propor uma análise especificamente histórica para pensá-las nos dois manuais militares.

Em nossa leitura, tal ferramenta de análise é encontrada na produção intelectual do historiador François Hartog. Esse intelectual francês tem se dedicado à lapidação do instrumental analítico daquilo que chama de “regime de historicidade” desde a publicação de *Marshall Sahlins et l’anthropologie de l’histoire*, quando, pela primeira vez, o termo apareceu em suas publicações (HARTOG, 1983, p. 1256). A obra já citada de Sahlins, *Ilhas de História*, é o grande referencial para as ideias de Hartog que se seguem, pois nela, como já observamos, o antropólogo defende que tanto a história é ordenada culturalmente de modos diversos em diferentes sociedades, como esquemas culturais são ordenados historicamente porque os significados são reavaliados em seus usos práticos (SAHLINS, 1997, p. 07). Se, após essa publicação desse primeiro artigo comentando o trabalho de Sahlins, a expressão foi colocada de lado por Hartog por um tempo, o encontro com as categorias de “experiência” e “expectativa” enunciadas por Koselleck fizeram com que ele retomasse o diálogo entre Antropologia e História. A partir dessa proposta de diálogo, Hartog escreveu junto com Gérard Lenclud um documento preparatório³²³ para o *Colloque MRT* em 1992, em que ficava explícita uma proposta de abordagem que assim foi resumida por Marcel Detienne em *Comparar o Incomparável: “uma abordagem comparativa das diversas formas de experiência da História, no espaço e no tempo”* (DETIENNE, 2004, p. 72). O próprio Hartog enuncia que a vocação de seu termo é o de “ser um instrumento comparatista: assim o é por construção” (HARTOG, 2013, p. 13). Mas o que é esse instrumento?

Primeiramente, é preciso informar ao leitor que percebemos que Hartog lapidou sua definição de regime de historicidade ao longo dos anos. Diante dessa constatação, não apresentamos todo o processo de construção da chave analítica, mas optamos por aquela registrada após certa maturação intelectual do termo e constante na obra *Regimes de Historicidade*, publicada no Brasil em 2013. Nela, ele escreve: “um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias” (HARTOG, 2013, p. 11). Se já aprendemos que os homens são dotados de consciência histórica e que essa capacidade permite que esses articulem as experiências acumuladas e as expectativas esperadas, o instrumento “regime de historicidade” torna possível entender as maneiras pelas quais essas categorias são articuladas ou

³²³ Detienne se refere ao texto *Regimes d’historicité, modèles de temporalité* que, segundo ele, foi “o documento preparatório para o *Colloque MRT, Anthropologie contemporaine et anthropologie historique*, Marselha, 1992, e não publicado” (DETIENNE, 2004, p. 73).

ordenadas. Ele é uma construção do historiador que permite a esse profissional tentar perceber de forma macro ou micro-histórica como passado, presente e futuro são mobilizados pelos homens. Ou seja, se até agora as categorias apresentadas serviam para entender a consciência histórica, o regime de historicidade oferece um meio de estabelecer formas diferentes de mobilizá-la.

Graças aos estudos promovidos e às obras publicadas por este autor, é possível estudar desde biografias de personagens históricos (como Napoleão) até a arquitetura de uma cidade para perceber que “conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante que não será evidentemente a mesma” (HARTOG, 2013, p. 13). Caso uma sociedade dê maior peso ao passado dentro dessa relação, é possível dizer que ela vive uma ordem do tempo passadista, da qual o exemplo mais famoso citado por Hartog é a do regime de historicidade antigo, celebrizado pelo *topos* ciceroniano da *historia magistra uitae*. O passado seria, então, um repositório de exemplos a serem repetidos, como lembra Koselleck (2006, p. 43). Mas se uma sociedade hipertrofia a categoria futuro, ela se enquadraria em uma ordem futurista. O progresso, o evolucionismo e uma ordem que continua se acelerando seriam marcas desse regime. E, por último, é possível citar também uma ordem que se cerra no presente, observável no regime presentista e que se caracterizaria por uma espécie de crise do futuro e um porvir como ameaça. Como características desse agigantamento do presente seria possível citar a valorização das políticas de memória e a ênfase ao patrimônio presentes nas sociedades contemporâneas. Ou seja, tal instrumento fornece molduras para delimitar como personagens, grupos e sociedades se orientam a partir da relação entre passado, presente e futuro em diversos contextos históricos.

Tão interessante quanto a própria criação desse instrumento é a proposição feita pelo autor francês da passagem de uma a outra ordem do tempo, que não se daria de maneira linear e harmônica. Exemplo disso está na discussão que Hartog faz das brechas (ou fendas) no regime de historicidade moderno desde o final do Primeira Guerra Mundial, quando figuras como Paul Valéry, Stefan Zweig e Lucien Febvre observavam um cenário de instabilidade, de um tempo situado entre eras, de rupturas. O cenário de duas guerras mundiais intercaladas por uma das maiores crises do capitalismo foi fundamental para que a forma como passado, presente e futuro fossem engrenados sofresse abalos. Não por acaso, uma pensadora judia sobrevivente da ocupação alemã na França, Hanna Arendt, pode ser destacada como uma arguta observadora das brechas temporais postas naquele momento. Foi ela quem enunciou um esboço de brecha temporal nos anos 1950, identificado, em *Entre o Passado e o Futuro*, como um

período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda (ARENDR, 2016, p. 30)

Tais tendências se aceleraram dos anos 1960 até mais ou menos 1990, quando uma ordem do tempo presentista se mostrou predominante. A discussão sobre a passagem de uma ordem do tempo futurista para uma presentista não nos interessa diretamente, já que nosso objeto de estudo se enquadra na Antiguidade, quando, teoricamente, uma outra ordem do tempo vigorava, a passadista. Todavia, observar a passagem de um regime de historicidade a outro nos ajuda a entender que isso não se dá de maneira linear e automática e, mais importante, mostra como um regime de historicidade possui fragilidades internas. Se, desde o final da Primeira Guerra Mundial, foi possível observar brechas no futurismo, talvez possamos perceber rachaduras em outros contextos e em outros regimes de historicidade. Ao confrontarmos o texto do *Sobre os Assuntos Militares* com o do *Compêndio da Arte Militar* percebemos que essa moldura, o regime de historicidade antigo, apresenta certas imperfeições.

Se vamos adotar essa perspectiva de que existe fragilidade dentro de um regime de historicidade específico, é preciso frisar também que esse instrumento de análise não é absoluto enquanto chave analítica. Hartog, por exemplo, em uma entrevista concedida para a *Revista Brasileira de História*, deixou claro que o regime de historicidade:

é um artefato fabricado pelo pesquisador, como o tipo-ideal weberiano. Ou seja, não há regime de historicidade em estado puro, com um domínio exclusivo do passado, do futuro ou do presente. Há sempre uma mistura cujas proporções variam segundo os lugares, os tempos, as condições, etc (HARTOG, 2015, p. 284).

Ou seja, reconhecemos que existe um limite muito tênue entre as supostas brechas temporais inerentes aos regimes de historicidade e os limites desse instrumento analítico. Se isso é verdade, acreditamos que uma análise das brechas temporais, com todas as suas características, seja plausível sem que o instrumento de análise seja implodido. Contudo, deixamos explicitado também que, em caso contrário, não nos furtamos de reconhecer essa debilidade. Feita essa ressalva, voltemos a linha principal de nossas reflexões.

A ideia central apresentada neste capítulo é a de que podemos observar em fontes de determinados contextos históricos a existência de crises no tempo histórico. Isto é, momentos em que se torna possível a observação de tentativas por parte de atores (e autores) de mobilizações diferentes daquelas predominantes, não somente pelos conteúdos do espaço de experiência e horizontes de expectativa a partir de certa tensão, mas também por uma alteração da ordenação entre passado, presente e futuro. Acreditamos que a confrontação dos textos escritos por Vegécio e pelo Anônimo possa configurar um caso desses, já que as *innouationes* propostas por eles apontam sentidos diferentes do tempo a partir de uma ordenação diferente do passado, do presente e do futuro.

Entendidas as categorias que levaram até a nossa definição do instrumento analítico, falta agora conhecer a noção balizadora da análise, ou seja, o termo *innouatio*. Segundo o *Oxford Latin Dictionary*, o verbo *innouare* possui as seguintes definições: “1) fazer uma inovação, alterar; 2) renovar, restaurar” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 916). Sendo assim, o termo latino

comporta em si tanto a dimensão do inédito quanto a do conhecido restaurado. Se a questão da restauração nos parece ser bem clara, já que a noção de *aemulatio/imitatio* era muito disseminada entre os romanos, a ideia de inovar nos parece um tanto quanto estranha. Por isso buscamos alguns usos do termo com tal sentido. O uso do verbo é constatado, por exemplo, em vários textos legais contidos no *Digesto*. Uma passagem especificamente é muito importante para conhecermos esse aspecto de ineditismo. O texto é assim apresentado: “Uma vez que a apelação foi aceita, contudo, nada novo pode ser feito para inovar até que uma decisão seja pronunciada sobre a apelação³²⁴” (ULPIANO. *Digesto*. IL. 7. 1. 1). Ou seja, nesse trecho é possível depreender que, pelo uso do verbo no gerúndio, há um sentido de criação de uma completa novidade, um fato novo entre a apelação e a decisão. Essa e outras passagens (ULPIANO. *Digesto*. L. 17. 123. 1) nos ajudam a perceber um uso do verbo *innouare* que extrapola a ideia de restaurar, ou seja, um futuro também aberto ao ineditismo para além da já consagrada ideia de retomar um passado glorioso.

Assim sendo, quando pensamos que Vegécio e Anônimo apresentam propostas construídas a partir, respectivamente, das *consuetudines antiquae* e da *magnitudo ingenii* de seus autores, fica claro que o termo (*innouare*) em sua forma substantiva, *innouatio*, pode ser um balizador para a aplicação do instrumento de análise. Isso porque ele encerra tanto um suposto ineditismo apresentado no *Sobre os Assuntos Militares* quanto a imitação proposta pelo *Compêndio da Arte Militar*.

Diante disso, é preciso enunciar a hipótese central a ser testada no restante da presente Tese. Em nossa leitura, as ideias de reforma militar (*innouationes*) presentes tanto no *Compêndio da Arte Militar* quanto no *Sobre os Assuntos Militares* são, para além de sintomas das disputas político-militares existentes entre grupos de origens geográficas e sociais completamente diferentes dentro do Império Romano, indícios da existência de uma crise no regime de historicidade antigo, uma brecha temporal, ocasionada por uma recepção dos eventos contemporâneos que levam ambos a construir um presente em crise e em que é possível perceber tanto um direcionamento para um suposto ineditismo quanto para a emulação criativa como resposta. Adiantamos que o uso dos termos “suposto” e “criativa” são muito importantes, já que tal hipótese tem um desdobramento importante na parte final de nossa análise. Dito isso, é preciso demonstrar no próximo item os argumentos de sustentação dessa hipótese. Para tal, partimos da divisão do tempo em Agostinho para comparar as maneiras de Anônimo e Vegécio de articular passado, presente e futuro em suas respectivas obras.

³²⁴ “[*Recepta autem appellatione tamdiu nihil erit innovandum, quamdiu de appellatione fuerit pronuntiatum*]” (ULPIANO. *Digesto*. IL. 7. 1. 1).

4.2. PRESENTE, PASSADO E FUTURO EM COMPARAÇÃO NO *SOBRE OS ASSUNTOS MILITARES* E NO *COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR*

4.2.1. O PRESENTE DAS COISAS PRESENTES: OS DIAGNÓSTICOS DOS PROBLEMAS NAS DUAS OBRAS

Como Agostinho de Hipona apontou, só é possível falar de futuro e passado a partir do presente, mesmo que ele seja passageiro e furtivo. É nele que acontece a *distentio* que definiria o próprio termo tempo. Por isso, nossa comparação do conteúdo das duas obras só poderia se iniciar com uma análise de como o presente era concebido (e recebido) pelo Anônimo e por Vegécio. Ou seja, propomo-nos a pensar como se deu a construção do presente das coisas presentes para os autores. Como aprendemos com Rūsen, as carências de orientação existem por conta das contingências que os seres humanos enfrentam no presente. Imersos nele, eles constroem perspectivas orientadoras a partir da experiência acumulada. Ou, na perspectiva de Koselleck, o tempo histórico nasce a partir da tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Portanto, é preciso, antes de mais nada, entender como o Anônimo e Vegécio percebiam as contingências apresentadas no presente. Nosso itinerário a partir de agora é elencar os pontos levantados nas duas fontes e tocar nas questões trazidas por seus autores ponto a ponto. Depois propomos uma síntese mostrando as contradições entre eles e as convergências, ou seja, fazendo uma primeira iluminação recíproca.

Começando pela análise do *Sobre os Assuntos Militares*, seu autor aponta três grandes questões problemáticas a serem enfrentadas: a monetária, a questão dos governadores e os gastos com o exército. Como lembra Andrea Giardina, “as análises do Anônimo e suas propostas de remediação nascem de uma consideração global dos males da época e das dificuldades governo” (GIARDINA, 1989, p. XXVI). O primeiro problema claramente elencado pelo Anônimo diz respeito à questão monetária. Segundo ele:

Entre os danos que a coisa pública não deve tolerar, a distorção da imagem dos sólidos, alterada pela fraude de alguns, aflige o povo por várias razões e diminui a imagem régia, ao ser depreciada por culpa da moeda; pois a astúcia enganosa do que comprava o mesmo sólido e a danosa necessidade de quem o vende introduziram não poucas dificuldades nas operações comerciais, de modo que nessa venha excluída a possibilidade de um relacionamento honesto³²⁵ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. III, 1).

Desde o prefácio, o Anônimo explicita que as questões financeiras estão entre suas principais preocupações, como a referência às *largitiones* deixa claro. No entanto, se até o capítulo dois o Anônimo fala de suas propostas para o futuro, no capítulo três ele lança um diagnóstico sobre algo que ele percebia como um problema recorrente no momento que ele vivia. Trata-se, segundo

³²⁵ “[*Inter damna rei publicae non ferenda, solidorum figura aliquantum fraudibus deprauata diuersa populos ratione sollicitat et regiae maiestatis imaginem, dum per monetae culpam refutatur, imminuit: ementis enim eundem solidum fraudulenta calliditas et uudentis damnosa necessitas difficultatem quandam ipsis contractibus intulerunt, ne rebus posit interesse simplicitas*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. III, 1).

Richard Reece, em *The Anonymous: a numismatic commentary*, da enunciação por parte do autor do *Sobre os Assuntos Militares* de que “a imagem da majestade real é diminuída por conta da recusa das moedas que a representam, e isso é culpa da cunhagem de moeda” (REECE, 1970, p. 62). Ele cita a astúcia enganosa (*fraudulenta calliditas*) de quem compra e, de outro, a necessidade danosa (*damnosa necessitas*) de quem vende, o que impossibilita uma negociação honesta. Todavia, não se trata de uma questão meramente econômica e social, mas também moral. Nesse ponto, discordamos de Thompson, que frisa que o Anônimo difere de muitos de seus contemporâneos por ter uma concepção do problema em “termos de relações sociais e econômicas, das quais os fenômenos psicológicos mencionados por outros escritores são meramente as manifestações” (THOMPSON, 1952, p. 31-32). Ou seja, para Thompson, são as engrenagens econômicas que levam a essas manifestações desonestas no comércio. Em nossa leitura, tanto a descrição do problema quanto a solução (separar os trabalhadores em trabalhos com moedas em uma ilha) apontam também para um diagnóstico moral por parte do Anônimo.

A perspectiva de condenação dos costumes vigentes em seu contexto continua quando o autor trata da próxima questão problemática. Ao falar dos problemas nas províncias, ele é taxativo:

Assim, aos prejuízos que atribulam as províncias com as artes da avareza, soma-se também a execrável cobiça dos governadores, hostil aos interesses dos *collatores*. Pois eles, depreciando o respeito pelo cargo, acreditam-se como comerciantes enviados às províncias, e são um tanto mais perniciosos porque a iniquidade procede de onde se esperaria o remédio³²⁶ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IV, 1-2).

A crítica se dirige aos governadores (*iudices*), que, segundo ele, agiam para atender aos seus próprios interesses e não aos interesses dos *collatores*, ou seja, pagantes de impostos. A pergunta que emerge é: por que o ataque do Anônimo se dirige especificamente aos agentes responsáveis pela administração das províncias e não aos vigários ou prefeitos pretorianos?

É preciso lembrar que, no Império Romano da segunda metade do século IV d.C., a estrutura administrativa romana abaixo do imperador se dividia a partir de um sistema composto por três componentes: prefeituras, dioceses e províncias. Divididas hierarquicamente, as primeiras eram da alçada dos prefeitos pretorianos, as segundas dos vigários e as terceiras dos governadores. Como apontou Jones, o cargo de prefeito pretoriano³²⁷ era “o segundo em comando do imperador, manejando uma larga autoridade em quase qualquer esfera do governo: militar, judicial, financeira e administração geral” (JONES, 1964, p. 371). Em seguida na hierarquia administrativa estava o vigário,

³²⁶ “[*Ad haec igitur incommoda quae prouincias auaritiaie artibus uexant, accedit etiam iudicum execranda cupiditas collatorum utilitatibus inimica: nam hi despecta reuerentia dignitatum uelut mercatores in prouincias se missos existimant, eo grauiores quod ab his procedit iniquitas unde debuit sperari medicina*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IV, 1-2).

³²⁷ Embora tenha havido alteração no número de prefeituras, na *Notitia Dignitatum* é possível contabilizar quatro, duas no Oriente e duas no Ocidente. No segundo, existiam a Prefeitura do Pretório do Oriente e a Prefeitura do Pretória da Ilíria (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Orientis*. I, 2-3). No Ocidente, é possível também apontar duas, a da Itália e a da Gália (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Occidentis*. I, 2-3).

entendido como um intermediário entre o prefeito pretoriano e o governador e responsável pela supervisão de todas as províncias em sua diocese. A província era da alçada, finalmente, do governador. Como estamos falando de um momento em que já estava instaurada a separação entre poder militar (exercida pelos *duces* e *milites*) e poder civil, os governadores eram responsáveis pela administração civil nas províncias.

Como indica Daniëlle Slootjes, em *The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire*, “não há uma única simples fonte que discute a pessoa do ‘governador’, sua posição e suas obrigações detalhadamente” (SLOOTJES, 2006, p. 16). Essa dificuldade é tamanha que é possível, segundo a autora, falar de quatro termos que se referem à figura do governador: “*praeses, rector, moderator e iudex ordinarius*” (SLOOTJES, 2006, p. 20). O Anônimo opta por usar essa última nomenclatura (*iudex*), embora só utilize o termo geral e agrupe dentro desse grupo governadores de “vários títulos e categorias, procônsules, consulares (um grau criado ou revivido por Constantino), *correctores e praesides*” (JONES, 1964, p. 373).

Se os *iudices* se responsabilizavam pelos poderes civis nas províncias, duas eram suas principais atribuições: apresentar vereditos em casos judiciais que envolvessem casos civis e criminais e supervisionar a coleta de impostos nas províncias. A crítica do Anônimo, em nossa leitura, concentra-se inicialmente na segunda atribuição dos governadores, já que a característica que os define é a *cupiditas*, ou seja, “desejo imoderado, luxúria, cobiça, ganância” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 472) contra os *collatores*, ou seja, os contribuintes (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 350). Essa responsabilidade é enunciada até mesmo a nível legal, como é possível encontrar em uma ordem enviada pelos imperadores Constâncio e Constante no ano de 355 ao prefeito pretoriano Taurus:

a responsabilidade de coleta de taxas nas províncias, que é feita por toda a África pelos governadores, os prefeitos da *annona*, e contadores, não deve ser usurpada por juizes superiores, mas deve ser exercida somente por essas pessoas a quem a responsabilidade de coleta de taxas é imposta³²⁸ (*CÓDIGO TEODOSIANO*. XI, 7.8).

Tais acusações dirigidas a figuras que ocupam cargos políticos importantes na estrutura administrativa fatalmente nos levam a aventar a possibilidade de entender tais afirmações contra os responsáveis por fabricar moedas e governadores, como acusações de corrupção. Ramsay Macmullen, autor de *Comparative Corruption*, ao tentar definir o fenômeno, assim o caracteriza:

O fenômeno da ‘corrupção’ no seu significado mais comum, envolve duas partes em uma troca. Uma parte exige que os agentes de uma autoridade privada ou governamental, qualquer que seja, façam o que não deveriam ou não façam o que deveriam. Tudo o que é solicitado é visto como desejável, quer seja uma permissão ou dispensa de algum tipo. Para isso, os agentes, como a outra parte, recebem seus francos, liras, marcos ou dólares; então, ambos os lados ganham. Nada poderia ser

³²⁸ “[*exactiones provinciarum, quas rectores aut praefecti annonae aut rationales per africanam sustinent, a maioribus iudicibus usurpari non debent, sed ab his solis impleri, quibus cura exactionis imminet*]” (*CÓDIGO TEODOSIANO*. XI, 7.8).

mais racional. Todavia, a autoridade perde; seu desejo não é plenamente efetuado. Ela reage com condenação (MACMULLEN, 2017, p. 390).

De forma geral, a corrupção seria uma relação condenável entre um agente corruptor que solicita a uma autoridade que faça algo proibido ou deixe de fazer algo que é de sua obrigação em troca de alguma remuneração. Essa definição, deveras ampla, tornaria possível pensar tanto as ações dos *iudices* atacados pelo Anônimo quanto os inúmeros casos de corrupção conhecidos no mundo contemporâneo. No entanto, a ciência histórica é sempre reticente ao uso de categorias e conceitos aplicáveis a períodos históricos tão distantes e diferentes e, portanto, é preciso interrogar se o termo pode ser utilizado com alguma acurácia para pensar as fontes e o período analisado nesse trabalho.

Quem começa a nos ajudar nesse ponto é o pesquisador brasileiro Fábio Faversoni, autor de *A corrupção dos antigos e a nossa: apontamentos para o estudo da corrupção romana*. Ele inicia seu trabalho tratando de certos limites entre a corrupção antiga e moderna e após citar os argumentos de Adriana Romero para estudar o fenômeno no Brasil Colonial, especificamente em *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*, o pesquisador brasileiro defende que “a corrupção assume feições diversas, conforme os modos como as sociedades compreendem a fronteira entre público e privado e conforme funcione o Estado” (FAVERSANI, 2019, p. 84). Faversoni afirma a possibilidade de se estudar a corrupção em Roma, desde que se entenda que não se trata do mesmo fenômeno documentado na Idade Moderna (e contemporânea). Nesse aspecto, ele se aproxima de Macmullen, que apresenta um conceito geral de corrupção, mas passível de adaptação a contextos específicos.

Se a possibilidade de se estudar a questão no mundo romano é possível, Christopher Kelly, autor de *Ruling the Later Roman Empire*, lança uma recomendação muito importante sobre a abordagem da corrupção especificamente para o período da Antiguidade Tardia. Segundo ele:

Corrupção, como um fenômeno específico, não pode ser facilmente abstraído ou isolado da sociedade em que ela ocorre. Ela não pode se destacar das estruturas políticas ou sistemas de governo. No fim, poucos discordariam que seria inaplicável e impróprio tentar entender corrupção em qualquer burocracia histórica através da imposição de padrões e prescrições derivadas das instituições e da moralidade ocidental moderna (KELLY, 2004, p. 03).

Por essa passagem, seria possível falar de corrupção no período analisado, desde que essa seja entendida em sua própria historicidade. O que é vedado aos agentes seria definido contextualmente e por isso lançar padrões e prescrições modernas poderia levar a interpretações equivocadas das fontes. Todavia, não poderíamos pensar na questão da corrupção somente pelo prisma da ilegalidade, já que ela “oferece apenas uma possível definição de corrupção” (KELLY, 2004, p. 04). O termo é inescapavelmente julgador e envolve certa condenação moral. Por isso, Kelly assinala que pensar sobre a temática pode levar a direcionar atenção não somente a aspectos objetivos, mas, e é isso que nos interessa, a pensar os ideais e as prescrições que cercam o exercício do poder por parte de quem compreende o presente de determinada maneira.

É possível perceber que a responsabilidade pela coleta de impostos era direcionada aos governadores, mas não unicamente. O documento legal cita os prefeitos da *annona* e os contadores e de como essas três personagens não podem ter sua atribuição atropelada por *iudices maiores*, tais como o *comes sacrarum largitionum* quando se tratava de taxas em dinheiro ou o prefeito pretoriano quando se tratava de taxas em espécie (SLOOTJES, 2006, p. 34-35). Mas se existia essa gama de funcionários que tratavam da coleta de impostos, por que a crítica do Anônimo se dirigia especificamente aos governadores?

Como já demonstramos em momentos anteriores, o autor do *Sobre os Assuntos Militares* era um *curialis*. Os *curiales* eram um grupo social abaixo daqueles conhecidos como *potior dignitas*. Era do primeiro grupo que eram eleitos os *procuratores* ou *susceptores* responsáveis pela recolha de taxas nas comunidades locais. O papel dos governadores, membros do segundo, era de reagir quando “problemas ocorriam, tais como fraudes ou extorsões e eles eram responsáveis por resolvê-los, geralmente no tribunal” (SLOOTJES, 2006, p. 38). Portanto, os problemas enfrentados pelos *curiales* a nível local eram dirimidos pelos governadores provinciais. Essa relação conflituosa entre os responsáveis diretos pela coleta de impostos e os governadores nos parece estar na origem da escolha do Anônimo por utilizar os últimos como alvo de crítica.

Ou seja, em nossa leitura, não pensamos que as condenações de Anônimo aos governadores sejam de cunho meramente legal, mas se ligam em grande parte à visão de mundo do próprio autor. Se a origem da crítica aos *iudices* estava na vivência do autor como um *curialis*, ela se desenvolve como parte da sustentação de seu projeto de reforma. Portanto, a sua escolha em criticar os *iudices* especificamente não é aleatória, mas envolve suas intenções e, principalmente, sua compreensão do mundo.

Se a crítica aos governadores fornece algumas pistas a respeito da visão de mundo do autor, sua terceira constatação caminha na mesma direção. Quanto trata da questão militar, ele aponta:

Uma vez expostos, como se viu, os problemas da coisa pública, que devem ser oportunamente resolvidos graças a vossa augusta previsão, cheguemos à imensa taxa de alimentação dos soldados, que devem ser evitadas de modo inadequado e por cuja causa se ressentem a aplicação de todo o sistema tributário. Contudo, para evitar que a augusta majestade, ocupada como é, seja enfastiada por uma excessiva confusão, explicarei muito brevemente a solução de tão duradouro mal³²⁹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 1-2).

Como atentamos anteriormente, no século IV d.C., os soldados recebiam a maior parte de seu pagamento em espécie. Tal pagamento era feito em grãos, carne, óleo e vinho e, a partir de

³²⁹ “[*Relatis ut uisum est rei publicae incommodis augustis prouisionibus merito repellendis, ad enormia militum alimenta ratione non incongrua prohibenda ueniamus, quorum causa totius tributariae functionis laborat illatio. sed ne tantae confusionis molem occupatio augusta fastidiat, breuius tam diuturni erroris exitum declarabo*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 1-2).

Diocleciano, o imposto da *annona militaris* se tornou a base do suprimento das tropas e sua coleta era feita pelos *curiales*. Segundo A. D. Lee,

Os membros da classe curial periodicamente eram designados para tomar responsabilidades oficiais por períodos fixados (conhecidos como liturgias), entre as quais uma era coletar produção dos camponeses locais (compensando qualquer falta com seus próprios recursos) e garantindo o transporte para celeiros locais ou para unidades militares localmente estacionadas (LEE, 2007, p. 86).

Torna-se possível observar que o Anônimo está novamente apontando uma questão relacionada diretamente com a atividade dos *curiales*. Ele escolheu tratar especificamente da *annona*, apesar de existirem outros tipos de remuneração aos soldados, como o *stipendium* (pagamento em dinheiro), os *donativa* (donativos) e as distribuições de uniformes, armamentos e cavalos. Ou seja, novamente a crítica dele se dirige a uma questão que se relacionava diretamente a suas atividades. Se tomarmos as questões levantadas anteriormente, é possível perceber que o Anônimo apresenta uma visão de mundo bastante coerente: fraude monetária, corrupção dos governadores e alta tributação imposta à população. Ou seja, ele desfere um ataque à burocracia romana pesando questões de cunho eminentemente administrativo. Sendo essa uma imagem apresentada por um *curialis*, ela é de uma riqueza única, já que a maior parte dos documentos que nos chegaram desse período da história romana foi escrita por homens pertencentes à ordem senatorial. Todavia, o Anônimo não nomeou apenas problemas internos, mas trouxe uma questão externa.

Se os problemas internos se arrastavam por um bom tempo, ao nosso ver, é o problema surgido nas fronteiras que estimula a busca por soluções que caracteriza sua obra. Segundo ele:

Ante tudo há que ser consciente de que a loucura das nações que ao nosso redor nos ladram acossa o Império Romano por todas as partes e a traiçoeira barbárie, guarnecida pelos acidentes naturais, assalta todos os pontos fronteira. Pois, as *gentes* mencionadas quase sempre se escondem nos bosques ou escapam aos montes ou se defendem na neve; não poucas vezes se protegem vagando por desertos e pelo sol excessivo. Há algumas que, defendidas por pântanos e rios, tampouco são fáceis de encontrar e, sem embargo, tiram a tranquilidade da paz com incursões de surpresa³³⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1-3).

Como vimos anteriormente, na década de 380 d.C., momento em que foi escrita a obra, segundo nossa análise, existiam diversos grupos considerados bárbaros ou ameaçando ou em conflito com os romanos nas fronteiras. O termo usado, *barbaries*, pode significar tanto “1. O mundo estrangeiro, raças incivilizadas. B. povo ou região bárbaro; 2. A qualidade característica dos bárbaros, barbaridade, brutalidade” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 225). Como já aprendemos com Peter Heather (2006, p. 69), os bárbaros (e a barbárie como consequência) eram vistos como uma imagem reversa dos romanos e forneciam o outro para a construção da imagem romana. A princípio,

³³⁰ “[In primis sciendum est quod imperium Romanum circumlatrantium ubique nationum perstringat insania et omne latus limitum tecta naturalibus locis appetat dolosa barbaries. Nam plerumque memoratae gentes aut siluis teguntur aut extolluntur montibus aut uindicantur pruinis; nonnullae uagae solitudinibus ac sole nimio proteguntur]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 1-3).

tratava-se de uma categoria vaga e flexível para pensar alguns povos que estavam em contato com o Império Romano.

Apesar de poder ser entendida como uma categoria aberta, o restante do trecho nos mostra uma particularização da categoria *barbaries*. Como vimos anteriormente, em toda a segunda metade do século IV d.C., é possível elencar a existência de alamanos e francos na Gália, mouros no Egito, pictos, escotos, saxões e atacotos na *Britania*, sármatas e quados na Panônia, persas nas fronteiras orientais e, claro, os godos (tervíngios e greutungos), hunos e alanos nas fronteiras danubianas. Como vimos também, Juliano por diversas vezes evitou atividades militares durante os invernos em que lutou na Gália, enfrentou táticas de assédio e fuga por populações que conheciam florestas da região e foi até o deserto na Mesopotâmia para enfrentar os persas, onde o sol atrapalhou parte da condução de sua expedição. Também aprendemos que vários grupos godos se esconderam nos montes balcânicos após a Batalha de Marcianópolis, de onde se aventuravam em incursões periódicas. Também nunca é demais recordar que rios foram obstáculos enormes aos romanos durante os enfrentamentos com os inimigos, tanto no Reno quanto no Danúbio. Portanto, em nossa leitura, é possível entender essa passagem do *Sobre os Assuntos Militares* como uma clara referência às invasões e disputas entre Império Romano e seus inimigos na segunda metade do século IV, principalmente nas décadas de 370 e 380 d.C. Povos que acoassavam o império por várias direções, que utilizam de especificidades geográficas para se defenderem e a questão fluvial como fundamental.

Dito isso, podemos apontar nesse ponto em específico uma clivagem de diagnóstico entre o Anônimo e várias outros autores que enumeraram os problemas do período, tais como seus contemporâneos Amiano Marcelino, Claudiano, Paulo Orósio, Basílio de Cesareia e o próprio Vegécio. Se no *Sobre os Assuntos Militares* é apresentada uma visão bastante particular dos problemas administrativos do Império Romano na segunda metade do século IV, tais como a questão monetária e administrativa, a questão da ameaça bárbara pode ser considerada o ponto em que é possível apontar convergências com outras fontes, como o *Compêndio da Arte Militar*. Falemos um pouco desse segundo autor a partir de agora.

No texto de Vegécio, é possível apontar diversas referências aos bárbaros. Ao falar da forma como alguns povos tratavam a arte da guerra, Vegécio aponta como essa arte era tratada pelos bárbaros:

[...] e, hoje, os bárbaros pensam que somente esta arte [da guerra] deve ser conservada e acreditam que todas as restantes ou dependem dela ou podem ser alcançadas por seu intermédio; esta arte da guerra é necessária para os que vão combater, pois é por meio dela que se conservam a vida e alcançam a vitória³³¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

³³¹ “[*hanc solam hodieque barbari putant esse seruandam; cetera aut in hac arte consistere omnia aut per hanc adsequi se posse confidunt; haec dimicaturis est necessaria, per quam uitam retineant et uictoriam consequantur*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

Nessa primeira passagem, é enunciada a importância da arte da guerra para os chamados bárbaros (*barbari*), já que ela precederia e submeteria todas as outras. No entanto, se as categorias utilizadas para classificar bárbaros são muito vagas e flexíveis, precisamos buscar elementos que as particularizem para que possamos responder a pergunta: quem são esses bárbaros que Vegécio enxerga como conservadores da arte da guerra naquele momento (*hodie*)?

Em diversas passagens da obra, o autor enumera diversos povos que praticavam a arte da guerra, tais como: godos, alanos e hunos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20), gauleses e celtiberos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2), lacedemônios, atenienses, mársios, samnitas, pelignos, epirotas, macedônicos, tessálios, persas, dácios, mérios e trácios (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28). Todavia, é possível perceber certo direcionamento do autor quando ele utilizava o termo bárbaro. Em cinco passagens, é possível inferir a quem se dirigia a denominação de bárbaros, segundo o autor. As duas primeiras podem ser encontradas ainda no livro I. Ao tratar do treinamento dos recrutas no arremesso de pedras com fundas, ele assim afirma: “E acontece, por vezes, que o combate se trava em locais rochosos, que um monte qualquer ou uma colina têm de ser defendidos, ou que os bárbaros têm de ser afastados do ataque a fortes e a cidades por meio de pedras e fundas³³²” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 16). Como estudamos anteriormente, um dos desdobramentos da invasão goda iniciada em 376 d.C. foi a luta empreendida pelos romanos contra esses bárbaros na região balcânica, como as incursões nos montes Hemos e montanhas Ródope após o desfecho da Batalha dos Salgueiros. Também é importante recordar que após a derrota romana em Adrianópolis, em 378, as hordas inimigas não foram capazes de invadir nem essa cidade e nem Constantinopla alguns meses depois. Ou seja, aqui teríamos um indício sobre quem eram esses bárbaros.

Certamente, tal passagem pode ter certo tom genérico, já que não há nenhuma particularização sobre quais montes e colinas eram essas, mas duas passagens nos ajudam a fazê-la. Em um momento posterior, Vegécio, ao lembrar de que tipos de armas os antigos usavam e como estava a questão em seu contexto, relata que “entre nós, armas de arremesso deste tipo [*pila*] são já raras; mas os soldados de infantaria bárbaros munidos de escudo preferem-nas, chamando-lhes *bebrae*, e levam duas ou três para os combates³³³” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20). Como aponta Monteiro, essas *bebrae* seriam dardos de cabeça farpada e oca que se disseminaram “a partir do século IV d.C., em especial em regiões germânica” (MONTEIRO, 2009, p. 409). Bishop e Coulston apontam que a *bebra* tinha “o comprimento da cabeça de ferro poderia parecer menor em

³³² “[*Et interdum evenit ut in lapidosis locis conflictus habeatur, ut mons sit aliquis defendendus aut collis; et ab oppugnatione castellorum sive civitatum lapidibus barbari fundisque pellendi sunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 16).

³³³ “[*Cuius generis apud nos iam rara sunt tela; barbari autem scutati pedites his praecipue utuntur, quas bebras vocant, et binas etiam ac ternas in proeliis portant*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

comparação com os *pila* anteriores” (BISHOP; COULSTON, 2006, p. 200). Aqui, portanto, temos um fundamento importante para começar a inferir que Vegécio tratava como bárbaros os povos que ameaçavam as fronteiras norte do império: a presença da *breba* entre os soldados germânicos.

De tom geral, é possível também apontar uma passagem existente no livro IV, quando são apresentados diversos princípios da guerra naval. O texto assim enuncia: “acerca deste tipo de guerra [naval] pouco deve ser dito, pois, já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava com os povos bárbaros³³⁴” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31). O trecho relata que as lutas contra as *nationes barbarae* se fazia no meio terrestre. Como ficou demonstrado no segundo capítulo, não há registros de batalhas navais entre romanos e seus inimigos na fronteira norte durante a segunda metade do século IV. O cenário das décadas de 370 e 380 aponta para diversas batalhas campais; todavia, quando se trata de operações fluviais, existem, no máximo, registros de operações que utilizaram rios como meio de ataques surpresas, caso do ataque comandado por Juliano às ilhas do Reno em 357 d.C., ou meios de negociação, exemplos dos acordos fechados por Valente e Atanarico em 367 d.C. sobre barcos e por Valentiano I e Macriano em 374 d.C. no Reno³³⁵. Como vimos anteriormente, a questão naval só se tornaria novamente relevante no século V, quando os vândalos começaram a empreender ataques marítimos após a captura de Cartago a partir de 439 d.C.

Em uma terceira passagem, é possível perceber uma particularização dos bárbaros em relação a alguns outros povos. Ao tratar da diferença entre legiões e tropas auxiliares, ele assim enuncia: “os gauleses e os celtiberos e numerosas nações bárbaras utilizavam hordas em combate, nas quais havia seis mil homens armados³³⁶” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2). Ou seja, aqui o autor separa gauleses e celtiberos das numerosas nações bárbaras. Os dois primeiros grupos, portanto, seriam menos bárbaros que os outros estrangeiros.

A coisa fica ainda mais clara quando analisamos a terceira passagem em que os bárbaros são citados na obra. Ao proferir algumas informações a respeito da importância da construção de acampamentos, ele apresenta dois povos que, em sua leitura, conservaram a prática:

Os persas, à imitação dos romanos, constroem um acampamento com fossos escavados à volta e, uma vez que os terrenos são todos arenosos, enchem os sacos que tinham trazido vazios com a terra poeirenta que é escavada e fazem uma trincheira, empilhando esses sacos. Todos os bárbaros passam as noites nas suas

³³⁴ “[*de cuius artibus ideo pauciora dicenda sunt quia iam dudum pacato mari cum barbaris nationibus agitur terrestre certâmen*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31).

³³⁵ Para maiores esclarecimentos sobre as negociações de paz entre romanos e seus inimigos na segunda metade do século IV d.C. e sobre a importância dos rios nas relações imperial com os povos da fronteira norte, indicamos a leitura do artigo *Como fazer um tratado com os persas? Uma análise do processo de negociação da paz entre romanos e persas em 363 d.C.*, publicado no periódico *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos* (GONÇALVES; TAVARES, 2019).

³³⁶ “[*Galli atque Celtiberi pluresque barbarae nationes catervis utebantur in proelio, in quibus erant sena milia armatorum*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2).

carroças unidas em círculo, a salvo de ataques, tal como num acampamento³³⁷” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

Nesta passagem, destacamos três coisas muito importantes. A primeira é que se os celtiberos e gauleses já estavam particularizados na designação bárbaro, ao contrapor o método de construir acampamentos dos persas e dos bárbaros, Vegécio também separa os últimos. Desta forma, é possível apontar certa divergência entre o que o Anônimo considerava pertencente ao mundo bárbaro, que incluía os persas, e o que Vegécio define. Para esse último, os persas organizavam seus acampamentos de uma forma e os bárbaros de outra, o que significa que não eram grupos coincidentes.

Em segundo lugar, é importante, para nossos propósitos, entender como a organização do acampamento bárbaro nos revela quem era entendido como tal. A conexão das carroças (*carri*) em círculo (*orbs*) remete à prática goda conhecida como *carrago*. Já tivemos a chance de conhecer superficialmente esse termo ao tratar dos acontecimentos ligados aos enfrentamentos de 376 d.C. entre os exércitos liderados por Richomeres, Profuturo e Trajanos contra os godos nos arredores da cidade de *Salices*. Sobre isso é muito importante trazer novamente o texto de Amiano Marcelino, que descreve assim a prática: “dali, uma ingente multidão de bárbaros havia colocado suas carroças em forma de círculo e, assim, rodeados por uma espécie de muralha, desfrutavam da paz e do rico botim conseguido³³⁸” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7,5). Logo em seguida, o autor nomeia a prática goda de colocar carroças em círculo como *carrago* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7,7). Assim sendo, podemos afirmar que os bárbaros tratados por Vegécio eram, de fato, os godos e seus vizinhos danubianos que compartilhavam com eles de práticas como a *carrago*.

Em terceiro lugar, esse trecho nos revela que o Império Romano descrito no *Compêndio da Arte Militar* tinha como inimigos os persas e os bárbaros. Juntando essa análise com a de trechos anteriores, é possível inferir que a ameaça goda e persa era uma realidade no contexto de produção da obra. Assim sendo, esses são problemas levantados por Vegécio como presentes em seu período de vida. Embora existam diferenças entre as maneiras como a ameaça bárbara esteve presente nos dois documentos, é possível afirmar que há um consenso no reconhecimento do elemento bárbaro como um desafio a ser enfrentado.

Saindo da questão externa, precisamos entender como Vegécio percebia os problemas internos a serem enfrentados. No primeiro livro do *Compêndio da Arte Militar*, dedicado à escolha e treinamento dos recrutas, é possível perceber uma crítica pesada à disciplina militar do exército

³³⁷ “[*Persae imitantes Romanos ductis fossis castra constituunt, et quia harenosa sunt prope omnia saccos, quos inanes portaverant, ex pulverulenta quae effoditur terra complent eorumque cumulo aggerem faciunt. Omnes barbari carris suis in orbem conexas ad similitudinem castrorum securas a superuentibus exigunt noctes*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

³³⁸ “[*unde haut longo spatio separatum vulgus inaestimabile barbarorum ad orbis rotundi figuram multitudine digesta plaustorum tamquam intramuranis cohibitum spatiis, otio fruebatur et ubertate praedarum*]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 7, 5).

romano. Ao falar dos jovens devidamente escolhidos e marcados com as tatuagens distintivas, ele afirma que:

Assim, deve mostrar-se aos recrutas já marcados a doutrina das armas por meio dos exercícios diários. Mas a negligência provocada por um longo período de segurança aboliu o uso desta prática. Conhece-se alguém que possa ensinar aquilo que ele próprio não aprendeu?³³⁹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

Pela análise deste trecho, temos importantes pistas sobre a forma como Vegécio interpretava o contexto em que ele vivia, o passado romano e seu projeto de futuro. Os exercícios diários se apresentam aqui como um meio para retomar a grandeza existente na história militar romana perdida por conta negligência³⁴⁰ (*dissimulatio*) dos assuntos militares gerada por um longo período de segurança. Ou seja, na visão do autor hispânico, o exército romano vivia sob a influência de um período de longa paz que o enfraqueceu.

Tal linha de raciocínio é encontrada novamente ainda no livro I. Ao tratar de que modo os recrutas devem ser treinados a montar cavalos, Vegécio aponta que: “Saber montar um cavalo deve ser sempre exigido com rigor, não só dos recrutas, mas também dos que são soldados experientes, costume esse que manifestamente chegou até à nossa época, ainda que negligenciado”³⁴¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 18). Novamente é possível observar o uso do vocábulo *dissimulatio* para se referir a perda de qualidade de parte integrante da formação militar romana. Todavia, todas as referências se apresentam como muito genéricas e, portanto, trazem juízos de valor de Vegécio a respeito de questões bastante abstratas.

A questão poderia mudar de figura quando é encontrada uma referência aos armamentos que, segundo o autor, deveriam ser utilizados pelos recrutas. Ao tratar do tema, ainda no primeiro livro da obra, ele enuncia que:

A este respeito [com que tipos de armas os recrutas devem ser equipados e protegidos], o costume antigo foi completamente apagado; pois ainda, a exemplo dos godos, dos alanos e dos hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos, contudo, que os soldados de infantaria ficaram desguarnecidos. Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas, mas também por capacetes. Mas, porque, instaladas a negligência e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao

³³⁹ “[*Signatis itaque tironibus per cotidiana exercitia armorum est demonstranda doctrina. Sed huius rei usum dissimulatio longae securitatis aboleuit. Quem inuenias, qui docere possit quod ipse non didicit?*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

³⁴⁰ O termo *dissimulatio* é de difícil tradução. Segundo o *Oxford Latin Dictionary*, ele possui os seguintes significados: “1. Ocultação do real propósito ou sentimentos de alguém, dissimulação; 2. Ironia (socrática); 3. Ignorância fingida, negligência deliberada” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 557). O significado que nos parece mais próximo do sentido aplicado por Vegécio nos parece o terceiro, embora o termo negligência em português não seja capaz de abarcar a questão da deliberação.

³⁴¹ “[*Non tantum autem a tironibus sed etiam ab stipendiosis militibus salitio equorum districte est semper exacta, quem usum usque ad hanc aetatem, licet iam cum dissimulatione, pervenisse manifestum est*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 18).

imperador para devolver em primeiro lugar as catafractas e, depois, os elmos³⁴² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

Além de ser uma referência indireta à derrota de Adrianópolis de 378 d.C., tal trecho traz uma observação sobre a ausência de armaduras corporais (*catafractae*), capacetes (*galei*) e elmos (*cassides*) após essa derrota. Essa crítica de Vegécio deve ser problematizada, já que, como lembram Bishop e Coulston, “entre o final do terceiro século e o início do quinto, o clima tático continuou a exigir que a infantaria romana pesada vestisse armadura” (BISHOP; COULSTON, 2009, p. 208). Como sabemos, “a Antiguidade Tardia viu o estabelecimento de uma infraestrutura centralmente organizada de arsenais públicos ou *fabricae* responsáveis pela produção de armas e armaduras” (LEE, 2007, p. 116). Mais do que isso, graças à *Notitia Dignitatum*, possuímos a relação de várias *fabricae* romanas e também do que era produzido em suas unidades. Na parte oriental é possível afirmar a existência de pelo menos seis *fabricae* em que armaduras eram produzidas, localizadas respectivamente em Damasco, Antioquia, Nicomédia, Sardis, Adrianópolis e Marcianópolis (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Orientis*. XI, 18-33) e, na parte Ocidental, mais três, localizadas em Salona, Verona e Argentomagus (*NOTITIA DIGNITATUM. In Partibus Occidentis*. IX, 17-31). Sendo assim, acreditamos que a crítica de Vegécio não se dirige a uma mudança estrutural no exército romano, mas sim às maneiras de conduzir expedições contra os bárbaros após 378 d.C. Como é de se esperar em conflitos em menor escala, a necessidade de mobilidade coloca o uso de armaduras pesadas em segundo plano. A atuação dos *duces* e seus subordinados ficaria muito prejudicada em operações em montes e montanhas se o armamento defendido por Vegécio fosse utilizado. Como Vegécio buscava restaurar práticas que ele considerava pertencentes ao passado (idealizado), há aqui uma clara abominação de uma alteração que não se enquadrava no escopo das práticas romanas antigas conhecidas por ele.

Para nós, tão importante quanto essa coerência factual das ideias do autor com os acontecimentos, é seu diagnóstico dos vícios que vigoravam na sociedade romana. À *dissimulatio* já citada duas vezes, se junta a *neglegentia* e a *desidia*. A primeira pode ser entendida como “falta de cuidado, descuido, negligência, abandono” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p.1167) e a segunda como “ociosidade, frouxidão, inatividade” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 525). Se só encontramos dois usos do termo *desidia* em toda obra, quando se trata de *neglegentia* e seus derivados, é possível identificar em todo o *Compêndio da Arte Militar*, doze passagens, sendo esse um dos termos mais utilizados em todo o texto, com três usos no livro I, dois no livro II, quatro no

³⁴² “[*Sed in hac parte antiqua penitus consuetudo deleta est; nam licet exemplo Gothorum et Alanorum Hunnorumque equitum arma profecerint, pedites constat esse nudatos. Ab urbe enim condita usque ad tempus diui Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus. Sed cum campestris exercitatio interueniente neglegentia desidiaque cessaret, grauia uideri arma coeperunt, quae raro milites induebant; itaque ab imperatore postulant primo catafractas, deinde cassides sedere refundere*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

livro III e três no livro IV. Todas, contudo, nos levam a considerar que Vegécio interpretava os romanos de seu tempo como pessoas de pouca ação, figuras passivas.

Tanto é assim que, em uma passagem do último capítulo do primeiro livro, ele apresenta um diagnóstico sobre a situação do treino militar:

Assim, o cuidado com o exercício militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento, conforme se sabe³⁴³ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

Se a *dissimulatio*, a *neglegentia* e a *desidia* imperavam, a consequência é que o exercício militar caiu no esquecimento (*obliuio*). Ou seja, Vegécio denuncia que toda a rica herança militar romana havia caído no olvidamento dos romanos e eles não mais faziam o treinamento necessário para a boa formação de tropas romanas. Essa passividade gerou, segundo Vegécio, além da deterioração da preparação dos soldados, também a descaracterização do próprio exército.

Tal compreensão da realidade é mantida nos outros livros da obra, escritos posteriormente. No segundo, por exemplo, ele enuncia que:

o nome de legiões permanece no exército atualmente, mas a solidez dos tempos superiores foi quebrada pela *neglegentia*, visto que a ambição ocupou os prêmios da *uirtus* e os soldados, que costumavam ser promovidos pelo labor, foram promovidos pelo favor. Por outro lado, completado o serviço militar pelos soldados e licenciados esses por meio de certificados, segundo era costume, não foram substituídos por outros. Além disso, é forçoso que alguns se encontrem debilitados pela doença e sejam desmobilizados, que alguns desertem ou morram de diversos males, de tal forma que o exército, ainda que numeroso, definha, a não ser que uma grande quantidade de recrutas entre para o lugar dos que foram saindo todos os anos e até quase todos os meses. Existe ainda uma outra causa para o enfraquecimento das legiões: nelas, o esforço do serviço militar é grande, as armas são mais pesadas, as responsabilidades são em maior número e a disciplina é mais severa. Para evitar isso, muitos acorrem a prestar o juramento nas tropas auxiliares, onde não só o suor é menor, mas onde também as recompensas chegam mais depressa³⁴⁴ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3).

Em primeiro lugar, é preciso fazer alguns esclarecimentos sobre o que Vegécio entende por legião e como essa formação tática estava configurada no século quarto. Como defendemos anteriormente, no contexto histórico do século IV d.C., a formação tática entendida como legião possuía, em média, mil homens arregimentados. Esse número não se aproxima do que está descrito no *Compêndio da Arte Militar*. No texto do documento: “a legião completa é constituída por dez

³⁴³ “[*Ita cura exercitii militaris primo neglegentius agi, postea dissimulari, ad postremum olim in obliuionem perducta cognoscitur*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

³⁴⁴ “[*Legionum nomen in exercitu permanet hodieque, sed per neglegentiam superiorum temporum robur infractum est, cum uirtutis praemia occuparet ambitio et per gratiam promouerentur milites, qui promoueri consueuerunt per laborem. Deinde contubernalibus completis stipendiis per testimoniales ex more dimissis non sunt alii substituti. Praeterea necesse est aliquantos morbo debilitari atque dimitti, aliquantos deserere uel diuersis casibus interire; ac, nisi annis singulis, immo singulis paene mensibus in recedentium locum iuniorum turba succedat, quamuis copiosus exhauritur exercitus. Est et alia causa, cur adtenuatae sint legiones: magnus in illis labor est militandi, grauiora arma, plura munera, seuerior disciplina. Quod uitantes plerique in auxiliis festinant militiae sacramenta praecipere, ubi et minor sudor et maturiora sunt praemia*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3).

coortes, tendo 6100 soldados de infantaria e 730 cavaleiros³⁴⁵” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6). Ora, tais números estão muito mais próximos do padrão da legião constituída entre os séculos I a.C. e I d.C, que contava (em teoria) com quatro mil e oitocentos soldados de cavalaria e mais cento e vinte cavaleiros do que com os números da legião do final do quarto século. Acreditamos, então, que Vegécio apresenta novamente uma crítica à forma como eram conduzidas as ações militares no contexto histórico em que ele vivia. Quando faz apologia de tal modelo de legião, ele está defendendo uma constituição anterior por não aceitar as alterações empreendidas a partir do final do século III. Assim como fez quando tratou da questão das armaduras, Vegécio está criticando as mudanças na organização romana que vigoravam em seu contexto. Como veremos, não só as questões quantitativas se aproximam de uma legião de um tempo longínquo, mas também a estrutura defendida. Essa aproximação não significa uma coincidência, já que, como defenderemos posteriormente, a legião defendida por Vegécio é idealizada e tem na sua constituição vários estratos temporais.

Outra crítica feita no texto diz respeito à questão da escassez de homens nas tropas. Como já referenciado, um sintoma da dificuldade para reunir jovens aptos para as fileiras está na mudança da prevalência do uso de voluntários para o uso de conscritos a partir do final do século III d.C. A conscrição por meio da taxa *aurum tironicum*, o surgimento de uma legislação que criava uma participação hereditária no exército e obrigava os mutilados a participar de atividades ligadas ao exército e a arregimentação de *laeti*, *dediticii* e *foederati* mostram como havia uma preocupação de fato com a manutenção de homens nas tropas, não só por Vegécio como entre seus contemporâneos que ocupavam altos cargos administrativos. A singularidade de Vegécio está na explicação sobressalente que ele fornece, já que, segundo ele, graças ao esforço (*labor*) exigido, as armas mais pesadas (*arma grauiora*), as responsabilidades mais numerosas (*plura munera*) e a disciplina mais severa (*seuerior disciplina*) exigidos nas legiões, os homens preferiam se alistar nas tropas auxiliares. Ou seja, a *dissimulatio*, a *neglegentia* e a *desidia* geraram uma situação tal que a arte da guerra (*ars bellica*) teria caído no esquecimento (*obliuio*).

Se tantos eram os problemas enunciados para o presente, pelo menos uma figura é poupada das críticas: o imperador. Ele seria um respiro de virtudes em meio a um mar de defeitos. Um primeiro trecho que nos permite entender tal visão de Vegécio está logo na abertura do livro II. Segundo ele:

Revelou-se por sucessivas vitórias e triunfos que Vossa Clemência conserva de uma forma muito completa e muito hábil os ensinamentos dos antepassados sobre a arte militar, se é que, na verdade, o resultado das coisas seja sempre uma comprovação

³⁴⁵ “[*His decem cohortibus legio plena fundatur, quae habet pedites sex milia centum, equites septingentos triginta*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6).

irrefutável da execução da arte da guerra³⁴⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref).

Acreditamos que nesta passagem existe uma referência indireta às diversas vitórias de Teodósio I, seja em campo de batalha, seja em eventos diplomáticos sobre os inimigos imperiais, principalmente os bárbaros da fronteira ao norte. Essa questão é enunciada de maneira clara ainda no prefácio do texto: “Na verdade, o que é que há de mais audacioso do que introduzir ao senhor e primeiro da raça humana, vencedor de todas as nações dos bárbaros, algo acerca da disciplina das guerras, a não ser porque ele próprio tivesse ordenado que se fizesse aquilo que ele mesmo já tinha feito?³⁴⁷” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.). Como já defendemos anteriormente, as ações empreendidas pelo imperador não foram exatamente aquelas defendidas por Vegécio, mas acreditamos que isso seja um misto de bajulação ao imperador e tentativa de justificação da obra, já que o trecho foi escrito no prefácio do segundo livro, produzido com algum intervalo de tempo em relação ao primeiro.

Essa colocação do imperador como alguém possuidor de características completamente virtuosas ainda é repetida no último livro da obra. Nesse ponto, Vegécio não só coloca Teodósio I como uma ilha de virtudes no presente, mas também avança ao apontá-lo como um imperador único na história romana. Assim a questão aparece no texto:

Com efeito, as poucas ou raras cidades que foram concluídas por outros e as inúmeráveis cidades que foram acabadas pela tua piedade por meio de um trabalho tão contínuo parecem fundadas não tanto por mão humana como nascidas da vontade divina. Tu precedes a todos os imperadores em boa fortuna, castidade, em moralidade, exemplos de indulgência e em amor pelos estudos. Nós vemos e possuímos tudo o que teu governo e o teu espírito têm de bom, que épocas anteriores desejaram antecipar e que as épocas vindouras desejam estender para sempre³⁴⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Pref.).

A figura do governante é descrita não só pelas ações de práticas de fundar ou reconstruir cidades, mas também por seus adjetivos. Moderação (*moderatio*), boa fortuna (*felicitas*), castidade (*castimonia*), exemplos de indulgência (*exempla indulgentiae*) e amor aos estudos (*amor studiorum*) são virtudes observadas no imperador que tornam não só o seu espírito (*animus*), mas também seu governo (*regnum*) melhor que os anteriores e posteriores. Acreditamos residir neste trecho uma aparente contradição entre o teor de toda a obra e os trechos dedicados ao imperador. Para resolver

³⁴⁶ “[*Instituta maiorum partis armatae plenissime clementiam uestram peritissimeque retinere continuis declaratur uictoribus ac triumphis, siquidem indubitata adprobatio artis sit rerum semper effectus*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

³⁴⁷ “[*Quid enim audacius quam domino ac principi generis humani, domitori omnium gentium barbararum, aliquid de usu ac disciplina insinuare bellorum, nisi forte quod ipse iussisset fieri, quod ipse gessisset?*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, Pref.).

³⁴⁸ “[*Ab illis enim uel paucae uel singulae, a pietate tua innumerabiles urbes ita iugi labore perfectae sunt, ut non tam humana manu conditae quam diuino nutu uideantur natae. Cunctos imperatores felicitate moderatione castimonia, exemplis indulgentiae, studiorum amore praecedis. Regni animique tui bona cernimus et tenemus quae anticipare et superior optauit aetas et extendi in perpetuum uentura desiderat*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Pref.).

essa questão, precisamos retornar ao *Sobre os Assuntos Militares* e entender como a figura do imperador é representada também na obra do Anônimo.

A deferência aos imperadores (ou imperador) destinatários do texto são colocadas desde o prefácio. No capítulo dois, o termo ótimo imperador é utilizado no vocativo (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 8) e, no capítulo dezoito, o autor vai além e aponta que: “assim pois, ó imperador invicto, também ao equipar por meio de invenções de máquinas duplicarás a potência de teu invicto exército³⁴⁹” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XVIII, 7). Assim como Vegécio, o Anônimo exalta as façanhas militares do governante e para tal, aponta o fato de que o exército do imperador é invicto. Levando-se em conta as críticas já apontadas ao funcionamento do exército por parte do autor, acreditamos que essa colocação tem uma finalidade muito parecida com a de Vegécio. Ou seja, para além das formas recorrentes nesse tipo de obra, há uma necessidade em ambos de buscar certa simpatia do destinatário ao mesmo tempo que existe a tentativa de justificar a importância das obras.

Essa coincidência na maneira de tratar os imperadores nos possibilita a iniciar um processo de síntese sobre as percepções dos dois autores do presente das coisas presentes. Do ponto de vista das questões internas, Anônimo foca seu diagnóstico em três problemas essenciais: a monetária, a corrupção dos governadores e os sucessivos gastos militares. Vegécio, por outro lado, apresenta uma análise focada no abandono de práticas anteriores e na prevalência de defeitos na sociedade romana, tais como a *dissimulatio*, a *neglegentia* e a *desidia*. Essas diferenças de perspectiva são as principais divergências entre as duas obras quando se trata de descrever o tempo presente. Esse aparente desencontro se verifica apenas na descrição dos ingredientes internos dos problemas a serem enfrentados. Ambos enunciam a questão bárbara como principal problema externo contemporâneo. Essa questão externa parece ser o ponto fulcral para que ambos tomem a iniciativa de escrever obras oferecendo soluções ao imperador. Como já demonstramos, os textos foram escritos na década de 380 d.C. na esteira do desastre de Adrianópolis e da recuperação militar empreendida na parte Oriental do império sob o comando de Teodósio I. Tudo isso nos leva a pensar na interpretação de Vegécio e Anônimo sob a chave da crise.

Como definimos anteriormente, entendemos crise como o momento em que o funcionamento de um sistema entraria em um estágio tal que não mais poderia funcionar como anteriormente e isso demandaria uma mudança qualitativa. Como pudemos observar nesse subcapítulo, é por essa senda que caminham Vegécio e o Anônimo, ou seja, ambos constroem um presente marcado por falhas de funcionamento que não permitiriam mais que o império funcionasse como antes e que, portanto, precisava sofrer reformas. Só se pode oferecer melhorias a algo que não

³⁴⁹ “[His igitur, inuicte imperator, machinarum quoque inuentionibus communitam potentiam inuicti duplicabis exercitus]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XVIII, 7).

funciona bem e grandes mudanças só podem ser oferecidas a algo que não funciona. Então, parte do conteúdo das obras é para oferecer respostas aos problemas e saídas para a crise. Respostas que, a princípio, apontam para direções orientadoras completamente diversas. Mas antes de chegarmos nisso, precisamos entender que a tal crise, desencadeada pelos problemas internos e externos, e que ganhou proporções tais que esteve aberta uma brecha na própria ordem do tempo, não se deu de forma repentina para Vegécio e para o Anônimo. Se ela estava instaurada no presente, suas raízes estavam no passado e no pretérito também estava a chave para se pensar o futuro. Portanto, se vimos convergências entre os autores na identificação de uma crise e particularidades na enumeração dos problemas presentes nas duas fontes, a partir de agora nos dedicamos a entender a construção do passado.

4.2.2. O PRESENTE DAS COISAS PASSADAS: O CONFRONTO ENTRE O LINEAR E O CÍCLICO

Podemos analisar as percepções do presente das coisas presentes de Vegécio e Anônimo a partir da chave da crise, ou seja, a compreensão de um mundo entre “o que já não é mais” e “o que ainda não é”. Essa constatação nos leva inevitavelmente a pensar na maneira como os dois autores organizavam suas narrativas para organizar a gênese de tal crise, ou seja, como eles responderam à seguinte pergunta: “como chegamos a tal ponto”? Portanto, faz-se necessário iniciar um estudo dos dois manuais militares em que seja possível identificar a experiência acumulada (ou o espaço de experiência) presente tanto no *Compêndio da Arte Militar* quanto no *Sobre os Assuntos Militares* e como esse passado acumulado é organizado em ambas as obras.

Seguindo uma ordem estabelecida anteriormente, começamos a análise pelo segundo texto. Como já tratamos anteriormente, segundo o Anônimo, existiam três grandes questões a serem solucionados pelos imperadores: a monetária, a dos governadores e a dos gastos com o exército. A dilapidação do valor da moeda, a corrupção dos governadores e os excessivos custos com o exército apontam para problemas de ordem econômica. Sendo assim, é bem presumível que o Anônimo caminhe nessa senda para explicar como se originou a crise identificada por ele.

Logo na abertura do primeiro capítulo da obra, é possível reconhecer os esboços da explicação dada pelo autor:

A utilidade do erário é igualada ao elogio guerreiro e à glória dos triunfos, para que a profusa *largitio* não excite mais as sementes das batalhas; a qual, se reprimida pela providência da majestade imperial, não possibilitará o florescimento de forma ampla

da perversidade das guerras, mas os maltratados recursos dos *collatores* são restaurados preferivelmente³⁵⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 1).

Temos, desta maneira, a apresentação da ideia que o Anônimo identifica como responsável pela crise em que os romanos viviam: a profusa *largitio*. Esse termo nos parece essencial para o entendimento de toda a construção da crise por parte do autor do *Sobre os Assuntos Militares*, ao mesmo tempo em que ele é dificilmente traduzido para o português. Isso se dá por vários fatores, pois quando tentamos encontrar uma definição para o termo, ele esbarra em certa polissemia, já que pode significar tanto distribuição de esmolas, presentes ou terras, como também a entrega deles de forma corrupta. Além disso, o termo pode significar até mesmo generosidade (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1964, p. 1003).

Alexander Yakobson, autor de *Petitio et Largitio: Popular participation in the Centuriate Assembly of Late Republic*, demonstra que existiam diversos tipos de *largitiones* para o período estudado por ele, contudo, deixa implícito que o uso de termo remete à questão da distribuição de recursos. Um dos trechos mais interessantes do artigo de Yakobson para nossos fins é uma análise de uma citação de Cícero na obra *Oração pro Murena*. Nela, Cícero assim se refere à questão:

por isso, não se deve privar a plebe romana desses gozos que são próprios dos jogos, dos combates de gladiadores e dos banquetes, os quais nossos antepassados instituíram; nem se deve suprimir aos candidatos essa bondade que significa mais uma *liberalitas* do que uma *largitio*³⁵¹ (CÍCERO. *Oração pro Murena*. 77).

Na concepção do grande orador romano, havia um limite entre a *liberalitas* e a *largitio* e só quando o gasto fosse excessivo é que a segunda se configuraria. Dentro desse contexto em que Cícero estava inserido, Elaine Fantham, na introdução de *Cicero's Pro L. Murena Oratio*, defende ainda que existia “um certo nível de *largitio* tolerada e praticada pela classe política, mas havia um ponto em que isso desequilibrava as finanças não só dos rivais, mas do ‘mercado’” (FANTHAM, 2013, p. 14). Ou seja, havia um certo limite entre gastos tolerados e gastos excessivos. Tal concepção, ao nosso ver, remete inclusive a Aristóteles, defensor, em *Ética a Nicômaco*, de que a liberalidade é o meio-termo entre a prodigalidade e a avareza (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. IV, I).

Para além dessa possibilidade um tanto quanto mais ampla de uso do termo e que remete a contextos muito anteriores, é preciso lembrar que, durante a Antiguidade Tardia, existiam três departamentos financeiros sob ordens do imperador: “o dos prefeitos pretorianos, os *sacrae largitiones* e o *res priuata*” (JONES, 1964, p.411). O segundo, que é o que nos interessa, era comandado pelo *comes sacrarum largitionum*, que controlava “a questão monetária, as minas de ouro (e provavelmente de prata) e as fábricas estatais, nas quais as armas e armaduras eram decoradas com

³⁵⁰ “[*Bellicam laudem et gloriam triumphorum utilitas imitatur aerarii, ne profusa largitio semina magis excitet proeliorum; quae si providentia maiestatis imperatoriae reprimatur, non amplius bellorum florebit improbitas sed collatorum potius defecta subsidia recreantur*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 1).

³⁵¹ “[*Qua re nec plebi Romanae eripiendi fructus isti sunt ludorum, gladiatorum, conviviorum, quae omnia maiores nostri comparaverunt, nec candidatis ista benignitas adimenda est quae liberalitatem magis significat quam largitionem*]” (CÍCERO. *Oração pro Murena*. 77).

metais preciosos” (JONES, 1964, p. 427). Se levarmos em conta que o Anônimo apresenta queixas relacionadas a fraudes monetárias, torna-se plausível que, ao denunciar a *largitio*, ele estivesse dizendo que no passado havia tido início o problema envolvendo esse departamento. Apesar de acreditarmos que o autor estivesse apontando também o problema monetário, e, ao utilizar o termo *largitio*, ele apresentava um processo muito maior e geral. Portanto, assumimos a primeira possibilidade de uso como mais plausível, ou seja, algo como um excesso de prodigalidade por parte dos responsáveis pela condução das coisas públicas.

Entendida a questão da *largitio*, é preciso avançar na interpretação do passado por parte do Anônimo. Segundo ele, seria possível associar a prodigalidade a problemas militares, o que é feito duas vezes no mesmo trecho. Portanto, o autor registra que um outro problema que afligiu os romanos no passado foram as batalhas (*proelia*) e guerras (*bella*). Aqui percebemos dois ingredientes da narrativa do autor sendo misturados, o excesso de gastos e a irrupção de problemas militares. Ainda assim, aqui existe certa vagueza, ou seja, trata-se de uma elaboração muito genérica e sem correspondência factual direta.

A descrição do autor começa a ganhar mais complexidade quando analisamos a passagem seguinte. Segundo ele, ao continuar sua explicação da origem dos problemas do presente:

Pois, se a *largitio* desmesurada arruína o que tem de conservar, a abundância de riquezas não poderá já remediar nossas necessidades, como na antiguidade. Por essa razão, devemos, durante um tempo, voltar à prudência de nossos antepassados, a que tiveram em tempos de escassez ou a que pareça agora em meio de tanto abuso dos bens. Os governantes de tempos passados não se alegravam que as riquezas ficassem ociosas, mas, pelo contrário, com a construção de edifícios, em cujo adorno convertiam todas as existências de ouro e de prata. Utilizavam a abundância de bronze em suas próprias estátuas, como testemunho de sua virtude. Mas para que os benefícios de compras e vendas (...) e para que a faculdade da realeza fizera frente à *largitio*, em vez de bronze usaram barro cuidadosamente refinado e endurecido ao fogo, assim como também gravado com tipos conhecidos, deixando o ouro e prata cobrado. Todavia, as gerações posteriores, desdenhando o antigo e útil invento, cunharam com um pouco de ouro os discos feitos de couro, esses serviram à munificência dos reis e à necessidade das transações sem envolver os *collatores*³⁵² (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 2-7).

Se novamente é observada a denúncia da *largitio* desmesurada, no entanto, aqui já é possível encontrar a evocação da antiguidade (*uetustas*). Em seguida, os antepassados (*patres*) são citados como exemplo de prudência (*prouidentia*). Todavia, a esse passado dos *patres* virtuosos na maneira de gastar se seguiu um outro, o dos *posteriores*, ou seja, as gerações seguintes, que

³⁵² “[*Quod si largitio immoderata seruanda profuderit, opum delectabilitas nullo uetustatis more poterit iam necessitatibus subuenire. Quamobrem patrum nobis est paulisper prouidentia referenda quam in rebus egenis habuerint, uel quae nunc <ita> in tanta facultatum licentia uideatur. Rectores superioris uitae non otiosis opibus sed condendis potius moenibus laetabantur, in quorum decorem uniuersam auri argentique materiam conferebant. Aeris quoque copiam in simulacris propriis ad uirtutis suae testimonia figurabant. Vt uero emendi et uendendi utilitas < * * * > et ut facultas regiae largitati suppeteret, in aeris usum excultam politius terram et igne solidatam, certis quoque expressionibus figuratam, auro argentoque reposito usui habuerunt. Sed posteriores fastidientes priscae uilitatis inuentum formatos e coriis orbis auro modico signauerunt, quibus regum munificentia et commutationum necessitas intactis collatoribus utebatur* (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 2-7).

desdenharam da prudência e passaram a ostentar o ouro. Existe aqui um primeiro indício do discurso decadentista, mas o que se nota é a construção de certa sequência e profundidade no passado relatado pelo Anônimo, como é possível perceber no trecho seguinte:

Seguiu-se uma época, diferentemente, ao abundar a existência de bronze, a qual não se usava no adorno dos edifícios públicos, pensando como anteriormente em fazer testemunhos perenes, cunhou a maior preço bronze mais valioso que seu próprio peso. Esse tipo de moedas foi mais duradouro por virtude de seu peso, como dissemos, mas o poder real cunhou sua imagem por dilapidação somente em ouro e prata; essa imagem, por respeito à representação, permaneceu sem utilidade alguma, consagrada à honra real. No entanto, o bronze disponível, que por sua abundância era mais barato, era cunhado para donativos ao exército e aos diversos negócios da população³⁵³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 8-9).

Novamente nos deparamos com a ideia de sucessão temporal, já que o Anônimo cita uma época (*aetas*) que seguiu as anteriores. É possível observar a colocação de mais uma camada temporal no desenvolvimento da crise por parte do autor, em que notamos uma denúncia da prodigalidade. Ainda assim, não é possível saber quais épocas são essas e tudo parece ter uma estrutura meramente retórica. Richard Reece, autor de *The Anonymous: a Numismatic Commentary*, ajuda-nos a construir algumas possibilidades a respeito desse passado, ao apontar que, se a ordem cronológica fizer sentido, ela se localiza “no primeiro século d.C., quando os *sestertii* de Gaio e Nero foram produções artísticas esplêndidas, algumas vezes com tipos puramente militares tais como a *adlocutio*, o que pode ter remetido a donativos oficiais e não ao comércio cotidiano” (REECE, 1979, p. 60). Ou seja, esses argumentos nos ajudam a inferir que possivelmente a primeira dinastia do Principado foi a segunda referência ao passado romano e não mais feita de maneira meramente abstrata, já que é possível encontrar alguns elementos que relacionam as práticas relatadas pelo autor e indícios de fatos encontrados em fontes documentais e analisados na historiografia.

Se é possível apontar a primeira dinastia do Principado como uma referência temporal do autor, podemos recuar e pensar nas duas idades anteriores descritas por ele. A princípio, seria possível dizer que esse período em que os antepassados eram dotados de providência pode ser assimilado ao período da realeza. Isso porque é invocada a *facultas regiae* (faculdade da realeza), que fizera frente à *largitio* em um momento anterior à primeira dinastia do Principado. Contudo, a recorrência do uso do termo *rex*, e suas derivações por parte do Anônimo, para tratar inclusive do período seguinte, não nos permitem chegar a essa conclusão. Ao criticar a munificência dos reis (*regum munificentia*) das gerações posteriores, o autor complica qualquer estabelecimento de sucessões temporais às quais ele se refere. Entendemos que o uso indiscriminado do termo leva ao entendimento de que ele não fosse

³⁵³ “[*Sequentior uero aetas, aeris redundante materia quam publicus iam moenium recusabat ornatus, diuturna ut prior monumenta meditata aes ualidum ipso pondere pretiosius figurauit; cuius species pro qualitate, ut diximus, ponderis diuturnior fuit, sed potentia regalis pro licentia speciem suam tantum in auro argentoque signauit, quae pro reuerentia figurae nullis usibus proficiens ad honorem regium sacrata permansit. Aeris autem materia quae iam pro copia uilior erat ad dona militaria et uaria populorum commercia signabatur*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, 8-9).

mobilizado como sinônimo de rei, mas sim como homem poderoso (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 1651). Essa possibilidade nos parece muito factível, já que termos derivados de *rex* são invocados para tratar de todas as idades relatadas pelo Anônimo.

Se tivéssemos que asseverar balizas para as elocubrações do Anônimo anteriormente ao período do Principado, destacaríamos três: 1) o Anônimo poderia estar se referindo de maneira idealizada à Monarquia em detrimento da República que se seguiu; 2) ele poderia estar se referindo a duas fases do período republicano, uma primeira situada no período anterior à grande expansão iniciada entre os séculos III e II a.C. e uma segunda no século I a.C., quando a República romana estava em fase de desagregação; ou 3) o autor não estava se referindo concretamente a nenhuma fase em específico e estava apenas construindo um argumento com base em certos *topoi* para defender seu argumento de um processo de decadência romana. A impossibilidade de avançar mais em qualquer tentativa de delimitação mostra que realmente não havia por parte do autor uma grande preocupação em delimitar os momentos dessas intercalações com relação ao abuso ou não de *largitiones*.

Isso muda completamente quando o autor inicia o próximo capítulo do trabalho, já que nele há uma referência histórica muito clara logo de início. Segundo o Anônimo:

Nos tempos de Constantino, a pródiga *largitio* destinou o ouro em vez do bronze, que se considerava de grande valor nas operações de pouca importância, mas se crê que a origem desta avareza surgiu pelo seguinte. Pois, como, na antiguidade, o ouro, a prata e grande quantidade de pedras preciosas que estavam guardados nos templos chegaram às mãos do público, foram acesos em todos os desejos de gastar e ter. E ainda a colocação em circulação desse bronze – que, como dissemos, havia sido gravado com o rosto dos reis – parecia já enorme e gravosa, houve, todavia, por uma espécie de cegueira, um maior empenho de colocar ouro em circulação, que se considerava precioso. As casas privadas dos poderosos, cheias por essa abundância de ouro, fizeram-se mais belas em prejuízo dos pobres, ficando assim os mais necessitados oprimidos pela força. Mas a pobreza indefesa, estimulada a cometer crimes de todo e sem ter em vista a reverência pelo direito nem afeto pela piedade, entregou suas reivindicações aos maus procedimentos. Isso geralmente causou gravíssimos danos aos poderes públicos, devastando os campos, apossando a paz com seus latrocínios e inflamando os ódios; passando de crime em crime apoiou os tiranos, os quais – para a glória de tua virtude – produziram a indignância mais que estimulou a audácia³⁵⁴ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1-6).

Torna-se possível identificar um momento em que houve grande colocação de ouro nas operações comerciais consideradas menores: os tempos de Constantino (*tempora Constantini*). Ora, o fato do autor identificar o contexto ao qual se refere nos possibilita esclarecer melhor a queixa do

³⁵⁴ “[*Constantini temporibus profusa largitio aurum pro aere quod antea magni pretii habebatur uilibus commerciis assignauit, sed huius auaritiae origo hinc creditu emanasse. Cum enim antiquitus aurum argentumque et lapidum pretiosorum magna uis in templis reposita ad publicum peruenisset, cunctorum dândi habendique cupiditates accendit. Et cum aeris ipsius—quod regum, ut diximus, fuerat uultu signatum—enormis iam et grauis erogatio uideretur, nihilominus tamen a caecitate quadam ex auro quod pretiosus habetur profusior erogandi diligentia fuit. Ex hac auri copia priuatae potentium repletae domus in perniciem pauperum clariores effectae, tenuioribus uidelicet uiolentia oppressis. Sed afflicta paupertas in uarios scelerum conatus accensa nullam reuerentiam iuris aut pietatis affectum prae oculis habens uindictam suam malis artibus commendauit. Nam saepe grauissimis damnis affecit imperia populando agros, quietem latrocinii persequendo, inflammando odia, et per gradus criminum fouit tyrannos, quos ad gloriam uirtutis tuae produxit <inopia> magis quam succendit audacia]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 1-6).*

Anônimo. A princípio, ela se direciona à introdução de uma nova moeda no governo de Constantino: o *solidus*. Como estudamos anteriormente, a política financeira adotada por Constantino I apreciou a libra de ouro em sessenta mil denários, inundou o mercado com novas moedas que tiveram suas matérias-primas advindas dos templos fechados por ordem imperial. Portanto, ao que nos parece, toda a construção dos problemas dos metais utilizados na produção de moedas por parte do Anônimo foi pensada para se atingir o *solidus* e o Governo Constantino I.

Richard Reece apresenta uma perspectiva interessante sobre essa identificação da crítica do autor aos tempos de Constantino. Após analisar o trecho acima a partir dos resquícios arqueológicos, ele nos informa que poderíamos “aceitar que o relato do Anônimo, ao separar o confisco de ouro e a questão da cunhagem, atribui a primeira a Constantino e a última a seu filho [Constâncio II]” (REECE, 1979, p. 61). Portanto, isso pode ser uma referência direta não só ao personagem Constantino I, mas a sua família. A questão para Reece está na dificuldade de se encontrar moedas de ouro produzidas no governo do referido imperador, diferente das moedas produzidas no governo de seu filho, principalmente após os *Tricennalia* dele, em 353 d.C. Reconhecemos a importância desse esclarecimento, mas ambas as hipóteses corroboram nosso argumento de que aqui é possível perceber certa delimitação, não importando se a referência era feita só ao governo de Constantino ou dos sucessores de sua família.

Além da questão da introdução dessa moeda, é preciso lembrar que o governo de Constantino registrou um grande aumento de preços e ações pródigas por parte do imperador. Jones apresenta um exemplo desse aumento de preço ao apontar que um *modius* de trigo que custava 100 *denarii* em 301, passou a ser vendido a 6.000 *denarii* em 335 e três anos depois passou a custar acima de 10.000. Ele lembra também que Constantino

deve ter gasto vastas somas em sua nova capital. Ele construiu e dotou muitas igrejas magnificentes nas principais cidades do império. Ele subsidiou todas as igrejas em uma escala que imperadores posteriores tiveram de reduzir a um terço. Mas, acima de tudo, ele foi profuso em seus presentes a amigos e cortesãos (JONES, 1964, p. 109).

A questão do aumento dos preços é denunciada indiretamente no texto, já que é apontado que os pobres (*pauperes*) eram os prejudicados diretos pelo enriquecimento das casas dos poderosos (*potentes*). Portanto, aqui há a apresentação de um quadro em que a *largitio profusa* na forma da introdução exagerada do ouro levou a um quadro de profunda desigualdade entre pobres e poderosos e isso estaria na gênese dos *scelera* da pobreza, que tem seu ápice no apoio aos *tyranni*. Como apontamos anteriormente, acreditamos que o sentido desse último termo aqui é aplicado com a conotação de usurpadores, que governam de forma cruel e sem o devido direito (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 1999). Como estudado anteriormente também, a segunda metade do século IV d.C. é profusa no número de usurpações ocorridas. Magnêncio, Silvano, Procópio e Máximo são alguns dos nomes que lideraram movimentos do tipo e que contaram com apoio em diversas esferas

da sociedade romana. Acreditamos, inclusive, que, por conta da datação da obra (384 e 387 d.C.), o que temos aqui é uma referência à usurpação de Máximo e um diagnóstico do problema dado pelo Anônimo a Teodósio I.

Tem-se aqui, portanto, uma caracterização de um passado mais distanciado e idealizado como a idade da frugalidade, mas que é seguido por um passado eivado de *largitio* e responsável pelos excessos que geraram a crise. Esse passado recente é apresentado com dados e nomes muito mais precisos e é possível perceber, de fato, a presença de um discurso decadentista. Um último trecho que nos mostra essa oposição está contido ainda no segundo capítulo. Segundo o Anônimo:

Retorne, por último, à recordação dos tempos felizes e considere os reinos afamados da escassez antiga, que sabiam cultivar os campos e abster-se de riquezas: com que elogio de sua honra os fez recordar para sempre sua frugalidade incorrupta. Certamente chamamos áurea a uma época em que não havia ouro³⁵⁵ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 8-9).

Aqui o Anônimo se dirige ao imperador para que ele recorde os tempos felizes e considere os reinos antigos em que vigoravam o cultivo dos campos e a abstenção das riquezas. Tal antiguidade é sinônimo de frugalidade incorrupta (*frugalitas incorrupta*), ou seja, uma pobreza que ainda não havia sido corrompida pelo luxo e excesso de riquezas. O autor nomeia época *aurea* aquela em que contraditoriamente não haveria ouro e, por isso mesmo, seria dourada porque não era corrompida. É possível identificar o passado descrito no *Sobre os Assuntos Militares* dentro daquilo que Paul Veyne nomeou de teoria do luxo e decadência. Mobilizando autores como Platão, Políbio, Santo Agostinho, Dante, Swift, Montesquieu e Rosseau, o autor francês asseverou que, durante o final da República, os contemporâneos professavam uma explicação para seus problemas partindo da premissa de que “o luxo implica decadência e ambição: os Estados pobres são virtuosos, os Estados ricos sucumbem à indolência ou às rivalidades internas” (VEYNE, 2015, p. 493). Apesar do recorte temporal de Veyne ao tratar da questão fosse outro, o da crise republicana, tais ideias nos parecem interessantes para analisar o texto do manual militar, já que novamente se verifica um processo de construção da crise. Contudo, antes de avançarmos nessa discussão a respeito do discurso da crise e da decadência, é preciso apresentar as formas como o passado romano são apresentadas no *Compêndio da Arte Militar*.

A primeira referência ao passado feita por Vegécio se encontra logo no capítulo de abertura da obra. Nele, é possível encontrar um elogio aos feitos militares romanos do passado e algumas referências aos povos derrotados por eles. Segundo o autor:

Na verdade, nós vemos que o povo romano submeteu todo o mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pelo uso da organização militar. Na verdade, o que é que teria valido a escassez romana contra a multidão dos gauleses? O que é que teria podido ousar a

³⁵⁵ “[Denique paulisper felicitum temporum reuolue memoriam et antiquae paupertatis famosa regna considera, quae agros colere et abstinere opibus norant, qua haec honoris laude per omne aeuum frugalitas incorrupta commendet. Certe aurea nuncupamus quae aurum penitus non habebant]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 8-9).

baixa estatura romana face à elevada estatura dos germanos? É manifesto que os hispanos foram superiores aos nossos, não só pelo número, mas também pelas forças dos corpos; nós sempre fomos inferiores às astúcias e às riquezas dos africanos. Ninguém duvidou de que fomos vencidos pelas artes e prudência dos gregos. Mas contra tudo isto foi útil escolher habilmente o recruta, foi útil ensinar as regras, para me exprimir assim, das armas, foi útil fortificar pelo exercício diário, foi útil antecipar em trabalho de campo tudo o que pode acontecer na linha de batalha e nos combates e foi útil castigar severamente a negligência³⁵⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, I).

Nesta passagem é possível perceber a imputação do sucesso romano a partir de um tripé militar: o treino das armas, a disciplina dos acampamentos e o uso da organização militar. O uso do verbo *subigere* na sua forma infinitiva do pretérito perfeito aponta que esse tripé era algo que pertencia ao passado. Em seguida, são apresentados alguns dos povos contra os quais os romanos lutaram. Um primeiro exemplo é o dos gauleses, inimigos poderosos que são lembrados por Vegécio por conta de seu grande número. Essa vinculação dos gauleses à multidão remete ao famoso texto que descreve as campanhas na Gália lideradas por Júlio César. É na obra atribuída ao famoso general romano, por exemplo, que encontramos várias referências à multidão dos gauleses enfrentadas por ele. Em um dos exemplos, é relatado que, durante os embates entre o romano e Ariovisto:

No dia seguinte, César deixou ajuda em cada um dos acampamentos, na frente do campo inferior, ele postou todas as tropas aliadas, tentando usá-las para uma demonstração, pois a força total de suas tropas legionárias valia pouco em comparação à multidão dos números inimigos, ele mesmo marcha em direção ao campo inimigo com o exército em linha tripla³⁵⁷ (CÉSAR, *Sobre a Guerra Gálica*, I. 51,1).

Os gauleses são caracterizados no texto de César, portanto, pela sua superioridade numérica. Precisamos sopesar o fato de que o narrador (identificado a ele mesmo) sempre vai atribuir grandiosidade às ações romanas na obra. Todavia, o que nos interessa aqui é a imagem associada aos gauleses, que mais de quatro séculos depois, ainda era reproduzida por Vegécio. Um elemento interessante da narrativa dele é que, se ele tinha as expedições de César na Gália entre 58 e 52 a.C. como uma referência para pensar nos gauleses, é possível também elencar referências. Ao tratar de materiais que podem ser usados em armas de torção na falta de cordas (*nerui*), o autor hispano relata um episódio muito marcante da história romana:

E é, sem dúvida, verdade que o cabelo das mulheres não tem uma utilidade menor para esse gênero de engenhos, tal como se comprova em momentos difíceis da história de Roma: com efeito, no cerco do Capitólio, danificados os engenhos de

³⁵⁶ “[*Nulla enim alia re videmus populum Romanum orbem subegisse terrarum nisi armorum exercitio, disciplina castrorum usuque militiae. quid enim adversus Gallorum multitudinem paucitas Romana valuisse? Quid adversus Germanorum proceritatem brevitatis potuisset audere? Hispanos quidem non tantum numero sed et viribus corporum nostris praestitisse manifestum est; Afrorum dolis atque divitiis semper impares fuimus; Graecorum artibus prudentiaque nos vinci nemo dubitavit. Sed adversus omnia profuit tironem sollerter eligere, ius, ut ita dixerim, armorum docere, cotidiano exercitio roborare, quaecumque evenire in acie atque in proeliis possunt omnia in campestri meditatione praenoscerere, severe in desides vindicare*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, I).

³⁵⁷ “[*Postridie eius diei Caesar praesidio utrisque castris quod satis esse visum est reliquit, alarios omnes in conspectu hostium pro castris minoribus constituit, quod minus multitudine militum legionariorum pro hostium numero valebat, ut ad speciem alariis uteretur; ipse triplici instructa acie usque ad castra hostium accessit*]” (CÉSAR. *Sobre a Guerra Gálica*. I. 51,1)

torção por um serviço contínuo e longo, tendo acabado a provisão de tendões, as matronas cortaram os cabelos para os entregarem aos seus homens que combatiam, posto o que, reparadas as máquinas, esses repeliram o ataque dos adversários³⁵⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, IX).

O que se infere é uma referência ao famoso episódio ocorrido no ano de 386 a.C., quando os gauleses tomaram Roma, com exceção do Capitólio (POLÍBIO. *Histórias*. I, VI-2). Essa referência a um evento ocorrido no século IV a.C. é feita outras duas vezes na obra, todas no último livro, uma no prefácio que trata da importância do conhecimento da *poliorcética* e outra no capítulo XXVI, que trata das precauções para que o inimigo não ocupe furtivamente a muralha. Ao tratar dos gauleses, Vegécio deixa transparecer a mobilização de dois momentos históricos de Roma muito distantes, separado por mais de dois séculos, como se possuíssem certa uniformidade. Ou seja, os gauleses são os gauleses, não importa quando. Esse é um indício importantíssimo para entendermos a própria concepção de passado do autor.

A fim de reforçarmos essa compreensão é interessante citar mais um dos povos nomeados por Vegécio: os germanos. Vegécio frisa a grande estatura (*proceritas*) deles. Antes de mais nada, é preciso dizer que até mesmo a separação entre gauleses e germanos encontra precedente em César, já que ele diferencia os gauleses dos germanos ao apontar que os segundos: “Pois, nem possuem druidas, os quais são responsáveis pelas coisas divinas, e nem observam os sacrifícios”³⁵⁹ (CÉSAR. *Sobre a Guerra Gálica*. VI, 21-1). Se a diferenciação entre germanos e gauleses é passível de ser encontrada no século I a.C., a evocação à imagem da grande estatura é encontrada na obra *Germânia*. Tácito assim enuncia: “Até o aspecto de seus corpos [dos povos da Germânia], embora haja um grande número de pessoas, é igual em todos: olhos selvagens e azuis, cabelos ruivos, grandes corpos válidos somente para o combate”³⁶⁰ (TÁCITO. *Germânia*. 4). Temos aqui uma representação dos germanos que remete ao final do século I d.C., já que, como lembra Maria Cecília Albernaz Lins Silva de Andrade, a obra de Tácito é datada de 98 d.C. (ANDRADE, 2011, p. 08). É importante ressaltar também que aqui Vegécio estabelece, da mesma forma que fez ao tratar dos gauleses, uma grande generalização para falar dos germanos.

Ao observarmos isso pela segunda vez, ainda no início da obra, começamos a indicar certo direcionamento do autor para criar imagens gerais unificadas apenas pelo vago pertencimento ao passado. A pergunta que surge é: seria possível que Vegécio tivesse uma visão mais complexa a

³⁵⁸ “[*Indubitatum vero est crines feminarum in eiusmodi tormentis non minorem habere virtutem Romanae necessitatis experimento. Nam in obsidione Capitolii corruptis iugi ac longa fatigatione tormentis, cum nervorum copia defecisset, matronae abscisos crines viris suis optulere pugnantis, reparatisque machinis adversariorum impetum reppulerunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 9).

³⁵⁹ “[*Nam neque druides habent, qui rebus diuinis praesint, neque sacrificiis student*]” (CÉSAR. *Sobre a Guerra Gálica*. VI, 21, 1).

³⁶⁰ “[*Unde habitus quoque corporum, tamquam in tanto hominum numero, idem omnibus: truces et caerulei oculi, rutilae comae, magna corpora et tantum ad impetum valida*]” (TÁCITO. *Germânia*. IV).

respeito dos germanos? Como lembra Benjamin Isaac, autor de *The Invention of Racism in Classical Antiquity*, ao falar das descrições antigas a respeito dos germanos:

não é possível concluir que todos os povos germanos eram descritos em termos idênticos. [...] Aqueles que viviam perto do império ou que se casavam com povos não germânicos se tornavam mais suaves e deteriorados (os Peucini, Veneti e Fenni), enquanto aqueles que viviam afastados se tornavam tópicos para estereótipos didáticos (os Chauci e Cherusci na descrição de Tácito) (ISAAC, 2006, p. 439).

Ou seja, para o autor israelense, pelo menos desde Tácito, era possível que as descrições dos autores romanos tivessem certa profundidade ao falar sobre os germanos, embora ele ressalte que havia certa recorrência de estereótipos. Poderíamos elencar a recorrência de certas imagens quando Vegécio fala do número e da força corporal dos hispanos, das astúcias e riquezas dos africanos e das artes e inteligência dos gregos, mas os exemplos de gauleses e germanos já demonstram muito bem uma tendência muito importante na maneira como Vegécio apresentava o passado: a da criação de grandes generalizações do passado romano em que diversos sedimentos da história romana eram acumulados.

Em seguida, ele desdobra o tripé romano ao falar de cinco ações que levaram ao sucesso bélico romano: escolha dos recrutas, ensino das regras das armas, exercício diário, antecipação de situações e punição da negligência. Ou seja, diante das enormes dificuldades colocadas por aqueles povos elencados anteriormente, foram essas ações que resultaram no sucesso verificado no passado romano. Se os inimigos são homogeneizados no *Compêndio da Arte Militar*, o sucesso romano contra eles também é. Aqui se nota que o passado é somente passado, sem qualquer delimitação mais precisa.

Essa questão sofre uma pequena alteração em um próximo trecho da obra. Ao apontar que a população do campo (*plebs rustica*) é mais apta para o serviço das armas, já que trabalharia sob o sol, desconheceria os banhos e os prazeres, e, por isso, seria dotada de espíritos simples e se contentaria com pouco, ou seja, estaria habituada a uma vida mais frugal, Vegécio registra também que as necessidades poderiam levar ao recrutamento da população urbana e faz um registro muito importante para sua compreensão a respeito do passado romano. Segundo ele:

Não se deve negar que, depois da fundação da sua cidade, os romanos dela sempre partiram para a guerra. Mas, nesse tempo, não estavam enfraquecidos por nenhuns prazeres e por nenhuns luxos; a juventude lavava o suor acumulado na corrida e nos exercícios de campo nadando no Tibre; ao mesmo tempo guerreira e agricultora, trocava somente de tipo de armas; de tal forma isto é verdade que se sabe que a ditadura foi oferecida a Quíncio Cincinato enquanto este lavrava³⁶¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, III).

Assim é possível perceber que ao elogio aos *mores* marciais romanos do passado se junta também uma crítica. Roma foi o ponto de partida de uma população que guerreava, mas essa cidade

³⁶¹ “[*Nec inficiandum est post urbem conditam Romanos ex civitate profectos semper ad bellum, sed tunc nullis voluptatibus, nullis deliciis frangebantur; sudorem cursu et campestri exercitio collectum natans iuventus abluebat in Tiberi; idem bellator, idem agricola, genera tantum mutabat armorum; quod usque adeo verum est ut aranti Quintio Cincinnato dictaturam constet oblatam*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, III).

era de uma juventude que se exercitava e se banhava no rio Tibre, uma juventude guerreira e agricultora ao mesmo tempo (*idem Bellator, idem agricola*). Aí é que é evocada a figura de Lúcio Quíncio Cincinato, considerada o símbolo do perfeito equilíbrio entre a vida guerreira e campesina. O episódio narrado no *Compêndio da Arte Militar* remete ao passado republicano relatado, por exemplo, nas páginas de Tito Lívio. Isso porque diante de uma invasão dos équos e da incompetência do cônsul Náucio em lidar com o ataque, a ditadura foi oferecida a Cincinato no ano de 458 a.C. O relato de Lívio esclarece que, quando da chegada dos emissários do Senado, Cincinato cuidava de suas quatro jeiras de terra com a enxada em mãos ou usando uma charrua. Tal caso é tão simbólico que o general mandou sua mulher, Racília, buscar sua toga na cabana (*tugurium*) e só depois de se limpar recebeu a ditadura (TITO LÍVIO. *História de Roma desde Fundação da Cidade*. III, 26).

Se a evocação a eventos recuados oito séculos continua a demonstrar a tendência da obra vegeciana de homogeneizar o passado glorioso romano, por outro lado, nesse trecho também é possível perceber um elemento novo: o alerta ao enfraquecimento causado pelos prazeres (*voluptates*) e luxos (*deliciae*). Se até agora era possível perceber somente um passado glorioso, aqui já é possível perceber referências a uma decadência. Isso fica mais explícito quando Vegécio começa a explicar como os recrutas devem ser introduzidos nos exercícios militares. Ao iniciar suas instruções, ele lança um aviso: “mas a negligência provocada por um longo período de segurança aboliu o uso desta coisa. Conhece-se alguém que possa ensinar aquilo que ele próprio não aprendeu?”³⁶² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8). Ou seja, a um período glorioso se seguiu um período de enfraquecimento, o que também demonstra a existência de uma sucessão temporal. Aqui também é possível identificar a origem desses dois males dentro da narrativa vegeciana: a negligência (*dissimulatio*) pelas coisas militares como consequência de uma longa segurança (*longa securitas*).

Essa perspectiva a respeito da forma como a segurança possui efeitos devastadores para a organização social era um tema recorrente na literatura romana. Carlin A. Barton, autora de *The Price of Peace in Ancient Rome*, ao tratar do final da república, argumenta que os romanos naquele momento acreditavam que a

paz e prosperidade levariam diretamente ao conflito social e à destruição do contrato social. Desta forma, palavras que nós associamos com paz e ócio (*otium, inertia, desidia, ignavia, socordia*) eram associadas por eles com covardia e falta de vontade, energia efetiva, *uirtus*. Palavras associadas com atividade extenuante e tensão (*labor, indústria, exercitio, disciplina, duritia, studium, vigilantia*) assinalavam energia, vigor, vitalidade, elevação (BARTON, 2006, p. 247).

Vegécio claramente está corroborando essas ideias, que ele encontrou nas diversas fontes que ele mesmo afirma ter consultado (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8). No entanto, o interessante é que a noção de que a paz está associada a diversos problemas desagregadores não é

³⁶² “[Sed huius rei usum dissimulatio longae securitatis abolevit. Quem invenias qui docere possit quod ipse non didicit?]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

uma mera reprodução de textos antigos, mas um dos traços mais fortes da escrita vegeciana. A paz é responsável por gestar negligência e essa destrói o tripé do sucesso romano: o treino das armas, a disciplina dos acampamentos e o uso da organização militar.

No entanto, é preciso abrir um parêntese para dizer que existe um tipo de paz que é aceitável por Vegécio: aquela que seja resultado de uma vitória bélica. Essa concepção está posta na frase mais conhecida do manual militar escrito por ele: “portanto, quem desejar a paz que prepare a guerra³⁶³” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, Pref.). Como lembra Barton, ao fazer uma diferenciação entre duas esferas da relação romana com a *pax*, *domi* e *militiae*, internamente a paz era sinônimo de contrato, mas externamente ela engloba “guerra, derrota, humilhação, coação; isso geralmente fez parte de uma matriz de palavras associadas com rendição, suplicação e confissão (*deditio*, *supplicatio*, *confessio*) (BARTON, 2006, p. 247). Ou seja, por estar produzindo uma obra sobre a temática militar, Vegécio professa a ideia de que a única *pax* aceitável é aquela advinda da vitória e submissão do inimigo. E, ao celebrar a juventude romana do passado e personagens importantes, ele está reafirmando que naquele tempo os romanos estavam sempre preparados para o conflito.

Dito isso, é preciso voltar ao tema da paz como elemento de desagregação dos costumes para entendermos como Vegécio apresenta exemplos factuais deste fenômeno. Ainda no livro I, ele apresenta a seguinte enunciação:

Mas a segurança da longa paz conduziu os homens, em parte, ao prazer do ócio e, em parte, às carreiras civis. Assim, o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento, conforme se sabe. E que ninguém se admire que isto tenha acontecido em uma época superior, sabendo-se que, depois da Primeira Guerra Púnica, se seguiu uma paz de mais de vinte anos, que adormeceu pelo ócio e pela desabituação das armas os Romanos que tinham vencido em toda a parte, de tal forma que, durante a Segunda Guerra Púnica, eles não puderam estar à altura de Aníbal. E assim, depois de tantos cônsules, de tantos generais e de tantos exércitos perdidos, só alcançaram de novo a vitória quando conseguiram aprender a prática e o treino militares. Por isso, os recrutas devem ser sempre selecionados e treinados. Na verdade, sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo³⁶⁴ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII).

Logo no primeiro trecho é possível encontrar mais uma referência à paz desagregadora. Ela é responsabilizada por levar os homens aos prazeres do *otium* e às carreiras civis. Como já vimos, o termo *otium* era associado à ausência de *uirtus*, sendo essa definida por Jeremiah B. McCall, em

³⁶³ “[Igitur qui desiderat pacem praeparat bellum]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, Pref.).

³⁶⁴ “[Sed longae securitas pacis homines partim ad delectationem otii, partim ad civilia transduxit officia. Ita cura exercitii militaris primo neglegentius agi, postea dissimulari, ad postremum olim in oblivionem perducta cognoscitur. Nec aliquis hoc superiore aetate accidisse miretur, cum post primum Punicum bellum viginti et quod excurrit annorum pax ita Romanos illos ubique victores otio et armorum desuetudine enervaverit ut secundo Punico bello Hannibali pares esse non possent. Tot itaque consulibus, tot ducibus, tot exercitibus amissis, tunc demum ad victoriam pervenerunt cum usum exercitiumque militare condiscere potuerunt. Semper ergo legendi et exercendi sunt iuniores. Vilius enim constat erudire armis suos quam alienos mercede conducere]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XXVIII).

The Cavalry of the Roman Republic, como “coragem marcial” (McCall, 2002, p. 79). Tempos em que essa coragem marcial não era necessária também levariam à escolha das carreiras civis em detrimento das militares. Haveria um processo nessa desintegração em que o cuidado com os exercícios militares seria inicialmente negligenciado, para depois ser omitido até que caísse no esquecimento: *neglegentia, dissimulatio et obliuio*. Vegécio, portanto, estabelece fases do processo de decadência da condução das coisas militares e alerta que isso havia ocorrido em uma época superior. Ou seja, notamos um traço de que a decadência não era, na visão dele, um processo fatalista e inevitável, mas que existiriam ciclos de virtude e vício. Para o registro factual desse processo de enfraquecimento, Vegécio evoca o intervalo temporal entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, ou seja, o período entre os anos de 241 e 219 a.C.

Ao consultarmos as fontes documentais, que fazem referência ao período citado por Vegécio, percebemos que, inicialmente, tal acusação de paz seguida pela *neglegentia* militar não se configurava factualmente para o período referenciado. Por exemplo, ao lermos Políbio, é possível encontrar referências a incursões romanas em direção à Ilíria (POLÍBIO. *Histórias*. II, 2.1), o domínio de Apolônia (POLÍBIO. *Histórias*. II, 11.1) e principalmente incursões contra os gauleses, como os eventos de 224 a.C. a 222 a.C. mostram (POLÍBIO. *Histórias*. II, 30.1-34.15). O próprio Políbio reconheceu que, por conta do número de mortos, pela audácia dos combatentes e pelo número dos envolvidos, essa última guerra contra os celtas em nada foi inferior a outras travadas (POLÍBIO. *Histórias*. II, 35.2). Se uma análise mais acurada dos documentos literários não permite afirmar que o período entre as duas primeiras guerras púnicas não foi necessariamente marcado pela paz, por que Vegécio evoca especificamente esse recorte?

A resposta, em nossa opinião, pode ser entendida a partir de alguns elementos. O primeiro relaciona-se a um evento que já mencionamos no capítulo um da obra: as derrotas romanas no início da Segunda Guerra Púnica, tendo como principal referência o desastre de Canas (216 a.C.). Mas essa evocação só ganha sentido no texto vegeciano por conta da injunção narrativa feita por ele entre Canas e Adrianópolis. Um último elemento está na colocação de bons *exempla* para a recuperação militar romana. Vejamos ponto a ponto.

A atenção de Vegécio não se direciona necessariamente para os anos entre as guerras, mas sim ao processo que levou de uma vitoriosa guerra (Primeira Guerra Púnica) até uma humilhante derrota. Vegécio não está preocupado com a precisão factual, mas sim com a defesa de seus argumentos. Além disso, é preciso lembrar que a memória de Canas era muito impactante e sua evocação era rapidamente assimilada entre os contemporâneos do autor. Por exemplo, um outro autor que faz menção à Adrianópolis em comparação com Canas é Amiano Marcelino. Segundo ele, no final de sua análise dos eventos de 378 d.C.:

Ainda que nunca nos anais lemos acerca de nenhuma derrota romana que tivesse chegado ao massacre, com a exceção da derrota de Canas, em ocasiões os romanos, prejudicados pela fortuna, sofreram derrotas pontuais nas guerras³⁶⁵ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13, 19).

Nessa passagem das *Histórias* encontramos um ponto importante para entendermos os motivos para essa analogia, pois acreditamos que Vegécio estava fazendo um paralelo entre os eventos do terceiro século a.C. e aqueles vivenciados por ele a partir de uma recepção compartilhada e entendida por seus contemporâneos. Defendemos que ele está comparando as duas batalhas para reafirmar a possibilidade de recuperação militar romana a partir de um evento de grande impacto no passado. Ora, em linhas gerais, o raciocínio seria o de que se os romanos se recuperaram depois de Canas, isso também poderia ocorrer depois de Adrianópolis.

Em nossa opinião, a melhor chave interpretativa para entender esse processo de equiparação de Canas a Adrianópolis é dada por François Hartog em *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Nessa obra, o importante historiador francês confronta o texto de Heródoto a partir das injunções narrativas, ou seja, “injunções não exteriores e impostas, mas interiores e produzidas pela própria narrativa no processo de sua elaboração” (HARTOG, 2014, p. 48). Hartog explora como o significante “citas” foi construído na obra por meio de diversos predicados e como, por meio de um processo de desvio sistemático, uma prática cita era interpretada por Heródoto em relação a uma homóloga grega. Nesse sentido, as campanhas de Dário contra os citas poderiam ser entendidas a partir das campanhas de Xerxes contra os gregos, ou seja, “a guerra cita não é, com efeito, inteligível senão através do modelo fornecido pelas Guerras Médicas” (HARTOG, 2014, p. 75). Ora, enxergamos a mesma injunção no texto vegeciano, já que, em nossa leitura, só é possível entender o papel de Canas no *Compêndio da Arte Militar* a partir da derrota sofrida pelos romanos há pouco tempo em Adrianópolis. O entendimento de um evento de um passado mais recuado era feito a partir das chaves fornecidas por outro mais recente.

O paralelo da degeneração que levou a Canas é lembrado como exemplo negativo, mas são registradas duas passagens em que são enumerados os sucessos de Cipião Emiliano, neto adotivo de Cipião, o Africano, que não só retomam os perigos dessa deterioração, mas tratam da importância dos grandes generais para a restauração militar. Ao falar da importância do treinamento dos jovens com armas de flecha, Vegécio assim enuncia:

Na verdade, Cipião Africano, quando se preparava para enfrentar os numantinos em batalha, os quais tinham submetido os exércitos do povo romano, não acreditou que

³⁶⁵ “[nec ulla annalibus praeter Cannensem pugnam ita ad interneccionem res legitur gesta, quamquam Romani aliquotiens reflante Fortuna fallaciis lusi bellorum iniquitati cesserunt ad tempus]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXXI. 13, 19).

seria possível superiorizar-lhes a não ser que misturasse arqueiros selecionados em todas as centúrias³⁶⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 15).

E quando trata da importância do general para recuperar tropas recebidas de outros comandantes, ele assim lembra de Cipião, novamente no livro III, ao falar sobre os eventos ligados à Numância:

Cipião Africano aceitou frequentemente exércitos da Hispânia que tinham sido vencidos sob o comando de outros generais; mas, guardada a regra da disciplina, Cipião treinou esses exércitos tão aturadamente na feitura de todos os trabalhos e escavação de fossos que costumava dizer que aqueles que não tinham querido molhar-se com o sangue dos inimigos deviam, ao escavar, sujar-se de lama; com esses mesmos homens tomou por fim a cidade dos numantinos e mandou-os queimar, de forma que nenhum conseguiu escapar³⁶⁷ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

Diferentemente do exemplo anterior, em que Vegécio só trata de maneira genérica da recuperação da prática e treino militares pelos cônsules e generais, aqui há uma clara personalização da recuperação a partir das ações de Cipião Emiliano. Os eventos lembrados por Vegécio remetem a 134 a.C., ano em que “Cipião foi eleito para um segundo mandato como cônsul e recebeu a província da Hispânia Citerior” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 141). Como lembra Apiano, autor da obra *Guerras Hispânicas*, ele foi enviado à Numância com apenas 4000 voluntários (APIANO. *Guerras Hispânicas*. 84), os quais se juntariam as tropas que por lá já estivessem. Segundo o próprio Apiano, os romanos estavam cansados da Guerra Numantina e mandaram para lá seu melhor general, ao que Vegécio faz coro, já que ele aponta que tais exércitos haviam sido derrotados sob o comando de outros generais³⁶⁸.

De forma diversa do exemplo do período entre guerras, neste manual as antigas práticas foram rapidamente retomadas por conta da existência de um grande general. O relato de Vegécio se encerra com a vitória na guerra de cerco e na vitória acachapante que Apiano também relata. A diferença entre os dois autores está no fato de Vegécio ter afirmado que os habitantes da cidade foram queimados e Apiano apontar que, separados cinquenta numantinos para o triunfo de Cipião, os outros foram vendidos como escravos (APIANO. *Guerras Hispânicas*. 98). Feita essa ressalva, o que gostaríamos de enfatizar é a maneira pela qual Vegécio convoca uma grande personagem do passado

³⁶⁶ “[*Africanus quidem Scipio, cum adversus Numantinos, qui exercitus populi Romani sub iugum miserant, esset acie certaturus, aliter se superiorem futurum esse non credidit nisi in omnibus centuriis lectos sagittarios miscuisset*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 15).

³⁶⁷ “[*Scipio Africanus sub aliis imperatoribus Hispanienses exercitus frequenter victos accepit; hos disciplinae regula custodita omni opere fossisque faciendis ita diligenter exercuit ut diceret fodientes luto inquinari debere qui madere hostium sanguine noluissent; cum ipsis denique Numantinos capta civitate sic concremavit ut nullus evaderet*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10).

³⁶⁸ É possível notar grande semelhança entre o que apontam Apiano, Vegécio e Frontino. Se sabemos que Vegécio frisou a questão da disciplina nos trabalhos, Apiano se desdobrou na expulsão de elementos indesejados dos acampamentos, na proibição de certas práticas mágicas e na retomada de certa frugalidade (APIANO. *Guerras Hispânicas*. 85). Já para Frontino, Cipião Emiliano foi um exemplo porque expulsou os civis que acompanhavam as tropas dos acampamentos, restaurou os exercícios diários, marchou com as tropas, repreendeu os que agiam com preguiça e foi vetor de grande severidade (FRONTINO. *Estratagemas*. 4, 1.1). Vegécio, que cita Frontino (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3), provavelmente retirou tal exemplo da leitura dos textos desse último.

para fazer elogios a suas ações e para mostrar que, de fato, os romanos haviam se recuperado da humilhação sofrida em Canas com um herdeiro militar direto daquele que reorganizou as linhas romanas após aquela derrota: Cipião, o Africano. Essa relação entre as duas figuras nos parece que é feita de tal maneira que Vegécio propositadamente chama Cipião Emiliano de Africano.

Como esses trechos nos mostram, sempre que os antigos são trazidos ao texto, eles reforçam o tripé da fórmula de sucesso militar para Vegécio. São diversas as passagens no texto que focam no treino das armas, na disciplina dos acampamentos e no uso da organização militar. O importante é que todas remetem ao passado glorioso romano. Para ilustrar esta constatação, é importante levantarmos alguns trechos que possibilitam a construção dessas referências. O primeiro se apresenta quando o autor trata exatamente da questão do treinamento:

De acordo com o que se lê nos livros, os antigos treinavam os recrutas desta forma: teciam escudos de vime arredondados à maneira de grades, de forma a que cada um tivesse de peso duas vezes mais do que costuma ter o escudo comum e davam também aos recrutas, em vez de gládios, maçãs de madeira igualmente com o dobro do peso; e, deste modo, treinavam contra os postes, não apenas pela manhã, mas também depois do meio-dia³⁶⁹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XI).

Nesta passagem é possível perceber uma outra tendência na obra para retomar eventos do passado romano: fazer referência aos livros antigos (algo que exploramos no próximo subcapítulo). Aqui ele mostra isso de forma vaga, ao apontar a existência de livros, sem apontar quais. Contudo, em nossa leitura, tal trecho remete à passagem do segundo para o primeiro século a.C., quando os métodos de treinamento de gladiadores foram introduzidos na preparação das tropas. Acreditamos que aqui está uma referência indireta à incorporação desse tipo de preparação militar por Mário.

Como já ressaltamos, corridas, marchas e o transporte da bagagem dos soldados por eles próprios foram elementos militares consolidados durante a passagem entre o século II a I a.C. pela figura de Mário. Acreditamos inclusive que o *Compêndio da Arte Militar* faz uma referência indireta à famosa expressão das “mulas de Mário”. Ao falar do transporte de peso pelos soldados, a questão é assim apresentada: “os jovens também devem ser muito frequentemente obrigados a carregar um peso até 60 libras³⁷⁰ e a fazer um percurso em marcha militar, pois em expedições difíceis surge a necessidade de eles carregarem ao mesmo tempo a anona e as armas³⁷¹” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 19). Como lembra Southern, o apelido “mulas de Mário” se originou do fato de que “cada soldado carregava não somente seu equipamento, mas também suas rações para diversos dias

³⁶⁹ “[*Antiqui, sicut invenitur in libris, hoc genere exercuere tirones: scuta de vimine in modum cratium corrotundata texebant ita ut duplum pondus cratis haberet quam scutum publicum habere consuevit, itemque clavas ligneas duplicis aequae ponderis pro gladiis tironibus dabant, eoque modo non tantum mane sed etiam post meridiem exercebantur ad palos*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XI).

³⁷⁰ O historiador português João Gouveia Monteiro aponta que essas 20 libras corresponderiam a “cerca de 20 quilos” (MONTEIRO, 2009, p. 404).

³⁷¹ “[*Pondus quoque baiulare usque ad sexaginta libras et iter facere gradu militari frequentissime cogendi sunt iuniores, quibus in arduis expeditionibus necessitas imminet annonam pariter et arma portandi*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 19).

e os recursos para cozinhá-las” (SOUTHERN, 2006, p. 95). Acreditamos que a descrição da pesquisadora demonstra com grande precisão o trecho do texto vegeciano, afinal, o termo neutro plural *arma* corresponde aos equipamentos e o termo singular *annona* corresponde às rações e recursos para prepará-las.

Se anteriormente existem referências diretas à derrota de Canas e à capacidade de recuperação do exército polibiano, ao se falar dos eventos entre 241 e 219 a.C. e ao que se seguiu no segundo século a.C., neste manual é possível perceber uma referência indireta à segunda fase da história do exército romano descrita no capítulo um: a fase de profissionalização do exército romano, quando as questões do treinamento e da disciplina ganharam grande ênfase. No entanto, o autor cria em sua narrativa um processo de reunião de *exempla* de momentos diferentes da história romana e se torna muito difícil diferenciar temporalidades no texto. Essa sobreposição de eventos de diferentes períodos da história romana é formatada, em geral, para construir um passado idealizado.

Se no capítulo 19, ele aponta questões relativas às ditas “reformas de Mário”, ao falar da disciplina no capítulo treze, ele o fez recorrendo a um elemento reconhecível à descrição do exército feita por Políbio. Para Vegécio:

Além disso, a disciplina do treino militar foi conservada entre os nossos antepassados tão severamente que não só os mestres de armas eram remunerados com o dobro da anona, como também os soldados que tinham progredido pouco nesta aprendizagem eram obrigados a aceitar cevada em vez de trigo, e nem a anona lhes era restabelecida em trigo antes que tivessem mostrado, na presença do prefeito da legião, dos tribunos ou dos oficiais superiores, por meio de provas concretas, que eles preenchiam todos os requisitos exigidos pela arte militar³⁷² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XIII).

Ao tratar do papel dos tribunos, Políbio narrava que esses organizavam as legiões e eram responsáveis por algumas punições disciplinares, entre as quais a de administrar rações de cevada ao invés de trigo para as unidades não íntegras (POLÍBIO. *Histórias*. VI, 38.2). Essa acumulação de tempos e autores formando uma grande miscelânea de *exempla* para defender o tripé estabelecido por Vegécio pode ser mais uma vez mostrada quando o autor cita as *Geórgicas* de Virgílio para defender a importância do treino constante (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 19). Aqui o passado e os autores do passado são invocados sempre para reforçar a superioridade do passado sobre o presente e as grandes qualidades dos romanos que viveram nesses momentos.

Contudo, há na obra um segundo marco para uma mudança na forma como os romanos lidavam com os costumes dos antepassados. Ao falar das armas utilizadas pelos antigos, Vegécio assim descreve:

³⁷² “[*Ita autem severe apud maiores exercitii disciplina servata est ut et doctores armorum duplis remunerarentur annonis et milites qui parum in illa prolusione profecerant pro frumento hordeum cogerentur accipere nec ante eis in tritico redderetur annona quam sub praesentia praefecti legionis tribunorum vel principiorum experimentis datis ostendissent se omnia quae erant in militari arte complere*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XIII).

O contexto exige agora que tentemos mencionar com que tipo de armas os recrutas devem ser equipados e protegidos. A este respeito, o costume antigo foi completamente apagado; pois ainda que, a exemplo dos Godos, dos Alanos e dos Hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos, contudo que os peões ficaram desguarnecidos. Na verdade, desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes. Deste modo, desguarnecidos os peitos e as cabeças, os nossos soldados, enviados contra os Godos, foram muitas vezes aniquilados pelo grande número de arqueiros; e mesmo depois de tantas derrotas, que resultaram na destruição de tantas cidades, não foi sequer motivo de preocupação para ninguém devolver as catafractas e os capacetes aos soldados de infantaria³⁷³ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX).

Se anteriormente o autor estabelece momentos no passado romano em que houve *neglegentia* do tripé do sucesso militar romano, somente em dois momentos tal conjunto de práticas militares chega até a *obliuio* ou a destruição: o período entre as duas primeiras guerras púnicas e a época que se seguiu a Graciano. Em primeiro lugar, em nossa leitura, isso mostra como o autor traça um paralelo bem explícito entre Canas e Adrianópolis, tanto para mostrar a magnitude das derrotas, quanto para mostrar as possibilidades de recuperação de um passado glorioso. Em segundo lugar, essa referência ao *diuus Gratianus* (ou seja, ao morto e divinizado Graciano) serve para estabelecer o marco final do processo de decadência do exército romano. Sempre encontramos no texto referências a um passado militar romano idealizado, mas até então era difícil estabelecer o parâmetro com o qual comparar esse passado glorioso a um presente problemático. Após os tempos de Graciano, a *neglegentia*, a *desidia* passaram a imperar, os exercícios nos campos foram abandonados até que o costume antigo foi completamente apagado. Mais importante ainda, o autor faz uma referência direta às derrotas romanas para os godos e a destruição de cidades, algo que já tratamos no segundo capítulo ao falar dos eventos entre 376 e 382 d.C.

Feitas essas descrições a respeito da forma como o Anônimo e Vegécio compreendiam o passado, é preciso agora avançar para pensarmos os pontos nos quais que eles se aproximam e se distanciam. Um primeiro ponto importante na análise comparativa entre eles é que ambos possuem uma compreensão do presente como algo problemático (como já estudamos) e que tais problemas têm origem no passado. Santo Mazzarino, autor de *The End of the Ancient World*, ao tratar da ideia do discurso da decadência romana entre os autores da Antiguidade Tardia, aponta que tanto o autor

³⁷³ “[*Locus exigit ut quo armorum genere vel instruendi vel muniendi sint tirones referre temptemus. Sed in hac parte antiqua penitus consuetudo deleta est; nam licet, exemplo Gothorum et Alanorum Hunnorumque, equitum arma profecerint, pedites constat esse nudatos. Ab urbe enim condita usque ad tempus divi Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus. Sed cum campestris exercitatio interveniente neglegentia desidiaque cessaret, gravia videri arma coeperunt quae raro milites induebant; itaque ab imperatore postulant primo catafractas, deinde cassides se refundere. Sic detectis pectoribus et capitibus congressi contra Gothos milites nostri multitudine sagittariorum saepe deleti sunt; nec post tot clades, quae usque ad tantarum urbium excidia pervenerunt, cuiquam curae fuit vel catafractas vel galeas pedestribus reddere*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

do *Sobre os Assuntos Militares* quanto o do *Compêndio da Arte Militar* estavam inseridos na tradição de autores que enxergavam a decadência romana a partir da imagem de “um homem doente que deseja ser curado a todo custo” (MAZZARINO, 1966, p. 48). Como demonstramos, ambos partem dessa imagem, todavia, gostaríamos de acrescentar que a doença enxergada por cada um era diferente.

Deste modo, voltamos à teoria do luxo e da decadência elaborada por Paul Veyne para tratar do século I a.C. Como já havíamos mostrado, Vegécio era partidário da ideia de que o luxo era responsável pelo processo de decadência. Flávio Paniz Giacomoni, autor de *Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra Epitoma Rei Militaris, de Flavius Vegetius Renatus*, foi importante em nosso percurso porque foi graças aos estudos deste autor que percebemos a importância da leitura do texto de Veyne para entendermos aquilo que chamou de “fórmula da degenerescência: o luxo-decadência” (GIACOMONI, 2011, p. 115). Contudo, se o pesquisador brasileiro se foca somente na análise da obra de Vegécio, quando avançamos para analisar o *Sobre os Assuntos Militares*, a hipótese proposta por Veyne ganha ainda mais importância. O autor francês descreve duas variantes da teoria do luxo e da decadência, uma primeira que ele chama de versão “espartana” e uma segunda que ele chama de versão oligárquica. Na “primeira, o luxo amolece os povos e retira deles seu valor militar; [já] de acordo com a segunda, a riqueza transforma as aristocracias em oligarquias cujos membros perseguem suas ambições pessoais em vez do bem público e brigam pelo poder” (VEYNE, 2015, p. 495). Ora, se analisarmos a chave de leitura que Vegécio usa para pensar o processo de deterioração das práticas militares romanas, parece-nos muito crível a utilização daquilo que Veyne chamou de versão espartana para pensar o conteúdo do passado no *Compêndio da Arte Militar*. Como vimos, a segurança leva à negligência, ao abandono e ao esquecimento. A preferência pelas carreiras civis, o prazer pelo ócio são todos indícios desse processo de deterioração. Por outro lado, a versão oligárquica aponta para a riqueza como a grande culpada pela deterioração. Ao lermos o *Sobre os Assuntos Militares*, a questão da *largitio* aparece de forma recorrente como a questão principal que levou a um grande afastamento entre poderosos e pobres. Portanto, é a questão da riqueza que se mostra como fundamental para o processo de decadência romana.

Se as compreensões dos dois autores começam a se mostrar diferentes quando se trata da chave interpretativa, a questão se desdobra quando comparamos as formas como o passado romano é mobilizado pelos dois autores. O Anônimo estabelece com clareza e simplicidade a sucessão de épocas, estabelecendo um processo de transição linear desde uma idade de ouro até chegar aos tempos de Constantino, marco da crise que ainda se verificava durante o presente narrado pelo autor. Para o autor do *Sobre os Assuntos Militares*, apesar do excesso de gastos ser um risco, é possível encontrar certa coesão na sucessão temporal até o presente problemático. Vegécio, por outro lado, constrói o passado em sua obra a partir da reunião de eventos de momentos completamente heterogêneos para dar sentido a sua narrativa. Ao invés de criar uma sucessão de épocas, apesar de fazer certas

referências a momentos específicos, o autor do *Compêndio da Arte Militar* acumula experiências diversas para construir um passado muito particular. Ele reúne diversos sedimentos do passado romano ao mesmo tempo que estabelece marcos de crises recorrentes nos valores guerreiros romanos. Vegécio se destaca por ter uma visão da crise que poderíamos chamar de cíclica, já que o luxo corrompeu os romanos em diversos momentos, algo que se repetia no presente de Vegécio.

Assim sendo, a crise (verificada no tempo presente) é construída narrativamente pelos dois autores a partir do passado (presente do passado). Todavia, enquanto no *Sobre os Assuntos Militares* ela é gestada por meio de uma sucessão entre uma era de ouro e uma era em que imperava a *largitio*, no *Compêndio da Arte Militar*, ela é constituída por ciclos de virtude e vício verificados, por exemplo, em alguns marcos, como Canas e Adrianópolis. Ou seja, temos aqui indícios de ordenações diferentes do tempo entre dois autores de manuais militares pertencentes ao mesmo recorte temporal. Resta saber se estamos diante da existência de uma brecha no regime de historicidade antigo, esse marcado pela valorização do passado em detrimento do futuro e presente, ou se os casos comparados enfraquecem tal instrumento analítico. Para avaliarmos a questão, devemos, de fato, conhecer a maneira como os dois prescreviam o futuro (presente do futuro), pois só assim podemos entender a construção da temporalidade em ambos.

4.2.3. O PRESENTE DO FUTURO E A PARTICULARIZAÇÃO DE PROJETOS: *MAGNITUDO INGENII X CONSUETUDINES ANTIQUAE*

É chegado o momento de analisarmos a construção dos projetos de futuro nas duas obras, ou seja, a forma como a *imaginatio* dos autores foi posta em ação para propor soluções. Qualquer proposição presente nos dois trabalhos se relaciona diretamente com o entendimento de presente e passado construído nas obras e configura o último elo das ordenações do tempo para os dois autores. Como já revelamos, espaço de experiência e horizonte de expectativa são categorias mutuamente dependentes e mobilizadas pela tensão. Ou seja, a partir da percepção da crise enfrentada no presente, algo comum em ambas as obras, tanto Vegécio quanto o Anônimo se debruçaram sobre o passado romano para explicá-la. Todavia, enquanto o segundo estabeleceu um processo de sucessão linear das épocas até se chegar ao presente tumultuado, o primeiro acumulou camadas de diferentes temporalidades romanas para construir uma visão cíclica da história. Essas percepções diversas do passado tiveram um papel essencial na construção das perspectivas orientadoras, já que os sentidos (enquanto unificações da percepção do tempo) construídos por eles apontavam direções diferentes. Falta agora, então, analisar especificamente as *innouationes* presentes, tanto no *Compêndio da Arte Militar*, quanto no *Sobre os Assuntos Militares*, e que são, para além de sintomas das disputas político-

militares existentes entre grupos de origens geográficas e sociais completamente diferentes dentro do Império Romano, indícios da existência de uma crise no regime de historicidade antigo, ou seja, uma brecha temporal, ocasionada por uma historicidade específica (simbolizada em eventos que marcam toda a segunda metade do século IV d.C.). Enquanto Vegécio propõe a retomada de um passado idealizado a partir de diversas camadas temporais, o Anônimo projeta uma miscelânea de ineditismos. Ou seja, o segundo pauta suas propostas em sua *magnitudo ingenii* e o primeiro defende a retomada das *consuetudines antiquae*. O mais interessante, todavia, é que no texto do *Sobre os Assuntos Militares* não se verifica um rompimento com o “passadismo” e no *Compêndio da Arte Militar* não há uma imitação destituída da subjetividade de seu autor. Diante de uma aparente oposição entre os sentidos temporais apontados no texto, há, em último caso, uma interessante aproximação. Esse detalhe, percebido durante a análise, possibilitou que entendêssemos que o instrumento de análise denominado regime de historicidade antigo não era um tipo-ideal que se mostrava vazio quando confrontado com as fontes, mas, pelo contrário, tornou-se muito útil na análise dos documentos textuais. Mas antes de explorarmos isso de forma mais detalhada, é importante conhecermos as duas propostas, a começar pelo texto do Anônimo, seguindo um padrão já estabelecido anteriormente.

A primeira referência à construção das soluções a serem expostas no texto do *Sobre os Assuntos Militares* é apresentada ainda no prefácio da obra. Logo nas primeiras linhas do texto, o Anônimo apresenta uma justificativa para que os *sacratissimi principes* leiam sua obra. Segundo ele: “Mas será justo a quem é a cabeça da coisa pública que conheça os desejos de um particular, pois, às vezes a utilidade desses assuntos escapa ao inquirente³⁷⁴” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 4). O autor deixa explícito que, em decorrência da abundância de assuntos com os quais os imperadores devem lidar, é salutar que eles conheçam os *desiderata* de um *priuatus*, termo que, como já estudamos, designa possivelmente o lugar social e político do Anônimo, um homem que já havia ocupado um cargo na cúria, mas que no momento da escrita da obra, já não mais o fazia. No entanto, não são todos os *priuati* que devem ter seus projetos conhecidos, mas somente os que demonstram pensar corretamente um problema, já que “como disse o ótimo orador³⁷⁵, a maioria dos homens procura ajuda dele, a quem a natureza dotou de talento³⁷⁶” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 5). Aqui há um evidente apelo ao *ingenium*, como a fonte não só da justificativa para a escrita, como também para as propostas que se desdobram durante o manual. Como o próprio autor assevera em seguida:

³⁷⁴ “[*Sed fas erit rei publicae praesulem a priuato desiderata cognoscere, cum rerum utilitas interdum eum lateat inquirerem*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 4).

³⁷⁵ Como aponta Sánchez-Ostiz, tal orador referenciado é provavelmente Cícero, “entre outras razões, pelos paralelos com o panegírico de Mamertino e com o *Post reditum ad Quirites*, que apontam um modelo escolar ciceroniano (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 84).

³⁷⁶ “[*...ut ait Optimus orator, ad illum maior pars hominum decurrit quem ingenio natura donauerit*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 5).

Pois, é conhecido por todos que nem a maior nobreza nem tampouco a abundância de riquezas, nem os poderes que dependem dos tribunais ou a eloquência adquirida com as letras logrou o progresso dos saberes técnicos, entre os quais está contida a invenção de armas, senão a grandeza de talento, que é a mãe de todas as virtudes e que depende de uma natureza feliz³⁷⁷ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

Fica perceptível que é a *magnitudo ingenii* a responsável por dotar o Anônimo da capacidade de redigir suas propostas, que visam ao progresso dos saberes técnicos³⁷⁸, entre eles, o da invenção das armas. Tal *ingenium* seria fruto “dos benefícios que a providência divina inspirou em minha mente³⁷⁹” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 8). Segundo Thompson, essa evocação divina serve como um escudo do autor frente a tamanha temeridade de oferecer reformas ao imperador e “ele presume sugerir alterações no governo do Império somente porque é inspirado pelos céus” (THOMPSON, 1952, p. 26). Como defendemos anteriormente, nosso autor não partilhava do cristianismo, e por isso é importante ressaltar que o termo céus neste contexto narrativo é uma generalização que indica a recorrência a elementos divinos para justificar a obra.

No entanto, nosso autor não esquece da existência de toda uma tradição anterior. Isso se mostra perceptível no encerramento do prefácio, quando, após delinear todos os assuntos a serem tratados no texto, o autor reafirma as ocupações imperiais como ponto fulcral para a necessidade de conselhos. Mais do que isso, ele assim escreve:

Mas, por estarem ocupados, escapam-lhes muitos assuntos, eu, persuadido pelo ócio e não completamente alheio à conveniência desses assuntos, procurei ferventemente recolher o que foi útil à vossa felicidade, resumindo-o de todas as fontes. Contudo, no caso em que meu discurso se mostrou algo mais livre pelas exigências do assunto, confio que serei protegido pela vossa indulgência, já que para cumprir minha promessa devo ser assistido pela liberdade de pensamento³⁸⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 16).

Conforme discutimos anteriormente, o Anônimo assume acima que consultou e resumiu fontes. Todavia essa é, como lembra Sánchez-Ostiz, a “única referência do Anônimo a suas fontes, ainda assim muito indiretas” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 91). Além disso, é preciso lembrar que logo em seguida a liberdade de pensamento (*libertas philosophiae*) é evocada, o que nos parece ser

³⁷⁷ “[*constat enim apud omnes quod nec summa nobilitas nec opum affluentia aut subnixae tribunalibus potestates aut eloquentia litteris acquisita consecuta est utilitates artium, in quibus etiam armorum continetur inuentio, sed ingenii tantummodo magnitudo, quae uirtutum omnium mater est, naturae felicitate subnixa*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 6).

³⁷⁸ A opção pela tradução do termo *ars* como saberes técnicos não é uma novidade, já que Ireland adotou essa posição e a explicou (IRELAND, 1979, p. 147) e Sánchez-Ostiz a reafirmou, já que, em seu comentário, “a tradução é contextual e depende do sentido de *ars* ao longo do tratado” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 85).

³⁷⁹ “[*...quae nostris sensibus commoda prouidentia diuinitatis intulerit*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 8).

³⁸⁰ “[*Verum quia illos multa occupatos effugiunt, otio persuasus, non adeo a rerum commoditatibus peregrinus, utilia uestrae felicitati undique redacta conferre gestiui. Si quid uero liberius oratio mea pro rerum necessitate protulerit, aestimo uenia protegendum, cum mihi promissionis implendae gratia subueniendum est propter philosophiae libertatem*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. I, Pref., 16).

um mecanismo utilizado pelo autor para reafirmar o ineditismo do seu projeto. Mas que projeto é esse?

Ainda no prefácio do texto, o Anônimo faz uma espécie de sumário do texto, como o próprio Thompson definiu (1952, p. 24). O autor assim elenca os conteúdos de sua obra:

Pois referiremos de que modo, uma vez suprimida metade dos tributos, o agricultor das províncias recupera sua força que lhe é própria; por que razão, também, ao cessar o ultraje na proporção das exações, o colono enaltece seguro as fronteiras despovoadas, uma vez sejam construídas as fortificações do acampamento; também de que maneira se duplica a quantidade de ouro e de prata sem prejuízo do que paga impostos; ou graças a quais procedimentos o soldado se regozija, recebendo honras por cima da liberalidade acostumada. Estamos seguros de que a esses há que se acrescentar os assuntos que sejam requeridos pelas exigências da guerra na terra ou no mar para alcançar as vitórias; dentre esses, para aliviar o aborrecimento, referiremos uns poucos inventos militares³⁸¹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 10-11).

Como já ressaltamos, quando tratamos da construção do passado por parte do Anônimo, seu diagnóstico dos problemas a serem enfrentados giravam em torno da profusa *largitio*. Sendo assim, as soluções apresentadas por ele fatalmente deveriam enfrentar esse ponto. Ele elenca como soluções para os problemas financeiros do império: uma redução de *tributa* e das *exactiones*, a construção de *munitiones castrorum*, a duplicação do ouro e prata, o aumento do prestígio dos soldados em detrimento de gastos com eles e algumas questões de cunho militar, das quais a principal é a apresentação de *pauca machinarum inuenta*, ou seja, alguns poucos inventos de máquinas. O uso do termo *inuentum* aqui nos parece ser bastante elucidativo do caminho a ser tomado pelo Anônimo, pois na própria língua latina é possível associar o termo com invenção ou descoberta (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 958). Todavia, se a forma como o Anônimo introduz suas *innouationes* é o ponto central de nossa análise do projeto de futuro do autor, não podemos esquecer que ele também apresenta uma tentativa de retomada de um passado, uma época de ouro, como conhecemos no subcapítulo anterior. Como ele mesmo diz:

Tua prudência se preocupará, ótimo imperador, uma vez reduzida a *largitio*, de velar pelo *collator* e de propagar a glória de teu nome na posteridade. Retorne, por último, à recordação dos tempos felizes e considere os reinos afamados da escassez antiga, que sabiam cultivar os campos e abster-se de riquezas: com que elogia de sua honra os fiz recordar para sempre sua frugalidade incorrupta. Certamente chamamos áurea a uma época em que não havia ouro³⁸² (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 7-9).

³⁸¹ “[Referemus enim quemadmodum, remissa tributorum medietate, in robur proprium prouinciarum cultor habeatur: unde etiam, <in> ratione exactionum cessante contumelia, limitum solitudinem erectis castrorum munitioibus incola securus illustret: quo etiam pacto auri argentique modus sine dantium poena duplicetur: uel quo argumento extra solitam largitatem cumulatius honoribus miles exultet. His etiam adnectenda credidimus quae bellorum necessitatibus terra uel mari in acquirendis uictoriis procurentur: ex quibus, fastidii leuandi gratia, pauca machinarum inuenta referemus]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. Pref., 10-11).

³⁸² “[Erit igitur curae prudentiae tuae, optime imperator, repressa largitate et collatori prospicere et in posterum nominis tui gloriam propagare. Denique paulisper felicitium temporum reuolue memoriam et antiquae paupertatis famosa regna considera, quae agros colere et abstinere opibus norant, qua haec honoris laude per omne aeuum frugalitas incorrupta commendet. Certe aurea nuncupamus quae aurum penitus non habebant]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. II, 7-9).

Neste trecho é possível encontrar uma referência elogiosa ao passado e não somente uma descrição da sucessão das épocas. No entanto, não é uma ação específica desse passado que deve guiar o imperador, mas sim a *paupertas* que existia naquele momento. Ou seja, esse passado serve de modelo finalístico, mas os meios para tal não são pautados pela mera emulação de ações anteriores. Esse ponto é fundamental para entendermos a grande particularidade do texto do *Sobre os Assuntos Militares*. Se a inspiração para chegar ao objetivo do autor é a *aetas aurea* em que a *largitio* seria reduzida ao máximo, os caminhos para se alcançar a *frugalitas incorrupta* passam a ser delineados em seguida.

Se no subcapítulo anterior já conhecemos o diagnóstico do Anônimo sobre a questão das moedas, agora somos apresentados à solução apresentada por ele ao problema. Depois de mostrar que a corrupção da imagem dos *solidi* se deve às fraudes praticadas por alguns, o autor expõe uma saída inusitada:

Assim, Vossa Majestade deve aplicar medidas também neste assunto como em todos os demais, de tal modo que os artífices de moeda, levados de todas as partes, congreguem-se em uma ilha para melhorar a circulação dos soldos e os assuntos monetários; quer dizer, excluídos para sempre do contato com a terra vizinha, para que a liberdade de comércio, que favorece as fraudes, não ofusque a integridade do bem comum³⁸³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. III, 2).

A ideia apresentada é relativamente simples: diante do risco de fraudes operadas pelos *opifices monetae*, seria necessário juntá-los e isolá-los em uma ilha, de onde não mais teriam contato com qualquer terra vizinha. Essa ideia, segundo Sánchez-Ostiz, em *La Congregatio in Insulam del De Rebus Bellicis: ¿Utopía, Arbitrismo Tópico Retórico?*, está situada dentro da tradição dos *loca ficta mirabilia* por conta de três elementos: “o motivo da ilha na literatura clássica, a ideia de insulamento que impede a corrupção e uma [já tratada] velada referência ao mito da Idade do Ouro” (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2003, p. 382). O argumento do pesquisador é muito caro para nossa argumentação, principalmente quando ele esmiuça o primeiro dos três elementos. Segundo o espanhol, ao enquadrar o termo *insula* na literatura latina, “é muito mais o marco de relatos fabulosos alheios ao cotidiano, lugares de utopia, seja mítico-fantasia ou político preceptiva (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2003, p. 382). Ou seja, estamos entrando em contato com a própria noção de utopia, o que abre um grande espaço para um futuro inédito.

O termo utopia, o “não-lugar” e o “não-tempo”, segundo Hilário Franco Júnior em *Cocanha: a História de um País Imaginário*, é a “superação imaginária de realidades concretas” (FRANCO JUNIOR, 1998, p. 20). A utopia se faz pela negação da sociedade concreta e pode assumir, segundo Lewis Mumford, a forma de reconstrução, em que a ordem e a regulamentação para a

³⁸³ “[Ergo huic quoque parti maiestatis uestrae est ut in omnibus adhibenda correctio, ita ut opifices monetae redacti undique in unam insulam congregentur nummariis et solidorum usibus profuturi, a societate uidelicet in perpetuum contiguae terrae prohibiti, ne commixtionis licentia fraudibus opportuna integritatem publicae utilitatis obfuscet]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. III, 2).

manutenção daquele mundo são valorizadas, ou a forma de evasão, que se manifesta na busca das satisfações instintivas do homem. A *insula* defendida pelo Anônimo nos parece ser do primeiro tipo, já que é possível de observar nela uma tentativa de reordenação dos *opifices monetae* em um espaço onde não lhes seria permitido cometer fraudes. Jacques Le Goff, autor de *L'utopie médiévale: Le pays de Cocagne*, acrescenta uma importante informação, já que, segundo o eminente medievalista francês, as evocações nostálgicas do passado não podem ser chamadas de utopia, pois

se há uma parte de pessimismo em qualquer utopia, já que ela considera a sociedade que imagina sem existência em parte alguma, nós só podemos falar de utopia se acreditarmos que essa sociedade imaginária é possível no presente ou no futuro. A utopia do passado é o mito (LE GOFF, 1989, p. 275).

Segundo essa interpretação, a utopia está direcionada ao futuro ou presente e nunca para o passado, pois assim não seria utopia, mas sim mito. Isso é, segundo nossa interpretação, um indício de como as soluções apresentadas pelo Anônimo mobilizam o tempo em favor de um futuro inédito, mesmo que, nesse caso, isso possa parecer “uma ‘experimentação espiritual de possibilidades’ desvinculada do pragmatismo, da intenção de refazer a realidade objetiva” (FRANCO JUNIOR, 1998, p. 22). Ao propor algo não explícita ou implicitamente retirado de fonte alguma e também algo sem precedente aparente na história administrativa romana, o Anônimo estava apontando uma *innouatio* no sentido de ineditismo do termo.

Após essa proposta, o *Sobre os Assuntos Militares* passa a discutir a questão da corrupção dos governadores, algo já tratado quando falamos das percepções de presente e passado na obra. No entanto, devemos mostrar agora sua proposta de intervenção para solucionar a questão. Se o recrutamento, compra de cavalos ou grãos, doações para construção de obras públicas são fontes de lucro, a solução é ao mesmo tempo muito simples e muito complexa. Segundo o texto do manual: “pois, se as províncias são governadas pelos homens castos e amantes da integridade, não haverá lugar algum para fraude e a coisa pública será fortalecida, enriquecida pelos bons costumes³⁸⁴” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IV, 6). O autor do manual possui uma interpretação de que o excesso de riqueza era responsável pela corrupção, algo que remete à teoria do luxo e da decadência enunciada por Paul Veyne. No entanto, quando se trata dessa questão, a proposta do Anônimo não ataca especificamente a causa do problema, a riqueza, mas sim os *iudices*. Como estamos tratando de um possível *curialis*, aqui está exposta uma crítica de caráter político-social direcionada aos homens de *status* político-social mais elevado que ocupam tais cargos. Como aponta Thompson, “o Anônimo parece ver os vários abusos a partir do ponto de vista de um curial” (THOMPSON, 1952, p. 40). Diante da *cupiditas* deles, cabe trocá-los por outros homens ainda não corrompidos, ou seja, dotados da *castitas*, ou seja, “pureza moral, retidão, integridade” (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p.

³⁸⁴ “[*Quod si prouinciae casti et integritatis cupidi moderentur, nec fraudi usquam relinquetur locus et res publica moribus ditata firmabitur*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IV, 6).

282). Homens que buscariam a *integritas*, isto é, “retidão moral, probidade, integridade” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 935). Se a riqueza corrompe, a saída apresentada no manual é trocar os homens corrompidos por outros mais puros e que desejam permanecer nesse caminho. Essa não é uma solução original, mas um sintoma da leitura do autor sobre os problemas do império, mais ligada aos seus administradores do que a sua própria estrutura.

No capítulo seguinte, há um direcionamento das propostas para questões especificamente militares. O Anônimo era um grande crítico dos gastos militares de seu tempo e a trilha para solucioná-las começa com a questão da remuneração dos soldados. Segundo ele, a solução para as desmesuradas recompensas aos soldados, passa pela seguinte proposição:

Que os soldados do estamento militar se licenciem, depois de haver servidos alguns anos, quando tenham chegado a cinco ou mais emolumentos da *anona*, para que não agravem ao estado ao seguirem os recebendo e gozem de sua aposentadoria livremente e sem obrigações. Seu posto será ocupado pelo próximo em ofício em prazos de tempos determinados aliviará o contingente inteiro de gastos muito gravosos³⁸⁵ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 3).

Como enfatizamos anteriormente, no século IV d.C., a maior parte da remuneração dos soldados era feita em espécie e o principal tributo que possibilitava tal pagamento era a *annona militaris*. Portanto, sua proposta era a de dispensar os soldados quando eles atingissem uma faixa de emolumentos que ele considerava dispendiosa. Além da diminuição de gastos com os militares, tal medida levaria os veteranos às províncias, onde “habitarão as fronteiras, ararão os lugares que pouco antes tenham defendido e, possuídos pelo desejo dos trabalhos, passarão de soldados a *collatores*³⁸⁶” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 6). Para o risco de falta de soldados, um problema recorrente na segunda metade daquele século, o Anônimo apresenta a seguinte proposta: “que se tenham mobilizados – aparte os que estejam nos registros – grupos de cem ou de cinquenta recrutas com instrução e sustentados com um pagamento menor, precisamente por serem recrutas, de modo que sejam suplantadas as baixas, se as circunstâncias assim o requererem³⁸⁷” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 7). Novamente temos aqui uma proposição da troca de soldados mais experientes e com remunerações maiores por recrutas (*tirones*) que teriam um custo bem menor. Não interessa ao autor o treinamento ou a qualidade desses jovens, mas somente o impacto que poderia ter nas finanças imperiais a escolha de soldados mais baratos. Em termos contemporâneos, é muito mais uma questão de “austeridade” do que realmente militar.

³⁸⁵ “[*militaris ordo stipendiis aliquot peractis ubi ad quinque uel eo amplius annonarum emolumenta peruenerit, ne haec diutius percipiens rem publicam grauet, honesta missione donatus uacans sibi otio gaudeat absolutus: in cuius locum posterior succedens totum numerum per certa temporum spatia expensis grauissimis releuabit*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 3).

³⁸⁶ “[*habitabunt limites, arabunt quae dudum defenderant loca, et laborum Desiderio potiti, erunt ex milite collatores*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 6).

³⁸⁷ “[*scilicet ut centeni aut quinquageni iuniores extra hos qui in matriculis continentur habeantur in promptu armis exerciti et minori [ut minori] utpote tirones, stipendio subleuati, in locum amissorum si res ita tulerit subrogandi*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. V, 7).

O encurtamento da carreira militar dos soldados, portanto, tinha dupla motivação: aliviar os gastos e canalizar veteranos para as fronteiras do império. Como aponta Stephen Johnson em *Frontier Policy in the Anonymous*, essa sugestão se conecta a uma outra defendida no final do manual militar. Ao falar da construção de fortificações de fronteira, o Anônimo assim escreve:

Entre as medidas tomadas no interesse da coisa pública, obrigue que se cuide dos limites que por todos os lados abarcam os extremos do império, cuja proteção atenderão melhor numerosas fortificações, de tal modo que se erijam com muralha estável e torres firmíssimas intercaladas à distância de mil passos. Que se construa essas fortificações de fato com a distribuição de gastos dos proprietários de terra e sem gasto público [...] ³⁸⁸ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XX, 1).

Assim ele trata da proposição da construção de torres e muralhas a cada mil passos nas regiões limítrofes. A ideia é criar um cinturão de defesa a ser financiado pelos próprios proprietários. Como defende Johnson, essa ideia não era original e “muitos dos *centenaria* africanos contêm inscrições mostrando que foram construídos por proprietários das propriedades vizinhas” (JOHNSON, 1979, p. 70). A *innouatio* não está, portanto, nem no fato da proposição do aumento de veteranos e nem na ideia de construir fortificações de fronteira às expensas dos proprietários, mas sim na conjugação das duas ideias. Haveria, portanto, tanto a estrutura física quanto a mão de obra necessária para ocupar tais locais e defender o império sem onerar muito os cofres imperiais.

Em seguida, o Anônimo inicia a série de proposições que, segundo ele, serviriam para lutar contra as *nationes* que circundavam o Império Romano. Nesse quesito, como já discutimos, há uma referência aos povos inimigos que lutavam contra os romanos no período de vida do Anônimo. Esse é, em nossa leitura, um dos pontos da obra que faz uma referência flagrante à situação gerada pelas invasões godas a partir do rio Danúbio em 376 d.C. Após afirmar que tais povos utilizavam de diversos artifícios geográficos para lutar contra os romanos, o manual militar apresenta alguns trunfos para lutar contra esses inimigos. Segundo ele:

Assim, de tal maneira a esses povos, que se defendem bem com essas proteções ou com muralhas de cidades e fortes, atacar-se-á por meio de novas e variadas máquinas de guerra. Mas para que não surja dificuldade alguma na produção destes tipos de armas, juntei ao tratado um desenho realista e colorido das máquinas, de modo que seja fácil imitar sua construção ³⁸⁹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 4-5).

Além dessa referência indireta aos godos, é possível identificar também uma passagem em que fica explícita a luta contra outros inimigos bem recorrentes dos romanos no século IV:

Sem dúvida, os persas, que abrigam o engano em seu ânimo e a cujo corpo assiste o valor mais que a outros povos, terão de ser vencidos com formações em quadrado e

³⁸⁸ “[*Est praeterea inter commoda rei publicae utilis limitum cura ambientium ubique latus imperii, quorum tutelae assidua melius castella prospicient, ita ut millenis interiecta passibus stabili muro et firmissimis turribus erigantur. Quas quidem munitiones possessorum distributa sollicitudo sine publico sumptu constituat...*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XX, 1).

³⁸⁹ “[*ergo huiusmodi nationes, quae aut talibus subsidiis aut ciuitatum castellorumque moenibus defenduntur, diuersis et nouis armorum sunt machinis prosequendae. uerum ne qua difficultas in excitandis armorum generibus oriatur, imaginem tormentorum nihil a uero distantem coloribus adumbratam orationi subieci, ut sit facilis imitandi confectio*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VI, 4-5).

com maior aparato militar. Ali terá que aplicar também toda a capacidade das máquinas que descrevemos, a qual fará frente às forças de um povo astuto e vencerá seus enganos³⁹⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XIX, 4).

Acreditamos que a mesma motivação dada para a proposta de trocar soldados mais experientes e com remunerações maiores pode ser dada para a proposição de *machinae* por parte do Anônimo. Nesse ponto, concordamos com Thompson, para quem o autor do manual “apresenta a sugestão de que a falta de mão de obra da qual o exército sofria poderia ser superada pela mecanização do equipamento militar” (THOMPSON, 1952, p. 49). Essa interpretação ganha mais corpo se retornarmos, por exemplo, ao prefácio da obra, já que lá há referências sobre como as máquinas exigiam poucos homens para operá-las e também se conhecermos algumas definições antigas do termo.

Vitrúvio, autor do *Tratado de Arquitetura*, apresenta uma definição considerada geral quando se trata de máquinas no mundo antigo: “a máquina consiste numa coesa aparelhagem de madeira que proporciona as maiores vantagens para a movimentação de carga³⁹¹” (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X, 1, 1). Tal facilitação teria entre as suas vantagens uma menor demanda humana e, por consequência, um gasto menor com homens, objetivo central de Anônimo. Uma ressalva importante, já que apresentamos a definição de *machina* por Vitrúvio, é a de que enquanto esse autor, que viveu entre os séculos I a.C e I d.C., delimita uma separação entre *machina* e *organum*, sendo que a primeira funcionaria a partir de várias interferências no seu movimento e o segundo de acordo com sua finalidade e mediante o controle de um só manuseador (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X, 1, 1), o Anônimo enquadra todas as suas invenções como *machinae*. Um outro problema muito grande quando comparamos a definição de máquina dada por Vitrúvio e aquela constante no *Sobre os Assuntos Militares* é o de que no texto do tratado são apresentadas ideias de vestimenta (o toracômaco) e lanças. Nesse sentido, é preciso ampliar um pouco o conceito de máquina já reconhecido para entender as ideias apresentadas no manual militar. Acreditamos que seja possível abrir tal definição anterior e englobar qualquer produção material, que possa gerar alguma vantagem em campo de batalha, dentro da definição de *machina* usada pelo Anônimo.

Uma segunda questão que emerge, antes de adentrarmos na descrição e análise dos mecanismos, é a da plausibilidade deles, uma das questões mais polêmicas no estudo dessa fonte. Como estamos avaliando os projetos de futuro construídos pelo Anônimo, pensar na praticidade de seus inventos é essencial. Entre os analistas da obra, existem os inclinados para a posição de total ceticismo a respeito da colocação em prática das ideias do autor, outros que as encaram com confiança

³⁹⁰ “[*Persarum sane gens, cui praeter ceteras nationes et dolus cordi est et corpori suppetit uirtus, quadratis est agminibus et maiori bellorum apparatu superanda; ubi etiam machinarum est omnis quam rettulimus industria proponenda, quae et uiribus resistat et dolos callidae gentis refutet*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XIX, 4).

³⁹¹ “[*Machina est continens e materia coniunctio maximas ad onerum motus habens virtutes*]” (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X, 1, 1).

e aqueles que defendem a praticidade de umas em detrimento de outras. Como exemplo do primeiro grupo, elencamos Mazzarino, já que, na opinião do pesquisador italiano, “esses homens – o autor anônimo [do *Sobre os Assuntos Militares*] que escreveu sob Constâncio II, Juliano, o Apóstata, e muitos outros – amavam seu império ao ponto da loucura” (MAZZARINO, 1966, p. 51). Ou seja, as ideias do Anônimo estavam completamente fora da realidade. Um representante da segunda posição é Mark Hassall, autor de *The Inventions*, que trabalha com a hipótese de que “em todos os casos, elas poderiam ser construídas” (HASSALL, 1979, p. 77). Como representante do terceiro grupo, o nome de maior expressividade é Thompson, que acredita que:

as balistas e carros falcatos³⁹² podem ser desconsiderados como totalmente impraticáveis na forma descrita pelo Anônimo [...], por outro lado, se a liburna poderia ser produzida e usada com resultados satisfatórios na China do século XII, há pouca razão para duvidar que poderia ser produzida e usada pelos romanos (THOMPSON, 1952, p. 78).

Todos eles, porém, têm em comum o fato de enxergarem a fonte a partir de um ponto instrumentalista contemporâneo. Nós, por outro lado, não tomamos esse ponto de partida para analisar as proposições por dois motivos. Em primeiro lugar, acreditamos ser impossível avaliar as ideias do autor por uma perspectiva meramente pragmática porque a tipologia desse tipo de fonte indica que esse caminho é um beco sem saída. Se já aprendemos que os manuais militares não eram exatamente um conjunto de prescrições dadas a comandantes, mas sim artefatos culturais que mostravam como seus autores e públicos pensavam o fenômeno bélico, é inviável evocar uma instrumentalização absoluta desse tipo de texto. Observar tais documentos por um caminho meramente prático corre o risco sério de desvirtuar a tradição textual dos manuais. Em segundo lugar, uma análise que vise a possibilidade ou não de colocação em prática dessas máquinas se centra no resultado e não no processo de elaboração das ideias. Portanto, apesar de mobilizarmos vários desses estudiosos nas próximas páginas, nossa preocupação não é exatamente a deles, já que nosso objeto é o processo de elaboração do projeto de futuro por parte do Anônimo. Essa perspectiva ainda se mostra interessante porque, se existe certa discussão quando se trata de especialistas na obra, boa parte da historiografia militar costuma desprezar esse manual militar de início, por conta de seu “pouco uso prático” (BISHOP; COULSTON, 2006, p.18). Temos aqui também a chance de olhar com mais atenção para uma obra que geralmente passa despercebida.

Um outro ponto importante, que temos de tratar antes de analisarmos as descrições, é o das ilustrações contidas no texto. Já esboçamos o mecanismo de tratamento que damos a ela no capítulo três, ou seja, expomo-las como um mecanismo de auxílio e ilustração para entendermos a

³⁹² De forma genérica, os carros falcatos podem ser definidos como carruagens antigas equipadas com lâminas afiadas. Alexander K. Nefiodkin, autor de *On the Origin of the Scythed Chariots*, afirma que “as carruagens com foices eram um mecanismo usado somente para investir contra a infantaria de um inimigo. Todavia, tais carruagens eram projetadas não somente para um ataque direto contra o inimigo, como também tinham um efeito psicológico ao assustá-lo” (NEFIODKIN, 2004, p. 371). Vide ilustração na página 304.

descrição e configuração das máquinas. Como discutimos também, as cópias mais antigas conhecidas do manual possuem desenhos que possuem grandes diferenças. De nossa parte, e por conta do critério da antiguidade, no que tange às imagens, optamos por reproduzir aquelas constantes no *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*, conhecido também pela sigla C, já que essa é a mais antiga cópia do *Codex Spirensis* que sobreviveu até os dias atuais. É importante observar que de forma alguma estamos atestando que essa cópia contém as imagens fidedignas ao manuscrito original, contudo, dentro das cópias existentes, parece-nos uma escolha coerente. De outra parte, é importante ressaltar também que, se preferimos utilizar o texto do manual a partir das versões críticas de Thompson, Giardina e Sánchez-Ostiz e, portanto, mobilizando boa parte da crítica feita nos últimos séculos ao documento, no que tange às imagens, escolhemos um caminho inverso, já que desconhecemos qualquer tentativa de “reconstrução” das imagens “originais” e, como optamos por uma via de utilizá-las como mecanismo de ilustração das descrições, não pensamos que seja um empecilho à análise³⁹³. Como as imagens precedem as descrições textuais no manuscrito, optamos também por seguir essa ordem aqui. Dito isso, passamos a tratar das propostas de máquinas feitas pelo Anônimo.

A primeira máquina proposta no *Sobre os Assuntos Militares* é uma balista de quatro rodas. A ilustração do manuscrito mostra uma carroça de quatro rodas puxadas por dois cavalos protegidos por catrafactas e dois homens que operam o maquinário.

Figura 01 – Ilustração da *Ballista Quadrerotis*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*³⁹⁴

³⁹³ Acessamos o manuscrito digitalizado no site da *Digital Bodleian* e reproduzimos as imagens constantes do próprio manuscrito. Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021.

³⁹⁴ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

No texto do documento, a máquina é assim descrita:

Modelo de balista, cuja estrutura se mostra ante vossos olhos o preciso desenho. Sobre quatro rodas é transportada com facilidade à batalha, por meio de dois cavalos unidos e encouraçados, pela agudeza do artefato são tantas suas funções, que dispara flechas contra o inimigo por todos os lados, imitando a liberdade e as mãos de um arqueiro. Tem orifícios pelos quatro costados, através dos quais, girando e curvando segundo convenha a situação, resiste com grande facilidade preparada para qualquer ataque. Se bem que mediante um mecanismo de torno colocado na parte frontal se abaixa e se levanta com grande rapidez; seu timão se erige, de forma diferente, volta em giro rápido e fácil até onde seja necessário. Há que saber que esse tipo de balista arremessa de si as flechas por obra de dois homens, tensionadas não com cordas, como as outras, mas sim com hastes³⁹⁵ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VII. 1-6).

No geral, a *ballista* foi uma arma de artilharia bastante utilizada na Antiguidade. Na forma como se apresenta no *Sobre os Assuntos Militares*, ela é uma peça construída para arremessar dardos à maior distância possível. Aqui é preciso dizer que esse significado é fruto de uma transformação semântica ocorrida durante o Principado, pois até aquele momento as *ballistae* eram peças de arremesso de pedras com um só braço. O supracitado Vitruvius, por exemplo, dizia que “nenhuma balista é construída sem que se tenha presente de antemão a magnitude do peso da pedra que esse instrumento deve lançar³⁹⁶” (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X. 11, 1). Como aponta E. W. Marsden em *Greek and Roman Artillery*, “no quarto século d.C., contudo, a palavra *ballista* e seus compostos, *arcuballista*, *carroballista* e *manuballista*, significam mecanismos de atirar flechas” (MARSDEN, 1969, p. 188-189). Ou seja, houve uma inversão semântica entre os termos *catapulta* (*scorpio* ou *onager*) e *ballista* entre os séculos II e III d.C. Essa alteração, segundo Dietwulf Baatz, autor de *The Catapult*, pode “estar conectada com o fim dos velhos lançadores pesados de dois braços, que foram substituídas pelo *onager* de um braço” (BAATZ, 2015, p. 160). No século IV d.C., essa mudança estava consagrada de tal modo que tanto Amiano Marcelino (*Histórias*. XXIII. 4.1) quanto Vegécio (*Compêndio da Arte Militar*. IV, XXII) partilhavam desse novo entendimento.

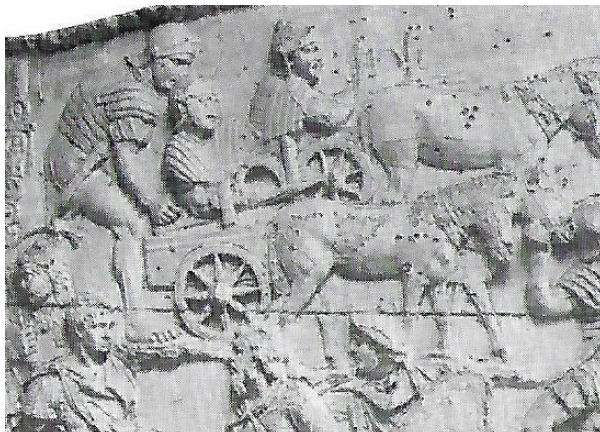
Feito esse esclarecimento, é importante tratar da ideia apresentada por Anônimo aqui. A sua *ballista quadrirotis* é, ao que tudo indica, um modelo de *carroballista*, ou seja, uma balista móvel apoiada sobre um carro. Ela não foi uma novidade do século IV d.C., já que sua existência em Roma

³⁹⁵ “[*Exemplum ballistae, cuius fabricam ante oculos positam subtilis pictura testatur. subiecta namque rotarum quattuor facilitas, duobus subiunctis et armatis equis, ad usus hanc bellicos trahit; cuius tanta est utilitas pro artis industria ut omni latere in hostem sagittas impellat, sagittarii libertatem et manus imitata. habet foramina per quattuor partes, quibus pro commoditate rerum circumducta et flexa, facillime ad omnes impetus parata consistat. quae quidem a fronte cochleae machina et deponitur celerius et erigitur subleuata. sed huius temo in quamuis partem necessitas uocet cita et facili conuersione deflexus erigitur. sciendum est autem quod hoc ballistae genus duorum opera uirorum sagittas ex se non ut aliae funibus sed radiis intorta iaculatur*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VII. 1-6).

³⁹⁶ “[*tamen nulla ballista perficitur nisi ad propositam magnitudinem ponderis saxi, quod id organum mittere debet*]” (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X. 11, 1).

foi atestada por volta do ano 100 d.C., como aponta Marsden (1969, p. 164) e o registro visual desse tipo de arma pode ser encontrado na própria Coluna de Trajano³⁹⁷.

Figura 02 - Carroballista presente na placa 3 da Coluna de Trajano: artilharia em ação.

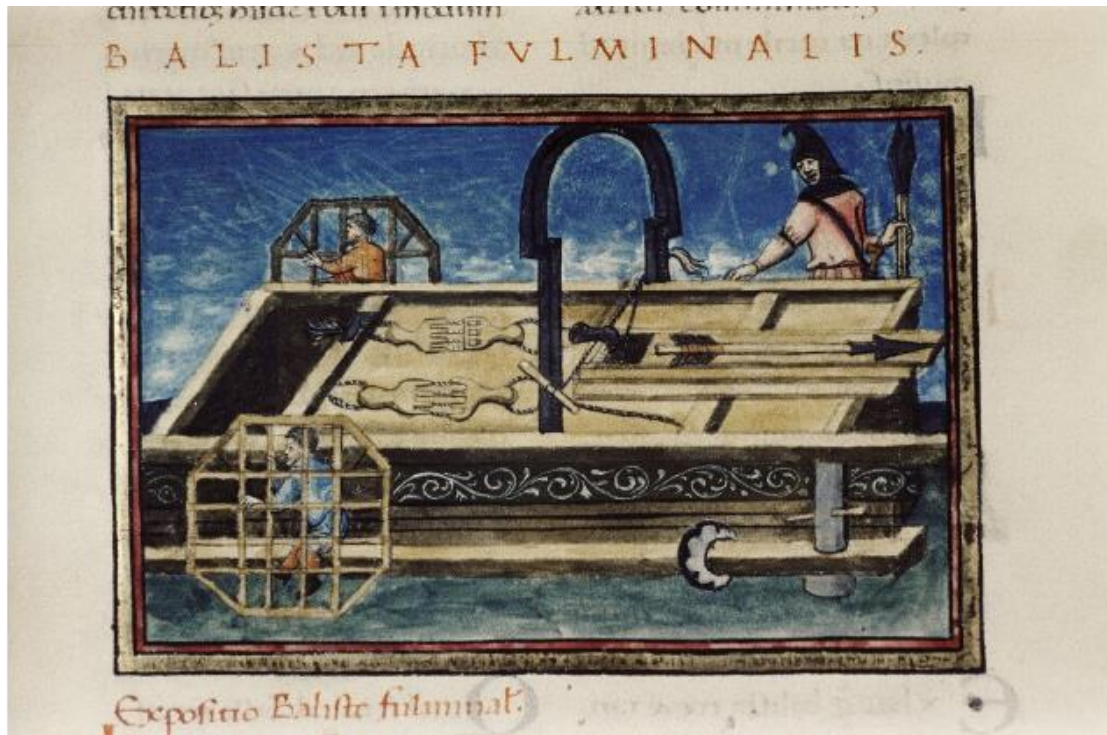


Fonte: Richmond, 1982, p. 61.

Como é possível depreender a partir da comparação entre a descrição do Anônimo e a representação na coluna, existem semelhanças e diferenças entre as duas. Tratam-se de balistas acopladas a carroças ligadas a cavalos com o objetivo de lançar dardos com a presença de dois homens. Todavia, a arma proposta no manual militar apresenta a proteção encouraçada aos cavalos, a possibilidade de lançar dardos pelos quatro lados, um timão que possibilita a elevação ou rebaixamento da arma, o aumento ou diminuição de alcance pela colocação da *cochlea* na frente e a presença de cabos ao invés de cordas. Ou seja, a arma proposta pelo Anônimo traz inúmeras novidades. Muitas ressalvas são apresentadas pelos estudiosos do trabalho, entre eles os já destacados Thompson e Hassall, como a de que esse tipo de arma não funcionaria e seria uma dissonância com a teoria contemporânea que usava a torsão (THOMPSON, 1952, p. 64), ou a de que a maneira como a *ballista quadrirotis* funcionava permanece sem resposta (HASSALL, 1979, p.84). Tais argumentos indicam que havia, de um lado, um claro distanciamento entre as ideias do Anônimo e o que era produzido pelos contemporâneos (e antecessores) e uma quase impossibilidade de encontrar respostas para o funcionamento da arma proposta pelo Anônimo. Por outro, a possibilidade de traçar alguns paralelos entre essa *ballista* encontrada no *Sobre os Assuntos Militares* e armas existentes há séculos, indica que ele se apropriou de máquinas existentes. Se não uma novidade absoluta, há um ineditismo por conta das melhorias técnicas indicadas pelo autor. Essa dualidade fica mais clara quando avaliamos o segundo tipo de balista proposto por ele.

³⁹⁷ Segundo Goldsworthy: “a Coluna de Trajano foi erigida em Roma para comemorar a vitória do imperador sobre os dácios em 106 d.C. e foi ilustrada com cenas que formavam uma narrativa das campanhas” (GOLDSWORTHY, 2015, p. 17).

Figura 03 -Ilustração da *ballista fulminalis*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*³⁹⁸

Trata-se, a princípio, de uma *machina* imóvel e com o objetivo de lançar flechas o mais longe possível. Pela ilustração é possível aventar que se trata de uma arma com um sistema de tensão mais acurado que a anterior. A descrição textual é feita da seguinte forma:

Demonstrou-se por experiência que esse tipo de balista, necessário para a defesa das muralhas, é melhor que as outras por seu impulso e força: posto que, uma vez erguido o arco de ferro sobre o canal pelo qual é lançada a flecha, um robusto cabo de tensão, preso com um gancho de ferro, empurra essa flecha a lançando com grande força contra o inimigo. O tamanho do artefato não permite, todavia, aos soldados recorrer a essa corda pela força dos braços, mas que dois homens tensionam a corda para trás fazendo força sobre as alavancas de dois cabos colocados na parte posterior; dada a dificuldade do assunto, as forças são potenciadas pelo mecanismo. Agora bem, um mecanismo de torno sobe ou abaixa a própria balista, segundo convenha, para dirigir os projéteis mais alto ou baixo. Uma prova de seu admirável efeito é, não obstante, a seguinte: a ação de um só homem – por assim dizer – ocioso maneja o conjunto unido de peças tão diversas, para lançar uma flecha com impulso; é dizer, para que não diminua a eficácia do artefato, se uma multidão de soldados se dedicasse a sua condução. Assim, o projétil lançado desta balista, equipada com tanto e tão engenhosos mecanismos, percorre um espaço tão grande, que pode cruzar inclusive a largura do Danúbio, rio famoso por seu tamanho. Também chamada de fulmínea, prova com seu apelativo os efeitos das forças³⁹⁹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 18, 1-6).

³⁹⁸ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

³⁹⁹ “[*Huiusmodi ballistae genus murali defensionis necessarium supra ceteras impetu et uiribus praeualere usu compertum est: arcu etenim ferreo supra canalem quo sagitta exprimitur erecto, ualidus nerui funis ferreo unco tractus eandem sagitam magnis uiribus in hostem dimissus impellit. Hunc tamen funem non manibus neque uiribus militum trahi fabricae*”

Se a primeira balista era usada como uma arma ofensiva, essa tinha uma função exclusivamente defensiva e devia ser colocada nas muralhas. Seu diferencial para outras armas do tipo estaria no alcance e força das flechas lançadas, já que sua denominação advém de uma derivação do termo *fulmen*, que pode significar quando referido a armas, um indicativo de arma mortal ou de grande ameaça (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 744). Em relação à facilidade para sua operação, do mesmo modo que sua antecessora, trata-se de um mecanismo a ser operado por poucos homens e permite o lançamento por um só. O mecanismo de torno novamente ajuda a movimentar a arma para cima e para baixo, instrumento que Thompson e Reinach assimilaram ao termo *cochlea*, colocado na frente da arma. Em seguida, há uma importante informação sobre a utilização da arma, pois ela seria capaz de atirar projéteis que poderiam atravessar o rio Danúbio. Como vimos anteriormente, durante a segunda metade do século IV d.C., tal rio foi o ponto de entrada de diversas incursões estrangeiras no território romano, especialmente a partir de 376 d.C., quando a chegada de godos se intensificou por conta de uma série de fatores. Aqui, portanto, temos a proposição de uma arma que reafirma o propósito do autor de oferecer instrumentos para que os romanos lutem contra as *nationes* que os acossavam. É notável também a ausência de paralelos entre a proposição do autor e o que era previsto em outros documentos e na prática militar do período, o que denota um ineditismo de ideias aplicado a uma questão fundamental do contexto: a travessia de bárbaros pelo Danúbio.

Se existem duas propostas de balistas na obra, também são apresentadas armas de arremesso: a *plumbata et tribolata* e a *plumbata mamillata*.

ipsius magnitudo permittit, sed retro duabus rotis uiri singuli radiorum nisibus adnitentes funem retrorsum tendunt, pro difficultate rei uiribus machinis adquisitis. Ballistam tamen ipsam ad dirigenda seu altius seu humiliter tela cochleae machina prout uocet utilitas nunc erigit nunc deponit. Hoc tamen mirae uirtutis argumentum; tot rerum diuersitate connexum unius tantum otiosi (ut ita dicam) hominis ad offerendam tantummodo impulsioni sagitam opera gubernat: uidelicet ne, si hominum turba huius ministerio inseruieret, minueretur artis inuentio. Ex hac igitur ballista tot et tantis ingenii artibus communita expressum telum in tantum longius uadit ut etiam Danubii, famosi pro magnitudine fluminis, latitudinem ualeat penetrare. Fulminalis etiam nuncupata, appellatione sua uirium testatur effectum]” (ANÔNIMO. Sobre os Assuntos Militares. 18, 1-6).

Figura 04 – Ilustração da *plumbata tribollata* e da *plumbata mamillata*.



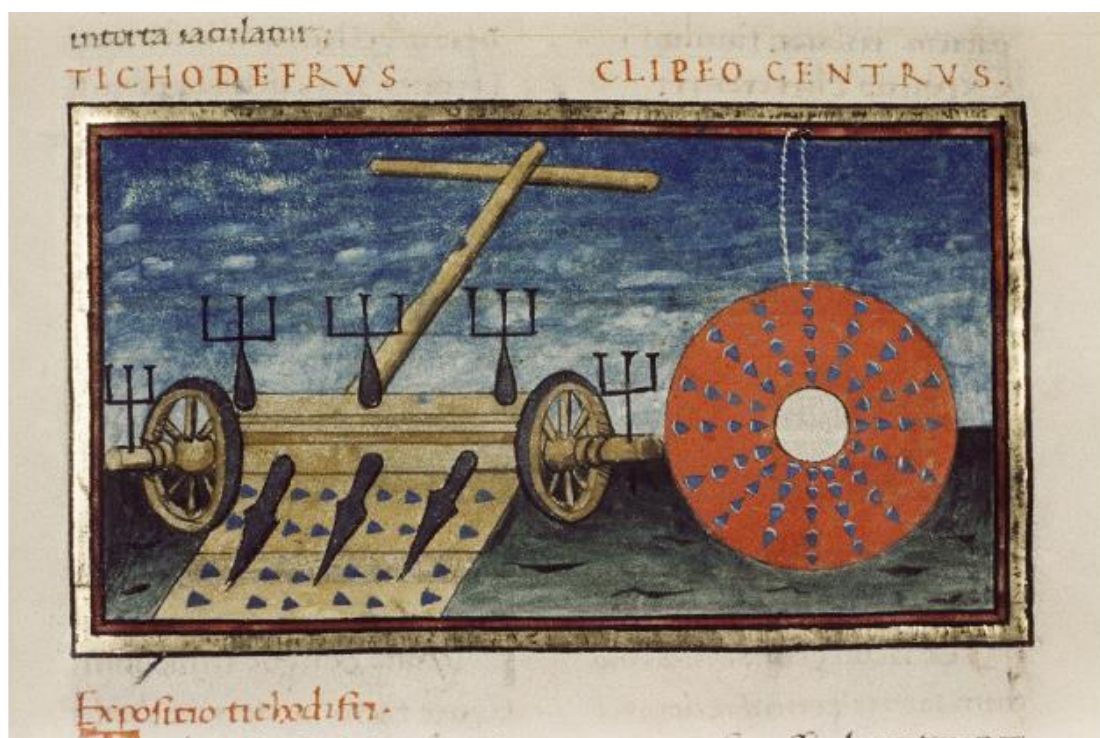
Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴⁰⁰

As duas armas seriam construídas com madeira e uma ponta de metal (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 10, 1-3). As *plumbatae*, contam Southern e Dixon, “um tipo diferente de míssil que apareceu durante o século IV foi a lança com ponta de chumbo, chamada seja de *plumbata* (provavelmente um diminutivo de *hasta plumbata*, significando lança chumbada), ou, como referido por Vegécio, *mattiorbarbulus*” (SOUTHERN; DIXON, 2014, p. 113-114). A grande diferença entre as duas estava na ponta de ferro, a primeira com forma de estrepe e a segunda com um peso de chumbo abaixo de uma cabeça pontuda. A questão é que tais armas não eram necessariamente *innouationes*, já que modelos de *plumbatae* foram encontradas em diversos sítios britânicos” (SOUTHERN; DIXON, 2014, p. 114). Tais propostas não tinha nenhum aspecto de exuberância e nos ajudam a desconstruir a velha ideia de que as máquinas do Anônimo estavam fora de qualquer realidade. Realizada essa ressalva, é importante tratar de outros conteúdos do documento.

Os próximos equipamentos descritos pelo Anônimo possuem uma função complementar entre si: o tiodrifo e o clipeocentro.

⁴⁰⁰ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

Figura 05 - Ilustração do *tichodifrus* e do *clipeocentrus*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴⁰¹

A princípio, as ilustrações mostram uma carruagem com várias lâminas e um grande escudo. Isso nos leva a inferir que eram mecanismos de proteção utilizados para a proteção dos soldados durante o avanço das tropas. A descrição textual é a seguinte:

O tipo de máquina chamado tiodrifo toma o nome de denominação grega por correspondência com sua função, posto que, graças a ele se prepara mais facilmente a ascensão a um muro e tem de se conduzir sempre a frente do avanço de uma balista, para que essa mesma balista manobre de modo mais seguro. Sua construção ou montagem, por isso, terá de se preparar com um projeto útil e adequado. Portanto, esse tiodrifo não se monta muito alto, mas sim muito baixo, para que possa amparar dentro de si o avanço dos que vão a pé: este protege de qualquer incursão aos que estão cobertos dentro dele com duas grades superpostas e fixadas com cravos de fixação, impulsado, isso sim, por duas rodas para deslocar a máquina ocultamente. As extremidades de seus eixos e sua parte dianteira, assim como a zona superior dos lados, estão armados com tridentes e lanças adequadamente adaptadas, para que ninguém tenha possibilidade de atacar por lugares ausentes de defensor, isto é, pela parte superior⁴⁰² (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VIII, 1-4).

O escudo, isto é, o escudo mediano, munido cuidadosamente para sua solidez com pequenos cravos de fixação, considera-se idôneo por diversos motivos: pois em

⁴⁰¹ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

⁴⁰² “[*Tichodifrus quod est genus machinae ex rei suae commoditate Graeca appellatione uocabuli sumpsit exordium, eo quod per hunc facilius in murum parietur ascensus, ante ballistae semper ducendus incessum quo protectior eadem ballista operetur. erit ergo huius quoque compositio uel fabrica utili et commoda inuentione praeparanda. ergo hic idem tichodifrus non altior sed humilior fabricatur ut intra se possit latenter incedentium celare uestigia: qui, duabus superimpositis cratibus fixoribusque confixis, intra se tectos ab omni incursione defendit, duabus sane rotis ad promouendam machinam latenter impulsus. Cuius axium extremitates et frons necnon et superior latitudo fuscinis et lanceis armatur diligenter aptatis, ne aggrendendi cuiquam per uacantia defensore loca, id est superiorem partem, tribuatur facultas*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. VIII, 1-4).

algumas ocasiões cobre a quem o leva e, em outras, colocado na frente do ticodrifio ou amarrado em um carro, protege os que se escondem abaixo do ataque dos que acometem por perto⁴⁰³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IX, 1).

O ticodrifio foi pensado como um mecanismo de solução do velho problema da aproximação de cidades ou fortificações protegidas. A etimologia apresentada no manual, ou seja, a de que ele significa que uma parede pode ser facilmente transposta pelo aparelho não corresponde àquela apresentada por Halsall, para quem o termo “significa literalmente carruagem de parede” (HALSALL, 1979, p. 89). Se é possível apontar certa confusão na denominação, sua função e funcionamento são explícitos, pois devia servir de proteção para o avanço e ataque dos homens em direção a um ponto fortificado inimigo. No capítulo 19, o Anônimo acrescenta que o ticodrifio deve ser guiado por dois homens e diante das setas inimigas, protege os soldados com suas proteções formadas por lâminas afiadas (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 19, 5-6). Essas lâminas, nominadas de tridentes (*fuscini*) e lanças (*lanceae*) estariam presentes na dianteira e na parte superior da máquina para evitar a ofensiva inimiga. A presença de rodas seria muito importante, já que facilitaria bastante o deslocamento em campo de batalha de um instrumento com tantas partes constituintes. Ante a carga defensiva inimiga, a *machina* serviria de proteção para o avanço dos assediadores.

No caso da proposição e descrição do ticodrifio é possível observar novamente que o Anônimo não estava necessariamente propondo novidades não observadas entre seus contemporâneos. Existe uma longa tradição de proposição de equipamentos utilizados para adentrar o território inimigo protegido desde Eneias, o Tático, dos quais os mais conhecidos são o aríete e a tartaruga (ENEIAS, O TÁTICO. *Poliórcética*. XXXII, 3; 11). Vegécio, contemporâneo do Anônimo, propõe o uso de *uineae*, *plutei* e *aggeres*, que apesar de terem uma função parecida, não tem uma constituição similar (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 15). Amiano Marcelino apresenta a descrição de uma arma que ele nomeia de helépolis⁴⁰⁴ e que se assemelha muito à proposição de Anônimo em uma parte de sua obra dedicada às armas utilizadas para abater muralhas. Para Marcelino:

Se forma uma enorme tartaruga, que se reforça com tábuas muito largas, que se fixa com cravos de ferro. [...] Na sua parte dianteira, colocam-se tridentes muito afiados e de grande peso graças a sua estrutura de ferro, de maneira que, tal como expressam os pintores e escultores, com essa pontas agudas, destroça todo aquele que golpeia. [...] Essa máquina tão pesada é conduzida mediante rodas e cordas por um numeroso grupo de soldados que, desde seu interior, empurram-na com todas as suas forças

⁴⁰³ “[*Parma, hoc est modicus clipeus, fixoriis minutis ad soliditatem sui diligenter munitus, uarie habetur idoneus: interdum enim operit gestientem, nonnumquam in fronte tichodriphi oppositus uel in temone suspensus munit inferius latitantes ab incursu comminus uenientum*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. IX, 1).

⁴⁰⁴ É preciso ter muito cuidado com o termo helépolis e seus usos na história militar antiga. Há muitos registros de armas de cerco com esse nome, como a utilizada por Demétrio na guerra contra Rodes ainda no século IV a.C (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. 10. 16, 4). A confusão, ao nosso ver, está relacionada a uma questão semântica, já que, segundo M. Justino Maciel, tal termo “semanticamente quer dizer tomador de cidades” (MACIEL, 2019, p. 539). Portanto, várias máquinas com a função de tomar cidades podem ter tal nomenclatura e, portanto, é necessário conhecer suas descrições para saber do que se trata.

contra a parte mais frágil de uma muralha⁴⁰⁵ (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIII. 4. 11-13).

É possível depreender a mesma função e a mesma composição para as máquinas descritas por Anônimo e Marcelino, com apenas uma diferença: enquanto o segundo propõe uma arma que precisaria da condução de diversos homens, o primeiro explicita que sua versão exigiria de apenas dois. Acreditamos, portanto, que o Anônimo esteja apresentando uma versão de uma arma já conhecida, mas em uma versão que necessita de menos homens para operar, o que novamente vai ao encontro de sua ideia de diminuir gastos a partir da diminuição da mão de obra militar.

Nesse sentido, a apresentação do clipeocentro é complementar, já que ele seria um escudo utilizado principalmente para aumentar a capacidade de proteção dessa máquina, podendo ser usado também por homens a pé. Ao que tudo indica, o clipeocentro possuía um formato circular e sobre isso, “formatos circulares [de escudo] são mostrados na cavalaria e infantaria nos arcos de Galério e Constantino, nos monumentos de Teodósio e nas *stelae* funerárias, talvez significando a adoção da forma germana circular de escudo” (BISHOP; COULSTON, 2006, p. 217). Novamente, há aqui grande consonância entre as linhas gerais apresentadas pelo autor e o que era praticado entre os contemporâneos, mas com novidades. No caso, trata-se da dimensão do escudo, maior por conta da necessidade de proteger uma maior área, seja do tico-drifo ou de alguns soldados em avanço.

Se até agora mostramos engenhos de artilharia e proteção, o próximo grupo elencado no manual militar já apresenta mudanças significativas: o grupo dos currodrepanos. Eles são de três tipos. O primeiro tem uma ilustração em que é possível observar dois cavaleiros conduzidos dois cavalos que puxam o maquinário.

⁴⁰⁵ “[testudo conpaginatur inmanis axibus roborata, longissimis ferreisque clavis aptata [...] onseruntur autem eius frontalibus trisulcae cuspides praeacutae, ponderibus ferreis graves, qualia nobis pictores ostendunt fulmina vel fectores, ut quicquid petierit aculeis exsertis abrumpat. [...] hanc ita validam molem rotis et funibus regens numerosus intrinsecus miles languidiori murorum parti viribus admovet concitis...]” (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIII. 4. 11-13).

Figura 06 – Ilustração do *Currodrepanus*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴⁰⁶

A descrição textual é a seguinte:

O gênero de veículos bélicos desta índole, que aparece dotado de armas anteriormente costumeiras, as exigências da guerra contra os partos o inventaram. Dois homens, cuidadosamente protegidos com fêrrea couraça e armamento, cada um deles montado em um cavalo bem encouraçado, dirigem esse carro ao combate com grande velocidade; sua parte posterior sobre o carro se protege com lâminas que sobressaem em fila, sem dúvida para que a ninguém se ofereça um fácil acesso pelas costas. Adaptam-se aos eixos deste carro umas foices afiadíssimas que em suas costas umas pequenas asas, nas quais se prendem cordas; essas, quando estão soltas, retrocedem as foices ao arbítrio dos cavaleiros e quando são seguras, as levantam ⁴⁰⁷ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 12, 1-2).

Segundo Thompson, o *currodrepanus* é formado a partir da junção do termo latino *currus* (carro) com o termo grego *δρέπανον* (foice) (THOMPSON, 1952, p. 130). Essa primeira versão apresentada conta com dois *equites* montados em seus respectivos cavalos protegidos por catafractas. São descritas lâminas para proteger a parte superior da arma e o costado dos cavaleiros. Todavia, o que mais chama a atenção é a presença das foices, que dão nome ao carro, seguradas por cordas. Se há uma raiz grega no nome do equipamento, é no contexto da história militar grega que encontramos diversos registros desse tipo de arma. Xenofonte, por exemplo, fala dos carros falcatos ao tratar das

⁴⁰⁶ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

⁴⁰⁷ “[*Huiusmodi pugnacis uehiculi genus quod armis praeter morem uidetur instructum repperit Parthicae pugnae necessitas. sed hoc singulis bene munitis inuecti equis duo uiri uestitu et armis <e> ferro diligenter muniti citato cursu in pugnam rapiunt; cuius posterior supra currum pars cultris in ordinem exstantibus communitur, uidelicet ne facilis a tergo cuiquam praebeatur ascensus. Falces uero acutissimae axibus eiusdem currus aptantur in lateribus suis ansulas habentes, quibus innexi funes pro arbítrio duorum equitum laxati quidem explicant, repressi autem erigunt falces*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 12, 1-2).

tropas lideradas por Tissafernes (XENOFONTE. *Anábase*. I. 8, 10). Quando se trata de confrontos envolvendo o que seria a parte oriental do império, são encontrados mais registros, como as *quadrigae*⁴⁰⁸ *falcatae* utilizadas por Arquelau contra Sula (FRONTINO. *Estratagemas*. II. 3, 17). Todavia, durante o período da Antiguidade Tardia parece que não havia o uso desse tipo de carro e Thompson chega a defender que ele nunca teria sido usado na Europa, somente no Oriente Próximo (THOMPSON, 1952, p. 54), uma afirmação um tanto quanto problemática por conta do uso atestado no mundo grego. Se não temos essa certeza, reconhecemos a falta de comprovação.

Bem, se não havia a atestação do uso desse tipo de equipamento no período em que o Anônimo viveu, há um registro no *Compêndio da Arte Militar* dos motivos dos carros falcatos não serem mais utilizados. Segundo Vegécio:

O rei Antíoco e Mitrídates usaram quadrigas falcatas na guerra que, no início, provocaram um grande terror, mas que, em seguida, foram motivo de troça. Com efeito, um carro falcato dificilmente encontra sempre um terreno plano e é travado por qualquer obstáculo ligeiro, sendo capturado se for ferido ou morto um dos cavalos. Mas foram especialmente neutralizados por esta astúcia dos soldados romanos: quando se chegava ao combate, os romanos lançavam tribulos por todo campo; ao chocarem com eles, as quadrigas em movimento eram destruídas⁴⁰⁹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 24).

Esse trecho do texto do autor hispânico é importante não só porque mostra a existência de registros do conhecimento desse tipo de equipamento pelos homens que viveram na segunda metade do século IV d.C., como também mostra que, se não havia um diálogo direto entre as duas obras, existia algum tipo de discussão a respeito desse tipo de tecnologia dentro do império. Não nos parece coincidência que a principal proposta de melhoria do carro falcato por parte do Anônimo tente resolver o principal problema do mecanismo lembrado por Vegécio, ou seja, a dificuldade que esse tipo de veículo encontra em terrenos acidentados ou diante de obstáculos artificiais colocados pelos inimigos (*tribuli*). O currodrepano proposto no *Sobre os Assuntos Militares* possui as foices atadas a cordas justamente para que sejam içadas e descidas segundo a vontade dos condutores do veículo. Novamente é possível perceber que, apesar de não terem seus usos colocados em prática nos campos de batalha, as ideias do Anônimo não se deram em um contexto de meros devaneios dessa figura. Havia uma questão prática reconhecida como existente entre um contemporâneo e o Anônimo tenta encaminhar uma solução.

O currodrepano individual, descrito em seguida, apresenta basicamente a mesma configuração de seu antecessor com a ressalva de que o equipamento é puxado por um só cavalo e

⁴⁰⁸ Segundo Mark Golden em *Sport in the Ancient World*: “*quadriga* ou *quadrigae*, termo latino para uma equipe de carruagem de quatro cavalos” (GOLDEN, 2004, p. 146)

⁴⁰⁹ “[*Quadrigas falcatas in bello rex Antiochus et Mitrídates habuerunt. Quae ut primo magnum intulere terrorem, ita postmodum fuere derisui. Nam difficile currus falcatus planum semper invenit campum et levi impedimento retinetur unoque afflicto aut vulnerato equo decipitur. Sed maxime hac Romanorum militum arte perierunt: ubi ad pugnam ventum est, repente toto campo Romani tribulos abiecerunt, in quos currentes quadrigae cum incidissent deletae sunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 24).

um só cavaleiro. No entanto, o terceiro modelo de carro falcato, o *currodrepanus clipeatus*, apresenta algumas particularidades que merecem ser conhecidas.

Figura 07 – Ilustração do *currodrepanus clipeatus*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴¹⁰

A ilustração mostra apenas um cavaleiro e dois cavalos que conduzem o maquinário. Hassall, que toma as ilustrações como fidedignas, defende que a presença de asas no cavaleiro seria fruto de um engano de interpretação do Anônimo em relação ao *Sobre a Cavalaria* de Xenofonte (HASSALL, 1979, p. 78). A descrição textual é a seguinte:

Essa máquina impressionante possui algumas novidades, pois é de certo modo diferente dos carros anteriores, já que neste caso a parte posterior do carro está equipada com varas automáticas para incitar os cavalos e escudos bordados de ferro afiado e colocados em modo de defesa. É diferente do primeiro carro pela razão de que aqui os dois cavalos não são conduzidos pela perícia de dois homens, mas sim pela de um. Diferencia-se do segundo nesta disparidade: naquele, um só cavalo suporta o peso de um guerreiro e, (...) já que leva o próprio cavaleiro e abarca menos, dado que o leme que leva o jugo está oculto. Neste tipo de carro também é possível, afrouxando os cabos, estender, para o dano dos inimigos, as foices que veem a sobressair do eixo. O cabo, o qual, se solto as foices se estendem e, se seguro, as foices se retraem acima dos eixos, é ligado a um anel fixado à cota de malha na parte exterior ao lado posterior do catafracto; os cavalos vestidos com isso estão munidos contra o incursus de todo tipo de mísseis⁴¹¹ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 14, 1-5).

⁴¹⁰ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

⁴¹¹ “[*Machinae huius admiratio habet nouitatis aliquid; est enim a superioribus curribus quadam parte dissimilis, hic enim posterior uehiculi pars uerberibus spontaneis ad incitandos equos et clipeis acuto ferro circumdati uelut in propugnaculo positus communitur. et est priori quidem curru hac ratione dissimilis, quod hic non ut ibidem duos equos duorum etiam hominum sed unius tantum sagacitas regit. a secundo uero curru hac diuersitate secernitur, quod in illo unus equus et pondus bellatoris subit < * * * > dum ipsum equitem portat et occulto temone iugum trahente minus amplectitur. hic etiam licet conuertere laxatis funibus explicatas falces et ad perniciem hostium longius ab axe porrectas. funis uero, quo laxato aut explicantur falces aut represso super eosdem axes eriguntur, ligatur circulo haerenti catafracto in posterioris lateris parte exteriori, per quod uestiti equi ad omnes telorum muniuntur incursus]*” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 14, 1-5).

A diferença fundamental entre os dois primeiros tipos e esse está na relação cavaleiros e cavalos, mas existem diferenças subsidiárias. Nessa última versão é possível observar: a presença de varas instaladas no carro com o objetivo de incitar os cavalos a correrem, a presença de escudos bordados de ferro e o cabo de suspensão das foices ligado à cota de malha no costado do cavalo, que é manuseado pelo cavaleiro. O grau de novidade apresentado por esse engenho se conecta à reiterada vontade do Anônimo de apresentar propostas para a redução de gastos. Se a capacidade destrutiva dele é muito semelhante ao primeiro currodrepano, esse *clipeatus* necessita de apenas um homem em sua condução e operação. É uma derivação mais econômica do ponto de vista humano de um autor que se propõe a criar melhorias a partir de máquinas já registradas no passado greco-romano.

Se diminuir a quantidade de soldados necessários era fundamental para alívio dos gastos, conservar a vida daqueles que estivessem nas fileiras de infantaria também era. Por conta disso, o próximo engenho proposto pelo Anônimo é voltado para a proteção corporal dos *milites*.

Figura 08 – Ilustração do *thoracomachus*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴¹²

Trata-se do toracômaco, uma vestimenta com a função de garantir a proteção peitoral dos soldados. Segundo o texto:

Entre tudo que em sua previsão para a posteridade, a antiguidade pensou para a experiência bélica, o toracômaco – também um admirável utensílio – alivia o peso e a aspereza das armas. Pois este tipo de vestimenta, que se faz de feltro de forma a proteger o peito humano, a temerosa preocupação fabricou de suaves lãs graças ao magistério da inventiva, de modo que, em primeiro lugar, ao colocar isso, a loriga ou o clíbano ou outras armaduras semelhantes não lastimaram a fragilidade do corpo com a dureza do peso, e em segundo lugar, os membros do que o viu, ajudados por tal alívio, possam fazer frente ao esforço, em momentos críticos do inverno ou da guerra. [...] Assim, como dissemos, uma vez que o soldado colocou o toracômaco – que toma o nome da denominação grega da proteção do corpo - também os calçados, isto é, os calçamentos, as grevas de ferro, colocou o elmo, o escudo e ainda a espada

⁴¹² Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

na lateral e empunhou a lança, estará completamente armado para entrar em luta terrestre⁴¹³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 15, 1-4).

O toracômaco é, portanto, uma espécie de vestimenta a ser usada no corpo para protegê-lo da fricção dos pesados equipamentos. Além disso, ele também parece servir como uma proteção contra mísseis lançados pelos adversários. Como relata Amiano Marcelino ao tratar de sua fuga de Amida, os soldados romanos já dispunham de uma roupa de linho a ser usada sob o elmo, o *cento* (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XIX. 8, 8). Portanto, novamente é possível observar a existência de antecedentes tecnológicos que o Anônimo apenas desenvolve para oferecer soluções à proteção dos homens.

Se a questão fluvial foi lembrada na proposição da *ballista fulminalis*, ela foi tocada também quando o Anônimo tratou da travessia dos rios e sua dificuldade. Como solução ele apresenta o ascogéfiro.

Figura 09 – Ilustração do *Ascogefyrus*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴¹⁴

A ilustração permite vislumbrar o que parece ser uma ponte provisória fixada com pregos nas margens. A presença de dois folios indica também que, em algum momento, algo seria preenchido com ar. A descrição textual é a seguinte:

⁴¹³ “[*Inter omnia quae ad usum bellicum prouida posteritatis cogitauit antiquitas, thoracomachum quoque mira utilitas ad leuamen corporis armorum ponderi et asperitati subiecit. hoc enim uestimenti genus, quod de coactili ad mensuram et tutelam pectoris humani conficitur, de mollibus lanis timoris sollicitudo sollertia magistra composuit, ut hoc inducto primum lorica uel cliuanus aut his similia fragilitatem corporis ponderis asperitate non laederent: membra quoque uestientis inter armorum hiemisque discrimen tali solacio adiuta labori sufficient. [...] hoc igitur, ut diximus, thoracomacho inducto, — qui Graeca appellatione ex tuitione corporis nomen assumpsit, — soccis etiam hoc est calciamentis et ferratis ocreis inductis, superposita galea et scuto uel gladio lateri aptato, arreptis lanceis, in plenum pedestrem subiturus pugnam miles armabitur*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 15. 1-4).

⁴¹⁴ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

Para que os obstáculos dos rios não impeçam a necessária marcha do exército – o que acontece muitas vezes –, a engenhosa necessidade descobriu para essa eventualidade um remédio realmente simples e extraordinariamente eficaz, que se fabrica do seguinte modo. Com peles de vitela produzidas segundo a arte dos árabes, – pois eles têm especial necessidade de fabricá-las, já que têm de tirar com odres a água dos poços – pois, como se disse, cozidas cuidadosamente, fazem-se odres de três pés e meio de tamanho, de tal modo que inchados de ar que não fiquem protuberantes, mas uma espécie de equilíbrio do próprio enchimento dos odres produza umas superfícies planas; graças a umas correias unidas por debaixo aos costados se juntam uns com os outros; por cima se colocam uns ganchos de uma parte nas anilhas que sobressaem de outra: e assim a totalidade, unida em forma de ponte, é desdobrada em peças. Mas essa mesma obra se desdobrará até a outra margem mais facilmente na diagonal por conta da força da corrente e, por meio de pequenas pás fixadas em ambas as margens e de cabos, estendidos na parte central sob os odres para sustentar o peso dos que avançam e nas margens por cima para sustentar o peso, em breve espaço de tempo permitirá seguir com essa espécie de aparato novo e original para cruzar o rio. Temos de tomar cuidado para que sobre a junção dos odres se estendam cobertores sob os pés de quem passa, para que as peles escorregadias pelo tipo de trabalho não prejudiquem a estabilidade de quem passa. Ainda, em cada uma das margens serão colocadas balistas de mão para que uma força hostil não impeça o que trabalho na ponte⁴¹⁵ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 16, 1-5).

Aqui é descrita uma solução para situações de travessias de rios por parte das tropas em marcha. Como já sabemos, esse foi um problema verificado em alguns momentos da segunda metade do século IV d.C., como por exemplo, a difícil travessia do rio Tigre pelas tropas lideradas por Joviano em julho de 363 (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 6. 14-15), que acelerou a negociação de paz com Sapor II e gerou um acordo com flagrantes desvantagens aos romanos (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXV. 7. 11). Nas *Histórias* de Marcelino é possível inclusive encontrar outras passagens em que a preocupação com a construção de pontes provisórias é verificada e a necessidade de atravessar rios durante a expedição contra o Império Persa tem pelo menos mais uma referência no texto do autor (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 3, 11). Além dos eventos na fronteira persa, temos de lembrar que ocorreram episódios envolvendo a travessia de rios pelos exércitos também no Reno e no Danúbio. Portanto, tal questão encontrava ressonância entre os romanos contemporâneos do Anônimo. Mais ainda, existiam artifícios para construir pontes portáteis,

⁴¹⁵ “[Ne interdum necessario itineri exercitus fluuiorum, — quod plerumque euenit, — occursus impediat, remedium ad hanc rem et compendio facile et usu praecipuum reperit ingeniosa necessitas, quod tali ratione componitur. uitulinis pellibus Arabica arte mollitis, — est enim apud eos praecipua confectionis cura propter aquam de puteis follibus hauriendam, — his igitur ut dictum est, diligenter sutis, fiunt utres in magnitudinem trium et semis pedum, ita ut cum idem utres spiritu inflati tumuerint non extollant uterum sed aequalitate quadam plenitudo ipsa utrius spatia plana perficiat, ex quorum lateribus loris subter adnexis inuicem colligantur; desuper autem una parte circulis exstantibus ex altera immittuntur uncini: et ita in formam pontis asociata, partibus explicatur integritas. sed hoc idem opus obliquo fluuii propter impetum meatus facilius usque ad alteram explicabitur ripam; quod fixis in utraque ripa ferreis palis, et funibus ualidis in medio quidem sub ipsis utribus propter incedentium sustinendum pondus, in marginibus autem firmitatis gratia desuper extensis, transeundi per fluuium nouo quodam et peregrino itineris apparatu intra breue temporis spatium praebit liberam facultatem. admonendi praeterea sumus quod super utrius compaginationem cilicia sunt incedentium substernenda uestigiis, ne lubrica pellium confectio insistendi deneget firmitatem. in utraque tamen ripa erunt manubalistae dispositae ne hostilis manus pontem operantibus impedimento consistat]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 16, 1-5).

com a implementada por Juliano de juntar navios (AMIANO MARCELINO. *Histórias*. XXIV. 3, 11), algo que Vegécio também anuncia como uma prática antiga (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 25).

Se já existiam registros de pontes portáteis, “a novidade da ideia do Anônimo, então, deve repousar somente no método de construir sua ponte” (THOMPSON, 1952, p. 59). A ideia central de sua proposição é a de construir odres de couro de vitela com mais ou menos um metro⁴¹⁶ a serem enchidos de ar e unidos com correias e presos por ganchos. Depois de desdobrada até a outra parte do rio (de preferência na posição diagonal) e afixada, as junções dos odres deveriam ser cobertas para que os soldados não escorregassem durante a passagem. Um último ponto importante descrito é o da necessidade de manutenção de homens com *manuballistae* nas duas margens com a missão de salvaguardar a passagem. Apesar de existir certos precedentes que lembram essa ideia apresentada, sendo a mais famosa aquela apresentada por Xenofonte (*Anábase*. III. 5, 7-12), aqui observamos o mesmo padrão verificado nas propostas de máquinas propostas anteriormente. Novamente, diante de uma carência contemporânea, o Anônimo parte de mecanismos que já existem e propõe uma nova máquina.

O último invento a ser tratado em nosso trabalho trata especificamente da guerra naval, parte da arte da guerra antiga com menos destaque no manual⁴¹⁷. Essa pouca relevância, em nossa leitura, está possivelmente relacionada a questões contextuais, pois, como já antevemos, as batalhas que envolveram os romanos durante a segunda metade do século IV d.C. ocorreram em campo aberto ou em escaramuças envolvendo a infantaria. Aqui existe um paralelo interessante com o *Compêndio da Arte Militar*, já que o autor desse manual afirma o seguinte: “acerca das artes deste tipo de [naval] pouco deve ser dito, pois, já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava com as nações bárbaras⁴¹⁸” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31). Se é possível dizer que havia pouca necessidade do uso dessa parte da arte militar, não era possível negligenciar totalmente esse tipo de conflito. O Anônimo apresenta assim uma proposta de navio.

⁴¹⁶ O pé romano, segundo Monteiro, equivaleria a algo entre 0,2942 e 0,2957 metros (MONTEIRO, 2009, p. 382) e para Sánchez-Ostiz seria o equivalente a 0,298 metros (SÁNCHEZ-OSTIZ, 2004, p. 65).

⁴¹⁷ O próprio Vegécio apresenta uma diferenciação da arte da guerra antiga em: cavalaria, infantaria e marinha (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, I).

⁴¹⁸ “[de cuius artibus ideo pauciora dicenda sunt quia iam dudum pacato mari cum barbaris nationibus agitur terrestre certâmen]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31).

Figura 10 – Ilustração da *liburna*.



Fonte: *Codex Oxoniensis Canonicianus lat. Misc. 378*⁴¹⁹

A ilustração mostra um navio com rodas de pás, bois presos a mecanismos circulares e velas içadas. A descrição textual elucida o funcionamento da *machina*:

A liburna, idônea para as guerras navais, a qual, pela sua magnitude, proibia a imbecilidade humana de ser executada pelas mãos, em qualquer lugar a utilidade chama à facilidade, o recurso do engenho impele ao poder apoiado na força dos animais. Em seu porão ou convés, bois unidos de dois em dois às máquinas fazem girar umas rodas atadas às laterais do navio, das quais sobre o entorno ou círculo os raios se elevam pelas mesmas correntes da roda ao modo de remos quando essas rodas giram, atuam com uma espécie de efeito engenhoso e com o impulso que produz movimento. Não obstante, essa mesma liburna, devido a sua massa e aos mecanismos que operam dentro dela, trava combate com tão furiosas forças que destroça facilmente todas as liburnas inimigas que se aproximem⁴²⁰ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 17, 1-3).

Um primeiro ponto importante é definir esse navio conhecido como liburna. Como lembra Michel Reddé, na obra *Mare Nostrum. Les infrastructures, le dispositif et l'histoire de la marine militaire sous l'empire romain*, “as características navais da liburna não são dadas com precisão pelos textos literários[...]. Entre um certo número de autores antigos, de fato, a palavra

⁴¹⁹ Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/ca49c07b-cfb5-41cc-ab66-c215e1268a05/surfaces/65bd345c-e252-4de1-b4a5-b857d1cbda75/>. Acesso em: 22/06/2021

⁴²⁰ “[*Liburnam naualibus idoneam bellis, quam pro magnitudine sui uirorum exerceri manibus quodammodo imbecillitas humana prohibebat, quocumque utilitas uocat ad facilitatem cursus ingenii ope subnixa animalium uirtus impellit. in cuius alueo uel capacitate bini boues machinis adiuncti adhaerentes rotas nauis lateribus uoluunt, quarum supra ambitum uel rotunditatem exstantes radii currentibus iisdem rotis in modum remorum aquam conatibus elidentes miro quodam artis effectum operantur, impetu parturiente discursum. haec eadem tamen liburna pro mole sui proque machinis in semet operantibus tanto uirium fremitu pugnam capescit ut omnes aduersarias liburnas comminus uenientes facili attritu comminuat*]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. 17, 1-3).

liburna parece abarcar realidades muito diversas e designam, de forma geral, todas as galeras, sem consideração de sua classe” (REDDÉ, 1986, p. 106-107). Ou seja, a princípio, trata-se de um termo demasiadamente genérico e plástico durante boa parte da história militar romana. Ao verificarmos a historiografia especializada e as fontes nos deparamos com um fenômeno que se assemelha muito àquele verificado quando estudamos as *ballistae*. Indício disso é a clara oposição entre a definição da liburna durante o Principado mencionada, por exemplo, por Le Bohec, segundo o qual, tal embarcação era mais leve do que trirremes (LE BOHEC, 2004, p. 173) e as fontes do quarto século, como Vegécio, para quem a marinha se dividia entre *liburnae* e *lusoriae*, sendo essas últimas mais ligeiras (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1). As liburnas passam de embarcações mais ligeiras para mais pesadas. Essa perspectiva de Vegécio⁴²¹ nos parece muito mais próxima daquela do Anônimo, já que esse último aponta a massa (*moles*) e máquinas (*machinae*) desta liburna como responsáveis por destruir (*comminuere*) as naves inimigas, o que denota certa capacidade. O único outro paralelo encontrado em fontes do período é o daquele traçado por conta de uma pequena semelhança de alguns mecanismos da liburna do Anônimo com contadores de distância marítima descritos no *Tratado de Arquitetura* (VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. X. 9, 5 -6). Dito isso, é importante conhecer as *innouationes* propostas no manual escrito pelo Anônimo.

A primeira novidade enunciada é a do uso de animais para gerar a energia necessária para movimentar a embarcação. Os bovinos seriam colocados no porão ou convés atados de dois em dois e o giro deles iniciaria uma cadeia de movimentos até as rodas dotadas de remos (rodas de pás) colocadas em contato com a água. O princípio que faria essa transferência de energia seria, segundo Thompson, uma combinação de moinhos movidos por animais e moinhos de água verticais (THOMPSON, 1952, p. 50). Combinação porque se usaria diversos mecanismos do segundo tipo de moinho, mas com a geração de energia sendo feita pelos animais e não pela água corrente. Como aponta Phillipe Fleury, em *La liburne automotrice du De Rebus Bellicis*: “o esquema mecânico é exatamente o mesmo daquele da liburna, mas com uma inversão da direção de aplicação da força motriz” (FLEURY, 2010, p. 82). Tais navios, se construídos, poderiam chegar a mais de cinco nós de velocidade, o que estava dentro da média das embarcações antigas (FLEURY, 2010, p. 93). Contudo, já deixamos claro que não desejamos verificar a plausibilidade da colocação em prática das ideias do autor, mas sim o processo de elaboração das mesmas e a mobilização temporal feita pelo Anônimo. Nesse ponto, aqui resta demonstrado, mais uma vez, que essa *innouatio* novamente parte de

⁴²¹ Vegécio também apresenta uma versão para a introdução das liburnas no exército romano, remetendo aos navios utilizados por tropas auxiliares da Libúrnica sob Otávio em Ácio (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 33). Portanto, é muito difícil delimitar especificidades desse tipo de barco somente pela designação dada e se mostra melhor entender os elementos da descrição.

tecnologias existentes para criar uma possibilidade de ação inédita diante de uma carência de orientação respaldada entre os contemporâneos.

Essas propostas, geralmente subestimadas pelos estudiosos da obra diante de uma pretensa implausibilidade de construção e uso efetivo bélico das mesmas, também são colocadas como uma espécie de sistema pelo autor do manual militar. Para ele:

Dessa forma, imperador invicto, também duplicarás a força de teu exército com esses inventos de máquinas, opondo as incursões inimigas não só pela força humana, mas também pelo engenho das artes, com ânimo sagaz encontrarás máquinas que serão efetivas em todos os elementos. Pois se ocorrem enfrentamentos em terra contra a audácia de inimigos em desespero, perseguirás as tropas em fuga em campo aberto com carros falcatos; se a temeridade oculta tente subir o muro, experimentará a confiança da balista antes que chegue; se em qualquer lugar o curso dos rios impedir o movimento do exército vitorioso, a invenção da ponte peculiar socorrerá. Assim, se o inimigo em fuga ocupa os mares em batalha naval, pelo novo engenho de velocidade terrestre, de tal modo pelo caminho das rodas e pelo avanço dos bois, a liburna que atravessa pelas ondas restituirá a vitória sem atraso. Pois, quem resistirá a estas forças, as quais são fortalecidas por veículos terrestres e possui o benefício de facilidade do navio? Além disso, a *ballista fulminalis* será a guardiã das felizes fronteiras, a qual, buscará quanto menos armada do serviço dos homens, tanto mais pela virtude do engenho; Assim, qualquer força nela poderia aportar muitas vantagens à tripulação, as quais foram concedidas pelo engenho das artes⁴²² (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XVII, 7-11).

Ou seja, existe uma linha lógica bem interessante para a colocação em prática das ideias do autor do manual. Primeiro, diante da incursão inimiga em campo aberto, os currodrepanos devem servir para perseguir os bárbaros. Segundo, se os algozes tentarem subir as muralhas, as balistas servirão de remédio. Terceiro, se o exército romano precisar atravessar rios para enfrentar adversários, o ascogéfiro será útil. Quarto, se os invasores buscarem refúgio nos navios, a liburna é que será posta em ação. Por último, como uma espécie de mecanismo de manutenção, a *ballista fulminalis* será a garantidora das fronteiras. O toracômaco pode ser utilizado em todas essas fases, apesar não ter sido lembrado no trecho acima. Dessa forma, o Anônimo colocava em pé uma série de soluções para aquilo que ele considerava os principais desafios militares contemporâneos. Isso é reafirmado novamente na obra, quando o autor tenta propor como suas ideias de inventos deveriam ser usadas em campo de batalha. É interessante que ele propõe um total protagonismo às máquinas que deveriam ser colocadas entre as colunas de homens. Segundo o Anônimo:

⁴²² “[*His igitur, inuicte imperator, machinarum quoque inuentionibus communitam potentiam inuicti duplicabis exercitus, hostium incursibus non ui solum et uiribus obuindo sed etiam artis ingenio, maxime cum animi sagacitate per omnia elementa machinas reppereris ualituras. nam siue terra sint subeunda discrimina contra desperati hostis audaciam, falcatis curribus per aperta camporum fugientium agmina persequeris; siue murum subire temptauerit oculta temeritas, experietur ballistae fidem antequam ueniat; aut si uictricem exercitus cursum fluuiorum uspiam meatus impedit, portatilis pontis peculiaris succurret inuentio. quod si nauali bello terras fugiens maria hostis obsideat, nouo celeritatis ingenio terrestre quodammodo ritu rotis et bubus subacta fluctibus liburna transcurrens restituet sine mora uictoriam. quis enim huius uiribus resistet, quae et terrestri uehiculi nititur firmitate et habet de nauigii facilitate remedium? erit praeterea fulminalis ballista felicum limitum custos, quae quanto minus ad armandam se uirorum ministerium quaerit, tanto est ingenii uirtute praestantior; quicquid enim opis in ea numerosior manus afferre potuisset, id sibi artis ingenio dotata largitur]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XVII, 7-11).*

Quando o aparato militar trave combate, para que a força não fique diminuída pela grande turba de soldados e pela confusão das linhas, convirá que o general ordene os espaços com colunas de três em três, de tal maneira que cada coluna se componha tão só de mil homens, para que a multidão aglomerada, e aumentada pelas tropas auxiliares para sua própria perdição, não seja esmagada por suas próprias forças⁴²³ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XIX, 1).

Acima é possível observar que os soldados assumem, no que tange aos combates, um papel de coadjuvantes ante a importância atribuída às máquinas. Além disso, ele deixa explícito que os soldados poderiam ser esmagados pelo seu próprio número. Ou seja, para além da questão financeira, a crítica do autor aos soldados também tem um fundo militar. A grande multidão de homens em campo era um estorvo a ser diminuído e o melhor caminho para fazê-lo é adotando o uso de máquinas sistematicamente. É perceptível também que o Anônimo sustentava suas reformas em detrimento de um grupo político-militar muito importante do século IV: o dos *milites*. Aqui novamente está colocada a posição de alguém que havia ocupado o posto de curial e que conhecia de perto os soldados que passavam pela província e tinha certa aversão a eles.

O encerramento do manual se dá com o apontamento de mais um problema identificado pelo autor e uma proposta de solução que dependeria exclusivamente do imperador. Segundo o texto:

Pela providência divina, sacratíssimo imperador, preparas a defesa interna e externamente da coisa pública, resta à tua serenidade um remédio para as preocupações dos cidadãos, e dessa maneira ilumines com um juízo da dignidade augusta as sentenças confusas contrárias à lei e elimines o litígio da improbidade⁴²⁴ (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XXI, 1).

Assim como a questão dos governadores de província, a solução apresentada sobre este assunto envolve apenas a ação do imperador para sanar sentenças contrárias à lei e o litígio da improbidade. Ao que tudo indica, segundo aponta Jill Harries em *Law and Empire in Late Antiquity*, a ambiguidade e as confusões eram uma reclamação comum no período e, “os imperadores, uma vez convencidos do mérito da sistematização da lei, tomaram o crédito para si de tratar do problema” (HARRIES, 1999, p. 09). A codificação de lei se tornou, em decorrência disso, um projeto por busca de prestígio por parte deles ao mesmo tempo em que visava resolver problemas práticos. Acreditamos que o pedido do Anônimo esteja inserido nesse contexto de sistematização legal por parte dos governantes máximos do Império Romano. Possivelmente, não como causa geradora do processo de elaboração dos códigos que se seguiram, mas como indício de um processo em andamento naquele momento.

⁴²³ “[Cum bellicus apparatus prouocet certamina, ne turba militum confusis ordinibus uirtus compressa minuat, conueniet ducem spatia ternis agminibus ordinare, ita ut singula quaeque agmina duobus tantum uirorum milibus instruantur ne compressa populositas, in perniciem propriam auxiliis abundans, suis copiis opprimatur]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XIX, 1)

⁴²⁴ “[Diuina prouidentia, sacratissime imperator, domi forisque rei publicae praesidiis comparatis, restat unum de tua serenitate remedium ad ciuiliu curarum medicinam, ut confusas legum contrariasque sententias, improbitatis reiecto litigio, iudicio augustae dignationis illumines]” (ANÔNIMO. *Sobre os Assuntos Militares*. XXI, 1).

O Anônimo, como vimos, apresentou diversas *innouationes* a fim de dar soluções aos problemas administrativos, financeiros e militares enfrentados pelo imperador. No entanto, como tivemos a oportunidade de estudar, suas propostas não eram quimeras da cabeça de um *curialis*, mas possuíam respaldo nas inquietações militares romanas do contexto, já que partiam de carências existentes e misturavam elementos conhecidos da história militar romana para criar *innouationes*. Longe das interpretações usuais sobre as ideias de seu autor, o *Sobre os Assuntos Militares* se apresenta como um documento muito importante não só para identificar as representações de um autor que viveu no século IV dos problemas e as origens dos problemas do império, mas também é muito interessante para se pensar o processo de construção de soluções e a ordenação temporal operada naquele período entre autores de manuais militares. Empreendemos agora, antes de construirmos uma síntese, uma análise sobre o projeto de futuro, ou melhor, o presente do futuro, na forma como ele se apresenta no outro manual militar estudado: o *Compêndio da Arte Militar*.

Como já adiantamos em algumas ocasiões desse trabalho, ao analisar o conteúdo do *Compêndio da Arte Militar*, deparamo-nos com um texto que propõe diversas *innouationes* ao imperador. No entanto, como já tratamos também, tais ideias se formavam como uma tentativa de recuperar as *consuetudines antiquae*. Ou seja, a ideia de *innouatio* presente na obra de Vegécio era inicialmente uma proposta de restauração dos antigos costumes. Isso é plenamente verificável ao lermos o seguinte trecho da obra:

Portanto, devemos retornar o antigo costume, a partir dos livros de História ou de outros. Mas estes narram somente as façanhas e as peripécias das guerras, deixando de lado como conhecidos estes assuntos que nós agora investigamos. Na verdade, os Lacedemónios, os Atenenses e outros Gregos expuseram muitas matérias em livros a que dão o nome de tática, mas nós devemos pesquisar o sistema militar do povo romano, que alargou o seu império a partir de territórios pequeníssimos quase até às regiões do sol e aos confins do próprio mundo. Esta necessidade obrigou-me, consultados os autores, a dizer o mais fielmente possível neste opúsculo aquelas coisas que o célebre Catão-o-Censor escreveu sobre o sistema militar, aquilo que Cornélio Celso e Frontino pensaram que devia ser exposto, aquilo que Paterno, um defensor zelosíssimo do direito militar, redigiu em livros, aquilo que foi estabelecido pelas constituições de Augusto, de Trajano e de Adriano. Com efeito, eu não me arrego nenhuma autoridade, apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas⁴²⁵ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

O pedaço do texto referenciado acima, apesar de estar redigido em um capítulo do manual devotado à marcação dos recrutas (*tirones*), é muito importante para toda a estruturação dos projetos

⁴²⁵ “[De historiis ergo vel libris nobis antiqua consuetudo repetenda est. Sed illi res gestas et eventus tantum scripsere bellorum, ista quae nunc quaerimus tamquam nota linquentes. Lacedaemonii quidem et Athenienses aliique Graecorum in libros rettulere complura quae tactica vocant, sed nos disciplinam militarem populi Romani debemus inquirere, qui ex parvissimis finibus imperium suum paene solis regionibus et mundi ipsius fine distendit. Haec necessitas compulit evolutis auctoribus ea me in hoc opusculo fidelissime dicere quae Cato ille Censorius de disciplina militari scripsit, quae Cornelius Celsus, quae Frontinus perstringenda duxerunt, quae Paternus, diligentissimus iuris militaris assertor, in libros redegit, quae Augusti et Traiani Adrianique constitutionibus cauta sunt. Nihil enim mihi auctoritatis assumo sed horum quos supra rettuli quae dispersa sunt velut in ordinem epitomata conscribo]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

de Vegécio. Aqui há uma referência à *consuetudo antiqua* e o uso do verbo *repetere*. Ou seja, o autor está enunciando que seu projeto é uma tentativa de repetir o costume militar antigo no que diz respeito à questão dos *exercitia cotidiana armorum* a partir dos *libri historiae*. A partir dessa referência aos livros do passado e como eles ensinam os exercícios cotidianos dos exércitos, ele salta dessa questão específica para todo o conteúdo de seu documento militar. Citando os gregos, mas menosprezando os conhecimentos das obras escritas sob a designação de tática, ele passa a defender a *disciplina militaris* especificamente romana, já que ela foi capaz de dominar quase todo o mundo. Para tal, ele cita algumas fontes: Catão, Cornélio Celso, Frontino, Paterno e as constituições de Augusto, Trajano e Adriano. Como já tivemos a oportunidade de estudar anteriormente, para além desses nomes, existem citações a Virgílio, Salústio e Terêncio. Isso é indicativo, segundo Monteiro, autor de *Vegécio e os sons da reforma militar romana: por um futuro cheio de passado!*, de que “Vegécio não tem a intenção de criar uma obra original, mas mais a selecionar entre os maiores tratadistas militares do passado a informação que considera relevante para o preenchimento das lacunas evidenciadas pelo exército romano dos finais do séc. IV” (MONTEIRO, 2008, p. 18). O pesquisador português aponta aqui a chave fornecida pelo próprio Vegécio.

É nesse ponto que o trabalho de Lendon, fundamental na própria gestação da atual pesquisa, ajuda-nos a questionar essa perspectiva. Como já tivemos a oportunidade de saber, o historiador estadunidense, ao trabalhar com a questão da inovação militar no mundo clássico, defende que ela, entre os autores de manuais militares antigos, não mirava o futuro original ou a mera reprodução dos métodos contemporâneos, mas sim olhava para o passado e tentava recriar o que já fora feito. A palavra que descreveria tal processo seria a *aemulatio*, definida por ele como uma emulação competitiva, em que os “escritores contemporâneos leem seus reverenciados autores mais antigos e exercitam sua criatividade em fazer a mesma coisa melhor” (LENDON, 2005, p. 314). Apesar de acharmos que a *aemulatio* não se encontra plenamente configurada no processo de composição do *Sobre os Assuntos Militares* e, portanto, não era algo comum a todos os autores de manuais militares antigos, ela é muito interessante para pensarmos a obra de Vegécio. Esse *topos* não estava circunscrito somente aos manuais militares e à literatura técnica e, graças a essa grande amplitude de utilização, é possível entender a *aemulatio* a partir de outras tradições literárias. Gonçalves, ao analisar os poemas de Prudêncio Clemente, mostra que as tradições literárias do passado são tomadas como ponto de partida e não de chegada para a produção de seus discursos (GONÇALVES, 2020, p. 20). Feita essa observação e voltando à análise de Monteiro, ele diz que “Vegécio não distribui as suas fontes ao acaso: ele organiza-as, adapta-as, alarga-as, completa-as, por vezes manipula-as, de modo a conseguir desenhar um mosaico relativamente coerente e fiel aos seus interesses das matérias que pretendia recordar ao imperador” (MONTEIRO, 2008, p. 18). Ou seja, Vegécio toma o conteúdo das obras que chegaram até ele, mas exerce um trabalho de elaboração

sobre elas, já existem critérios subjetivos para seu processo de organização, adaptação e até mesmo manipulação de fontes. Mas qual seria o ponto de partida de Vegécio?

Em nossa leitura, essa é uma questão fundamental para o entendimento da obra, pois enquanto o próprio autor enuncia o ponto de partida equivalente ao ponto de chegada, o papel do historiador é mostrar como a própria construção da obra mostra que existem incoerências entre as duas coisas. Para tal, vejamos o modelo (ponto de partida e aparente ponto de chegada) a partir do qual o autor defende a superioridade militar romana. Logo no primeiro capítulo do primeiro livro da obra é assim enunciado: “Na verdade, nós vemos que o povo romano submeteu todo o mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pela experiência do exército⁴²⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 1). O espaço de experiência e o horizonte de expectativas apresentados por Vegécio coincidiam inicialmente e seriam o de vislumbrar a grandeza do passado do *exercitium armorum*, da *disciplina castrorum* e do *usus militiae*. Todavia, essa recuperação seria feita, como mostramos, a partir dos livros que chegaram do passado, pois em muitos campos, como o das armas usadas, “o costume antigo foi completamente apagado⁴²⁷” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20). Se no livro I é possível identificar essas e outras passagens que visam a uma retomada dos hábitos antigos na primeira parte da obra, isso segue no livro II, quando o autor trata dos oficiais que comandavam as centúrias antigas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 8), no livro III, quando ele examina o que se deve fazer quando o exército é composto de recrutas ou está há muito afastado das armas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10) e no livro IV, quando nosso autor trata da necessidade de conhecer os mares (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 42).

Se a questão das *consuetudines* é importante em toda a obra (existem dezessete citações ao termo *consuetudo* no texto), a referência ao termo *antiquus* é ainda mais presente (vinte e oito passagens) e reforça a ideia da superioridade de passado. Quando é para defender uma mudança, Vegécio se ampara no passado, como no trecho em que advoga uma forma de treinar os recrutas: “De acordo com o que se lê nos livros, os antigos treinavam os recrutas desta forma[...]”⁴²⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 11). Treinar os jovens a partir do exemplo dos antigos aumentaria sua capacidade física, portanto, algo positivo. Por outro lado, quando o costume antigo fosse abandonado, o resultado seria outro:

O contexto exige agora que tentemos mencionar com que tipo de armas os recrutas devem ser equipados e protegidos. A este respeito, o costume antigo foi completamente apagado; pois ainda que, a exemplo dos godos, dos alanos e dos hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos, contudo, que os

⁴²⁶ “[*Nulla enim alia re videmus populum Romanum orbem subegisse terrarum nisi armorum exercitio, disciplina castrorum usuque militiae*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 1).

⁴²⁷ “[*...antiqua penitus consuetudo deleta est*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

⁴²⁸ “[*Antiqui, sicut inuenitur in libris, hoc genere exercuere tirones...*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 11).

soldados de infantaria ficaram desguarnecidos. Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes⁴²⁹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20).

É possível perceber que o abandono da *consuetudo antiqua* é encarada pelo autor como negativa, não só pela relação que ele estabelece com o processo de abandono da proteção aos soldados de infantaria, mas também porque ele relaciona esse abandono com a *neglegentia* e a *desidia*. Temos aqui, portanto, uma valoração sobre o passado como algo a ser imitado e o presente (como momento da crise) a ser modificado. Vegécio estabelece assim um processo de ordenação do tempo em que o passado é chamado a ser emulado para construir um futuro. Trata-se de um projeto de reforma passadista a ser desenvolvido pelo imperador. Essa relação fica bem clara quando analisamos o encerramento do primeiro livro da obra. Ao exortar a arte militar, o autor hispano assim escreve:

Eu compilei a sùmula disto tudo neste livrinho com fidelidade e dedicação, ó imperador invicto, a partir de todos os autores que reduziram a escrito a arte da guerra para que, se alguém quiser mostrar-se diligente na seleção e no treino dos recrutas, possa facilmente reforçar o exército pela imitação da antiga virtude⁴³⁰ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

Esse trecho sintetiza todo o processo de construção de reformas defendido por Vegécio. Ele compila (uso do verbo *congere*) em um livrinho (*libellus*) os autores que ele considera fundamentais para a arte da guerra. Aqui já é possível perceber a interferência da subjetividade do autor, já que ele ressalta que escreve um *libellus* e não um *liber* e, para tal, faz um processo de seleção. Mais importante ainda é o que ele escreve a seguir, já que no campo da seleção e treinamento de recrutas (pontos principais do primeiro livro), deve ocorrer uma imitação (*imitatio*) da virtude antiga (*uirtus antiqua*). Mas o que seria essa *imitatio* e qual a sua relação com a *aemulatio*?

Como lembra Samuel Mateus, autor de *Imitatio e aemulatio: a querela dos antigos e dos modernos sob o cânone estético*, “inicialmente [entre os antigos], a *imitatio* repartia-se em *sequi*, *imitari* e *aemulari*, isto é, seguir, imitar propriamente dito, e emular” (MATEUS, 2018, p. 2013). Em um primeiro momento, podemos dizer que a emulação criativa pertencia ao campo da imitação e era uma de suas formas. Isso ocorria porque, como aponta George W. Pigman, autor de *The metaphoric of imitativo and aemulatio*, embora a “*aemulatio* não se torna um termo técnico na Antiguidade, ela

⁴²⁹ “[Locus exigit ut quo armorum genere vel instruendi vel muniendi sint tirones referre temptemus. Sed in hac parte antiqua penitus consuetudo deleta est; nam licet, exemplo Gothorum et Alanorum Hunnorumque, equitum arma profecerint, pedites constat esse nudatos. Ab urbe enim condita usque ad tempus diui Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus. Sed cum campestris exercitatio interveniente neglegentia desidiaque cessaret, gravia videri arma coeperunt quae raro milites induebant; itaque ab imperatore postulant primo catafractas, deinde cassides se refundere]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, XX).

⁴³⁰ “[Haec fidei ac deuotionis intuiti, imperator inuicte, de uniuersis auctoribus, qui re militaris disciplinam litteris mandauerunt, in hunc libellum enucleata congesi, ut in dilectu atque exercitatione tironum si quis diligens uelit existere, ad antiquae uirtutis imitationem facile conrobore possit exercitum]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

tem considerável uso como uma designação[...]” (PIGMAN, 1979, p. 31). Ou seja, o termo era utilizado, mas sem a emancipação que mais tarde tomaria. Isso nos mostra que para o caso em que estudamos, não se faz necessário pensar a *aemulatio* como separada da *imitatio*, mas sim a primeira como uma subdivisão da segunda, um tipo de imitação. Quem pode nos ajudar é Quintiliano, que, ao falar do orador perfeito, apontou o seguinte:

[...] Nada cresce só com a imitação. Se, porém, não é correto acrescentar algo aos antecessores, como podemos ter esperança do surgimento daquele orador perfeito? Porque, entre os que até agora reconhecemos como os maiores, não se encontrou nenhum em que nada deixe a desejar ou mereça crítica. Todavia, também os que não almejem o auge da perfeição, devem pelo menos buscá-lo e não apenas copiar. Em verdade, quem procede desse modo, no sentido de alcançar o primeiro, ainda que não o ultrapasse, é possível que venha a igualá-lo. Ora, ninguém, que pense em seguir inteiramente apenas o passo do modelo, pode igualar-se a ele; necessariamente, sempre vem depois aquele que segue[...]. Tendo isso em vista, é preciso examinar, com o maior cuidado, todos os aspectos referentes a essa parte dos estudos. Primeiramente, a que autores iremos imitar; de fato, são muitos os que quiseram imitar os piores e os mais incorretos autores de cada tópico; em seguida, selecionamos, naqueles que tivermos escolhido, o que há a ser imitado conforme nosso objetivo⁴³¹ (QUINTILIANO. *Instituição Oratória*. X. 2, 8-10; 14)

Acreditamos que o procedimento adotado por Vegécio pode ser sintetizado nessa fórmula estabelecida pelo grande professor de oratória. Apesar de apontar textualmente que faz uma imitação, o autor hispano não se limita à imitação propriamente dita (*imitari*), mas segue autores anteriores (*sequi*) e, mais importante, após sua escolha dos autores a serem emulados, ele seleciona o que deve ser imitado e elabora seu próprio texto (*aemulari*) a partir do que suas fontes lhe ensinam, mas o faz conforme o seu objetivo: propor uma reforma militar ao imperador Teodósio I a partir do treino das armas, a disciplina dos acampamentos e a experiência do exército. Isso porque “cabia aos autores estarem de acordo com o seu tempo e com sua audiência, arcando com suas escolhas e gerando um relato útil” (GONÇALVES, 2020, p. 20). Ora, como estudamos anteriormente, não havia qualquer instituição voltada especificamente para o ensino militar e, portanto, “sem um quadro geral para moldar uma mentalidade militar, [...] a educação comum em retórica abastecia as mentes de todos” (LENDON, 2005, p. 281). Portanto, o processo de *aemulatio* proposto por Quintiliano ajuda a entender a elaboração do projeto de futuro de Vegécio. Não se trata de uma mera imitação dos autores elencados, mas de uma seleção do que deve ser imitado a partir dos autores a serem seguidos e, mais importante, uma elaboração do texto final. Escolhas, público-alvo e relato útil são determinantes e as *consuetudines antiquae* são, nessa perspectiva, apenas o ponto de partida e não o ponto de chegada.

⁴³¹ “[Nihil autem crescit sola imitatione. Quodsi prioribus adiacere fas non est, quomodo sperare possumus illum oratorem perfectum? Cum in his, quos máximos adhuc novimus, nemo sit inuentus, in quo nihil aut desideretur aut reprehendatur. Sed etiam qui summa non appetent, contendere potius quam sequi debent. Nam qui hoc agit ut prior sit, forsitan, etiamsi non transierit, aequabit. Eum uero nemo potest aequare, cuius uestigiis sibi utique insistendum putat; necesse est enim semper sit posterior qui sequitur. [...] Quapropter exactissimo iudicio circa hanc partem studiorum examinanda sunt omnia. Primum, quos imitemur; nam sunt plurimi, qui similitudinem pessimi cuiusque et corruptissimi concupierunt; tum in ipsis, quo elegerimus, quid sit, ad quos nos efficiendum comparemus]” (QUINTILIANO. *Instituição Oratória*. X. 2, 8-10; 14).

Para conhecermos a construção desse segundo é necessária uma análise do desenvolvimento das propostas. Todavia, antes de chegarmos a isso, vejamos um resumo pormenorizado delas.

O primeiro livro da obra, que lida com a seleção e treinamento dos soldados, torna-se fundamental para os dois primeiros elementos do tripé militar vegeciano. Após apresentar alguns estereótipos bélicos de grupos étnicos como os germanos, gauleses, hispanos, africanos e gregos, Vegécio afirma que: “mas contra tudo isto foi útil escolher habilmente o recruta, foi útil ensinar as regras, para me exprimir assim, das armas, foi útil fortificar pelo exercício diário, foi útil antecipar em trabalho de campo tudo o que pode acontecer na linha de batalha e nos combates e foi útil castigar severamente a negligência⁴³²” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 1). Ou seja, a primeira parte do livro I (é importante ressaltar que o livro I foi escrito e entregue ao imperador anteriormente ao resto do trabalho) é dedicada ao processo de constituição das tropas. Começando pela escolha de recrutas de regiões temperadas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 2), nosso autor vai mostrando uma série de preferências: a escolha de jovens de regiões rurais (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 3), no início da puberdade (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 4), com altura acima de cinco pés⁴³³ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 5), com certas características corporais (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 6), advindos de certas atividades associadas à masculinidade (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 7) e, muito importante, que passassem pelo treinamento antes de qualquer *signum* (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8).

Em seguida, na segunda parte do livro I, ele começa a demonstrar suas propostas de exercício e ensinamentos aos *tirones* em vias de se tornarem *milites*. A marcha militar, corrida e salto (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 9); a natação (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 10); os exercícios com escudos de vime e feitos nos postes (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 11); como os jovens devem aprender a ferir (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 12); as práticas da *armatura* (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 13); o arremesso de misseis (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 14), setas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 15), e pedras com fundas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 16); o treino com dardos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 17); os treinos de montaria (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 18); o transporte de pesos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 19); os armamentos utilizados pelos antigos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20); as indicações da construção de acampamentos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 21-25); os treinamentos para a manutenção dos alinhamentos e espaçamentos em formação de batalha (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*.

⁴³² “[*Sed aduersus omnia profuit tironem sollerter eligere, ius, ut ita dixerim, armorum docere, cotidiano exercitio roborare, quaecumque euenire in acie atque proeliis possunt, omnia in campestri meditatione praeoscere, seuere in desides uindicare*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 1).

⁴³³ Ou seja, aproximadamente 1,75m.

I, 26); as distâncias a serem percorridas nas marchas e a periodicidade delas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 27); e, para encerrar, uma exortação da arte militar e das virtudes romanas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

O segundo livro, por outro lado, é inteiramente dedicado às prescrições a respeito do modelo tático defendido por Vegécio: o legionário. Após um breve prefácio em que se dirige ao imperador, o autor hispânico apresenta os três ramos da arte militar (cavalaria, infantaria e marinha) para defender a importância da infantaria, especificamente as legiões (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1). Em seguida, há uma diferenciação entre as tropas legionárias e auxiliares, sendo a primeira defendida como meio mais eficaz para vencer os inimigos romanos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2). O problema é que, segundo o autor, por conta de alguns motivos morais, as legiões perderam seu protagonismo, que é preciso retomar (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3). O projeto de retomada das antigas legiões começa pelo número delas a serem conduzidas para a guerra (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 4), a sua constituição (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 5), o número de coortes e soldados por coortes (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6) e os títulos e graus dos oficiais de uma legião (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 7) e títulos dos que devem comandar centúrias (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 8). O que se segue é uma enumeração e explicação de alguns cargos da legião (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 9-12), a identificação de centúrias e insígnias dos *pedites* e dos *equites* que acompanham os primeiros (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 13-14), a disposição da legião em linha de batalha (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 14) e como são armados os *triarii* e os centuriões (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 16). Vegécio faz uma pausa para, mais uma vez, defender a legião como um modelo tático superior (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 17) e depois segue com a questão da identificação dos soldados nos escudos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 18), assim como a necessidade de ter soldados letrados (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 19), a importância do depósito de metade dos soldos por parte dos soldados (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 20), os mecanismos de promoção (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 21) e a diferenciação entre os músicos da legião (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 22). A questão do treinamento retorna também, não mais para tratar de recrutas, mas para manter os soldados em forma (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 23). Os últimos pontos do livro, tratam de meios de incentivo ao exercício militar retirados de outras artes (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 24) e da enumeração de ferramentas e máquinas da legião (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 25).

O livro III se dedica a prescrever o bom funcionamento de todo o exército durante a campanha. Após o prefácio, o autor trata do tamanho do exército a ser colocado em campanha (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 1), das medidas de controle de saúde (VEGÉCIO.

Compêndio da Arte Militar. III, 2), do cuidado com as provisões (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 3), das cautelas necessárias para evitar motins (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 4) e dos sinais militares (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 5). Após isso, ele se ocupa da movimentação das tropas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 6), da travessia de rios (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 7) e da disposição do acampamento (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 8). O próximo momento da obra é dedicado às decisões a serem tomadas para facilitar uma vitória: se os inimigos devem ser combatidos por emboscadas ou batalha campal (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 9), o que fazer quando tiver um exército composto por recrutas ou sem experiência (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 10), os procedimentos a serem tomados no dia do combate (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 11), a importância da avaliação do estado de espírito dos soldados (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 12), a escolha do local da batalha (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 13) e a disposição dos soldados e oficiais no campo (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 14-18). O que fazer durante o desenrolar da batalha é o tema seguinte (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 19-20), como proceder em caso de fuga do adversário (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 21) e como bater em retirada (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 22). O papel dos cavaleiros também é mencionado (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 23-24), assim como procedimentos para reagir diante fugas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 25). O encerramento do livro é feito com a apresentação de trinta e quatro regras da guerra (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 26).

O último livro da obra possui uma separação entre duas temáticas: a *poliorcética* e a guerra naval. A primeira parte lida com a questão da defesa e ataque de cidades protegidas. Novamente, no prefácio, o autor dedica a obra ao imperador e lhe propõe formas de atacar e defender cidades. Inicialmente, ele divide a proteção às cidades em dois tipos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 1). Em seguida, começam as prescrições sobre como os muros devem ser construídos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 2), mecanismos para fortalecer muralhas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 3), formas de proteger grades e portas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 4), como fossos devem ser escavados (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 5), meios de proteger os soldados que defendem as muralhas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 6), as providências a serem tomadas para evitar a fome durante um cerco (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 7), quais os materiais necessários para a defesa dos muros (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 8), o que fazer em caso de falta de tendões (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 9), como evitar a falta de água (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 10) e como evitar o esgotamento do suprimento de sal (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 11). A partir de então, o autor começa a trabalhar com a hipótese de um ataque à muralha (VEGÉCIO.

Compêndio da Arte Militar. IV, 12). Grande parte dessa primeira parte, então, dedica-se à enumeração de máquinas e descrições de sua utilização para atacar as cidades (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 13-24). As ações a serem tomadas pelos sitiados, em caso de invasão, são tratadas em seguida (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 25-27), assim como o que sitiadores devem fazer para evitar ciladas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 28). Os engenhos defensivos são ligeiramente apresentados (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 29) e também as dimensões das escadas e máquinas ofensivas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 30).

Na segunda parte do livro, a questão essencial a ser tratada é a da guerra naval, embora o próprio autor aponte a pouca importância desse tipo de guerra por conta da pacificação do mar existente no período em que o autor viveu (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31). Após a definição dos preceitos da guerra naval (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 31), o autor elenca os oficiais que comandam a frota (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 32), a origem do nome liburna (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 33) e o processo de fabricação desse tipo de embarcação (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 34-37). Em seguida, ele trata das questões atinentes à navegação: os nomes dos ventos e seu número (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 38), em que meses a navegação é mais segura (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 39), os indícios de tempestades (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 40), os prognósticos de navegação (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 41), as marés (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 42) e a importância do conhecimento dos lugares e dos remadores (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 43). A última parte da obra é dedicada, enfim, aos aspectos da condução da guerra naval: as armas e engenhos a serem utilizados nas embarcações (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 44), a questão das ciladas nesse tipo de combate (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 45) e como se deve travar batalha naval em combate aberto (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 46).

Percebe-se nesse breve resumo que estamos tratando de uma obra relativamente extensa. Sendo assim, uma análise de todo o documento pode ser, tanto exaustiva quanto contraproducente. O que propomos é fazer uma seleção do que analisar a partir de duas fases: uma mais geral e outra mais particular. A primeira busca analisar os *exempla* relacionados a figuras pertencentes ao passado romano em busca da *imitatio* e perceber neles a existência de diversos sedimentos de períodos históricos diferentes. Isso pode ser interessante porque, dessa forma, seria possível perceber como vários personagens e recortes diversos do pretérito romano são utilizados na proposta de construção de futuro do autor. Feito isso, avançamos e passamos a analisar como essa sedimentação de diversas camadas temporais se apresentam nas prescrições a respeito da defesa do modelo tático enunciado como protagonista da obra de Vegécio por ele mesmo: a legião. Propomos mostrar nessa segunda fase, como a legião defendida por Vegécio é um mosaico de elementos de diversas camadas temporais que

formam uma legião inédita tanto pelo fato de ser uma tentativa de retomar o que ela já não era, mas também por essa mistura criar algo que nunca havia sido.

Essa proposta nasce de nossa defesa de que o *Compêndio da Arte Militar* foi concebido como um conjunto de considerações prescritivas sobre o funcionamento do exército entremeado de diversos *exempla* que reforçam essas considerações. Isso significa que, em vários momentos, além da recomendação sobre o que deveria ser feito, Vegécio oferece algum *exemplum* associado a algum personagem ou evento da história romana (ou dos gregos, dos persas, entre outros). Ou seja, dentro daquela longa tradição de manuais militares apresentados anteriormente, o livro teria elementos das coleções de estratégias, como as Frontino e Polieno, e de obras de caráter logístico mais geral, como a escrita por Onassandro e o próprio *Sobre os Assuntos Militares*. Por isso, uma análise que abarque os dois aspectos pode ser muito frutífera.

Antes de mais nada, é preciso reforçar que essa busca por um passado como parâmetro extrapola aquilo que atualmente aceitamos como um passado histórico, passível de ser determinado por resquícios e de ser datado. Como exemplo dessa extrapolação, podemos lembrar da presença de um passado mitológico⁴³⁴, já que Homero é lembrado para tratar da estatura e da postura física dos jovens. Tideu é citado por sua força em detrimento da altura (HOMERO. *ILÍADA*. V, 801-804) e a primeira deve ter precedência sobre a segunda na escolha de *tirones*. Portanto, há aqui uma possibilidade de referência a um tempo dos heróis das epopeias e da tradição literária antiga. Virgílio aparece referenciado também, pois Vegécio usa uma passagem das *Geórgicas* (4. 92-94) para diferenciar visualmente bons e maus recrutas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 6) e para defender a importância do transporte de peso (VIRGÍLIO. *Geórgicas*. 3. 346-348) pelos recrutas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 19). A idealização da vida no campo é parte constituinte do pensamento que opera uma confrontação entre os vícios da cidade e as virtudes do campo em Vegécio e busca muita inspiração no texto das *Geórgicas*. Todavia, há um caso bem específico do uso de Virgílio e que está na epopeia produzida por ele: *Eneida*. A abertura dela é a pedra fundamental de toda a construção de divisões da arte militar para Vegécio. Virgílio assim escreveu nos versos iniciais de sua obra: “As armas e o varão canto⁴³⁵...” (VIRGÍLIO. *Eneida*. I. 1). A recepção de Vegécio desse verso se deu da seguinte forma: “Portanto, a arte militar, tal como afirma o notável escritor latino no início do seu poema, consiste em armas e em homens⁴³⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1). É perceptível a forma como a passagem virgiliana sofre um processo de ressignificação muito

⁴³⁴ Tal artifício era bem comum em coleções de estratégias e é atestado, por exemplo, nos *Estratégias* de Polieno, em que o autor cita *exempla* de Hércules (POLIENO. *Estratégias*. I, 3) e Teseu (POLIENO. *Estratégias*. I, 4). O *exemplum* poderia ser mais importante do que seu realizador (PEIXOTO, 2011, p. 51).

⁴³⁵ “[*Arma uirumque cano...*]” (VIRGÍLIO. *Eneida*. I, 1).

⁴³⁶ “[*Res igitur militaris, sicut Latinorum egregius autor carminis sui testatur exordio, armis constat et uiris*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1).

interessante. No texto da *Eneida*, o termo *arma* parece se referir não somente às armas em seu sentido literal, mas também aos “feitos militares, uma guerra, estado de guerra” (*OXFORD LATIN DICTIONARY*, 1968, p. 171). Virgílio narra as diversas aventuras, inclusive militares, de Eneias. Vegécio, por outro lado, entende o termo como o armamento que o soldado carrega e propõe uma separação entre cavalaria, infantaria e marinha a partir da relação entre os homens e o tipo de armamento que eles utilizam. Aqui é possível perceber como sua *imitatio* é carregada de subjetividade e como, do *exemplum* virgiliano, ele constrói sua própria categorização que vai muito além daquilo que o próprio poeta escreveu.

O *exemplum* de Virgílio é extraído para criar uma concepção da arte militar, mas a maior parte do uso deles possui um aspecto mais parecido com aquele de Tideu, ou seja, tem um pragmatismo situacional. Por exemplo, quando trata da preferência pelos jovens do campo, Vegécio faz uma ressalva e lembra de determinada juventude romana como exceção à inferioridade dos cidadãos. Segundo ele:

Não se deve negar que, depois da fundação da sua cidade, os romanos dela sempre partiram para a guerra. Mas, nesse tempo, não estavam enfraquecidos por nenhuns prazeres e por nenhuns luxos; a juventude lavava o suor acumulado na corrida e nos exercícios de campo nadando no Tibre; ao mesmo tempo guerreira e agricultora, trocava somente de tipo de armas; de tal forma isto é verdade que se sabe que a ditadura foi oferecida a Quíncio Cincinato enquanto este lavrava⁴³⁷ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 3).

Esse trecho é uma amostra de uma determinada defesa dos costumes militares romanos antigos (além de crítica aos *mores* contemporâneos). A questão é que há uma homogeneização de um período de três séculos, se contarmos da fundação da cidade até o oferecimento da ditadura a Cincinato em 458 a.C. (TITO LÍVIO. *História de Roma desde a fundação da cidade*. III, 26). Trata-se aqui da recuperação de um passado militar romano achatado e idealizado. Afinal, os registros escritos que chegaram a Vegécio sobre Cincinato foram produzidos séculos após o ocorrido. Além disso, Vegécio estava rememorando algo ocorrido há mais de 800 anos, o que, convenhamos, é temporalmente bem distante.

Se Cincinato é figura central nessa parte do trabalho, uma citação a Salústio parece reforçar no texto vegeciano essa tentativa de inovar pela recuperação dos hábitos da juventude republicana idealizada. O autor hispano assim enuncia: “Os adolescentes devem ser escolhidos tal como diz Salústio: ‘assim, em primeiro lugar, a juventude assim que era capaz de suportar a guerra, aprendia no acampamento, pelo seu trabalho, a prática militar’⁴³⁸” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte*

⁴³⁷ “[*Nec inficiandum est post urbem conditam Romanos ex civitate profectos semper ad bellum, sed tunc nullis voluptatibus, nullis deliciis frangebantur; sudorem cursu et campestri exercitio collectum natans iuventus abluebat in Tiberi; idem bellator, idem agricola, genera tantum mutabat armorum; quod usque adeo verum est ut aranti Quintio Cincinnato dictaturam constet oblatam*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, III).

⁴³⁸ “[*Adulscntes legendi sunt, sicut ait Sallustius 'Tam simul ac iuventus belli patiens erat, in castris per laborem usum militiae discebat'*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 4).

Militar. I, 4). Tal passagem é uma citação da seguinte passagem de *A Conjuração de Catilina*: “Pois, em primeiro lugar, a juventude assim que era capaz de suportar a guerra, aprendia no acampamento pelo seu trabalho a prática militar⁴³⁹” (SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina*. I. 7, 4). Tal trecho, dentro do quadro geral da obra salustiana, é uma defesa da liberdade republicana após o fim da realeza. Trata-se de uma República em que “os bons costumes eram cultivados em casa e no exército; a concórdia era máxima, a avareza era mínima⁴⁴⁰” (SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina*. I. 9, 1). Tal República, todavia, foi sendo corrompida com a expansão romana e a ambição, a riqueza, soberba, desrespeito aos deuses até os eventos relacionados a Catilina. Portanto, há aqui uma outra referência a um passado idealizado, um empréstimo retirado do texto salustiano. O processo de *imitatio* empreendido por Vegécio aqui é interessante porque ele toma uma descrição do passado feita pelo primeiro e a transforma em fórmula de sucesso. Novamente ele toma o conteúdo de um texto da tradição latina, mas o adapta criativamente ao seu objetivo de oferecer uma solução aos problemas contemporâneos.

Essa fase da República até a “degeneração” é lembrada como *exempla* por algumas vezes na obra. Para tratar da importância das técnicas de defesa e ataque em casos de cerco, por exemplo, Vegécio assim rememora:

Mas o quanto são úteis as decisões de Vossa Clemência no que diz respeito à construção cuidadosa de muralhas foi registrado em Roma, que salvou a vida dos cidadãos por meio da defesa da cidadela do Capitólio para que possuísse depois, de uma forma mais gloriosa, o império de todo o mundo⁴⁴¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, Prefácio).

Trata-se da resistência à invasão dos gauleses ocorrida em aproximadamente 386 a.C. (POLÍBIO. *Histórias*. I, VI-2). A maneira como se deu essa resistência é reverenciada como um grande feito de superação de adversidades por parte dos romanos, em que abundam grandes feitos, inclusive das matronas. Sobre elas, é assim relatado:

Com efeito, no cerco do Capitólio, danificados os engenhos de torção por um serviço contínuo e longo, tendo acabado a provisão de tendões, as matronas cortaram os cabelos para os entregarem aos seus homens que combatiam, posto o que, reparadas as máquinas, estes repeliram o ataque dos adversários⁴⁴² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 9).

Sobre tal evento, ainda é feita mais uma referência: “Pois, os gauleses, tendo ingressado na cidadela do Capitólio, teriam arrasado o nome de Roma se Mânlio, prevenido pelo clamor dos

⁴³⁹ “[*Iam primum iuventus, simul ac belli patiens erat, in castris per laborem usum militiae discebat*]” (SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina*. I. 7, 4).

⁴⁴⁰ “[*domi militiaeque boni mores colebantur; concordia maxuma, minuma avaritia erat*]” (SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina*. I. 9, 1).

⁴⁴¹ “[*Sed dispositionibus vestrae clementiae quantum profecerit murorum elaborata constructio Roma documentum est, quae salutem civium Capitolinae arcis defensione servavit ut gloriosus postea totius orbis possideret imperium*]”

⁴⁴² “[*Nam in obsidione Capitolii corruptis iugi ac longa fatigatione tormentis, cum neruorum copia defecisset, matronae abscisos crines uiris suis obtulere pugnantis, reparatisque machinis aduersariorum impetum reppulerunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 9).

gansos, não lhes tivesse feito frente⁴⁴³” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 26). Ele cita tal passagem da história romana para defender a importância de possuir animais, como cães ou gansos, em regiões passíveis de ataque para que alertem os defensores. O personagem citado é Mânlio Capitolino, figura lembrada como essencial na defesa de Roma durante a invasão gaulesa. Apesar de não tratar disso, é sabido que Mânlio caiu em desgraça pública algum tempo depois, tendo sua própria biografia um processo de decadência que simboliza o que se produziu na República.

A degeneração republicana, já presente na citação de Salústio, é reforçada já no final do primeiro livro, quando a figura de Aníbal é citada. A personagem cartaginesa é claramente colocada como sinônimo de excelência militar e os romanos como homens enfraquecidos pela paz e os prazeres. O autor aponta que os últimos “só alcançaram de novo a vitória quando conseguiram aprender a prática e o treino militares⁴⁴⁴” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28). Aníbal, como já estudamos, foi o principal líder cartaginês nos eventos que redundaram na Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.) e continuou a enfrentar os romanos na virada para o século II a.C., quando se tornou general sob Antíoco III. No caso, a referência feita pelo autor trata especificamente do período entre o final da Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.) e o desenvolvimento da segunda. Portanto, é um *exemplum* extraído claramente do terceiro século antes de Cristo e sobrepõe mais uma camada temporal no manual.

Um descendente da família do vencedor da Segunda Púnica também é citado: Cipião Emiliano. Ele é mostrado no livro I como *exemplum* de como instruir os jovens no manuseio de flechas (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 15). E a citação do nome dele trata de um evento bem específico, a Guerra Numantina de 134 a.C. Os próximos homens lembrados como *exempla* são contemporâneos entre si: Sertório e Pompeu. O primeiro é conhecido com um personagem romano que viveu entre a segunda metade do século II e a primeira metade do I a.C. (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 7). A sua virtude lembrada é exatamente a de escolher soldados, algo relatado, por exemplo, por Plutarco (*Vidas Paralelas*. Sertório. 4, 1-2). Aqui temos a colocação de mais uma camada temporal, já que é introduzido um personagem que viveu entre 122 e 72 a.C. e que por muitos anos, depois de servir como um general romano, derrotou as tropas enviadas pelo império à Hispânia, tendo nunca sofrido uma derrota definitiva, mesmo com a cooperação das tropas de Metelo e Pompeu. Esse último também é evocado a partir da pena de Salústio⁴⁴⁵, mas para ressaltar a importância do treino da marcha, corrida e salto. Sobre o grande general do período republicano: “Salústio lembra,

⁴⁴³ “[*Nam ingressi Capitolinam arcem Galli Romanum nomen eruerant, nisi clamore anserum excitatus Mallius restitisset*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. IV, 26).

⁴⁴⁴ “[*...tunc demum ad uictoriam peruenerunt cum usum exercitiumque militare condiscere potuerunt*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28).

⁴⁴⁵ Esse trecho da obra foi perdido (SALÚSTIO. *Histórias*. II. 20*) e a única referência que temos a ele é exatamente o texto de Vegécio.

sobre a prática de Gneu Pompeu Magno, que ‘ele rivalizava com os ágeis no salto, com os velozes na corrida, com os fortes na luta’⁴⁴⁶” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 9). Trata-se de um dos homens mais importantes da fase de desagregação da República e um dos maiores generais da história romana, tendo participado do supracitado combate a Sertório, da luta contra a revolta de escravos liderada por Espártaco, do combate à pirataria, das guerras orientais e da guerra civil contra o grupo de Júlio César (GOLDSWORTHY, 2016, p. 203-241). Ele é, sem sombra de dúvidas, um *exemplum* de *uirtus*, embora só seja apresentado em contraposição a Sertório, um outro general de grande mérito guerreiro.

Bem, mas se o passado republicano é rememorado em diversos momentos, existem menções aos bons *exempla* do período do Principado entre os séculos I e II d.C. Logo no início do texto, a figura de Otávio Augusto é citada como *exemplum* de imperador disposto a aprender com as obras de artes liberais (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, Pref.). Há mais duas menções ao nome dessa figura, ambas tratando não de suas virtudes, mas das decisões legais emanadas de sua pessoa. Em uma delas especificamente há uma referência à necessidade da prática de manter marchas três vezes por mês pelo exército (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 27) e do *ambulatium*. Também aqui é referenciada a figura de Adriano na forma de suas decisões legais que fomentam a prática da marcha⁴⁴⁷. Outra menção aparece dentro da listagem das fontes expressamente reconhecidas como tal por Vegécio. Ele elenca Catão-o-Censor, Cornélio Celso, Frontino, Paterno, as constituições de Augusto, Trajano e Adriano (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 8). O primeiro foi um autor que viveu entre 232 e 149 a.C., o segundo viveu no século I d.C. e foi “autor de uma obra enciclopédica intitulada *Artes* e composto entre o ano 14 e 39 d.C.” (PANIAGUA AGUILAR, 2010, p. 208). O terceiro, como já conhecemos, viveu toda a segunda metade do mesmo século e morreu no início do seguinte. O quarto foi contemporâneo de Marco Aurélio e Cômodo na segunda metade do século II. As constituições fazem referência a imperadores que viveram período entre o século I e II d.C. (MONTEIRO, 2009, p. 506-507), sendo elas, as *constitutiones*, conjuntos de prescrições e disposições dos referidos governantes em termos de matérias militares (PANIAGUA AGUILAR, 2010, p. 217).

Vegécio também aponta *exempla* do terceiro e quarto século, ou seja, um período mais próximo ao momento em que ele escrevia. O primeiro deles envolve o sucesso no uso de *mattiobarbuli*, dardos de chumbo, por parte de Diocleciano e Maximiano (VEGÉCIO. *Compêndio*

⁴⁴⁶ “[*De exercitio Gnaei Pompei Magni Sallustius memorat ‘cum alacribus saltu, cum uelocibus cursu, cum ualidis uecte certabat’*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 9).

⁴⁴⁷ A figura de Cláudio, que aparece como *exemplum* na formação de grupos de *iaculatores* (lançadores de dardos) pode ser associada a algumas figuras: o imperador Cláudio (10-53 d.C.), o militar Ápio Cláudio Pulcro (que atuou no cerco de Cápua em 212 a.C. ou ainda o imperador Cláudio II, o Gótico (214-270 d.C.) (MONTEIRO, 2009, p. 396). Diante dessa dificuldade, retiramos a figura de nosso quadro.

da Arte Militar. I, 17). Ou seja, há aqui uma clara referência aos eventos que se seguiram ao ano 285 d.C. É possível constatar também uma referência a um dos imperadores contemporâneos ao próprio Vegécio, Graciano, um dos filhos de Valentiano I e *augustus* entre 367 e 383 d.C. O *exemplum* trazido pelo imperador era o de que, até o governo dessa figura, era comum a proteção da infantaria com catafractas e capacetes (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20). Por último, e no encerramento do livro, Vegécio volta a dialogar com o imperador a quem ele chama pelo adjetivo *inuictus* (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 28), sinalizando deferência e respeito pela trajetória militar do governante. Ele não é propriamente uma fonte de *exempla* (embora no livro IV isso possa ser contestado), mas aquele que tomaria os exemplos de seus antecessores.

Tabela 06 – Lista de personagens citados na obra com referência ao recorte cronológico.

PERSONAGEM	RECORTE CRONOLÓGICO
CINCINATO	458 A.C. ⁴⁴⁸
MÂNLIO E AS MATRONAS DA CIDADE	386 A.C.
ANÍBAL	247-183 A.C.
CATÃO-O-CENSOR	232-149 A.C.
CIPIÃO EMILIANO	134 A.C.
SERTÓRIO	122-72 A.C.
POMPEU	106-48 A.C.
OTÁVIO AUGUSTO	63 A.C.-14 D.C.
CORNÉLIO CELSO	SÉCULO I D.C.
FRONTINO	35-103 D.C.
TRAJANO	53-117 D.C.
ADRIANO	76-138 D.C.
PATERNO	SEGUNDA METADE DO SÉCULO II D.C.
DIOCLECIANO	244-311 D.C.
MAXIMIANO	250-310 D.C.
GRACIANO	359-383 D.C.
TEODÓSIO I	347-395 D.C.

Produção do próprio autor.

⁴⁴⁸ Colocamos uma data especificada para determinados personagens porque a própria obra faz referência a um evento delimitado da vida das personagens.

Fazendo uma breve listagem é possível perceber que há uma rememoração de personagens e *exempla* que abarcam mais de 800 anos, se tomarmos a datação do documento na década de 380 d.C. Claro, tais homens só têm importância na narrativa na medida em que davam substância às ideias. Vegécio seleciona os *exempla* na medida em que reforçam suas ideias, podendo até mesmo deformar eventos para articular seu ponto de vista. Um caso bem explícito é o que ele evoca a existência da proteção corporal de soldados até o governo de Graciano, algo contemporâneo a ele, mas que não se verificava no campo factual. A *imitatio* oferecida por ele não é, de forma alguma, uma mera sobreposição de *exempla*, mas é, dentro da reunião de diversas camadas temporais, uma elaboração. Outra coisa importante é que Vegécio poderia citar *exempla* contemporâneos ou extraídos dos campos de batalha mais recentes, todavia esses não teriam o mesmo peso daqueles reconhecidos pela tradição. Aqui é que a questão da própria educação romana entra novamente em debate. Como vimos, Vegécio era um *uir illustris*, um homem que havia ascendido a uma das mais altas camadas da já privilegiada ordem senatorial. Para os padrões do século IV d.C., isso significava que ele era de uma família importante e que teve acesso a uma educação retórica que lhe permitia ter acesso às obras consideradas fundamentais para a formação de um senador.

Um autor que tentou perceber essa apropriação da tradição em Vegécio e sua relação com a educação de aristocratas na Antiguidade foi Lendon, para o qual se verificariam duas tendências comuns desse tipo de educação quando se trata de questões militares. Segundo ele,

Primeiro, havia uma tendência para conceber o passado como exemplar: para o instruído, o passado greco-romano oferecia não meramente um tesouro de experiência a ser convocado para uso, mas um cânone de ações excelentes que demandavam ser imitadas ou superadas. Segundo, essa educação encorajava uma concepção do passado que era peculiarmente achatada e desarticulada, uma concepção de passado (dividida com todos os povos pré-modernos) que nos parece um senso deficiente de que homens fizeram coisas diferentemente em diferentes eras do passado em resposta a necessidades diversas – uma tendência, em casos extremos, a ver tudo que aconteceu no passado como acontecendo ao mesmo tempo (LENDON, 2005, p. 282).

No que tange à primeira tendência, não apresentamos divergência com as ideias do autor. Como mostramos, o passado romano fornecia um repositório de *exempla*, ou seja, um espaço de experiência que também se vislumbrava como perspectiva de orientação no horizonte de expectativas, mas também um cânone de ações simbolizadas pelas personagens da estatura de Cincinato, Sertório e Pompeu. No que tange à afirmação de que a concepção de passado de Vegécio era achatada e desarticulada e que, por isso, ele, assim como seus contemporâneos, tinha uma percepção do tempo (uma consciência histórica) rasa, precisamos fazer um exame mais aprofundado. Temos indícios, a partir da própria ordenação do passado produzida por Vegécio (o encadeamento em ciclos de virtude e vício), de que ele percebia camadas diversas, mas tentava articulá-las para direcionar suas propostas de retorno a partir do passado glorioso e não em direção ao passado glorioso. Isto é, quando analisamos os números da legião romana referentes ao passado romano, segundo ele, percebemos que

os quantitativos não conferiam nem com os das legiões polibianas, profissionais (entre o século I a.C. e o Principado) ou tardo romanas. Isso pode ser indicativo de que, ao ordenar o passado, nosso autor estava também produzindo algo novo, o que se enquadra dentro do conceito *aemulatio*, da emulação competitiva. Ou seja, acreditamos que há um achatamento proposital do passado feito pela via de uma articulação de diversas temporalidades e não o contrário. Ele articula diversos sedimentos da história militar romana (e, portanto, a achata) justamente para criar perspectivas orientadoras para a crise que ele enxerga enfrentar. Para entender como o autor articula esses sedimentos é importante que analisemos trechos prescritivos do documento, do qual selecionamos alguns que dizem respeito à infantaria pesada romana e da defesa do modelo tático legionário, pilar central do sucesso militar romano segundo o autor.

No livro II, após a supracitada separação da arte militar entre cavalaria, marinha e infantaria, Vegécio estabelece as funções de cada um desses ramos. A defesa das planícies caberia à cavalaria, a dos mares e rios à marinha e as das cidades e locais planos aos soldados de infantaria. Começa nesse ponto a justificativa pela preponderância da infantaria, já que por conta de suas áreas de atuação: “de onde se depreende que os mais necessários à República são os *pedites*, que podem ser úteis em qualquer lugar; e, com efeito, um maior número deste tipo de soldados é sustentado por um encargo e uma despesa menores⁴⁴⁹” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1). Portanto, a preponderância da infantaria se dava por uma questão de utilidade e economia de gastos.

Em seguida, Vegécio começa a apresentar as divisões da infantaria entre legiões e tropas auxiliares (*auxilia*). Além das informações essenciais para entender o projeto de futuro do autor, esse trecho também chama nossa atenção pela mudança no tempo verbal dos verbos, não mais no presente como nos parágrafos anteriores, mas no pretérito imperfeito ou perfeito. Isso possivelmente leva a crer que o autor estava falando de um passado que havia sido interrompido ou se encerrado. Segundo ele:

as tropas auxiliares eram supridas pelos aliados e pelos povos federados; contudo, a coragem marcial romana [*uirtus*] prevalece na ordenação das legiões. A legião foi chamada assim a partir da palavra ‘eleger’, porque esta designação exige a boa fé e o zelo daqueles que aprovam os soldados. Costumou-se atribuir um número menor de soldados às tropas auxiliares e um outro bem maior às legiões⁴⁵⁰ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1).

Essas tropas do passado, em sua concepção, eram formadas por tropas auxiliares conseguidas entre os aliados (*socii*) ou entre povos federados (*foederati*). Como aprendemos, pelo menos desde o exército polibiano, eram convocadas as *alae sociorum* para atuar junto aos legionários,

⁴⁴⁹ “[*Ex quo intellegitur magis rei publicae necessarios pedites, qui possunt ubique prodesse; et maior numerus militum suptu et expensa minore nutritur*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1).

⁴⁵⁰ “[*Sed auxilia a sociis uel foederatis gentibus mittebantur; Romana autem uirtus praecipue in legionum ordinatione praepollet. Legio autem ab eligendo appellata est, quod uocabulum eorum desiderat fidem atque diligentiam qui milites probant. In auxiliis minor, in legionibus longe amplior consuevit militum numerus adscribi*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 1).

tropas essas advindas de cidades aliadas comandadas por oficiais romanos que compunham os exércitos consulares. No exército do Principado, como Kate Gilliver defende, era possível apontar a existência de metade da força militar imperial composta por *auxilia* e outra por legionários (GILLIVER, 2007, p. 186). Essas tropas auxiliares ainda eram comandadas por romanos, no caso do Principado, advindos da ordem equestre. A novidade do exército a partir do final do século IV d.C., foi dupla: uma mudança nas configurações das legiões, com uma dimensão e formatação diferente daquela vista anteriormente, e em sua composição. Se a questão da cidadania romana foi imperativo para a aceitação de homens entre elas, mesmo com todas as mudanças na própria definição de cidadania durante o curso do Principado, é possível perceber que tal já não era necessário. No campo legal, por exemplo, um documento assinado pelos filhos de Teodósio I, os *augusti* Arcádio e Honório, e endereçado a Estilicão no ano de 400 d.C., trata do recrutamento de *laeti*, germanos, sármatas e filhos de veteranos para as legiões (CÓDIGO TEODOSIANO. 7. 20. 11). Portanto, a legião havia deixado de ser uma formação tática formada exclusivamente por cidadãos romanos e esse parece ser o lamento e grito pela reconstrução empreendido por Vegécio.

Outro ponto trazido pelo autor é da presença de *foederati* nessas tropas auxiliares, na forma como elas existiam no passado. A questão terminológica é bastante complicada neste caso. Como lembra Timo Stickler, autor de *The Foederati*, esse “é um termo tradicional que já estava em uso durante a República Romana, quando se aplicava a aliados de Roma com os quais um *foedus* de duração limitada ou ilimitada era acordado e que incluía certos elementos sagrados” (STICKLER, 2007, p. 495). Os romanos viam esses povos como entidades políticas diferentes e independentes que não faziam parte do império, mas que tinham relações com ele⁴⁵¹. Se por um lado, o recrutamento de estrangeiros foi comum na história romana, os acontecimentos que envolveram a década de 380 d.C. levaram isso a um outro patamar com o *foedus* acordado em 382 d.C. com os godos. Eles foram assentados como uma comunidade com alto grau de autonomia dentro do Império e serviam na prática a seus próprios líderes militares. O fato de Vegécio citar os *foederati* como um grupo separado dos aliados na constituição das tropas auxiliares nos parece indicar mais uma crítica aos *foederati* contemporâneos, entendidos como de menor valor, do que necessariamente aos povos que tinham assinado *foedera* com os romanos e que integraram os *auxilia* no passado. Ou seja, aqui é perceptível um embaralhamento de temporalidades.

A questão mais inquietante no trecho é, todavia, a afirmação de que as tropas auxiliares eram integradas por um número menor de homens em relação às legiões. Como percebemos da leitura das *Histórias* de Políbio, as *alae sociorum* e as legiões possuíam números similares de homens e, se considerarmos a cavalaria, as primeiras até superavam os números das segundas (POLÍBIO. *Histórias*.

⁴⁵¹ Como aponta o próprio Stickler, tal concepção dos *foederati* permaneceu até a Antiguidade Tardia quando se trata de legislação (2007, p. 495), como é sabido pelo exemplo do *Digesto* (49.15.7) e o tratamento a ser dado a eles nos tribunais.

VI, 26. 7). A leitura de Políbio poderia estar um pouco longe do que era praticado, mas como vimos também, as estimativas das tropas após as mudanças empreendidas por Otávio eram de que metade das tropas era constituída por legionários e a outra metade de tropas auxiliares, como aponta, por exemplo, o trabalho de Gilliver (2007, p. 186). Ora, se essa superioridade numérica legionária não se verificou de maneira generalizada durante o terceiro século a.C. e boa parte do Principado, isso é menos verdade ainda para o contexto do quarto século, quando Vegécio lamenta como coisa do passado a maior quantidade de homens na legião. Houve grande diversificação dos tipos de tropas após as reformas iniciadas por Diocleciano e seria muito improvável que as pequenas legiões do período tardo antigo tivessem números muito superiores a outros tipos de tropas. Percebemos nesse procedimento do autor um ponto fundamental na maneira como ele constrói seu projeto de futuro e que merece ser testado: as *innouationes* propostas por Vegécio, buscadas nos vários sedimentos do passado militar romano, não correspondem a um mero espelhamento de práticas anteriores selecionadas, mas uma criação original do autor, já que várias de suas respostas não encontram respaldo nos registros existentes da história militar romana. Ou seja, apesar de deixar explicitado que desejava apenas reproduzir as *consuetudines antiquae*, Vegécio produz algo muito mais complexo ao mesclar a ordenação do passado com suas intencionalidades. Diante do quadro de mudanças militares observados na estrutura do exército romano no século IV d.C. e dos acontecimentos político-militares daquele contexto, Vegécio está oferecendo o uso de um modelo de legião que incorpora vários sedimentos do passado romano, mas que não espelha necessariamente nenhum.

Isso porque, logo em seguida, ele associa modelos táticos (ou a falta deles) a diferentes povos. A falange se associa aos gregos e dárdanos, as catervas (*catervae*) aos gauleses e celtiberos e a legião aos romanos (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2). Em outro trabalho, defendemos que Vegécio empreendeu um esforço de construção de um “modo romano de lutar”, uma identidade militar a ser afirmada naquele contexto, a partir do “treinamento e disciplina militar, preferência pelo uso das legiões, logística no acampamento e campo de batalha, além do domínio da *poliorcética*” (TAVARES, 2014, p. 96). Se em muitos pontos repensamos essa identidade, a questão da construção de uma legião ideal ainda nos interessa. Uma legião que se contrapõe à falange e às catervas desorganizadas dos “bárbaros”, mas também oposta a um outro tipo de infantaria: os *auxilia*.

Ele assim demarca:

Vou explicar o que diferencia as legiões das tropas auxiliares. Quando são conduzidas para o combate, as tropas auxiliares, vindas de diversos lugares e de diversas unidades, não partilham entre si nem a disciplina, nem o conhecimento pessoal, nem a maneira de ser; entre elas, os hábitos e o uso das armas são diferentes. Ora, forçoso é que alcancem mais tarde a vitória aqueles que não estão de acordo antes de combater. Em suma, uma vez que é muito útil nas campanhas que todos os soldados se movimentem segundo indicação de um só comando, não podem cumprir ordens uniformemente aqueles que anteriormente não estiveram juntos. Contudo, estas mesmas tropas podem ser uma boa ajuda se se fortalecerem quase todos os dias

por meio dos habituais e diversificados exercícios. Com efeito, as tropas auxiliares eram sempre associadas às legiões na linha de batalha, como uma infantaria ligeira, de tal forma que, junto daquelas, eram mais um apoio ao combate do que as principais tropas de reserva⁴⁵² (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2).

O primeiro ponto de separação entre as tropas auxiliares e as legiões é que as primeiras possuem uma origem difusa, não passaram por todo o processo de seleção e treinamento mostrado no livro I da obra. Sendo assim, não eram sustentadas pelo tripé de sucesso definido por Vegécio: o treino das armas, a disciplina dos acampamentos e o uso da organização militar. A questão é que tais tropas podem, no máximo, aportar certa ajuda se treinadas. A diferença, então, ultrapassa a mera questão de preparação e redundância na própria constituição delas. Por isso, são menosprezadas como uma força inferior e que merece um papel secundário frente ao protagonismo legionário. Ora, tal entendimento pode ser facilmente desconstruído frente ao papel dos auxiliares em diversos momentos da história militar romana. Como lembra Southern, por exemplo, na Batalha de Zama, Cipião centralizou as tropas auxiliares e colocou os legionários nos cantos e Agrícola lutou no Monte Graupius com as tropas auxiliares na linha de frente e os legionários na retaguarda (SOUTHERN, 2006, p. 194). Dessa forma, não é possível atribuir um papel meramente secundário a esse tipo de tropa de forma geral, mas é possível sim perceber uma diminuição da capacidade militar dele em detrimento de outro por Vegécio. Trata-se de uma escolha. Mas qual é essa legião defendida com tanta convicção por Vegécio?

Em detrimento dos auxiliares, ela começa a ser configurada da seguinte forma:

Mas quando a legião se encontra preenchida com as suas próprias coortes, com infantaria pesada (isto é os *principes*, os *hastati*, os *triarii* e os *antesignani*) e com a infantaria ligeira (isto é os *ferentarii*, os *sagittarii*, os *funditores* e os *ballistarii*), e, por fim, quando tem também cavaleiros legionários próprios integrados nos mesmos arrolamentos, se fortificar o acampamento com um só espírito e de comum acordo, se dispuser o exército em linha de batalha e se travar combate, sendo perfeita em todos os aspectos e não tendo necessidade de nenhuma ajuda de fora, a legião costuma vencer qualquer número de inimigos. A prova disto é a grandeza romana, a qual, sempre combatendo com legiões, venceu tantos inimigos quantos quis, ou quantos a natureza das situações permitiu⁴⁵³ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2).

⁴⁵² “[*Quid autem inter legiones et auxilia interesse uideatur, expediam. Auxiliares cum ducuntur ad proelium, ex diuersis locis, ex diuersis numeris uenientes, nec disciplina inter se nec notitia nec affectione consentiunt. Alia instituta, alius inter eos est usus armorum. Necesse est autem tardius ad uictoriam peruenire qui discrepant, antequam dimicent. Denique cum in expeditionibus plurimum prosit omnes milites unius praecepti significatione conuerti, non possunt aequaliter iussa complere qui ante pariter non fuerunt. Tamen haec ipsa si sollemnibus diuersisque exercitiis prope cotidie roborentur, non mediocriter iuuant. Nam legionibus semper auxilia tamquam leuis armatura in acie iungebantur, ut in his proeliandi magis adminiculum esset quam principale subsidium*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2).

⁴⁵³ “[*Legio autem propriis cohortibus plena cum grauem armaturam, hoc est principes hastatos triarios antesignanos, item leuem armaturam, hoc est ferrentarios sagittarios funditores ballistarios, cum proprios et sibi insitos equites legionarios isdem matriculis teneat, cum uno animo parique consensu castra muniat, aciem instruat, proelium gerat, ex omni parte perfecta, nullo extrinsecus indigens adiumento, quantamlibet hostium multitudinem superare consueuit. Documentum est magnitudo Romana, quae semper cum legionibus dimicans tantum hostium uicit, quantum uel ipsa uoluit uel rerum natura permisit*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 2).

É flagrante uma mistura de pelo menos dois sedimentos do passado militar romano. O autor inicialmente fala da existência de coortes na legião romana, ou seja, aquela unidade tática de dimensões intermediárias entre os manípulos e a legião que se tornou regra entre o século II e I a.C. e celebrizada por Mário. Um dos pontos mais importantes dessa nova unidade, como lembra Cagniard, é que “riqueza e idade não eram mais critérios para o alistamento nas coortes” (CAGNIART, 2015, p. 649). Na prática, isso significava que houve uma padronização de equipamento, sendo a infantaria pesada legionária dividida em coortes de 480 homens a serem dispostas em linhas padronizadas em campo de batalha. Portanto, na prática, a solidificação das coortes representou o fim das linhas manipulares da infantaria pesada compostas de *principes*, *hastati* e *triarii*. Contudo, é evocada também a separação em linhas de caráter etário e censitário surgidas no século V a.C. (CAGNIART, 2015, p. 649). Ao mesmo tempo que defende uma unidade tática que representou o fim de linhas organizadas por critérios etários e censitários, ele também prescreve a separação em linhas. Se já estivéssemos habituados com o procedimento adotado na obra, poderíamos achar uma contradição inconciliável de estruturas, mas não é, já que ele está sobrepondo temporalidades para criar seu modelo.

Sobre as linhas, como já conhecemos, a primeira, que constituía a infantaria pesada manipular, era a dos *hastati*, a segunda a dos *principes* e a terceira dos *triarii*, todas equipadas com armamentos defensivos e ofensivos diferenciados. Essa ordem passa por uma inversão das duas primeiras linhas no texto vegeciano (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20), o que pode ter sido gerado, segundo Milner e Monteiro, tanto “por razões etimológicas, mas também porque, na prática, a ordem podia ser invertida” (MONTEIRO, 2009, p. 406). Além dessa alteração de ordem, ele adicionou os *antesignani*, termo que significa “soldados que lutaram na frente dos estandartes” (LE BOHEC, 2015, p. 41). O problema é que é difícil saber se *antesignani* formavam um grupo específico de soldados ou eram um tipo de designação para as linhas existentes. Sobre isso, Michael M. Sage, autor de *The Republican Army*, diz o seguinte:

[Tito] Lívio esclarece o termo para as duas primeiras linhas, *antevilani*, graças ao fato de que as duas primeiras linhas eram estacionadas na frente dos estandartes, embora em outro momento ele usa um termo equivalente para os *hastati*. A palavra em si é muito rara e o termo normal é *antesignani*, isto é, aqueles na frente dos estandartes. Foi argumentado que este termo não se refere às duas primeiras linhas, mas somente aos *hastati* com base outras passagens de Lívio (SAGE, 2008, p.72).

Portanto, é mais provável que os *antesignani* não formassem uma linha específica da legião, mas apenas uma outra forma de nomear parte dela.

A ambiguidade dos termos utilizados para designar essa legião ideal não se restringe à infantaria pesada. Quando defende a constituição de uma infantaria leve, ele enumera *ferentarii*, os *sagittarii*, os *funditores* e os *ballistarii*. Os segundos e quartos, ou seja, arqueiros e balistários são elementos constantes em diversas fases do exército romano. Como aponta Arther Ferrill, “ninguém

sabe onde o arco e flecha foram inventados, mas em algum momento no final do período paleolítico (entre 12 e 10 mil anos) eles apareceram e se espalharam ao redor de Mediterrâneo” (FERRILL, 1997, p. 19). Já a artilharia antiga, com as armas de torção e não-torção, foi desenvolvida no início do século IV a.C. e, segundo Marsden, “os romanos estavam familiarizados com a artilharia na época da Primeira Guerra Púnica” (MARSDEN, 1969, p. 84). Se esse último tipo de armamento já era utilizado no século III a.C. pelos romanos, foi somente na fase final da República que “a manufatura de catapultas começou e que elas foram incluídas no armamento regular das legiões” (BAATZ, 2015, p. 159). Ou seja, mais uma vez sedimentos de períodos diversos são homogeneizados.

No que diz respeito aos *ferentarii* e *funditores*, Vegécio afirmou que esses dois grupos ficavam nas alas e davam início ao combate (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 20). Os primeiros são definidos por ele como lançadores de dardos (*iaculatores*), apesar de Varrão atestar também que o termo poderia ser utilizado para se referir a cavaleiros que possuíam armas arremesso (VARRÃO. *Sobre a Linguagem Latina*. VII. 57). Já os *funditores* lutavam com fundas (produzidas com linho ou cabelo) que eram giradas sobre as cabeças de seus portadores (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 14). Além das aparentes incoerências com os contextos referenciais, Vegécio também se mostra contraditório dentro do próprio texto. Um exemplo disso se dá com a confrontação entre a enumeração das partes constituinte da infantaria leve descrita acima e aquela constante no livro III, quando ele prescreve uma ordenação de linha de batalha. Além dos *ferentarii*, os *sagittarii*, os *funditores* e *ballistarii*, são citados *fundibulatores*, *manuballistarii*, *accensi*, além de lançadores de *plumbatae*. O caso é que nesse trecho “a todos se dava o nome de infantaria leve⁴⁵⁴” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 14). Ou seja, há um aumento nas partes constituintes dos grupos que formariam a infantaria leve.

Se do ponto de vista formal há uma grande variação de elementos constituintes, é na perspectiva dos valores militares que a legião possui preponderância na visão do autor. Acabamos de ler um trecho em que ele vincula a grandeza romana ao sucesso das legiões. Sabemos que Vegécio possuía uma compreensão do tempo enunciadamente cíclica, intercalando momentos em que a *uirtus* imperava e outros em que a *neglegentia* se tornava dominante. Assim sendo, em momentos de crise a legião tinha sua importância esvaziada e em momentos de sucesso ela ganhava força. Segundo o autor: “o nome de legiões permanece no exército atualmente, mas a solidez dos tempos superiores foi quebrada pela *neglegentia*, visto que a ambição ocupou os prêmios da *uirtus* e os soldados, que costumavam ser promovidos pelo labor, foram promovidos pelo favor⁴⁵⁵” (VEGÉCIO. *Compêndio*

⁴⁵⁴ “[*qui dicebantur leuis armatura*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 14).

⁴⁵⁵ “[*Legionum nomen in exercitu permanet hodieque, sed per neglegentiam superiorum temporum robur infractum est, cum uirtutis praemia occuparet ambitio et per gratiam promouerentur milites, qui promoueri consueuerunt per laborem*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3).

da Arte Militar. II, 3). Trata-se aqui da teoria da decadência e do luxo já estudada anteriormente quando tratamos da construção do passado na obra. Também já estudamos como o autor construiu um presente acossado pela crise. Portanto, seu projeto, diante desse tempo cíclico, é buscar um retorno dessa legião, sinônimo de labor, armas pesadas, muitas tarefas e disciplina severa (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3). Ele então escreve:

Aquele grande Catão(-o-Censor), que não era apenas invicto pelas armas, mas que tinham também chefiado muitas vezes os exércitos como cônsul, acreditou que seria mais útil à República se ele resumisse por escrito a arte militar; na verdade, pertencem a uma única época as ações que são praticadas corajosamente, mas aquilo que é escrito em proveito da República se torna eterno. O mesmo fizeram muitos outros, mas principalmente Frontino, reconhecido pelo divino Trajano pelo seu labor nesta matéria. Apresentarei sucinta e fielmente, na medida em que for possível, os ensinamentos e preceitos deles. Pois uma vez que um exército organizado, seja cuidadosa e negligentemente, tem as mesmas despesas, é útil não só para os tempos presentes como para os tempos futuros se, por providência de vossa majestade, ó Imperador Augusto, não apenas uma organização bem sólida das armas for restaurada, mas também se se corrigir o desleixo dos antecessores⁴⁵⁶ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 3).

Alguns elementos anteriores são reiterados nesse trecho. Ao dizer que sua proposta de legião é retirada dos escritos de Catão-o-Censor e Frontino, Vegécio assume que está achatando as diferenças com vistas a buscar certa homogeneidade na formatação da legião idealizada. Catão viveu entre os séculos III e II a.C., Frontino entre os séculos I e II d.C. e Vegécio viveu na segunda metade do século IV d.C. Ou seja, é um homem de uma época tardia selecionando, modificando e adaptando ideias produzidas por homens pertencentes a diferentes momentos da história militar romana com vistas a propor uma reforma. Essa que não visa somente uma restauração, mas também uma correção do que era menosprezado por predecessores e, portanto, ultrapassa uma imitação pura e simples. Segue-se, então, um conjunto de prescrições que misturam elementos dessas três temporalidades.

O que se segue no texto é uma grande miscelânea de temporalidades. Ao defender a quantidade de legiões a serem levadas para a guerra, ele assim aponta: “Em todos os autores se lê que cada um dos cônsules conduzia contra inimigos numerosíssimos não mais que duas legiões mais as tropas auxiliares dos aliados⁴⁵⁷” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 4). Como sabemos, trata-se de um exército consular descrito exatamente nos moldes polibianos (POLÍBIO. *Histórias*. VI), ou seja, em que cada cônsul liderava duas legiões e tropas auxiliares. Em seguida, todavia, ao tratar da integração dos soldados às tropas legionários, Vegécio comenta:

⁴⁵⁶ “[Cato ille Maior, cum et armis inuictis esset et consul exercitus saepe duxisset, plus se reipublicae credidit profuturum, si disciplinam militarem conferret in litteras. Nam unius aetatis sunt quae fortiter fiunt; quae uero pro utilitate reipublicae scribuntur aeterna sunt. Idem fecerunt alii conplures, sed praecipue Frontinus, diuo Traiano ab eiusmodi conprobatus industria. Horum instituta, horum praecepta, in quantum ualeo, strictim fideliterque signabo. Nam cum easdem expensas faciat et diligenter et negligenter exercitus ordinatus, non solum praesentibus, sed etiam futuris saeculis proficit, si prouisione maiestatis tuae, imperator Auguste, et fortissima dispositio reparetur armorum et emendetur dissimulatio praecedentum]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. III, 3).

⁴⁵⁷ “[In omnibus auctoribus inuenitur singulos consules aduersum hostes copiosissimos non amplius quam binas duxisse legiones additis auxiliis sociorum]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 4).

Com efeito, os soldados, marcados na pele com tatuagens, quando são inseridos nos registros, costumam prestar juramentos que, por esse motivo, são chamados ‘sacramentos’ do serviço militar. Também juram por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo e pela majestade do imperador, a qual, a seguir a Deus, deve estimada e honrada pelo gênero humano⁴⁵⁸ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 5).

Se antes se falava de um exército consular, neste momento da narrativa já encontramos referência a um exército liderado não só pelo imperador, algo que tem início no Principado, mas também de um exército cristianizado. Ora, como aponta Lee, “uma área importante da vida militar em que o cristianismo teve um impacto claro durante o século quarto [d.C.] foi a do juramento militar [*sacramentum*]” (LEE, 2007, p. 184). Se durante muito tempo houve certa controvérsia sobre a prestação de juramento militar por parte de soldados cristãos no exército romano⁴⁵⁹, essa questão só se pacificou no contexto do século IV d.C. Nesse quesito religioso verifica-se também uma mistura, já que se os soldados devem jurar por Deus, Cristo e Espírito Santo, por outro lado, o caminho pela vida militar é reconhecido por ele como trabalho de Marte ou *opus Martio* (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I, 6). Observamos como há uma recepção sem conflitos da tradição religiosa “pagã” romana ao mesmo tempo que se viabiliza uma concepção cristã da doutrina da Trindade.

Essa sobreposição temporal fica mais interessante ainda ao avaliarmos a unidade tática proposta logo em seguida. Ela parece-nos facilmente detectável nessa passagem: “É sabido que numa legião devem existir dez coortes⁴⁶⁰” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6). Ora, sabemos também que as coortes enquanto unidade tática foram desenvolvidas a partir do século III a.C. e se tornaram predominantes até o final do século seguinte. Vegécio poderia estar se referindo às coortes residuais existentes em seu contexto de vida, todavia, as dimensões de cada uma das dez coortes são bastante elevadas se consideramos as dimensões das legiões com uma média de 1000 homens no exército tardo romano. Vegécio fornece uma média de 555 soldados de infantaria por coorte, com exceção da primeira que contaria com 1105 (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6). Ou seja, a coorte *miliaria* defendida por Vegécio possuiria, em teoria, mais homens que uma legião inteira tardo antiga, que contava com mais ou menos 1000 homens em média. Por outro lado, a coorte solidificada após as “reformas de Mário” possuía uma dimensão que se parece muito com uma parte dos números postos pelo autor. Cada uma delas possuía seis centúrias constituídas por 80 homens, o que totaliza 480 homens em uma coorte. Ou seja, a coorte defendida por Vegécio teria uma configuração mais parecida com essa segunda, mas com certa divergência. Essa é explicada por Milner, para quem Vegécio tomou como base uma terminologia obsoleta e concluiu que cada centúria

⁴⁵⁸ “[*Nam uicturis in cute punctis milites scripti, cum matriculis inseruntur, iurare solent; et ideo militiae sacramenta dicuntur. Iurant autem per Deum et Christum et sanctum Spiritum et per maiestatem imperatoris, quae secundum Deum generi humano diligenda est et colenda*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 5).

⁴⁵⁹ Tertuliano chegou a afirmar entre os séculos II e III d.C. que não poderia haver compatibilidade entre o juramento feito a Deus e ao homem (*Sobre a Idolatria*. 19. 1-3).

⁴⁶⁰ “[*Sciendum autem est in una legione decem cohortes esse debere*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 6).

possuía 100 homens (MILNER, 2001, p. xviii). Os números totais, todavia, como já demonstramos, aproximam-se muito mais daqueles vistos nas fontes do período do final da República e início do Principado do que dos verificados no século quarto.

Devemos ressaltar que, por diversas vezes no texto, há o reconhecimento de adaptações na estrutura militar romana no decorrer do tempo, embora, poucas vezes, essas mudanças sejam vistas com uma valoração sem juízo de valor negativo. Um exemplo está neste recorte:

Mas eram enviados antigos cônsules ao exército como *legati imperatoris*, aos quais todas as legiões e tropas auxiliares obedeciam, na administração da paz ou no aperto das guerras; é sabido haver agora, em substituição desses, *uiri illustres* como *magistri militum*, pelos quais são comandadas não só duas legiões, mas também um número maior⁴⁶¹ (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 9).

Os *legati imperatoris* parecem ser uma referência ao cargo dos *legati augusti*, ou seja, os oficiais da ordem senatorial que recebiam o comando das legiões nas províncias com autorização do imperador. No quarto século, esse alto posto hierárquico passou a ser ocupado pelos *magistri militum* recrutados entre os homens de mais alto status (*uiri illustres*). Acreditamos que essa passagem é essencial para mostrar que Vegécio, apesar de altamente ligado à legião de tempos recuados, não desprezava totalmente a estrutura militar contemporânea. Ou seja, ele não era, como alguns já defenderam, um produtor de um manual completamente desconectado de seu presente, mas sim alguém que diante da identificação de diversas debilidades a serem enfrentadas (carências de orientação), buscava perspectivas orientadoras em toda uma tradição. Monteiro tem completa razão ao usar da imagem do mosaico para definir a construção da obra de Vegécio, ela é um mosaico construído como uma miscelânea de soluções a partir daquilo que enxergava como o melhor da tradição legada pelos escritores romanos (e, de forma indireta, pelos gregos). Dessa forma, ele é um testemunho de toda a tradição dos manuais militares antigos, não só por ter escrito um dos últimos da Antiguidade, mas por simbolizar o recurso aos *exempla* e uma *imitatio* que não ficava restrita à mera reaplicação das ideias anteriores, mas uma criação ativa. Respondendo a uma pergunta anterior, a tradição é um ponto de partida, mas o ponto de chegada era algo completamente diverso. A *innouatio* se apresenta pelo passado, mas não fica presa a ele.

Em termos de síntese, o confronto dos projetos de futuro produz uma iluminação recíproca. Estamos diante de uma aparente contraposição entre um projeto de futuro aberto ao ineditismo e baseado na *magnitudo ingenii* de seu autor e um projeto de futuro baseado na *imitatio* das *consuetudines antiquae*. Isso pode indicar que, naquele contexto da segunda metade do século IV d.C., a própria ordenação do tempo a partir de suas partes constituintes, o presente das coisas passadas,

⁴⁶¹ “[*Sed legati imperatoris ex consulibus ad exercitus mittebantur; quibus legiones et auxilia uniuersa obtemperabant in ordinatione pacis uel necessitate bellorum, in quorum locum nunc illustres uiros constat magistrum militum substitutos, a quibus non tantum binae legiones sed etiam plures numeri gubernantur*]” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, 9).

o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras, funcionasse de forma diferente entre os dois autores ou sequer funcionasse (o que apresentaria, de fato, um esvaziamento da ferramenta analítica).

No entanto, ao analisarmos mais detidamente o conteúdo das duas obras, alguns detalhes emergem e ajudam a esclarecer os mecanismos de ordenação do tempo por parte dos autores. Uma primeira questão a ser avaliada é se tais textos correspondem às expectativas criadas por seus autores no que tange aos procedimentos. Ou seja, seria o *ingenium* do Anônimo tão disruptivo e o as *consuetudines antiquae* de Vegécio tão fiéis ao passado romano?

Primeiro vamos avaliar até que ponto chega o suposto ineditismo das ideias do Anônimo, isto é, o peso dado ao futuro em detrimento do presente e do passado na sua ordenação do tempo. As suas propostas ligadas à diminuição de gastos com a administração imperial e, principalmente, suas ideias de *machinae* buscam inspiração em ideias recuperadas do passado ou contemporâneas. Das balistas ao ascogéfiro não se verifica uma total ruptura com autores anteriores e contemporâneos e práticas verificadas naquele contexto. Em último grau, ele oferece melhorias, algumas mais elaboradas e outras menos, à tecnologia existente, mas, de forma alguma, sua obra pode ser considerada um devaneio de alguém sem contato com a realidade (como foi feito em muitas análises). Apesar do Anônimo defender a *libertas Philosophiae*, é a partir da tensão vivida mas principalmente elaborada por ele no presente (a crise), que ele recorre a um espaço de experiências e tenta o ultrapassar para construir perspectivas orientadoras e criar um horizonte de expectativas que se apresente de forma atrativa ao imperador. O futuro tem preponderância em sua ordenação temporal, mas seu autor não consegue ir além de melhorias e adaptações (do que lhe chegava do passado) para construir seu projeto de futuro. Retomando os termos de Gonçalves, uma ordenação do tempo que tem o futuro como preponderante é o ponto de partida do autor, assim como sua visão linear do tempo, mas não seu ponto de chegada.

Vegécio, por sua parte, defende textualmente uma *imitatio* das *consuetudines antiquae* de forma a retomar a grandeza perdida pelo exército romano. Ele enuncia em diversas passagens de sua obra que deseja somente retomar as práticas do passado militar romano glorioso. Todavia, seu procedimento para tal é baseado na recuperação de diversos *exempla* presentes em sedimentos diversos do passado romano. Se o passado chega como espaço de experiência, ele reúne diversas camadas para oferecer boas práticas ao imperador. E mais, ao defender um modelo tático ideal, mais do que *exempla*, esses sedimentos passam a ser reunidos, sobrepostos e achatados de forma a construir uma legião. O resultado é uma legião que não possui paralelo histórico, que é dividida em coortes, mas que é também separada em linhas etárias e censitárias. No fim, essa reunião das *consuetudines antiquae* não se configura uma mera recuperação passiva do passado, mas sim uma projeção de futuro

baseada na seleção do que retomar seguida por uma elaboração sobre como retomar. O passado e uma concepção cíclica do tempo tem maior peso como ponto de partida, mas não como ponto de chegada.

Assim sendo, nem o retorno ao passado defendido por Vegécio e nem a abertura ao futuro propagada pelo Anônimo se verificam totalmente. A presença do futuro no texto do segundo é mediada pela presença do passado e a projeção de passado do primeiro é carregada da presença do futuro. Nenhum dos dois consegue realizar plenamente a sobreposição de passado ou do futuro em suas ordenações do tempo. Mas ambos têm em comum o fato de construírem o presente sob a chave da crise. Os motivos se apresentam diferentes, mas um mundo em transformação é o pressuposto para a existência das duas obras. É aqui que retorna a discussão a respeito do regime de historicidade antigo e a noção de brecha temporal. Como sabemos, o regime de historicidade antigo é aquele em que o passado é hipertrofiado em relação ao presente e futuro na ordenação do tempo. Nesse sentido, enquanto Vegécio segue mais ou menos essa receita, o Anônimo não. Enquanto o primeiro defende o retorno do passado e uma concepção cíclica de tempo, o segundo quer apresentar o novo a partir de uma perspectiva de ineditismo. No entanto, como o futuro defendido no *Sobre os Assuntos Militares* é carregado de passado, se configura tão e somente uma brecha, uma rachadura, na moldura do passadismo. Mas é impossível negar que há a construção entre ambos os autores de uma crise política, militar e, no caso específico, temporal. Diante do impasse, um se volta para o futuro e outro para o passado, mas no final voltam a se reencontrar, afinal, a *innouatio* de um pressupõe um futuro carregado de passado e a do outro um passado carregado de futuro. Mas foi pela construção da crise e ao afrouxamento na ordenação do tempo que surgiram as duas propostas. Estamos, portanto, diante de um contexto temporal que permitiu a seus autores empreender projetos de retomar os costumes antigos ou oferecer novas *machinae*. Isto é, estamos diante de um recorte temporal que permitia tanto “olhar para trás” quanto “olhar para frente” (com os limites intrínsecos já explicitados). O que remete à imagem de Jano, deus da transformação, com suas duas faces apontadas para direções opostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de encerrar a escrita da presente Tese. Antes disso, porém, precisamos empreender um esforço de síntese e articulação de suas diversas partes constituintes. Para tal, decidimos adotar uma via no mínimo inusual para que possamos testar, uma vez mais, os alicerces de nosso trabalho. Adotamos um processo de retrospectiva do trabalho começando pelo fim e finalizando pelo começo, uma espécie de “prova real”. Com essa inversão, acreditamos ser possível enxergar o produto dessa pesquisa por uma perspectiva complementar àquela construída nas páginas anteriores.

Acabamos de estudar os projetos de futuro, o presente das coisas futuras, apresentados nos dois manuais militares. A hipótese sustentadora de tal comparação foi a de que enquanto o Anônimo apostava na *magnitudo ingenii* e em um futuro não coincidente com elementos do passado, Vegécio, por outro lado, tentava retomar as *consuetudines antiquae*, ou seja, as boas práticas romanas do passado. Tal ideia ganhou novos elementos a partir do momento em que iniciamos o exame daquilo que o Anônimo entendia como elaborações de sua *magnitudo ingenii* e o que Vegécio captava como *consuetudines antiquae*. Como demonstramos, nem as propostas e *machinae* de Anônimo eram uma completa novidade quando colocadas em perspectiva e nem as *imitationes* de Vegécio eram destituídas de novidade quando comparadas com as fontes com as quais tal autor buscou interlocução. Ou seja, as *innouationes*, entendidas tanto quanto emulações do passado quanto inovações para o futuro, são propostas de maneiras muito diferentes entre os dois autores, mas possuem algumas coincidências na maneira de mobilizar o tempo. Essa dualidade pode ser entendida a partir de uma imagem que propomos ao final da comparação, Jano, já que a imagem de tal divindade ilustra tanto a possibilidade de olhar para o futuro quanto para o passado.

Tal diferença se apresenta não só nas maneiras pelas quais os dois autores constroem as suas perspectivas orientadoras (horizontes de expectativa) resultantes de suas *imaginationes*, mas também se verificam na própria construção do presente das coisas do passado (o espaço de experiência), ou seja, no processo de retomada pela *memoria*. Enquanto o Anônimo possui uma leitura linear do passado romano em que é possível identificar eras que se sucedem, Vegécio opta por construir uma concepção cíclica do passado romano, em que pelo menos uma injunção narrativa fica muito patente: aquela existente entre Canas e Adrianópolis.

Se tais concepções do passado romano se mostram estruturalmente diferentes, ambas, no entanto, resultam do presente das coisas presentes percebido sob o signo da crise. A ideia de que o mundo como existe não se sustenta é um ponto de grande convergência entre os textos. A teoria do luxo e decadência, celebrizada por Veyne, parece-nos uma boa chave para entender a maneira como

os dois autores perceberam o presente. Todavia, mesmo nessa aproximação foi possível encontrar profundas divergências, pois, enquanto o Anônimo apreende uma crise ocasionada pelo excesso de gastos, simbolizados na questão da *largitio*, Vegécio a percebe como resultante do abandono dos *mores* militares e do abandono das virtudes militares romanas antigas, um processo que reuniu *dissimulatio*, *neglegentia* e *desidia*.

Para chegarmos a tais categorizações, ou seja, o presente das coisas presentes, passadas e futuras tivemos de buscar o apoio fundamental de alguns teóricos. Partimos do geral, ou seja, a categoria de consciência histórica na forma como o alemão Rüsen apresentou, ou seja, como um universal antropológico. Percebemos também como espaço de experiência e horizonte de expectativas são mobilizados com Koselleck. Entendemos que as categorias passado, presente e futuro se realizam a partir de uma *distentio* com Agostinho, em que o presente é furtivo e fugidio, o passado se realiza como *memoria* e o futuro como expectativa. Tempo histórico, tempo humano ou o tempo seriam formas diversas de nomear o processo de tensão nos homens entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, carências de orientação e perspectivas orientadoras, presente das coisas passadas, presente das coisas futuras e presente das coisas presentes. Todavia, tal processo não se verifica somente nos homens enquanto indivíduos, mas também no coletivo que denominamos sociedade. Nesse momento é que as contribuições de Sahlins e, principalmente, Hartog entraram em cena. Se as sociedades possuem formas específicas de se relacionar com o tempo, como defende o primeiro, seria possível pensar em uma ferramenta que permitisse entender como se dava a relação entre passado, presente e futuro nelas. Hartog faz isso e nomeia de regime de historicidade tal categoria. Passadismo, futurismo e presentismo seriam formas com as quais foi possível observar a relação das sociedades “ocidentais” com o tempo, da Grécia Antiga ao mundo após a queda do Muro de Berlim. Como Vegécio e Anônimo escreveram na Antiguidade, o regime de historicidade antigo, passadista, seria nosso principal interesse. Todavia, um elemento que nos chamou a atenção foi a ideia de brecha temporal proposta de forma quase marginal no trabalho do historiador francês. Partindo de um conjunto de indícios de rompimento entre o regime de historicidade futurista e presentista existente em diversos autores, dos quais destacamos Hanna Arendt, Hartog mostra como a passagem de um regime a outro não se faz de forma automática, mas que existem rachaduras em que determinada forma de mobilizar o tempo começa a se mostrar fragilizada. Foi a partir dessa proposição que elaboramos a hipótese de que as ideias de reforma militar (*innouationes*) presentes tanto no *Compêndio da Arte Militar* quanto no *Sobre os Assuntos Militares* são indícios da existência de uma crise no regime de historicidade antigo, uma brecha temporal, ocasionada por uma recepção dos eventos contemporâneos que levam ambos a construir um presente em crise e em que é possível perceber tanto um direcionamento para um suposto ineditismo quanto para a emulação criativa como

resposta. Se, como vimos, alguns reparos foram feitos no decorrer da testagem, o núcleo conceitual do que seria testado foi apresentado nesse momento do trabalho.

Todavia, antes de chegarmos nessas proposições, desenvolvemos uma perspectiva que nos permitiu comparar os dois manuais militares. Para tal, partimos de teóricos que propuseram uma abordagem comparativa no campo da História e dos *topoi* presentes nos textos introdutórios do *Sobre os Assuntos Militares*, do *Compêndio da Arte Militar* e dos *Estratagemas* de Polieno. Foi a partir da comparação de três elementos presentes no início dos textos de Vegécio e do Anônimo – (1) a explicitação das autoridades imperiais como destinatárias da obra; 2) a justificativa da autoridade do autor; e 3) a defesa da aplicabilidade do texto – que percebemos que a mobilização temporal se realizava de forma diversa nos dois manuais militares centrais para a pesquisa. A percepção de que à *magnitudo ingenii* no texto do *Sobre os Assuntos Militares* se opunha, inicialmente, às *consuetudines antiquae* surgiu da comparação entre os textos após o estabelecimento de parâmetros comparativos sincrônicos fornecidos a partir da leitura de Pirenne, Bloch, Haupt, entre outros. A noção de iluminação recíproca nos surgiu a partir de tais leituras, assim como o procedimento de analisar os documentos separadamente e depois oferecer uma síntese entre eles.

No entanto, só foi possível tal proposição de análise comparativa dos manuais militares porque construímos o entendimento de que tais textos podem ser lidos como artefatos culturais. Para tal, foi fundamental desconstruirmos a tradicional visão de que os textos técnico-militares antigos se restringiam a uma relação direta com a prática militar de seu tempo. Mobilizando autores como Campbell, Whitehead, Van der Eijk, Formisano e Whately, mostramos que, mais do que tentar reconstruir a própria guerra, os manuais militares nos permitem conhecer elementos culturais significativos. Tomando a definição de cultura de Geertz, em paralelo com a definição de Keegan, ou seja, o conjunto de teias de significado que o homem tece e compartilha, percebemos que os manuais militares eram produtos de tais teias e que, para além de instruir, tais textos visavam entreter e mostrar o conhecimento de seus autores. Ou seja, esses textos eram lidos e entendidos pelos contemporâneos e poderiam nos ajudar a entender elementos de mobilização temporal compartilhados no século IV d.C. Para lançar um questionário às fontes, portanto, precisávamos entender a tradição textual na qual esses manuais estavam inseridos.

Começando com o texto de Eneias, o Tático, escrito no século V a.C. e chegando até os textos da lavra de Anônimo e Vegécio, produzidos no século IV d.C., mostramos como se constituiu uma tradição de textos técnico-militares muito diversa. Da questão dos cercos às cidades ao papel do general, passando por questões logísticas e descrições de máquinas, percebemos a imensa complexidade desse conjunto textual, não só pelas temáticas, como também por conta das diversas formas pelas quais seus autores trataram as temáticas militares. Optamos por conhecer de maneira panorâmica tal tradição por conta da dificuldade de fornecer uma definição precisa de manual militar.

A partir da constatação de Schellenberg, da ausência de uma definição aceita e convincente desse grupo de textos, confrontamos uma historiografia que envolve nomes como Monteiro, Paniagua Aguilar, López Freire, Whitehead, Warner, McGeer, Campbelle e Whitely. Com a ajuda desse último também, percebemos que a ausência de uma definição unificadora dessa tipologia se verifica por conta da grande diversidade e que qualquer classificação e delimitação genérica mais enfraquece do que ajuda no estudo dessas fontes. Nesse sentido, mais importante do que a classificação das obras é o conhecimento da tradição de manuais militares da Antiguidade Clássica que chegaram até nós e a compreensão das diversas possibilidades temáticas abertas por ela.

Toda essa reflexão teórica e tipológica a respeito dos manuais militares foi precedida da apresentação e estudo das duas obras centrais dessa pesquisa: *Sobre os Assuntos Militares* e *Compêndio da Arte Militar*. Tratamos principalmente de três questões essenciais para a proposição de uma análise dos documentos: a história dos documentos, a biografia dos autores e a datação dos dois manuais militares. O processo de datação dos dois documentos foi essencial para começarmos a aventar uma análise comparativa sincrônica. Isso porque, após recorrermos aos analistas dos dois textos, percebemos que a década de 380 d.C., especificamente os anos entre 384 e 387, parecem ter sido os anos nos quais os dois manuais militares foram redigidos e dedicados ao imperador Teodósio I. Se o estabelecimento dos limites temporais das obras foi fornecido nessa parte da pesquisa, os indícios biográficos dos dois autores nos ajudaram a perceber quem eram os homens responsáveis pela escrita de tais manuais. De um lado, tínhamos Vegécio, um aristocrata de origem possivelmente hispânica e bastante próximo do imperador (*uir illustris*), e de outro, o Anônimo, um *priuatus*, muito provavelmente oriundo do grupo social dos *curiales*, com certa familiaridade em relação à fronteira danubiana do Império Romano e que adotou o anonimato como marca de autoria. Tal estudo foi essencial na construção da hipótese central, já que mostrava origens geográficas e inserções políticas diferentes dos autores. Além disso, mostramos também a trajetória dos dois textos desde que seu rastreo se mostrou possível. No caso do *Compêndio da Arte Militar* isso mostrou um grande prestígio de seu conteúdo durante toda a Idade Média, uma abundância de manuscritos e um lastreio riquíssimo. No caso do *Sobre os Assuntos Militares*, há um processo de silenciamento na transmissão do texto até o século XV, quando foram encontrados registros de manuscritos contendo o documento e nos séculos seguintes percebe-se altos e baixos no que diz respeito ao interesse por esse texto. Estudar a história dos documentos foi fundamental também para entendermos os textos (e imagens) que estamos manuseando.

Claro, para defendermos uma datação precisa, entendermos vários aspectos biográficos do Anônimo e de Vegécio e, principalmente, entendermos as intencionalidades desses autores de manuais militares tivemos que nos debruçar sobre o contexto histórico da segunda metade do século IV d.C. O marco temporal final foi 395 d.C., ano em que Teodósio I morreu e legou o governo do

império aos seus dois filhos: Arcádio e Honório. Teodósio I é fundamental porque sua ascensão a *augustus* ocorreu na esteira do momento mais agudo da ameaça goda no século IV d.C.: a Batalha de Adrianópolis (378 d.C.). Como tanto o *Sobre os Assuntos Militares* quanto o *Compêndio da Arte Militar* foram, em nossa leitura, produzidos no governo do imperador hispânico, conhecer tal recorte foi essencial. Da resolução (ao menos provisória) da questão goda em 382 d.C. com um *foedus* e o aumento de *foederati* mobilizados pelo Império ao enfrentamento de importantes usurpações, tal governo marcou uma estabilização tanto externa e interna. A Batalha de Adrianópolis é o ponto culminante do processo de chegada e travessia dos godos em direção ao Império Romano pelo rio Danúbio a partir de 376 d.C. Como vimos também, esse não foi o único desafio enfrentado pelos imperadores Valente, Graciano e Valentiano II, que defrontaram problemas na Gália, África e fronteira persa. Essa foi uma característica importante também no governo dos irmãos Valente e Valentiano I, a existência de diversas ameaças (internas e externas) em diferentes partes do Império Romano. O antecessor deles, Joviano, foi o responsável por enfrentar a grande questão deixada pelo fracasso na expedição persa, que marcou o início das grandes derrotas romanas na segunda metade do século IV d.C. Tal malfadada empreitada foi organizada e liderada por Juliano, imperador que ascendeu ao posto de *caesar* em 355 d.C. As primeiras ações militares desse imperador, especificamente na Gália, são sintomáticas de um processo de profunda alteração na escala das batalhas levadas a cabo pelos romanos e são sintomáticas de uma grande transformação estrutural do exército imperial. Por outro lado, a expedição na Pérsia, organizada por esse mesmo imperador, representou o fracasso da mobilização de milhares de soldados romanos. Essa derrota pode ser vista como indício da incapacidade romana de enfrentar inimigos poderosos, os persas, em território externo naquele contexto.

Por falar em soldados e sua mobilização, intentamos fornecer uma visão propedêutica acerca do funcionamento do exército a partir de três instantâneos ou fotografias: o exército polibiano, o exército profissional e o exército tardo romano do século IV d.C. Conseguimos mostrar como o exército romano do século IV d.C. possuía uma estrutura complexa e adaptada às situações militares que enfrentava e que, além disso, não pode ser visto como numericamente desprezível (muito pelo contrário). Na verdade, tal exército surgiu das muitas transformações militares iniciadas no Principado e que se aprofundaram na segunda metade do século III e início do IV d.C. Quanto ao exército profissional, geralmente situado entre os séculos I a.C. e I d.C., mostramos como se deu seu processo de assimilação das mudanças disciplinares, táticas e organizativas, simbolizadas nas “mulas de Mário”, a adoção da coorte e remuneração de soldados. Quanto ao exército polibiano, demonstramos como vigorava, entre o final do século III e primeira metade do século II a.C., um modelo militar baseado na convocação de cidadãos amadores, apoiado na divisão de tribos da cidade e que adotava a unidade tática manipular. Conhecer essas três fotografias foi fundamental para que

tivéssemos noção da constante transformação do exército romano e, mais importante, foi essencial para que pudéssemos perceber vários dos referenciais trazidos à tona no *Sobre os Assuntos Militares* e, principalmente, no *Compêndio da Arte Militar*.

Todas essas ideias foram alicerçadas por uma perspectiva construída dentro do campo da História Militar. Para tal, lastreamos o processo de constituição e transformação desse campo historiográfico, principalmente na segunda metade do século XX. Dos gabinetes dos poderosos à lama do campo de batalha, mostramos como a maneira de se praticar e perceber a História Militar sofreu profundas mudanças. Tomando tais mudanças teóricas como fundamentais, fizemos um esforço para demonstrar como se deu o processo de constituição da pesquisa dentro de nossa trajetória de pesquisa. Da dissertação de mestrado ao projeto de doutoramento, mostramos como certos produtos historiográficos e fontes documentais estiveram no cerne da elaboração do presente trabalho. Do papel de historiadores como Hanson, Perrin e Lendon ao nosso encontro com o *Compêndio da Arte Militar* e *Sobre os Assuntos Militares*, identificamos o processo de constituição do nosso problema, a questão da mobilização temporal nos manuais militares, da nossa hipótese (já enunciada) e de nosso referencial teórico, com destaque para a ideia de brecha temporal no regime de historicidade enunciada por Hartog. Se a comparação entre as *innouationes* defendidas pelo Anônimo e Vegécio foi o ponto essencial do trabalho, acreditamos que ela só foi possível a partir do entendimento das possibilidades ofertadas pelas renovações historiográficas nas últimas décadas. Pois, ao empreender um estudo dos manuais militares como artefatos culturais, estamos partindo do entendimento de que a guerra e os objetos da História Militar extrapolam em muito a “mera continuação da política por outros meios”. E claro, só empreendemos tal jornada porque contamos com a ajuda do saber humano produzido por milênios de ideias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS

- AGOSTINHO. *Confessions*. Trad. William Watts. Londres: William Heinemann LTD, 1912.
- _____. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- APIANO. *The Foreign Wars*. Trad. Horace White. Nova York: The Macmillan Company, 1899.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ASCLEPIODOTO. *Chapter Headings of The Tactics*. Trad. The Illinois Greek Club. Cambridge: Harvard University Press, 1948.
- AMIANO MARCELINO. *The History*. Trad. John C. Rolfe. Londres: William Heinemann LTD, 1982. 3v. (The Loeb Classical Library).
- _____. *Historia*. Trad. Maria Harto Trujillo. Madri: Akal, 2002.
- _____. *The Later Roman Empire*. Trad. Walter Hamilton. Londres: Penguin Group, 2004.
- ANÔNIMO. *De Rebus Bellicis*. Trad. Richard Neher. Tubinga: J. J. Heckenhauer, 1911.
- _____. *De Rebus Bellicis*. Trad. E. A. Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- _____. *On Military Matters*. Trad. Robert Ireland. Oxford: B A R International Series, 1979.
- _____. *De Rebus Bellicis*. Ed. Robert Ireland. Teubner: Leipzig, 1984.
- _____. *Le Cose della Guerra*. Trad. Andrea Giardina. Milão: Arnaldo Mondadori, 1989.
- _____. *Sobre Asuntos Militares*. Trad. Álvaro Sánchez-Ostiz. Pamplona: Ediciones Universidade de Navarra, 2004.
- ARISTÓTELES.
- ATENEU, O MECÂNICO. *On Machines*. Trad. David Whitehead e P. H. Blyth. Stuttgart: Franz Steiner, 2004.
- BASÍLIO DE CESAREIA. *Cartas*. Trad. Roy J. Deferrari. Londres: William Heinemann LTD, 1934. 4 v.
- BEDA. *Ecclesiastical History of England*. Trad. A. M. Sellar. Londres: George Bell and Sons, 1907.
- BÍTON DE PÉRGAMO. *Construction of War Machines and Artillery*. Trad. E. W. Marsden. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- CÍCERO. *Pro L. Murena Oratio*. Intr. Elaine Fantham. Oxford : Oxford University Press, 2013.
- _____. *Pro Murena*. Trad. Ernane Alves Siqueira. Belo Horizonte : UFMG, 2008.
- CLAUDIANO. *Poemas*. Trad. Miguel Castillo Bejarano. Madri: Gredos, 1993.
- CÓDIGO TEODOSIANO. Trad. Clyde Pharr. Princeton: University Press, 1952.
- Digesto*. Trad. Alan Watson. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1988. V. 4.
- ELIANO. *The Tactics*. Trad. Christopher Matthew. Yorkshire: Pen & Sword Military, 2012.
- ENEIAS, O TÁTICO. *On the Defence of Fortified Positions*. Trad. The Illinois Greek Club. Cambridge: Harvard University Press, 1948.

- _____. *Poliorcética*. Trad. José Vela Tejada e Francisco Martín García. Madri: Gredos, 1991.
- FRONTINO. *The Stratagems*. Trad. Charles E. Bennett. Londres: William Heinemann, 1925.
- HERÃO DE ALEXANDRIA. *The Artillery Manual*. Trad. E. W. Marsden. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- _____. *Cheiroballistra*. Trad. E. W. Marsden. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- HOMERO. *Iliada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- _____. *Odisseia*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- JOÃO DE SALISBURY. *Policraticus*. Trad. Cary J. Nederman. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- JOÃO, O LÍDIO. *De Magistribus Populi romani*. Ed. Ricardus Wuensch. Lípsia: Teubner, 1903.
- JORDANES. *Origen y gestas de los godos*. Madri: Ediciones Cátedra, 2009.
- JULIANO. *Discursos*. Trad. José García Blanco. Madri: Gredos, 1979.
- JÚLIO CÉSAR. *The Gallic War*. Cambridge: Harvard University Press, 1958.
- _____. *The Gallic War*. Trad. Carolyn Hammond. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LACTÂNCIO. *Sobre la muerte de los perseguidores*. Trad. R. Teja. Madri: Gredos, 1982.
- LEÃO VI. *The Tatkika*. Trad. George Dennis. Washington D.C.: Dumbarton Oaks, 2010.
- LIBÂNIO. *Discursos*. Trad. Ángel González Gálvez. Madri: Gredos, 2001.
- MAURÍCIO. *Strategikon*. Trad. George T. Dennis. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1984.
- NICÉFORO FOCAS. *Le Traité sur la Guérilla*. Trad. Gilbert Dragon. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1986.
- NOTITIA DIGNITATUM*. Ed. Concepción Neira Faleiro. Madri: Universidade Complutense de Madri, 1998.
- _____. Ed. Otto Seeck. Berlim: Weidmannos, 1876.
- ONASSANDRO. *The General*. Trad. The Illinois Greek Club. Cambridge: Harvard University Press, 1948.
- _____. *Do General*. Trad. Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- PACATO. *Panegyric to the Emperor Theodosius*. Trad. C. E. V. Nixon. Liverpool: Liverpool University Press, 1987.
- PAULO ORÓSIO. *Histórias: Libros V- VIII*. Trad. Eustaquio Sánchez Salor. Madri: Editorial Gredos, 1982.
- _____. *History Against the Pagans*. Trad. A. T. Fear. Liverpool: Liverpool Press University, 2010.
- POLÍBIO. *Histórias*. Trad. W. R. Paton. Londres: William Heinemann, 1979. v. 1-2.
- POLÍBIO. *Histórias*. Trad. Manuel Balasch Recort. Madri: Gredos, 1981. v. 1-2.

- POLÍBIO. *História Pragmática*. Trad. Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2016.
- PLÍNIO, O VELHO. *História Natural*. Ed. M. Schuster. Leipzig: Teubner, 1933.
- PLUTARCO. *Lives: Demetrius and Antony, Pyrrhus and Caius Marius*. Trad. Bernadotte Perrin. v. 9. Londres: William Heinemann, 1959.
- _____. *Vidas Paralelas: Aristides – Catón, Filopemén - Flaminino, Pirro - Mario*. Trad. Juan M. Guzmán Hermida e Óscar Martínez García. v.4. Madri: Gredos, 2007.
- _____. *Vidas Paralelas: Alejandro – César; Agesilao – Pompeyo; Sertorio – Éumenes*. Trad. Jorge Bergua Cavero, Salvador Bueno Morillo e Juan Manuel Guzmán Hermida. v. 6. Madri: Gredos, 2007.
- POLIENO. *Estratagemas*. Trad. José Vela Tejada e Francisco Martín García. Madri: Gredos, 1991.
- PRISCIANO. *Institutionum Grammaticarum*. Lípsia: Teubner, 1855.
- PSEUDO-HIGINO. *De Munitiombus Castrorum*. Trad. Catherine M. Gilliver. Londres: Univeristy of London, 1993.
- QUINTILIANO. *Instituição Oratória*. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- SALÚSTIO. *Bellum Catilinae*. Ed. J. T. Ramsey. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- _____. *A Conjuração de Catilina*. Trad. Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2015.
- SOCRATES. *The Ecclesiastical History*. A. C. Zenos. Edimburgo: T & T Clark, 1993.
- SOZOMENO. *The Ecclesiastical History*. Trad. Chester D. Hartranft. Nova York: Christian Literatura Publishing Co., 1890.
- SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Trad. Jia Sun Costa. São Paulo: Buzz, 2018.
- SYLLOGE TACTICORUM. Trad. Georgios Chatzelis e Jonathan Harris. Londres: Routledge, 2017.
- TÁCITO. *Historias*. Madri: Ediciones Cátedra, 2006.
- _____. *Germany*. Trad. A. R. Birley. Nova York: Oxford Press University, 1999.
- _____. *Germânia*. Trad. Maria Cecília Albernaz Lins Silva de Andrade. São Paulo: USP, 2011.
- TEMÍSTIO. *Discursos Políticos*. Trad. Joaquín Ritoré Ponce. Madri: Editorial Gredos, 2000.
- TITO LÍVIO. *History of Rome*. Trad. B. O. Foster. Londres, William Heinemann, 1967. v.1.
- TITO LÍVIO. *História de Roma desde a Fundação da Cidade*. Trad. Paulo Matos Peixoto. São Paulo: PAUMAPE, 1989. v.1.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- VEGÉCIO. *Epitoma Rei Militaris*. Ed. Carolus Lang. Lípsia: Teubner, 1885.
- _____. *De Re Militari*. Trad. Jean de Meun. Paris: Librairie de Firmin Didot, 1897.
- _____. *Epitoma Rei Militaris*. Trad. María Felisa del Bairro Vega. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1981.

____. *Epitoma Rei Militaris*. Trad. María Teresa Calleja Berdonés. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1982.

____. *L'Arte Militare*. Trad. Antonio Angelini. Roma: Ufficio Storico SME, 1984.

____. *Epitome of Military Science*. Trad. N. P. Milner. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.

____. *Digesta Artis Mulomedicinalis*. Trad. Vincenzo Ortoleva. Catânia: Universidade de Catânia, 1999.

____. *Medicina Veterinaria*. Trad. José María Robles Gómez. Madri: Gredos, 1999.

____. *Epitoma Rei Militaris*. Ed. M. D. Reeve. Oxford: Clarendon Press, 2004.

____. *Compêndio da Arte Militar*. Trad. David Paniagua Aguilar. Madri: Cátedra, 2006.

____. *Compêndio da Arte Militar*. Trad. J.G. MONTEIRO e J. E. BRAGA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VIRGÍLIO. *Georgics*. Trad. H. Rushton Fairclough. Londres: William Heinemann, 1916.

____. *Georgics*. Trad. Peter Fallon. Oxford: Oxford Press University, 2006.

____. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

VITRÚVIO. *On Architecture*. Trad. Morris Hicky. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

____. *Tratado de Arquitetura*. Trad. M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2019

XENOFONTE. *On the Cavalry Commander*. Trad. E. C. Marchant. Londres: William Heinemann, 1946.

____. *On the Art of Horsemanship*. Trad. E. C. Marchant. Londres: William Heinemann, 1946.

____. *Anabasis*. Trad. Carleton J. Browson. Londres: William Heinemann, 1960.

ZÓSIMO. *Nova História*. Trad. José M^a. Candau Morón. Madri: Gredos, 1992.

B) ARTIGOS DE OPINIÃO

ZANLORENSSI, G.; ALMEIDA, R. O número de militares em cada país e a proporção deles na população. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/05/O-n%C3%BAmero-de-militares-em-cada-pa%C3%ADs-e-a-propor%C3%A7%C3%A3o-deles-na-popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

C) OBRAS DE REFERÊNCIA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (Ed.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GOLDEN, Mark. *Sport in the Ancient World from A to Z*. Londres: Routledge, 2004.

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A (Ed.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2012. 2 v.

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. *The Prosopography of the Later Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

LE BOHEC, Yann (Ed.). *The Encyclopedia of the Roman Army*. Chicester : John Wiley & Sons, 2015. 3v.

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: University Press, 1968.

PHANG, S. E.; SPENCE, I.; KELLY, D.; LONDEY, P. *Conflict in Ancient Greece and Rome: the definitive political, social, and military encyclopedia*. Santa Bárbara: ABC-Clio, 2016.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Julio. *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753a.C.-476d.C.)*. Madri: Signifer Libros, 2005.

SCARRE, Chris. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Rome*. Londres: Penguin, 1995.

D)OBRAS GERAIS

ALEXANDER, J. J. G. The Illustrations of the Anonymous, *De Rebus Bellicis*. In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. p. 11-15.

ALFÖDY, Géza. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996.

ALLMAND, Christopher. *The De Re Militari of Vegetius: the Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ALSTON, Richard. *Soldier and Society in Roman Egypt : A social history*. Londres e Nova York : Routledge, 1995.

AMBROSE, Stephen E. *Citizen Soldiers: The U.S. Army from the Normandy Beaches to the Bulge to the Surrender of Germany*. Nova Iorque: Touchstone, 1997.

_____. *Band of Brothers (companhia de heróis)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ANDERSON, A. S. The imperial army. In: WACHIER, J. (Ed.). *The Roman World*. Londres: Routledge, 2002. p. 89-106.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ANGLO, Sydney. Vegetius's 'De Re Militari': the Triumph of Mediocrity. *The Antiquaries Journal*, Cambridge, v. 82, p. 247-267, 2002.

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

BARNES, T. D. The date of Vegetius. *Phoenix*, Toronto, n. 3, p. 254-257, outono 1977.

BARON, Christopher. The Historian's Craft: Narrative Strategies and Historical Method in Polybius. In: MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. *Polybius and his Legacy*. Berlim: De Gruyter, 2018.

BARRIO VEGA, Maria Felisa del. Quod ipsi dicunt: algunos términos y expresiones del sermo castrenses en el De re militari de Vegecio. *Revista de Estudios Latinos*, Madri, v. 7, p. 93-116, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun., 2007, p. 01-30.

BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARTON, C. A. The price of peace in Ancient Rome. In: RAAFLAUB, K. A. (Ed.). *War and peace in the Ancient World*. Oxford: Blackwell, 2007, p. 245-255.

BEEVOR, Antony. *Stalingrado: o cerco fatal (1942-1943)*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

_____. *A batalha das Ardenas: a última cartada de Hitler*. São Paulo: Planeta, 2018.

BISHOP, M. C.; COULSTON, J. C. N. *Roman Military Equipment: from the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books, 2009.

BLOCH, Marc. Pour une Histoire Comparée des Sociétés Européenes. *Revue de Synthèse Historique*, n. 06, 1928, p. 16-50.

_____. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BLOCKLEY, R. C. Warfare and Diplomacy. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425 (Volume XIII)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998., v. 13, p. 411-436.

BLOIS, Lukas de. Army and General in the Late Roman Republica. In: ERDKAMP, Paul. *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. p.164-178.

BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOUTHOL, Gaston. *La Guerra: guerriglia, guerra urbana e terrorismo*. Roma: Armando Armando Editore, Roma.

BREEZE, David. *The Roman Army*. Londres: Bloomsbury, 2016.

BRIZZI, Giovanni. *Guerreiro: o soldado e o legionário*. São Paulo: Madras, 2003.

BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad*. Londres: Thames and Hudson, 1971.

- _____. *Through the Eye of a Needle: Wealth, the Fall of Rome, and Making of Christianity in the West, 350-550 AD*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- _____. *Santo Agostinho: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- BURNS, Thomas S. The Battle of Adrianople: a Reconsideration. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, n. 22, v. 2, p. 336-345, 1973.
- _____. *Barbarians, 100 B.C.-A.D. 400*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2003.
- CAGNIART, Pierre. The Late Republican Army (146-30 BC). In: ERDKAMP, Paul (Ed.). *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. p.80-95.
- CAMERON, Alan. The Date of The Anonymous De Rebus Bellicis. In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. p. 01-07.
- CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire: 284-430*. Londres: Fontana Press, 1993.
- _____. *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395-600*. Londres: Routledge, 1993.
- _____. Education and literature culture. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: volume XIII*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 665-707.
- CAMPBELL, Brian. Teach Yourself How to Be a General. *The Journal of Roman Studies*, Cambridge, v. 77, p. 13-29, 1987.
- _____. *The Roman Army 31BC-AD 337: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 1994.
- _____. *Greek and Roman Military Writers: selected readings*. Londres: Routledge, 2004.
- _____. *Rivers and the Power of Ancient Rome*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012.
- CARRIÉ, Jean-Michel; JANNIARD, Sylvain. L'Armée Romaine Tardive dans quelques travaux récents: l'Institution Militaire et les modes de combat. *Antiquité Tardive*, v. 8, 2000, p. 321-341.
- CARVALHO, Margarida Maria de. Temístio, o Imperador Juliano e a discussão em torno do conceito de realeza no século IV d.C. *História Revista* (UFG), Goiânia, v. 11, p. 121-133, 2006.
- _____; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; GONÇALVES, Bruna Campos. Barbarização do exército romano e renovação historiográfica: novas perspectivas sobre o tema. *Questões & Debates*, Curitiba, v. 48/49, p.147-163, 2007.
- _____; GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e os construtos identitários nos relatos sobre os imperadores militares: Juliano, Joviano e Valentiano I. In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M. de; CARLAN, C. U.; SILVA, E. C. M. da. *História Militar do Mundo Antigo* (v. I). São Paulo: Annablume, 2012.
- _____; OMENA, Luciane Munhoz de. Considerações sobre a memória da morte do imperador Juliano nos testemunhos de Libânio e Amiano Marcelino (século IV d.C.) *Revista de História* (UNESP), Franca, v. 35, p. 1-15, 2016.

- _____. Uma nova discussão sobre os espaços de enterramento do imperador Juliano (361-363). In: SILVA, G. V. de; SILVA, E. C. M.; MONTEIRO, B. (Org.). *Usos do espaço no Mundo Antigo*. Vitória: GM Editora, 2018. P. 219-239.
- CAVALLO, Guglielmo. Libro e pubblico alla fine del mondo antico. In: ____ (Ed.). *Libri, editori e pubblico nel mondo antico: guida storica e critica*. Roma: Biblioteca Univesale Laterza, 1992.
- CARRIÉ, Jean-Michel. O Soldado. In: GIARDINA, A. (Dir.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.
- CHARLES, Michael B. *Vegetius in Context: Establishing the Date of the Epitoma Rei Militaris*. Stuttgart: Steiner, 2007.
- _____. Uneemly Professions and Recruitment in Late Antiquity: Piscatores and Vegetius Epitoma 1.7.1-2. *American Journal of Philology*, Baltimore, v. 131, n. 1, p. 101-120, 2010.
- CHASTAGNOL, A. Végèce et l'Histoire Auguste. In: *Bonner Historia-Augusta-Colloquium*. Bonn, 1974, p. 58-80.
- CHLUP, J.; WHATELY, C. Introduction: the ancient military treatise, genre, and history. In: CHLUP, J. T.; WHATELY, C. (Ed.). *Greek and Roman Military Manuals: genre and history*. Londres: Routledge, 2021. P. 01-16.
- CLARK, Gillian. *Late Antiquity: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- CURRAN, John. From Jovian to Theodosius. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425 (Volume XIII)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998., v. 13, p. 78-110.
- D'AMATO, Raffaele. *Imperial Roman Naval Forces (31 BC-AD 500)*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2009.
- DAVENPORT, Caillan. *A History of the Roman Equestrian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- DAWSON, Doyne. *The Origins of Western Warfare*. Boulder: Westview Press, 1996.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800) : uma cidade citiada*. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.
- DENNIS, George T. *Three Byzantine Military Treatises*. Washington D.C.: Dumbarton OAK, 1985.
- DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.
- DORJAHN, A. P.; BORN, L. K. Vegetius on the Decay of the Roman Army. *The Classical Journal*, Cambridge, v. 30, n. 3, p. 148-158, dez. 1934.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DOWER, John. *War without mercy: race and power in the Pacific War*. Nova Iorque: Pantheon, 1986.

- DROYSEN, Johann Gustav. *Alexandre, o Grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- _____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- D'ORS, Álvaro. Un arbitrista del siglo IV y la decadencia del imperio romano. *Cuadernos de la Fundación Pastor*, Madri, v. 07, 1963, p. 41-69.
- EIJK, P. Van der; FORMISANO, M. From Words to Acts? In: ____ (Ed.). *Knowledge, text and practice in Ancient Technical Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 1-11.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELTON, Hugh. Military Forces. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare (Volume II): Rome from the late Republic to the late Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p.270-309.
- _____. *The Roman Empire in Late Antiquity: a Political and Military History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- ERRINGTON, R. Malcom. *Roman Imperial Policy: from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2006.
- FAVERSANI, Fábio. A corrupção dos antigos e a nossa: apontamentos para o estudo da corrupção romana. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 25, 2019, p. 83-95.
- FELDMAN, S.; TOMAZELLI, R.; LEYLLYANY, F. L. F. M. (Org). *Identidades e alteridades no contexto tardo antigo e medieval*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- FERNÁNDEZ ROJO, Begoña. El efecto del De Rebus Bellicis en el mundo romano tardoantiguo. In: CONESA NAVARRO, P. D.; SÁNCHEZ MONDÉJAR, C. M.; GARCÍA CARRERAS, L.; *ANTIGUEDAD IN PROGRESS...* Murcia: CEPOAT, 2014.
- FERRILL, Arther. *A Queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- _____. *The Origins of War: from the Stone Age to Alexander the Great*. Boulder: Westview Press, 1997.
- FLEURY, Philippe. La liburne automotrice du De rebus bellicis. In : FLEURY, P. ; JACQUEMARD, C. ; MADELEINE, S. (Org.). *La technologie gréco-romaine*. Caen : Puc, 2015. P. 77-96.
- FLORI, Jean. *Guerra Santa, Yihad, Cruzada: Violencia y Religión en el Cristianismo y el Islam*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004.
- _____. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- FORMISANO, Marco. Strategie da manuale: l'arte della guerra, Vegezio e Machiavelli. *Quaderni di Storia*, Bari, v. 55, p.99-127, jan.-jun. 2002.

- _____. Auctor, Vtilitas, Princeps. L'Epitoma Rei Militaris e Il De Rebus Bellicis tra Tecnica e Letteratura. *Salamanca*, n. 14, p. 155-164, 2003.
- _____. Scienza e tecnica nel mondo romano. *Quaderni di Ricerca in Didattica (Mathematics)*, Palermo, n. 20, p. 15-28, 2010.
- _____. Late Latin encyclopaedism: towards a new paradigm of practical knowledge. In: KÖNIG, J.; WOOLF, G. *Encyclopaedism: from Antiquity to the Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 197- 215.
- _____. The Poetics of Knowledge. In: EIJK, P. Van der; FORMISANO, M. (Ed.). *Knowledge, text and practice in Ancient Technical Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 12-26.
- _____. Literature of Knowledge. In: McGill, S.; WATTS, E. J. (Ed.). *A Companion to Late Antique Literature*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018. p. 491-504.
- FORSYTHE, Gary. The Army and Centuriate Organization in Early Rome. In : ERDKAMP, P. (Ed.). *A Companion to the Roman Army*. Malden : Blackwell, 2007. P. 24-42.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *Cocanha : a história de um país imaginário*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.
- FRIELL, Gerard; WILLIAMS, Stephen. *Theodosius: the Empire at Bay*. Londres: Routledge, 1998.
- FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras*. Curitiba: Juruá, 2012.
- FUNARI, P. P. A. ; CARVALHO, M. M. de ; CARLAN, C. U. ; SILVA, E. C. M. de. *História Militar do Mundo Antigo*. São Paulo : Annablume, 2012. 3v.
- FUSSEL, Paul. *The Great War and Modern Memory*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- GABBA, Emilio. *Republican Rome, The Army and the Allies*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEUE, Tom. *Juvenal and the Poetics of Anonymity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- _____. *Autor Unknown: The Power of Anonymity in Ancient Rome*. Harvard: Harvard University Press, 2019.
- GIACOMONI, Marcello Paniz. *Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra Epitoma Rei Militaris, de Flavius Vegetius Renatus*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GIBBON, Edward. *History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Londres: Methuen, 1914.
- GILBERT, Martin. *A História do Século XX*. São Paulo: Planeta, 2016.
- GILLIVER, Kate. The Augustan Reform and the Structure of the Imperial Army. In: ERDKAMP, Paul (Org.). *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. p.183-200.
- GIRARD, René. *Rematar Clausewitz: além Da Guerra*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

GOFFART, Walter. The Date and purpose of Vegetius' 'De Re Militari'. *Traditio*, Cambridge, v. 33, p. 65-100, 1977.

_____. Rome, Constantinople, and the Barbarians, *The American Historical Review*, Bloomington, v. 86, n. 02, p. 275-306, abr. 1981.

_____. *Barbarians Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

GOLDSWORTHY, Adrian. *The Complete Roman Army*. Londres: Thames&Hudson, 2003.

_____. *The Roman Warfare*. Phoenix: Orion Books, 2007.

_____. *Em nome de Roma*. Trad. Claudio Blanc. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

GOMES, Rodrigo Simões Ferreira. *A Escrita da Guerra na Antiguidade e em Bizâncio: o De Re Strategica de Siriano Magistros (sécs. IX/X)*. 2018. 379f. Dissertação (Mestrado em História Militar) – Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A Construção da Imagem Imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. 2002. 456f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Saberes e poderes do general de Onassandro: Manual militar e condução de soldados. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, Córdoba, v. 6, n.8, 2015, p. 31-47.

_____. *A arte poética a serviço do proselitismo cristão: relendo os poemas de Aurélio Prudêncio Clemente*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

GONÇALVES, Bruna Campos. *Treinamentos e Disciplinas Militares do Exército Romano-Bárbaro no Século IV d.C*. 2016. 453f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

GRIFFIN, Robert J. Anonymity and Authorship. *New Literary History*, v. 30, n. 04, 1999, p. 877-895.

GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 2017.

GRUBAUGH, Connor. The Anonymous De Rebus Bellicis and the Ethics of Empire in Late Antiquity. *Clio's Scroll*, Berkeley, v. 17, n. 01, p. 03-25, 2015.

GUARINELLO, Norberto Luis. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2020.

JANNIARD, Sylvain. L'esercito del tardo impero romano. Dalla Tetrarchia a Giustiniano. In: TRAINA, G. (Ed.). *Storia d'Europa e del Mediterraneo*. Roma: Salerno, 2010. P. 495-523.

JOHNSON, J. S. Frontier Policy in the Anonymous. In: In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. P. 67-77.

- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire: 284-602*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.
- HALDON, John. Feeding the Army: Food and transport in Byzantium, ca 600-1100. In: MAYER, W.; TRZCIONKA, S. *Feast, Fast or Famine: Food and Drink in Byzantium*. Leiden: Brill, 2017.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HANSON, Victor Davis. The Status of Ancient Military History: Traditional Work, Recent Research, and On-Going Controversies. *The Journal of Military History*, Lexington, vol. 63, nº. 02, p. 379-413, 1999.
- _____. *Por que o Ocidente Venceu: Massacre e Cultura – da Grécia antiga ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- _____. The Modern History of Ancient Warfare. In: SABIN, P.; WESS, V. W.; WHITBY, M. (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: University Press, 2007. p. 3-21.
- _____. *The Father of us all*. Nova Iorque: Bloomsbury Press, 2010.
- _____. Introduction: Makers of Ancient Strategy. In: ____ (Org.). *Makers of Ancient Strategy: from the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2010. p. 1-10.
- _____. *Uma guerra sem igual*. Rio de Janeiro: Record, 2012. 517 p.
- HARRIES, Jill. *Law & Empire in Late Antiquity*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1999.
- HART, B. H. Liddell. *As Grandes Guerras da História*. São Paulo: IBRASA, 1982.
- _____. *Strategy*. Nova Iorque: BN Publishing, 2008.
- HARTOG, François. Marshall Sahlins et l’anthropologie de l’histoire. *Annales*, Paris, n. 6, 1983, p. 1256-1263.
- _____. Regime de Historicidade [Time, History and the Writing of History]. *KVHAA Kofereanser*, Estocolmo, n. 37, 1996, p. 95-113.
- _____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- _____. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- _____. Entrevista concedida à Mariza Romero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015, p. 283-291.
- _____. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HASSALL, Mark. The Inventions. In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. p. 77-91.

- HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparative history – a contested method. *Historisk Tidkrift*, Suécia, n.127, 2007, p. 697-716.
- HEATHER, Peter. Goths and Huns, c. 320-425. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425*. Vol. XIII. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 487-515.
- _____. *The Fall of the Roman Empire: a New History of Rome and the Barbarians*. Oxford: University Press, 2006.
- _____. Holding the Line: Frontier Defense and the Later Roman Empire. In: HANSON, V. D. (org.). *Makers of Ancient Strategy: From the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2010. p. 227-246.
- _____. *Empires and Barbarians: The Fall of Rome and the Birth of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HEBBLEWHITE, Mark. *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire, AD 235-395*. Nova York: Routledge, 2017.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HODGES, Henry. The Anonymous in the Later Middle Ages. In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. p. 119-124.
- HOLMES, Nigel. False Quantities in Vegetius and others. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 57, n. 2, p. 668-686, 2007.
- HORSTER, M.; REITZ, C. Handbooks, Epitomes, and Florilegia. In: McGill, S.; WATTS, E. J. (Ed.). *A Companion to Late Antique Literature*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018. p. 431-450.
- HOYOS, Dexter. The Age of Overseas Expansion (264-146BC). In: ERDKAMP, Paul (Ed.). *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. p.63-79.
- HUMPHRIES, M. International Relations. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Nova York: Cambridge University Press, 2007. p. 235-269.
- HUNT, David. The successors of Constantine. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425 (Volume XIII)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998., v. 13, p. 01-43.
- _____. Julian. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425 (Volume XIII)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998., v. 13, p. 44-77.
- HUTCHINSON, G. O. Read the instructions: didactic poetry and didactic prose. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 59, n. 1, p. 196-211, maio 2009.

- ISAAC, Benjamin. *The Invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton : Princeton University Press, 2004.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire (284-602)*. Oxford: Basil Blackwell, 1964. 3v.
- JÚNIOR, Álvaro Alfredo Bragança. Scientia et Ars em César e Vegécio: um pequeno confronto crítico. *Caliope: Presença Clássica*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 80-94, 2 sem. 2014.
- KAGAN, Donald. *Sobre as origens da guerra e a preservação da paz*. Braga: Edições Temas da Actualidade, 1995. 2 v.
- _____. *A Guerra do Peloponeso*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KEPPIE, Lawrence. *The Making of the Roman Army*. Londres: Routledge, 2005.
- _____. The changing face of the roman legions (49 BC- AD 69). *Papers of the British School at Rome*, Roma, v.65, p. 89-102, 1997.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- KEELEY, Lawrence H. *A Guerra antes da Civilização*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- KELLY, Christopher. *Ruling the Later Roman Empire*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.
- KOCKA, Jürgen. Comparision and Beyond. *History and Theory*, v. 42, n. 01, fev., 2003, p. 39-44.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008.
- _____. *Imperial Tragedy: from Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy (AD 363-568)*. Londres: Profile Books, 2019.
- LE BOHEC, Yann. *El Ejército Romano*. Barcelona: Editora Ariel, 2008. 2ª ed.
- LE GOFF, Jacques. L'utopie médiévale: Le pays de Cocagne. *Revue européenne des sciences sociales*, t. 27, n. 85, 1989, p. 271-286.
- LEE, A. D. The Army. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 211-237.
- _____. *War in Late Antiquity: a Social History*. Oxford: Blackwell, 2007.
- _____. Treaty-making in Late Antiquity. In: SOUZA, P. de; FRANCE, J. *War and Peace in Ancient and Medieval History*. Nova York: Cambridge University Press, 2008. p. 107-119.
- LONDON, John. *Soldiers & Ghosts: a History of Battle in Classical Antiquity*. New Haven: Yale University Press, 2005.

- LENSKI, Noel. *Initium mali Romano imperio: Contemporary Reactions to the Battle of Adrianople*, *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 127, p. 129-168, 1997.
- _____. *Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.* Berkeley, University of California Press, 2002.
- LIEBESCHUETZ, Wolf. *Barbarians and Bishops : Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom*. Oxford : Clarendon Press, 1990.
- _____. Warlords and Landlords. In: ERDKAMP, Paul. *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. P. 479-494.
- LÓPEZ EIRE, A. Quince rasgos de los lenguajes científico-técnicos del griego antiguo. *Humanistas*, Coimbra, v. 51, p. 3-21, 1999.
- LUTTWAK, Edward N. *La Grande Strategia dell'Impero Romano: dal I al III secolo d.C.* Milão: Biblioteca Universale Rizzoli, 2013.
- LYNN, John. A. The Embattled Future of Academic Military History. *The Journal of Military History*, v. 61, n. 04, out., 1997, p. 777-789.
- _____. *Battle: A History of Combat and Culture*. Filadélfia: Perseus Books Group, 2003.
- MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o “Fim do Mundo Antigo”. *Revista História*, São Paulo, n. 173, jul.-dez., 2015.
- _____. Dedicated to eternity? The reuse of statue bases in Late Antique Italy. In: BOLLE, K.; MACHADO, C.; WITSCHERL, C. *The Epigraphic Cultures of Late Antiquity*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2017. P. 324-361.
- _____. *Urban Space and Aristocratic Power in Late Antique Rome (AD 270-535)*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- MACMULLEN, Ramsay. *Corruption and the Decline of Rome*. New Haven: Yale University Press, 1988.
- _____. Comparative Corruption, Past and Present. *The Journal of Social, Political and Economic Studies*, Washington, v. 42, n. 3 e 4, 2017.
- MARCONE, Arnaldo. Late Roman social relations. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: volume XIII*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p.338-370.
- MARROU, H. I. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Editora Pedagógica Universitária, 1974.
- MARSDEN, E. W. *Greek and Roman Artillery: Historical Development*. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- MATEUS, Samuel. *Imitatio e aemulatio: a querela dos antigos e dos modernos sob o cânone estético*. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 37, 2018, p. 1-11.
- MATTHEWS, John. *Western Aristocracies and Imperial Court: AD 364-425*. Oxford: Clarendon Press, 1975.

- MAYOR, Adrienne. *Greek Fire, poison arrows, and scorpion bombs: biological & chemical warfare in the Ancient World*. Nova York: Overlook Duckworth, 2009.
- MAZZARINO, Santo. *Aspetti sociali del quarto secolo: ricerche di storia tardo-romana*. Roma: L'Erma, 1951
- _____. *The End of The Ancient World*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1966.
- _____. Il De Rebus Bellicis e la Gratiarum Actio di Claudio Mamertino. In: *Studi di storiografia antica in memoria di L. Ferrero*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1971.
- MAXFIELD, Valerie A. *The Military Decorations of the Roman Army*. Los Angeles: University of California Press, 1981.
- MENDES, Norma Musco. Quando Roma vai à guerra. In: SILVA, F. C. T. de; LEÃO, K. S. S. (Org.). *Por que a Guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra – uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. P. 65-87.
- McCALL, Jeremy. *The Cavalry of the Roman Republic*. Londres: Routledge, 2002.
- MCGEER, Eric. Military texts. In: JEFFREYS, E.; HALDON, J.; CORMACK, R. (Ed.). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MILNER, N. P. *Vegetius and the Anonymous De Rebus Bellicis*. 1991. 326 f. Dissertação (Doutorado de Filosofia) – Christ Church, Universidade de Oxford, Oxford, 1991.
- MODANEZ, Henrique. *Dispositivos Táticos na Segunda Guerra Púnica e a questão do Militarismo Cívico na obra de Políbio: Uma Reflexão acerca do limite normativo do Modelo Ocidental de Guerra*. 2008. 93f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- _____. *Entre reis, tiranos e generais: imitatio Alexandri e dispositivos táticos no Ocidente Helenístico, 323-255 a.C.* 2011. 218f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- _____. *A fabricação de Alexandre Magno: habilidade política e genialidade militar nas fontes antigas (336-331 AEC)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of Modern World*. Londres: Penguin, 1973.
- MORRIS, Ian. *Guerra: o horror da guerra e seu legado para a humanidade*. São Paulo: LeYa, 2015.
- MULLETT, Margaret. The Madness of Genre. *Dumbarton Oaks Papers*, Washington D.C., v. 46, p. 233-243, 1992.
- NEFIODKIN, Alexander K. On the Origin of the Scythed Chariots. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, V. 53, 2004, p. 369-378.
- ORTOLEVA, Vincenzo. Note critico-testuali ed esegetiche all'Epitoma rei militaris di Vegezio. *Vichiana*, Pisa, v. 3, p. 64-93, 2001.

- PAGDEN, Anthony. *Mundos em Guerra: a luta de mais de 2500 anos entre o Oriente e o Ocidente*. Osasco: Novo Século Editora, 2010.
- PANIAGUA AGUILAR, David. La Epitoma Rei Militaris de Vegetio y el Imperator Invictus. *Voces*, Salamanca, v. 14, 165-183, 2003.
- _____. *El Panorama Literario Técnico-Científico en Roma (Siglos I-II D.C): Et docere et delectare*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.
- _____. La arenga militar desde la perspectiva de la tradición polemológica greco-latina. *Talia Dixit*, Mérida, n. 2, p. 1-25, 2007.
- _____. Escribir polemología en Roma. *El Futuro del Pasado*, Salamanca, n. 1, p. 203-221, 2010.
- _____. Aemulatio y conciencia de género en la literatura técnico-científica latina: la dialéctica literaria entre Manilio y Fírmico Materno. *Cuadernos de Filología Clásica*, Madrid, v. 30, n. 01, p. 165-192, 2010.
- PEIXOTO, Raul Vitor Rodrigues. *As obras de Polieno e Frontino: Proposta de uma tipologia dos manuais militares romanos no principado*. 2011. 206f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- PERRIN, Noel. *Giving up the Gun: Japan's Reversion to the Sword, 1543-1879*. Nova Hampshire: Nonpareil Books, 1979.
- PIRENNE, Henri. Do método comparativo em História. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 308-316.
- PIGMAN, George W. The Metaphorics of Imitatio and Aemulatio. *Humanities Working Paper*, n. 18, jan., 1979, p. 1-49.
- PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, J. (Dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- REDDÉ, Michel. *Mare Nostrum: Les infrastructures, le dispositif et l'Histoire de la Marine Militaire sous l'Empire Romain*. Roma: École Française de Rome, 1986.
- REECE, R. M. The Anonymous: a numismatic commentary. In: HASSALL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: BAR, 1979.
- REEVE, Michael D. Notes on Vegetius. *The Cambridge Classical Journal*, Cambridge, v. 44, p. 182-218, 1999.
- _____. The Transmission of Vegetius's "Epitoma Rei Militaris". *Aevum*, Milão, v. 74, n. 1, p. 243-354, jan.-abril 2000.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- RICH, John. *Warfare and the Army in Early Rome*. In: ERDKAMP, P. (Ed.). *A Companion to the Roman Army*. Malden: Blackwell, 2007. P. 07-23.

- RICHARDOT, Phillipe. La datation du “De Re Militari” de Végèce. *Latomus*, Bruxelas, v. 57, n. 1, p. 136-147, jan.-março 1998.
- RICHMOND, Ian. *Trajan's Army on Trajan's Column*. Londres: The British School at Rome, 1982.
- ROMERO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ROSE, Susan. Vegetius and Taccola: was medieval writing on war at sea of any practical use? *The Mariner's Mirror*, Abington, v. 104, n. 1, p. 4-17, 2018.
- ROSENSTEIN, Nathan. War and Peace, Fear and Reconciliation at Rome. In: RAAFLAUB, K. A. (Ed.). *War and Peace in the Ancient World*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 226-244.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SANCHES, Marcos Guimarães. A Guerra: Problemas e Desafios do campo da História Militar Brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 01, 2010, p. 06-16.
- SÁNCHEZ-OSTIZ, Álvaro. La Congregatio in insulam del De Rebus Bellicis. In: ARELLANO, I. *Loca Ficta: Los espacios de la maravilla en la Edad Media y Siglo de Oro*. Pamplona: Iberoamericana, 2003. p. 379-393.
- SÁNCHEZ VENDRAMINI, Darío N. Consideraciones sobre el autor del De Rebus Bellicis y su valoración em la historiografía contemporânea. *Temas Medievales*, Buenos Aires, v. 17, p. 139-162, 2009.
- SCHÖNER, Cristoph. *Studien zu Vegetius*. Erlangen: Universidade de Hamburgo, 1888.
- SHRADER, Charles R. A Handlist of extant manuscripts containing the De Re Militari of Flavius Vegetius Renatus. *Scriptorium*, Paris, v. 33, n. 2, p. 280-305, 1979.
- _____. The Influence of Vegetius' De re militari. *Military Affairs*, Washington D.C, v. 45, n. 4, p. 167-172, 1981.
- SIDEBOTTOM, Harry. *Ancient Warfare: a Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SILVA, Gilvan Ventura. O Fim do Mundo Antigo: uma discussão historiográfica. *Mirabilia*, Brasil, v.1, p. 1-10, 2001.
- _____. Exército, Igreja e Migrações Bárbaras no Império Romano: João Crisóstomo e a Revolta de Gainas. In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M. de; CARLAN, C. U. SILVA, E. C. M. de. *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Representações* (v. II). São Paulo: Annablume, 2011. P. 249-270.

____. É possível controlar a multidão? Libânio em defesa de Juliano e contra a população de Antioquia (séc. IV). *Heródoto*, Guarulhos, v. 3, n. 1, março, 2018, p. 374-393.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Sousa. Apresentação. In: _____. *Por que a guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra – uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 07-18.

SIRAGO, Vitor Antonio. *Galla Placidia e la trasformazione politica dell'Occidente*. Lovaina: Bureau de Recueil, 1961.

SLOOTJES, Daniëlle. *The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire*. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2006.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOS, C. F.; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. P. 113- 132.

SOUTHERN, Pat. *The Roman Army: a social and institutional history*. Santa Bárbara: ABC-CLIO, 2006.

____; DIXON, Karen R. *The Late Roman Army*. Londres: Routledge, 2014.

SPEIDEL, Michael P. Raising New Units for the Late Roman Army: “Auxilia Palatina”. *Dumbarton Oaks Papers*, Washington D.C., v. 50, p. 163-170, 1996.

STICKLER, Timo. The Foederati. In: ERDKAMP, Paul. *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007. P. 495-514.

STROBEL, Karl. Strategy and Army Structure between Septimius Severus and Constantine the Great. In: ERDKAMP, Paul. *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 2007.p.267-285.

TAVARES, Wendryll José Bento. *A defesa de um modo romano de lutar: Vegécio e a construção de identidades na Epitoma Rei Militaris*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

THORPE, Lewis. Master Richard, a thirteen-century translator of the “De re military” of Vegetius. *Scriptorium*, Paris, v. 6, n. 1, p. 39-50, 1952.

TOMLIM, R. S. O. The army of the Late Empire. In: WACHIER, J. (Ed.). *The Roman World*. Londres: Routledge, 2002. p. 107-134.

TRAINA, Giusto. Considerazioni generali. In: SANTINI, Carlo (dir.). *Letteratura scientifica e tecnica di Grecia e Roma*. Roma: Carocci editore, 2002.

VARANDAS, José. O Hoplita e a Falange. O Triunfo da Infantaria Simétrica no Mundo Antigo. In: SANTOS, A. R. dos; VARANDAS, J. *A Guerra na Antiguidade III*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010. p. 175-196.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

VEYNE, Paul. *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

- VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2017.
- WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome: and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WARNER, Jonathan. Vegetius' *regulae bellorum generalis*. In: CHLUP, J. T.; WHATELY, C. (Ed.). *Greek and Roman Military Manuals: genre and history*. Londres: Routledge, 2021. P. 199-215.
- WIEDEMANN, Thomas. Petitioning a Fourth-Century Emperor: The *De Rebus Bellicis*. *Florilegium*, Toronto, v. 1, p.140-150, 1979.
- WHITE, K. D. Harvesting Machines, Palladius and Technology in the Later Roman Empire. In: HASSAL, M. W. C. (Ed.). *Aspects of the De Rebus Bellicis*. Oxford: B A R Internacional Series, 1979. p. 39-45.
- WATSON, G. R. The army of the Republic. In: WACHIER, J. (Ed.). *The Roman World*. Londres: Routledge, 2002. p. 75-88.
- WHATELY, Conor. The Genre and Purpose of Military Manuals in Late Antiquity. In: GREATEX, G.; ELTON, H. (Ed.). *Shifting Genres in Late Antiquity*. Burlington: Ashgate, 2015.
- WHETHAM, David. The Epitome of Military Science. In: _____. *Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the later Middle Ages*. Boston: Brill, 2009. p. 114-165.
- WHITEHEAD, David. Fact and Fantasy in Greek Military Writers. *Acta Ant. Hung.*, Budapeste, v. 48, p. 139-155, 2008.
- WHITBY, Michael. The Army, c. 420-602. In: ____; CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600*. Volume XIV. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 288-314.
- _____. War. In: WHITBY, M.; SABIN, P.; VAN WEES, H. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare: from the Late Republic to the Late Empire*. Volume II. Cambridge: Cambridge University Press, v. 02, p. 310-341, 2007.
- _____. *Rome at War AD 293-696*. Wellingborough: Osprey, 2002.
- WOOLF, Greg. *Tales of the Barbarians: Ethnography and Empire in the Roman West*. Oxford: Blackwell, 2011.
- _____. *Roma: a história de um império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.
- YAKOBSON, Alexander. *Petitio et Largitio: Popular Participation in the Centuriate Assembly of the Late Republic*. *The Journal of Roman Studies*, v. 82, 1992, p. 32-52.

E) SITES CONSULTADOS

Academia. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 07/10/2020.

Dialnet. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/>. Acesso em: 07/10/2020.

Digital Bodleian. Disponível em: <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/>. Acesso em: 22/06/2021.

História Antiga a partir de baixo. Disponível em: <https://www.subalternosblog.com/>. Acesso em: 07/10/2020.

Internet Archive. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 07/10/2020.

J-Stor. Disponível em: <https://www.jstor.org/>. Acesso em: 07/10/2020.

LacusCurtius. Disponível em: <https://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/home.html>. Acesso em: 07/10/2020.

NihilScio. Disponível em: <https://www.nihilscio.it/>. Acesso em: 07/10/2020.

Perseus Digital Library. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>. Acesso em 07/10/2020.

Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 07/10/2020.

The Latin Library. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/>. Acesso em: 07/10/2020.

The Roman Law Library. Disponível em: <http://ancientrome.ru/ius/library/>. Acesso em: 07/10/2020.

Wikipedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: 07/10/2020.